

GAZETA DOMESD IVLHO DE 1645. DE NOVAS FORA DO REYNO.

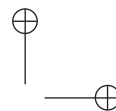
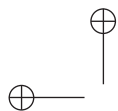
EM AS QVAIS SE DA CONTA DA GRANDE RO
ue os Castelhanos tiveram em Catalunha a 22. de Junho passado,
lista dos prisioneiros: & se refere o estado presente das cousas
nglaterra, & Irlanda. Dele tambem

A GAZETA “DA RESTAURAÇÃO”:

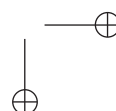
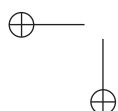
Primeiro periódico português - Uma análise do discurso

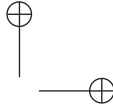
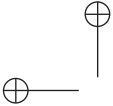
Jorge Pedro Sousa (Coord.) | Maria do Carmo Castelo Branco | Mário Pinto | Sandra Tuna
Gabriel Silva | Eduardo Zilles Borba | Carlos Duarte | Mônica Delicato | Nair Silva | Patrícia Teixeira

... da Moravia, região da Germania, & hoje co
juncta com o Reyno de Bohemia; aonde se tẽ
poderado de todas as praças, salvo do Castello d
n, a que tinha posto cerco com seis mil cavallos, & qua
mil infantis: porem achou com mayor resistencia do
rincipio imaginou: porque os cercados, até o ultimo av
e tivemos, se tem defendido com muyto valor, & gran
solução: por ser esta praça a melhor, que o Emperador
m todos seus paizes hereditarios. O Torsteson, em tres
os, que lhe havia dado, he certo que perdeu muyta gê
s provavelmente o le
or está de presente



Livro produzido no âmbito do projecto “A génese do jornalismo: Periódicos noticiosos do século XVII em Portugal e na Europa”, referência PTDC/CCI-JOR/110038/2009, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE) do Quadro Comunitário de Apoio III, comparticipado pelo fundo europeu FEDER.



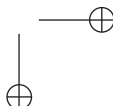
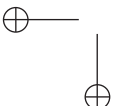


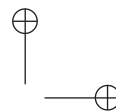
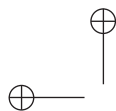
A Gazeta “da Restauração”: Primeiro Periódico Português

Uma análise do discurso

Jorge Pedro Sousa (Coord.)
Maria do Carmo Castelo Branco
Mário Pinto
Sandra Tuna
Gabriel Silva
Eduardo Zilles Borba
Mônica Delicato
Carlos Duarte
Nair Silva
Patrícia Teixeira

LabCom 2011





Livros LabCom

www.livroslabcom.ubi.pt

Série: Estudos em Comunicação

Direcção: António Fidalgo

Coordenação: Jorge Pedro Sousa

Design da Capa: Eduardo Zilles Borba

Paginação: Jorge Pedro Sousa e Eduardo Zilles Borba

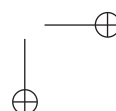
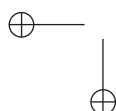
Covilhã, Portugal, 2011

ISBN: 978-989-654-060-9

Título: *A Gazeta “da Restauração”: Primeiro Periódico Português -
Uma análise do discurso*

Copyright © Jorge Pedro Sousa, Maria do Carmo Castelo Branco,
Mário Pinto, Sandra Tuna, Gabriel Silva, Eduardo Zilles Borba,
Mônica Delicato, Nair Silva, Carlos Duarte e Patrícia Teixeira.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação deve ser reproduzida, alojada em sistemas de troca de dados, ou transmitida, em qualquer formato ou por qualquer motivo, eletrônica, mecânica, fotocópia, gravação, e demais, sem a autorização dos autores.

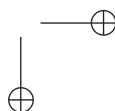
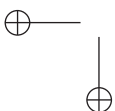
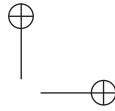
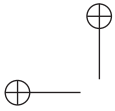


AGRADECIMENTOS

À Fundação Fernando Pessoa e à Universidade Fernando Pessoa
pelo apoio logístico e financeiro concedido a este projecto.

Ao CIMJ, pelo enquadramento.
Ao LabCom da UBI, pela colaboração e pela confiança.



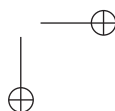
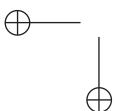
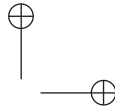
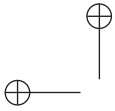


Índice

Introdução	1
1. A conjuntura internacional e nacional entre 1641 e 1647	7
1.1 A conjuntura internacional	9
1.1.1 Guerra dos Trinta Anos	9
1.1.2 A Guerra Civil em Inglaterra	12
1.1.3 Transformações sociais, políticas e económicas	17
1.2 A conjuntura portuguesa	21
2. A Gazeta “da Restauração” no contexto jornalístico da primeira metade do século XVII	35
2.1 Publicações noticiosas ocasionais	40
2.2 Publicações noticiosas periódicas	45
3. A Gazeta “da Restauração”: uma apresentação	53
3.1 Apresentação gráfica da Gazeta	70
3.2 Estudos sobre a Gazeta	76
4. A Gazeta “da Restauração”: análise do discurso	100
4.1 Análise qualitativa do discurso	111
4.1.1 A intenção primeira da Gazeta	114
4.1.2 O tema das notícias	117
4.1.2.1 A guerra	118
4.1.2.2 A diplomacia	148
4.1.2.3 O estrangeiro	161
4.1.2.4 A administração do Reino e a política	172
4.1.2.5 A dimensão religiosa da vida seiscentista	175

4.1.2.6 A vida nas cortes	186
4.1.2.7 Crimes e castigos	193
4.1.2.8 Os retornados de 1640	197
4.1.2.9 Necrologia e doenças	202
4.1.2.10 Livros	206
4.1.2.11 Economia e finanças	208
4.1.2.12 O insólito	210
4.1.2.13 As intempéries e catástrofes	214
4.1.2.14 Outras questões sobre o conteúdo da <i>Gazeta</i>	215
4.1.2.15 O enquadramento do mundo	218
4.1.3 A propaganda da Restauração da Independência e da Casa de Bragança	224
4.1.4 A Noticiabilidade	243
4.1.4.1 Extraordinário e insólito	243
4.1.4.2 Actualidade	245
4.1.4.3 Referência a pessoas de elite	246
4.1.4.4 Transgressão	246
4.1.4.5 Guerras	248
4.1.4.6 Tragédia	251
4.1.4.7 Morte	251
4.1.4.8 Proximidade	252
4.1.4.9 Morte	251
4.1.4.10 Referência a nações de elite	254
4.1.4.11 Desenvolvimento de assuntos anteriores	255
4.1.4.12 Novidades	255
4.1.4.13 Notabilidade	256
4.1.4.14 Equilíbrio do noticiário	257
4.1.4.15 Amplificação	259
4.1.4.16 Relevância	261
4.1.5 Os “outros” na <i>Gazeta</i>	243
4.1.5.1 A legitimação discursiva do domínio social	262
4.1.5.2 A definição de identidades comunitárias	265
4.1.5.3 Mulheres... e crianças...	270
4.1.6 Questões jornalísticas	273
4.2 Análise quantitativa do discurso	301
4.3 Discussão global dos resultados	334

5. Análise fónico-gráfica, morfo-sintáctica, léxico-semântica e estilística da Gazeta “da Restauração”	349
5.1 Fónico-gráfica	352
5.2 Morfo-sintáctica	358
5.2.1 Verbo	358
5.2.1.1 Gerúndio	364
5.2.1.2 Particípio passado	367
5.2.2 Adjectivo	369
5.2.3 Advérbio	376
5.2.4 Construção frásica	377
5.3 Léxico-semântica	382
5.4 Estilística	392
5.5 Comentário global	396
5.6 Conclusão	401
 6. Redactores e impressores da Gazeta “da Restauração”	 403
6.1 Os autores	404
6.1.1 Manuel de Galhegos	404
6.1.2 Frei Francisco Brandão	405
6.1.3 João Franco Barreto	407
6.2 Impressores da Gazeta	409
6.2.1 Lourenço de Anvers (1599-1679)	409
6.2.2 Domingos Lopez Rosa (?-1653)	409
6.2.3 António Alvarez (1620-1659)	409
 Bibliografia	 411
 Apêndices	 428
Apêndice 1	429
Apêndice 2	435
Apêndice 3	439



INTRODUÇÃO

Jorge Pedro Sousa

Publicada, documentadamente, entre 1641 e 1647¹, a *Gazeta* “da Restauração” pode ser considerada o primeiro periódico impresso português, embora não o primeiro jornal impresso português, já que esta última condição pode ser adequadamente atribuída às *Relações* impressas de Manuel Severim de Faria, publicadas

¹ Ninguém sabe, ao certo, se a *Gazeta* era publicada antes de Novembro de 1641 e se foi publicada depois de Setembro de 1647. A datação baseia-se unicamente nos exemplares que sobreviveram às agruras do tempo. Existe uma publicação isolada, de 1648, intitulada *Relação da Famosa Vitória Que Alcançou em 20 de Agosto deste ano de 1648... e Gazeta de Novas e Sucessos de Fora do Reino em que Se dá Conta das Coisas de Nápoles...* Dias (2006) considera-a parte integrante da série da *Gazeta* “da Restauração”, pois “possui o mesmo formato (...), uma paginação similar, foi impressa na Officina (sic) de Domingos Lopes Rosa e, fundamentalmente, denota-se um claro encadeamento com as notícias apresentadas no número de Setembro de 1647” (Dias, 2006: XXIV). Não concordamos, porém, com esse juízo, pois as publicações periódicas da época eram todas elas impressas em formato “in quarto” ou “in oitavo”, o que torna irrelevante a questão do formato; não existiam muitas oficinas em que pudessem ser impressas, pelo que o critério do impressor nos parece inaplicável (aliás, as próprias *gazetas* “da Restauração” foram impressas por vários impressores); e, finalmente, discordamos que a natural atenção ao que acontecia na altura possa ser confundida como um “encadeamento” de notícias que por si contribua para considerar a referida publicação de 1648 como pertencendo à série da *Gazeta* “da Restauração”. Na nossa perspectiva, a publicação de 1648 nada mais é do que uma das muitas publicações ocasionais da época, conforme parece intuir-se das palavras do redactor ao introduzir a narrativa: “(...) quero dar cópia de umas relações de crédito escritas a 23 e 26 de Agosto em Paris e chegadas a esta cidade aos 28 de Setembro do ano presente (...)”. O próprio estilo da publicação de 1648 é diferente das publicações anteriores, já que estas últimas começam por notícias enquanto a publicação de 1648 se inicia pela referida justificação do redactor para a edição desse jornal aparentemente ocasional. O título do jornal de 1648 também é diferente. A série da *Gazeta* é identificável pelo título, já que todos os números são intitulados *Gazeta*, enquanto no jornal de 1648 apresenta um título começado por “*Relação*”. O principal historiador da imprensa portuguesa, José Manuel Tengarrinha (1989: 39), parece ser da nossa opinião, pois diz que o último número da *Gazeta* é o de Setembro de 1647. Autores anteriores também balizam em 1647 o termo da publicação da *Gazeta*. São os casos, por exemplo, de Ricardo Pinto de Matos (1878: 294), Inocêncio Francisco da Silva (1859: 138), Cesário Borgea (1981: 15), Rocha Martins (1942: 22) e Alfredo Cunha (1932; 1939; 1941 a; 1941 b), o principal estudioso da *Gazeta* na primeira metade do século XX.

em 1626, 1627 (reedição) e 1628 (segundo número)².

Sendo o nosso primeiro periódico, estranha-se que pouca atenção lhe tenha sido dada pela Academia, nomeadamente se excluirmos vários textos de Alfredo Cunha (1929/1930; 1932; 1939; 1941 a; 1941 b; 1942) sobre o início do jornalismo em Portugal, escritos na primeira metade do século XX, e ainda os artigos de Lúcia Mariano Veloso (2005) e de Filomena Belo e Manuela Rocha (1988), entre outras referências pontuais em livros bibliográficos (Inocêncio Francisco da Silva, 1859; Ricardo Pinto de Matos, 1878; Silva Pereira, 1895 e 1897; Martinho da Fonseca, 1927), em histórias da imprensa (Rocha Martins, 1942...), em histórias da literatura (Mendes dos Remédios, 1914...), em enciclopédias e dicionários enciclopédicos generalistas (*Enciclopédia Luso-Brasileira*, por exemplo), em dicionários literários (*Biblos*, *Dicionário de Literatura*) e em dicionários históricos (*Dicionário Bibliográfico Militar*...). Este nosso estudo procurou suprimir essa lacuna. Estávamos, aliás, convencidos do nosso pioneirismo, quando, em Julho de 2006, apresentámos à Fundação Fernando Pessoa um projecto de investigação sobre a *Gazeta*. Estávamos ainda convencidos do nosso pioneirismo quanto o iniciámos, em Novembro de 2006. Mas em Dezembro desse mesmo ano fomos surpreendidos pela publicação de um sério trabalho de investigação sobre a *Gazeta*. Tratava-se do livro *Gazetas da Restauração [1641-1648]*, da autoria de Eurico Gomes Dias, editado pelo Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Constatámos, porém, que o propósito original da nossa abordagem não era totalmente coincidente com o do citado autor. Os grandes méritos da obra de Gomes Dias (2006) são ter dado à estampa transcrições literais de todos os números sobreviventes da *Gazeta* e ter construído índices do conteúdo dos mesmos, trabalho importante e hercúleo, sem dúvida, mas, fora isso, o autor pouco adianta em relação ao que já estava escrito em numerosos, embora dispersos, textos anteriores, designadamente nos já referidos trabalhos de Alfredo Cunha. Constatámos, assim, que o nosso objectivo original não se encontrava cumprido. De facto, o nosso propósito, desde o início, foi o de fazer uma análise do discurso da *Gazeta*, quantitativa, qualitativa

² Estas *Relações* impressas foram extraídas de um conjunto de 40 relações manuscritas, que, se tivessem sido publicadas, seriam, certamente, consideradas, hoje, o primeiro periódico português.

e linguística.

Este nosso estudo surge na sequência de um trabalho conduzido por Jorge Pedro Sousa, Mário Pinto, Gabriel Silva, Nair Silva e Mônica Delicato sobre as *Relações* de Manuel Severim de Faria, consideradas pelos autores como o primeiro jornal português (embora não periódico), pelo menos entre os que sobreviveram às intempéries da história. Assim, a estrutura da presente obra é semelhante à da pesquisa sobre as *Relações*, embora tenha mais capítulos. O leitor encontrará seis capítulos neste livro. O primeiro é devotado à apresentação da conjuntura histórica do período 1641-1647 e o segundo refere a conjuntura jornalística da época. Todos os restantes capítulos exploram a forma, os conteúdos e o discurso da *Gazeta*, discutindo os seus contributos para o jornalismo, para a Língua Portuguesa e mesmo para Portugal, tendo em conta, neste caso, a maneira como o mundo da época foi discursivamente enquadrado. O último capítulo aborda os presumíveis redactores e impressores da *Gazeta*, relembrando informações relevantes para a historiografia do jornalismo português.

É nossa convicção, conforme se indicia pelos dois primeiros capítulos deste livro, que a edição da *Gazeta* “da Restauração”, primeiro periódico português, deve ser interpretada em função do contexto jornalístico e político-social da época.

Por um lado, no século XVII o jornalismo começava a revelar-se uma pujante força social, funcionando como uma resposta às crescentes demandas sociais de informação, próprias de um mundo em mudança e transformação. Quando a *Gazeta* iniciou a sua publicação, há mais de um século que havia manifestações de índole jornalística, ou pré-jornalística, em Portugal e na Europa. Proliferavam, por exemplo, publicações ocasionais, algumas monotemáticas, como as célebres *relações* de naufrágios dos séculos XVI³ e XVII, espécie de antepassadas

³ Lanciani (1979: 4-5) afirma que ainda hoje não se sabe com exactidão qual das relações de naufrágios que se conservam foi a primeira a surgir em Portugal. Lanciani (1979) defende a primazia da *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houveram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552, a 24 de Junho, na Terra do Natal*, eventualmente impressa em Lisboa, entre 1555 e 1556. Há que realçar, no entanto, que Carlos Passos (1928) refere folhas ocasionais portuguesas de 1527, talvez mesmo anteriores, sobre o naufrágio de várias naus (São Pedro, São

dos livros-reportagem, que seriam coligidas por Bernardo Gomes de Brito na *História Trágico-Marítima*, publicada, pela primeira vez, em 1735; outras multitemáticas, como as duas *Relações* de Manuel Severim de Faria, publicadas em 1626, 1627 (reedição do primeiro número) e 1628, que são o primeiro jornal noticioso impresso em língua portuguesa que se conhece, embora não fosse periódico. No estrangeiro, em especial em França, nas Províncias Unidas (Holanda) e no Sacro-Império (Alemanha/Áustria), as gazetas periódicas, noticiosas e multitemáticas, publicavam-se, pelo menos, desde o início do século XVII. Periódicas ou ocasionais, multitemáticas ou monotemáticas, todas essas publicações tinham um objectivo estruturalmente semelhante ao das publicações jornalísticas actuais: lucrar através da venda de notícias, satisfazendo a demanda social por informação. O tipo de discurso dessas publicações era informativo, mesmo que, por vezes, fosse também dramatizado e orientado, e a distribuição, dentro do contexto da época, pode considerar-se “massiva”, pois os primeiros jornais e folhetos ocasionais eram, muitas vezes, lidos em voz alta em lugares públicos para vários ouvintes. Realce-se, aliás, que no decorrer do século XVII se intensificou a alfabetização, em especial na Holanda, na Alemanha e nos países do Norte da Europa (Suécia, Inglaterra...), pelo que nesses países cada vez mais pessoas conseguiam ler as gazetas (infelizmente, no sul da Europa, em países como Portugal, mantiveram-se taxas de analfabetismo a rondar os 90% até meados do século XIX).

A outra vertente justificativa da aparição da *Gazeta* “da Restauração” é política e social. A Restauração da Independência de Portugal e a ascensão de D. João IV ao trono exigiram, certamente, um órgão de comunicação social que publicitasse a causa do novo Rei e desse conta da aceitação

Sebastião, Santo António e Conceição). Tengarrinha (1989: 29), contra a opinião de Lanciani, afirma que a primeira folha ocasional portuguesa foi a *Relação do Lastimoso Naufrágio da Nau Conceição Chamada Algaravia a Nova de que Era Capitão Francisco Nobre a Qual Perdeu nos Baixos de Pêro dos Banhos em 22 de Agosto de 1555*, hipoteticamente impressa em Lisboa, também em 1556. Lanciani (1979: 22-23), citando Boxer, explica, porém, que a *Relação do Lastimoso Naufrágio da Nau Conceição* poderá ser de cerca de 1620, pois nela são referidas obras de 1613 (*Crónica de Dom João III*, de Francisco de Andrade) e de 1616 (*Década VII*, de Diogo do Couto). Aliás, uma outra questão se releva desta obscura situação. É que no primeiro número da primeira das *Relações* de Manuel Severim de Faria se diz que se acabou de saber do que sucedeu ao galeão São João. Ora, sendo essa *Relação* de 1626, então, logicamente, nem o naufrágio nem a publicação do respectivo relato poderiam ser de 1555/1556.

da nova conjuntura e da nova Casa Real pela Santa Sé e pelos países europeus, em especial pelos adversários de Espanha.

Este trabalho procurou, assim, dar um contributo para o estudo da *Gazeta* “da Restauração” sob o ponto de vista cruzado da linguística e dos Estudos Jornalísticos, em especial no que respeita à análise do discurso desse periódico. A nossa perspectiva de investigação não foi, portanto, a das Ciências Históricas, pelo que não foi nossa ambição preocupar-nos, por exemplo, com a exactidão histórica da *Gazeta*, apesar de reconhecermos que o conhecimento do contexto histórico da época permite justificar alguns dos dados recolhidos.

Os principais objectivos do presente trabalho de investigação foram, então: a) discutir o contributo da *Gazeta* “da Restauração” para o desenvolvimento inicial do jornalismo lusófono; e b) procurar descrever e entender os conteúdos e formatos dessa publicação, debatendo-os à luz de uma interpretação cultural, da linguística e do que convencionalmente podemos considerar como a Teoria do Jornalismo.

As perguntas de investigação que orientaram, genericamente, a pesquisa foram as seguintes:

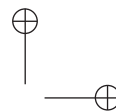
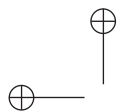
1) Como se apresentava a *Gazeta* (aspecto físico, design, conteúdos e formato dos conteúdos)?

2) Como é que a *Gazeta* reflecte discursivamente a conjuntura da época em que foi publicada? Quais os “ecos do mundo” que se encontram nela?

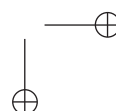
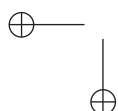
3) Quais os contributos da *Gazeta* para a Língua Portuguesa?

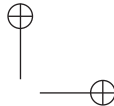
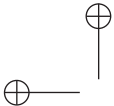
4) Quem colaborou na redacção e impressão da *Gazeta* “da Restauração”?

Para o desenvolvimento da investigação, fez-se um levantamento bibliográfico exaustivo dos materiais que se referem à *Gazeta* nas principais bibliotecas portuguesas, elaboraram-se histórias de vida dos mais prováveis redactores e impressores da *Gazeta* e

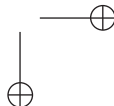
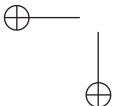


desenvolveu-se uma análise linguística e discursiva dessa publicação, qualitativa e quantitativa.





CAPÍTULO 1



A conjuntura internacional e nacional entre 1641 e 1647

Jorge Pedro Sousa

A Restauração da Independência de Portugal (1640) e a Guerra da Restauração (1641 – 1668) constituem os principais episódios nacionais da Guerra dos Trinta Anos (1618 – 1648), um complexo conflito de motivações políticas, religiosas e económicas que ensanguentou a Europa no século XVII¹ e que perdurava aquando da publicação do primeiro periódico português, a *Gazeta* “da Restauração”, um periódico que serviu a causa independentista de D. João IV.

De facto, a Restauração da Independência só foi possível porque, devido à Guerra dos Trinta Anos, em 1635, a França envolveu-se num confronto aberto com a Espanha². D. Filipe IV (D. Filipe III de Portugal) procurava conservar os seus domínios europeus (Espanha, Flandres, Itália...) e ultramarinos e ainda controlar o comércio marítimo no Atlântico e no Índico. Ao mesmo tempo, D. Filipe IV afirmava-se como o paladino do catolicismo contra os avanços protestantes, o que o obrigava a prestar auxílio aos Imperadores do Sacro-Império, seus primos, tal como ele membros da Casa dos Habsburgos (primeiro Fernando II e, em 1638, Fernando III). Além disso, o confronto directo entre a França e a Espanha, a partir de 1635, obrigou D. Filipe IV a afectar recursos à defesa da fronteira franco-espanhola. Para agravar o perigo para Espanha, a França e os seus aliados

¹ O mesmo juízo encontra-se na obra de vários historiadores, como Fernando D. Costa (2004).

² Usamos aqui o termo Espanha no sentido comum de denominação do país vizinho de Portugal, embora saibamos que Espanha não existia como unidade cultural no século XVII e só com favor se possa usar o termo Espanha para classificar a união política de nações diferentes sob a mesma coroa que subsistia no século XVII e ainda subsiste nessa parte da Península Ibérica. Aliás, no século XVII, como se pode verificar, por exemplo, pela leitura da *Gazeta* da Restauração, os portugueses usavam os termos “Castela”, “Castelhanos” e “Rei de Castela” para se referirem aos seus adversários. Por esse motivo, Costa (2004: 9) explica que a Guerra da Restauração foi, essencialmente, um conflito entre duas casas reais, a de Bragança e a dos Habsburgos da Áustria.

começavam a conquistar, na Flandres e na Itália (mais objectivamente na Península Itálica, pois a Itália não existia como país), praças-fortes e territórios até aí ferreamente controlados e defendidos pelas tropas de D. Filipe IV. Assim, Espanha não teve capacidade de resposta imediata à intentona que acabaria por conduzir à Restauração da Independência de Portugal.

Combatendo em várias frentes, Espanha também se viu ameaçada, no plano interno, pela revolta independentista da Catalunha, em 1640. Em grande medida, tal como viria a acontecer em Portugal, essa revolta foi detonada pelo aumento solidário da carga tributária em todos os domínios de D. Filipe IV, decidida pelo valido do soberano, o conde-duque de Olivares, para fazer face às crescentes despesas militares, e também pela intensificação e diversificação das políticas de recrutamento militar, que os catalães (tal como os portugueses) não aceitaram. Os acontecimentos da Catalunha foram extremamente importantes para assegurar o êxito da revolta dos nobres portugueses que acabaria por conduzir à Restauração da Independência. Se as forças de D. Filipe IV não tivessem sido obrigadas a dividir-se, provavelmente a revolta teria redundado em fracasso.

1.1 A conjuntura internacional

1.1.1 Guerra dos Trinta Anos

A *Gazeta* “da Restauração” foi publicada em plena Guerra dos Trinta Anos. Este conflito, detonado em 1618, na Boémia, em pleno coração do Sacro-Império, por motivos religioso-políticos (protestantes contra católicos), parecia, em 1635, estar prestes a terminar, com a celebração da Paz de Praga³. As forças leais ao imperador, católico, do ramo dos Habsburgos de Áustria, reforçadas pelas tropas espanholas de D. Filipe IV, equilibravam-se com as forças dos estados alemães protestantes, reforçadas pelas tropas suecas. Após quase duas décadas de guerra, não

³ A Paz de Praga foi assinada entre o Imperador Fernando II e os eleitores (líderes de estados alemães pertencentes ao Sacro-Império) da Saxónia e de Brandeburgo e com ela regressava-se à situação anterior ao conflito, suspendendo-se a aplicação do chamado Édito da Restituição, assinado pelo Imperador, que previa a restituição à Igreja Católica dos terrenos secularizados desde 1552, enfurecendo os protestantes.

havia nem vencedor nem vencido. Porém, a intervenção espanhola no conflito alemão arrastou o Sacro-Império para o conflito que opunha a Espanha à França e à Holanda. A partir de 1635, a guerra alastrou à Flandres e ao norte de Itália, onde, como se disse, as possessões de D. Filipe IV foram colocadas em perigo. As Províncias Unidas (Holanda), esgotadas pela guerra da independência, não desencadearam grandes operações militares contra os espanhóis no período de publicação da *Gazeta*, se excluirmos a conquista de Sas van Gent e Hulst, em 1644 e 1645, pelo príncipe Frederico Henrique de Nassau, *stadhouder* das cinco províncias. No entanto, as escaramuças continuaram, retendo grande quantidade de tropas espanholas.

A França, governada pelo cardeal Richelieu, uma espécie de primeiro-ministro do Rei D. Luís XIII, tornou-se, em 1636, o principal inimigo de Espanha e dos católicos do Sacro-Império, pois o Imperador Fernando II declarou guerra aos franceses, no dia 18 de Setembro. Inicialmente, a sorte das armas sorriu a Espanha e ao Imperador germânico. Os terços espanhóis penetraram em França, chegando a ameaçar Paris. Na Alemanha, as tropas imperiais derrotaram os protestantes, coligados com os suecos. O exército contra-imperial refugiou-se em Magdeburgo. Porém, as tropas francesas atacaram as possessões espanholas em Itália e conseguiram apoderar-se da Valtelina, região que ligava o Tirol austríaco, domínio do Imperador, ao Milanesado, pertença de D. Filipe IV, interrompendo as comunicações austro-espanholas. A morte do Imperador D. Fernando II, em Fevereiro de 1637, e a ascensão ao trono imperial germânico de D. Fernando III nada alterou de substancial. Em 1639, a frota holandesa de Tromp destruiu uma esquadra espanhola, isolando as tropas de Espanha na Flandres. Quando a *Gazeta* (aparentemente) começou a ser publicada, em Novembro de 1641, as tropas imperiais e espanholas estavam a ser colocadas crescentemente em xeque. O general Lennart Tortensson, comandante das tropas suecas e do exército contra-imperial após a morte de Baner (Maio de 1641), ocupou Olmütz e venceu o exército imperial, reforçado por terços espanhóis, em Britenfeld, em 1642. Nesse ano, em Dezembro, Richelieu morreu, sendo substituído por outro cardeal, Mazarino, já sob a regência da Rainha Ana de Áustria, pois D. Luís XIII faleceu poucos meses após Richelieu (já em 1643). Em Novembro de 1643, os franceses, comandados por Condé, venceram os espanhóis em Rocroi, ficando livres para intervir no território germânico e ocupar a Flandres e Henan. Contudo, nesse mesmo ano os bávaros imperiais venceram os

franceses na batalha de Tuttlingen e, em 1644, dirigidos por Mercy, ocuparam Friburgo. As tropas francesas conseguiram, no entanto, juntar-se aos suecos e ao exército contra-imperial no norte da Alemanha. Ainda em 1644, foram entabuladas conversações de paz entre o Sacro-Império, Espanha, França e Suécia, mas o conflito perdurou. Em 1645, o general sueco Lennart Tortensson venceu os imperiais e os espanhóis em Jankau, na Boémia, mas o general imperial Mercy ganhou a batalha de Mergentheim-Hebsthausen. Mercy, no entanto, acabaria por morrer na batalha de Allerheim, que opôs franceses, suecos e o exército alemão contra-imperial ao exército imperial, reforçado por tropas espanholas. Ainda em 1645, em Maio, o general francês Condé venceu o exército imperial em Nördlingen, mas os franceses foram derrotados na batalha de Marienthal, travada nesse mesmo mês. Em Setembro de 1645, João Jorge da Saxónia celebrou um armistício com a Suécia, gesto secundado por Maximiano da Baviera, que concluiu o armistício de Ulm, com a França, em 1647 (que romperia nesse mesmo ano). Em Maio de 1646, Condé conquistou Dunquerque aos espanhóis. Em 1648, ano seguinte ao termo da publicação da *Gazeta*, celebrou-se a Paz de Vestefália, que marca o fim da Guerra dos Trinta Anos. A guerra entre Espanha e a França, contudo, continuou, terminando só em 1659, com a celebração da Paz dos Pirenéus, que indirectamente deu a Espanha a oportunidade para se ocupar da independência de Portugal.

O tratado de paz de Vestefália teve várias consequências:

- 1) Deixou o imperador, embora enfraquecido, livre para defender a fronteira sul e sudeste do Sacro Império, nomeadamente Viena, contra o assalto dos turcos otomanos, que recrudesceu a partir de 1663;
- 2) Ao enfraquecer o poder imperial centralizador e ao impor que a população de cada um dos estados alemães seguisse a religião do seu respectivo príncipe (sendo os restantes livres de abandonarem o território), manteve o espaço geográfico alemão dividido até à unificação empreendida por Bismarck, no século XIX;
- 3) Deu início ao sistema internacional de estados contemporâneo, baseado no Estado-Nação soberano. A religião passou para segundo plano e as questões de Estado tornaram-se a causa mais frequente para

a eclosão de conflitos. A lógica de uma “República Cristã” universal, encarnada pelo Sacro-Império Romano-Germânico, inviabilizou-se definitivamente, superada pela nova lógica das relações internacionais marcadas pela soberania dos Estados;

4) O poder da Igreja Católica empalideceu face ao poder dos Estados. Se durante a Guerra dos Trinta Anos as potências conflitantes, incluindo Portugal⁴, procuraram influenciar as políticas pontifícias dos papas Urbano VIII e Inocêncio X, a partir do final do conflito a influência da Igreja nas relações internacionais restringiu-se ao mínimo.

5) Para o Portugal Restaurado, a Paz de Vestfália representava um perigo enorme, pois libertaria recursos que a Espanha poderia usar para asfixiar as veleidades independentistas portuguesas. Por isso, o Portugal dos Braganças tentou por todos os meios participar na Paz de Vestfália, opção frustrada pela firme oposição espanhola, e durante as guerras da Restauração procurou consolidar uma aliança luso-francesa que impedisse uma futura intervenção castelhana. Em parte, foi a continuação do conflito hispano-francês (até à assinatura da Paz dos Pirenéus, em 1659) que permitiu continuar a alimentar a pretensão independentista até ao momento em que Espanha foi forçada a reconhecer a soberania e independência de Portugal e a Monarquia da Casa de Bragança.

A Suécia e a França tiraram grandes vantagens territoriais da Guerra dos Trinta Anos. A Suécia ficou com a Pomerânia e a França anexou a Alsácia (excepto Estrasburgo), Metz, Toul e Verdun, entre outras localidades, podendo ocupar-se, a partir daí, com os Habsburgos de Espanha. A França assumiu, assim, a condição de principal potência europeia, que manteria até ao início do século XIX, até porque o poderio sueco cedo empalideceu.

1.1.2 A Guerra Civil em Inglaterra

Quando a *Gazeta* começou a ser publicada, em 1641, a Inglaterra assistia ao desenvolvimento de um processo de confrontação entre o Rei, D. Carlos I, de pretensões absolutistas, e o Parlamento, animado

⁴ A *Gazeta* dá conta de iniciativas diplomáticas do Portugal Restaurado junto da Santa Sé.

pelos burgueses endinheirados e ilustrados. Os absolutistas estavam congregados em volta de D. Carlos I, que tinha ascendido ao trono em 1625. Os parlamentaristas, incluindo os puritanos⁵, uniram-se em torno das facções parlamentares que queriam reduzir e controlar o poder do Rei. O conflito político conduziu à guerra civil, em 1653, à condenação do Rei à morte (por decapitação), pelo Parlamento, e à implantação da República. Quando se deu a restauração da monarquia, em 1660, com a ascensão de D. Carlos II ao trono inglês, já não se tratava de uma monarquia absoluta, mas sim de uma monarquia em que o poder do Rei era controlado e contrabalançado pelo poder do Parlamento. O conflituoso clima interno em Inglaterra terá mesmo sido uma das razões que retraíram o país a envolver-se intensamente nos conflitos continentais.

De qualquer modo, durante o período de publicação da *Gazeta*, o Parlamento inglês⁶, convocado por D. Carlos I, em 1640, esteve sempre em funções, convivendo, com maior ou menor tensão, com o monarca. O primeiro episódio de confronto aberto entre D. Carlos I e o Parlamento, em particular com a Câmara dos Comuns, foco do poder parlamentar, ocorreu logo no ano em que o Parlamento foi convocado pelo Soberano. Seis dias depois da abertura, um deputado dos comuns por Londres, chamado John Pym, instigou a Câmara a acusar de traição Lorde Strafford, ministro e conselheiro privilegiado do Rei. Mais de trezentos parlamentares dos Comuns dirigiram-se à Câmara dos Lordes para exigir a detenção de Strafford. Os lordes tinham começado a discutir o assunto quando o conde de Strafford entrou na sala, tendo sido imediatamente detido. O Rei não reagiu e os parlamentares basearam-se numa lei antiga que condenava à morte quem traía o Rei para condenar Strafford, mas para o fazerem criaram um facto jurídico novo, o de que o Rei e a Nação eram uma e a mesma coisa, pelo que, considerando que Strafford tinha traído a Nação (por abuso de poder), então também tinha traído o Rei, merecendo a morte. D. Carlos I foi, então, ao Par-

⁵ Os puritanos eram uma espécie de corrente fundamentalista protestante dentro do anglicanismo. Viam a perversão em todo o lado, criticando, nomeadamente, a vida licenciosa dos monarcas e o poder absoluto sobre os súbditos. Os mais radicais proclamavam as virtudes da extinção da monarquia e da instituição de uma república. Incitando constantemente à rebelião, através de panfletos e pregações, tornaram-se um dos principais pilares da revolta contra o Rei de Inglaterra, D. Carlos I.

⁶ O Parlamento era formado por duas câmaras, a dos Comuns, constituída pelos representantes das cidades, ou seja, do povo, onde tinham assento sobretudo burgueses, e a Câmara dos Lordes, constituída por aristocratas e clérigos.

lamento, defender o seu ministro, sustentando que este, embora tivesse abusado do poder, jamais o tinha traído. Mas os parlamentares tomaram as próprias palavras do Rei para alegar que se Strafford tinha abusado do poder então tinha, igualmente, traído o Soberano. Derrotado juridicamente, O Rei assinou a sentença de morte (facto de que sempre se arrependeu, tendo mesmo considerado a sua própria execução, em 1649, como o castigo divino por ter permitido a morte de Stafford) e Lorde Strafford foi decapitado a 12 de Maio de 1641.

Uma revolta dos católicos irlandeses contra a ocupação inglesa, em 1641, provocou ainda mais mossas na posição do Rei, já que correu o boato de que o Soberano, por causa da sua mulher, que era católica, tinha apoiado a sublevação irlandesa.

O segundo ataque dos comuns, em 1642, já em plena época de publicação da *Gazeta*, foi dirigido aos bispos anglicanos que tinham assento na Câmara dos Lordes, igualmente acusados de abuso de poder. Vários prelados foram encarcerados na Torre de Londres. O Rei, que estava na Escócia aquando da acusação, regressou a Londres, tendo sido acolhido entusiasticamente pela população. Animado por essa recepção e instigado pela Rainha, o Rei foi ao Parlamento no dia 4 de Janeiro de 1642, com o intuito de deter os cinco parlamentares mais radicais. Irrompeu pelo edifício dentro e sem cumprimentar ninguém sentou-se na cadeira do presidente. Os deputados, porém, prevenidos das intenções do Rei, fugiram para o Guild Hall, edifício municipal, e o Rei saiu do Parlamento a escutar os apupos dos parlamentares, que gritavam “violação!”, querendo com este grito acusar o Rei de violar os privilégios parlamentares. No dia seguinte, o Rei dirigiu-se ao Guild Hall para reclamar a detenção dos deputados, mas o Conselho Municipal recusou-se a entregá-los e estes acabaram por regressar ao Parlamento ovacionados e escoltados pela população. Exasperado, o Rei, que considerava que o seu poder emanava directamente de Deus, desistiu e abandonou Londres, a 10 de Janeiro, e só regressaria à capital britânica, já derrotado, depois do desfecho da guerra civil.

Para fortalecimento da sua posição, o Parlamento declarou não poder ser dissolvido sem o seu próprio consentimento e recrutou um exército, que durante muito tempo foi capitaneado por Lorde Essex. Ficaram em Londres a maioria dos comuns e alguns lordes. O Rei, por seu turno, estabeleceu a Corte em Oxford, onde criou um Parlamento mis-

to, constituído, maioritariamente, por lordes mas também por muitos comuns que não se reconheciam no curso que os eventos tomavam. O Rei assumiu o comando do exército absolutista, aconselhado pelo seu sobrinho, o príncipe Roberto, que se deslocou da Holanda para o ajudar, mas cujo génio militar foi suplantado pelo autoritarismo do tio, que acabaria por conduzir o exército real de derrota em derrota até ao fim. Com as posições extremadas, o confronto civil foi inevitável. A Rainha deslocou-se à França e à Holanda e foram também encetadas negociações com a Escócia e com os católicos da Irlanda para buscar apoios para as posições reais. O Rei estava pronto a entregar a Inglaterra a países inimigos se conservasse a coroa e o poder absoluto, conforme ele próprio afirmou: “De modo algum consentirei em entregar a Igreja, os amigos ou a minha espada, como vencido. Não sei de onde chegará o auxílio, mas estou disposto a vender a Inglaterra e os próprios ingleses a quem quiser ajudar a defender as três coisas que referi. Caso não chegue auxílio, morrerei em combate” (*cit. in* Navarro, XIV, 2005: 497-498). Ele “considerava que o reino herdado dos seus avós era seu, pelo que podia vendê-lo ou trespassá-lo. Ele era o Estado, os súbditos deviam-lhe obediência sem receber em compensação qualquer direito” (Navarro, XV, 2005: 498).

Após várias batalhas menores, em 1644 o exército real, comandado pelo príncipe Roberto, foi derrotado na batalha de Marston Moor, perto de York, pelo exército do Parlamento, comandado por Lorde Essex. Nesse dia, o comandante da cavalaria parlamentar, um puritano chamado Oliver Cromwell, foi quem mais se destacou no combate. Após a batalha, Oliver Cromwell solicitou ao Parlamento a criação de um novo exército constituído exclusivamente por puritanos, que se alistariam até ao final da guerra. Somente os treze lordes que tinham permanecido em Londres se opuseram à ideia. Formou-se, assim, o Novo Exército do Parlamento, também chamado Legião dos Santos e ainda exército dos cabeças-redondas, pois os soldados cortavam o cabelo segundo o estilo puritano. Era chefiado por Thomas Fairfax, um dos lordes que tinham ficado em Londres. Em Junho de 1645, o exército real sofreu nova derrota, esta definitiva, em Naseby. D. Carlos I, vendo a sua causa perdida, refugiou-se na Escócia, mas os escoceses entregaram o Soberano ao Parlamento, a troco do saldo de uma dívida de 400 mil libras. O Rei foi levado para Londres, onde lhe ofereceram a manutenção da chefia do Estado e da sua posição como Rei desde que

aceitasse um regime constitucional. Porém, D. Carlos I de Inglaterra, convicto das suas posições, recusou a oferta, dispondo-se a morrer pelos seus princípios. O Rei deixou, então, de ser tratado por Majestade e passou a ser simplesmente denominado Carlos Stuart. Já depois do término da publicação da *Gazeta*, D. Carlos I foi julgado (1648-1649) e executado (30 de Janeiro de 1649). Seguiu-se a ditadura de Oliver Cromwell, que, embora tivesse obscurecido a produção cultural, haveria de ter grande influência na projecção externa do poder inglês, ao favorecer a burguesia mercantil, o comércio intercontinental, as manufacturas e a colonização. Porém, a repressão feroz e brutal que Cromwell exerceu contra os irlandeses⁷, por causa da rebelião de 1641, foi a causa do ódio profundo destes aos ingleses, que só esmoreceria já no século XX, com a independência da República da Irlanda.

A guerra civil inglesa teve especial repercussão nas Províncias Unidas (Holanda), já que enquanto os Estados Gerais holandeses (Parlamento) simpatizavam com o Parlamento inglês, a Casa de Orange, do *stadthouder* Frederico Henrique de Nassau, simpatizava com o Rei inglês, D. Carlos I. Esta oposição agudizou-se em 1641, quando o filho de Frederico Henrique, o futuro príncipe Guilherme II, casou, aos 15 anos, com a filha de D. Carlos I, Dona Maria Stuart. Também se fizeram planos para o casamento do príncipe de Gales, o futuro Carlos II, com a filha de Frederico Henrique, Dona Luísa Henriqueta. O objectivo de Frederico Henrique de Nassau e Orange, ao celebrar a aliança com os Stuart e centralizar a administração das Províncias Unidas, era o de congregar apoios para dar à Casa de Orange uma eventual coroa holandesa. Porém, a queda de Carlos I de Inglaterra frustrou os planos de Frederico Henrique. Luísa Henriqueta viria a casar, então, com o grande-eleitor de Brandemburgo⁸, Frederico Guilherme. A morte de Frederico Henrique de Nassau, em 1647, fez esfumar definitivamente as pretensões da Casa de Orange à ascensão a uma hipotética coroa holandesa.

⁷ O Parlamento era formado por duas câmaras, a dos Comuns, constituída pelos representantes das cidades, ou seja, do povo, onde tinham assento sobretudo burgueses, e a Câmara dos Lordes, constituída por aristocratas e clérigos.

⁸ Brandemburgo foi a base da Prússia, estado onde Frederico, o Grande, neto de Dona Luísa Henriqueta e de Frederico Guilherme, haveria de reinar e expandir, facilitando a unificação alemã que teria lugar no século XIX.

1.1.3 Transformações sociais, políticas e económicas

Numa Europa em acentuada transformação, adivinhava-se, na primeira metade do século XVII, o empaldecimento de Espanha (e Portugal) após o seu Século de Ouro, pese embora a conservação de grande parte dos territórios ultramarinos dos países ibéricos, quer nas Américas quer no Extremo-Oriente (caso das Filipinas espanholas ou de Macau e Goa, possessões portuguesas na China e na Índia)⁹. Novas potências emergiram, suplantando Portugal e Espanha. A Holanda (Províncias Unidas), uma tolerante república liderada por empreendedores protestantes calvinistas e nascida de uma revolta contra os monarcas espanhóis que reinavam no território, lançou-se no comércio transcontinental, em grande medida por causa da interdição dos portos portugueses aos seus navios. No final do século XVII, a frota mercante mundial contava com mais de dois milhões de toneladas, sendo a Holanda responsável por metade da tonelagem, enquanto a Inglaterra movimentava 300 mil e a França 180 mil (Navarro, XV, 2005: 5). A Suécia e a Dinamarca intervieram activamente na Europa Central, disputando a tradicional liderança do imperador do Sacro-Império. A Rússia dos Romanov começou a tentar expandir-se para Oeste, rivalizando com a Polónia e os estados bálticos, e para Leste, para as infinitas estepes siberianas. Seguindo o exemplo da Holanda, a Inglaterra lançou-se, igualmente, no comércio intercontinental e na colonização de novos territórios, em especial na América do Norte e em África, mas também no Extremo Oriente. Fortalecida, apesar dos seus conflitos internos, não se coibiu de interferir nos assuntos continentais. A França fez o mesmo. O expansionismo simultâneo de várias potências rivais foi, aliás, uma das razões que levaram ao rompimento do equilíbrio geoestratégico e à eternização da Guerra dos Trinta Anos até 1648. O Império Otomano, por seu turno, ameaçava as fronteiras sul e sudeste do Sacro-Império na Europa Central, ao mesmo tempo que os piratas magrebins deixavam insegura a costa mediterrânica e atlântica do Sul da Europa e de Portugal.

A economia europeia também se foi modificando ao longo do século XVII, tornando-se crescentemente capitalista e industrial. O mundo rural perdia progressivamente terreno para o urbano, a cidade

⁹ Apesar dos conflitos na Europa, as possessões ultramarinas portuguesas e espanholas conseguiram resistir, maioritariamente, ao assédio holandês, inglês e francês. As rotas marítimas intercontinentais, porém, tornaram-se mais inseguras.

impunha-se crescentemente à aldeia, apesar de a maioria da população continuar a viver no campo em famílias alargadas¹⁰. A colonização, a industrialização manufactureira e o comércio (nacional, internacional e intercontinental) proporcionaram a ascensão da burguesia. As manufacturas implantavam-se por todo o lado, rumo à Revolução Industrial. As grandes companhias comerciais, como a Companhia Inglesa das Índias Orientais e a Companhia Holandesa das Índias Orientais (sociedades por acções), começaram a surgir, animando o comércio mundial. Apareceu o primeiro banco moderno – o Banco de Inglaterra, logo seguido pelo Banco de Amesterdão. Apareceu a bolsa. Criava-se e inventava-se. O bem-estar melhorava, como se comprova pelo aumento da população europeia de 90 milhões para 130 milhões durante o século XVII (Navarro: XV, 2005: 3).

A ascensão da burguesia trouxe ar fresco à educação. O Protestantismo já tinha estimulado as pessoas a instruírem-se, para poderem ler a *Bíblia*, mas as novas exigências comerciais e industriais (por exemplo, as pessoas necessitavam de saber ler instruções e ordens) tornaram a alfabetização mais premente. Livros e jornais impressos proliferavam, dando às pessoas motivos acrescidos para se alfabetizarem. A aquisição de conhecimentos e competências rivalizava com o entretenimento enquanto motivo para levar os indivíduos a instruírem-se.

A ascensão da burguesia esteve também na origem de transformações na política, pois os Estados viram-se obrigados a recorrer aos burgueses endinheirados para fazerem face às crescentes despesas e aos sucessivos défices orçamentais¹¹. A burguesia começou a intervir no governo dos países, suplantando os nobres, o que acabou por ser fonte de muitos conflitos. Os burgueses principiaram, também, a adquirir as terras da aristocracia tradicional arruinada, agudizando as tensões. Numa primeira fase, em vários países, os burgueses apoiaram a centralização do poder régio contra a tradicional nobreza feudal, tendo sido um dos alicerces do Absolutismo, sistema, que em grande medida, foi inventado pelo “primeiro-ministro” de D. Luís XIII, o cardeal Richelieu, que via no Rei a figura de um governante empossado por Deus, assistido por executivos acima de todos os interesses. Deus é,

¹⁰ A família nuclear (pai, mãe, filhos) é uma contingência da Revolução Industrial.

¹¹ O ouro da América-Latina adiou o desenvolvimento de Portugal e de Espanha, pois estes países não investiram como os restantes na industrialização e alfabetização. O facto de Portugal e Espanha serem países católicos também desincentivou a alfabetização, pois, ao contrário dos protestantes, os fiéis não necessitavam de saber ler a *Bíblia*: bastava a mediação dos padres.

no Absolutismo de direito divino, a fonte do poder, e não o povo, a nação. Para que se proporcionasse a centralização do poder no Rei houve, porém, que quebrar o orgulho da aristocracia tradicional, que se revoltou em várias ocasiões, como sucedeu em 1643, com a conjura de Cinq-Mars para matar Richelieu e D. Luís XIII (e que terminou com a execução de Cinq-Mars).

A centralização do poder no Rei destruiu as ambições das famílias nobres tradicionais, cujos pergaminhos já não chegavam para terem poder e influência. Mas numa segunda fase, os burgueses reagiram contra o Absolutismo, exigindo uma participação maior e mais directa na governação. Uma nova doutrina política surgiu: a da soberania do povo. Esta doutrina, com raízes na Reforma Protestante¹², admitia que um povo era dono de si mesmo. Um povo poderia, no entanto, delegar o poder num soberano, desde que este lhe prestasse contas, através dos representantes populares, reunidos num parlamento. Se o soberano abusasse do poder, poderia ser destituído ou mesmo morto, algo que o Absolutismo não tolerava, já que para os absolutistas a legitimidade da monarquia residiria em Deus e não no povo.

Foi na progressista, liberal e tolerante Holanda que surgiram pela primeira vez governantes oriundos da burguesia, que enfrentarão a Casa de Orange. Em Inglaterra, os burgueses lutarão contra Carlos I, num conflito que terminará com a imposição do parlamentarismo moderno, com o poder centrado na Câmara dos Comuns. Em França, os parlamentares burgueses desempenhariam um papel fundamental na revolta da Fronda, contra os Bourbons e D. Luís XIV. A nobreza tradicional aliou-se, então, ao poder régio, contra a burguesia, de origens populares. A Revolução Inglesa, que permitiu a institucionalização da democracia de partidos liberal, e um século depois a Revolução Francesa, são os mais relevantes exemplos de revoluções burguesas. Aliás, de certa forma poder-se-ia adicionar a Revolução Americana, independentista, a essas revoluções de origem eminentemente burguesa. Mesmo as revoltas portuguesa e catalã dos anos 40 do século XVII podem inserir-se nesse quadro de reacção burguesa “perante a bancarrota e decadência dos Habsburgos hispânicos” (Navarro, XV, 2005: 17).

Duas ordens de valores políticos começaram, então, a rivalizar in-

¹² Lutero admitia que qualquer pessoa pode interpretar as Escrituras devido à graça divina. Em consequência, se não é necessária qualquer intermediação para comunicar com Deus, interpretando a Palavra Divina, então qualquer pessoa pode opinar sobre o rumo da governação e não deve aceitar sem discussão uma autoridade humana absoluta.

tensamente no século XVII. De um lado, os ideais do parlamentarismo liberal, cultivados, sobretudo, pela burguesia, ávida de participar na governação. Do outro, os valores da monarquia absoluta “de direito divino”, suportada, em particular, pelos grandes aristocratas, que desde o final da Idade Média viam diminuir os seus privilégios, o seu poder e a sua influência. A Inglaterra do século XVII foi o país em que estas posições contrárias mais abertamente se digladiaram. O conflito interno entre o Parlamento e o Rei abriu, no entanto, fendas sociais e de mentalidades em todo o mundo ocidental. Merece ser evocado com algum pormenor, pois o constitucionalismo britânico e alguns dos princípios jurídicos e políticos então estabelecidos constituem alguns dos vértices dos Estados Democráticos de Direito contemporâneos.

As transformações sociais e políticas dos séculos XVI e XVII trouxeram, apesar de tudo, um apaziguamento das formas mais violentas de extremismo religioso, que, em tempos anteriores, originaram várias chacinas. O final da Guerra dos Trinta Anos, como se disse, representou a agonia da *Republica Christiana*, o estertor da vontade de unificar o continente por uma dinastia e por uma religião, e o início do sistema internacional de Estados. A produção intelectual e cultural revigorou-se, potenciando as mudanças renascentistas. Compositores, pintores, filósofos, cientistas, inventores, descobridores, escritores e jornalistas rivalizaram no arejamento das mentalidades do Velho Continente, mas também na afirmação dos valores do individualismo, do lucro e da iniciativa privada, da criação e invenção, da investigação e da reflexão; e do racionalismo antidogmático. A ciência, em particular a física de Newton, colocava diariamente em causa muitos dos dogmas religiosos.

A produção científica e tecnológica de Seiscentos permitiu, entre outras coisas, o desenvolvimento da navegação marítima, responsável pelo incremento do comércio e pela colonização ultramarina. Sobretudo, criou as condições para que o século XVIII viesse a ser o das Luzes.

Finalmente, a relativa paz e, com ela, a prosperidade geral alcançada pelos países europeus no final do século XVII¹³ permitiu aos estados investir na criação de infra-estruturas (canais, navegabilidade dos rios, estradas...), alimentando, retroactivamente, o crescimento económico. Questões como a pobreza deixaram de ser vistas como algo de intrinsecamente pessoal, para passarem a ser vistas como problemas que os Estados deveriam resolver. Os Estados contemporâneos começavam a desenhar-se.

¹³ Prosperidade relativa, já que a França, por exemplo, estava empobrecida no final do século XVII, devido às aventuras bélicas de D. Luís XIV.

1.2 A conjuntura portuguesa

Quando a *Gazeta* “da Restauração” começou a ser publicada, Portugal atravessava um período instável e conflituoso, provocado pelo golpe de 1 de Dezembro de 1640, que pôs fim à união dinástica que durante sessenta anos tinha ligado as coroas de Espanha e de Portugal. Nesse dia, um grupo de nobres colocou no trono o Duque de Bragança, aclamado Rei como D. João IV. O conflito que se seguiu à Restauração só chegou ao fim em 1668, com a celebração da paz com Espanha. Foi, inclusivamente, um conflito fracturante para a sociedade portuguesa, em particular para a nobreza, já que vários nobres mantiveram a sua lealdade a D. Filipe III (D. Filipe IV de Espanha) e chegaram mesmo a lutar contra os seus compatriotas para fazerem valer os direitos do Soberano a quem tinham jurado lealdade¹⁴.

Porém, a Restauração adivinhava-se já numa revolta antifiscal que eclodiu em Évora, em 1637, e que rapidamente alastrou a todo o país. O governo de Madrid, dirigido pelo valido do Rei, o conde-duque de Olivares, necessitava de financiar o esforço de guerra. Assim, os governantes aumentaram a tributação nos domínios de D. Filipe IV (D. Filipe III de Portugal), mas confrontaram-se com a hostilidade dos nacionais de vários dos reinos e territórios do soberano, incluindo Portugal e a Catalunha. A ideia da união dinástica entre Portugal e Espanha, por exemplo, baseava-se na manutenção das prerrogativas de cada um dos dois reinos, pelo que os esforços integracionistas e de solidariedade militar e fiscal promovidos por Olivares foram muito mal recebidos entre os portugueses.

A Restauração adivinhava-se, também, no fortalecimento do mito do Sebastianismo, que, nacionalizando o messianismo judaico, prometia aos portugueses a redenção e a regeneração. El-Rei D. Sebastião, dizia o povo, habilmente manipulado pelas elites, não tinha morrido na batalha de Alcácer Quibir (Marrocos, 4 de Agosto de 1578). Ele regressaria, num

¹⁴ São os casos de Pedro Gomes de Abreu, conde de Regalados; do conde de Tarouca; de D. Lopo da Cunha, senhor de Assentar; de D. João Soares, alcaide-mor de Torres Vedras, entre muitos outros, todos eles generosamente recompensados com títulos nobiliárquicos, cargos e dinheiro por D. Filipe IV. Houve casos em que filhos e pais seguiram rumos distintos. O filho do marquês de Montalvão, por exemplo, permaneceu fiel a D. Filipe IV, enquanto o seu pai escolheu por suserano a D. João IV. A fidelidade a um lado era menos territorial do que pessoal. A intensa circulação de pessoas entre os lados em conflitos promoveu, aliás, a guerra de propaganda, mas também a troca de informações.

dia de nevoeiro, para fundar um Quinto Império¹⁵, cristão e universal, sob a liderança de Portugal. De tal forma era profundo esse mito no inconsciente colectivo nacional que o próprio Rei D. João IV, ao ascender ao trono após a Restauração, teve de prometer restituir o poder a D. Sebastião, caso O Encoberto, perdido na Ilha da Bruma, reaparecesse.

Uma revolta na Catalunha facilitou a Restauração da Independência de Portugal. O conde-duque de Olivares, contraproducentemente, exigiu aos fidalgos portugueses, em Outubro de 1640, que acompanhassem o seu Rei na subjugação da revolta catalã, mas estes mantiveram-se, maioritariamente, numa provocatória inacção. A fidalguia, na mesma linha do sentimento popular, mostrava, assim, que rejeitava a intensificação das políticas de recrutamento militar que Olivares procurava implementar, na ânsia de distribuir solidariamente pelos diversos domínios de D. Filipe IV os custos humanos e materiais das guerras em que Espanha estava envolvida, guerras essas que prejudicavam enormemente os interesses portugueses¹⁶, em particular ao nível do comércio intercontinental e de segurança dos domínios ultramarinos¹⁷. A desesperada ordem de Olivares aos fidalgos portugueses para participarem na subjugação da revolta catalã foi, assim, um dos motivos directamente responsáveis pela intentona de 1 de Dezembro de 1640, que conduziria à Restauração da Independência de Portugal.

Na verdade, segundo Fernando Dores Costa (2004: 16 - 17), a nobreza receava perder estatuto e privilégios caso cumprisse a ordem de Olivares e se afastasse de Portugal. O próprio Duque de Bragança veria o seu

¹⁵ O Padre António Vieira retomará esse enquadramento nas suas obras [ver o vol. VI das *Obras Escolhidas*, dadas à estampa em 1952], mas colocando D. João IV no papel de príncipe do Quinto Império, protector da Igreja e do povo num mundo unido sob a égide do Cristianismo.

¹⁶ Recorde-se que a ascensão de D. Filipe I (D. Filipe II de Espanha) ao trono de Portugal, em 1580, dando origem à união dinástica, foi facilitada pela convicção de que a integração de Portugal nos vastos domínios dos Habsburgos aumentaria a segurança dos domínios coloniais portugueses e das frotas marítimas e facilitaria o controlo do comércio intercontinental, mas na prática verificou-se o inverso. Envolvidos nas guerras de Espanha, os territórios ultramarinos e as frotas marítimas de Portugal foram ameaçados pelos inimigos de Espanha, em particular pelos holandeses, mas também pelos ingleses e mesmo pelos franceses. Por seu turno, como assevera Costa (2004: 16), a nobreza terá aceite a união dinástica não só porque parecia preservada a identidade nacional e a autonomia de Portugal no seio da Monarquia Dual mas também porque ganhava influência, propiciada pela possibilidade de circulação internacional nos territórios dominados pelos Habsburgos. Todavia, a autonomia portuguesa foi-se degradando, principalmente durante o reinado de D. Filipe III de Portugal, após a ascensão de Olivares.

¹⁷ Duas das maiores potências militares navais da época, Inglaterra e Províncias Unidas (Holanda), eram inimigas de Espanha.

envolvimento na revolta catalã e o cumprimento da ordem de Madrid como uma ameaça à preservação do estatuto da sua Casa, pois recearia a perda de liberdade que o seu afastamento de Portugal implicava.

“Para a fidalguia e a nobreza, a expectativa sobre o que ganhava ou perdia a casa que se administrava na escala dos estatutos nobiliárquicos era o critério para fazer a avaliação de quaisquer situações. Essa avaliação guiava as opções. Amalgamadas na massa fidalga de variadas proveniências que acompanharia Filipe IV contra os catalães, as casas dos fidalgos portugueses não tinham quaisquer garantias de não se verem degradadas e mesmo caídas em desgraça. Noutras circunstâncias, esse chamamento poderia ser, paradoxalmente, honroso. Se a ele fossem associadas esperanças de promoção dentro dos círculos cortesãos. Mas este, pelo contrário, era um chamamento forçado e por isso degradante. Dessa pressão ficou, aliás, a imagem, com maior ou menor fundamento, da cominação em nome de Filipe IV da perda de nobreza e dos bens contra os que se recusassem a tomar armas contra os catalães. Evidenciava-se que o espaço do reino era um espaço de protecção dos estatutos. Sair desse espaço era, nestas condições, um risco muito elevado. Desobedecer a Madrid tornou-se um imperativo. Para isso, Lisboa tinha de passar de novo a ter rei próprio.” (Costa, 2004: 17).

Aproveitando o facto de as energias de Espanha estarem voltadas para a subjugação da revolta catalã e de o sentimento popular português começar a ver mais inconvenientes e perigos do que vantagens na união dinástica, um grupo de letrados e nobres pediu ao Duque de Bragança a sua participação numa conjura destinada a restaurar a independência, prometendo-lhe o trono, já que o Duque tinha legitimidade hereditária para o assumir. Com o apoio da mulher, D. Luísa de Gusmão, que apesar de ser filha de uma das grandes casas de Espanha alimentava o sonho de ser rainha de Portugal, o Duque de Bragança transmitiu aos conspiradores que, caso conseguissem aclamá-lo Rei, não se furtaria aos seus deveres para com Portugal, mas se a intentona fracassasse, ele negaria a sua participação. E continuou a exhibir uma displicente mas opulenta inactividade no seu palácio de Vila Viçosa, no qual reunia uma pequena corte, pese embora todas as tentativas de D. Filipe III (D. Filipe IV de Espanha) e do seu valido Olivares para o afastarem de Portugal, seduzindo-o com promessas de elevados cargos

fora do país, nomeadamente o de vice-rei de Milão.

A 1 de Dezembro de 1640, os conspiradores independentistas assaltaram o Paço da Ribeira, em Lisboa. Assassinaram o odiado secretário de Estado, Miguel de Vasconcelos, cujo corpo atiraram por uma janela para a população, e prenderam a duquesa de Mântua, representante de D. Filipe III na qualidade de vice-rainha, exigindo-lhe a rendição das guarnições castelhanas de Lisboa e do Tejo, a que ela acedeu. Da varanda do paço, um dos conspiradores, D. Miguel de Almeida, aclamou D. João IV Rei de Portugal. Enquanto aguardavam a chegada do novo Rei a Lisboa, os conjurados nomearam um conselho de três governadores para o Reino: D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa; D. Sebastião de Matos de Noronha, arcebispo de Braga; e o visconde D. Lourenço de Lima. A aclamação do novo Rei foi imediatamente comunicada a todas as cidades e províncias, que aderiram ao movimento independentista. A 11 de Dezembro foi formado um Conselho de Guerra (que obteria o seu regimento a 22 de Dezembro de 1643)¹⁸, prevendo-se já o inevitável confronto bélico com Madrid.

Tendo subestimado a possibilidade de uma revolta independentista em Portugal, a reacção de Madrid à Restauração da Independência foi de incredulidade e estupefacção. A 17 de Dezembro, Olivares convocou os fidalgos e eclesiásticos portugueses que permaneciam na Corte madrilena, aos quais denunciou a alegada vilania cometida por D. João IV. O valido de D. Filipe IV mais surpreendido ficou quando viu que o vice-rei do Brasil (em Salvador da Baía), D. Jorge de Mascaranhas, aclamou D. João IV como Rei, a que se seguiu o governador do Rio de Janeiro, Salvador de Sá, respectivamente em Fevereiro e Março de 1641. As possessões portuguesas da Índia seguiram o mesmo caminho, proclamando D. João IV como Rei, em Setembro de 1641 (Goa), escassos dois meses antes da publicação do primeiro número da *Gazeta*. A Restauração também se fez sem dificuldades na ilha da Madeira (Fevereiro de 1641) e nos Açores (Março de 1642), bem como em Angola (1641), Sofala e Moçambique (1641), Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (1641), Macau

¹⁸ A criação de conselhos, responsáveis por uma determinada missão, era comum na governação da época, contrapondo-se, de certa forma, à nomeação de governantes todo-poderosos, como o foram o valido de D. Filipe IV, Olivares, ou o cardeal Richelieu, valido de D. Luís XIII, em França. Os conselhos eram dominados por fidalgos e letrados, fossem estes religiosos ou civis. O Conselho de Estado era o principal conselho português. Os conselhos estudavam os assuntos e propunham medidas ao Soberano e assumiam também, eventualmente, funções de coordenação da implantação das políticas reais.

(1642) e ainda nas possessões do Norte de África de Tânger (1643) e Mazagão (1641). Ceuta, primeira conquista portuguesa do período expansionista pré-Descobrimentos (1415), permaneceu fiel a D. Filipe IV e ainda hoje é território espanhol.

O novo Rei buscou apoios para a causa independentista por toda a Europa, nomeadamente entre os países rivais de Espanha (França, Inglaterra, Províncias Unidas e Suécia) e a Santa Sé. Iniciou, igualmente, uma política de fortalecimento militar das regiões fronteiriças e de reconciliação nacional, permitindo (e exigindo), nomeadamente, que os nobres portugueses instalados na Corte madrileña regressassem a Portugal¹⁹, confirmando-lhes as benesses recebidas de D. Filipe IV. O soberano português, fez, igualmente, idêntico apelo aos militares portugueses integrados nos exércitos do Rei espanhol, o que levou muitos deles a regressarem a Portugal. Costa (2004: 45) diz mesmo que dois terços do exército português levantado por alturas da Guerra da Restauração eram compostos por veteranos que tinham combatido no exército de D. Filipe IV.

Os impostos lançados por D. Filipe III (D. Filipe IV de Espanha), que tinham detonado a revolta de Évora, em 1637, e outras revoltas anteriores, foram, porém, confirmados por D. João IV, pois era preciso dinheiro para assegurar a defesa do Reino contra uma aguardada intervenção espanhola²⁰. Desta vez, porém, não houve protestos populares. A aposta dos conjurados de Dezembro de 1640 em manterem a revolta circunscrita aos nobres, precisamente para excluir uma revolta popular que se poderia virar contra a própria nobreza, tinha resultado. Não se repetiram, assim, os desacatos contra os fidalgos em geral que se tinham verificado durante os acontecimentos de Évora, alastrados a todo o país. Aliás, o controlo da conjura pela nobreza possibilitou, ainda, o controle do poder régio pela fidalguia, pelo que a Monarquia Restaurada esteve longe de ser uma monarquia absoluta. Inclusivamente, o poder régio foi ainda limitado pela necessidade de fundos para a guerra da independência, que apenas podiam ser obtidos com a colaboração da nobreza.

¹⁹ O irmão do Duque de Bragança, D. Duarte, que se encontrava ao serviço do imperador do Sacro-Império (o outro ramo dos Habsburgos), foi aprisionado por este último, a pedido de D. Filipe IV. Não regressou a Portugal e acabou por morrer desonrosamente na prisão.

²⁰ O golpe do primeiro de Dezembro de 1640 foi conservador no sentido em que procurou, essencialmente, resgatar o estatuto e privilégios de uma nobreza ameaçada. O apoio do povo foi mais emotivo que racional, talvez obtido graças à promessa de “bom governo” trazida por D. João IV, que no fundo assentava na sugestão, nunca cumprida, de alívio da carga fiscal.

Para fortalecer juridicamente o novo regime, o Soberano, coroado a 15 de Dezembro de 1640 e confirmado pelas Cortes de Janeiro de 1641²¹, instou um corpo de juristas, entre os quais se contavam António Pais Viegas e João Pinto Ribeiro, a elaborar uma doutrina que justificasse e legitimasse a Restauração. O novo enquadramento jurídico-doutrinário perspectivou a Restauração não como um acto rebelde contra o poder legítimo, como pretendiam os juristas espanhóis, mas sim como a conquista da liberdade nacional contra a dominação estrangeira, já que o poder seria delegado num rei pelos súbditos graças a um pacto em que estes, que recebiam o poder directamente de Deus, viam a sua prosperidade, liberdade e segurança asseguradas pelo seu soberano. Quando o rei quebrava o pacto, conforme teria acontecido com D. Filipe III (D. Filipe IV de Espanha), então os súbditos poderiam depor e mesmo julgar e condenar o monarca.

Costa (2004: 15 – 22) chama, assim, a atenção para a problemática da reinstituição de um “rei natural”, que segundo o autor é a “melhor síntese” para a caracterização do movimento de 1640. O “rei natural” é o rei nascido na terra de que é soberano e que lhe devota amor, o rei generoso e moderado cheio de afecto e consideração pelos seus vassallos, o rei capaz de preservar a autonomia de um país, o rei que luta contra a dominação estrangeira, o rei capaz de preservar a nobreza autóctone, garante da segurança do povo. D. Filipe III (D. Filipe IV de Espanha), à luz da nova doutrina, não era “rei natural”. Além disso, a máquina propagandística da Monarquia Restaurada rapidamente justificou o movimento de 1640 como um acto legítimo de revolta contra um tirano que teria violado a autonomia “constitucional” de Portugal e que queria liquidar a nobreza do Reino para melhor o integrar em Espanha:

²¹ No período de publicação da *Gazeta*, as Cortes reunir-se-ão ainda em Setembro de 1642 e 1645-1646, integrando representantes dos três estados: clero, nobreza e povo. É de salientar que as instituições civis formadas pelo povo (por exemplo, as câmaras municipais) por vezes se confrontavam com os nobres, devido, nomeadamente, à interferência dos governadores militares sobre essas instituições e ao desgoverno do dinheiro resultante dos pesados impostos cobrados às populações para sustentar o esforço de guerra. O estado do povo também não aceitou as desigualdades nos impostos para o esforço de guerra, que inicialmente poupavam a nobreza e as ordens religiosas ao mesmo tempo que sobrecarregavam o povo, já de si descontente por ter de enviar os seus filhos, necessários à lavoura, para o exército (do qual muitas vezes desertavam). O povo tinha clara consciência, e começava a não aceitar, a rígida compartimentação social própria da época, tal como não aceitou ser o pagante exclusivo da guerra. O facto de a Guerra da Restauração ter sido, na maioria do tempo, uma guerra defensiva (exceptuando o período ofensivo que se prolongou de 1643 a 1646) também se relaciona com as pressões do povo para a diminuição da carga fiscal. (Ver: Costa, 2004: 23-45).

“Os autores que escrevem na época justificando a Aclamação [de D. João IV] afirmaram que estava em curso a aplicação de um projecto de destruição material, simbólica e mesmo física da fidalguia – incluindo a do próprio Duque de Bragança – que daria fim ao próprio Reino, condenando-o à decapitação social, o que constituía uma versão dramaticamente exagerada das exigências da política de Olivares. O Rei – natural – vinha, neste momento crucial [o da Restauração], libertar os fidalgos, dizia-se. Claro que esta formulação invertia a realidade: em vez de serem libertados, foram os fidalgos que inventaram um Rei, um novo ‘pólo de amor’ (...) para se libertarem a si mesmos.” (Costa, 2004: 16).

A *Gazeta* da Restauração terá sido promovida ou pelo menos consentida pelo Soberano dentro do espírito de propaganda e legitimação do novo regime:

“A frente da propaganda interna e externa era uma componente decisiva da guerra. Além da difusão, à escala europeia e também no reino, da literatura de legitimação da dinastia de Bragança, destinada a um público letrado (...) havia que fazer a divulgação dos feitos bélicos sobre a qual se fundava o importantíssimo ‘crédito das armas de Sua Majestade’. Por isso mesmo, os relatos ‘oficiais’ dos dirigentes militares eram enviados pelo Rei aos seus representantes nas Cortes europeias para que os divulgassem e fizessem chegar aos gazeteiros dessas cidades. O objectivo era contrariar as versões que o inimigo divulgava (...). Mas a propaganda teve também junto dos portugueses um papel de moralização que se confundiu frequentemente com o da promoção dos chefes militares envolvidos nas operações. Nos primeiros anos de guerra, editaram-se (...) notícias (...) destinadas a exaltar uma determinada acção.” (Costa, 2004: 56)

O novo regime português rapidamente se viu a braços com conspirações urdidas por Madrid, com o apoio de alguns nobres e burgueses descontentes. Em Julho de 1641, por exemplo, foi descoberta uma conspiração para assassinar D. João IV e toda a sua família e devolver o poder à vice-rainha de D. Filipe IV, encarcerada num convento lisboeta. Os responsáveis pela conjura, como o financeiro Pedro de Baeça, o marquês de Vila Real e o seu filho, duque de Caminha, foram executados em Agosto de 1641. O arcebispo primaz de Braga foi encarcerado na Torre de Belém, onde morreu. O inquisidor-mor, D. Francisco de Castro, também foi preso, mas obteve perdão régio, em 1643. Outros nobres morreram, igualmente, no

patíbulo do carrasco por suspeita de implicação em conjuras contra o novo Rei. O secretário de Estado Francisco de Lucena, por exemplo, símbolo do colaboracionismo com a administração espanhola, foi executado em 1642, devido à suspeita de entabular negociações secretas com Madrid com vista à libertação do seu filho, encarcerado na capital espanhola.

Vingando as intenções de Espanha, D. João IV, por seu turno, encorajou e financiou o seu cunhado, o duque de Medina Sidónia, a tentar tornar-se Rei da Andaluzia, iniciativa que não teve sucesso. No entanto, é preciso salientar que a inicial passividade de Espanha perante a Restauração da Independência de Portugal se deveu mais à necessidade de submissão da província rebelde da Catalunha, por onde poderiam passar tropas francesas se a França desejasse invadir Espanha, do que às capacidades militares da Monarquia Restaurada em Portugal. Com o exército espanhol enredado nas operações militares na Catalunha e sem dinheiro para financiar um novo exército capaz de, no imediato, invadir Portugal, Olivares foi obrigado a ir adiando a planeada intervenção em grande escala nas terras lusas, apesar de se verificarem várias escaramuças na fronteira a partir de Abril de 1641, incluindo ataques a Olivença e Elvas (Batalha de Elvas, 30 de Julho de 1641). Aliás, Espanha via complicar-se a sua vida graças à depredação que os navios holandeses e ingleses faziam nas frotas e domínios espanhóis de além-mar, à concorrência de Inglaterra e da Holanda no comércio marítimo internacional, à continuação da guerra na Flandres e à inimizade da Suécia e, principalmente, de França, que apoiava a causa independentista da Catalunha e cujo Rei, D. Luís XIII, chegou a ser aclamado conde de Barcelona pelos revoltosos catalães. A França, como se disse acima, entrou mesmo em guerra directa com Espanha, em 1635.

A activa e inteligente diplomacia de Portugal afastou várias nações europeias da causa castelhana e congregou apoios para a Restauração da Independência de Portugal. Os diplomatas portugueses convenceram, em alguns casos com pouco esforço²², vários soberanos da legitimidade das pretensões do novo Rei e refutaram os argumentos de D. Filipe IV, que via os portugueses como súbditos rebeldes. Foram protagonistas da referida ofensiva diplomática de Portugal homens como D. Vasco Luís da Gama, marquês de Niza e conde da Vidigueira, neto do grande navegador Vasco da Gama, que chefiou duas embaixadas a Paris, de 1642 a 1646 e de 1647

²² A ofensiva diplomática portuguesa foi dirigida em primeiro lugar para os inimigos de Espanha, naturalmente receptivos a aceitarem as reivindicações de um Reino cuja secessão do império de Filipe IV significava uma diminuição do poder e influência de Espanha.

a 1649; e António de Sousa Macedo, que mais tarde redigiria o periódico *Mercúrio Português* (primeiro jornal a surgir após o desaparecimento da *Gazeta*), que foi secretário dos embaixadores em Londres, entre 1641 e 1642. Promovido ao cargo de embaixador residente em 1642, ocupou-o até 1646. Mesmo o famoso retórico Padre António Vieira, um dos conselheiros mais escutados por D. João IV, chefiou missões diplomáticas secretas à França e à Holanda (1646-1648).

Os resultados da actividade internacional da diplomacia portuguesa foram, todavia, dúbios. Inglaterra firmou com Portugal um tratado de amizade e navegação, em 1642, mas a eclosão da guerra civil no Reino Unido tornou-o praticamente inútil. Em Janeiro de 1641, foi firmada uma trégua com os holandeses e D. João IV devolveu-lhes a liberdade de comércio de que gozavam antes da união dinástica e da perda da independência (1580). As Províncias Unidas (Holanda) comprometeram-se, desse modo, a não fazer guerra a Portugal. Porém, continuaram a ocupar possessões portuguesas no Nordeste brasileiro e no Oriente, onde estavam desde o início do século XVII²³, e os seus corsários não se coibiram de atacar as frotas e os domínios ultramarinos de Portugal.

Junto da Santa Sé as coisas correram ainda pior, pois Roma não queria enfraquecer o campeão do catolicismo, D. Filipe IV, um dos mais importantes pilares da luta contra o avanço do Protestantismo.

A França de D. Luís III e do cardeal Richelieu reconheceu D. João IV no referido tratado de 1 de Junho de 1641, comprometendo-se Portugal a não estabelecer uma paz separada com Espanha. Contudo, uma cláusula secreta do tratado dava a França essa mesma prerrogativa, que se proibia a Portugal. Richelieu, principal governante de Luís III, estava interessado em que Portugal reconhecesse formalmente que era à França que devia a

²³ Apesar do equilíbrio demográfico entre Portugal e as Províncias Unidas, os holandeses beneficiavam do auxílio de mercenários protestantes alemães e escandinavos. As suas tropas eram disciplinadas e adoptavam rapidamente as inovações militares, enquanto, como revela Manuel Severim de Faria nas suas *Relações* (primeiro jornal português impresso), as portuguesas eram indisciplinadas, despreocupadas e tardavam a adoptar novos equipamentos e táticas militares. Os holandeses eram também superiores em poder naval e riqueza. Se as possessões portuguesas se salvaram foi mais por causa do enraizamento secular das populações portuguesas nos territórios colonizados, que inclusivamente já viam em Portugal uma realidade distante, do que devido ao esforço militar português. O caso da retomada do controlo sobre o Nordeste brasileiro, a partir de 1645, é exemplificativo, pois resultou de um levantamento popular que D. João IV não queria. Timor e outras possessões coloniais portuguesas resistiram aos holandeses por causa dos povos autóctones que, coligados com os portugueses, estes também já miscigenados com os povos nativos, pegaram em armas contra os invasores.

sua independência e a sua segurança. O cardeal francês queria que Portugal entrasse em guerra com Espanha, o que obrigaria os espanhóis a desguarnecerem a fronteira franco-hispânica, mas D. João IV, acertadamente, viu que o tempo jogava a seu favor, pelo que, nos primeiros tempos, adoptou uma estratégia militar defensiva, evitando uma guerra aberta com os castelhanos por tanto tempo quanto lhe foi possível²⁴. A diplomacia portuguesa exigia, todavia, que o novo Rei de Portugal ganhasse credibilidade militar:

“a preocupação diplomática central dos novos governantes era a obtenção de um acto formal que consagrasse a protecção do rei de França, o mais poderoso adversário dos Habsburgos (...). Um tratado de aliança entre os reis de Portugal e de França formalizara-se logo em 1641. (...) [O] objectivo dos diplomatas portugueses era (...) a celebração de uma liga, ou seja, de um compromisso de que [D. Luís XIII] não celebraria uma paz com Madrid sem salvaguardar a resolução da questão portuguesa. Sonhava-se com uma liga a quatro, o rei de França, a rainha da Suécia, os Estados Gerais neerlandeses, sendo o rei de Portugal o novo vértice da aliança existente. Mas a diplomacia francesa nunca cederia à assinatura de uma tal liga (...) permanecendo liberta para ajustar o fim da situação bélica com os adversários principais dos portugueses [Espanha]. Como acabará por suceder mais tarde, com enorme preocupação dos portugueses, em 1659, com a paz dos Pirenéus. A diplomacia confronta-se com a rigorosa intransigência dos Áustria e seus aliados em relação à não admissão dos portugueses às negociações e, por maioria de razão, à possibilidade de reconhecimento do rei dos ‘rebeldes’ portugueses. A primeira fase da guerra [da Restauração] seria por isso marcada pela necessidade de forçar a admissão do Rei de Portugal às negociações que conduziram à paz de Vestefália de 1648. Ora, os diplomatas franceses,

²⁴ Labourdette (2001: 331-332) refere que em Dezembro de 1643 D. João IV recebeu uma carta do diplomata português Luís Pereira de Castro em que este transmitia ao seu soberano que D. Luís XIII de França queria que D. João IV reconhecesse que Portugal devia à França e ao soberano francês a segurança de Portugal. Contudo, o Rei de Portugal instruiu o seu diplomata a não aceitar um tratado que impusesse a Portugal nunca entrar em ligas ofensivas ou defensivas contra a França. Numa outra carta, dirigida ao embaixador português em Paris, datada de 27 de Abril de 1645, D. João IV explicava que Portugal tinha apenas um inimigo, Castela, enquanto a França tinha muitos, pelo que não interessava a Portugal deixar-se arrastar para um tratado que obrigasse o país a auxiliar a França em guerras que em nada o beneficiariam. No entanto, entre 1643 e 1646 a atitude portuguesa foi ofensiva, para o país poder ganhar na frente diplomática que conduziria à paz de Vestefália de 1648 (Costa, 2004: 46).

para explicar a debilidade da posição do novo Rei de Portugal, sempre invocarão a ausência de feitos militares relevantes. Havia pois que tentar obtê-los (...) tornando mais difícil a irredutibilidade do governo de Madrid e (...) diminuindo a possibilidade de o poderoso aliado francês abandonar a questão portuguesa. Assim, nos anos de 1643 a 1646, a atitude portuguesa seria ofensiva.” (Costa, 2004: 46)

Na primeira fase da guerra, a defesa territorial foi entregue a fronteiras, membros da nobreza que levantavam e chefiavam corpos militares para intervenção nas fronteiras do país. Apenas o comando de Badajoz era de nomeação régia. O conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal, foi nomeado capitão-general do Reino, mas rapidamente D. João IV emendou essa decisão, que levaria um fidalgo a tornar-se proeminente entre os seus pares. Tal distinção foi reservada ao príncipe herdeiro D. Teodósio, que viria a falecer antes do pai.

Em 1643, Portugal iniciou uma ofensiva limitada, que se prolongaria até 1646, tendo-se o Rei mudado para Évora, enquanto a Rainha, em Lisboa, assumia o controlo dos negócios correntes do Reino. No Outono de 1643, o exército português arrasou a povoação de Valverde. Parte da guarnição, constituída por napolitanos, passou mesmo para o lado português. Posteriormente, Badajoz foi cercada, mas o exército português revelou-se insuficiente para esta operação, pelo que o cerco foi levantado, opção que indirectamente afectou o prestígio do novo Rei. As operações na Extremadura e na Andaluzia continuaram, tendo sido sujeitas ou destruídas várias povoações, como Valverde, Telena, Albofeira, Almendral, La Torre, Alconchel, Figueira de Vargas, Cheles, Villa Nueva del Fresno, Payomogo, etc. Em Maio de 1664, Portugal voltou a fazer uma incursão em Espanha, sob comando de Matias de Albuquerque, mas mais uma vez o exército, imprevisto para cercar uma cidade, retirou. A força expedicionária portuguesa dirigiu-se, então, para Masanete e, depois, La Puebla e Montijo, onde se acantonou. A relativa passividade espanhola perante o desafio colocado por Portugal²⁵ tinha, porém, terminado. Após quatro anos em que somente ocorreram pequenas escaramuças na fronteira, as forças espanholas enfrentaram os portugueses, a 26 de Maio de 1644 (batalha de

²⁵ Apesar da Junta espanhola de Guerra de Extremadura e Algarve ter apresentado um plano de operações contra Portugal logo em Fevereiro de 1641, baseado numa rápida e avassaladora invasão terrestre e no bloqueio marítimo a Lisboa.

Montijo). Nesse dia, sete mil portugueses, reforçados com mercenários de países inimigos de Espanha, defrontaram-se com 8500 espanhóis. Inicialmente, os espanhóis desbarataram o centro português, mas ao entregarem-se, desorganizadamente, ao saque, permitiram aos portugueses reagruparem-se e reassumirem posições. Assim, para efeitos de propaganda, ambos os lados se declararam vencedores da contenda.

A campanha de 1645 ficou marcada pelo fracasso de uma investida portuguesa sobre Badajoz, protagonizada pelo conde de Castelo Melhor, chamado ao Alentejo para substituir Matias de Albuquerque. Em resposta, no mês de Outubro, os exércitos de D. Filipe IV atacaram a ponte de Olivença e sitiaram a povoação.

Em 1646, D. João IV empreendeu a sua derradeira campanha militar sobre Espanha, dando o comando ao conde de Alegrete. Durante essa campanha, destruiu-se o castelo de Codiceira e o pequeno povoado de Santa Maria. No final da mesma, convencido da inutilidade do esforço de guerra, o Rei de Portugal assumiu, então, até à sua morte, em 1656, uma posição meramente defensiva. A guerra passou a ser “uma actividade meramente residual e rotineira, sem iniciativas de vulto” (Costa, 2004: 67).

Após a contenda de Montijo em 1644, durante o período de publicação da Gazeta não se assistiu, assim, a qualquer outra batalha importante, mas a Guerra da Restauração da Independência ainda se prolongou até à assinatura do Tratado de Madrid, a 5 de Janeiro de 1668, pelo qual Espanha reconheceu a independência de Portugal e a Dinastia de Bragança²⁶. Na realidade, até à celebração desse tratado, Portugal teve ainda de derrotar várias campanhas espanholas em diversas batalhas, nomeadamente em 1657, 1658-1659 e 1663-1665 (batalha das Linhas de Elvas, 1659; batalha do Ameixal, 1663; batalha de Salgadas, 1664; batalha de Montes Claros, 1665).

Embora a preocupação fundamental da Monarquia Restaurada fosse, naturalmente, a defesa e a segurança do território metropolitano, D. João IV não ignorou os territórios ultramarinos que tinham propiciado riqueza e grandeza a Portugal no século XVI e parte do século XVII. Ciente de que não podia lutar ao mesmo tempo no Extremo-Oriente, em África e no Brasil, D. João IV optou por edificar uma política ultramarina de vocação atlantista, com base no triângulo constituído pela metrópole, o Brasil e a África (Moçambique, Angola e possessões

²⁶ Dinastia de Bragança ocupou o trono até à implantação da República, em 1910. O herdeiro do trono português é D. Duarte de Bragança, chefe da Casa de Bragança.

portuguesas do Golfo da Guiné), funcionando as ilhas atlânticas portuguesas (Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) como pontos de apoio para os navios de Portugal. A fundação do Conselho Ultramarino, responsável pelos domínios coloniais e pelo comércio intercontinental, e da Companhia Geral do Comércio do Brasil (a 10 de Março de 1649, já depois da Gazeta deixar de ser publicada) foram peças decisivas para essa política.

A restauração da soberania portuguesa nos territórios coloniais teve de fazer-se contra os interesses da Inglaterra e da Holanda, as duas potências marítimas inimigas de Espanha de cuja ajuda Portugal necessitava para assegurar a sua independência. A Holanda, em guerra contra Espanha, tinha começado a sua investida contra as possessões coloniais e os entrepostos comerciais portugueses em 1605, no período da união dinástica. Nesse tempo, os inimigos de Espanha eram, naturalmente, inimigos de Portugal. Porém, a Restauração da Independência de Portugal não diminuiu os propósitos imperialistas holandeses. A possessão portuguesa de Malaca, por exemplo, foi perdida para os holandeses em 1641, após seis anos de investidas e bloqueio. Na sua tentativa de monopolizarem o comércio com o Extremo Oriente, os holandeses foram-se apoderando dos territórios portugueses do Ceilão, entre 1638 e 1658. África também não escapou ao expansionismo holandês, à custa de Portugal. A fortaleza portuguesa de São Jorge da Mina, na Guiné, tinha sido capturada em 1638, mas isso não esgotou a cobiça holandesa. Luanda foi tomada por uma esquadra holandesa vinda de Pernambuco (Brasil), a 22 de Agosto de 1641, mas os portugueses, aliados aos nativos, guerrearam os invasores e conseguiram expulsá-los definitivamente do território angolano, nos finais de 1648. A ilha de São Tomé também foi perdida para os holandeses, em 1641, mas Portugal recuperou-a em Setembro de 1648.

No Brasil, a política portuguesa oficial no início foi contemporizadora com os holandeses. Apesar de a Holanda controlar os territórios portugueses de Pernambuco desde 1630, D. João IV necessitava da ajuda dos holandeses na metrópole. Ordenou, por isso, que nada se fizesse contra os invasores. Porém, o povo, profundamente católico e já bastante miscigenado com a população nativa e com os negros²⁷,

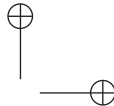
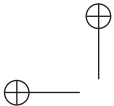
²⁷ As tribos índias permaneceram maioritariamente fiéis a Portugal no seu conflito contra os holandeses. O exército luso-brasileiro teve mesmo chefes ameríndios, como Camarão, e negros, como Henrique Dias. O líder da revolta de 1645, João Fernandes Vieira, que combateu os ho-

desobedeceu ao Rei e, a 13 de Junho de 1645, insurgiu-se contra os holandeses, protestantes e “racialmente puros”. O soberano português tentou dissuadi-los, mas os revoltosos ameaçaram dar o domínio dos territórios à França caso Portugal não os ajudasse. Cercados no Recife, os holandeses receberam reforços por via marítima no final de 1645 e tentaram lançar uma ofensiva para retomar o controlo do Nordeste brasileiro, mas foram mal sucedidos. D. João IV tentou, então, negociar uma retirada pacífica dos holandeses, no início de 1647. Porém, estes mantiveram-se irredutíveis, pelo que o soberano português acabou por enviar uma frota de auxílio aos revoltosos luso-brasileiros, a 10 de Março de 1647. Mesmo assim, os holandeses só foram definitivamente expulsos do Brasil em 1654, muito depois da *Gazeta* cessar a sua publicação, após violentos confrontos, em que se destacam as batalhas dos montes Guara-rapes, travadas em 1648 e 1649, e do bloqueio marítimo do Recife, em 1653-1654.

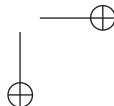
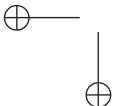
Fortemente debilitado, Portugal também não conseguia proteger devidamente os seus navios mercantes. Centenas deles foram alvos dos corsários holandeses e ingleses no período de publicação da *Gazeta* (1641-1647). Seria somente em 1649, graças à fundação da Companhia Geral do Comércio do Brasil e à criação de uma frota de guerra de 36 navios, que a situação começou a mudar.

Em síntese, Portugal estava sujeito a múltiplas ameaças e desafios no período de publicação da *Gazeta*. Um dos objectivos deste trabalho consiste assim, logicamente, em averiguar se a *Gazeta* deu conta dessa conjuntura e aferir a forma como eventualmente a enquadrou.

landeses até à expulsão definitiva destes do Brasil, em 1654, era filho de um fidalgo madeirense e de uma prostituta mulata.



CAPÍTULO 2



A *Gazeta* “da Restauração” no contexto jornalístico da primeira metade do século XVII

Jorge Pedro Sousa

Quando a *Gazeta* “da Restauração” foi publicada, o jornalismo, ou “gazeteirismo”, começava a tornar-se uma actividade de comunicação em sociedade de grande impacto, em especial nos países protestantes do Norte e Centro da Europa, onde a alfabetização progredia em passos rápidos, instigada pelas máximas de Lutero, segundo as quais todos os crentes deveriam ler as Escrituras e interpretá-las sem intermediação. A interpretação pessoal das Escrituras, sustentava Lutero, seria iluminada pela Graça Divina. Segundo dados da Wikipedia, a Holanda e a Nova Inglaterra (embrião dos Estados Unidos), por exemplo, contavam já com cerca de 50% da população alfabetizada a meio do século XVII, taxa esmagadora para a época, sobretudo se a compararmos com a portuguesa, que no início do século XVIII ainda andaria pelos 10%¹. A Suécia, que naquele tempo incluía os territórios da Finlândia e da Estónia, obrigou compulsivamente toda a população a alfabetizar-se em 1686, pelo que as taxas de alfabetização nesse país eram de quase 100% no final do século XVIII.

Obviamente, seria simplista atribuir o sucesso da imprensa jornalística exclusivamente aos avanços na alfabetização, até porque em países pouco alfabetizados, como Portugal, os primeiros jornais, tal como as publicações ocasionais, também terão desfrutado de relativo êxito, como o comprovam as várias edições que foram feitas de algumas destas publicações. Por

¹ Números da Wikipedia, que cientificamente podem não ser muito credíveis. Há que dizer, em acréscimo, que a aferição histórica das taxas de literacia enferma de vários problemas, pois tende a basear-se na capacidade de escrever o nome (em ocasiões como casamentos), o que não significa que as pessoas tivessem competências de leitura.

exemplo, o primeiro número das *Relações* de Manuel Severim de Faria, primeiro jornal noticioso multitemático português de que se tem conhecimento (embora não periódico e marcado pela forma epistolar, decorrente das “cartas de novas gerais” que nos primeiros tempos formataram a imprensa jornalística emergente), foi editado em Lisboa, em 1626, e reeditado em Braga, no ano seguinte. Alguns dos relatos de naufrágios (ou relações de naufrágios) que fizeram sucesso em Portugal na segunda metade do século XVI também tiveram várias edições, e tanto sucesso granjearam que Bernardo Gomes de Brito compilou vários deles na *História Trágico-Marítima*, obra cuja primeira edição foi lançada em 1735, sendo sucessivamente reeditada até hoje. Uma das explicações para esse facto é a de que quer os primeiros periódicos quer as publicações esporádicas, monotemáticas ou multitemáticas, eram comprados não apenas pelas elites letradas, cultas e ricas, muitas vezes envolvidas na política, mas também por “comerciantes das notícias” que andavam de lugar em lugar lendo aos outros os relatos e notícias que os jornais e folhas volantes traziam, cobrando uma pequena quantia a todos os que escutavam. Assim, e porque uma história bem contada é sempre uma história bem contada, criou-se o hábito de consumir informação, fosse por motivos de entretenimento ou outros mais elevados. Há, na realidade, vários factores que, para além dos avanços na alfabetização, permitem explicar o sucesso que tiveram as primeiras publicações noticiosas:

1) O progresso geral dava a parte da população a capacidade económica de adquirir jornais.

2) O espírito empreendedor da iniciativa privada moveu vários industriais do sector tipográfico a procurarem obter lucro através da produção de jornais. Existiam investidores com suficiente dinheiro e vontade de arriscar no negócio das gazetas e pessoas suficientemente instruídas para recolherem e processarem informações transformando-as em notícias: os gazeteiros, primeiros jornalistas. Os mercadores da notícia “chegaram a pôr-se ao serviço de reis ou embaixadores, a subornar, espiar e mentir” (Braojos Garrido, 1999: 21-22). Ao transfigurarem o jornalismo emergente em propaganda, alguns gazeteiros tornaram os jornais em dispositivos de manipulação da opinião. Independentemente de quaisquer juízos de valor que possamos fazer acerca da atitude dos *gazeteiros* de Seiscentos, observa-se que as publicações noticiosas tinham

suficiente impacto e importância na sociedade para justificar os esforços censurantes ou manipuladores.

3) Os avanços na tecnologia tipográfica diminuía os custos de produção e tornavam mais fácil e rápida a impressão de gazetas.

4) As infra-estruturas de transportes e comunicações melhoraram, intensificando a mobilidade de pessoas e mercadorias, bem como de informações (sobretudo a partir do último quartel do século XVII). Não só se tornou mais fácil receber e distribuir gazetas como também se incrementou o fluxo internacional de notícias (recorde-se que grande parte das peças de uma gazeta eram traduções das matérias de gazetas de países terceiros).

5) Quanto mais sujeita à instabilidade e mudança está uma sociedade, mais as pessoas precisam de informação para orientarem a sua vida. A instabilidade e as mudanças do século XVII geravam, consequentemente, interesse pelas notícias, que respondiam à eterna questão “o que há de novo?”. Inclusivamente, as publicações ocasionais cedo deixaram de satisfazer a avidez do público por informação, pelo que foram sendo criadas condições e expectativas para o aparecimento e desenvolvimento da imprensa periódica. Há que dizer, porém, que a imprensa assumia um papel relevante na dupla formação de consciências nacionais e de uma consciência europeia, suscitando uma reacção de amor-ódio por parte dos governantes, já que os jornais tanto podiam ser veículos de propaganda das suas causas como instrumentos da sua destruição.

6) O espírito racionalista, criativo e de descoberta, patente na filosofia, nas artes, nas ciências e na vida económica e política, era propício à aparição de uma imprensa jornalística informativa, mas também de uma imprensa de ideias e até de uma imprensa opinativa e mesmo partidária (neste último caso, no Reino Unido, na segunda metade do século XVII).

7) A existência de tempo para o ócio implicava a existência de actividades de entretenimento. A leitura (ou a audição pública de leitura) de folhas volantes e gazetas era, também, uma forma de passar o tempo, escutando histórias. As histórias podiam ser mais ou menos verdadeiras,

podiam ser mais ou menos extensas, podia ser uma longa história ou muitas pequenas histórias (notícias), podiam ser bem ou não tão bem contadas, mas eram, sobretudo, histórias que alimentavam o intelecto ou tão-só a imaginação, proporcionando descontração, pausa e mesmo fuga à cinzenta e repetitiva realidade quotidiana.

8) Os governantes viram na imprensa um instrumento de controlo e manutenção do poder, pelo que deram cobertura política à edição de jornais que lhes eram favoráveis e tentaram impedir a edição de jornais desfavoráveis (que só circulavam na clandestinidade), através de mecanismos como as taxas, as licenças prévias e a censura civil e eclesiástica. A *Gazeta* “da Restauração” é um dos casos de jornais favoráveis a um governante, já que as notícias seleccionadas que publicou procuravam legitimar D. João IV e a Restauração da Independência de Portugal.

A *Gazeta* “da Restauração” surgiu, assim, numa altura em que proliferavam publicações impressas de índole jornalística de vários tipos. Coexistiam (1) *publicações manuscritas*, de pequeníssima tiragem e circulação extremamente restrita (por vezes apenas entre uma rede de correspondentes), mas, usualmente, mais “livres” do que as publicações impressas (que passavam pelo crivo da censura e das licenças prévias), e (2) *publicações impressas*, com tiragens que poderiam chegar a várias centenas de exemplares. Essas publicações podiam ser (1) *monotématicas* (relatos de um único acontecimento) ou (2) *pluritemáticas* (inseriam várias notícias, de diversos acontecimentos). Algumas eram (1) *ocasionais*, mas outras eram (2) *periódicas*.

A *Gazeta* “da Restauração”, embora com alguma irregularidade, manteve-se em publicação pelo menos entre 1641 e 1647, pelo que se pode considerar uma *publicação impressa periódica* (ou seja, um *periódico*), no sentido de que apareceram sucessivamente vários números, mesmo que em certos períodos o ritmo de aparecimento de novos números tenha sido irregular, pelo menos tendo em conta as provas documentais existentes (ou seja, as *Gazetas* sobreviventes). A *Gazeta* pode ainda ser considerada como o primeiro *periódico* português precisamente porque as *Relações* impressas de Manuel Severim de Faria (1626-1628), primeiros jornais portugueses, não satisfazem essa condição, pois apenas dois números terão sido impressos, sendo que o primeiro número, de 1626, foi reeditado em 1627.

A *Gazeta* é também uma publicação *pluritemática*, pois o seu conteúdo é constituído por várias notícias sobre diferentes assuntos. Isso porém não era uma novidade para o Portugal de 1641, porquanto também as *Relações* de Manuel Severim de Faria eram pluritemáticas. Porém, enquanto as *Relações* de Severim de Faria foram redigidas em forma de carta, as *Gazetas* já não apresentavam este anacronismo, sendo, como os restantes periódicos da mesma época, um conjunto de notícias inseridas umas a seguir às outras, sem grandes preocupações de ordem ou hierarquia.

Durante algum tempo, as publicações jornalísticas impressas periódicas, de que a *Gazeta* é exemplo, coexistiram com as manuscritas, mas as primeiras assinalam a passagem de uma época de “pré-jornalismo” a uma época de “jornalismo”. É certo que ainda não se pode falar de um “jornalismo industrial de massas”, que apenas surgirá no século XIX. Mas pode falar-se um jornalismo “moderno”, que teve um papel importante na projecção da Europa para a Idade Moderna.

A proliferação de publicações jornalísticas impressas assinala, também, uma época em que a cultura escrita começou a adquirir uma importância superior à cultura oral, constituindo, precisamente, uma das marcas da Modernidade. A popularização do jornalismo foi decisiva para estimular essa transição, pois as novas publicações noticiosas impressas expandiram as potencialidades de difusão de informação das cartas, das crónicas historiográficas e de outros dispositivos informativos pré-jornalísticos.

2.1 Publicações noticiosas ocasionais

O século XVI foi uma época de coexistência de vários dispositivos jornalísticos impressos, todos alimentando a curiosidade pública, o interesse pelo que sucedia, e consequentemente também formando um mercado para a comunicação jornalística. Os primeiros a surgir foram publicações esporádicas, conhecidas em Portugal por várias designações actuais, como *folhas volantes*, *folhas ocasionais*, *ocasionais*, *folhetos ocasionais*, etc., vingando ainda designações da época em que foram impressas, como *relações*, *notícias*, *cartas*, *manifestos e cópias*. Entre outros nomes, em Itália chamaram-se *avvisi*, *relazione*, *gazzeta*, *broglieti e fogli a mano*; em Inglaterra, *price-currents* (embora neste caso designassem, essencialmente, um boletim de informações comerciais e preços); em Espanha, *cartas nuevas* (Espanha); na Alemanha (Sacro

Império), *zeitungen*, *neue zeitungen*; em França, *occasionnel e canards*, etc. Também na América Hispânica foram publicadas folhas volantes, em especial no México (a partir de 1539) e no Peru (a partir de 1579).

As publicações ocasionais normalmente eram publicadas em formato de quarto (cerca de 20 cm x 15 cm) ou oitavo (metade dessas medidas) e a sua extensão era variável. As primeiras a aparecer, no último quartel do século XV, tinham poucas folhas, havendo algumas que consistiam numa única folha, razão pela qual se pode aplicar com propriedade a designação “folha volante”. Porém, ao longo do século XVI a extensão de algumas dessas publicações ocasionais foi aumentando², atingindo algumas as dezenas de páginas ou mais, configurando-se como livros-reportagem³. A designação “folhas volantes” nesse caso será mesmo algo inapropriada, sendo mais bem nomeadas por “publicações ocasionais” ou mesmo pelas designações da época em que foram impressas, nomeadamente pela denominação “relações”.

Os temas das publicações ocasionais eram variados. Aliás, uma publicação ocasional poderia falar apenas de uma ocorrência (como a *Relação do Lastimoso Naufrágio da Nau Conceição Chamada Algaravia a Nova de que Era Capitão Francisco Nobre a Qual Perdeu nos Baixos de Pêro dos Banhos em 22 de Agosto de 1555*, considerada por Tengarrinha, 1989: 29 a primeira folha ocasional surgida em Portugal, podendo ter sido impressa em 1556⁴), mas também poderia abordar

² Por exemplo, em Augsburg, em 1508, foi impressa uma publicação noticiosa ocasional que dava conta de descobrimentos portugueses e que inclusivamente ostentava o brasão real e nacional de Portugal no frontispício. Designava-se *Copia der Neweneytung auss Presily Landt*.

³ Foi o que aconteceu, por exemplo, com vários dos relatos de naufrágios e de epopeias da época dos Descobrimentos publicados em Portugal na segunda metade do século XVI, como a *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houveram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552, a 24 de Junho, na Terra do Natal e a Relação Verdadeira dos Trabalhos que o Governador D. Fernando de Souto e Certos Fidalgos Portugueses Passaram no Descobrimento da Província da Florida, Agora Novamente Feita por Um Fidalgo de Elvas*.

⁴ Não se sabe exactamente qual foi a primeira publicação noticiosa ocasional portuguesa. Para Tengarrinha (1989: 29), a mais antiga de que se tem conhecimento é a *Relação do Lastimoso Naufrágio da Nau Conceição Chamada Algaravia a Nova de que Era Capitão Francisco Nobre a Qual Perdeu nos Baixos de Pêro dos Banhos em 22 de Agosto de 1555*, impressa em Lisboa, hipoteticamente em 1556, com gravura na folha de rosto, que tinha 23 páginas de 15 x 20 cm e foi escrita, possivelmente, por Manuel Rangel. Giulia Lanciani (1979: 21-22) explica, porém, que esta *Relação* poderá ser apenas de cerca de 1620, pois nela são referidas obras de 1613 (*Crónica de Dom João III*, de Francisco de Andrade) e de 1616 (*Década VII*, de Diogo do Couto). Lanciani (1979: 11) indica que a *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João*

vários acontecimentos (como as *Relações* impressas de Manuel Severim de Faria, de 1626 – 1628, de que apenas se publicaram dois números em forma de carta, o primeiro dos quais reeditado⁵). A vida nas Cortes, os actos dos monarcas, as batalhas, os desastres naturais, as celebrações, os actos heróicos, os acidentes, as histórias insólitas e prodigiosas serviram de mote a várias dessas publicações, algumas das quais, como as relações de naufrágios do século XVI e XVII, se configuravam como autênticas reportagens, de grande extensão, apresentando o aspecto de pequenos livros com frontispício (Sousa, 2006 b; Sousa, 2006 c; Lanciani, 1979; Tengarrinha, 1989: 29) e sendo elaboradas como narrativas cronológicas que faziam a ponte com a literatura medieval (Lanciani, 1979).

Tengarrinha (1989: 29) fez um levantamento das publicações noticiosas ocasionais portuguesas de que se tem conhecimento ou que ainda se conservam, publicadas entre 1555 e 1641 (ano em que surge a *Gazeta*, primeiro periódico português estável), tendo chegado ao número de 32, abarcando as seguintes temáticas:

em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houveram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552, a 24 de Junho, na Terra do Natal teria sido impressa entre 1555 e 1556, o que a tornaria a primeira publicação noticiosa ocasional surgida em Portugal, no caso de a *Relação do Lastimoso Naufrágio da Nau Conceição Chamada Algaravia a Nova* ser de cerca de 1620. Há que realçar, no entanto, que Carlos Passos (1928) refere folhas volantes portuguesas de 1527 e talvez mesmo anteriores, sobre o naufrágio de várias naus (São Pedro, São Sebastião, Santo António e Conceição). De qualquer modo, tendo em conta o objectivo da presente investigação, é irrelevante determinar qual foi a primeira folha ocasional portuguesa, pois interessa-nos, unicamente, fixar no século XVI a aparição documentada das publicações ocasionais em Portugal, havendo vários exemplares que, sem contestação, são desse período.

⁵ As *Relações* impressas de Severim de Faria fazem parte da obra maior *História Portuguesa e de Outras Províncias do Ocidente, Desde o Ano de 1610 Até o de 1640 da Feliz Aclamação d'El Rei D. João o IV Escrita em Trinta e Uma Relações*, do mesmo autor, que integra 31 relações manuscritas, de que foram impressas a 16ª (*Relação Universal...*, de 1626, reeditada em 1627) e a 17ª (*Relação do Que Sucedeu...*, de 1628). Se todas essas relações manuscritas tivessem sido impressas, poderíamos considerá-las como o primeiro periódico português. Todavia, apenas duas delas foram impressas, com dois anos de intervalo, razão pela qual as *Relações* não devem ser consideradas periódicas, embora possam ser consideradas um jornal, já que eram formalmente idênticas à *Gazeta* da Restauração (eram uma lista de notícias), excepto no pormenor de terem sido redigidas, no início e no fim, sob a forma de cartas. As *Relações*, tal como a *Gazeta*, eram destinadas a venda pública, o que também as aproxima. De alguma forma, essas *Relações* de Severim de Faria fazem a ponte entre os jornais e a literatura epistolar do século XVI, de que se tinha conhecimento em Portugal (como a *Carta* de Pêro Vaz de Caminha narrando o descobrimento do Brasil, de 1500; ou as *Relaciones* de Hernán Cortés a Carlos V, redigidas entre 1520 e 1526).

- Expansão marítima, naufrágios, relações com povos e descrições de terras distantes, proselitismo religioso: 14 (43,7%)
- Assuntos religiosos: 6 (18,8%)
- Notícias da Corte: 6 (18,8%)
- Acontecimentos gerais do País e do estrangeiro: 3 (9,4%)
- Batalhas: 2 (6,2%)
- Descrição de Lisboa: 1 (3,1%)

Prova-se, assim, que os conteúdos jornalísticos não mudaram muito desde os séculos XVI e XVII até ao presente, o que corrobora a perenidade dos factores que dão valor noticioso e notabilidade aos factos (valores-notícia)⁶, e que são, antes de mais, de natureza cultural⁷.

Por outro lado, o jornalismo configurava-se entre os séculos XV e XVII, como a actividade de contar histórias sobre a vida quotidiana, contribuindo para a transmissão e reprodução da cultura e para a preservação da memória histórica. Algumas dessas histórias diziam respeito a realidades vividas por todos, enquanto outras apenas registavam realidades vividas pelas elites, tensão que ainda hoje se identifica com clareza no jornalismo. Muitas dessas histórias eram (e são) publicamente úteis, socializando a informação e o conhecimento, enquanto outras se destinavam (e destinam) essencialmente a satisfazer a curiosidade humana.

⁶ Várias características dos acontecimentos (entre outras) podem ser invocadas para se aferir o que lhes dá valor como notícia. Por exemplo, quanto mais próximo ocorre um acontecimento, mais probabilidades este tem de se tornar notícia; quantas mais pessoas estiverem envolvidas ou forem afectadas por um acontecimento, mais hipóteses este tem de se tornar notícia, em particular quando entre os envolvidos há personagens de elite; quanto mais recente for um acontecimento, mais hipóteses este tem de se tornar notícia, etc.

⁷ Desde os tempos imemoriais que os homens precisam de prestar atenção aos sinais do meio que lhes permitem sobreviver, assegurar a sobrevivência da sua prole e melhorar a sua condição. Precisam, *assim*, de conhecer “o que há de novo”, havendo coisas novas mais importantes e outras menos importantes para eles. É, por isso, natural que o homem preste atenção ao que fazem os líderes, aos acidentes que acontecem aos outros mas também lhe podem acontecer, aos conflitos em que se pode ver envolvido, aos modos de vida que lhe permitem sonhar com uma vida melhor ou satisfazer-se com a sua condição, etc. “O que é notícia” configura-se, assim, pela inscrição desses interesses perenes dos homens na sua cultura.

Mesmo estas últimas, porém, podem ser positivas para a vida de uma sociedade, já que, ao representarem as atitudes, comportamentos e cognições humanas e, ao delimitarem o que é considerado desvio, ajudam a definir as regras de convivência e as normas que asseguram a sobrevivência e a estabilidade da sociedade.

As notícias das folhas volantes eram, frequentemente, traduzidas de outras folhas publicadas no estrangeiro, mas também havia folhas volantes de produção própria, narrando eventos passados nas comunidades nacionais, ou em que membros das comunidades nacionais estiveram envolvidos. As primeiras contribuíram para forjar uma consciência geo-cultural europeia, um sentido de pertença não apenas a uma comunidade nacional, mas também a uma comunidade internacional com idênticos referentes, a Europa. As segundas contribuíam para a edificação da consciência nacional e, portanto, para a edificação dos Estados-Nação. As publicações impressas também foram relevantes para uniformizar as línguas nacionais, reforçando a identidade e o sentido de comunidade nacional.

Um outro papel pode ser atribuído às publicações jornalísticas: o historiográfico. O jornalismo foi-se afirmando como uma historiografia do quotidiano, e assim era encarado no final do século XVII, quando Tobias Peucer (1690) apresentou a primeira tese doutoral sobre jornalismo na Universidade de Leipzig, cidade onde a imprensa era viva, coexistindo várias gazetas, incluindo algumas diárias. Ainda hoje em dia a imprensa continua a ser uma fonte privilegiada para os estudos históricos. Peucer (1690) sabia do que falava quando advertia os gazeteiros para a necessidade de serem verdadeiros, confrontarem e criticarem as fontes e escreverem aquilo que ele considerava ser “uma história ordenada”, pois as gazetas apareciam “intempestivamente” e as notícias, muitas vezes falsas, eram inseridas sem ordem ou hierarquia.

O bom acolhimento das publicações noticiosas ocasionais pela burguesia urbana, pelos letrados e académicos e ainda pela pouca população alfabetizada e mesmo pela população analfabeta (os analfabetos pagavam para ouvir o que diziam as publicações noticiosas ocasionais, um fenómeno que, aliás, perdurará pelos séculos seguintes, com as gazetas) fizeram perceber a alguns empresários que as pessoas necessitavam e estavam ávidas de notícias regulares, pelo que essas folhas cedo evoluíram para os primeiros jornais periódicos, que, com propriedade, poderão ser considerados verdadeiramente “relações de notícias” (no sentido em que

incluem várias delas). As publicações ocasionais tiveram, assim, o mérito de preparar o mercado e a audiência para o jornalismo industrializado.

As publicações ocasionais contribuíram, igualmente, para a democratização do acesso à informação e ao conhecimento. Por outro lado, também contribuíram para a propaganda dos regimes, para a uniformização das línguas nacionais e para o reforço das nacionalidades (e, em última instância, dos nacionalismos), sendo mais ou menos toleradas pelos governantes.

2.2 Publicações noticiosas periódicas

As publicações noticiosas periódicas resultaram de dois tipos de iniciativa de alguns empresários, tipógrafos ou editores. Alguns deles esforçaram-se por dar periodicidade às folhas volantes que iam publicando ocasionalmente, editando-as sob um mesmo título; outros começaram a resumir e juntar vários dos relatos monotemáticos publicados nas folhas ocasionais, editando-os periodicamente em livros noticiosos, que também surgiam, normalmente, com a mesma denominação. Por vezes, faziam-se traduções de folhas ocasionais estrangeiras para alimentar esse processo; outras vezes, juntavam-se a essas compilações relatos de produção própria; outras vezes ainda, alimentava-se a publicação com notícias que chegavam por cartas, enviadas por uma rede de correspondentes⁸. Nasceu, em concomitância, o hábito de consumir periodicamente novas informações, e para isso muito terá contribuído o facto de as pessoas, em sociedades instáveis e conflituosas, quererem, naturalmente, acompanhar de perto os graves acontecimentos em que os seus países se envolviam. A intensificação do comércio, as mudanças políticas, sociais e religiosas, a turbulência bélica, mas também as descobertas, as invenções e as novas ideias, geravam cada vez mais matéria-prima informativa, que circulava, também ela, cada vez mais rapidamente, graças às melhores infra-estruturas de comunicações e às publicações impressas e manuscritas, regulares ou irregulares e ocasionais.

Com o tempo, aumentou a frequência do aparecimento das publicações periódicas, o que implicou a redução do número de páginas, o abandono das capas rígidas de pele ou outro material e o embaratecimento do preço

⁸ Todos estes processos de fabrico da informação jornalística foram mantidos pelos tempos, sendo relevantes para a elaboração das gazetas.

por exemplar. Da publicação de peças mais ou menos longas passou-se, essencialmente, à publicação de notícias mais ou menos curtas. As *gazetas* foram-se, assim, configurando como listas de notícias, inicialmente sem grandes preocupações de categorização ou hierarquização.

Provavelmente, a iniciativa de publicar periodicamente resumos dos relatos das folhas ocasionais partiu do nobre católico austríaco Michael von Aitzinger, que nesse sentido poderá ser considerado como o progenitor do jornalismo periódico. Entre 1587 e 1598, von Aitzinger publicou os *Prostema Relatio Historica*, semestrais⁹. Esses *livros noticiosos*, vendidos na feira de Frankfurt, ficaram aí conhecidos pela designação *Massrelationen*. O êxito das compilações de notícias de von Aitzinger gerou imitações por toda a Europa. Algumas dessas compilações de notícias, com valor histórico, popularizaram-se com o nome de *mercúrios* (como o *Mercurius Gallo-Belgicus*, de 1594, impresso em Colónia, e o *Mercurie Français*, de 1611, impresso em Paris), em homenagem ao mensageiro dos deuses, e ainda hoje há órgãos jornalísticos que as fazem, lançando *anuários* com as notícias mais importantes do ano que terminou (em revistas, livros, suplementos de jornais, DVD e CD, etc.). As notícias inseridas nesses livros noticiosos eram várias e sobre diferentes assuntos, sendo publicadas sem sistematicidade, ordem ou hierarquia. Explica Jeanneney (1994: 22):

“Desde o século XVII que se desenham muitos dos traços que são ainda os da imprensa de hoje. O leque de géneros é já muito grande, enquanto esta nova profissão começa a alargar a sua liberdade contra os adversários habituais, que constituem o desejo de intervenção dos governos, o dinheiro corruptor e também um certo número de favores de grupo (aquilo a que hoje chamaríamos as “trocas de favores”).”

Em 1597, surgiu a primeira publicação noticiosa mensal: a *Rorschacher Monatsschrift*. Também foi imitada por toda a Europa. A partir daí a frequência com que apareciam as publicações aumentou, surgindo publicações de periodicidade semanal, trisemanal e mesmo

⁹ Nessa mesma altura publicaram-se as *Chronologies Novennaires* (1589-1598) e as *Chronologies Septennaires* (1598-1604), em Paris, recensões cronologicamente ordenadas de acontecimentos abarcando períodos de nove e sete anos. Foi seu autor Palma Cayet.

diária, muitas delas denominadas *gazetas*¹⁰, como a *Gazeta* “da Restauração”, embora por vezes essa periodicidade fosse instável, conforme também aconteceu com a primeira gazeta portuguesa.

A publicação de gazetas começou, aparentemente, em França, com a *La Gazette Française*¹¹ de Marcellin Allard e Pierre Chevalier, em 1604, e rapidamente alastrou aos países mais alfabetizados e influenciados pela Reforma Protestante, em concreto ao Sacro-Império, às Províncias Unidas, à Suíça e à Inglaterra. Porém, o movimento de publicação de gazetas foi imparável, alastrando nas décadas seguintes à Europa mediterrânica. Braojos Garrido (1999: 24) e os diversos autores que contribuíram para o monumental livro *Historia de la Prensa*, dirigido por Pizarrozo Quintero (1994) sustentam que surgiram gazetas, maioritariamente de periodicidade semanal, em Anvérs (1605), Estrasburgo (1609), Augsburgo ou Wolfenbütel (1609), Amesterdão (1609), Basileia (1610), Viena (1615), Frankfurt (1612, 1615, 1617 e 1621), Hamburgo (1618), Estugarda (1619), Praga (1619), Colónia (1620), Zurique (1620), Berlim (1621), Londres (1622), Zurique (1623), Munique (1627 e 1629), Paris (1631: a célebre *La Gazette*, de Renaudot, que Tengarrinha, 1989: 38 assegura ter servido de modelo à *Gazeta* “da Restauração”), Leipzig (1632), Copenhaga (1634), Florença (1636), Génova (1639), Roma (1640), Lisboa (1641: a *Gazeta* “da Restauração”), Bolonha (1642), Milão (1642), Turim (1645), Estocolmo (1645), Modena (1648), Madrid (1661), Sevilha (1661), Oxford (1665), Londres (1666), Nápoles (1681) e São Petersburgo (1703), entre outros lugares (e datas). Em Amesterdão publicou-se, em inglês, entre 1620 e 1621, o *Current Out of Italy, Germany, Bohemia, the Palatinate, France and the Low Countries*, direccionado, obviamente, para Inglaterra. Com base no modelo do *Current Out of Italy*... publicou-se, em Londres, a partir de 1622, o *Corante, Or News From Italy, Germany*... (ou *Current of General News*), cuja designação (“corantos”) acabaria por servir de apelido a outros jornais. Em 1624, viu a luz do dia o *Mercurius Britannicus*, um periódico que associava artigos de fundo às notícias e que está na base do modelo das revistas noticiosas. No século XVIII, começaram a ser publicadas

¹⁰ Nome que deriva da moeda veneziana “gazeta”, que os italianos pagavam para escutar a leitura dos jornais.

¹¹ Não confundir com a mais conhecida **La Gazette**, de Théophraste Renaudot, cujo primeiro número foi lançado a 30 de Maio de 1631.

gazetas nas colónias europeias nas Américas e no Extremo-Oriente¹².

Apesar do pioneirismo francês, a gazeta imitada um pouco por toda a Europa foi a *Nieuwe Antwersche Tijdinghe* (Braajo Garrido, 1999: 24), editada, em Anvérs, a partir de 1605, em francês e flamengo, pelo impressor Abraham Verhoeve. Ao contrário da *Gazette* francesa, significativamente controlada pelos poderes, a *Nieuwe Antwersche Tijdinghe* beneficiou das liberdades holandesas, servindo, posteriormente, de modelo aos jornais ingleses que a partir do século XVII foram contribuindo para a edificação de um novo espaço público burguês, imaterial, centrado nos debates levados a cabo nos jornais, com base no princípio da *liberdade de imprensa*. A guerra civil inglesa, por exemplo, permitiu que as gazetas britânicas se fossem tornando crescentemente noticioso-partidárias, conforme se ilustra pelos duelos verbais travados, entre 1641 e 1649, entre o lealista *Mercurius Aulicus*, sediado em Oxford, onde se tinha fixado o Rei Carlos I e a sua corte, e o *Mercurius Britanicus*, editado em Londres e porta-voz do Parlamento rebelde, com uma tiragem de 500 exemplares por semana¹³ (Kamen, *cit. in* Borderia Ortiz *et al.*, 1996: 228) ou mesmo mil (Conboy, 2004: 33).

A *Nieuwe Antwersche Tijdinghe* recolhia informações de diversas fontes, incluindo outras gazetas, conforme era comum na época. Inicialmente, a sua periodicidade era irregular, mas estabilizou numa edição semanal, a partir de 1617. Em 1620 era já um trissemanário, acompanhando, aliás, a tendência geral de aumento da frequência de publicação.

A primeira gazeta a incluir notícias do dia anterior terá sido a *German Frankfurter* (1615). Os jornais diários apareceram, com toda a certeza no século XVII, mas há discordância sobre a publicação que deve ser considerada como o primeiro diário da história: os *Avisos* surgidos em Praga, em 1609, tese defendida por Alcade (1981: 9), mas que não passavam de folhas volantes, usualmente monotemáticas; o *Courante uyt Italien, Duytsland, etc.* (Amesterdão, 1618); o *Einkommende Zeitung* (Leipzig, 1635); o *Neueinlauffende Nachricht von Kriegs-und Welt-Händeln* (Leipzig, Alemanha, 1660), o *Leipziger Post-Und Ordinari Zeitung* (Leipzig, Alemanha, 1662) ou mesmo o *Daily Courant* (Inglaterra, 1702).

¹² É de notar que já existiam dispositivos de índole pré-jornalísticos autóctones no Extremo Oriente, como o *Pao*, uma espécie de jornal dos funcionários da corte imperial de Pequim.

¹³ Só em Londres existia uma dezena de periódicos, lidos, cada um, por quatro ou cinco pessoas, pelo que provavelmente a imprensa chegava a metade dos varões alfabetizados da capital (Kamen, *cit. in* Ortiz *et al.*, 1996: 228).

Na realidade, o privilégio deve ser dado aos jornais alemães que, embora inicialmente publicados apenas uma vez por semana, foram aumentando a frequência da sua publicação. O *Einkommende Zeitung*, de Leipzig, foi publicado quatro dias por semana em 1635, cinco em 1636 e seis dias por semana entre 1650 e 1652, e o *Neueinlauffende Nachricht von Kriegs-und Welt-Händeln* terá mesmo saído sete dias por semana entre 1660 e 1667 (Schulze Scheneider, 1994: 107-109). Recorde-se, a propósito, que a UNESCO denomina “diário” os jornais publicados mais de quatro dias por semana, condição que os referidos periódicos de Leipzig satisfazem.

As gazetas apresentavam as seguintes características:

1) Periodicidade definida e mais ou menos frequente. A periodicidade de algumas gazetas, porém, não foi estável, havendo épocas em que se publicavam números em menores intervalos de tempo e outras em que se publicavam números mais intervalados. A *Gazeta* “da Restauração”, por exemplo, foi publicada mensalmente no seu início e chegou a bimensal (quinzenal?) em certos períodos, mas noutras ocasiões esteve meses sem ser publicada. Conforme se referiu acima, apareceram gazetas diárias, bissemanais e trissemanais já no século XVII, mas a maioria tinha periodicidade semanal ou mesmo quinzenal ou mensal.

2) Continuidade e encadeamento na publicação (ao contrário das publicações ocasionais).

3) Intenção eminentemente noticiosa, normalmente sem pregações moralistas, ao contrário do que era habitual nas publicações ocasionais. No entanto, essa regra admitia várias excepções, já que algumas gazetas inseriam nas notícias excertos persuasivos, enquanto outras publicavam notícias seleccionadas que serviam determinadas causas¹⁴.

4) Poucas páginas, ao contrário dos livros noticiosos, amplas compilações de notícias que estão na base dos anuários.

¹⁴ Renaudot escreveu na sua *Gazette*: “A História é o relato das coisas acontecidas. A *Gazette* é apenas o boato que corre sobre elas. A primeira deverá dizer sempre a verdade. A segunda já faz bastante se impede de mentir.” (Renaudot, *cit. in* Tengarrinha, 1989: 39).

5) Notícias escritas com simplicidade, clareza e concisão. As notícias maiores eram constituídas por narrativas cronológicas, com os factos expostos de acordo com a sua sucessão temporal (ainda que por vezes se fizessem *flashbaks* para explicar). Conforme revela a tese precursora de Tobias Peucer (1690), “pai” das Ciências da Comunicação e dos Estudos Jornalísticos, dominavam-se as técnicas da retórica clássica que mandavam contar novidades respeitando as circunstâncias de sujeito (“quem?”), objecto (“o quê?”), tempo (“quando?”), lugar (“onde?”), modo (“como?”) e causa (“porquê?”).

6) Conteúdo constituído por uma lista diversificada de notícias, normalmente sem preocupações de ordem, sistematicidade ou hierarquia. Muitas das notícias mencionavam directamente as fontes, eram datadas e era referida a sua proveniência geográfica.

7) Primeira página titulada e, por vezes, ilustrada, mencionando ainda a data e o local de impressão/edição e o nome do editor (o “director”).

8) Grande variedade de notícias. Os temas iam da política e das guerras ao comércio, das invenções e descobertas (geográficas, etnográficas, científicas...) aos fenómenos insólitos, dos acontecimentos sociais às revoltas. Algumas notícias fomentavam o “interesse humano” mais do que a utilidade ou o “interesse cívico” da informação: o sensacionalismo não é de hoje¹⁵! No entanto, a transformação em gazetas, das rigorosas *newsletters* de algumas casas comerciais europeias, contribuiu para formatar gazetas mais “sérias” e contaminou, positivamente, as restantes gazetas. A primeira *newsletter* comercial transfigurada em gazeta terá sido a *Relation*, de Estrasburgo.

9) Grande atenção à informação internacional, com notícias de diferentes proveniências (da Europa, das colónias e dos lugares onde havia europeus). As traduções de notícias dadas em gazetas estrangeiras alimentavam grande parte das gazetas, mas também havia lugar a produção própria de notícias sobre o que se passava no país-sede, quando autorizado¹⁶. Conforme se

¹⁵ Num certo sentido, e conforme sustenta o Prof. Manuel Carlos Chaparro, todo o jornalismo é sensacionalista em maior ou menor grau, pois tem de captar a atenção do receptor.

¹⁶ Devido a uma lei de 19 de Agosto de 1642, que proibia a publicação de gazetas “com notícias do Reino ou de fora, em razão da pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas”, a *Gazeta* “da Restauração” não foi publicada em Agosto e Setembro de 1642, e quando ressurgiu, em Outubro de 1642, começou a publicar unicamente notícias do estrangeiro, passando, por isso, a ostentar a designação “de Novas Fora do Reino”.

disse, as gazetas foram importantes para edificar consciências identitárias simultaneamente nacionais e europeia, devido aos relatos sobre acontecimentos que afectavam as comunidades nacionais e a Europa no seu todo. As línguas nacionais, como traços relevantes das identidades dos povos, também deveram muito ao jornalismo, sobretudo no que respeita à harmonização linguística e à definição de regras de funcionamento dessas mesmas línguas.

10) Publicação de notícias do dia anterior, o que reconstrói a noção de *actualidade* – muda o *horizonte de actualidade da humanidade*.

11) Existência de profissionais (normalmente um ou dois) dedicados em exclusivo à redacção, paginação e impressão – os “*gazeteiros*”, primeiros “jornalistas”.

12) Inclusão de anúncios pagos (principalmente a partir de meados do século XVII, com o pioneirismo a pertencer, provavelmente, à *Gazeta de Veneza*). A inclusão de publicidade diminuirá o preço por exemplar, tornando as gazetas acessíveis a mais pessoas.

O sucesso da imprensa jornalística emergente foi também a causa das dificuldades que conheceu para se implementar. As convulsões militares, políticas e religiosas da Europa quinhentista e seiscentista acentuaram as tentativas de controlo e censura das actividades jornalísticas por parte das autoridades civis e religiosas. O sistema de *licenciamento prévio* foi o processo mais usado em toda a Europa: apenas os indivíduos bem vistos pelas autoridades obtinham a licença prévia que lhes dava o direito a instalarem tipografias e/ou a exercerem o ofício de tipógrafo e editor. A *censura prévia*, civil e religiosa, foi, igualmente, uma prática corrente nos estados europeus: as publicações tinham de passar pelo crivo dos censores para poderem ter licença de impressão. Uma derradeira barreira constrangeu a popularização das *gazetas*: as taxas encareciam o preço final.

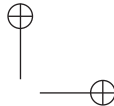
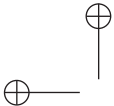
Diga-se, porém, que o poder político cedo percebeu o potencial propagandístico das gazetas. Tal como *La Gazette* de Renaudot serviu os interesses dos monarcas absolutos de França, Luís XIII e Luís XIV, também a *Gazeta* “da Restauração” se identificava com a política de D. João IV, tendo-se mesmo chegado a afirmar que o Rei nela escrevia. Identificando,

sabidamente, que as gazetas podiam minar o poder, os governantes também viram nelas um instrumento de poder, de onde resultou a relação de amor-ódio que os políticos ainda nutrem pelo jornalismo. Assim, algumas gazetas não se resumiam a um conteúdo unicamente noticioso e neutral. Incluíam também notícias “orientadas” e “seleccionadas” para servirem determinadas causas, excertos argumentativos, opinativos e persuasivos, por vezes simplesmente propagandísticos, que prefiguraram a *imprensa política de partido* que, iniciando-se em Inglaterra, haveria de animar os séculos XVIII e XIX. De facto, a Europa viu surgir, no final do século XVII, dois modelos normativos e funcionais de jornalismo: o inglês e o francês. O primeiro consagra a liberdade de imprensa, já defendida no Parlamento inglês por John Milton, no seu célebre discurso *Aeropagítica*, em 1644¹⁷; o segundo impõe o *controlo sobre a imprensa*. O primeiro propõe o paradigma em que se fundará o jornalismo ocidental contemporâneo. O segundo alicerça a forma de fazer jornalismo em ditadura. Ambos, no entanto, tornaram o jornalismo “um fenómeno social e político permanente” (Siebert, *cit. in* Conboy, 2004: 42) que estabeleceu os patamares de uma “cultura noticiosa” (Conboy, 2004: 42), contribuindo, deste modo, para a elevação da razão, para a secularização do pensamento e ainda para a socialização do conhecimento.

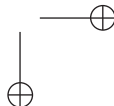
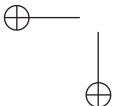
“Os leitores começaram a ser assinalados como participantes na política, mas também como consumidores que poderiam dar lucro a impressores e editores. Isto significa que o novo *medium* [a imprensa] não era apenas político mas também uma parte identificável do híbrido genérico constituído pelas suas funções de fonte de informação pública, identidade comunitária e lucro” (Conboy, 2004: 42)

Há que dizer que as gazetas tinham uma circulação relativamente restrita, embora nos países mais ricos e alfabetizados essa circulação fosse maior do que noutros. Os índices de alfabetização conluiavam-se com os preços para dificultar o acesso à informação. Entre os leitores directos das gazetas contar-se-iam, assim, os burgueses endinheirados, a aristocracia rica e o clero instruído, embora, como se saiba, as gazetas tenham tido muitos “leitores indirectos”, pois eram lidas publicamente em feiras e noutros ajuntamentos, por vezes a troco de um pequeno pagamento por parte de quem escutava.

¹⁷ Trata-se do primeiro discurso parlamentar favorável à liberdade de imprensa.



CAPÍTULO 3



A *Gazeta* “da Restauração”: uma apresentação

Jorge Pedro Sousa e Nair Silva

A *Gazeta*, primeiro periódico português conhecido, foi alcunhada “da Restauração” por ter sido publicada durante o conturbado período que se seguiu à secessão de Portugal dos domínios dos monarcas de Espanha e à recuperação da independência. Embora nem sempre tenha tido uma periodicidade certa (ver tabela 1), pode considerar-se uma publicação periódica no sentido de que foram publicados sucessivamente (pelo menos) 37 números ao longo de seis anos, entre Novembro de 1641 e Setembro de 1647 (ver tabela 1), possibilitando ao público o consumo de novas informações com alguma regularidade. Com o jornalismo periódico, os leitores habituaram-se a esperar, expectantes, por uma nova publicação num determinado período de tempo e a adquirir o hábito de a comprar, pelo que se pode afirmar que a periodicidade foi um dos factores que contribuíram para a institucionalização social do jornalismo, em Portugal e no resto do mundo.

Manuel de Galhegos¹ terá sido o primeiro editor da *Gazeta*, por

¹ Manuel de Galhegos (ou Galegos, na grafia da época) nasceu em Lisboa, em 1597, e faleceu na mesma cidade, no dia 9 de Junho de 1665. Tornou-se religioso após a morte da mulher. Distinguiu-se como poeta e, durante o tempo em que viveu em Madrid, ainda no período da Monarquia Dual, fez-se amigo de Lope de Vega. Aderiu, porém, à causa da Restauração, tendo sido um dos seus propagandistas. Neste quadro, terá redigido, por exemplo, a *Relação do que Se Passou na Felice Aclamação do Mui Alto & Mui Poderoso Rey D. Joam IV* (Lisboa, 1641), embora a autoria desta obra também seja atribuída ao Padre Nicolau da Maia. Graças a essa fidelidade à causa Restauracionista, foi escolhido, ou teve autorização, para editar a *Gazeta*. Não se sabe, no entanto, se continuou a colaborar com o periódico após Agosto de 1642 (suspensão da publicação *Gazeta*), ou ainda mesmo em Julho, pois o privilégio para traduzir e publicar as relações de França foi, neste último mês, atribuído a João Franco Barreto, o que coincide com o segundo período da *Gazeta*, em que esta passou a incluir quase somente “Novas de Fora do Reino”. Pode conjecturar-se, assim, que os conteúdos da *Gazeta* (em especial dos números de Junho e de Julho de 1642) não agradaram ao poder instituído, pelo que pode ter acontecido

alvará régio de 14 de Novembro de 1641². Tengarrinha (2006: 29) explica que o alvará obtido por Galhegos demonstra a confiança do novo monarca neste poeta, presbítero secular, considerado como “um dos melhores alunos da escola castelhana”. No entanto, Tengarrinha (2006: 29) afiança que Galhegos encarregou Miguel de Mascaranhas de Azevedo da redacção do periódico. Alfredo da Cunha (1941: 56-57) também é de opinião que os dotes literários de Galhegos são muito superiores aos evidenciados na *Gazeta*, pelo que seria efectivamente possível que este último tivesse encarregado outros de redigirem a publicação. Além disso, a suspensão da publicação da *Gazeta* e de outras publicações no dia 19 de Agosto de 1642 só se terá verificado, conjectura Cunha, porque não era Galhegos, pessoa estimada pelo Monarca e fiel ao Rei, a redigir o jornal. Contra essas opiniões, ergue-se Heitor Martins (1964: 77-79), que afiança que terá efectivamente sido Galhegos a redigir a *Gazeta*, pelo menos até à interrupção da publicação, em Agosto de 1642. Este autor apresenta os seguintes argumentos a favor de Manuel de Galhegos, que considera dever ser considerado o “primeiro jornalista português”: 1) Manuel de Galhegos já se teria notabilizado na redacção de textos noticiosos (“reportagens”), nomeadamente na *Relação do que se Passou na Felice Aclamação do (...) Rei D. João IV* (Lisboa, 1641), sendo pouco crível que não tivesse contribuído para a redacção da *Gazeta*; 2) Os termos em que o edital foi feito não permitem concluir que Manuel de Galhegos iria forçosamente contratar outrem para redigir a *Gazeta*, pois os editais do mesmo tipo e da mesma época foram sempre passados em favor dos *autores*, dando-lhes permissão para imprimirem e venderem e não para “escreverem”, coisa que estaria subentendida. Assim, Heitor Martins (1964: 79) sente-se à-vontade para escrever o seguinte elogio a Manuel de Galhegos:

que Manuel de Galhegos tenha sido substituído por Barreto. É de dizer que o verbete sobre Galhegos no tomo III da *Biblioteca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado (1752), é omissivo em lhe atribuir qualquer responsabilidade na redacção da *Gazeta*.

² “Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que, havendo respeito do que na petição atrás escrita diz Manuel de Galegos, e vistas as coisas que alega, tive por bem e me apraz que impressor, livreiro ou outra pessoa de qualquer qualidade que seja não possa imprimir nem vender em todos estes reinos e senhorios as Gazetas das novas deste Reino, de que na dita petição faz menção, senão o suplicante ou a pessoa que para isso nomear como pede, etc. Lisboa, 14 de Novembro de 1641” (Grafia adaptada ao português contemporâneo).

“O jornalista Galhegos ainda é um poeta. Folheando-se os nove exemplares da *Gazeta* que são da sua autoria, encontra-se, repetidamente, um grande número de notícias maravilhosas, de milagres, de meninos mudos que falam (para gritar: Viva D. João IV!, é lógico), de grandes feitos das armas portuguesas (sem perdas, sempre!), de superstições e credices sebastianescas. Como veículo de propaganda da recém instaurada monarquia, a *Gazeta* é um excelente órgão e custa-nos penetrar a razão da sua interdição.”

Sabe-se, também, que João Franco Barreto³, por alvará régio de 29 de Julho de 1642⁴ teve licença para “traduzir e imprimir as relações de França e suas gazetas”, embora isso não implique necessariamente que tenha passado a ser ele o editor da *Gazeta* e muito menos que tenha sido

³ João Franco Barreto nasceu em Lisboa, em 1600. Não se conhece o ano da morte, mas sabe-se que ainda vivia em 1674. Aos 24 anos, alistou-se na expedição que se dirigiu à Baía para resgatar a cidade aos holandeses, tendo elaborado uma história manuscrita dessa acção militar. A partir dessa altura distinguiu-se como historiógrafo. Quando regressou a Portugal, foi para a Universidade de Coimbra estudar Cânones e, no final do curso, nela ficou a leccionar. Depois de enviuvar, e tal como aconteceu com Manuel de Galhegos, tornou-se sacerdote, tendo sido pároco do Redondo e do Barreiro. Aderiu à causa da Restauração e, por este motivo, foi escolhido para secretariar a missão diplomática de D. Francisco de Melo a França, em 1641, da qual deixou um relato historiográfico. Terá deixado uma boa impressão, pelo que, possivelmente devido ao desagrado do novo poder com o rumo que a *Gazeta* e outras eventuais publicações levavam, o que, como se sabe, motivou a suspensão de “todas elas” em 19 de Agosto de 1642, teve licença, ainda em Julho, para traduzir as gazetas e relações francesas, o que quase coincide com o início do segundo período de publicação da *Gazeta*, em que esta passou a ostentar a designação “de Novas Fora do Reino”. Por este motivo, supõe-se que tenha sido ele a editar a *Gazeta* a partir do primeiro número de Outubro de 1642, sozinho ou com a colaboração de Manuel de Galhegos e mesmo de Frei Francisco Brandão. Não se sabe também se terá, ou não, colaborado no número da *Gazeta* de Julho de 1642, que muito terá desagradado ao poder, pois a autorização para traduzir e imprimir relações e gazetas francesas foi dada a Barreto a 29 desse mês e o número de Julho da *Gazeta* apenas circulou a 19 de Agosto. Uma outra possível interpretação, embora débil, é a de que a autorização para traduzir e imprimir as relações e gazetas de França nem sequer tivesse sido dada a João Franco Barreto por causa da *Gazeta*, sendo somente uma autorização para a edição ocasional (ou mesmo regular) de publicações francesas traduzidas no nosso país.

⁴ “Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que, havendo respeito a me enviar dizer por sua petição João Franco Barreto que a esta Corte vinham muitas relações em língua francesa, que se traduziam por pessoas que não tinham notícia dela nem daquele reino, e ficavam de menor crédito com sua má interpretação, e porque aquele suplicante tinha bastante conhecimento duma e doutra coisa, por haver passado naquelas partes em companhia dos meus embaixadores no ano próximo passado, cuja viagem escreveu e imprimiu, me pedia lhe mandasse passar licença para que ele somente pudesse traduzir e imprimir as relações de França e suas gazetas. E visto seu requerimento, e as coisas acima referidas, tive por bem conceder-lhe a dita licença, como a pede, com a declaração que irão primeiro à Mesa do Desembargo do Paço traduzidas as ditas relações e gazetas antes que se imprimam, etc. Lisboa, 29 de Julho de 1642”.

o seu único redactor, já que quer Manuel de Galhegos, quer ainda Frei Francisco Brandão⁵ e até outras pessoas por eles nomeadas podem ter dado a sua colaboração. Mas também é possível que, tendo a *Gazeta* desagrado ao poder real, tivesse sido suspensa, tendo Galhegos perdido a respectiva licença. Não se sabe, igualmente, se D. João IV, um homem culto para os cânones da época, terá ou não sido um dos redactores da *Gazeta* e a esta distância é impossível prová-lo satisfatoriamente. Na opinião de Dias (2006: XLIV), essa é uma opinião “deficientemente fundamentada” e na de Alfredo da Cunha (1941a: 53) uma mera “lenda”. De qualquer maneira, mesmo que não tenha sido um dos redactores, é possível que D. João IV tenha exercido alguma orientação sobre os conteúdos.

Existem exemplares da *Gazeta* em várias bibliotecas públicas, como a Biblioteca Nacional, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, a Biblioteca Pública de Évora e a Biblioteca Pública Municipal do Porto, tal como em várias bibliotecas particulares, como a da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (ver apêndice 2). Pode, porém, colocar-se a hipótese de que outros números da *Gazeta* tenham sido publicados mas não tenham sobrevivido. Aliás, este juízo já era partilhado pelo autor de um texto publicado na revista *Panorama* de 31 de Março de 1838 (presumivelmente Alexandre Herculano), que escreveu o seguinte sobre a *Gazeta*:

“A *Gazeta* mais antiga que vimos foi uma de Novembro de 1641. Existe esta, com outras subsequentes, na biblioteca pública da Corte, metidas todas numa pasta, onde se conservam com a estimação que merecem. Esta gazeta está marcada no alto da primeira página com o número 14, feito à mão, com tinta que mostra grande antiguidade,

⁵ Frei Francisco Brandão nasceu em Alcobaça, a 11 de Novembro de 1601, e faleceu em Lisboa, a 28 de Abril de 1680. Tornou-se monge cisterciense em 1618 e doutorou-se em Teologia em Coimbra, ficando a ensinar na mesma cidade. Ocupou vários cargos religiosos, tendo mesmo sido geral da Ordem de Cister em Portugal. Aderiu à causa da Restauração, pelo que foi nomeado cronista-mor do Reino por D. João IV. Escreveu o *Discurso Gratulatório Sobre o Dia da Feliz Aclamação da Majestade de El-Rei D. João IV Nosso Senhor e a Relação do Assassinio Intentado por Castela Contra a Majestade de El-Rei D. João o IV, Impedido Miraculosamente*. Como historiador, é autor da quinta e sexta partes da obra maior da historiografia portuguesa *Monarquia Lusitana*, dedicadas à vida e obra de Dom Diniz, tendo sucedido a seu tio, Frei António Barreto, nessa missão. Terá sido, aliás, junto do tio que cultivou o seu pendor nacionalista, celebrado em toda a Monarquia Lusitana. Não se sabe exactamente a partir de que data colaborou, se é que o fez, na redacção da *Gazeta* ou se editou o periódico, mas presume-se que tenha sido a partir do número de Julho de 1645.

e assim estão as subseqüentes com os números sucessivos, o que nos faz conjecturar que talvez as gazetas remontem ao ano de 1640 e que começassem logo depois da Revolução, supondo que nalguns meses se publicaram duas, como para diante aconteceu. (...)

Esta *Gazeta* de Novembro de 1641 que mencionámos tem rosto como qualquer livro, não o tendo as que se seguem, e que junto à falta das anteriores [gazetas] poderia também suspeitar que elas começaram então. Não podendo desfazer esta dúvida, creia cada um o que quiser.”

Conforme referimos em nota de rodapé inserida na Introdução, autores como Eurico Gomes Dias (2006: XXIV) consideram que da série da *Gazeta* faz parte uma Relação de 1648, intitulada *Relação da Famosa Vitória Que Alcançou em 20 de Agosto deste ano de 1648... e Gazeta de Novas e Sucessos de Fora do Reino em que Se Dá Conta das Coisas de Nápoles (...)*. Na nossa perspectiva, porém, por razões já avançadas na citada nota de rodapé, esse jornal não pertence à série da *Gazeta*. Apenas foi encadernado pela Biblioteca Nacional junto com vários números do primeiro periódico português⁶. De lembrar, a propósito, que outros autores, como José Manuel Tengarrinha (1989: 39), Ricardo Pinto de Matos (1878: 294), Inocêncio Francisco da Silva (1859: 138), Cesário Borga (1981: 15), Rocha Martins (1942: 22), João Frederico de Gusmão C. Arouca (2003) e Alfredo Cunha (1932; 1939; 1941 a; 1941 b) também balizam a publicação documentada da *Gazeta* entre Novembro de 1641 e Setembro de 1647.

⁶ A encadernação de várias publicações e opúsculos sob a forma de miscelâneas foi prática corrente nas bibliotecas públicas e privadas pelo menos até ao início do século XX.

Quadro 1:
Gazetas documentadamente publicadas, impressores e taxas

Mês e ano de publicação	Correu em	Título e eventual “manchete”	Impressor	Taxa (em réis)	Nº de páginas
Novembro 1641*	3 de Dezembro de 1641	<i>Gazeta em Que Se Relatam as Novas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes do Mês de Novembro de 1641</i>	Lourenço de Anvers	6	12
Dezembro 1641	11 de Janeiro de 1642	<i>Gazeta do Mês de Dezembro de 1641</i>	Lourenço de Anvers	10	16
Janeiro 1642	11 de Fevereiro de 1642	<i>Gazeta do Mês de Janeiro de 1642</i>	Domingos Lopes Rosa	6	10
Fevereiro 1642	[8 de Março de 1642]	<i>Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642</i>	Domingos Lopes Rosa	6	12
Março 1642	[10 de Abril de 1642]	<i>Gazeta do Mês de Março de 1642</i>	Domingos Lopes Rosa	6	12
Abril 1642	[9 de Maio de 1642]	<i>Gazeta do Mês de Abril de 1642</i>	Domingos Lopes Rosa	6	12
Maio 1642	[14 de Junho de 1642]	<i>Gazeta do Mês de Maio de 1642</i>	Domingos Lopes Rosa	6	12
Junho 1642	15 de Julho de 1642	<i>Gazeta do Mês de Junho de 1642</i>	[Omisso]	6	12
Julho 1642	19 de Agosto de 1642	<i>Gazeta do Mês de Julho de 1642</i>	Domingos Lopes Rosa	6	12
Outubro 1642 (primeira)	[8 de Novembro de 1642]	<i>Gazeta Primeira do Mês de Outubro de Novas Fora do Reino</i>	Lourenço de Anvers	6	12
Outubro 1642 (segunda)	[10 de Novembro de 1642]	<i>Gazeta Segunda do Mês de Outubro de Novas Fora do Reino</i>	Lourenço de Anvers	6	12

Novembro 1642 (primeira)	[23 de Dezembro de 1642]	<i>Gazeta Primeira do Mês de Novembro de Novas Fora do Reino</i>	Lourenço de Anvers	6	12
Novembro 1642 (segunda)	[23 de Dezembro de 1642]	<i>Gazeta Segunda do Mês de Novembro de Novas Fora do Reino</i>	Lourenço de Anvers	6	12
Dezembro 1642	[24 de Janeiro de 1643]	<i>Gazeta Primeira e Segunda do Mês de Dezembro de Novas Fora do Reino</i>	Lourenço de Anvers	8	16
Março 1643	[28 de Março de 1643]	<i>Gazeta do Mês de Março de 1643</i>	Lourenço de Anvers	6	12
Maio 1642	14 de Junho de 1642	<i>Gazeta do Mês de Maio de 1642</i>	Lourenço de Anvers	6	12
Abril 1643	[23 de Maio de 1643]	<i>Gazeta do Mês de Abril de 1643 de Novas Fora do Reino Com o Protesto Que Fez a Sua Santidade o Bispo de Lamego, Embaixador deste Reino de Portugal Quando Saiu de Roma</i>	Lourenço de Anvers	6	12
Maio 1643	[10 de Junho de 1643]	<i>Gazeta do Mês de Maio de 1643 de Novas Fora do Reino na Qual Se Relatam Aditamentos à Morte do Padre / Thomas Holanda, da Companhia de Jesus, e Se Contam Vários Tributos e Presentes Que Se Fizeram ao Grão-Turco</i>	Lourenço de Anvers	6	12
Junho 1643	[13 de Julho de 1643]	<i>Gazeta do Mês de Junho de 1643 de Novas Fora do Reino / Na Qual Se Conta Um Notável Prodigio, Se Relatam as Rainhas de França Que Tiveram o Governo do Reino e Tutoria dos Filhos e as Cortes Que Se Fizeram em França Depois di Falecimento D’El Rei Luís XIII Cognominado O Justo</i>	Lourenço de Anvers	6	12

Julho 1643	[11 de Agosto de 1643]	<i>Gazeta do Mês de Julho de 1643 de Novas Fora do Reino</i>	Lourenço de Anvers	6	12
Setembro 1643	[21 de Outubro de 1643]	<i>Gazeta do Mês de Setembro de 1643 de Novas Fora do Reino / Entre as Quais Se Relata a Presa da Cidade de Thionvilla Com os Artigos das Capitulações</i>	António Alvarez	8	16
Outubro 1643	[3 de Outubro de 1643]	<i>Gazeta do Mês de Outubro de 1643 de Novas Fora do Reino / Entre as Quais Se Relata a Viagem do Marechal da Mota em Aragão e o Encontro Que a Armada de França Teve Com a Castelhana na Costa de Barcelona e a Conspiração do Paxá de Alepo Contra o Grão-Turco Com o Sucesso Que Teve</i>	António Alvarez	6	12
Novembro 1643	[17 de Dezembro de 1643]	<i>Gazeta do Mês de Novembro de 1643 de Novas Fora do Reino/ Se Relata Como o Exército Francês Fez Levantar o Cerco de Flix, na Catalunha, Com o Desbaratar dos Castelhanos Diante Daquela Praça</i>	Domingos Lopes Rosa	6	12
Dezembro 1643**	[21 de Janeiro de 1643]	<i>Gazeta do Mês de Dezembro de 1643 de Novas Fora do Reino / Entre as Quais Se Dá Conta da Vitória Que o Príncipe Guilherme de Nassai, Filho do Príncipe de Orange, Teve dos Castelhanos Junto a Anvers, a Qual Foi a Maior Que Naquelas Partes Se Tem Alcançado dos Castelhanos</i>	[Omisso]	6	12
Janeiro 1644**	[18 de Março de 1644]	<i>Gazeta do Mês de Fevereiro de 1644 De Novas Fora do Reino /Na Qual Se Dá Conta de Dois Sucessos Notáveis</i>	Domingos Lopes Rosa	6	12

Março e Abril 1644	[9 de Julho de 1644]	<i>Gazeta do Mês de Maio e Junho de 1644 de Novas Fora do Reino / Em Que Se Dá Conta do recebimento e Entrada Que Fizeram em Paris ao Marquês de Cascais, Embaixador, Extraordinário de El-Rei de Portugal em França e Audiência dos Cristianíssimos Reis</i>	Domingos Lopes Rosa	[Omisso]	6
Maio e Junho 1644	[9 de Julho de 1644]	<i>Gazeta do Mês de Maio e Junho de 1644 de Novas Fora do Reino / Em Que Se Dá Conta do recebimento e Entrada Que Fizeram em Paris ao Marquês de Cascais, Embaixador, Extraordinário de El-Rei de Portugal em França e Audiência dos Cristianíssimos Reis</i>	Domingos Lopes Rosa	6	12
Julho e Agosto 1644	[13 de Setembro de 1644]	<i>Gazeta do Mês de Julho e Agosto de 1644 De Novas Fora do Reino</i>	Domingos Lopes Rosa	6	12
Janeiro 1645	[10 de Fevereiro de 1645]	<i>Gazeta do Mês de Janeiro de 1645 de Novas Fora do Reino / Com a Descrição das Cerimónias Que Se Fizeram Antes e Depois da Criação do Nosso S. [Sumo] P. [Pontífice] o Papa</i>	Domingos Lopes Rosa	6	12
Junho 1645	[Omisso]	<i>Gazeta do Mês de Junho de 1645 de Novas Fora do Reino / Na Qual Se Dá Conta da Armada do Grão-Turco, Da Presa e Rendição do Castelo e Cidade de Agramont e Rosas na Catalunha, Com as Capitulações Que o Conde de Plessi-Pressin, Tenente-General do Exército de El-Rei Cristianíssimo Naquele Estado, Debaixo das Ordens do Conde de Harcourt, Vice-Rei e Tenente-General Nele, a D. Diogo, Cavaleiro de Ilhescas, Governador da Dita Praça de Rosas Por El-Rei Católico</i>	Domingos Lopes Rosa	[Omisso]	12

Julho 1645	[Omisso]	<i>Gazeta do Mês de Julho de 1645 de Novas Fora do Reino / Nas Quais Se Dá Conta da Grande Derrota Que os Castelhanos Tiveram na Catalunha a 22 de Junho Passado, Com a Lista de Prisioneiros, e Que Se Refere o Estado Presente das Coisas de Inglaterra e Irlanda. Dá-se Também Notícia da Entrada Que Por Castela Dentro Fez Dom Rodrigo de Castro e Uma Carta Que de Badajoz Se Diz Escreveram ao Conde de Castelo Melhor, Governador das Armas de El-Rei Nosso Senhor Na Província do Alentejo</i>	[Omisso]	[Omisso]	12
Agosto 1645	[Omisso]	<i>Gazeta do Mês de Agosto de 1645 de Novas Fora do Reino / Entre as Quais Se Dão as da Armada do Grão-Turco, da Nossa Índia Oriental, da Dieta de Münster e de Roma. E Também Se Referem Algumas da Fronteira do Alentejo</i>	Domingos Lopes Rosa	6	12
Julho e Agosto 1646	[Omisso]	<i>Gazeta do Mês de Julho e Agosto de 1646 de Novas Fora do Reino / Entre as Quais Se Dá Conta da Batalha Naval Que a Armada do Cristianíssimo Rei de França Teve Com a de Castela</i>	[Omisso]	6	12
Setembro e Outubro 1646	[30 de Outubro de 1646]	<i>Gazeta do Mês de Setembro e Outubro de 1646 de Novas Fora do Reino / Entre as Quais Se Dá Conta da Chegada da Esquadra Portuguesa a França, Com Outras Circunstâncias Tocantes a Ela e declara-se a Verdade no Tocante a El-Rei de Castela e os Holandeses</i>	Domingos Lopes Rosa	[Omisso] ***	12

Novembro 1646	[Omisso]	<i>Gazeta do Mês de Novembro de 1646 de Novas Fora do Reino / Na Qual Se Dá Conta do Estado dos Negócios das Pazes Gerais, das Vitórias dos Franceses na Flandres e Alemanha, da Presa de Furnes e Dunquerque, Com as Capitulações, dos Sucessos Vitoriosos da Armada de França e Esquadra Real de Portugal na Itália, o Estado das Guerras do Turco Contra os Venezianos e dos Consertos [Acordos] de Sua Santidade Com a Casa Berberina</i>	[Omisso]	[Omisso]	18
Agosto 1647	[27 de Setembro de 1647]	<i>Gazeta do Mês de Agosto de 1647 de Novas Fora do Reino/ Entre as Quais Se Dá Conta do Levantamento de Nápoles e Sicília Com as Presas de La Bassée e Dixmude Pelas Armas de França e da Grande Vitória Que os Venezianos Tiveram do Grão-Turco no Primeiro de Julho de 1647</i>	Domingos Lopes Rosa	[Omisso] ***	12
Setembro 1647	[Omisso]	<i>Gazeta do Mês de Setembro de 1647 de Novas Fora do Reino / Entre as Quais Se Dá Conta de Alguns Levantamentos Mais nas Partes da Itália, Se Relata o Poder das Armadas de França e Espanha, Veneza e do Turco, Com Outras Coisas Muito Dignas de Memória, e o Desbaratar dos Holandeses na Ilha de Ceilão</i>	Domingos Lopes Rosa	[Omisso]	12

Notas para a interpretação da tabela:

- 1) Os parênteses rectos são usados para dados que se podem inferir das *Gazetas* mas que nelas não são mencionados explicitamente.
- 2) Optámos, tal como fizemos nas transcrições, por adaptar a ortografia seiscentista ao português contemporâneo.

* Existem edições fac-simile do primeiro número da *Gazeta* impressas em 1941 (edição comemorativa do primeiro tricentenário) e em 1983 (edição do Sindicato dos Jornalistas comemorativa do I Congresso dos Jornalistas Portugueses), bem como reproduções integrais (como a que surge na *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*).

** Martinho da Fonseca indica a existência de uma outra *Gazeta Primeira e Segunda de Novas Fora do Reino* de Dezembro de 1643, mas referir-se-á ao número de Dezembro de 1642, que só circulou no início de 1643 (Martinho da Fonseca, 1927: 39, entrada 223). Eurico Dias Gomes (2006: 283) referir-se-á ao número de Janeiro de 1644 como sendo a *Gazeta do Mês de Dezembro de 1644*, mas na versão consultada para efeitos desta investigação (exemplar da Biblioteca Pública Municipal do Porto) surge a designação *Gazeta do Mês de Janeiro de 1644 de Novas Fora do Reino*.

*** Há um espaço em branco no local dedicado à menção do valor da taxa. Provavelmente, o impressor preparou as provas tipográficas com esse espaço em branco (não seria necessário mencionar o valor da taxa para as provas tipográficas serem submetidas aos censores), para incluir, posteriormente, o valor em causa, após este ser determinado pelas autoridades competentes. Porém, ter-se-á esquecido de completar o original que foi para impressão.

O Quadro 1 dá-nos indicações preciosas sobre as gazetas documentadamente publicadas:

1) Considerando os exemplares sobreviventes, a periodicidade da *Gazeta* foi algo irregular, embora seja notório o esforço de manter uma periodicidade mensal – indiciado inclusivamente nos títulos, nomeadamente entre Novembro de 1641 e Fevereiro de 1644.

De facto, tanto quanto se pode apurar pelos exemplares sobreviventes, houve alguns percalços na publicação da *Gazeta* “da Restauração”, dadas as várias interrupções na publicação e a junção das gazetas de dois meses num único número (solução ensaiada, por exemplo, em 1644 e 1646).

Diga-se, novamente, que no número de Julho de 1642 a *Gazeta* terá suspenso a publicação não por vontade dos editores, mas provavelmente por força de uma lei promulgada a 19 de Agosto de 1642, que proibia as gazetas “com notícias do Reino ou de fora, em razão da pouca

verdade de muitas e do mau estilo de todas elas⁷. Não se sabe, dado o teor da lei, se no ano da interdição momentânea da publicação da *Gazeta* “da Restauração” eram impressas outras gazetas periódicas em Portugal ou se o legislador apenas quis referir-se às publicações “jornalísticas” ocasionais que então proliferavam, denominando-as, igualmente, “gazetas”. José Manuel Tengarrinha (1989: 31) é de opinião que essa lei “visava também as ‘notícias avulsas’, visto que então só havia uma gazeta”, mas na realidade ninguém pode afirmar, com absoluta certeza, a inexistência de outras publicações periódicas regulares portuguesas para além da *Gazeta*, em 1642 e depois⁸.

Uma outra interpretação é a de que a lei de 19 de Agosto de 1642 constitua uma reacção específica ao número de Julho da *Gazeta*, que terá circulado nesse mesmo dia (19 de Agosto) e que descreve várias escaramuças nas fronteiras do Alentejo e do Algarve, entre outras notícias.

Assim sendo, pode dizer-se que o poder político desconfiava das incipientes publicações jornalísticas⁹, ainda que estas estivessem ao seu

⁷ Com relação à *Gazeta*, essa lei é referida por um autor anónimo (provavelmente Alexandre Herculano) na revista enciclopédica *Panorama* de 31 de Março de 1838, que, por sua vez, cita João Pedro Ribeiro, um jurista dos séculos XVIII e XIX que, entre outras obras, publicou o *Índice Cronológico Remissivo da Legislação Portuguesa e as Dissertações Cronológicas e Críticas Sobre a História e Jurisprudência Eclesiástica e Civil de Portugal* (Lisboa: Academia Real das Ciências, 1810-1836). Terá sido João Pedro Ribeiro a catalogar essa e outras leis relativas à imprensa.

⁸ Em França, em 1643, foram publicados sete números de um jornal intitulado *Le Mercure Portugais*, defensor da causa independentista portuguesa. Não pode, porém, ser considerado um periódico genuinamente português, apesar de abordar temas portugueses. Por um lado, foi publicado no estrangeiro e impresso pelos editores franceses Antoine de Sommerville e Augustin Courbé; por outro lado, o seu autor principal terá sido o francês François de Chastonniers de Grenaille, cujo nome figura no fim da apresentação do primeiro número. Não é de excluir, porém, que esse jornal tenha tido financiamento português, através do Conde da Vidigueira, dada a necessidade de publicitação da causa independentista portuguesa em França, e que nele tenham colaborado portugueses em missão em França, como o diplomata Manuel Fernandes Vila Real. Em Portugal, por seu turno, foram editadas várias publicações ocasionais entre 1641 e 1647, mas nenhum periódico. O *Mercurius Ibernicus*, publicado em Lisboa para dar conta da resistência católica irlandesa face aos invasores ingleses, não é um periódico, já que documentadamente apenas foi publicado um número, em 1645. Além disso, refere-se a um tema do estrangeiro, à semelhança do que se passava com o *Mercure Portugais* para os franceses.

⁹ Prova-o, igualmente, um decreto de 2 de Novembro de 1643, que proibia a impressão de “relações ou papéis de novas de Reinos estranhos, e mandando ter todo o cuidado em que se não imprimam relações menos verdadeiras, respectivas a sucessos do Reino”. Alfredo da Cunha (1941 a: 56), que refere o decreto, recolhido, no entanto, pelo jurista João Pedro Ribeiro e citado pelo bibliófilo Silva Túlio, opina, porém, que este não se aplicaria à *Gazeta*, cuja publicação não foi suspensa.

serviço¹⁰ e fossem sujeitas ao licenciamento e à censura prévia, civil e eclesiástica, conforme as Ordenações do Reino que então vigoravam¹¹ e conforme também uma Carta Régia de 26 de Janeiro de 1627¹², cujas determinações foram mantidas mesmo após a Restauração. O licenciamento prévio das publicações foi, aliás, confirmado por uma lei de D. João IV a 29 de Janeiro de 1643, que impunha “que não se imprimam livros sem a licença d’El-Rei”. De qualquer maneira, a *Gazeta* retomou a publicação em Outubro de 1642, mas passou a ostentar a designação “*de Novas Fora do Reino*”. Não obstante, entre Outubro de 1642 e Setembro de 1647 a *Gazeta*, certamente com o consentimento ou mesmo com a conivência do poder político, publicou notícias sobre a “frente” do Alentejo, sobre missões diplomáticas portuguesas, etc.

2) A taxa habitual da *Gazeta* era de seis réis, embora pudesse variar em conformidade com o número de páginas. Quantas mais páginas tinham, mais as gazetas pagavam de taxa e mais custariam ao comprador¹³.

¹⁰ Como veremos à frente, os conteúdos da *Gazeta* procuram legitimar a Restauração e o novo Rei.

¹¹ O livro 5º, título 102, das Ordenações do Reino, que, apesar de terem sido promulgadas por D. Filipe II, continuaram em vigor após a Restauração, indicava expressamente: “Por se evitarem os inconvenientes que se podem seguir de se imprimirem em nossos Reinos e Senhorios ou de se mandarem imprimir fora deles livros ou obras feitas por nossos vassallos, sem primeiro serem vistas e examinadas, mandamos que nenhum morador nestes Reinos imprima, nem mande imprimir neles ou fora deles, obra alguma, de qualquer matéria que seja, sem primeiro ser vista e examinada pelos desembargadores do Paço, depois de ser vista e aprovada pelos oficiais do Santo Officio da Inquisição. E achando os ditos desembargadores do Paço que a obra é útil para se dever imprimir, darão por seu despacho licença que se imprima, e não o sendo a negarão. E qualquer impressor livreiro ou pessoa que sem a dita licença imprimir ou mandar imprimir algum livro ou obra, perderá todos os volumes que se acharem impressos e pagará cinquenta cruzados, a metade para os cativos e a outra para o acusador”.

¹² Esta Carta Régia, dirigida por D. Filipe III de Portugal ao chanceler-mor do Reino, D. Cristóvão Soares, a 26 de Janeiro de 1627, reafirmava as Ordenações do Reino no que respeitava à censura prévia e às licenças prévias, os dois mecanismos principais do poder político para controlo da imprensa: “De alguns anos a esta parte se tem introduzido nessa cidade escrever e imprimir relações de novas gerais; e porque em algumas se fala com pouca certeza e menos co sideração, de que resultam graves inconvenientes, ordenareis que se não possam imprimir sem as licenças ordinárias, e que antes de as dar se revejam e examinem com particular cuidado”.

¹³ O facto de estas “taxas sobre o conhecimento” incidirem sobre o número de páginas levará as empresas jornalísticas a aumentarem o tamanho das páginas no século XIX, para poderem incluir mais publicidade e mais notícias sem pagarem mais por isso. Foi uma forma engenhosa de se contornar o problema das “taxas sobre o conhecimento”, que aumentavam artificialmente o preço dos jornais e contribuíam, consequentemente, para que estes não pudessem chegar ao grande público.

Normalmente, a taxa aplicada era de 0,5 réis por página, mas o número de Dezembro de 1641 não respeita esta proporção. Conforme explica Tengarrinha (1989: 39), “*As Gazetas da Restauração* tinham circulação muito restrita devido não só ao seu elevado preço (...) como ao baixíssimo nível de instrução¹⁴. Poderemos visionar os seus leitores entre os comerciantes, homens de negócios e outros elementos instruídos da burguesia e a aristocracia ilustrada e mais directamente interessada nas notícias da guerra com Castela.” Tengarrinha (1989:39) e Dias (2006: XLII) dizem que o valor das taxas correspondia ao preço de cada exemplar, mas temos dúvidas sobre essa interpretação, já que por taxa poder-se-á considerar o imposto pago ao Estado (as célebres “taxas sobre o conhecimento”) e não o preço final. De qualquer modo, é de presumir que o preço final das gazetas era relativamente constante, tal como o número de páginas, o que terá contribuído para fidelizar os consumidores.

3) Decorria sempre um prazo mínimo de algumas semanas entre a produção da prova tipográfica inicial, que era levada à censura prévia e servia de base à determinação da taxa, e a distribuição pública da *Gazeta*. O *horizonte de actualidade noticiosa* do século XVII em Portugal era, assim, de várias semanas e, por vezes, meses. As notícias da *Gazeta* mantinham a sua actualidade por muito tempo. O período em que o *horizonte de actualidade noticiosa* foi mais curto ocorreu entre Outubro e Dezembro de 1642, pois em Outubro e Novembro saíram dois números da *Gazeta* em cada um dos meses¹⁵, que entraram em circulação em Novembro e Dezembro, respectivamente. Inclusive, as duas gazetas de Outubro de 1642 poderão ter entrado em circulação com somente dois dias de intervalo.

¹⁴ Recorde-se que o analfabetismo em Portugal, no século XVII, rondaria os 90%, situação que se manteve, aliás, até aos finais do século XVIII/princípios do século XIX.

¹⁵ Tendo em conta os dados disponíveis, em concreto os exemplares sobreviventes da *Gazeta*, não parece tratar-se, no entanto, de uma opção pela periodicidade quinzenal. A segunda *Gazeta de Outubro de 1642* terá sido publicada como sequência da primeira, devido, possivelmente, ao elevado fluxo de informação a noticiar. Só em Novembro de 1642, conforme indiciado pelas datas prováveis de circulação desses números (5 e 23 de Dezembro) a *Gazeta* terá sido quinzenal.

4) Não houve só um impressor para a *Gazeta*. Pelo menos três alternaram-se na edição: Lourenço de Anvers¹⁶ (12 números, 32,4%); Domingos Lopes Rosa¹⁷, (18 números, 48,7%) e António Alvarez¹⁸ [ou Álvares] (2 números, 5,4%). Em cinco números (13,5%) não há referência ao impressor, embora provavelmente estes tivessem sido impressos na oficina de Domingos Lopes Rosa, pois os anteriores e posteriores também o são. Sabendo-se que o privilégio real de publicação do primeiro número da *Gazeta* foi concedido a Manuel de Galhegos, por alvará de 14 de Novembro de 1641, então os editores e promotores da *Gazeta* não coincidiam com os impressores. Na Europa seiscentista, coexistiam, na realidade, iniciativas jornalísticas de dois tipos: em alguns casos, eram os próprios impressores a ter a iniciativa de redigir e publicar gazetas, enquanto noutros casos os promotores, redactores e editores da publicação não coincidiam com os impressores.

5) Várias falhas tipográficas podem ser apontadas às gazetas “da Restauração”, conforme se observa pelas omissões de dados. Em alguns casos, ter-se-á devido a incúria, provocada, nomeadamente, pelo facto de a prova tipográfica inicial servir unicamente para levar

¹⁶ Acerca do flamengo Lourenço de Anvers, Inocêncio, no tomo V, p. 196, do seu *Dicionário Bibliográfico*, sugere que se tratará de Lourenço Craesbeeck, nome que surge noutras obras impressas no mesmo período e que pertencia a uma das mais conhecidas famílias de impressores que actuavam em Portugal no século XVII. De notar, ainda, que apesar de os primeiros números da *Gazeta* ostentarem a indicação de que foram impressos por Lourenço de Anvers, não é claro que assim tivesse ocorrido. Na realidade, Lourenço de Anvers, ou eventualmente Lourenço Craesbeeck, poderia ser irmão de Paulo Craesbeeck e ambos pertenceriam, assim, à família Craesbeeck, que Dias (1996) apelida de “dinastia de impressores”. Poderia, em consequência, ter sido Paulo, e não Lourenço, a imprimir os primeiros números da *Gazeta*, pois Paulo, residente em Lisboa, imprimia livros em nome do irmão, já que as regras corporativas lhe impediam o exercício simultâneo dos ofícios de impressor e livreiro. Lourenço Craesbeeck, inclusivamente, residiria em Coimbra, onde estava estabelecido como impressor. Porém, não é claro se já residia em Coimbra ao tempo da publicação dos primeiros números da *Gazeta* ou se apenas foi viver para Coimbra em 1643, pois a partir daí nunca mais se refere o seu nome como impressor de qualquer número da *Gazeta*. Sejam duas ou a mesma pessoa, sabe-se que, provavelmente, Lourenço de Anvers, em 1647, terá abandonado a tipografia, vindo a exercer vários cargos públicos posteriormente.

¹⁷ Impressor de Lisboa, teve vários alvarás de impressão ao longo do século XVII.

¹⁸ Impressor lisboeta, terá sido chamado por D. João IV para se colocar ao seu serviço, em 1643, eventualmente em substituição de Lourenço Craesbeeck [ou Lourenço de Anvers?], que se teria mudado nesta altura para Coimbra.

às autoridades, para determinação de taxa, censura e licenciamento, pelo que certas informações teriam de ser inseridas, posteriormente, na versão final, e por vezes não o eram; noutros casos, a omissão de dados ter-se-á devido à escassez de espaço, pois em alguns números da *Gazeta* as notícias estendem-se até à penúltima linha da última página. As autoridades, porém, não terão visto como incumprimento grave as referidas omissões, pois, certamente, não foi por causa delas que a *Gazeta* deixou de se publicar.

3.1 Apresentação gráfica da *Gazeta*

As publicações jornalísticas do século XVII já tinham algumas preocupações com o *design*, facto comprovado, por exemplo, com a utilização de letras capitulares. No entanto, o *design* não era, obviamente, a primeira das preocupações dos impressores das gazetas. A forma das primeiras publicações afasta-se bastante do formato e *design* dos jornais contemporâneos. Pode mesmo dizer-se que se assemelham mais a livros do que aos jornais contemporâneos, que, aliás, só adquiriram o seu aspecto actual graças ao aparecimento sucessivo de novas tecnologias de diagramação e impressão, sob a pressão da evolução cultural e do mercado.

Canga Larequi (1994: 19) diz que entre as primeiras publicações jornalísticas do século XVI e inícios do século XVII e as gazetas do século XVII nota-se uma certa evolução no *design*, provocada pelo aumento do ritmo de publicação. Nas publicações de periodicidade mais espaçada do século XVI e mesmo do início do século XVII, a primeira página tinha um frontispício; nas gazetas, o título da publicação tinha-se já transformado numa simples menção no cabeçalho da página, em que se incluía uma menção à data de edição, que, ao mesmo tempo, anunciava a periodicidade da publicação. Assim sucedeu, de facto, com a *Gazeta* “da Restauração” quando comparada com as *Relações* de Manuel Severim de Faria, que na nossa perspectiva merecem ser consideradas o primeiro jornal não periódico português. Com excepção do primeiro número, que também tem frontispício, a *Gazeta* apresenta-se tal e qual Canga Laraqui descreve os jornais europeus do século XVII. Este facto mostra que Portugal seguia e copiava as transformações na impressão de publicações jornalísticas que ocorriam na Europa, graças à circulação dessas mesmas

publicações entre as elites letradas europeias, como muito bem documenta o alvará régio concedido a 29 de Julho de 1642 a João Franco Barreto para “traduzir e imprimir as relações de França e suas gazetas”.

Canga Laraqui (1994: 19) e Barnhurst (1994: 168) escrevem, em estudos separados, que as publicações jornalísticas do século XVII e XVIII surgiam normalmente em formato de *quarto* ou de *oitavo*, o que decorria da dobragem de uma folha de papel para tipografia duas ou três vezes a meio. Assim sucedeu também com a *Gazeta* “da Restauração”, que se apresenta impressa em papel de linho e em formato de *in-quarto* (também designado, como dissemos, simplesmente “quarto”, correspondendo às dimensões de cerca de 13,5 x 19 cm, sensivelmente o contemporâneo formato A5), embora, de gazeta para gazeta as dimensões do papel possam variar alguns milímetros.

O Quadro 2 refere ordenadamente alguns dos aspectos mais salientes do *design* da *Gazeta*.

Quadro 2:
Aspectos relevantes do *design* da *Gazeta* “da Restauração”

Papel	Linho
Formato	Quarto (sensivelmente 13,5 x 19 cm, mais ou menos o formato A5). As dimensões variam alguns milímetros de número para número.
Primeira página	O primeiro número tem frontispício. Os restantes não, sendo a primeira página ocupada pelo título da publicação em maiúsculas (normalmente com referência ao mês de edição, o que prometia uma determinada periodicidade) e por notícias. O frontispício do primeiro número é de papel idêntico ao das restantes folhas. A primeira gazeta ostenta o título <i>Gazeta em que Se Relatam as Novas Todas que Houve Nesta Corte e que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641</i> . As restantes limitam-se a referir <i>Gazeta</i> do mês tal, ano tal, sendo que após Outubro de 1642 acrescenta-se <i>De Novas Fora do Reino</i> . A partir de Abril de 1643, alguns títulos são prolongados, constituindo uma espécie de “manchete”, ou sumário, da notícia principal (ver Quadro 1).
Indicação de página	Irregularmente, há referências tipográficas ao número do caderno resultante da dobragem da folha de impressão, inseridas em rodapé e centradas.
Margens	Todos os números têm margens tipográficas. O rodapé de alguns números é diminuto devido à necessidade de aproveitamento da mancha gráfica.
Entrelinhado	Denso, diminuindo do primeiro para os restantes números. O primeiro número tem em média 30 linhas por página, enquanto outros apresentam 36 e mais linhas por página.
Parágrafo	Indentados, começando dois ou três toques para a direita.

Colunas	A maioria das notícias é paginada a uma coluna. Em casos pontuais, usam-se duas colunas (por exemplo, para a inserção de listas, como listagem de prisioneiros).
Estilos	A maioria das notícias, independentemente da oficina tipográfica, é paginada com letra tipo <i>Elzevir</i> , de recorte gótico, em estilo normal. Há algumas imperfeições e irregularidades na impressão dos caracteres, explicadas pela inexistência do <i>ponto tipográfico</i> nessa altura (seria criado somente em 1737). Muitas vezes o texto contém abreviaturas nos finais de linha para evitar as divisões (-) de palavras. Usa-se o <i>itálico</i> para grafar as “manchetes”, a proveniência de certas notícias (“ <i>De Paris aos 23 de Julho de 1643</i> ”), determinadas palavras (como locuções latinas e títulos de livros e outras publicações), para certos textos ou excertos de textos (por exemplo, cartas, textos de acordos transcritos nas notícias, etc.) e ainda para inserir o texto administrativo (taxas, impressores, etc.). Usam-se MAIÚSCULAS para grafar determinadas palavras a que se quer dar ênfase (por exemplo, “DOM JOÃO o QUARTO”) e ainda para identificar a publicação (“GAZETA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1642”). Por vezes, o título da secção de “NOVAS DE FORA DO REINO” é também grafado em maiúsculas.
Letras capitulares	Presentes de forma irregular, no início de certas notícias ou de grupos de notícias (por exemplo, num grupo de notícias de França, a primeira letra da primeira notícia pode ser capitular).
Vinhetas decorativas	O frontispício do primeiro número inclui o brasão real joanino. Vinhetas decorativas ajudam a separar secções em determinadas ocasiões ou constituem motivo decorativo. O número de Janeiro de 1642 inclui uma iluminura com a face de uma mulher ao centro e rosas de um e do outro lado, que separa as notícias do Reino das notícias de fora do Reino, repetida no final, unicamente com intuítos decorativos.
Filetes	Raramente usados. Podiam servir para separar notícias de última hora, rectificações ou ainda o texto administrativo do informativo.
Secções	Há uma certa preocupação pela arrumação das notícias, embora não se notem preocupações pelo estabelecimento de uma hierarquia das notícias através do <i>design</i> . Assim, várias gazetas têm, por exemplo, uma secção para “Novas de Fora do Reino”. Grupos de notícias com a mesma proveniência, devidamente referida, também podiam constituir uma espécie de secção.
Publicidade	Não existente
Referências administrativas (taxas, licenças, impressores, etc.)	Na última página, no final. No primeiro número, a referência ao impressor surge no frontispício.

A análise do Quadro 2 mostra que o *design* da *Gazeta* é simples e algo semelhante ao dos livros da mesma época, até porque, para os homens do início do século XVII, provavelmente não haveria grandes diferenças entre as gazetas e os livros. No entanto, apenas o primeiro

número da *Gazeta* (Novembro de 1641) tem frontispício, no qual se destaca o brasão real joanino. O frontispício desse primeiro número da *Gazeta* é, de resto, evocativo de uma época em que, como se disse, a distinção entre livro e jornal não estava bem delimitada. A partir do segundo número abdica-se do frontispício, o que aproxima mais a *Gazeta* da noção de jornal, “literatura urgente”.

O primeiro número da *Gazeta* é, assim, o único a ter um título longo (*Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*), bem como o único a referir o impressor na página 1 (que nesse número tinha, como se disse, a forma de frontispício). Os restantes números são unicamente encimados pela menção “*Gazeta do Mês de...*”, sendo que, a partir de Abril de 1643, logo a seguir ao título da publicação aparece, com frequência, uma chamada de atenção para a notícia vista como mais importante, evidenciando que a ideia da *manchete* tem antecedentes históricos. Assim, além da denominação, as gazetas passam a incluir a informação “*Gazeta do Mês Tal na Qual se Relata [ou expressão semelhante, seguida da informação mais relevante, conforme podemos ler na tabela 1]...*”.

Nos primeiros números, as margens que rodeiam a mancha gráfica são relativamente largas e o entrelinhado suficientemente espaçado para que o olhar repouse. Os parágrafos são indentados, assinalando-se com uma tabulação de dois ou três espaços para a direita. Também o corpo das letras é suficientemente grande e constante para permitir uma leitura repousada. Não há qualquer inserção de publicidade. A impressão geral apontada graficamente pelas gazetas, em particular pelos primeiros números, é de ordem racional, organização, clareza, repouso para o olhar, sobriedade gráfica. As gazetas parecem dirigir-se a um público ponderado, com tempo para consumir a informação e reflectir racionalmente sobre ela. Mesmo que os conteúdos revelem um mundo agressivo, imprevisível, ameaçador, caótico, a sugestão gráfica invoca controlo sobre ele. Porém, com o tempo, a necessidade de incluir mais informações no mesmo espaço (o papel era caro e, além disso, as taxas sobre o conhecimento e, por consequência, o preço a pagar pelo consumidor, incidiam sobre o número de páginas) provocou algumas modificações no grafismo da *Gazeta* e, por consequência, também se alterou o sentido construído pelo *design*. Embora as margens, excluindo o rodapé, não tenham sido muito afectadas, a inclusão

de transcrições de cartas, tratados e outros documentos em itálico e com letra de corpo reduzido modifica ligeiramente essa impressão de ordem, razão e serenidade expressa no *design* dos primeiros números, em favor de sensações de um certo caos.

As referências aos impressores, às licenças e às taxas são inseridas na última página da publicação (com exceção do primeiro número, cuja última página está em branco, sendo esses dados inseridos na penúltima página, menos a indicação do impressor, que aparece no frontispício). Por vezes, as notícias vão quase até ao final da última página, razão pela qual acabam por ser suprimidas as referências às licenças, taxas e impressor, algo que, aparentemente, não teve consequências sérias, pois, embora com periodicidade frequentemente irregular, não houve interrupção definitiva da publicação entre o número de Novembro de 1641 e o número de Setembro de 1647. A separação do texto de cariz “administrativo” (referência a taxas, licenças, etc.) do texto de cariz informativo faz-se, sobretudo, através de uma sábia dosagem dos brancos.

O *design* é básico. As notícias são dispostas umas a seguir às outras (apenas se iniciam em parágrafos diferentes) sem grande preocupação de ordem lógica ou hierarquia, a uma coluna, tal e qual como se de um livro se tratasse. No entanto, antes mesmo de a *Gazeta* passar a incidir unicamente nas *Novas De Fora do Reino* (a partir de Outubro de 1642 ostentou essa referência no título), já existia uma secção específica para as notícias do exterior, primeiro indício da segmentação dos conteúdos que viria a tornar-se norma mais tarde.

Outro caso que merece destaque é a inclusão de referências à localização espacial e temporal dos acontecimentos narrados (“*De X, aos X de X de 164X*”), em particular a partir de Outubro de 1642. Estas referências, grafadas em itálico, funcionam como títulos, evidenciando-se nelas já o sentido jornalístico da precisão na datação e da localização espacial das informações. Algumas referências são mesmo pequenos títulos (por exemplo: “*Descrição das Cerimónias que se Fizeram Dentro e Fora do Conclave, Antes e Depois da Criação do Nosso S[anto] Padre o Papa Inocência X*”, na *Gazeta do Mês de Janeiro de 1645 de Novas Fora do Reino*).

Ocasionalmente, usam-se na *Gazeta* figuras e timbres tipográficos para preencher espaços em branco (função meramente estilística), para separar a secção de notícias do estrangeiro ou com ambas as finalidades. Todavia, à medida que o tempo avançou e a produção

noticiosa se rotinizou, ter-se-á intensificado o fluxo de informações, contribuindo para o quase total desaparecimento dessas vinhetas decorativas. Em alguns casos, usam-se filetes horizontais para separar secções ou mesmo notícias. Por exemplo, notícias de última hora podiam ser paginadas no final das restantes, com um filete horizontal a separá-las das anteriores.

A “política” de utilização das letras capitulares não é constante. A primeira letra da primeira palavra da primeira notícia é sempre capitular, tal como era costume na época. Mas as restantes notícias podiam, ou não, ser iniciadas por uma letra capitular. Em alguns casos, a primeira palavra da primeira notícia é toda ela grafada em maiúsculas.

Embora a maior parte do texto surja em estilo gótico moderno (caracteres de tipo *Elzevir*¹⁹), normal, por vezes incluem-se excertos em itálico, por exemplo para a transcrição de documentos. Nas referências às licenças e taxas, os nomes dos censores, taxadores e outros funcionários também surgem em itálico, para evidenciar que se trata de assinaturas.

As maiúsculas são usadas não apenas em conformidade com as regras gramaticais, mas também para enfatizar determinadas palavras ou sequências de palavras, incluindo, com frequência, o nome do Rei de Portugal. Em certas ocasiões, o redactor deixa-se mesmo empolgar pelo relato, dando vivas ao Soberano e enfatizando-as mercê do recurso às letras maiúsculas. O título da publicação “*Gazeta do Mês X...*” também é grafado em maiúsculas.

É de destacar que, formalmente, o título de cada número das gazetas é individualizado, situando-se em todas elas no cabeçalho da primeira página. Os títulos incluem referência à data da publicação (*Gazeta do Mês Tal...*), acentuando a ideia de *periodicidade*. A partir de Abril de 1643, embora com excepções, a *Gazeta* inclui, como se disse, uma espécie de manchetes a seguir à denominação da própria publicação, grafada, normalmente, em itálico e, por vezes, com as palavras iniciais escritas exclusivamente em maiúsculas. A noção de título, nomeadamente a noção de manchete, de alguma forma já se encontrava, sublinhamo-lo de novo, presente no jornalismo seiscentista. Ao indiciar e apregoar o conteúdo principal, a *Gazeta* incitava à sua própria compra e leitura.

¹⁹ Tipo de letra usada pela família de impressores holandeses Elzevir, que instalou uma tipografia em Leyde, por volta de 1580. Esse tipo de letra terá sido desenhado pelo pintor flamengo van Dick.

3.2 Estudos sobre a *Gazeta*

A *Gazeta* “da Restauração” tem merecido referências em várias histórias da imprensa e noutras publicações sobre jornalismo, bem como em catálogos e similares²⁰, enciclopédias e dicionários enciclopédicos²¹, histórias de Portugal²² e livros dedicados à história da literatura²³. Há, de facto, inúmeras referências à *Gazeta* em obras publicadas ao longo do século XX e mesmo do século XIX, mas as mais recentes (por exemplo: Pena Rodríguez, 1994) pouco acrescentam às mais antigas e não trazem novidades de monta ao estudo da publicação, coincidindo, genericamente, em apontar que o primeiro periódico português esteve ao serviço da causa da Restauração e da legitimação da Casa de Bragança.

Apesar das múltiplas referências esparsas à *Gazeta*, também se fizeram estudos específicos sobre o primeiro periódico português. Esta publicação foi, por exemplo, objecto de uma incipiente análise de conteúdo (quantitativa), em 1988 (Belo e Rocha, 1988), exclusivamente dedicada aos temas das notícias, bem como de uma transcrição literal e indexada, em 2006 (Dias, 2006).

Cronologicamente, podem lembrar-se algumas das contribuições para o estudo da *Gazeta* “da Restauração”, independentemente de serem obras autónomas ou passagens inseridas noutras obras:

²⁰ É o caso, por exemplo, de *Os Reservados da Biblioteca Pública de Évora*, elaborado por António Joaquim Lopes da Silva Júnior (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1905).

²¹ No *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão, 1992), na entrada “Imprensa” (vol. III, pp. 246-273), José Manuel Tengarrinha, autor do texto, repete os dados e a interpretação já expostas na sua obra *História da Imprensa Periódica Portuguesa* (1965; 1989).

²² No volume III da *História de Portugal* dirigida editorialmente por Carlos Loures e José Costa Pereira (edições Alfa e Selecções do Reader’s Digest, 1983), o catedrático António Cruz indica a *Gazeta* como sendo o primeiro jornal português de publicação regular, “embora de periodicidade variável”, dando também informações sobre o respectivo conteúdo e sobre a interrupção da publicação, em 1642. Para ele, “a publicação da *gazeta* representou, para o tempo, (...) uma inovação (...). Não se revestiu de originalidade, é certo, nem terá alcançado os fins a que se destinava tão completamente como se pretendia. Mas correspondeu aos interesses da política do tempo”, enquadrando-se “na primeira grande campanha empreendida no propósito de conquistar simpatias aquém e além-fronteiras e consolidar a libertação do Estado Português”. Segundo o mesmo autor, a *Gazeta* “não foi mais do que um recurso idêntico ao de outros países, assemelhando-se, por exemplo, à *Gazette de France* de Théophraste Renaudot, que era patrocinada por Richelieu”, pelo que serviu a política brigantina sem deixar de corresponder aos “desejos do público, na variedade da informação e na oportunidade com que a comunicava”.

²³ Mendes dos Remédios (1914: 387), por exemplo, considera a *Gazeta* sucessora das *Relações* de Manuel Severim de Faria e refere o aparecimento do primeiro número, quantidade de páginas, formato e periodicidade (erra ao dizer que a *Gazeta* era mensal).

1) O estudo mais antigo que encontrámos sobre a *Gazeta* “da Restauração” é o já citado artigo publicado na revista *Panorama* de 31 de Março de 1838, atribuído a Alexandre Herculano. Nele, o autor explica que antes de Novembro de 1641 possivelmente apenas se publicaram folhas noticiosas ocasionais, embora se possa conjecturar sobre a existência de outras publicações periódicas anteriores a esse ano, sobre a eventualidade de a *Gazeta* ter iniciado a sua publicação antes de Novembro de 1641²⁴ e mesmo sobre a existência de outras publicações periódicas contemporâneas da *Gazeta* “da Restauração”, até porque o exemplar da *Gazeta* de Novembro de 1641 conservado na Biblioteca Pública da Corte ostentava o número 14 escrito à mão, sendo que os números subsequentes da *Gazeta* também eram numerados em sucessão (15, 16...). O autor, citando o jurista João Pedro Ribeiro, evoca o decreto de 1642 que proibiu a circulação de gazetas em Portugal para lembrar que também se pode conjecturar sobre a existência de outras publicações periódicas contemporâneas da *Gazeta* em Portugal.

O autor do artigo descreve fisicamente a *Gazeta*, explicando que tinha o formato de quarto. Refere a periodicidade da publicação, bem como o respectivo preço, correlacionando-o com a quantidade de páginas de cada número. Lembra ainda o autor que as notícias da guerra com Espanha cessaram após 1642, “ou porque as relações soltas e especiais de cada acontecimento as tornassem desnecessárias ou porque o governo achasse por algum motivo particular que não era conveniente publicar tudo”.

O aparecimento da *Gazeta* justificou-se, segundo o autor, pela necessidade de “animar o povo” português depois da Restauração, mas o juízo de Herculano vai além disso, vendo nas gazetas exemplos para os jornalistas contemporâneos: “Convinha narrar-lhe [ao povo] as vantagens alcançadas contra Espanha, bem como as dificuldades em que se via envolvida aquela monarquia, e até exagerá-las; e porventura o governo não achou meio nenhum mais azado a seus intentos do que lançar mão das gazetas”. Estas “continham, além disso, as novidades ocorridas nos países estrangeiros, as novas publicações literárias de vulto, os óbitos das pessoas notáveis, e variedades curiosas, tudo

²⁴ A suspeita de que o primeiro número da *Gazeta* possa ser anterior a Novembro de 1641 não parece ter fundamento. Por um lado, nunca se encontraram exemplares que corroborassem essa suspeita; por outro lado, as colecções da *Gazeta* existentes noutras bibliotecas públicas, em particular na Biblioteca de Évora, começam, todas elas, pelo número de Novembro de 1641. Finalmente, o alvará atribuído ao primeiro editor da *Gazeta*, Manuel de Galhegos é de Novembro de 1641, não havendo notícia de qualquer outro anterior atribuído a ele ou a outra pessoa.

narrado com tal concisão e simplicidade que seria de imitar pelos periodistas modernos. Quanto aos sucessos militares, vemos que já não é novo o costume dos periódicos, exagerar as perdas alheias e encobrir as próprias.”

Um outro artigo publicado no tomo II da revista *Panorama*, da autoria provável de Cunha Rivara (cit. in Cunha, 1941a: 46-49; Inocêncio, 1859: 137), descreve novamente a *Gazeta* e sugere que a mesma não pode ser considerada um jornal oficial, na medida em que estava sujeita aos mesmos condicionalismos legais das restantes publicações (nomeadamente censura e licenciamento prévios).

2) Inocêncio Francisco da Silva (1859), no tomo terceiro do seu *Dicionário Bibliográfico Português*, também se refere à *Gazeta*, embora sob o título *Gazeta de Lisboa* (verbete 105). Para além de identificar os autores dos primeiros artigos sobre a *Gazeta* publicados na revista *Panorama*, Inocêncio regista que a publicação em causa data de 1641 indo até Setembro de 1647, tendo por impressores Lourenço de Anvers e Domingos Lopes Rosa. Descreve o frontispício do primeiro número, explicando que as seguintes apenas ostentavam o título *Gazeta do mês de... do Ano de...* Diz, também, que todos os números tinham o formato de 4º, embora o número de páginas pudesse variar entre as seis e as dezasseis, e que o preço seria variável, devido ao facto de as gazetas serem taxadas de acordo com o número de folhas, embora andasse à volta dos seis réis. Para além disso, Inocêncio regista que a *Gazeta* foi editada mensal ou quinzenalmente, embora, em certas ocasiões, essa periodicidade se tornasse irregular, havendo gazetas que compreendiam dois meses. Sobre o número de Setembro de 1647, o autor explica que terá sido o último, apesar de os redactores da *Gazeta* terem pensado continuar a publicação do periódico, pois escreveram no número de Setembro de 1647 que teriam chegado notícias de Nápoles e Milão que se publicariam na próxima edição.

Sobre os redactores da *Gazeta*, Inocêncio aventa a hipótese de terem sido o cronista-mor Frei Francisco Brandão, após 1645, por causa do que acerca deste mesmo cronista escreveu Frei Fortunato de São Boaventura. Essa ideia é, aliás, repetida no verbete dedicado precisamente a Frei Francisco Brandão (tomo segundo do *Dicionário*). Manifesta-se, porém, contrário à hipótese de o padre jesuíta Pedro Soares ter colaborado na redacção do periódico. Relembra, ainda, a antiga tradição de considerar D. João IV como coordenador ou redactor da *Gazeta*, mas não tece quaisquer comentários

adicionais a esta questão.

O autor finaliza o registo sobre a *Gazeta* indicando que entre 1647 e 1663 (ano em que se começou a publicar o *Mercúrio Português*, pela mão de Agostinho de Macedo) não se terão publicado em Portugal quaisquer folhas políticas ou noticiosas periódicas.

3) Silva Túlio (1866), num dos primeiros trabalhos sobre a história do jornalismo publicados em Portugal, relembra a publicação da *Gazeta* e o seu papel como “trombeta que derruba as Jericós do despotismo” (Túlio, 1866: X), mas o seu grande mérito foi, sobretudo, o de rever os decretos que regularam a publicação de livros e periódicos em Portugal nos séculos XVI e XVII, para o que recorreu, nomeadamente, ao *Índice Cronológico* de leis do jurista João Pedro Ribeiro²⁵ e ao *Resumo Cronológico das Leis*, do também jurista Borges Carneiro²⁶. Silva Túlio relembra:

a) O alvará de 4 de Dezembro de 1576, que impunha que não se imprimissem livros sem licença real, reforçado pelas Ordenações do Reino, promulgadas em 1603;

b) A Carta Régia de 26 de Janeiro de 1627, que obrigava a que as “relações de novas gerais” tivessem de ser licenciadas e examinadas antes de serem publicadas (o autor diz, aliás, que viu a referida Carta Régia na Torre do Tombo, no livro da Correspondência do Desembargo do Paço, incluindo, ainda, no seu texto, o nome do redactor da Carta: Cristóvão Soares);

c) O decreto de 19 de Agosto de 1642, que proibia a impressão de gazetas, e o de 2 de Novembro de 1643, que obrigava ao licenciamento e exame dos periódicos.

4) Ricardo Pinto de Matos (1878:294), no seu *Manual Bibliográfico Português de Livros Raros, Clássicos e Curiosos*, também se refere à *Gazeta* indicando que “as primeiras que houve em Portugal são atribuídas a Frei

²⁵ João Pedro Ribeiro, entre vários outros livros, publicou, em seis volumes, o *Índice Cronológico Remissivo da Legislação Portuguesa Posterior à Publicação do Código Filipino* (Lisboa: Academia das Ciências, 18__ - 1820).

²⁶ Manuel Borges Carneiro publicou vários livros sobre as leis portuguesas promulgadas ao longo da história, destacando-se, em especial, o *Mapa Cronológico das Leis e Mais Disposições do Direito Português Publicadas desde 1603 até 1817* (Lisboa, Impressão Régia, 1818?) e o citado *Resumo Cronológico das Leis Mais Úteis no Foro e Uso da Vida Civil* (Lisboa, Impressão Régia, 1819?).

Francisco Brandão (a não serem consideradas deste género as *Relações* de Manuel Severim de Faria).” Menciona, igualmente, baseado na colecção da Biblioteca Pública do Porto (portanto, com algumas imprecisões), que o primeiro número da *Gazeta* foi o de Novembro de 1641, seguindo-se os números dos “meses de Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Outubro, 1^a e 2^a e 1^a de Novembro de 1642. Vêm depois os números de alguns meses dos anos de 1643, 1644 e 1645 e a do mês de Setembro de 1647”.

5) Uma das pessoas que certamente mais tempo dedicou à *Gazeta* “da Restauração” foi o jornalista e antigo director do *Diário de Notícias* Alfredo da Cunha. Em várias obras (1898; 1914; 1929/1930; 1932; 1939; 1941 a; 1941 b; 1942), entre as quais se destaca *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa 1641-1821*, esse autor enfatiza, sistematicamente, que a *Gazeta* é o primeiro jornal português, já que as *Relações* de Manuel Severim de Faria e outras publicações ocasionais não satisfaziam o critério da periodicidade, que Cunha considera ser marca distintiva do jornalismo. Aliás, desde os seus primeiros escritos que o autor gasta bastante parte da sua argumentação a explicar por que razão a celebração do tricentenário da imprensa portuguesa deveria ser comemorado em 1941 e não em 1926 (tricentenário da publicação do primeiro número das *Relações* de Severim de Faria). Para ele, as *Relações* de Severim de Faria, sobre as quais muitos escreviam sem as ler, eram semelhantes a outras publicações noticiosas ocasionais da mesma época, não podendo, portanto, serem consideradas o primeiro jornal português.

O autor recorda, nomeadamente, que, embora editada sob “privilégio real”, a *Gazeta* estava subordinada aos princípios da censura civil e eclesiástica e do licenciamento da impressão, conforme as Ordenações Filipinas de 1595 (publicadas em 1603), conforme a Lei de Confirmação promulgada por D. João IV em 29 de Janeiro de 1643. Enfatiza também Alfredo da Cunha que embora a *Gazeta* não fosse órgão oficial do Governo²⁷, não podia contrariar a política do soberano, que consentia e patrocinava a publicação.

²⁷ Num artigo atribuído a Cunha Rivara (*cit. in* Cunha, 1941a: 46-49), publicado na revista *Panorama*, tomo II, p. 102, expressa-se a opinião de que nada indicia que as gazetas tivessem tido um carácter oficial, não só por estarem sujeitas aos mecanismos da censura e das licenças mas também porque foram afectadas pela proibição de 1642 e ainda porque as notícias seriam colhidas onde o redactor “melhor podia (...), arredado dos segredos do gabinete.”

Alfredo da Cunha foi o primeiro autor que, lendo efectivamente as *gazetas*, notou que nestas se explicava, por vezes, a origem das notícias²⁸ e que nelas também se incluíam notícias de última hora²⁹. Realçou que os redactores da *Gazeta* distinguiram entre as publicações de “novas gerais”, como a própria *Gazeta*, e as publicações ocasionais, algumas das quais escritas por eles mesmos, nas quais se desenvolviam temas particulares (à maneira das grandes reportagens)³⁰. Observou que os redactores faziam crítica às fontes e, aparentemente, não hesitavam em corrigir informações falsas³¹. Salientou que os louvores à Restauração e o enaltecimento da figura do Rei Restaurador passavam pela publicação de notícias sobre alegados prodígios favoráveis a D. João IV³² e pelo exagero dos feitos do Exército Português. Neste ponto, registe-se, Alfredo da Cunha (1941 a: 54) afirma mesmo que a *Gazeta*, nesta perspectiva, confiaria e abusaria

²⁸ “As mais destas novas são colhidas de cartas, e pessoas dignas de crédito, que vieram de várias partes” (Dezembro de 1641). Este excerto indica, ademais, que os redactores da *Gazeta*, estrategicamente, usufruíram de uma rede de correspondentes, supostamente espalhados pelo país, territórios colonizados e até pelo estrangeiro, que lhes faziam chegar informações. A rede de captura de informações, que Tuchman (1978) referencia como estratégia das organizações noticiosas para fazer face ao imprevisto, não é um dispositivo recente. As outras fontes das notícias seriam, principalmente, os testemunhos orais e as gazetas e relações estrangeiras, conforme se observa por algumas referências na *Gazeta* e ainda no alvará emitido por D. João IV a favor de Franco Barreto, a 29 de Julho de 1642, no qual se explicita que o peticionário referia ao Monarca que à Corte chegavam “muitas relações em língua francesa”.

²⁹ Escrevia-se na *Gazeta* de Março de 1642: “No mesmo ponto em que se acabou de imprimir este papel, veio da Ilha Terceira Jorge de Mesquita e trouxe aviso de que a fortaleza se havia rendido e estava já por El-Rei Nosso Senhor. Por ser nova de grande alegria para este Reino se pôs nesta *Gazeta*, não obstante pertencer à do mês de Abril.”

³⁰ Conforme comprova a seguinte notícia, inserida no primeiro número de Novembro de 1642 da *Gazeta*: “O sucesso do nosso Embaixador em Roma, a grande batalha de Lérida, a vitória que o príncipe Tomás teve dos castelhanos em Itália, a vitória que o conde de Gramé teve no Franco Condado, a tomada de Nice – de la Paille, a batalha que Monsieur de Alier teve com o Duque Carlos junto a Lifon e outros sucessos saem em suas relações particulares.”

³¹ “O que na *Gazeta* do mês passado se disse de França que com as presentes guerras se passavam muitas necessidades é falso e parece que foi informação de pessoa mal intencionada e pouco afecta às coisas deste e daquele Reino” (Julho de 1643). Note-se, no entanto, que também é possível que o relato noticioso tenha sido verdadeiro e que este desmentido tivesse sido feito por pressão do poder régio, que buscava o estabelecimento de uma aliança com a França, de maneira a preservar a independência de Portugal e a nova dinastia brigantina.

³² “Num lugar da Beira se afirma que houve um homem que, ouvindo dizer numa conversa de amigos, que na feliz aclamação de El-Rei Nosso Senhor fizera o crucifixo da Sé o milagre, que a todos é notório [de despregar um braço]. E assim que acabou de dizer estas palavras caiu uma parede junto da qual estavam todos os da conversa e só a ele matou.” (Novembro de 1641).

das hipotéticas credibilidade e ingenuidade dos leitores. Mas, sobretudo, Alfredo da Cunha reparou que a *Gazeta*, no que aos temas do noticiário diz respeito, era estruturalmente semelhante aos jornais contemporâneos³³, observação que compreendemos pela constância e estabilidade dos principais critérios de noticiabilidade ligados à natureza das informações, profundamente arraigados na nossa cultura.

Alfredo da Cunha regista, igualmente, nos seus vários escritos, factos e ideias sobre a *Gazeta* apresentados por alguns dos autores seus antecessores, factos e ideias esses que foram repetidamente referidos desde então pelos diversos pesquisadores que se debruçaram sobre o primeiro periódico português, por vezes sem referência a quem teve o mérito de os tornar públicos. Terá sido Cunha, nomeadamente, o primeiro autor a sistematizar as propostas de vários outros pesquisadores sobre os prováveis redactores da *Gazeta*. Assim, na sua obra central, *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa* (1941 a: 52-58), Alfredo da Cunha explica, citando Inocêncio Francisco da Silva³⁴, que a possível colaboração de D. João IV na redacção das gazetas não passaria de uma “lenda”. Alfredo da Cunha rejeita, também, a opinião de um outro autor da época, Agostinho José da Costa de Macedo, que,

³³ Alfredo da Cunha observa que a *Gazeta* inseria notícias sobre temas que iam da sociedade à política e aos conflitos bélicos. Só do número de Dezembro de 1641 da *Gazeta*, Alfredo da Cunha extrai três notícias que ilustram o seu ponto de vista: 1) “Acabou-se de imprimir o livro intitulado *Summa Universae Philosophie*, composto pelo padre Baltazar Teles, da Companhia de Jesus. Obra muito desejada e que inclui, com grande erudição, tudo o que há na Filosofia.”; 2) “Morreu o padre Diogo de Hereda, aquele raro pregador da Companhia. Causou geral sentimento a sua morte pelo muito que perderam os púlpitos de Portugal.”; 3) “O conde de Castanheira, o conde de Vale de Rei e Gonçalo Pires de Carvalho estão já em suas casas.”. Do número de Janeiro de 1642, Cunha realça uma notícia meteorológica: “Quase todo este mês ventou, choveu e nevou, e fez muito dano a tempestade. Caíram no bairro de São Paulo umas casas, onde morreram duas pessoas. Arruinou-se o recolhimento de São Cristóvão e as órfãs se mudaram para uma casa junto à Igreja de São Vicente. Cresceu a água da chuva, de maneira que na Rua dos Canos se afogou um homem e morto veio pelo cano Real sair ao Terreiro do Paço. Junto ao baluarte da carreira dos cavalos caiu um raio”. Do número de Abril de 1642, outra: “Ao Domingo de Lázaro se celebrou nesta Corte o Auto de Fé. Junto ao quarto em que assiste a Rainha nossa Senhora se fabricou o teatro. Saíram a padecer três mulheres e três homens, um dos quais ia a morrer vivo por pertinaz. E às 10 horas da noite se acabou, depois de ter cansado os religiosos que lhe assistiam e a muitas pessoas. Grande parte deste dia estiveram El-Rei nosso Senhor e a Rainha nossa Senhora numa das janelas do Paço, que ficava sobre o teatro”. E do número de Maio de 1642: “Fez El-Rei Nosso Senhor mercê a um bisneto do Bandarra de uma capela com que se pode sustentar suficientemente.”

³⁴ Inocêncio Francisco da Silva, nascido em 1810 e falecido em 1876, escreveu o monumental *Dicionário Bibliográfico Português*, continuado por outros autores, designadamente Brito Aranha, depois da sua morte. O *Dicionário*, de que Inocêncio escreveu os primeiros 23 volumes, regista grande parte, senão a maioria, dos livros e autores portugueses publicados até ao século XIX.

baseado numa alusão do Padre António Vieira, atribuía a redacção da *Gazeta* ao padre jesuíta Pedro Soares³⁵. Por outro lado, Cunha salienta que o facto de o alvará para a publicação da *Gazeta*, que diz ter sido achado pelo conde de Jerumenha, ter sido concedido a Manuel de Galhegos, não implica que tenha sido este o redactor da publicação, mas apenas que foi o seu primeiro proprietário. Conforme já se referiu, Cunha desconfia, até, dessa primeira hipótese, preferindo acreditar que os dotes de escrita de Galhegos eram muito superiores aos manifestados pelos incógnitos redactores da *Gazeta*, aos quais Galhegos teria dado a tarefa. Mais, Alfredo da Cunha é de opinião que se Galhegos fosse efectivamente o redactor da *Gazeta*, esta não teria sido alvo da suspensão de publicação por força do decreto de 19 de Agosto de 1642.

Frei Fortunato de Boaventura, igualmente referido por Alfredo da Cunha (1941 a: 53-54)³⁶, assegura que um dos primeiros redactores da *Gazeta* foi o cronista-mor Frei Francisco Brandão, pelo menos após Julho de 1645, até porque o estilo da *Gazeta* de Julho de 1645 coincide com o das 5^a e 6^a partes da *Monarquia Lusitana*, escritas por este último. O próprio Alfredo da Cunha (1941 a: 54) atesta que ao consultar a segunda parte do códice *Alcobaça Ilustrada*, tal como havia sugerido, sem o conseguir concretizar, Inocêncio Francisco da Silva, encontrou uma anotação de Frei Manuel dos Santos, segundo a qual, por decreto de D. João IV, Frei Francisco Brandão escreveu, de facto, “as *gazetas* que se imprimiram no tempo das guerras [da Restauração]”. No entanto, Frei Fortunato de São Boaventura (*cit. in* Cunha, 1941 a: 54) afirma, igualmente, que Frei Francisco Brandão teria, hipoteticamente, actuado sob as ordens do próprio Frei Manuel dos Santos, que foi cronista-mor do Reino algum tempo antes do próprio Frei Francisco Brandão ter exercido esse cargo³⁷.

³⁵ Alfredo da Cunha sustenta-se, aqui, na argumentação de Inocêncio Francisco da Silva, autor do *Dicionário Bibliográfico Português*, que disse que quando o Padre António Vieira aludia, em 1686, numa das suas *Cartas*, às gazetas do Padre Pedro Soares, queria referir-se a outras publicações, mais recentes, e não à *Gazeta* “da Restauração”.

³⁶ Alfredo da Cunha refere-se ao texto de Frei Fortunato de São Boaventura intitulado “Memória do que se pode acrescentar ao que corre impresso na *Biblioteca Lusitana* sobre a vida e escritos do Cronista-Mor Frei Francisco Brandão”, in *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, tomo X, parte I. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1827, pp. 16-27. A parte referente à contribuição de Frei Francisco Brandão para a *Gazeta* encontra-se nas páginas 21-22.

³⁷ Frei Francisco Brandão sucedeu ao tio, Frei António Brandão, como cronista-mor de Portugal.

Para além desses eventuais redactores da *Gazeta*, Alfredo da Cunha (1941 a: 56-57) refere, ainda, o caso de Franco Barreto, que, a seu pedido, teve, como já se disse atrás, autorização para traduzir e imprimir as relações e gazetas francesas, pelo que teria sido ele a iniciar, em Outubro de 1642, o segundo período de publicação da *Gazeta*, que passou a apelidar-se de *Gazeta de Novas Fora do Reino*, após a interrupção motivada pela aplicação do decreto de 19 de Agosto de 1642, que proibia a impressão “de gazetas gerais, com notícias do Reino ou de fora, em razão da pouca verdade de muitas e estilo de todas elas”.

6) Alberto Bessa (1904: 146-147), no seu livro *O Jornalismo: Esboço Histórico da Sua Origem e Desenvolvimento Até aos Nossos Dias*, pouco fala da *Gazeta*. Do seu ponto de vista, a publicação seria uma sucessora das *Relações* de Severim de Faria, tendo por redactor Frei Francisco Brandão. O autor alude, também à possibilidade, nunca confirmada, de o próprio Rei Dom João IV ter colaborado com a publicação. Augusto de Lacerda, no mesmo ano de 1904, também alude à *Gazeta*, classificando-a como um precioso auxiliar historiográfico, tal como os restantes jornais (Lacerda, 1904: 24-25).

7) Martinho da Fonseca (1927), na obra *Elementos Bibliográficos para a História das Guerras Chamadas da Restauração (1640-1668)*, tem o mérito de inventariar a maioria dos números da *Gazeta*, indicando o formato e quantas páginas tinham. O mesmo fez João Arouca (2003), entre outros.

8) Tancredo de Moraes (1941) classifica a *Gazeta* como sendo “Moderada na linguagem, minuciosa nas informações, escrupulosa na busca da verdade, citando muitas vezes a origem [das informações]”. Para ele, a *Gazeta* reflecte as circunstâncias em que foi produzida e o pensar da época, pois “A imprensa periódica é sempre o reflexo, o espelho, da sociedade a que pertence. Será corrupta quando o meio (...) for corrupto; altiva, livre, patriótica onde o espírito público exija essas qualidades; violenta, grosseira, atrabiliária quando a demagogia perverter o sentimento. E o jornal que não corresponder ao sentir do público terá vida efémera”. O estudo de Tancredo de Moraes, publicado na *Revista Militar*, tem por objecto as notícias bélicas do primeiro periódico português. No entanto, trata-se mais de um levantamento das notícias bélicas na *Gazeta* do que de uma análise das mesmas.

O autor começa por analisar a primeira notícia do primeiro número, que relata um combate entre a esquadra castelhana e a esquadra holandesa, que, sob o comando de Gizels, combatia pela Restauração da Independência de Portugal. A notícia termina com a retirada da esquadra holandesa para Lisboa, mas Tancredo de Morais recorda que enquanto essa flotilha estava fundeada no Tejo chegou a notícia dos primeiros combates entre portugueses e holandeses no Brasil, pelo que a frota holandesa acabou por regressar à Holanda, a pretexto de ir ajudar a combater os espanhóis na Terceira, temerosa do que lhe poderia acontecer se continuasse ancorada em Lisboa.

Relembra ainda Tancredo de Morais que durante o período em que a *Gazeta* foi publicada não se travaram grandes batalhas entre portugueses e castelhanos, com exclusão da batalha do Montijo, em território espanhol, pelo que o periódico, na sua primeira fase (ou seja, antes da suspensão da publicação), só dá conta das escaramuças de fronteira e incursões no território do adversário por parte de ambos os contendores.

O autor mostra, também, que a *Gazeta* dedicou particular atenção aos esforços diplomáticos realizados para a legitimação do novo poder, noticiando o envio de embaixadas à Suécia e à Santa Sé, embora, neste caso, a embaixada tivesse passado dificuldades devido à pressão espanhola junto do Vaticano, tendo havido, inclusivamente, escaramuças em Roma entre portugueses e espanhóis. No juízo de Tancredo de Morais, os esforços diplomáticos portugueses mostram o “talento e reconhecidas aptidões” de D. João IV para a diplomacia.

Mais à frente, Tancredo de Morais constata que da *Gazeta* “constam (...) muitos factos, típicos da época e que ajudam poderosamente a conhecê-la e compreendê-la”. Justificando a sua tese, o autor relembra notícias sobre o Rei e a Família Real, solenidades religiosas, casos de polícia e justiça, um auto de fé, um duelo, a celebração da reconquista da ilha açoriana da Terceira aos espanhóis, a festa do primeiro aniversário da Restauração da Independência, etc. Porém, são as notícias militares o cerne da sua atenção: marinha de guerra, escaramuças de fronteira, etc.

O autor conclui: “verifica-se que o ascendente de toda a imprensa periódica portuguesa legou tradições comuns a todos os jornais”. Mas: “um jornal é sempre influenciado pelos acontecimentos e pelos personagens da época em que se publica”. Ora, como “a guerra estava na ordem do dia. Guerra em Portugal, guerra em toda a Europa”, então também necessariamente a *Gazeta* indiciava esse estado de coisas.

9) Rocha Martins (1942: 17-22), por exemplo, na referência à *Gazeta*, no âmbito da sua *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, fala das notícias que trazia, da secção de “Novas de Fora do Reino” e da data provável em que teria saído à rua o primeiro número – 5 de Dezembro de 1641 (data em que foi taxada). Relembra que entre os motivos que poderão ter levado à suspensão da publicação, em 1642, estaria a publicação de notícias contrárias aos interesses da Coroa, dando os exemplos de uma notícia sobre a prisão de um frade a quem acusavam de ser espião e outra, constrangedora, sobre a atitude do Papa, submetido à pressão do embaixador de Castela na Santa Sé, em relação ao embaixador enviado por D. João IV ao Vaticano.

10) Para o historiador Joaquim Veríssimo Serrão (1973: 407-410), a *Gazeta* tem “interesse histórico” graças ao noticiário do Reino e de fora dele. Na sua opinião, a *Gazeta* foi proibida em 1642 “para evitar rumores de opinião que poderiam comprometer a causa de D. João IV, ao entrecruzar de notícias que o incerto futuro do Reino tornaria em muitos casos problemáticas.” Veríssimo Serrão explica, ainda, que jornais como a *Gazeta*, graças à capacidade de transmitirem informação à distância, intensificaram o “labor histórico” no século XVII. Diz o autor: “Novas camadas sociais buscam na leitura do quotidiano uma forma de captação do passado, crendo assim que o conhecimento das novidades do Mundo lhes permitia receber um novo fermento da cultura. Se os velhos tratados de erudição, compostos na maior parte em latim, procuravam dar um sentido ideal ao passado dos homens, já o relato dos acontecimentos próximos tornava possível que se estivesse ao corrente das coisas reais da Europa do tempo. Desta forma, os políticos, os diplomatas, os militares, os letrados e os comerciantes, sobretudo os que haviam já sulcado as estradas do Velho Continente, tomavam consciência dos sucessos alheios, o que lhes permitia encurtar a distância geográfica e estabelecer elos com os seus confrades dos outros países.” Para além disso, continua Veríssimo Serrão, devido às convulsões políticas, sociais e militares decorrentes da Guerra dos Trinta Anos e da instabilidade gerada pela entrada da Europa na era Moderna, “não é (...) de estranhar que os povos saíssem de uma indiferença feita de ignorância do real significado das coisas e passassem a ter a curiosidade própria de quem assiste a uma prolongada luta por uma nova hegemonia no tabuleiro político da Europa.” Em consequência, segundo o autor, o jornalismo seiscentista

permitiu que acontecimentos mais ou menos recentes passassem a “constituir uma história próxima e de que se tiram ilações comparativas”. As gazetas permitiram que se ganhasse “a consciência (...) de que o palco histórico se vai alargando a um número cada vez maior de espectadores e que seriam actores prestes a entrar em cena.”

11) O principal historiador da imprensa portuguesa, José Manuel Tengarrinha (2006; 1965/1989: 35-39), considera que a *Gazeta* é o primeiro jornal português, no sentido de ser o primeiro periódico português, tendo sido possível o seu aparecimento graças ao progresso da tipografia, às melhorias das comunicações e ao incremento do interesse pelas notícias. Os jornais chegavam onde os livros, caros, não chegavam. Considera ainda Tengarrinha que o modelo propagandístico da *Gazeta*, periódico servidor da causa independentista e da legitimação da Dinastia de Bragança, foi baseado na *Gazette de France*. Apesar disso, recorda Tengarrinha, a *Gazeta* estava submetida à censura prévia, de acordo com as Ordenações Filipinas e com a Lei de 29 de Janeiro de 1643, promulgada por D. João IV. Além disso, relembra também Tengarrinha, a lei de 19 de Agosto de 1642 proibia a edição de gazetas, que, por vezes, trariam informações passíveis de beneficiar os castelhanos, pelo que a sua publicação foi suspensa, tendo reaparecido somente em Outubro, mas publicando apenas “Novas Fora do Reino” “tal como acontecera em Inglaterra em 1638” (Tengarrinha, 1989: 39).

Para Tengarrinha (1989: 38-39), o principal significado da *Gazeta* foi “o de tornar periódica uma informação que até aí fora irregular, ao sabor da gravidade dos acontecimentos ou da vontade dos impressores. (...) A folha passa a ser *esperada* em determinadas datas, criando-se assim os hábitos característicos dos leitores da imprensa periódica”.

Porque as gazetas eram caras (diz o autor que custariam seis réis, em média), os leitores da *Gazeta* foram, para Tengarrinha (1989: 39), “os comerciantes, homens de negócios e outros instrumentos instruídos da burguesia e a aristocracia ilustrada”, embora, na nossa opinião, esta perspectiva esqueça os religiosos, normalmente alfabetizados, e ignore que era habitual as gazetas serem lidas publicamente.

Embora José Manuel Tengarrinha, na sua clássica obra *História da Imprensa Periódica Portuguesa* nada de relevante acrescente ao que já se sabia sobre as gazetas, no livro *Imprensa e Opinião Pública em Portugal* o autor refere a hipótese de as gazetas, pelo menos durante a

sua “primeira série”, terem sido redigidas por Miguel de Mascaranhas de Azevedo (Tengarrinha, 2006: 29). Neste último livro, Tengarrinha (2006: 28) também é mais exaustivo na descrição dos conteúdos da *Gazeta*, onde apareciam “novidades ocorridas nos países estrangeiros e informações sobre publicações literárias de maior valor, óbitos de pessoas notáveis, fenómenos estranhos e variedades curiosas”. Nelas igualmente se defendia, recorda o autor, a legitimidade dos Bragança e nelas também se propagandeava uma alegada e esmagadora superioridade militar dos rebeldes independentistas portugueses. Finalmente, é também no livro *Imprensa e Opinião Pública em Portugal* que o autor dissecar a relação entre os redactores da *Gazeta* e o poder régio. Os primeiros teriam “alguma margem de liberdade para recolher e publicar notícias”, mas por causa disso o poder régio “não estava seguro de ter todas as publicações sob o seu controlo”. Por isso, os editores precisavam de um alvará e os impressores de uma licença, que o poder régio só emitia a pessoas da sua confiança (Tengarrinha, 2006: 29).

12) Nuno Rosado (1966: 43-45) insiste na ideia de que a *Gazeta* tinha um objectivo patriótico, desvelado pela propaganda que fez da Restauração da Independência, e um objectivo informativo, relevado pelas muitas notícias curtas, secas e directas que publicava. Destaca, ainda, que na *Gazeta* existem, ocasionalmente, referências às fontes das notícias e que nela se publicavam, por vezes, informações de última hora. Finalmente, Rosado lembra que em 1642 João Franco Barreto conseguiu licença para traduzir e imprimir relações e gazetas francesas.

13) Num artigo publicado no n.º 45 da *Revista de História* (Julho de 1982), três estudantes de Comunicação Social (Maria de Fátima Vieira Dias, Maria José Janardo e Ricardo Jorge Pocinho e Silva) fazem uma extensa descrição da *Gazeta*, com base em 35 números consultados (que os autores consideram, erradamente, serem os únicos existentes). Embora seja um interessante estudo descritivo, o texto enferma de um problema metodológico, que é o de não indicar quaisquer referências bibliográficas, apesar de nele se reconhecerem passagens extraídas de obras anteriores aqui referenciadas. Várias das conclusões expressas no estudo daqueles discentes também são, no mínimo, discutíveis.

Esses autores, sem citar referências bibliográficas, começam por aderir à tese de Alfredo da Cunha, repetida por Tengarrinha e outros

teóricos, segundo a qual a *Gazeta* é o primeiro jornal português porque as *Relações* de Manuel Severim de Faria não teriam características de “jornal”. Sustentam, igualmente, também sem quaisquer referências, e de forma questionável³⁸, que a publicação teve uma circulação restrita “aos comerciantes e homens de negócios e à aristocracia instruída directamente interessada nas notícias da guerra com Castela” devido ao preço elevado e ao baixo nível de alfabetização da população (apontam taxas de 90 a 95% de analfabetos). Outras conclusões questionáveis dos autores são: (1) a de que as notícias não tinham *lead*³⁹ para o que recolhem um único exemplo de uma notícia escrita com base num modelo de narração diacrónica, cronológica; (2) a de que as notícias do estrangeiro eram (exclusivamente) retiradas de cartas “de pessoas dignas de crédito (...) naturais dos países de origem das notícias⁴⁰” (ignorando a tradução de notícias de gazetas estrangeiras, prática comum na Europa); e (3) a de que as notícias teriam sido redigidas pelos funcionários cujos nomes surgem autorizando e taxando as gazetas (António Coelho de Carvalho, João Pinheiro, João Pinto Ribeiro e Meneses, Sanchez, Gaspar Pinto Pestana, Cazado, Mestre Frei Inácio Galvão, Frei João de Vasconcelos, Francisco Cardoso de Tomeo, Pero da Silva, Sebastião César e Francisco de Lucena). Curiosamente, os autores mostram que, por vezes, a censura à *Gazeta* era ineficaz, pois numa notícia os castelhanos são apelidados de “homens valorosos”. No entanto, essa qualificação – e os autores não o dizem – apenas servia para realçar simbolicamente o maior valor dos portugueses.

Acertadamente, Dias, Janardo e Silva dizem que as notícias da *Gazeta* incidem sobre a guerra e a vida social (nomeações, eleições, chegada de naus com mercadorias e prisões), “temas que o público (...) procurava”. Em pormenor, os autores descrevem certas notícias de algumas gazetas de ambos os períodos de publicação do jornal:

³⁸ Muitos jornais eram lidos publicamente. Para além disso, na segunda época de publicação (após Outubro de 1642), a *Gazeta* era essencialmente dedicada a notícias do estrangeiro, pelo que não daria resposta a quem procurava informações sobre a guerra entre Portugal e Espanha.

³⁹ Para além de existirem *leads* de vários tipos, muitas das notícias publicadas na *Gazeta* possuem aquilo que poderemos considerar um *lead* informativo. Entre centenas de exemplos que poderiam ser dados, eis uma notícia extraída da *Gazeta* de Novembro de 1641: “Está eleito capitão de cavalos D. Nuno Mascaranhas, filho de D. António Mascaranhas”.

⁴⁰ Os autores reparam, e bem, na utilização de expressões como “nós” e “nossos” nas notícias que narram acontecimentos ocorridos no estrangeiro.

“Até à suspensão, a quase totalidade das notícias inseridas nas gazetas era sobre a guerra com Castela. (...) A segunda *Gazeta* (...) é preenchida, quase exclusivamente, com notícias sobre a Restauração. (...) Muito mais política e patriótica, esta *Gazeta* exalta os valores nacionais e os feitos valorosos das tropas de ‘El Rei Nosso Senhor’. A *Gazeta* de Fevereiro de 1642 é dedicada a notícias gerais (...). Em 1643, ainda predominam os temas de guerra (...) e outros mais gerais. Em 1644, o teor informativo altera-se, passando a dar-se mais importância a assuntos de carácter social. (...) Na edição de Julho de 1645 aparece, pela primeira vez (...), um tema cultural, mais propriamente uma crítica literária. (...) Em 1646, voltam a predominar os temas de guerra e publica-se, pela primeira vez, a necrologia. (...) A última *Gazeta* só inclui notícias de guerra além de uma morte (...).

A partir da análise dos números observados da *Gazeta*, Dias, Janardo e Silva explicam que a *Gazeta* exaltava os valores nacionais, a Restauração e os feitos das tropas portuguesas, bem como o “ódio contra os castelhanos”.

“As Gazetas da Restauração têm todas um cariz apologeticamente patriótico, principalmente as primeiras, por estarem ainda muito perto da dominação filipina.

Também (...) pretende veicular as ideias da Igreja Católica, não poupando críticas a todos os (...) não fiéis.

Não existem notícias acerca das classes desfavorecidas. Isto justifica-se pelo estrato social a que pertenciam os leitores da *gazeta* (burguesia e aristocracia).

Também não será legítimo afirmar que as gazetas têm função didáctica, pois não abordam assuntos de natureza cultural.”

Para os autores, terá sido uma notícia sobre a chegada de um navio do Maranhão, publicada na *Gazeta* de Julho de 1642, e na qual se descreve o estado das defesas portuguesas nesse local, que terá motivado a suspensão do jornal por ordem régia.

O artigo de Dias, Janardo e Silva encerra com a “ficha técnica” da *Gazeta*. Nela, os autores indicam os impressores, atentam na evolução do título da publicação, falam dos preços⁴¹ por que eram vendidos

⁴¹ Ou taxas que eram cobradas?

os exemplares, registam que o primeiro número da publicação é de Novembro de 1641 e o último de Setembro de 1647, indicam que as gazetas têm, em geral, 12 páginas e descrevem pormenores gráficos, como a inclusão, em certas gazetas, de “uma espécie de sumário” da notícia principal a seguir ao título da publicação.

14) Em Novembro de 1988, na revista de estudos barrocos *Claro/ Escuro*, Filomena Belo e Manuela Rocha publicaram um estudo quantitativo (*análise de conteúdo*) da *Gazeta*. Nele, as autoras procuraram responder a duas questões “Que mensagem desejava transmitir o grupo recém-instalado no poder? Que interessava aos leitores saber?” (p. 64), sem ignorar que a *Gazeta*, por se inserir “num movimento de apoio editorial (...) ao novo rei da Casa de Bragança” (p. 64), nem sempre trazia informação objectiva. Não obstante, as autoras chamam desde logo a atenção para o facto de a lei de 19 de Agosto de 1642, que proibia as gazetas “em razão da pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas”, e que motivou a suspensão da publicação da *Gazeta* até Outubro do mesmo ano, provavelmente escamotear a verdadeira razão dessa mesma proibição, pois o que estaria em causa não seria a falta de verdade, mas antes “o seu excesso” (p. 63), já que a *Gazeta* “dá-nos (...) uma imagem extremamente realista da actuação das nossas tropas – incluindo a descrição de actos de crueldade por elas praticados e as consequências da sua deficiente vigilância sobre as fronteiras – mas, por isso mesmo, longe do modelo heróico pretendido”.

Na descrição formal da publicação, as autoras fazem referência aos preços (que identificam com as taxas, algo de que duvidamos), à má qualidade da impressão e não deixam de notar que o zelo pelo *design*, patente nos primeiros números, foi sendo sacrificado ao aumento do volume da informação. Salientam, ainda, o prolongamento dos títulos, de maneira a sumariarem as notícias mais relevantes e atraentes, a partir de Outubro de 1643. Sublinham que na última página por vezes se corrigiam notícias dadas ou anunciava-se o futuro desenvolvimento de outras.

No que respeita à análise de conteúdo, as autoras distinguem dois períodos e, embora não seja claro no texto, pressupomos que a fronteira dos mesmos coincida com a suspensão da publicação por força da lei de 19 de Agosto de 1642. Por outro lado, há incorrecções no inventário e, em consequência, adulteração daqueles que seriam os verdadeiros resultados da análise de conteúdo, já que as autoras referenciam a

existência de apenas 23 números da *Gazeta* (incluindo o alegado número de Agosto de 1648, que nós consideramos que não faz parte da série), quando na realidade são 37 (e isto excluindo o número de Agosto de 1648). Ao referirem os impressores, também se verifica uma incorrecção, já que as autoras nos dizem que os primeiros números, à excepção do de Dezembro de 1641, impresso por Lourenço de Anvers, foram impressos na oficina de Domingos Lopes Rosa, quando, na realidade, o número de Novembro de 1641 (primeiro) também foi impresso por Lourenço de Anvers (ou hipoteticamente pelo seu irmão Paulo, que, por vezes, usava, por questões relacionadas com as regras corporativas, o nome do irmão nos trabalhos que imprimia). Finalmente, uma derradeira dúvida pode surgir da leitura do texto de Belo e Rocha: elas dizem que a partir de Outubro de 1642 a *Gazeta* teria sido editada por João Franco Barreto (“Em Outubro de 1642, a *Gazeta das Novas da Corte* [?] deu lugar à *Gazeta de Novas Fora do Reino*, de João Franco Barreto”, p. 63). Ora, como as referidas investigadoras não citam qualquer bibliografia, torna-se difícil saber de onde extraíram tal dado, pois se é crível que João Franco Barreto tenha sido um dos redactores da *Gazeta*, em especial no segundo período de publicação, poderá não ter sido o único, devendo ser acrescentado, pelo menos, o nome de Frei Francisco Brandão ou mesmo o de Manuel de Galhegos, que poderá ter continuado ligado a esse periódico, mesmo que este trouxesse o título de “*Novas de Fora do Reino*”. Apesar de se saber (facto que não é referido no artigo) que a 29 de Julho de 1642 foi dado a João Franco Barreto o alvará para “traduzir e imprimir as relações de França e suas gazetas”, não se pode inferir que tenha sido ele o editor exclusivo da *Gazeta* a partir daí, ainda que tal ocorrência seja provável.

O desenho das categorias de análise do discurso feito por Belo e Rocha também não nos parece o mais feliz. As autoras usam categorias como “Guerra” e “Diplomacia”, mas misturam-nas com categorias como “França” ou “Inglaterra” ou ainda “Imagem de Castela”, o que obscurece a classificação (por exemplo, a notícia de uma batalha que envolvesse a França seria possivelmente classificada como guerra, mas à custa da categoria França; a notícia de uma derrota militar castelhana seria provavelmente também classificada como guerra, mas prejudicaria a “imagem de Castela” e não seria contabilizada nesta última categoria)⁴².

⁴² Na nossa opinião, o espaço geográfico a que as notícias se referem deveria ter sido objecto de uma análise separada, tal como o tom da notícia.

Por outro lado, e ainda em tom crítico, as autoras dizem-nos que fizeram a contabilização um parágrafo/uma notícia, e embora isso seja verdadeiro para quase todas as notícias, há outras que se estendem por mais de um parágrafo, por exemplo quando há transcrição de documentos. Finalmente, e ainda no que respeita à metodologia, as autoras não esclarecem se contabilizaram, ou não, os avisos, desmentidos e correcções que surgem no final de algumas gazetas. Apesar de tudo, podemos dizer que os 22 + 1 números analisados (23 no total), que as autoras suporiam ser a totalidade das gazetas, constituem uma excelente amostra das mesmas, pelo que os resultados obtidos por Filomena Belo e Manuela Rocha se podem considerar indiciáticos e representativos, dentro dos limites atrás expostos.

Dos resultados da análise de Belo e Rocha, verifica-se que a maioria das 668⁴³ notícias inventariadas da *Gazeta* (ou seja, de 22 + 1 gazetas) se enquadra nas categorias “Guerra” (47% do total), “Diplomacia” (8,5%) e “Imagem de Castela” (7,3% do total), havendo ainda a considerar, por número de ocorrências, notícias sobre “Inglaterra” (4,6%), “Administração” (3,7%), “França” (3,4%), “Apologia do Rei” (3%), “Outros Reinos” (2,7%), “Falecimentos” (2,5%), “Catástrofes” (2,4%), “Portos” (2,1%), “Regresso de Portugueses” (1,8%), “Milagres” (1,6%), “Religião” (1,6%), “Festas” (1,6%), “Ideologia” (1,5%), “Açores e Brasil”⁴⁴ (1,5%), “Crimes” (1,2%), “Fuga de Prisioneiros” (0,9%) e “Construção Naval” (0,7%). De registar, também, que as autoras separam as notícias respeitantes a Portugal e ao estrangeiro nas categorias “Guerra” e “Diplomacia”, sendo que no primeiro período a categoria “Guerra” apresenta 65 notícias respeitantes a Portugal e 84 ao estrangeiro e a categoria diplomacia 18 notícias respeitantes a Portugal e 4 ao estrangeiro, enquanto no segundo período inverte-se a proporção das notícias sobre “Guerra” (6 sobre Portugal, 159 sobre o estrangeiro) mas mantém-se a proporção das notícias sobre “Diplomacia” (15 sobre Portugal, 5 sobre o estrangeiro).

A análise quantitativa de Belo e Rocha é complementada com uma sucinta análise qualitativa do discurso da *Gazeta*, que, obviamente, nos deu pistas para a nossa própria análise, expressa no capítulo seguinte. As autoras mostram como a *Gazeta* propagava a causa da Restauração, denegrindo a imagem e o poder de Castela, enfatizando os êxitos portugueses, enaltecendo o novo Rei e mesmo relatando alegados milagres

⁴³ Contabilização nossa.

⁴⁴ Mereciam ter constituído categorias separadas, tal a importância do Brasil para Portugal.

que mostravam o favor divino à causa independentista. Demonstram, também, como a *Gazeta* era usada para combater rumores e boatos no contexto das guerras da Restauração. Evidenciam, finalmente, que a *Gazeta*, “de características inusitadamente laicas para o panorama editorial da época” (p. 75), também falava do que se passava no mundo em geral, “de forma simples, concisa e directa” (p. 74): os crimes, as catástrofes naturais, as festas, os eventos religiosos, a divulgação das leis e decisões reais, etc.

15) Na sua *História Breve da Imprensa de Língua Portuguesa no Mundo*, João Alves das Neves (1989) repete, essencialmente, o que antes tinha sido escrito sobre a *Gazeta*, citando, em particular, Carlos d’Alge (1983), mas com uma incorrecção grave (tendo em conta o ano em que escreveu o texto), pois diz que o periódico saiu mensalmente até Setembro de 1947 (Neves, 1989: 25). O autor subscreve o juízo de que a *Gazeta* foi um jornal “revolucionário”, publicado com o intuito de galvanizar os restauracionistas portugueses. Sustenta, como outros autores, que Manuel de Galhegos foi o primeiro redactor da *Gazeta*, beneficiando das licenças e do privilégio real, e recorda que Lourenço de Anvers foi o primeiro impressor da publicação.

16) O trabalho de Eurico Gomes Dias (2006) traz a novidade da transcrição da *Gazeta* e da respectiva indexação, através de um índice “analítico” (essencialmente antroponímico) e de um índice toponímico. Noutros aspectos, o autor evoca, essencialmente, aspectos já conhecidos da *Gazeta*. Por exemplo, fala da periodicidade, taxas, aspecto físico, *design*, dos prováveis redactores, etc. No que respeita ao discurso, Eurico Gomes Dias não se afasta da ideia de que a *Gazeta* serviu as estratégias de informação e de contra-informação da dinastia de Bragança, tendo sido censurada e instrumentalizada, de maneira a justificar a Restauração, o reinado de D. João IV e o nacionalismo independentista do novo poder. No entanto, o autor relembra que as gazetas também “reúnem (...) provas de isenção e veracidade” (p. XXV). Sustenta, ainda, que nelas já se nota “um forte respeito pelos cânones formais de fazer as notícias” (p. XXX-VII), cada vez mais diferentes do género epistolar em que inicialmente os relatos jornalísticos se basearam. No mais, Dias enfatiza pontos de vista anteriores. Por exemplo, Eurico Dias explica que a periodicidade da *Gazeta* traz regularidade ao consumo de nova informação, condição

que as publicações ocasionais não satisfaziam mas para a qual havia receptividade pública (p. XXXVIII e p. XLI), mas esta ideia já está bem patente em Tengarrinha (1989: 38-39) e mesmo nos vários escritos de Alfredo da Cunha (em especial 1941a e 1942). Quanto aos leitores da *Gazeta*, Dias situa-os entre a burguesia e a aristocracia esclarecida⁴⁵, tal como o tinha feito Tengarrinha (1989: 39).

O conteúdo das gazetas “da Restauração” merece uma análise relativamente detalhada por parte de Eurico Gomes Dias (2006: XLV-LXII). O referido autor destaca os seguintes conteúdos das gazetas como sendo aqueles que mais directamente serviam a causa independentista brigantina e a legitimação de D. João IV como Rei de Portugal:

- a) As notícias sobre as operações militares na Catalunha, que dificultavam qualquer arremetida militar de Espanha contra Portugal, bem como as notícias dos insucessos castelhanos e dos seus aliados em geral e dos sucessos portugueses e dos inimigos de Castela;
- b) As notícias sobre as iniciativas diplomáticas portuguesas bem sucedidas;
- c) A evocação de episódios e figuras da história nacional, equiparando situações anteriores (por exemplo, a crise do final do século XIV) com a situação restauracionista;
- d) As notícias de alegados milagres que mostrariam o apoio divino ao Rei D. João IV e à causa independentista.

De interesse na obra de Eurico Gomes Dias é também o prefácio do historiador da imprensa João Luís Lisboa, que relembra que pela leitura da *Gazeta* os portugueses podiam acompanhar “o que se passa nas várias Cortes e guerras europeias, de seguir aquilo que até esse

⁴⁵ Haveria, ainda, que adicionar os religiosos e mesmo muitos populares. Neste aspecto, o autor não refere que na época era hábito lerem-se as gazetas em voz alta às aglomerações populares, pelo que, apesar de a taxa de analfabetismo em Portugal rondar os 90%, conforme Dias (1996: XLII) muito bem relembra, havia muitos outros leitores indirectos, inclusivamente membros das classes populares. Aliás, só assim se cumpriria a função propagandística da *Gazeta*, já que os grandes aristocratas e burgueses e principais religiosos, mais próximos do poder, teriam outras fontes, além das gazetas, para se informarem do estado da situação.

momento pertencia a um mundo reservado ou oral⁴⁶, tinham acesso a uma forma nova, ainda pouco definida, de transmissão de *novas*. (...) Para alguns, era o sinal de que se acompanhava a civilização (...). Para outros, pelo contrário, a incerteza do que é novo, associada à incerteza do que se escreve, tornava estas gazetas alvo de (...) suspeita” (pp. XIII-XIV). Essa suspeita, segundo o prefaciador, estaria correlacionada com uma visão do mundo que desconfia da participação das gentes na coisa pública e, portanto, pretende manter tanto quanto possível as “novas” no território do segredo, da descrição e da reserva. João Luís Lisboa refere, também, a exemplo de outros autores, que as gazetas foram um instrumento de afirmação política e diplomática do novo poder.

17) Lúcia Mariano Veloso (2005) também não traz novidades dignas de registo ao estudo da *Gazeta* “da Restauração”. Como outros, a autora insere a *Gazeta* “da Restauração” no movimento de “afirmação e consolidação da independência nacional que se seguiu à revolução de 1640” (p. 115), já que estas teriam corporizado “a exaltação dos valores nacionais e a mobilização para a luta pela independência contra o domínio espanhol”. A autora descreve fisicamente o primeiro número, indica os números publicados, chama a atenção para a inclusão do subtítulo “de Novas Fora do Reino” a partir de Outubro de 1642 e explica que a designação “gazeta” respeitava às publicações noticiosas periódicas, derivando o nome da moeda veneziana com que se comprava uma relação noticiosa editada em Veneza.

Lúcia Veloso (2005) também é de opinião que a *Gazeta* por vezes favorecia o inimigo durante a guerra da Restauração, “denunciando a localização dos exércitos, as movimentações políticas ou as iniciativas diplomáticas” (p. 116), pelo que D. João IV fez publicar a já referida lei de 19 de Agosto de 1642 que proibia a impressão de gazetas.

Sobre os conteúdos da primeira publicação periódica portuguesa, a autora escreve: “Ao folhear as páginas das *Gazetas* ficamos surpreendidos com algumas das características e técnicas utilizadas pelo jornalismo de hoje e que já estão patentes na sua linguagem e estilo: para além do

⁴⁶ Discordamos do juízo do autor. As *gazetas*, a meio do século XVI, já não eram uma novidade, nem sequer em Portugal, que já tinha visto, por exemplo, as *Relações* de Manuel Severim de Faria. Menos novidade existia, inclusivamente, na fixação das novas por escrito, conforme o comprovam as folhas ocasionais noticiosas impressas que se publicavam em Portugal desde o século XVI.

conceito de veracidade e actualidade dos factos descritos, introduzindo-se notícias de última hora, é notória a utilização do jornal como um meio de anunciar publicamente os diversos aspectos da vida social, como festas, espectáculos, livros, casamentos, óbitos, prisões e crimes. A linguagem é simples, directa e concisa. As notícias, apresentadas de acordo com a sua sequência cronológica e a sua importância política, são encaçadas e transferidas de um número para outro onde se completam, acicando a curiosidade do público [a autora exemplifica com a notícia da adesão da ilha Terceira à Restauração, referida em Março e Abril de 1642]. (...) A descrição de “casos” mais notórios (...) que introduziam alguns aspectos picarescos e o recurso ao maravilhoso (...) não só para justificar o apoio divino à causa da restauração, mas também para alimentar a fantasia e imaginação do povo, demonstra-nos que o jornal já nessa época não fugia à tentação manipuladora das notícias (...)” (p. 116).

Além das obras atrás referidas, abundam as referências à *Gazeta* em numerosos textos, alguns deles bastante antigos, pois a publicação em causa constitui, inegavelmente, um marco da história do jornalismo português.

Num artigo publicado no primeiro número da revista *Comunidades de Língua Portuguesa*, Carlos d’Alge (1983) confirma que a *Gazeta* foi o primeiro jornal impresso português, tendo sido “o arauto das aspirações nacionalistas dos portugueses que, vitoriosos com a Revolução, que alijara os espanhóis do poder, intensificavam a luta armada em todas as províncias”. Regista, ainda, d’Alge que os redactores da publicação foram Manuel de Galhegos, Francisco Barreto e frei Francisco Brandão. O autor descreve, igualmente, o conteúdo da *Gazeta*, para ilustrar a tese de que as notícias dessa publicação “eram sempre favoráveis à causa portuguesa”. Um dos exemplos que dá é a notícia de que onze camponeses de Castro Laboreiro derrotaram doze cavaleiros espanhóis, matando sete e prendendo cinco, e desbarataram uma companhia de 300 castelhanos. Esta notícia, aliás, merece-lhe o seguinte comentário: “os redactores da *Gazeta* sabiam muito bem como despertar a simpatia e o entusiasmo entre os leitores, ávidos de boas-novas e sedentos de

vingança”. Sobre os restantes conteúdos, Carlos d’Alge escreve: “Além das notícias militares de interesse público, a *Gazeta* divulga relações de viajantes e chegada de navios ao porto de Lisboa, transferência de postos e nomeações, publicações de livros e necrológicos. Reproduz, ainda, notícias vindas de Inglaterra, Holanda e França. Dá conta de naufrágios (...).” O autor não refere, porém, a suspensão da publicação da *Gazeta* em 1642 e a sua segunda fase, restrita às notícias “de fora do Reino”.

Num interessante livrinho, Moreirinhas Pinheiro (1971) faz um levantamento de notícias sobre Lisboa publicadas na *Gazeta* e, também, no *Mercúrio Português*. Nada acrescenta ao que já se sabia sobre o jornal, mas relembra que nele havia espaço para notícias sobre “procissões, (...) Corte, festas, inaugurações, partidas e chegadas de navios, notícias mundanas, crimes, moedeiros falsos, actos de traição, espectáculos, modas, expurgação de vadios, notícias literárias, etc.” numa linguagem “que muitos jornalistas modernos não desdenhariam assinar”. No fundo, eram notícias “na sua essência, idênticas às da actual imprensa.” (Moreirinhas Pinheiro, 1971: 6-7).

No *Dicionário de Literatura* dirigido por Jacinto do Prado Coelho (1984: 504-505), considera-se a *Gazeta* o primeiro jornal português, por ter sido periódica. Explica-se que a publicação veio dar resposta à “ânsia de notícias militares” e procurou “promover a coesão de vontades em torno do Governo” de D. João IV. Algo forçadamente, diz-se também que a *Gazeta* era mensal, apesar de a sua edição ter sofrido várias interrupções. Quanto aos conteúdos, refere-se que a *Gazeta* “Além de notícias da guerra, dava informações necrológicas, bibliográficas, etc.”. Escreve-se ainda no verbete sobre “Jornalismo” que os redactores da *Gazeta* foram Manuel de Galhegos, João Franco Barreto e Frei Francisco Brandão.

Já na *Biblos*, enciclopédia literária dirigida por José Augusto Bernardes et al. (1995: 745-746), relembra-se que foi Manuel de Galhegos a ter o privilégio de editar a *Gazeta*, apesar de nela poder ter colaborado também João Franco Barreto. Os autores escrevem, ainda, que é costume “considerar inaugurado o jornalismo em Portugal” com a edição da *Gazeta*, “tendo em conta a periodicidade que oferecia (...) e a continuidade da sua publicação.”

Por sua vez, António Cruz (1990: 327) escreve no seu verbete sobre

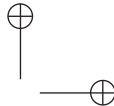
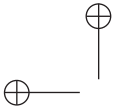
a “Imprensa periódica” que a *Gazeta* surgida em 1641 e impressa até Setembro de 1647 surgiu, inspirada no exemplo da *Gazette de France* patrocinada por Richelieu, para “levar ao conhecimento de todos os portugueses o que havia sido, na verdade, o movimento do 1º de Dezembro e animá-los a prosseguir a luta encetada, para que não mais perdessem as vantagens alcançadas ao libertarem-se de Espanha”.

Enciclopédias variadas também fazem referência à *Gazeta* e seus redactores. Na *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, o verbete “Gazeta” refere-se à *Gazeta* como sendo o primeiro periódico português. Esse verbete menciona, igualmente, que a *Gazeta* foi apelidada “da Restauração” por ter “iniciado a publicação após a independência de Portugal” e ter “auxiliado a sua consolidação”. Na entrada em causa, ainda se apontam como redactores da *Gazeta*, “embora sem grande certeza”, Manuel de Galhegos, João Franco Barreto e Frei Francisco Brandão – informação repetida, aliás, nas entradas dedicadas a esses mesmos personagens. Dando continuidade à hipótese, o verbete regista ainda que se tem escrito “sem qualquer prova que o próprio D. João IV algumas vezes nelas escreveu quando isso convinha à sua política”.

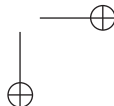
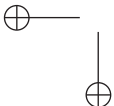
Na entrada “Gazeta” da *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, lê-se, também, que após o número de Julho de 1642, a *Gazeta* deixou de trazer notícias do país, tendo-lhe sido adicionada no título a menção “de Novas Fora do Reino”. Também se inventariam no verbete os números publicados da *Gazeta*: “Além do número inicial, publicou-se desde Dezembro [de 1641] até Julho do ano seguinte; a 19 de Agosto foram proibidas por «haver nelas falta de verdade e mau estilo», mas em Outubro reapareceram continuando até ao fim do ano, algumas vezes publicando dois números no mesmo mês. Saiu ainda nove vezes em 1643, oito em 1644, quatro em 1645 e duas em 1647, nos meses de Agosto e Setembro”.

Já na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* se escreve, mais parcamente, que “a primeira gazeta que apareceu em Portugal teve por único fim dar notícias dos acontecimentos da guerra com a Espanha, depois da aclamação de D. João IV”. Indica-se o título do primeiro número e menciona-se a interrupção da publicação da *Gazeta* em 19 de Agosto de 1642 “por haver nela falta de verdade e mau estilo”. Na mesma enciclopédia, a entrada sobre Manuel de Galhegos menciona o alvará de 14 de Novembro de 1641 que lhe foi

concedido para “imprimir e vender as gazetas das novas do Reino”; a entrada sobre Frei Francisco Brandão, indica que a ele se atribui a redacção da *Gazeta* a partir de Julho de 1645; finalmente, a entrada sobre João Franco Barreto refere que o mesmo “obteve privilégio de D. João IV para que só ele pudesse traduzir e publicar as *Relações e Gazetas* de França que chegavam a Lisboa e eram até então vertidas por pessoas de pouca probidade”.



CAPÍTULO 4



A *Gazeta* “da Restauração”: análise do discurso

*Jorge Pedro Sousa, Nair Silva, Patrícia Teixeira,
Carlos Duarte e Eduardo Zilles Borba*

O estudo desenvolvido neste capítulo tem por objectivo expor a substância do discurso da *Gazeta* “da Restauração”, primeiro periódico português. Para esse efeito, no que à metodologia diz respeito, recorreu-se à análise do discurso, quantitativa e qualitativa. A pesquisa em causa justifica-se e ganha relevância pelo facto dos estudos já realizados sobre a *Gazeta*, conforme se observou no terceiro capítulo, terem objectivos diferentes da presente investigação, limitarem-se a referências mais ou menos superficiais à *Gazeta* ou ainda apresentarem desenhos de investigação pontualmente questionáveis.

Procurou-se, na presente pesquisa, que a análise do discurso da *Gazeta* fosse feita respeitando duas dimensões:

1) As estratégias cognitivas de processamento da informação e as suas consequências textuais, realçadas, entre outros autores, por Van Dijk (1990), para quem o enunciado jornalístico decorre da selecção e do resumo de informações e da reprodução de discursos de terceiros segundo critérios de relevância, bem como da reformulação estilística e retórica dos enunciados de maneira a que apresentem coerência e unidade, apesar da diversidade de elementos que concorrem para a sua elaboração;

2) A interpretação histórico-culturológica dos resultados, seguindo o mesmo percurso de investigações anteriores sobre as *Relações* de Manuel Severim de Faria (Sousa *et al.*, 2006) e outras publicações pré-jornalísticas (Sousa, 2006 b; Sousa, 2006 c).

A ênfase que colocámos numa interpretação culturológica do discurso da *Gazeta* não pretende reduzi-lo a uma simples repetição de mitos, estereótipos, lendas e géneros eternos (Lule, 2001). Além disso, a interpretação cultural que nos propomos fazer dos resultados da análise qualitativa e quantitativa do discurso da *Gazeta* também implica reconhecer que esse discurso não pode ser equacionado unicamente em termos da dialéctica poder/resistência (Fairclough, 1995 a; 1995 b), nem da dialéctica inclusão/exclusão (Foucault, 1970/1997; 1975/1999), nem das relações de força dentro do campo jornalístico e dos campos que o cercam (Bourdieu, 1984), embora admitamos que algumas dessas ideias podem contribuir para uma clarificação dos resultados e para o apuramento das causas dos fenómenos discursivos materializados na *Gazeta*.

Ao adoptarmos uma perspectiva histórico-cultural na interpretação dos dados, pretendemos, predominantemente, determinar até que ponto o conhecimento categorizado que a *Gazeta* dá do mundo reflecte, simultaneamente, as circunstâncias da época e as preocupações e desejos dos enunciadores e dos actores e instituições sociais que com eles interagem. Essas preocupações e desejos estão, em última instância, relacionados com a sobrevivência – inquietação eterna da humanidade – mas também, eventualmente, com o entretenimento e a formação. É exclusivamente nessas acepções que nos socorremos de autores como Schudson (1988; 1996; 2000) e Carey (1975; 2000), para os quais, num determinado momento histórico, uma determinada sociedade, com determinada cultura, somente percepçiona como “notícia” os fenómenos que encaixam na categoria “notícia”, construída em função dos padrões culturais com que essa mesma sociedade olha para o mundo.

De facto, sustentámos e tentámos provar em várias ocasiões que os discursos jornalísticos são o resultado visível da actividade de enunciadores posicionados num determinado contexto histórico e sócio-cultural, embora reflectindo, normalmente, desejos, necessidades e preocupações *intemporais* (Sousa, 2005b; Sousa, 2006; Sousa, 2006b; Sousa, 2006c; Sousa et al., 2006). Assim, cada discurso jornalístico é elaborado *porque produz sentido* nesse contexto e *de forma a produzir sentido* dentro desse mesmo contexto, independentemente da descrição mais ou menos objectiva e, portanto, mais ou menos verídica que faça de determinados aspectos da realidade. Em síntese, as notícias só são notícias porque, num determinado momento, fazem sentido enquanto notícias; posterior-

mente, poderão ter valor como documentos, mas não como *novidades*, ou *notícias*, no sentido absoluto do termo.

Em consequência, a *Gazeta* tem, para as mulheres e homens do século XXI, valor como documento histórico e jornalístico. Por outras palavras, falar da *Gazeta* significa falar do *primeiro periódico jornalístico e noticioso português*, que noticiava sobre o que, no contexto da época era visto como *relevante* – não apenas relevante porque à luz da cultura era visto como relevante, como *notícia*, uma perspectiva que poderia ser considerada redutora, mas relevante também porque os acontecimentos noticiados poderiam ameaçar a sobrevivência individual e da comunidade ou até, pelo contrário, promover o sucesso individual e da comunidade ou simplesmente o entretenimento. Por isso se pode dizer que o jornalismo, o do século XVII e o actual, é uma resposta organizada às necessidades de informação, formação e entretenimento das pessoas.

Para terem e produzirem sentido num determinado contexto, os discursos jornalísticos propõem determinadas formas de olhar para o mundo, ou seja de *enquadrar* o mundo. Aliás, desde logo é a imposição de determinados enquadramentos aos acontecimentos e problemáticas que os leva a tornarem-se notícias, a serem percepcionados como notícias.

Os enquadramentos revelam-se, em primeiro lugar, no que é dito, no que não é dito (e que se pode ou não intuir) e no que está implícito (Sousa, 2005b), na organização do discurso (Goffman, 1975), nas sugestões implícitas ou explícitas sobre o que está em causa (Gamson, 1989), nos padrões de apresentação, selecção, ênfase, exclusão e interpretação (Gitlin, 1980), nas metáforas, frases feitas e exemplos e no encaixe das novidades em velhas molduras interpretativas (Traquina, 2002).

Os enquadramentos podem ter duas dimensões. A primeira dimensão diz respeito ao *sentido imediato* do discurso dentro de um determinado contexto cultural. Uma morte é uma morte; uma batalha é uma batalha; o défice é o défice; uma decisão política é uma decisão política. A segunda dimensão diz respeito às *interpretações* que na própria peça jornalística possam ser discursivamente sugeridas pelo enunciador para os acontecimentos e problemáticas, com clareza ou opacidade. Esses enquadramentos para os discursos jornalísticos serão negociados, a jusante, por cada receptor, que normalmente retém dos discursos “o que quer e como quer”, pois a recepção é moldada pelas expectativas, valores e crenças do receptor (ver, por exemplo: Bryant e Zillmann, 1996; Sousa, 2006). Vários desses enquadramentos são explícitos, revelando-se, por exemplo, em

explicações, análises e opiniões sobre os factos e problemáticas traduzidos discursivamente; outros são implícitos, não ditos (ver, por exemplo: Fowler, 1994), incluindo aqui, desde logo, o acordo tácito entre emissor e receptor sobre o que é visto como notícia num determinado veículo jornalístico e no seio de uma determinada cultura. Isto é, o enunciador jornalístico não explica porque é que algo é notícia; o enunciador parte do princípio de que no *contrato de leitura* (Véron, 1999; Charaudeau, 2006) que o liga ao receptor está subjacente a sua capacidade de seleccionar o que tem *valor como notícia*, o que constitui, desde logo, uma proposta de enquadramento do mundo – tal facto tem valor noticioso; aqueloutro não, ou tem menos, pelo que pode ser descartado da lista de notícias a publicar.

Para enunciadores e receptores, faz sentido falar dos acontecimentos e problemáticas que se afirmam como referentes dos discursos jornalístico, ou seja, que são *notícia*, porque afectam o contexto. O homem sempre necessitou de estar atento ao contexto para garantir a sua sobrevivência e sucesso desde os tempos imemoriais em que precisava de vigiar o meio para fugir aos predadores e garantir alimentação e abrigo e em que carecia de ter as decisões dos chefes sob escrutínio porque também elas eram determinantes para acautelar essa mesma sobrevivência e sucesso.

O facto de determinadas inquietações humanas serem estáveis ao longo da história é provavelmente a razão para a constância histórica dos temas das notícias. Essas inquietações, bem como os modos de *falar delas* e de lhes *dar resposta*, foram sendo transpostas para a *herança cultural* transmitida de pais para filhos. Assim, grosso modo, os protagonistas podem mudar e as circunstâncias concretas de cada acontecimento também, mas, conforme diagnosticou Stephens (1988), o que era notícia ontem ainda hoje é notícia. É possível prever muitas das coisas que, em abstracto, serão notícia, porque serão o que *é* ou *foi* notícia. E isso sucede porque foram historicamente consolidados na nossa cultura os factores que dão valor noticioso a determinados factos e os destacam dos restantes.

Os jornalistas olham para o mundo seguindo os padrões culturais dos seus concidadãos, já que partilham a mesma herança cultural e, no fundo, as mesmas inquietações. Por isso, normalmente, há sintonia entre o que a comunicação social considera notícia e aquilo que os receptores consideram notícia – aliás, é por esta razão que as notícias interessam e os órgãos jornalísticos têm audiência. Os valores-notícia, isto é, as

qualidades que determinam a percepção de um acontecimento ou uma problemática como matéria noticiável, são, assim, em grande medida, expressões intemporais da cultura, levando, pela sua estabilidade ao longo da história, a que também as notícias sejam estáveis e previsíveis.

Os valores-notícia resultam das experiências do mundo que os nossos ancestrais vivenciaram e que os obrigaram a trocar informações, de forma a garantirem a satisfação das necessidades, a segurança, a coesão da comunidade, o estabelecimento de um quadro explicativo do mundo e a transmissão da herança cultural (incluindo aqui a herança técnica), que asseguraria uma vantagem competitiva à sua descendência. Por isso eram e são notícia os conflitos e as guerras; as acções dos governantes e poderosos; a produção, o comércio e as trocas de mercadorias; as invenções; as catástrofes, acidentes e tragédias; o desviante, o interdito e o ilegal; o insólito e o estranho, que muitas vezes apelam a interpretações que permitem normalizar o diferente e enquadrá-lo nas explicações existentes para o mundo.

Já em 1690, Tobias Peucer destacou que as notícias são o resultado de uma selecção de acordo com a actualidade, importância, utilidade e interesse dos acontecimentos, o insólito, a referência a pessoas de elite, o interesse cívico, a negatividade e a variedade temática do noticiário, o que remete para os conceitos bem contemporâneos de *gatekeeping* (selecção de notícias por “porteiros”) e de critérios de noticiabilidade. Também Beltrão (1960/1992: 69-109), ao falar dos “caracteres do jornalismo”, refere-se à actualidade, actualização e permanência; à variedade do noticiário e do próprio jornalismo; à necessidade de selecção e interpretação, extensiva e intensiva; à periodicidade e à popularidade, no sentido de que o jornalismo se destina a todos os públicos, pois sua finalidade seria idealmente a promoção do bem comum.

Galtung e Ruge (1965) sistematizaram os critérios de noticiabilidade que, no mundo ocidental, sobrepondo-se à subjectividade dos jornalistas, ditam o que é e o que não é notícia. Para eles, um acontecimento transformar-se-ia em notícia por ser forte num ou em vários valores-notícia, como sejam: (a) a duração de um acontecimento e a possibilidade de este encaixar no ritmo de trabalho dos jornalistas (um acidente encaixa facilmente, mas não um processo lento e de longa duração, como a totalidade de uma investigação científica); (b) a clareza sobre o que está em causa num acontecimento; a significância, correlacionada com a relevância de um acontecimento para os potenciais receptores e com a proximi-

dade física e cultural em relação ao acontecimento; (c) a consonância de um acontecimento com aquilo que é esperado acontecer, que leva, por vezes, a aplicarem-se velhos enquadramentos a novas situações; (d) o inesperado e o raro, desde que significativo; (e) a continuidade, no sentido de que os desenvolvimentos de algo que já foi noticiado tendem a ser notícia; (f) o equilíbrio temático do noticiário; (g) a personalização, revelada na capacidade de centrar um acontecimento em pessoas e nas suas acções; (h) a referência a pessoas de elite ou países preponderantes no contexto internacional; (i) a negatividade dos acontecimentos, correlacionada com a tendência para o consenso na definição de acontecimentos como negativos e com o facto de grande parte dos acontecimentos negativos serem também inesperados mas, algo paradoxalmente, consonantes com o esperado.

Ericson, Baranek e Chan (1987) destacam outros critérios e, na senda de Galtung e Ruge, mostram que muitas vezes eles operam entrecruzadamente. Por exemplo, o potencial de simplificação da narrativa de um evento correlaciona-se com a clareza do significado deste último e com a sua significância, dependente da proximidade cultural; a dramatização remete para a potencialidade de um acontecimento ser visto como um drama, mas a percepção do limiar de dramaticidade e, consequentemente, de noticiabilidade, subjuga-se, igualmente, à proximidade cultural e ainda à possibilidade de personalização da narrativa; a cobertura em continuação dos desenvolvimentos de acontecimentos anteriores subordina-se à inserção destes em enquadramentos já existentes e familiares (que Galtung e Ruge abordam ao falar da consonância), o que implica a ideia da “novidade sem mudança” (Phillips, 1976), da “eterna repetição” (Rock, 1973), no sentido de que o que tem valor-notícia é o que é novo na aparência sem o ser na essência, que resulta, quanto a nós, do que afirmámos acima – a matriz cultural dos valores-notícia. Ericson, Baranek e Chan (1987) falam ainda do inesperado como valor-notícia, principalmente quando essa qualidade está associada à negatividade, bem como do critério da infracção ao que é visto como legal e correcto, que, ademais, segundo os autores, confere ao jornalismo um papel de policiamento da sociedade e, normalmente, a tomada de partido dos jornalistas pelos cidadãos enredados nas malhas da burocracia.

Muitos dos autores que se debruçam sobre a teoria do jornalismo e da notícia desembocam, inevitavelmente, na discussão da noticiabilidade (por exemplo: Alsina, 1993; Traquina, 2002; Ponte, 2002; Wolf, 1987;

Gans, 1979; Fishman, 1980; Sousa, 2006; Beltrão, 1960/1992; Coman, 2003; Spitulnik, 1993; Coman e Rothenbuhler, 2005; Tuchman, 1978...). A investigação sobre valores-notícia e noticiabilidade permitiu perceber, por um lado, que nem todos os critérios de noticiabilidade estão apenas ligados aos acontecimentos, mas também a outros factores do processo jornalístico de produção de informação; por outro lado, que a ênfase em determinados critérios e, por vezes, os próprios critérios, podem variar de empresa para empresa, época para época, etc. (Traquina, 2002: 203), não obrigando a escolhas únicas (Ericson, Baranek e Chan, 1987). Wolf (1987: 173-192) distingue, assim, os critérios (a) substantivos, ligados ao acontecimento, dos critérios (b) relativos ao produto, (c) relativos ao meio, (d) relativos ao público e (e) relativos à concorrência. Traquina (2002: 186-204), por seu turno, segmenta os valores-notícia nos seguintes grupos: (1) os de selecção, intrínsecos ao acontecimento¹ (morte; notoriedade; proximidade; relevância ou importância; novidade; factor tempo - actualidade, cabide noticioso²; notabilidade³; surpresa; conflito ou controvérsia; e infracção e escândalo); (2) os de selecção contextual, que actuam no processo de produção das notícias (disponibilidade; equilíbrio do noticiário; potencial de cobertura em imagem; concorrência; dia noticioso⁴); e finalmente (3) os valores-notícia de construção, que actuam sobre a selecção dos elementos do acontecimento que figurarão na notícia (amplificação - hiperbolização do acontecimento e das suas consequências; relevância - capacidade de mostrar como o acontecimento é importante; potencial de personalização; potencial de dramatização; consonância - ou potencialidade de enquadrar um acontecimento em enquadramentos anteriores).

Assume-se, em consequência, nesta análise, seguindo pesquisas anteriores (Sousa *et al.*, 2006; Sousa, 2006 b; Sousa, 2006 c), que

¹ Obviamente, depende da existência de uma grelha cultural que permita notabilizar determinado facto e promovê-lo a notícia.

² O tempo funciona como cabide noticioso, ou *news peg*, quando é pretexto para determinadas notícias. Por exemplo, o aniversário de um partido pode servir de pretexto para a produção de notícias sobre este partido; o Dia Mundial do Ambiente serve de pretexto para a publicação de matérias sobre ambiente, etc.

³ Para Traquina (2002: 190-191) existem vários registos de notabilidade: a tangibilidade (o acontecimento tem de ser tangível, razão pela qual o jornalismo é orientado para factos delimitáveis e não para problemáticas), o número de pessoas envolvidas ou afectadas, a inversão da normalidade (o homem que morde o cão), o insólito, a falha, o excesso ou escassez de acontecimentos.

⁴ Os acontecimentos têm mais hipóteses de se tornar notícia se ocorrerem no horizonte temporal de trabalho diário dos jornalistas.

os discursos jornalísticos, incluindo nestes os discursos da *Gazeta*, dependem do enunciador e do contexto de enunciação, sendo mais ou menos *verídicos* em função da vinculação específica que estabelecem com os fenómenos reais que lhes servem de referente. Assim, os discursos jornalísticos dependem do contexto porque deste último fazem parte os acontecimentos e problemáticas que servem de referentes aos primeiros. Mas os discursos jornalísticos também dependem do contexto porque a enunciação depende:

- a) Da interacção particular estabelecida entre o jornalista enunciador, os fenómenos que enuncia e eventuais mediadores (*fontes de informação*) entre ele e os fenómenos enunciados;
- b) Das interacções estabelecidas entre o enunciador e outros actores sociais (cada um representando papéis), as instituições e o mundo, incluindo-se aqui a interacção estabelecida entre o enunciador e o *receptor presumido* pelo primeiro (ou seja, a interacção entre o enunciador e a imagem que este faz do receptor);
- c) Do significado e do *valor jornalístico* que os referentes discursivos adquirem num determinado ambiente sócio-histórico-cultural – significado e valor esses que lhes possibilitam, precisamente, tornarem-se referentes dos discursos jornalísticos.

Repare-se que a assumpção de que os discursos jornalísticos dependem do enunciador e, como refere Fairclough (1995 a; 1995 b), do contexto de enunciação (de que faz parte a realidade que cerca o enunciador), não significa que não se possam traduzir linguisticamente, com fidelidade e rigor, os fenómenos reais. Se assim não fosse, todos os discursos que tentam traduzir aspectos da realidade, incluindo os discursos jornalísticos e os científicos, seriam arbitrários e aleatórios. Conforme recorda Tambosi (2007), podem-se estabelecer correspondências entre a realidade e os discursos que a procuram traduzir, pois os factos reais, embora extralinguísticos, podem ser alvo de tradução linguística, por muito que a forma como cada enunciador olhe para o mundo possa depender do caldo cultural em que esteja embebido. Por isso, o jornalismo – e aqui a *Gazeta* não é excepção – gera um determinado tipo de conhecimento sobre o *mundo*, que se repercute na *memória*

colectiva, sendo esse conhecimento tanto mais apurado quanto melhor os discursos traduzirem o real com fidelidade. Na verdade, como diz Meditsch (1992), na linha de Park (1940), o jornalismo é capaz de construir um campo de conhecimento, menos rigoroso do que o da ciência formal mas menos esotérico do que o da filosofia. Um campo de conhecimento vinculado aos fenómenos da realidade traduzidos linguisticamente nos discursos jornalísticos. Um campo de conhecimento limitado, como todo o conhecimento humano. Um campo de conhecimento que, passe a metáfora, ilumina menos do que deixa obscuro, apesar de o pouco que ilumina ser importante para a humanidade.

Berger e Luckmann (1966/1991) relembram que o recurso à linguagem gera a classificação das experiências da realidade em diferentes campos semânticos, que formam um acervo social de conhecimentos. O jornalismo participa da edificação quotidiana desse acervo social de conhecimentos.

Como todo o conhecimento dos fenómenos reais, também o conhecimento que o jornalismo oferece sobre o mundo é categorizado. Mas o conhecimento jornalístico é também sistemático e formalmente válido, mais próximo da realidade do que o conhecimento anedótico e assistemático do senso comum. A *Gazeta* “da Restauração”, por exemplo, ao propor um mundo em que os acontecimentos se destrinçam entre os que se passavam no Reino e os do exterior contribuiu para gerar a categoria “nós” em oposição à categoria “outros”. Ao propor a categoria “nós”, *portugueses*, a *Gazeta*, conforme, provavelmente, diria Maingueneau (1990), concorreu para a renovação identitária da comunidade portuguesa, dando pública voz aos interesses da causa da Restauração da Independência.

Embora se possa assentar na ideia de que se deve atender ao contexto da enunciação para se entender o enunciado, também é preciso, conforme já tentámos provar em pesquisa anterior (Sousa *et al.*, 2006), entender o enunciador e as suas idiossincrasias. Giddens (1991) e Giddens *et al.* (1995), por exemplo, também procuraram demonstrar que os enunciadores não são o mero produto de uma estrutura. Pelo contrário, para esses autores os enunciadores são autónomos e têm capacidade de escolha e reflexão. Esta perspectiva foi devidamente levada em conta na análise da *Gazeta*, inclusivamente através das referências aos presumíveis redactores deste periódico e às suas vidas.

4.1 Análise qualitativa do discurso

Neste segmento da análise da *Gazeta*, tomou-se em consideração que, conforme se observou acima, o jornalismo é um espaço onde circulam e onde, por vezes, se confrontam propostas de atribuição de significado ao mundo. Resulta da acção e da fala de determinados indivíduos enquadrados historicamente, que olham para o mundo, para si mesmos e para os outros de determinada maneira, fruto das suas inquietações e desejos *no momento*, embora muitos desses desejos e inquietações momentâneas sejam reflexo de desejos e inquietações *intemporais*. A noticiabilidade é, em grande medida, a expressão cultural dos desejos e inquietações da humanidade, num momento ou ao longo de toda a história.

Como todos os restantes discursos, ao nomear, o jornalismo também oculta o que não nomeia. Como todos os outros discursos, o discurso jornalístico não pode abarcar toda a realidade, embora possa traduzir linguisticamente fenómenos particulares dessa mesma realidade, vinculando-se a esses mesmos fenómenos. A essa vinculação subjaz a ideia de *verdade*. No entanto, o discurso jornalístico tem efeitos maiores do que os outros discursos porque é um *discurso público*, tendo, portanto, maior capacidade do que outros discursos, como os interpessoais, para legitimar pessoas, instituições e determinados tipos de relações, como as relações de autoridade e poder. Mas nos outros discursos também ocorrem esses fenómenos. Aliás, da comunicação interpessoal podem surgir para os fenómenos reais interpretações alternativas às dos meios jornalísticos (ver: Sousa, 2006).

O discurso jornalístico, tal como se configura desde o século XVII (Sousa *et al.*, 2006), também é um discurso comprometido com a verdade, no sentido de que é sua ambição *reflectir* discursivamente fenómenos reais. Nesse sentido, não é um discurso arbitrário, nem aleatório e muito menos inútil. Não é uma mera construção social, pessoal e cultural. É um discurso, em tese, vinculado a fenómenos reais, nisto assentando o *compromisso jornalístico com a verdade*. Aliás, é o compromisso com a verdade, ou seja, o compromisso de que o jornalista narra o que aconteceu vinculando-se à realidade, conforme a presenciou ou conforme lhe relataram, que assegura legitimidade, autoridade e credibilidade ao jornalista (Sousa, 2005b; Sousa, 2006). A objectividade não é um mero ritual estratégico (Tuchman, 1978), embora também o seja. Tem a ver com a supremacia do objecto de enunciação sobre o sujeito enunciador,

com a vinculação do discurso ao facto, com a relação de verdade entre fenómeno e respectiva tradução linguística. É sobre o compromisso com a verdade que assenta o *contrato de leitura* entre jornalista e leitor (Véron, 1999).

O compromisso com a verdade implica um compromisso tácito entre este e o leitor. O jornalista procura descrever ao leitor (imaginado pelo jornalista em função da sua própria experiência do mundo, do outro e do campo jornalístico) *o que aconteceu de importante*, o que *importa saber sobre o mundo*, eventualmente ouvindo pessoas que, devido ao seu papel social e ao seu posicionamento na sociedade (por serem testemunhas, líderes, representantes de grupos sociais, especialistas, etc.), possam testemunhar, explicar ou interpretar os acontecimentos. Muitas das notícias, aliás, são sobre essas mesmas pessoas, porque pode ser relevante para a sobrevivência e para o sucesso individual e da descendência (muitas das preocupações e tendências comportamentais humanas têm origem genética) acompanhar e vigiar a acção dos líderes e antever a forma como a sociedade evoluirá.

É da ideia de fidelidade ao fenómeno na respectiva tradução linguística que brotarão algumas das regras de enunciação patentes no jornalismo; outras serão geradas por fenómenos diferentes, como, por exemplo, a resposta a necessidades, como a necessidade de se disporem e disponibilizarem várias informações num espaço ou tempo restritos; outras ainda decorrerão da forma como diferentes oradores foram aprendendo a contar histórias, prendendo a atenção do público. Assim, antes de serem um recurso estratégico de defesa do jornalista perante críticas ou ameaças (Tuchman, 1978), as regras de enunciação jornalística são respostas cognitivas, culturalmente fixadas, às necessidades de traduzir linguisticamente fenómenos reais, de dar informação sobre eles, num espaço ou tempo fixados e prendendo a atenção dos receptores.

Foi nossa preocupação aplicar à análise do discurso da *Gazeta* a moldura explicativa dos discursos jornalísticos atrás exposta. Em particular, tivemos como principal objectivo determinar quais são os enquadramentos sugeridos discursivamente para os acontecimentos e problemáticas noticiados na *Gazeta* e entender as respectivas causas. Tentámos, igualmente, apurar quais as estratégias que presidiram à elaboração formal do texto. Assim sendo, definimos as seguintes hipóteses e perguntas de investigação para essa componente da análise:

**Hipóteses e perguntas de investigação balizadoras
da análise qualitativa do discurso**

Hipótese 1: Tendo em conta que o jornalismo emergente dos séculos XVI e XVII era essencialmente noticioso, também a intenção da <i>Gazeta</i> foi fazer circular notícias. Pergunta de pesquisa 1: Quais os objectivos da <i>Gazeta</i> que podem, directa ou indirectamente, ser determinados por uma análise qualitativa do discurso?
Hipótese 2: A <i>Gazeta</i> reflecte discursivamente as circunstâncias e acontecimentos da época. Pergunta de pesquisa 2: Quais os ecos do mundo repercutidos na <i>Gazeta</i>? Pergunta de pesquisa 3: Que tratamento discursivo é reservado às elites, nomeadamente ao Rei, e de que forma são representados discursivamente os vários estratos da população? Pergunta de pesquisa 4: Como são representados discursivamente os portugueses e os não-portugueses na <i>Gazeta</i>, nomeadamente espanhóis, seus aliados e D. Filipe III, o Rei deposto? Pergunta de pesquisa 5: Quais os enquadramentos subjacentes aos textos? Por exemplo, quais as relações discursivas estabelecidas entre a religião e a construção de sentido para o mundo?
Hipótese 3: Na <i>Gazeta</i> recorre-se às formas retóricas clássicas de enunciação de novidades (referir o sujeito, o objecto, o lugar, o tempo, a causa e o modo – cf. Peucer, 1690) e de formas anteriores de organizar o texto, mormente à narração cronológica, comum nas crónicas historiográficas medievais (cf. Lanciani, 1979). Pergunta de pesquisa 6: Quais são as estruturas formais e os principais dispositivos retóricos de índole jornalística – ou pré-jornalística – que podem identificar-se nos textos da <i>Gazeta</i>?
Hipótese 4: Há referência a fontes porque estas contribuem para credibilizar o discurso noticioso, porque essa necessidade já se intuía no início do século XVII (ver, por exemplo: Sousa et al., 2006). Pergunta de pesquisa 7: Há referência a fontes?

É de advertir que alguns dos excertos usados para prova e exemplificação da análise do discurso da *Gazeta* foram pontualmente vertidos para o português contemporâneo, modificando-se, inclusivamente, alguns termos, de maneira a facilitar a leitura, embora se procurasse, sempre que possível, manter o recorte estilístico do redactor, ou redactores, da *Gazeta*.

4.1.1 A intenção primeira da *Gazeta*: informar

Embora pudesse fazer propaganda quer da Restauração quer do Catolicismo, de forma clara ou dissimulada, embora pudesse fantasiar em certas notícias ou mesmo falar de acontecimentos inventados e falsos (talvez mais por causa da credulidade dos redactores do que por mentira intencional), a primeira intenção da *Gazeta* foi a de dar informação, alguma de produção externa, designadamente da tradução de notícias de jornais estrangeiros, mas muita dela de produção própria, produzida a partir da observação directa do que se passava, de cartas, de relatos orais dos viajantes e de outras fontes.

Na verdade, o propósito principal de um jornal informativo é *noticiar*, responder à pergunta “o que há de novo?”, de maneira a que os leitores se sintonizem com o mundo e obtenham informações que podem vir a ser relevantes para a sua vida, para a sua acção e sobrevivência, bem como para a vida, acção e sobrevivência da sua descendência. Dentro das limitações enfrentadas por um jornal seiscentista e tendo em consideração a conjuntura da época, a *Gazeta* “da Restauração” não se afasta desse propósito predominante, nele se concretizando o seu *contrato de leitura* com o leitor, conforme se pode observar na generalidade das notícias, entre as quais as seguintes:

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

Foi Sua Majestade visitar os armazéns e a Armada Real.

D. Fernando Teles de Faro foi nomeado capitão-mor da vila de Campo Maior.

Morreu o conde de Odemira.

Da cidade de Elvas fugiu um soldado estrangeiro cavaleiro. Foram no seu alcance e colheram-no escondido num mato, perto do caminho de Badajoz. Trouxeram-no outra vez para o corpo de guarda e (...) o enforcaram.

Gazeta do Mês de Março de 1642

O conde da Vidigueira que vai por embaixador a França está para sair com o primeiro tempo.

O monteiro-mor do Reino foi para as fronteiras do Alentejo como general de cavalaria.

Rui de Moura Teles vai por governador de Mazagão.

A *Gazeta* é, assim, um registo sumariado e selectivo (por vezes excessivamente selectivos – devido à censura, por exemplo, os leitores da *Gazeta* nada souberam sobre a batalha do Montijo) de vários acontecimentos ocorridos em Portugal (em especial no primeiro período de publicação), na Europa e, por vezes, noutros pontos do mundo. Esses acontecimentos são noticiados em sucessão, sem grandes preocupações de ordem ou hierarquização. Entre muitos outros exemplos que poderiam ser dados, observem-se os seguintes:

Gazeta do Mês de Maio de 1642

Vieram algumas naus de França, as quais trouxeram muitos soldados portugueses que militavam por El-Rei Dom Filipe nas praças da Catalunha.

O General Martim Afonso de Melo mandou algumas tropas de gente sobre a Codiceira vila de Castela, na qual entraram. E depois de fazerem recolher o inimigo com grandíssimo dano, foram saqueando o lugar e se pôs fogo à maior parte dele.

Estão declarados os capitães da armada Real que se vai aprestando para sair este Verão, que consta de famosos galeões do Estado.

Gazeta do Mês de Julho de 1642

No princípio deste mês escreveu-se da Província do Alentejo que no dia de São João vieram os inimigos a Olivença e que os nossos os fizeram retirar com a morte de muita gente.

António Teles da Silva foi governar o estado do Brasil.

Veio El-Rei nosso Senhor da sua quinta de Alcântara com toda a Casa Real.

Algumas “notícias” da *Gazeta* são descaradamente fantasiosas, mas é possível que esta situação se deva mais a uma hipotética credulidade dos redactores seiscentistas naquilo que ouviam e liam do que a uma intencional difusão de mentiras. Na realidade, emana da generalidade das notícias da *Gazeta* uma *intenção de verdade*, alicerçada num *ânimo de factuality*, que já Azevedo (1644), ainda durante o período de publicação da *Gazeta*, exigia aos periódicos de novidades e que se transformou num valor jornalístico. Por exemplo, logo na primeira notícia do primeiro número relata-se um combate naval entre castelhanos e holandeses, mas não se escamoteia que os holandeses, aliados dos portugueses, tiveram

“algum dano”, o que fez os seus navios “recolherem-se” ao porto. Entre muitos outros exemplos que poderiam ser dados, na quarta notícia do primeiro número são relatados actos de indisciplina entre os marinheiros do galeão Santa Margarida, opção jornalística que não dava boa imagem da governação real e do estado da frota portuguesa. Até certo ponto, a *Gazeta* mostrava-se, assim, algo incómoda para o poder, devido, precisamente, à sua *intenção de verdade* e à sua ambição de *noticiar* (“*todos*”) *os acontecimentos com valor jornalístico*, o que motivaria, inclusivamente, a suspensão da sua publicação, em 1642, e a sua reaparição como periódico dedicado unicamente às notícias “de fora do Reino”.

Entre centenas de factos que poderia ter referenciado, a *Gazeta* noticiava apenas alguns, *seleccionados* pelos seus redactores, principais *gatekeepers* do processo de produção de informação neste periódico, entre os que obedeciam aos critérios de noticiabilidade que, de certa forma, são intemporais, já que se relacionam, nomeadamente, com a sobrevivência. A posse de informação, ontem como hoje, é, na verdade, uma *garantia de sobrevivência*, pois gente informada detecta perigos, conhece oportunidades e pode conectar-se com mais pessoas. Entende-se aqui que o conceito de sobrevivência não se reporta exclusivamente à reacção ao perigo e à preservação da vida. É um conceito mais amplo que diz respeito à ambição genética de uma pessoa obter vantagens para si e para os que lhe são próximos, assegurando, nomeadamente, a sobrevivência da descendência em boas condições, num mundo competitivo. É um conceito que abarca, portanto, por exemplo, a obtenção e criação de riqueza e fama, a defesa da propriedade, a segurança e a ascensão social.

A *Gazeta* funciona, ainda, como uma espécie de *registo historiográfico* do quotidiano, um *registo selectivo*, é certo, distinto da construção da História pelos historiadores mas, paradoxalmente, fonte para essa mesma História (ver: Beltrão, 1992: 71). A *Gazeta* é, portanto, acima de tudo, um *periódico de novidades*. Não é, nem os seus redactores certamente pretenderam que o fosse, um mero instrumento de propaganda ao serviço da causa brigantina, embora se detectem intenções propagandísticas da Restauração quer nas omissões de factos historicamente relevantes passados na época (especialmente no segundo período de publicação do periódico), quer em certas matérias, por vezes apenas pontualmente, em determinadas passagens, como no caso da segunda notícia do primeiro número (Novembro de 1641), em que o Rei é apresentado como possuindo “natural benignidade”.

Mesmo as notícias sobre os actos da administração real, que podem parecer propagandísticas, tal como é sugerido pela generalidade dos autores que se debruçaram sobre a *Gazeta*, podem ser encaradas como as notícias contemporâneas sobre os actos de governo:

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

Despachou El-Rei Nosso Senhor ao Conde da Vidigueira por embaixador em França, para assistir na Corte de Paris.

Dom Antão de Almada (que foi por embaixador extraordinário a Inglaterra, fica assistente para tratar dos negócios do Reino.

(...)

Fez El-Rei Nosso Senhor mercê do Priorado do Crato ao Ilustríssimo Senhor Dom Rodrigo a Cunha, arcebispo metropolitano.

Estão nomeados mestres de campo Cristóvão de Mello, filho do monteiro-mor do Reino, e Dom Sancho Manuel.

Publicou-se o subsídio eclesiástico.

Efectivamente, ao contrário de leituras mais apressadas, as notícias sobre a governação de D. João IV, em que o Soberano e outros governantes surgem *exercendo o poder*, o que reforçava e contribuía para legitimar a sua posição, não devem ser vistas como mera propaganda, mas sim como matérias de interesse público, pois permitiam conectar os cidadãos com a realidade política do país. Ao dar conta dos actos dos governantes que poderiam ter repercussão directa na vida do país e dos seus habitantes, a *Gazeta* não fazia, em consequência, mais do que a sua “*obrigação*” jornalística, tal e qual como faz qualquer periódico generalista contemporâneo.

4.1.2 Os temas das notícias

Como qualquer jornal generalista, a *Gazeta* aborda um numeroso conjunto de assuntos, procurando, organizada e selectivamente, dar resposta às necessidades sociais de informação, sendo, portanto, *útil* à comunidade, propósito central do jornalismo de ontem e de hoje.

4.1.2.1 A guerra

Em primeiro lugar, num mundo dilacerado pela Guerra dos Trinta Anos, no qual a Restauração da Independência de Portugal e a guerra luso-castelhana que se lhe seguiu é um dos principais episódios peninsulares (o outro é a revolta catalã), a *Gazeta* não podia deixar de se centrar nos conflitos bélicos. A guerra é constante e, quiçá, *ameaçadora* para o leitor do periódico, que ao lê-lo pode aperceber-se melhor do perigo. São muitas, na realidade, as notícias sobre a Guerra da Restauração, no primeiro período de publicação do jornal, e sobre a Guerra dos Trinta Anos, em ambos os períodos da *Gazeta*. Por exemplo, na notícia seguinte, logo do primeiro número da *Gazeta*, relata-se uma incursão militar portuguesa além-fronteiras:

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

O general Martim Afonso de Albuquerque (sabendo que o inimigo estava em Valverde prevenindo-se para dar em Olivença) juntou do terço de Dom João da Costa, de Aires de Saldanha e de todas as fronteiras do Alentejo três mil e tantos homens e a 27 de Outubro saiu da cidade de Elvas, no dia seguinte pela manhã chegou a Valverde com a infantaria repartida por três esquadrões e quinze mangas volantes e a cavalaria em sete tropas. Foi visto pelos inimigos, acudiram todos à defesa, prevenindo-se os nossos para o assalto. Investiram e ganharam logo a primeira e a segunda trincheira e arrimando escadas entraram na vila, na qual não havia rua que não defendesse a entrada com uma peça de artilharia. Porém, os nossos romperam e destruíram tudo e os inimigos se retiraram para uma Igreja ao pé da qual havia um reduto, de onde se defenderam valorosamente, e estando já os nossos ao pé da terceira trincheira e o lugar quase rendido, houve da nossa parte quem gritou que se retirassem, e cuidando todos que era ordem do general, obedeceram, e cessou a destruição, que foi tão grande que não ficou no local casa alguma que os soldados não saqueassem e o que não podiam trazer ou o despedaçavam ou lhe punham fogo. Tornaram por fim para Elvas alegres com a vitória e deixaram na vila mortos mais de 400 castelhanos (...). Trouxeram 55 prisioneiros, tomaram três bandeiras (...). Da nossa parte morreram pouco mais de trinta homens.

A notícia anterior, escrita com base num modelo narrativo cronológico, ou diacrónico, aproxima-se da reportagem. O leitor consegue visualizar a batalha de Valverde. A referência à tenacidade com que os espanhóis se defenderam releva simbolicamente o valor dos portugueses, reforçado propagandisticamente pela referência possivelmente exagerada ao número de mortos e prisioneiros castelhanos quando comparado com o número de mortos portugueses. De facto, pese embora a sua primeira finalidade informativa, a *Gazeta* não deixava de ter outros objectivos, como o de mobilizar os portugueses para o combate pela independência e o de propagandear a causa, vista como patriótica, da Restauração e a legitimidade da dinastia brigantina. Por isso, certas notícias da *Gazeta* enquadram os assuntos de maneira a apresentar dos acontecimentos uma versão desfasada da realidade, mesmo fantasiosa, o que é visível, conforme se disse, por exemplo, no repetitivo exagero sobre as baixas castelhanas quando comparadas com as portuguesas, ou ainda no apregoar histriónico da coragem e bravura dos portugueses, confrontados com um inimigo apresentado como sendo quase sempre mais numeroso do que as tropas nacionais. Mesmo quando se falava da valentia dos soldados espanhóis, isso servia para destacar ainda mais a audácia e arrojo das tropas nacionais.

O redactor também relata, cruamente, o comportamento saqueador e selvagem dos portugueses, mas num tom que revela o sentido de normalidade que a situação aparentemente tinha. De facto, a guerra do século XVII não se compadecia com os vencidos, o saque era a recompensa dos soldados vencedores – muitos dos quais mercenários estrangeiros atraídos pela possibilidade de enriquecimento – e a destruição representava a punição dos derrotados. O retrato que a *Gazeta* transmite da guerra da Restauração é, aliás, o de um conflito de fronteira, com incursões de parte a parte, cativoiro de prisioneiros, destruições de lugares, roubo de gado e outros saques e até troca de injúrias e desafios. A promessa de rápido enriquecimento através do saque, inclusivamente, atraía candidatos a soldados e levava-os a alistarem-se nos exércitos confrontantes.

Na maioria das notícias sobre a guerra da Restauração na *Gazeta*, algumas das quais *personalizadas* (a centralização das notícias na figura de alguns “heróis” empresta interesse às histórias), os portugueses são descritos, como se disse, como sendo superiores aos espanhóis, em coragem e argúcia. No entanto, noutras peças a intenção de verdade e balanceamento é notória, o seu tom é equilibrado, dando elas conta

de que os castelhanos também tinham iniciativas militares e de saque e também provocavam sofrimentos aos portugueses.

Um outro aspecto a salientar é a riqueza de pormenores com que as notícias são relatadas e as explicações acessórias que são dadas. Alguns relatos são extremamente *visuais*. A estrutura diacrónica, numa cronologia sem hiatos, ajuda o leitor a apropriar-se da mensagem, acompanhando a narrativa e “(re)vendo” na sua mente o desenvolvimento dos acontecimentos narrados. Uma vez que só observadores *in loco* poderiam ter feito tais relatos, é possível que estes tenham sido produzidos por soldados-correspondentes na frente de batalha (aliás, o engrandecimento e nomeação dos feitos pessoais de alguns “heróis” concorre para essa hipótese), que por escrito, ou oralmente, os levaram ao conhecimento do editor da *Gazeta*. Outra possibilidade é a de que este tivesse acesso aos relatórios que circulariam na Corte ou que tivesse ele mesmo inquirido os intervenientes nos combates após ser recebida na corte notícia dos mesmos.

Entre centenas de notícias que poderiam dar-se como exemplo das teses atrás propostas, escolheram-se as seguintes (repare-se, ademais, que mesmo no segundo período de publicação da *Gazeta* se publicam notícias sobre a guerra da Restauração, embora sobre incursões em território castelhano e não sobre acontecimentos ocorridos em território nacional):

Gazeta do Mês de Janeiro de 1642

Sabendo os galegos da Vila da Barca que o G. D. Gastão Coutinho, com alguns capitães, se havia ido para a cidade de Braga, passaram o Minho em três barcas e chegaram à vista de Vila Nova, onde queimaram um pedaço de trincheira e parte de um reduto que estava longe da vila. E mal os nossos se aprontaram para sair ao seu encontro, retiraram-se e foi tanta a pressa que alguns se afogaram.

Gazeta do Mês de Março de 1642

Quarta-feira de Cinzas, à tarde, saiu da cidade de Elvas Gaspar Pinto Pestana, comissário da cavalaria, com 700 cavaleiros, e foi alojar-se a Campo Maior. Logo foram duas companhias reconhecer o campo e encontraram num posto a que chamam o Cabeço da Cerva (...) um clérigo castelhano (...) com 25 cavalgaduras e alguns soldados da escolta, mudando umas colmeias. Deram neles e mataram-lhes seis

homens, renderam os restantes, tomaram as cavalgaduras, deram uma ao clérigo para que se fosse. No dia seguinte, saiu de Campo Maior o comissário com a cavalaria e 500 mosqueteiros (...) e deixando os mosqueteiros de emboscada (...) escalou os campos de Vilar del Rey. Deu volta ao lugar e seus contornos e chegou-se tanto que de dentro das trincheiras lhe mataram dois cavaleiros, mas os nossos tiraram a vida a trinta castelhanos e renderam 24. E não houve em todo aquele circuito herdade, moinho, quinta, seara, defesa ou olival a que não alcançasse o destroço deste assalto. Depois de não ter o que destruir, retirou-se o comissário com grande número de vacas, porcos, ovelhas, cabras, cavalgaduras e muitas cargas de roupa branca.

Gazeta do Mês de Junho de 1642

Da vila de Penamacor, foi-se o general Fernão Teles de Meneses para Almeida, por ter aviso de que o inimigo pretendia fazer algumas entradas por aquelas partes. A 28 de Maio saíram da Aldeia do Bispo (uma vila de Castela, que dista de Almeida meia légua) algumas tropas de infantaria e de cavalaria e foram correr o campo junto a um lugar nosso, que se chama Vale de la Mula, onde fizeram presa do gado que andava pastando muito longe dos muros. Tocou-se logo a rebate e o tenente-general da cavalaria João de Saldanha de Sousa saiu com algumas tropas e foi-se a Vale de la Mula, a tempo que os castelhanos estavam já da banda de além de um rio que haviam passado e no alto de um monte que está muito perto da Aldeia do Bispo. Passou também ele o rio e passaram em seu socorro com 60 cavaleiros os capitães Rui Tavares de Brito, Cristóvão de Sá de Mendonça e Cristóvão da Fonseca Cardoso. Chegou ao posto, de onde se viu a cavalaria do inimigo, que andava escaramuçando junto às suas trincheiras, favorecida pela sua infantaria. Haviam-se adiantado alguns dos nossos, os quais investiram contra os castelhanos, e começou uma travada escaramuça. Durou largo espaço de tempo, pelejaram valorosamente monsieur de Mongrol, alferes do coronel Sebastião de Mahè, António da Fonseca, ajudante de cavalaria, Francisco Valente da Costa, capitão de infantaria, e Nicolau de Paiva de Albuquerque, alferes do tenente-general, a quem naquele dia feriram o cavalo. Mandou o tenente-general pedir licença ao general Fernão

Teles de Menezes para investir a vila de Aldeia do Bispo, mas não lhe foi concedida, pois havia grande risco na empresa, em razão da pouca gente com que se achava o tenente-general, e também porque queria ir ele mesmo. E a 29 de Maio saiu de Almeida à uma hora depois da meia-noite. Levava a vanguarda da cavalaria o tenente-general. Ia com ele o capitão da guarda Dom Lourenço de Sousa, que assim nesta como em todas as demais ocasiões o acompanhou sempre, dando mostras de grande valor e de zelo no serviço de Sua Majestade. Também foram em sua companhia os capitães Rui Taveira de Brito, António de Carvalho de Vasconcelos e Diogo Ribeiro Homem, sujeitos dignos de grande estima pelo seu valor. Seguiam-se logo o capitão Puplinier, a quem o tenente-general entregou uma tropa de cavaleiros, onde havia sete ou oito franceses, todos oficiais. Ia na retaguarda da cavalaria o capitão Cristóvão da Fonseca Cardoso com a sua companhia. O mestre de campo D. Sancho Manuel levava a vanguarda da infantaria, ao qual acompanhavam por ordem com os seus troços os capitães Nuno da Cunha de Ataíde, Duarte de Miranda Henriques, Alonso de Tovar, António de Andrade Gamboa, Francisco Valente da Costa, Manuel Teixeira Homem. Marchava logo o general Fernão Teles de Menezes, a quem dava guarda o capitão Cristóvão de Sá de Mendonça com a sua companhia de cavalaria. Ia na retaguarda o sargento-mor Lourenço da Costa Mimoso. Desta maneira, chegaram à vista de Aldeia do Bispo pela madrugada e já o tenente-general havia ocupado os postos altos do contorno da vila. E num pedrasto que ficava sobre ela fez alto o capitão Vitorio Zagallo com cinquenta mosqueteiros. E porque o inimigo estava fortificado junto à igreja, foi o tenente-general ocupar um outeiro que ficava defronte. Entretanto, os capitães Puplinier e Cristóvão da Fonseca tinham cercado a vila pela outra parte e tomado um alto ao longo de uma ribeira, de modo que ninguém dela podia sair que não lhe desse nas mãos. Repartiu bem o mestre de campo a infantaria pelos postos convenientes. Começou-se a peleja dando-se grandes cargas de mosquetaria de uma e outra parte até que os nossos dispararam duas peças de artilharia, que conduziram àquele posto, e com elas fizeram tanto dano aos inimigos que lhes quebraram o ânimo. Veio de socorro à vila (duas horas depois de chegarem os nossos) uma companhia de cavalaria. Porém, saíram

duas tropas da nossa cavalaria e puseram-nos em fuga e os foram seguindo até Vilar de Cervo, que está meia légua daquela vila, e aqui se travou a escaramuça, e nela morreram alguns castelhanos e veio um prisioneiro. Entretanto, o general mandou que investissem sobre as trincheiras os capitães Nuno da Cunha de Ataíde (a quem encarregou da vanguarda pelo muito que fiava de seu valor), Duarte de Miranda Henriques, Alonso de Tovar, Francisco Valente da Costa, Manuel Teixeira Homem, António de Andrade de Gamboa, cada um com sua manga, e ao mesmo tempo entraram todos com igual deliberação no reduto. deram com uma bala na testa ao capitão Alonso de Tovar e lhe tiraram a vida, sendo geralmente sentido, por ser de muito valor e esperanças. Foram os nossos, ganharam e saquearam o lugar e pegaram fogo à maior parte dele. Logo foi o tenente-general daí a meia légua a um lugar que chamam Castelejo, com uma companhia de cavalaria e outra de mosqueteiros, e lhe pôs também o fogo, com o que se retiraram os nossos vitoriosos, deixando mortos um grande número de castelhanos e trazendo 90 prisioneiros.

Gazeta do Mês de Julho de 1642

Vieram seiscentos castelhanos a Vilar Formoso para impedir aos nossos de ceifar o trigo. Deu sobre eles o mestre de campo Dom Sancho Manuel e os fez retirar, matando-lhes mais de vinte homens e trazendo dez prisioneiros com alguns despojos.

Andavam vinte cavaleiros nossos de ronda nos campos de Olivença. Colheu-os numa emboscada a cavalaria de Badajoz e de todos eles só um escapou de ser feito prisioneiro. Este veio dar aviso ao general da cavalaria, o qual montou com grande pressa e seguido de trezentos cavaleiros foi fazer uma emboscada entre Badajoz e Valverde (que era a paragem por onde os que levavam os nossos prisioneiros haviam de passar). Vieram-se-lhe meter nas mãos os inimigos com a presa. Deu neles e depois de livrar os prisioneiros, matou a maior parte dos inimigos (que eram duas grandes tropas) e lhes tomou a as armas e os cavalos e depois disto foi até Badajoz, chegou à vista das muralhas e os nossos deixaram estupendas injúrias aos castelhanos rogando-lhes que viessem escaramuçar e vendo que ninguém lhes saía se recolheram, tomando o gado todo que acharam pelos caminhos.

Gazeta do Mês de Julho de 1645

D. Rodrigo de Castro, tenente-general da cavalaria, entrou agora doze léguas por Castela dentro, até ao lugar de Burguilhos, ao qual saqueou muito ouro e prata e roupas que nele estavam recolhidas por ser lugar afastado, de que os soldados ficaram ricos e se recolhera com 1577 cabeças de gado maior, deixando o menor, por não querer caminhar, em razão das muitas calmas, mas também trouxeram muitas éguas e cavalos e alguns prisioneiros.

Gazeta do Mês de Agosto de 1645

Na nossa fronteira do Alentejo, entrou Fernão Martins de Ayala, tenente do capitão Manuel Gama, filho de Fernão Gomes da Gama, quinze ou dezasseis léguas por Castela dentro, só com nove homens, e entre Trujilho e Mérida encontrou o conde de Zinguen, natural de Bruxelas, cavaleiro do Tosão, mancebo de alguns 24 para 25 anos, o qual vinha à ligeira com três criados, em mulas de aluguer, a caminho de Badajoz, a servir o general de cavalaria, porquanto ao barão de Molinguen havia El-Rei Católico feito mestre de campo general, e fez ao dito conde prisioneiro e trouxe-o a Elvas, de onde passou para o castelo de Belém.

A notícia seguinte é reveladora dos laços fronteiriços que uniam portugueses e galegos, apesar da guerra os colocar em campos opostos:

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

Avisou-se de Entre-Douro-e-Minho, no primeiro sábado deste mês, que dos cómodos de Ponte da Barca saíram algumas tropas da nossa infantaria e foram marchando pelo Reino da Galiza até chegarem à vila de Jerez, onde entraram sem haver quem lhes opusesse resistência. Antes fugiu toda a gente do lugar, de modo que ficou despovoado, e os nossos, porque não tiveram onde empregar o seu valor, foram fazer oração a uma igreja de Nossa Senhora dos Remédios. E porque a gente de Entre-Douro-e-Minho costumava ir todos os anos em romaria a esta santa casa, tiraram do altar, com muita reverência, a imagem da Senhora e com ela se recolheram, sem trazer nenhuma presa nem fazer dano ao lugar. Foi este acontecimento muito festejado naquelas partes, porque estavam todos desconsolados de não poderem agora fazer esta romaria. E com

isto se alegrarão mais do que se os nossos tivessem ganhado uma praça ou alcançado alguma grande vitória.

Na guerra, a informação vale ouro e por isso a espionagem também era uma realidade. Os portugueses precaviam-se:

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

Prenderam um frade Beguino estrangeiro e dizem que veio a esta cidade para espiar.

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

No Crato prenderão um espião que veio de Castela e o mandaram para a cidade de Elvas.

Uma guerra exige especiais preparativos defensivos, especialmente na retaguarda. A governação régia portuguesa sabia-o e a *Gazeta* noticiava-o:

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

A vila de Cascais vai-se fortificando e Dom António Luís de Menezes, que governa as armas nesta praça, assiste com grandíssimo cuidado a toda a fábrica.

Da nobreza e dos privilegiados se fazem quatro terços, dos quais é coronel o Sereníssimo Príncipe Dom Teodósio e tenentes o marquês de Montalvão, o conde da Torre, o conde da Calheta e o conde de Unham.

Está-se fabricando, por traça de António Pessoa Campo, uma carreta para o tiro de Dio, que por ser grandíssimo e de muito peso esteve até agora descavalgado e todos os engenheiros que o viram averiguaram (depois de muitas experiências) que não era possível haver carreta que o pudesse sustentar.

(...)

Na ribeira das Naus fabricam-se duas fragatas à maneira das de Dunquerque para andarem na armada.

As notícias anteriores são curiosas porque dão informações militares relevantes, que qualquer espião castelhano poderia aproveitar. A publicação vista como inoportuna dessas e de várias outras notícias, quiçá *demasiado verdadeiras*, valiosas para os castelhanos, terá sido, provavel-

mente, uma das razões que veio a gerar a suspensão da publicação da *Gazeta*, em 1642, e a sua reaparição circunscrita à publicação das notícias de fora do Reino (embora este princípio tivesse sido várias vezes violado). De facto, a espionagem castelhana poderia retirar do primeiro periódico português valiosas informações militares e diplomáticas, entre outras:

Gazeta do Mês de Março de 1642

A 18 saiu o general António de Saldanha com a esquadra que vai de socorro à ilha Terceira.

(...)

O conde da Vidigueira, que vai por embaixador a França, está para sair com o primeiro tempo.

O monteiro-mor do Reino foi para as fronteiras do Alentejo como general da cavalaria.

Rui de Moura Teles vai por governador de Mazagão.

O conflito da Restauração estendia-se ao mar. Portugal reapetrechava a sua Armada, como muito bem se documenta com a notícia seguinte (também ela possível de dar informações preciosas ao inimigo), estilisticamente adornada na parte final:

Gazeta do Mês de Maio de 1642

A catorze deste mês, lançou-se ao mar a fragata São João Baptista, obra já do marquês de Montalvão. Houve grande concurso de gente na ribeira das naus. Veio El-Rei nosso Senhor da sua quinta de Alcântara na gôndola real, com o sereníssimo príncipe Dom Teodósio, e assistiram ambos até que a fragata adornada de ramos, flores, bandeiras e galhardetes acabou a carreira, rompendo as águas com airoso ímpeto e grandíssima alegria de todos.

No mar, as frotas francesa e holandesa ajudavam os portugueses porque combatiam Espanha (a Guerra da Restauração, como já se disse, pode enquadrar-se no contexto maior da Guerra dos Trinta Anos) e onde abundavam as operações de corso, que se misturavam com as acções de prevenção da pirataria, nomeadamente da pirataria berbere e otomana. A *Gazeta*, desde a sua primeira notícia, faz eco desta conjuntura, não omitindo quanto a guerra marítima custava aos portugueses e seus aliados ou a quem estava ao seu serviço:

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

Pelejou a armada da Holanda com uma esquadra da Armada Real de Castela, em que vinham muitas fragatas de Dunquerque. Durou a pendência mais de vinte e quatro horas. Foi-se a pique um galeão dos castelhanos e ficaram alguns destroçados e todos com muita gente morta. O holandês, com algum dano, se retirou a este porto [Lisboa], onde está aguardando que El-Rei Nosso Senhor lhe dê socorro para sair outra vez a atemorizar os portos da Andaluzia.

(...)

Chegou a este porto uma caravela que vinha das Índias com aviso e os nossos a tomaram nas ilhas. Traz vinte mil cruzados em patacas.

(...)

Chegou um navio que faltava na esquadra de Rui de Brito, o qual havia ido no alcance de uma nau de turcos e se presumia que estava perdido.

Gazeta do Mês de Janeiro de 1642

Uma nau de Génova que saiu de La Rochelle com 62 soldados portugueses da Flandres, da Catalunha e de outras praças de Espanha, dos quais era cabo o capitão Manuel Homem. Veio aportar a Lagos, botou gente em terra e fez-se na volta de Lisboa e à vista do cabo de São Vicente encontrou cinco fragatas de Dunquerque, as quais lhe deram tal caça que não teve outro remédio mais do que valer-se da fortaleza de Sagres e desta maneira escapou, se bem que com grandíssimo dano. Os soldados vieram todos por terra e entraram nesta cidade a 8 do mês.

Com os holandeses, os portugueses faziam alianças pontuais, apesar de Portugal e Holanda rivalizarem na colonização do Extremo-Oriente, de África e do Brasil. Os holandeses tinham mesmo tomado parte do Nordeste a Portugal, ainda nos tempos da Monarquia Dual. A notícia seguinte indicia essa situação, sendo também curiosa por relatar o sinuoso percurso de uma informação até à sua publicação pela *Gazeta* e a *rede de correspondentes* que providenciava muitas das informações inseridas no periódico. Essa instituição dessa rede, diga-se, foi uma forma encontrada pelos órgãos jornalísticos para fazerem face à erupção aleatória de acontecimentos no espaço, pois garante um fluxo regular de informações noticiosas susceptíveis de permitir que as publicações sejam periodicamente publicadas

sem grandes sobressaltos nem complicações.

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

Por via da Holanda foi para França uma carta de um português que assiste nas Índias de Castela e de França e veio a esta cidade, na qual se diz que é partida a frota com algumas naus de guerra, mas estavam os castelhanos temerosos de que lhe saíssem ao encontro os inimigos de Espanha, porquanto havia nova de que Pé-de-Pau, general da armada da Holanda, saíra de Pernambuco em companhia de uma esquadra de portugueses que andava nos mares do Brasil e se fora na volta da Bermuda.

A guerra, porém, tinha os seus custos também para os portugueses, que morriam como os castelhanos, como mostram as notícias seguintes, nas quais a *personalização* do relato sobre as vítimas contribui para o despertar de sentimentos de empatia com elas:

Gazeta dos Meses de Setembro e Outubro de 1646

De Lisboa, aos 5 de Outubro

(...)

Em Elvas, aos nove deste mês, dia de São Dionísio, morreu mon-sieur Gabriel du Laurans, fidalgo francês da Província de Anjou, capitão de cavalaria, das estocadas que recebeu na batalha de Telenha, pelejando com o seu valor ordinário. Foi enterrado na Igreja de São Domingos de Elvas, com todas as cerimónias. Morreu também na mesma semana, poucos dias depois, o senhor Jorge de Melo, também capitão de cavalaria, da mosquetada que na mesma batalha lhe passou ambas as pernas, fazendo como costumava com grandíssimo ânimo e prudência o ofício de capitão e de soldado. Estas duas mortes sentiram muito os generais e demais oficiais da guerra, assim portugueses como franceses, por serem estes dois fidalgos tão mancebos e tão valorosos.

Apesar de tudo, a guerra também tinha episódios que poderíamos reputar de “engraçados” e que por vezes coloram a *Gazeta* de um tom de ingenuidade que denuncia a personalidade dos redactores:

Gazeta do Mês de Janeiro de 1642

Por via de um navio do Norte, o qual tomou o porto do Faial e veio a Viana, se sabe que os nossos da Ilha Terceira estão com grandíssimos desejos de entrar na fortaleza (...), mas por ser a fortaleza muito alta, e as escadas curtas, não estavam senhores delas.

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

Em várias partes das fronteiras fizeram os castelhanos fumo para que o vento o deitasse para a banda de Portugal e fizesse fugir o gado para as suas defesas. Porém, mudou-se o vento de improviso e padeceram eles o dano que nos queriam fazer a nós, porque o seu gado, logo que lhe deu o fumo, fugiu para as nossas terras e dizem que foi em grande quantidade.

Outras notícias relacionadas com o conflito da Restauração mostravam o apoio dos inimigos do Império Espanhol de Dom Filipe III (Dom Filipe IV de Espanha) ao Portugal Restaurado e à Casa de Bragança, o que contribuía não apenas para legitimar nacional e internacionalmente o novo Rei mas também para mobilizar a opinião pública, sacrificada pelo esforço de guerra. Nesses casos, a guerra cruzava-se com a diplomacia, pois já se tinha a noção de que um combate, no mundo moderno, não se ganha unicamente no campo de batalha:

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

Veio Francisco de Sousa Coutinho, que havia ido por embaixador de El-Rei Nosso Senhor ao Reino da Suécia. Foi lá recebido com grandíssimo aplauso. Deixou as pazes confirmadas e trouxe três naus de guerra de mais de trinta peças de bronze cada uma, e um fidalgo, o qual vem a este Reino da parte da Rainha da Suécia para assistir nesta corte e já falou a El-Rei Nosso Senhor. Trouxe muita artilharia de bronze, grandíssimo número de corpos de armas, mosquetes, e cravinas trinta. Mastros grandes, uma embarcação carregada de pólvora e alguns cavalos. Deu-lhe a Rainha uma cadeia de ouro que pesa 330 000, uma jóia de diamantes com o seu retrato e a todos os que foram em sua companhia mandou dar uma cadeia de ouro, e escreveu a El-Rei Nosso Senhor dando-lhe os parabéns pela Restauração do Seu Reino, e assegurando-lhe que com tudo o que pode e com a própria vida se empregará sempre

em seu serviço e ultimamente lhe dá a sua palavra de que não fará nunca as pazes com o Imperador e que sendo caso que as faça será primeira condição de que ele dará liberdade ao Senhor Dom Duarte.

A notícia anterior é ainda relevante por indiciar a importância que para a opinião pública tinha o caso do Infante Dom Duarte, irmão de Dom João IV, que se encontrava detido pelo sacro-imperador a pedido de Dom Filipe III. O tema, inclusivamente, é alvo de várias matérias, como a seguinte:

Gazeta do Mês de Agosto de 1645

Sobre a liberdade do Senhor Infante se faz muito, principalmente por parte da Rainha da Suécia, a qual tem mandado a seus embaixadores que não venham em algum concerto de paz sem primeiro o porem em liberdade. E assim enviou pela posta dois correios ao dito general Torstenson que não admitisse algum resgate pelos seis generais que na última batalha cativou ao Imperador (...) e a dita Rainha tem dito que sem a liberdade do Senhor Dom Duarte não há-de falar na deles. Está-se esperando a resposta do Imperador sobre a proposta que por parte da Suécia e da França lhe fizeram neste particular, tocante ao qual o doutor Luís Pereira de Castro imprimiu agora um papel, que fez em latim [língua franca da época] para se dar a todos os príncipes e embaixadores.

Forças francesas e holandesas, provavelmente constituídas por aventureiros que procuravam, antes de tudo, enriquecer à custa dos saques, lutavam pelos portugueses leais à Casa de Bragança contra os castelhanos e os aliados de D. Filipe III. A *Gazeta*, em diversas notícias, revela essa situação, sendo que na peça seguinte se revela, ainda, outra função do jornalismo – a explicativa, por vezes com base no recurso a formas figurativas e adjectivas de linguagem:

Gazeta do Mês de Março de 1642

De Entre-Douro e Minho, no primeiro sábado deste mês, veio uma carta em que se avisa que um capitão de infantaria francês, tenente-coronel, enfadado da suspensão das armas e do grande ódio em que os soldados estavam na cidade de Braga, por causa do Inverno,

deliberou sair em campanha e entrar por terras dos inimigos, ele só com a sua companhia, para o que foi com muito segredo, persuadindo aos seus soldados (os quais eram todos portugueses que vieram da Flandres e da Catalunha; gastou oito ou nove dias em lhes dispor os ânimos e em prevenir pólvora, balas, corda e tudo o mais que era necessário para reduzir a acto esta generosa deliberação. E um dia antes do amanhecer deu traça com ele, e os seus soldados saíram à desfilada e caminharam para Melgaço e daí foram marchando pela ponte das Varjas até que entraram na Galiza, destruindo e subvertendo e assolando tudo aquilo que com os olhos descobriam. Não ficou gado que não fizessem presa nem encontraram pelo caminho homem nenhum que não rendessem. Com esta bissaria foram avançando e metendo-se pela terra dentro. Porém, acudiram os inimigos de várias partes e saíram-lhes ao encontro divididos em dois troços, uns pela vanguarda e outros pela retaguarda. Estes segundos se meteram pelos matos e, sem serem vistos, nem sentidos, lhes armaram uma cilada com que lhes cortaram o caminho por onde precisamente haviam de passar quando tornassem. De modo que se marchavam para diante iam dar nas mãos dos que investiam pela vanguarda; se se retiravam, era infalível a ruína, pois metiam-se entre os que cortando-lhes o caminho os esperavam na emboscada; e se faziam alto sem dúvida ambos os esquadrões os acometiam e seria irremediável a perdição. Vendo-se o francês neste tão horrível aperto, fez uma prática aos soldados, representando-lhes o perigo em que a fortuna os havia posto e exortando-os a que deliberassem a perder antes a vida do que a honra. Não lhe deixaram os soldados acabar o discurso, porque todos unânimes e conformes se resolveram a romper aquele esquadrão, que emboscado pretendia tolher-lhes o passo antes que o outro (que já lhe tocava arma pela vanguarda) lho estorvasse. Passou o capitão para a retaguarda e logo viraram com muita destreza os soldados os rostos e foram marchando com tão boa ordem que quando chegaram à emboscada lhe descompueram a frente e com a primeira carga, a puras feridas e mortes, abriram caminho muito antes que chegasse o esquadrão que marchava em seu alcance. Pisando morto e pondo por terra a todos os que lhe serviam de embaraço, romperam, penetraram e saíram da filada até que se puseram a salvo com tanta galhardia e

admiração dos inimigos que nem o outro esquadrão, que já estava perto, se atreveu a segui-los. E o maior assombro que houve nesta heróica ousadia foi da nossa parte não ter morrido ninguém e somente um soldado saiu ferido com uma bala no braço esquerdo, o qual se veio curar à cidade de Braga, onde naquele tempo estava o general Dom Gastão Coutinho. E com este exemplo deliberaram todos sair em campanha e logo o coronel francês foi para as fronteiras do Minho.

Portugal, porém, também era mostrado como sendo capaz de projectar destemidamente as suas forças, aliando-se aos seus amigos franceses para lançar incursões de saque e destruição nos territórios de Dom Filipe IV (III de Portugal) em Itália:

Gazeta dos Meses de Setembro e Outubro de 1646

De Marselha, aos 3 de Setembro

Não se pode com palavras explicar o grande prazer e alegria que tivemos em toda esta província ao sabermos da chegada da esquadra portuguesa a Toulon, pela qual havia alguns dias que se esperava, conforme os correios e cartas que havia da Rainha, e com a sua chegada esperamos grandes sucessos das nossas armas, pela fortaleza dos seus navios e belicosa soldadesca que neles vieram, os quais, junto com o valor francês, nos prometem avantajadas vitórias, nem se pode esperar menos da união dos lírios de França com as quinas portuguesas. Foi o general da armada portuguesa, D. João de Menezes, com toda a sua gente, festejado com todo o aplauso que se pode imaginar, e em particular lhes mostraram especial benevolência o senhor arcebispo de Aix, irmão do cardeal Mazarino, e o marechal de Lamilherè, general da nossa armada, conforme as ordens que tinha recebido da Rainha. E o dito general da esquadra português, com os principais oficiais da guerra, foram chamados aos conselhos da mesma guerra e neles foram tratados com a devida honra a tão valentes e afamados soldados.

Todos juntos, com número de 48 navios nossos de alto bordo, dezoito galés e os sete da esquadra portuguesa, determinam partir aos 7 deste mês de Setembro e vão com tanto segredo que não se pode alcançar o termo, fim e rota que levam.

Gazeta do Mês de Novembro de 1646

Dos sucessos vitoriosos dos franceses e portugueses em Itália Não podendo a Armada francesa e a esquadra portuguesa ficar ociosas em porto nenhum, ao mesmo tempo que costumam recolher-se as outras, saíram estas do porto de Tolon, na Provença, com propósito de alguma boa empresa, aos 17 de Setembro. Levava a armada francesa dez mil de pé e três mil cavaleiros; levava a esquadra portuguesa 1600 para desembarcar, ficando os galeões providos de todos os soldados do exército castelhano de Argão (...). Daí a poucos dias foram ancorar (...) defronte da Ilha de Elba (...). Divide-se esta ilha em duas partes, uma das quais fica para a banda do Norte, esta sujeita a El-Rei de Castela. (...) Desembarcaram (...) os marechais e com eles o general Dom João de Meneses (...), caminharam por penedos e montes sem parar até às duas depois da meia-noite. Reconheceram a cidade e fortaleza de porto Longone, deixaram a gente e as ordens necessárias para a sitiar e se foram outra vez para os seus navios até chegarem as nossas quinze galés (...). Partiram (...) com estas quinze galés e dez navios para darem sobre Piombino na noite de 4 para 5 de Outubro. (...) Resolveu-se o governador (...) a capitular (...). Acharam nesta praça três mil sacos de trigo (...).

O termo deste principado de Piombino tem vinte léguas, quatro vilas muradas e bem povoadas, muita fruta, muito gado, muito pasto, muito vinho, do qual se aproveitaram os da Armada francesa e esquadra portuguesa, e pertence este principado ao príncipe Ludovisio, sobrinho do defunto papa Gregório XV e agora casado com uma sobrinha do Papa Inocêncio X. Porém as fortalezas e presídios eram de El-Rei de Castela.

O porto de Piombino é tão importante por ser necessário passarem os navios por este estreito de mar de três léguas que está entre a ilha de Elba e o dito porto. Quem é senhor de Piombino fica senhor do mar e dos navios que vão de Génova para Nápoles ou vêm de Nápoles para Génova, porque além de dilatarem-se na navegação, arriscar-se-ão muito os navios que forem forçados a deixar a ilha de Elba (...) e ir buscar a costa de África além da ilha da Sardenha (...).

Diga-se que a notícia anterior deve ser observada, igualmente, pelo ponto de vista da estrutura, já que alia a descrição de pormenores à análise jornalística, justificativa da conquista.

Interessante também é observar a situação dos castelhanos em Portugal. As naturalizações de castelhanos em Portugal há “muito tempo” foram permitidas, mas os restantes foram condenados a sair:

Gazeta do Mês de Abril de 1642

Publicou-se um édito que todos os castelhanos se saíssem deste Reino e que os que estão nele moradores há muito tempo, querendo ficar, se naturalizem.

Nos territórios portugueses ameaçados, nomeadamente no Brasil, os portugueses precaviam-se contra qualquer eventualidade, por vezes aliando-se aos nativos:

Gazeta do Mês de Julho de 1642

Chegou a este porto um pataxo do Grão-Pará (que é uma terra do Maranhão onde não houve até agora assalto nenhum). trouxe alguns portugueses, os quais vêm pedir armas e pólvora e dizem que naquele sítio estão os nossos (que são pouco mais de duzentos) unidos com o gentio da terra e que não há por aquelas partes poder que os descomponha.

A guerra, no entanto, assolava toda a Europa e a *Gazeta* fazia eco da situação em notícias como a seguinte, igualmente desenvolvida segundo um modelo de narração cronológica:

Gazeta do Mês de Julho de 1643

De Landrecies, ao primeiro de Junho de 1643

Resoluto, o duque de Enguien, comandante das armas de El-Rei Cristianíssimo, a seguir à sua vitória, perseguir o inimigo e sustentar o seu exército à custa deles, recebendo ordens da Corte, partiu para Guisa aos 28 deste mês, e no mesmo dia chegou a Hanapes e no outro dia a esta cidade, onde se deteve só um dia. E partindo aos 27, com toda a sua infantaria, deixou a ribeira de Sambra à direita e chegou ao redor de Barlemont, castelo mais importante pela incomodidade que podia causar ao comboio do nosso exército do que pela sua força

ao qual mandou logo dizer que se entregasse. Porém, havendo o governador castelhano recusado abrir as portas, o Príncipe tratou logo de o obrigar pela força, e assim o senhor de Gassion, marechal de campo que estava na outra parte do rio, com uma parte das tropas, havendo reconhecido a praça, deu sua informação ao dito duque de Enguien, pelo que seguindo suas ordens, fez pôr duas peças em bateria, das quais os inimigos foram saudados sobre o campo. Mas sobrevindo a noite, se deferiu para o dia seguinte, dia 28, e mal o dia despontou começou a atirar. Porém, o governador não quis falar senão depois de 50 balas, e havendo pedido que o deixassem sair com armas e bagagens, não se lhe concedeu mais do que a vida, e foi conduzido a Avenas, com trinta mosqueteiros da sua guarnição. Na praça entrou uma companhia da Picardia.

É de acrescentar que a *Gazeta* denota uma clara francofilia, em sintonia com as intenções diplomáticas portuguesas de fazer da França, principal potência adversária de Espanha, o grande aliado de Portugal. Porém, a actuação das armas francesas era significativamente coberta não apenas porque Portugal buscava fazer da poderosa França sua aliada mas também porque as notícias do exterior eram colhidas, essencialmente, das gazetas francesas, que, conforme autorização régia, se podiam traduzir. A notícia anterior é, aliás, exemplificativa dessa situação, já que foi traduzida *ipsis verbis* de uma gazeta francesa, pelo que, por exemplo, o exército francês é apelidado de “nosso exército”. A tradução *ipsis verbis* que seria feita de notícias de gazetas francesas contribui, portanto, para a intensificação do sentimento francófilo. Realce ainda para o facto de o modelo narrativo estruturante dessa notícia ser diacrónico, idêntico, portanto, ao de outras notícias já assinaladas – a narrativa cronológica era e é, afinal, universal.

A *Gazeta* foi, na verdade, um espectador atento dos acontecimentos europeus que se desenrolaram entre 1641 e 1647, nos quais Portugal estava amplamente interessado. Os insucessos dos Habsburgos do Sacro-Império, aliados de Espanha, por exemplo, são bastante noticiados.

Gazeta do Mês de Setembro de 1647

De Frankfurt sobre o Main, 12 de Julho de 1647

As tropas do marechal de Turena estão ao presente alojadas no vale de Kantzinguen, onde esperam novas ordens. Aos 7 deste

mês começam os Hessianos, comandados pelo general Mortanha, as suas aproximações à cidade de Rhinfeld, que se diz tem de presidio três mil homens, os quais mostram quererem se defender, e havendo algumas tropas do mesmo general encontrado trezentos soldados imperiais, os desbarataram de todo, havendo morto muitos sobre a praça e feito duzentos prisioneiros, entre eles o filho do general Melander, comendador de Héberg, e o lugar-tenente Goltz.

A guerra nos territórios alemães e do centro da Europa foi, de facto, amplamente noticiada:

Gazeta do Mês de Julho de 1642

O general Stal-hans (que é dos príncipes que militam pela rainha da Suécia) passou o rio Oder com um exército de oito esquadrões de cavalaria e dois mil mosqueteiros e foi sobre a cidade de Fristerel e depois que se lhe entregou (...) a guarnição, tornou outra vez a passar o mesmo rio sem fazer dano à cidade de Bunzel ou à de Lemberg que estavam no caminho, nem a nenhuma outra praça daquele distrito.

Na cidade de Bressau, cabeça da província da Silésia, está alojado um exército imperial que consta de dez mil cavaleiros e quatro mil infantes. Espera por uns regimentos novos que hão-de vir da província de Misnia. Todo este poder se junta para impedir os progressos que da outra parte do rio Oder faz o exército da rainha da Suécia, o qual está sobre a cidade de Gura e sobre a de Henestad. (...)

O general Stal-hans tomou a cidade de Gubra.

Gazeta do Mês de Dezembro de 1643

De Estrasburgo, aos 3 de Outubro de 1643

O Exército do marechal de Guebriant está no seu antigo posto, onde espera infantaria, de que tem necessidade. Os bávaros, que também estão em Weisenbourg, fizeram levar sua ponte de batéis e toda a sua artilharia a Philipbourg. As tropas do duque Carlos estão ao redor de Spira. O cerco de Franconia resolveu-a a levantar 4500 homens para sua defesa e a cidade de Nuremberga porá em pé 1500. Os bispos de Wurtzbourg e de Bamberg outros tantos. As cidades de Kelembach, Aspack, Rosembourg, Weinhain e Dunkelspiel

os mesmos.

A tensa situação em Itália, onde várias potências tinham possessões (incluindo os Estados Pontifícios e os territórios de D. Filipe IV, III de Portugal) e onde havia territórios independentes, também foi muitas vezes objecto de notícia. O Vaticano, nesse contexto, tendia a ser representado como qualquer outra potência beligerante:

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

Avisam de várias partes de Itália que Sua Santidade vai continuando com as levadas de gente para a guerra e os demais potentados e repúblicas dizem que o príncipe de Parma é capitão-general.

Gazeta do Mês de Setembro de 1647

De Gaeta, 28 de Julho de 1647

Aos 8 do corrente houve uma grande altercação popular na cidade de Consenza, na Calábria, na qual mataram um homem muito principal, cujo corpo foi arrastado pelas ruas da cidade, e prenderam alguns quarenta mais que favoreciam a parte dos espanhóis, os quais levaram ao vice-rei de Nápoles. Nas cidades de Salerno e de Bari não têm sido menores os tumultos, seguindo o exemplo das demais. E na primeira se têm queimado mais de 25 casas. Na segunda, elegeram os moradores uma cabeça que se faz grandemente temer pelas muitas execuções que faz. O povo de Mileto tem também queimado as casas do conservador Masciarelllo, e a maior parte dos vassallos de diversos lugares deste Reino tem posto em cerco a seus senhores, por quererem suportar o governo dos espanhóis. De Messina, na Sicília, nos escrevem que metendo-se o duque de Palermo no castelo de Catania e querendo dali bater a cidade levantada, o não pode fazer por estar toda a artilharia encravada pelo povo, que todavia está em má inteligência com o vice-rei.

Tal como as revoltas italianas contra D. Filipe IV (III de Portugal), de que a notícia anterior é reflexo, também a revolta catalã contra o soberano, com apoio francês, que acabou por permitir que a independência de Portugal se firmasse, era amplamente noticiada na *Gazeta*, por vezes realçando que também a luta dos catalães era uma luta pela liberdade do jugo castelhano:

Livros LabCom

Gazeta do Mês de Janeiro de 1642

Intentaram os castelhanos meter segunda vez socorro em Terragona, mas impediu-lhes o passo o príncipe de Condè.

Gazeta do Mês de Janeiro de 1645

A nova vitória de monsieur de Terrel e de monsieur de Meronuille, franceses, contra os castelhanos é ainda maior do que se dizia, o que tem notavelmente animado os catalães, mais do que nunca resolutos a defender a sua liberdade à custa das suas vidas.

Ainda sobre a Catalunha, a notícia abaixo tem interesse particular porque, colocando em evidência o valor jornalístico da *verdade*, a *Gazeta* critica alegadas mentiras propagadas pela imprensa espanhola:

*Gazeta do Mês de Setembro de 1647**Do Exército da Catalunha, a 1 de Julho de 1647*

O príncipe de Condé, que diziam se havia retirado com o seu exército para Cerveras, está ainda aquém do rio Segre, uma lagoa de Lérida, e assim (...) é falso o que os seus inimigos publicaram e fizeram imprimir, mas antes cada dia lhe vai chegando grande número de soldados, e se entende que não desalojará o seu campo sem haver posto em lugar seguro as munições de guerra e boca que foram retiradas do cerco. É o que se trabalha com grandíssimo cuidado, e fadiga, por as dificuldades que as carretas e a condução de artilharia têm neste país. Entretanto, os inimigos, que estão dentro da cidade, nem as tropas que lhe sobreviveram, não têm empreendido coisa alguma, nem mesmo ousado aparecer em campanha diante dos nossos.

Uma outra notícia sobre guerra na Catalunha evidencia as consequências sócio-económicas do conflito e, ao mesmo tempo, dá uma má imagem dos castelhanos:

Gazeta do Mês de Abril de 1642

Na Andaluzia, obriga El-Rei Filipe a cada ofício que sustente uns quantos homens à sua custa para a guerra da Catalunha e sobre isto há grandes controvérsias e se teme que haja alguma perturbação.

A guerra civil britânica também foi múltiplas vezes noticiada, através de matérias certamente traduzidas de jornais britânicos (ou mesmo, por via indirecta, de jornais de outros países), conforme se observa, mais uma vez, pelo recurso a expressões como “nossos soldados”, que não se referiam, obviamente, a soldados portugueses. Tratava-se, ademais, de uma guerra que via o seu valor enquanto notícia intensificado pela novidade e estranheza que causava o conflito entre o Parlamento e o Rei num continente ao qual a monarquia absoluta francesa servia de modelo e pelo conflito religioso entre católicos e protestantes:

Gazeta do Mês de Maio de 1642

O Parlamento mandou embaixadores a El-Rei, os quais de sua parte lhe disseram que aquele povo estava triste porque Sua Majestade não voltava a Londres, e El-Rei lhes deu por resposta que cada um do povo metesse a mão na sua consciência e que logo lhes seria fácil conhecer a razão porque não voltava.

Gazeta Segunda do Mês de Outubro [1642]

De Londres, a 10 de Setembro de 1642

Avisam que é coisa lastimosa de ver que as coisas daquele Reino estão postas em estado que não há alguma aparência de melhoria, senão de uma sangrenta guerra de fogo e sangue, com perdição e destruição total daquele Reino e povos. El-Rei está muito severo e muito animoso e com resoluta determinação de sustentar sua autoridade Real até à morte, no que está muito seguro e por mais que lhe digam não quer dar ouvidos a nada nem por nenhuma maneira ceder, nem desistir da sua opinião. Por todos estes Reinos se fazem levas de gente de guerra de pé e de cavalaria e todos estão com as armas nas mãos e cada dia se encontram os reais e os do Parlamento com vantagem e perdição de uma e de outra parte, de maneira que se vão picando guerras sangrentas.

(...)

Estavam uma noite destas quarenta cavaleiros e outras pessoas de qualidade recolhidos numa casa de campo onde se davam por muito seguros. Entraram 300 ou 400 moços levantados e armados e mataram a maior parte deles e puseram fogo à casa, com a qual ardeu tudo.

*Gazeta do Mês de Dezembro de 1643**De Londres, aos 2 de Outubro de 1643*

O cavaleiro Waller está ainda ocupado com as levas de gente para enviar em socorro da cidade de Southampton, que o príncipe Maurício tem cercado, ao qual se juntou o conde de Crowford. E temendo os da praça que os nossos não cheguem a tempo, têm começado a capitular. A de Hull, todavia, está bloqueada por algumas tropas do conde de Newcastle, que com o grosso do seu exército está muito bem acompanhado para se opor aos escoceses, no caso destes quererem empreender alguma coisa.

Gazeta do Mês de Janeiro de 1645

No Reino de Inglaterra estão os realistas senhores da campanha e prenderam agora ao major-general Browne, um dos melhores que a parte dos parlamentares tem.

Na cidade de Windsor houve uma grande sedição entre os soldados do presidio, que é pelo Parlamento, no qual feriram gravemente ao coronel Veen, governador da praça, o que junto com a afeição que os moradores têm ao serviço de El-Rei da Grã-Bretanha impediu que os parlamentares pudessem dispor daquela praça

A guerra é cara e D. Carlos de Inglaterra rapidamente se deu conta disso:

Gazeta Segunda do Mês de Outubro [1642]

Mandou El-Rei [de Inglaterra] pedir emprestado os homens de negócio de Londres uma grande soma de dinheiro, à razão de oito por cento. Responderam que estavam todos desejosos de servir Sua Majestade com a fazenda e com a vida, mas havia de ser com licença e ordem do Parlamento, com cuja resposta se enfadou muito El-Rei.

A Gazeta, cuja posição pró-realista é intuitiva, não desdenhava de publicar as notícias que podiam “vender” uma imagem negativa do Parlamento inglês, opção que interessava à Casa de Bragança e à elite dirigente do Reino, pois alimentava e reforçava o absolutismo monárquico

Gazeta do Mês de Março de 1643

Dizem que os soldados do Parlamento estão quase amotinados por falta de pagamento, principalmente por terem toda a sua esperança fundada na cidade de Londres, da qual estão muito receosos, consideradas e vistas as parcialidades e as oposições que o Parlamento nela acha para os seus desígnios. Além disso, é também do conhecimento comum que o barão de Fairfax escreveu, há pouco tempo, ao dito Parlamento, uma carta, que publicamente foi lida numa junta, na qual se dizia que o conde de Newcastle, do partido real, estava senhor da campanha (...).

Os combates na Irlanda e na Escócia eram, igualmente, acompanhados de perto, pois os redactores da *Gazeta*, provavelmente como a maioria dos portugueses de então, identificavam-se com os irlandeses católicos, que lutavam contra os ingleses, nomeadamente contra os fiéis do Parlamento, pela autonomia, ou mesmo pela independência. No entanto, a posição do Rei britânico face ao conflito irlandês também era clara, conforme se pode ver na primeira das notícias seguintes:

Gazeta do Mês de Janeiro de 1642

Na Irlanda vai a guerra por diante e os católicos romanos têm já metido à espada mais de seis mil ingleses e a Armada que o Parlamento aprontava para ir em socorro dos protestantes já partiu, não obstante que El-Rei Carlos mandou manifestar aos irlandeses que a todos os que quisessem reduzir-se e tornar à sua obediência, perdoaria, e que em caso que não o fizessem assim, os declararia por traidores e os haveria de destruir a fogo e sangue.

Gazeta Segunda do Mês de Outubro de 1642

As coisas da Irlanda estão muito arriscadas. Os ingleses têm tomado todos os portos e lugares marítimos, que obrigou aos ditos irlandeses a se retirarem pela terra dentro, onde estão fortificados em lugares e praças mais eminentes, com resolução de se defenderem até à morte. Valor nem ânimo não falta, somente armas. Mas agora como vai entrando o inverno e também as guerras de Inglaterra se vão picando cada vez mais, estão os ditos irlandeses com menos cuidado e com maiores esperanças de se poderem defender.

Gazeta do Mês de Janeiro de 1645

Os irlandeses católicos que tomaram o partido das armas contra a Escócia estão nela tão reforçados que se diz têm até ao presente quinze mil homens.

Algumas notícias sobre a situação irlandesa eram, porém, equilibradas, até porque Portugal não queria, de forma alguma, hostilizar os ingleses. Os padecimentos britânicos em terras irlandesas também foram cruamente expostos e devidamente noticiados:

Gazeta do Mês de Junho de 1642

No mês de Abril passado saiu um livro impresso em Londres por mandato do Parlamento, intitulado *Demonstração dos Acontecimentos Admiráveis que Sucederam na Irlanda*, composto pelo doutor Henrique Joanes, no qual estão os testemunhos de uma inquirição que se fez por um decreto do Parlamento, em que os ingleses que fugiram da Irlanda declaram debaixo de juramento em quanto importam os danos que haviam padecido naquelas guerras e foi avaliado em cinco milhões (...). Há nele infinitas coisas, entre as quais as de maior nota são as seguintes:

(...)

Que Edmundo O'Reiley irlandês fidalgo matara em sua própria asa a um bispo de Quilmor protestante e a sua mulher e dois filhos e que logo mandou chamar ao bispo católico Eugénio Macsuyne e o meteu de posse do paço e de toda a fazenda do bispo morto.

(...)

Que um clérigo irlandês converteu cinquenta ingleses e que depois de eles fazerem uma profissão de fé e jurarem que reconheciam por cabeça da Igreja ao Sumo Pontífice e criam na real presença, na Eucaristia, se lhes deu passaporte para se irem livremente e que um soldado que se achou presente os seguiu e os matou a todos dizendo que era lástima deixá-los ir a parte onde os pervertessem e que os queria mandar a todos para o céu.

Que os irlandeses têm no mar cinquenta naus de guerra com muita infantaria.

(...)

Na notícia seguinte, também referente à situação na Irlanda, é interessante notar, no que respeita ao conteúdo histórico, a intervenção do papado neste país, e no que respeita ao jornalismo, a menção de que as notícias eram “certíssimas”, talvez porque outras não o fossem e os redactores tivessem consciência disto. No exemplo recolhido, a identificação da *Gazeta* com os católicos irlandeses e com os esforços para manter a influência do Catolicismo na Irlanda é óbvia, ecoando com vigor na prosa os desejos, algo fantasiosos, dos redactores da *Gazeta*. Para animar os portugueses, o redactor não hesita mesmo em fazer um prognóstico, “sem dúvida nenhuma”, embora o mesmo, como se sabe hoje, fosse erróneo:

Gazeta do Mês de Julho e Agosto de 1646

De Londres, aos 29 de Julho

(...)

Temos novas certíssimas da Irlanda de como o general maior (...) governador das armas do Parlamento na Irlanda, com nove terços de infantaria e onze companhias de cavalaria pelejou com oito terços de irlandeses católicos e doze companhias de cavalaria, os quais, com muito valor e prudência, lhe fizeram uma emboscada, de tal modo que os desbarataram totalmente, tomando-lhes nove peças de artilharia, todas as suas munições, bagagem e mantimentos. Ficaram quase todos os oficiais parlamentares mortos, os soldados também mortos, no furor da batalha presos e afogados, de modo que sem dúvida nenhuma ficam perdidos os parlamentares na Irlanda, se os irlandeses católicos prosseguirem a vitória (...) que o Céu lhes deu. Mandou o Papa ao seu Nuncio Apostólico que está na Irlanda que declarasse (...) em favor dos irlandeses católicos que sustentará à sua custa na Irlanda seis mil homens.

Numa peça curiosa, a *Gazeta*, cada vez mais cõnsbia do poder e papel da imprensa noticiosa emergente, faz quase uma espécie de metadiscurso, pois refere-se à publicação e leitura perante o Parlamento inglês de uma relação de notícias sobre o conflito anglo-irlandês:

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

Na cidade de Dublin, cabeça do Reino da Irlanda, imprimiu-se uma relação desta guerra dos católicos e protestantes e se mandou

a Londres e foi lida publicamente no Parlamento a 11 de Novembro de 1641.

Em certos casos, as notícias do estrangeiro relatadas na *Gazeta* são de produção própria, pois a Lisboa também chegavam novidades do exterior por diversas vias, conforme se pode observar na seguinte notícia, de carácter bélico, sobre os acontecimentos na raia fronteiriça franco-espanhola e na Catalunha (as vitórias de franceses e catalães sobre as tropas de Dom Filipe IV – III de Portugal – correspondiam aos interesses das elites liderantes do Portugal Restaurado):

Gazeta do Mês de Julho e Agosto de 1646

De Lisboa, aos 17

Soube-se cá, por via de Cádis, Sevilha e Segóvia como os franceses tinham tomado Lérida depois de desbaratarem o socorro que lhes vinha de Castela e matar o marquês de Laganés, quatro mil infantes e dois mil cavaleiros, e cativar o duque do Infantado, general da cavalaria, com outros senhores. Por via de S. Lucar se soube como Orbitello se tinha também entregado aos franceses.

Os holandeses, inimigos de Espanha, estabeleceram uma aliança dúbia com Portugal, já que se no país apoiavam o Exército português, ao mesmo tempo procuravam estabelecer-se no Brasil, em Angola e nos territórios portugueses do Oriente, como bem dá conta a seguinte notícia, que mostra, de alguma forma, a ingenuidade do redactor do periódico, que acreditava na bondade das intenções holandesas para com as possessões portuguesas d’Além Mar:

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

Da Bahia veio nova de que os holandeses, com uma esquadra, haviam ido a Angola. Porém, o general da Armada Holanda que assiste nesta cidade afirma que os Estados [Holanda] lhes não deviam dar tal ordem e que quando lhes chegar a sua notícia lhes mandarão que despejem a praça.

Outras notícias da *Gazeta* abordavam a situação dos territórios coloniais portugueses:

Gazeta Primeira do Mês de Outubro de 1642

De Angola nos avisam como doze companhias que o Pé-de-Pau lá deixou para segurança da praça não eram vivos mais do que 250 homens e que os portugueses se haviam retirado para junto de um rio, onde estavam fortificados, e que os holandeses lhes haviam oferecido grandes partidos, para que se confederassem com eles na forma como o haviam feito os vizinhos de Pernambuco e Paraíba, a que os portugueses responderam que antes queriam todos morrer que aceitar tal partido e aliança.

Estão na campanha de Angola três exércitos de negros, um de El-Rei do Congo, outro do duque de Bamba e outro do conde Afonso, sem nenhum deles se atrever a dar ajuda nem a portugueses nem a holandeses.

De São Tomé avisam que de todos os holandeses que ali deixou o Pé-de-Pau só 15 eram vivos.

A situação noutros territórios europeus também é, amiúde, descrita na *Gazeta*, desconfiando os redactores do periódico, sobretudo, dos turcos infiéis, que ameaçavam as fronteiras da Cristandade, apesar de serem aliados dos franceses contra o Imperador Habsburgo (sendo que Portugal procurava os favores da França contra Espanha). É de assinalar que na segunda das notícias seleccionadas como exemplos, o redactor da *Gazeta* faz uma análise sombria de um ataque maltês a uma frota turca. Na terceira notícia, por seu turno, é de realçar não apenas o entendimento da “Cristandade” como um todo – o Cristianismo esteve na forja da identidade europeia – mas também a invocação do auxílio divino, num tom que se afasta da matiz laica que orienta a maior parte do discurso da *Gazeta*. No quarto exemplo, é já o conflito entre russos e polacos que merece as honras de notícia.

Gazeta Segunda do Mês de Outubro de 1642

El-Rei da Polónia tem até agora as suas fronteiras bem prevenidas de gente de guerra, a maior parte de cavalaria, em razão do Turco, que ainda que com ele tenha tréguas, todavia parece que o quer acometer e entrar naquele Reino, que dá cuidado, porque não é de fiar no Turco.

O moscovita tem nas suas fronteiras um grande número de gente de guerra em razão do mesmo Turco e de El-Rei da Polónia, ainda que

com ele tenha suspensão das armas por 26 anos. Todavia, está cada qual desconfiado por estarem ambos com as armas nas mãos.

Gazeta do Mês de Janeiro de 1645

Tendo notícias as seis galés de Malta que a caravana dos turcos passava de Constantinopla a Alexandria, foram esperá-la e descobrindo todas as suas velas, deixaram passar o corpo da frota e se dispuseram em quadra, com desígnio de atacar dois grandes galeões das sultanas, que são os maiores baixéis que navegam o mar Mediterrâneo, e carregaram neles com tanto vigor que, depois de muitas bombardas de uma parte e outra, os malteses meteram ao fundo um deles e investiram o outro, que renderam depois de uma sangrenta batalha entre os cristãos e os infiéis, na qual cativaram 344 turcos, 60 mulheres e alguns meninos da mesma nação, entre os quais escravos de muito bom resgate, além de 400 turcos que foram mortos a mosquetões e feitos em pedaços. No que foi ao fundo afogaram-se umas 800 pessoas, porque toda a carga destes baixéis era de gente.

Perderam as seis galés 109 homens além de 200 feridos, entre os quais 11 cavaleiros mortos. O preço desta acção é muito considerável, porque pela presa de um só galeão das sultanas, que os mesmos cavaleiros noutra ocasião tomaram, fez o grão-turco, persuadido pelas damas do seu serralho, o ceco de Rodes.

Gazeta do Mês de Maio de 1643

O grão-turco arma sessenta galés, as quais se diz que estão destinadas contra a Cristandade, mas Deus assistirá por sua misericórdia com seu favor contra inimigo tão poderoso.

Gazeta do Mês de Julho de 1645

As divergências entre El-Rei da Polónia e o moscovita toantes às suas fronteiras vão por diante e com poucas aparências de os poderem conciliar. Antes de parte a parte se vão dispondo a uma cruel guerra. Entretanto, El-Rei da Polónia tratava com a cidade de Dantzic que envie deputados à junta que no presente mês de Agosto se pretende fazer em Turenna, sobre alguns pontos da religião.

A pirataria dos turcos otomanos ameaçava a marinha das nações cristãs, em especial no Mediterrâneo, onde o comércio era afectado, conforme narra a notícia seguinte, que tem ainda os factores de interesse de explicitar a fonte noticiosa, de mostrar que os castelhanos também não hesitavam em atacar navios portugueses, de invocar o favor de Deus para os cativos nacionais em Argel e de distinguir, como era habitual na época, o Reino do Algarve do Reino de Portugal (afinal, D. João IV era Rei de Portugal e do Algarve, entre outros títulos):

Gazeta do Mês de Maio de 1643

Mais de Marselha a 17 de Maio de 1643

Chegou a esta terra um cativo de Argel que disse que saíram deste porto setenta velas, das quais se haviam já recolhido quinze com 22 presas, entre elas um navio flamengo que levava 371 mil cruzados em patacas e muito azeite, mais uma outra nau flamenga com 400 pipas de vinho, mais uma nau inglesa riquíssima, outra do Reino do Algarve com trezentas pipas de azeite, mais um pataxo de El-Rei de Portugal, o qual saindo de Mazagão a 3 de Fevereiro passado encontrou aos 7, perto do cabo de São Vicente (onde havia já 24 horas que andava sem leme, ao pairo) um navio dos turcos e querendo salvar-se dele, tratou de buscar algum porto em que se pudesse meter, mas apertou tanto o vento com ele que lhe levou as velas, com o que determinaram arribar ao mesmo porto de onde haviam saído. Porém, o vento não lhes deu a isso lugar e assim se fizeram na volta de Gibraltar e estando de fora preparando-se para seguir viagem, veio um navio de terra, com mais de cem homens, e abalroaram-no. Nessa ocasião, os portugueses, ainda que em muito menor número que seus inimigos, lutaram com tanto valor que com a morte de mais de trinta castelhanos desatracaram. E se o pataxo português não estivesse desaparelhado de velas e de leme, sem dúvida teria rendido o seu inimigo. Quiseram depois continuar a viagem pelo estreito, quando de Tituão lhes saiu uma nau de 22 peças de artilharia e 250 turcos e como o acharam tão destroçado e sem munições para se defender, o tomaram com facilidade e o levaram a Argel, onde todos os portugueses que iam no dito pataxo ficam vivos, sem faltar pessoa alguma. Deus os livre do cativo e os leve em paz para a sua pátria e casas.

Por vezes, o cruel castigo para o fracasso militar, no mundo seiscentista, era a morte:

Gazeta de Setembro e Outubro de 1646

De Veneza, aos 17 de Agosto

Degolaram aqui o capitão Martino Ostrie por haver entregue aos turcos a praça de Norigada.

Em suma, a guerra assolava a Europa e os territórios coloniais e a *Gazeta*, usando informações obtidas em Lisboa e notícias traduzidas de jornais estrangeiros, tentava informar os seus leitores sobre o que se passava.

4.1.2.2 A diplomacia

A Europa dilacerada pela guerra procurava a paz ao mesmo tempo que D. João IV buscava o reconhecimento internacional da nova dinastia e da independência de Portugal, nomeadamente junto dos inimigos de Dom Filipe III de Portugal (IV de Espanha), mas também junto do Papado, algo essencial para um país católico, onde a Igreja detinha grande influência. Mergulhada no contexto da época, a *Gazeta* não podia deixar de dar conta desses esforços, prejudicados pela contra-ofensiva diplomática castelhana, embora por vezes fantasiasse os resultados das iniciativas diplomáticas portuguesas, para insuflar o orgulho nacional e animar a luta pela restauração da independência:

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

O padre João de Matos, reitor que foi da Companhia [de Jesus] em Évora, agora assistente da mesma Companhia em Roma, escreveu que o Sumo Pontífice esperava com grande alvoroço pelo bispo embaixador de Portugal, apesar das instâncias que o de Castela fazia por lhe estorvar a entrada.

(...)

De Génova e de Veneza se diz que foi lá bem recebida a deliberação da nobreza de Portugal [de aclamar D. João IV] e que se resolveu que não se dará socorro contra El-Rei Dom Filipe mas que [também] será admitido o embaixador de El-Rei Dom João o Quarto.

Os esforços diplomáticos portugueses, em especial junto do Vaticano, podem ser lidos, no conjunto das gazetas, como uma história por episódios ou um *folhetim*, em constante desenvolvimento (tal como as notícias das guerras, por exemplo), obrigando o leitor a segui-la, quase como se de uma aventura se tratasse, ao longo dos vários números do periódico:

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

O bispo de Lamego, que foi por embaixador ao Sumo Pontífice, dizem que ficava junto a Marselha, para dali passar a Roma.

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

O bispo de Lamego, que foi por embaixador ao Sumo Pontífice, está já em Roma, e foi recebido com grandíssimo aplauso.

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

O bispo de Lamego está já em Roma e o que se passou na viagem foi o que se segue. Desembarcou em La Rochelle (...). Daqui passou a Paris (...). Logo partiu para Sain Germáin para ver o Cristianíssimo (...). Depois foi à Picardia onde naquele tempo estava Sua Majestade pedir-lhe licença para passar adiante. (...) Entrou em Avignon e ao cabo de três dias foi a Aix. Aqui se deteve e passou a Tolon, em cujo porto encontrou uma nau que, por ordem do Cristianíssimo, o estava esperando com muita gente de guerra. Saiu (...) e finalmente chegou a Civita Vechia (...). Neste lugar, o governador (...) lhe pediu que saísse a terra e ele não quis. João Baptista Leão (um criado de El-Rei Nosso Senhor que por seu mandado foi a Roma e havia sete anos que assistia naquelas partes) o veio ver e ele o mandou a Roma a prevenir o que era necessário para o caminho. Negociou João Baptista Leão e tornou de Roma e com ele vieram por mandado de Sua Santidade 450 cavaleiros corsos para o acompanhamento (...). Veio também o secretário da embaixada de França (...). Pôs-se o embaixador a caminho, onde achou infinitas carroças de portugueses, catalães, franceses e italianos que corriam a vê-lo. A uma légua de Roma saiu-lhe ao encontro o embaixador de França (...) e logo lhe veio (...) o cardeal Nipote Francisco Barbarino o qual lhe mandou dizer que não entrasse de dia, porque o desgosto dos espanhóis

e a alegria do povo não fosse causa de alguma inquietação. Ele assim o fez e às duas horas da noite entrou pela porta da cavalaria ligeira e dali mandou que a sua gente fosse andando (...) e sem estrondo (...) mas nem por isso deixou o povo de se alvoraçar, que homens e mulheres andavam como doidos pelas ruas gritando: *VIVA’L RE D. GIOVANNE’ L’quarto!* Atrás de todos (...) foi o bispo, acompanhado (...) do embaixador da França, em cujo palácio fica hóspede, enquanto na praça Naona se prepara o seu palácio, que custa cada ano de aluguer 1400 escudos e nele se hospedavam sempre os embaixadores da Alemanha.

Pôs-se um retrato de El-Rei Nosso Senhor numa sala do palácio do embaixador de França, despovoando-se Roma para o ver, e todos os pintores faziam infinitas cópias, que se compravam para adornar as casas em Roma e mandar a outras partes.

Fez o bispo uma grandiosa casa e está ordenado que vá para a quinta do papa Júlio e que dali faça entrada pública, para a qual se estavam acabando (fora muitos coches e galas), três librés, uma para o campo, outra para entrar em Roma e outra para entrar no sacro palácio. Saiu um manifesto em italiano do direito de El-Rei Nosso Senhor.

Gazeta do Mês de Abril de 1642

Por carta de Londres e 28 de Março de 1642 se sabe que no último consistório o Papa Urbano VIII fez uma prédica sobre a feliz aclamação de El-Rei D. João IV e resolveu que o bispo de Lamego fosse recebido como embaixador.

Gazeta do Mês de Março de 1643

Aos 18 do passado, o marquês de Fontenè Marevil, embaixador da França, se partiu daqui [Roma] com o bispo de Lamego, embaixador de Portugal, acompanhados de quarenta cavaleiros. Fizeram-lhes escolta, por mandado do Papa, duas companhias de couraceiros, até às fronteiras da Toscana, onde os estavam esperando muitos cavaleiros do grão-duque, que os recebeu com muita festa.

Algumas notícias ecoam as preocupações portuguesas com o reconhecimento papal da Dinastia de Bragança e da independência de Portugal:

Gazeta Primeira do Mês de Outubro de 1642

A 8 de Julho foi o senhor bispo de Lamego, embaixador de Portugal, com licença de Sua Santidade, dos paços do marquês (...) embaixador de França, com quem esteve depois da sua chegada a Roma, para os seus paços, que tomou na praça Navona, não obstante todas as ameaças do (...) embaixador de Castela e seus sequazes, que diziam que o haviam de levar para fora de Roma e faziam mil protestos que em caso de que fosse recebido se haviam de sair fora de Roma num instante, com os cardeais (...) da rota castelhana e que o mesmo haviam de fazer, dentro de dois meses, os vassalos e súbditos das coroas de Castela. Mas os franceses, portugueses e catalães juntaram-se um dia todos e andaram passeando por Roma, para dar uma vista ao dito embaixador de Castela, e mostrar-lhe (...) que o seu poder não era tão grande como a sua imaginação. O dito bispo embaixador de Castela tem em particular falado com (...) Sua Santidade e cedo se espera que seu recebimento seja em público, porque se juntaram os cardeais em consistório, e que se guardasse uma bula antiga de um papa, que por algumas ocasiões semelhantes de seu tempo, ordenou que a Santa Sé Apostólica admitisse e reconhecesse por Rei e Senhor aquele que estivesse de posse de seu Reino, gozando os frutos dele por um ano.

Gazeta Segunda do Mês de Outubro de 1642

Avisam de Roma que o Padre Santo assentou e decretou em pleno consistório que a pessoa que estiver aclamada e levantada do povo por Rei do Reino e estiver um ano de posse, dando obediência a Sua Santidade o Papa de Roma, será recebida e admitida e confirmada por Rei e filho da Santa e Católica Igreja Romana sem nenhuma contradição.

Noutras notícias, tenta-se fazer análise da conjuntura diplomática:

Gazeta do Mês de Agosto de 1645

De Paris se escreve que o papa, daqui em diante, favorecerá sem dúvida as coisas de França e seus aliados, mais do que as de Castela, movido, em parte, pelos maus termos dos castelhanos, nos dois atrocíssimos casos que contra o decore de Sua Santidade e direito

comum ousaram cometer contra os embaixadores de Portugal, em parte pela paciência e modéstia que até agora tiveram os franceses e os portugueses, injustamente ofendidos e em parte porque Sua Santidade fez agora como ministro principal ao eminentíssimo senhor cardeal Bicchi, que sempre foi da facção de França, da qual são já também hoje os eminentíssimos senhores cardeais Francisco e António Barbarinos, ambos irmãos e sobrinhos ou nepotes do papa Urbano VIII, que Deus tem.

Os esforços diplomáticos portugueses junto do papado eram, no entanto, minados pelos castelhanos, de quem a Igreja também não se queria nem podia afastar, e os quais a *Gazeta* denigre constantemente. Diga-se, inclusivamente, conforme aludem a notícia anterior e as seguintes, que os castelhanos não hesitaram em tecer meças, com armas, com os homens dos representantes de Portugal na Santa Sé, primeiro o bispo de Lamego e depois o prior de Cedofeita:

Gazeta do Mês de Junho de 1645

De Roma não há más esperanças e se têm feito diversas congregações de cardeais sobre as igrejas de Portugal.

Sua Santidade não tem até agora dado audiência ao embaixador de Castela (...) por mais que este tenha pedido, depois do caso do doutor Nicolau Monteiro, prior de Cedofeita, que os castelhanos, que se prezam de honrados, se dão por mais afrontados que do [caso] do bispo de Lamego, que Deus tem, e se fazem grandíssimas diligências pelos culpados.

Gazeta do Mês de Julho de 1645

A 15 de Maio se fez em Roma um grande consistório no qual não quiseram participar todos os cardeais da facção castelhana (...), por serem avisados de que o papa queria propor nele algumas igrejas vagantes no Reino de Portugal, cujo agente, o prior de Cedofeita, depois do acontecimento passado, não quis mais sair de casa por intimar a Sua Santidade o justo sentimento que tem do desaforo e dissimulação dos castelhanos, se bem que esteja com maiores esperanças do que nunca, depois do edital que o governador daquela corte publicou contra o sargento Gravina (...) e catorze castelhanos (...) cúmplices na maldade sacrílega de que a gazeta

do mês passado fez menção acerca do dito prior, varão de grande exemplo, e depois do qual se fez ali uma proibição rigorosa de se trazer, guardar ou forjar armas de fogo. E achando-se que um criado do embaixador de Castela as vendia e trazia, não obstante toda a proibição, foi preso por ordem do papa, sem que o dito embaixador, que se indignou grandemente disso, o pudesse livrar das mãos da justiça, antes se diz que foi condenado à morte.

A actividade diplomática portuguesa estendia-se a toda a Europa inimiga de Castela, com quem Portugal queria estabelecer relações cordiais. Por isso, por vezes, são feitas na *Gazeta* referências à alegada deferência com que os embaixadores portugueses de D. João IV eram recebidos, o que engrandecia simbólica e propagandisticamente o novo regime. Ocasionalmente, também é invocado o favor de Deus para com Portugal, são dadas referências sobre as negociações para a paz geral e são feitos arremedos de análise avaliativa (como no final do excerto do terceiro exemplo). Casualmente, conforme também se poderá observar a seguir, as notícias diplomáticas são misturadas com outros temas (essa mistura de assuntos nas notícias é, aliás, um dos arcaísmos da *Gazeta*).

Gazeta do Mês de Junho de 1642

No dia de Santo António, publicaram-se as pazes entre Sua Majestade e o Sereníssimo Carlos I, Rei de Inglaterra e Irlanda.

Gazeta Primeira do Mês de Outubro de 1642

A 15 de Agosto, dia de Nossa Senhora, fez sua entrada em Paris o senhor embaixador de Portugal, o conde da Vidigueira, com grande acompanhamento. Foi buscá-lo, por ordem de El-Rei, o marechal de S. Luc, cavaleiro da Ordem do Santo Espírito, grande senhor em França. E no outro dia o veio visitar Monsieur de Pouvere, primeiro gentil homem a Câmara de El-Rei e marquês cavaleiro da dita ordem, por mandado de Sua Majestade, dando-lhe os parabéns pela sua boa chegada, e que estava com grande impaciência, esperando vê-lo no domingo, assim para saber novas de seu irmão El-Rei D. João, como para o ver. E assim, no domingo, viram os coches de El-Rei e da rainha e neles o duque de Xeu-rosa, príncipe da Casa de Lorena, e grande xambalano de França, que é dos supremos cargos da Casa de El-Rei e cavaleiro da dita

ordem, com todos os coches dos mais principais e senhores como no ano passado. E o senhor embaixador voi ver Sua Majestade, que o recebeu com tantas demonstrações de alegria, que admirou a quantos estavam presentes. Estava El-Rei vestido de comprido e de roxo, que é (...) do ordinário, e o que tomou pela rainha sua mãe, que já se avisou como faleceu em Colónia a uma quinta-feira, 3 de Junho, depois de haver feito uma confissão geral ao padre guardião dos Capuchinhos da dita cidade e haver recebido os sacramentos do Viático e extrema-unção pela mão do nuncio de Sua Santidade, em presença do ordinário. (...)

Também a rainha fez muita festa ao senhor Embaixador e lhe falou logo em castelhano. Monsieur delfim lhe perguntou pelo príncipe nosso senhor.

Todos os portugueses que vieram com o senhor embaixador beijaram a mão a El-Rei e ele, que Deus guarde, recebeu a todos com grande benevolência e perguntava ao intérprete quem era cada um. Deu sua Majestade este dia de juntar ao embaixador o que assistiu o duque de Xeurosa (...). O cardeal duque está de todo bom e se espera por horas nesta corte, e é muito desejada a sua vinda, dos embaixadores e mais requerentes, porque sem ele não se defere a coisas de importância e com sua chegada se dará resolução a muitas.

Gazeta dos Meses de Março e Abril de 1644

De La Rochelle, aos 8 de Março de 1644

O marquês de Cascais, embaixador extraordinário de El-Rei de Portugal a esta Coroa fez hoje a sua entrada nesta cidade, onde foi recebido com todas as demonstrações de honra e de amizade que requer a estreita aliança destas duas coroas. Mandou-se-lhe um grande número de carroças, todos os corpos desta cidade, eclesiásticos e seculares, lhe foram dar as boas-vindas (...). E entre outras coisas lhe fizeram dar as boas-vindas por um grande número de estudantes (...), falando-lhe em todas as línguas (...), o que sua excelência mostrava agradecer muito (...). Entende-se que partirá dentro de oito dias para Paris, ainda que esta cidade lhe tem insistentemente pedido para fazer alguma demora nela, para descansar da (...) sua larga e perigosa navegação (...), pois andou no mar 24 para 25 dias, combatendo ventos contrários, de maneira que

foi levado à altura da ilha Terceira, se bem que seja de crer que foi tudo por providência divina e particularmente favor de Deus, que não deixa de velar paternalmente pelos negócios de Portugal, porque mal o senhor embaixador chegou aqui teve aviso certo de que as fragatas dunquerquezas o esperavam no cabo de Finisterra e seis na ilha de Bellilha.

De Paris, aos 16 de Março de 1644

Havemos recebido novas da gloriosa chegada do marquês de Cascais a La Rochelle, aos 8 do corrente, e se prepara aqui para o receber como pede a estreita amizade entre França e Portugal, que melhora de dia para dia, de sorte que se tem aqui por certíssimo que não se concluirá nada na dieta de Münster sem que seus interesses não fiquem muito avantajados. Os príncipes e ministros jamais estiveram nesta corte em melhor inteligência nesta corte nem os aparelhos e prevenções de guerra foram tão grandes (...) [a notícia segue com o relato de actividades diplomáticas, militares e cortesãs francesas].

Em certas ocasiões, as notícias sobre os esforços diplomáticos portugueses ilustram, igualmente, uma certa ostentação dos diplomatas e também a importância da hierarquia social e dos laços que se estabeleciam:

Gazeta dos Meses de Maio e Junho de 1644

De Paris, aos 26 de Abril de 1644

Na terça-feira, 18 de Abril, entrou a bagagem do embaixador extraordinário de Portugal, o marquês de Cascais, que constava de 119 criados, começando por duas trombetas, doze azemelas com reposteiros de veludo carmesim bordados de ouro arrochos e armas de prata, com dois lacaios cada azemela, com libré negra e plumas negras. Seguiam-se doze moços da câmara a cavalo, vestidos à francesa, com coxins e maletois de veludo bordados a ouro, com pistolas e cravinas, bolsas, frascos, chapeleiras e espadas, após os quais ia um cavalo espanhol aparelhado, para o marquês, com adereços bordados de ouro, estribos e bocais cobertos de prata, com um telis de veludo negro bordado de prata. Acompanhavam a este cavalo 24 lacaios e um estribeiro do marquês a cavalo. Seguiu-se a carroça do marquês, de veludo negro, com seis cavalos espanhóis, após ela doze pajens a cavalo, com pistolas,

vestidos à francesa, e outra trombeta mais. Após ela, seis carroças de seis cavalos cada uma (...). Ao outro dia, 24 de Abril, veio numa carroça de El-Rei (...) ao Paço o duque Delbeuf, primeiro príncipe de sangue da Casa de Lorena, que está casado com uma irmã do Rei defunto, cunhado da Rainha. meteu-se o marquês com ele na mesma carroça à sua mão direita (...) e assim chegaram ao Paço (...), com os Reis sentados em cadeiras. Levantaram-se, El-Rei descobriu-se, deu o marquês suas embaixadas (...). Durou a entrada perto de uma hora (...).

O reconhecimento internacional do novo poder é realçado na *Gazeta* pelo esforço que mesmo os mouros fizeram para estabelecer relações diplomáticas com Portugal:

Gazeta do Mês de Junho de 1642

Veio por via do Algarve um moiro comissário de El-Rei de Marrocos, enviado a fim de que se lhe permita mandar seus embaixadores a El-Rei nosso Senhor. E a 22 entrou nesta corte.

Os insucessos de Castela na frente diplomática também foram, ocasionalmente, noticiados na *Gazeta*:

Gazeta do Mês de Julho de 1645

Entrando o embaixador de Florença a visitar o de El-Rei Católico em Roma, sobre as cortesias tiveram algumas palavras pesadas e finalmente chegou o negócio à espada, e de parte a parte morreram quatro ou cinco homens e ficaram muitos feridos.

Apesar de tudo, a acção diplomática portuguesa não era isenta de dificuldades, quer por causa do cativo do irmão do Rei, Dom Duarte, quer devido aos obstáculos colocados pelos castelhanos, que recusavam a ideia de um Portugal independente e desunido da Coroa espanhola. Repare-se, ainda, na segunda notícia colhida como exemplo de sustentação da afirmação anterior, a importância do latim como língua franca entre as elites intelectuais da época:

Gazeta dos Meses de Maio e Junho de 1644
Da Suécia, aos 23 de Junho de 1644

Disse que sentido o nosso embaixador dificuldades em ser admitido na dieta, foi dar parte à Rainha da Suécia e que ela o enviou com o título de embaixador seu, protestando ao Imperador e a El-Rei de Castela que não entraria na liga se primeiro não fosse admitido embaixador de Portugal e se tratasse da justiça do infante Dom Duarte e pondo-o primeiro em país livre.

Gazeta do Mês de Agosto de 1645

Sobre a liberdade do senhor infante se faz muito, principalmente por parte da Rainha da Suécia, a qual tem mandado a seus embaixadores que não venham em algum concerto de paz sem primeiro o porem em liberdade, e assim enviou pela posta dois correios ao dito general Torstenson, que não admitisse algum resgate pelos seis generais que na última batalha cativou ao imperador, que foi em Janeiro passado, pelos quais o imperador dava em seu resgate cento e trinta mil cruzados. E a dita Rainha tem dito que sem a liberdade do senhor D. Duarte não há-de falar na deles. Está-se esperando a resposta do imperador sobre a proposta que a Suécia e a França lhe fizeram neste particular, tocante ao qual o doutor Luís Pereira de Castro imprimiu agora um papel que fez em latim para se dar a todos os príncipes e embaixadores.

A acção diplomática que acabaria por conduzir à celebração de uma paz geral e ao fortalecimento da ideia do estado-nação também foi objecto de notícia na *Gazeta*, que não perde mais esta ocasião para denegrir Espanha, através, por exemplo, do relato do dubio comportamento do embaixador espanhol, patente no último dos exemplos colectados (Novembro de 1646), mas que também revela as dificuldades sentidas pela diplomacia portuguesa, que, para ser aceite, tinha de se confrontar com as objecções imperiais e de Castela. Por vezes, ao gosto do século XVII, a diplomacia também vivia da ostentação e de cómicas rivalidades, conforme se nota no exemplo colectado na *Gazeta* de Maio e Junho de 1644.

Gazeta do Mês de Julho de 1643

De Paris, aos 10 de Junho de 1643

(...)

Também vieram os passaportes para a Paz Geral (...).

*Gazeta do Mês de Setembro de 1643**De Paris, aos ditos 25 de Julho de 1643**(...)*

Os embaixadores plenipotenciários nomeados por Suas Majestades para a junta geral, que brevemente se há-de fazer em Westphalia, se apressam a sair desta cidade, recebidos os passaportes do Imperador, o qual dá hoje mostras e desejos de fazer um bom acordo com a França e todos os seus aliados, e El-Rei lhe dá já o título de Imperador, assim que em meus escritos não o nomearei mais por Rei da Hungria.

*Gazeta dos Meses de Maio e Junho de 1644**Dos tratados de paz em Münster*

Em Münster estão entrados os embaixadores de Castela, da Dinamarca, de Veneza, o legado de Sua Santidade, um embaixador de França e Luís Pereira de Castro, de Portugal. Os da Suécia se esperavam cedo (...) e com eles Rodrigo Botelho. Os da Holanda faltam ainda. O de Sabóia ainda está em Paris e faltam alguns príncipes do Império e os que dizem que hão-de ser cabeças das delegações dos seus reinos. O de França é o duque de Longavilla, de Castela, o duque de Medina de las Torres. O de França que está em Münster e o que vai se tratam com grande ostentação, cada um com mais de 120 pessoas.

Querendo entrar o núncio de Sua Santidade em Münster, mandou avisar os embaixadores para lhe mandarem fazer um cortejo com as suas carroças e gentis-homens, como de costume, e assim se resolveu Monsieur de Avoax, plenipotenciário de França, a mandar a sua [o seu coche] com doze gentis-homens nos seus cavalos e os outros na carroça. Levaram ordem para tomar a dianteira à [ao coche] de Castela se lá fosse e quisesse resistir e os embaixadores por estarem nas terras do Império consideraram suas coisas e estado e não quiseram mandar suas carroças, fingindo que não sabiam a hora da entrada. Os franceses estiveram todos em armas até saberem a fraqueza dos seus contrários.

*Gazeta do Mês de Janeiro de 1645**De Münster*

Apertam tanto os franceses na Alemanha e na Flandres que se

vão fazendo árbitros da Dieta e obrigam pelas suas vitórias aos deputados da Áustria a receberem o embaixador de Portugal e os demais deputados dos confederados de França, de maneira que já os austríacos desta cidade falam de os receberem, mas querem que seja sem constar aquilo por papel, que entrem na dieta mas sem cerimónia alguma, ao que não quer vir o Cristianíssimo, querendo absolutamente que entrem com as formas escritas e papéis ordinários. Rodrigo Botelho, embaixador de Portugal na Coroa da Suécia, está morto.

Gazeta dos Meses de Julho e Agosto de 1646

De Münster, aos 6 de Julho

Os negócios da Dieta vão muito devagar, não querendo os franceses e suecos que se trate de pazes sem primeiramente restituírem os castelhanos o infante D. Duarte no mesmo lugar da Alemanha onde o tomaram e sem entrar nos concertos o Reino de Portugal e a Catalunha.

Gazeta do Mês de Novembro de 1646

Estado da dieta de Münster e Osnabrut, onde se trata das pazes gerais, tão desejadas.

Assim como são cruéis as guerras que hoje há entre os príncipes cristãos da Europa, assim também é difícil fazer estas tão desejadas pazes tão esperadas e a Deus tantas vezes pedidas.

Há já mais de três anos que pelo suave e paternal cuidado do Papa Urbano VIII, de feliz memória, começaram a juntar-se os deputados embaixadores plenipotenciários de vários Reinos, Estados e Repúblicas da Cristandade na Alemanha, na cidade de Münster, que é livre e cabeça da província de Westphalia. Porém, tão pouco foi o proveito que até ao mês de Setembro deste ano de 1646 (...) que aos 3 do dito mês se resolveu o conde de Trautmansdorf, plenipotenciário do imperador, voltar a Viena de Áustria, corte de Sua Majestade Imperial, por não ver jeito, nem esperança nenhuma, de se poderem estes negócios concertar. Pediu por este efeito, e recebeu os passaportes dos embaixadores plenipotenciários da França e da Suécia, os quais todavia lhe mostraram como era necessário que considerasse mais devagar as ruins consequências desta sua ida e que melhor fora esperar

e fazer ainda mais esforços para enfim alcançar o bem e gosto de toda a cristandade. Assim o fez, e com bom sucesso, no que toca aos negócios do Imperador seu Senhor para com a França, porque dali a pouco acabaram os franceses seus concertos com o Imperador. Concederam a França tudo quanto pedia, mas sempre com o protesto de que a França não concluiria nada sem a Suécia e aliados nem o Império sem Castela.

(...)

Foram os mediadores ver o conde de Peñaranda, plenipotenciário de Castela, e lhe disseram que convinha que Sua Excelência respondesse às propostas que França tinha dado. Respondeu o embaixador que estava muito sentido, porque uns livros que tinha mandado vir de Itália não tinham chegado. Replicou-lhe o mediador de Veneza dizendo: “Senhor, esses livros que Vossa Excelência espera têm alguma conveniência para a paz?” Respondeu o conde que a paz tinha muito que cuidar e que ele cuidaria disso mais devagar. Com esta resposta, despediram-se os mediadores e cuidam os bem entendidos que morrem agora os castelhanos para se fazerem pazes e que disso grande argumento foi haver-se de tal modo o embaixador católico fingindo por soberba natural de sua nação não querer o que desejam notavelmente.

Pedem a liberdade do Senhor Infante Dom Duarte todos os príncipes do Império por concerto de paz, mas a maldade dos seus inimigos é muita.

Os senhores embaixadores de Portugal Francisco de Andrade Leitão e Luís Pereira de Castro fazem neste particular maravilhas.

Saliente-se que as notícias anteriores colocam em relevo a questão do cativo de D. Duarte, irmão de D. João IV, um tema relevante para a diplomacia portuguesa independentista e brigantina. No reinado de D. Filipe III, D. Duarte foi combater nos exércitos do sacro-imperador. Após a Restauração, foi aprisionado pelo imperador, a pedido do Rei de Castela. Portanto, a diplomacia portuguesa procurava libertar D. Duarte, fazendo os possíveis para que a paz geral não fosse firmada na Europa sem essa questão estar resolvida⁵.

Sublinhe-se, ainda, que a notícia anterior merece referência não apenas pelo tema, mas também pela estrutura, já que para além do título,

⁵ Não o conseguiu. D. Duarte nunca regressaria a Portugal e morreria ignominiosamente na prisão.

possui um intróito, em jeito de entrada, ou “nariz-de-cera”, conforme as regras da retórica clássica mandavam, mas que veio a cair em desuso no jornalismo noticioso.

Também interessante é o *feedback* contextual que permite ao leitor recordar o essencial da marcha dos acontecimentos que conduziram às negociações de paz – um esforço informativo relevante que vai ao encontro do espírito de muitos dos manuais de jornalismo contemporâneos quando prescrevem táticas para a realização de reportagens.

4.1.2.3 O estrangeiro

A *Gazeta*, em especial no seu segundo período de publicação, inseria bastantes notícias sobre o estrangeiro, em particular sobre a Europa, graças às cartas que seus redactores recebiam, às novas que escutavam e aos jornais estrangeiros que chegavam a Portugal e eram traduzidos. Ao dar destaque ao que se passava na Europa no seu todo, o jornalismo europeu seiscentista, do qual a *Gazeta* foi uma das expressões, também contribuía, certamente, para criar um sentimento de pertença dos europeus a um espaço comum, independentemente de estes muitas vezes se guerrearem entre si.

A maioria das notícias do estrangeiro inseridas na *Gazeta*, como se viu, diz respeito às guerras e revoltas nacionalistas (o estado-nação despontava) que dilaceravam o Velho Continente. Mas os acontecimentos marcantes da vida social e cor-de-rosa (já então se seguia com atenção a vida dos famosos estrangeiros), as intempéries, a diplomacia e os acordos diplomáticos, a necrologia, os assuntos religiosos, a política e administração dos reinos, a economia e comércio, os impostos, o insólito, etc. também marcavam presença, pelo que se pode dizer que, no que respeita aos temas, a informação sobre Portugal era semelhante à informação sobre a Europa.

Gazeta do Mês de Março de 1642

Casou o Duque de Longa Vila príncipe de la Sangre (que era viúvo de uma irmã do príncipe conde de Soíson) com madame de Bourbon, prima do Cristianíssimo, filha do príncipe de Condè.

Gazeta do Mês de Maio de 1642

El-Rei de Castela foi para o Reino de Aragão por causa da guerra que lhe faz o Cristianíssimo.

Gazeta do Mês de Junho de 1642

No mês de Abril passado saiu um livro impresso em Londres por mandato do Parlamento, intitulado *Demonstração dos Acontecimentos Admiráveis que Sucederam na Irlanda*, composto pelo doutor Henrique Joanes, no qual estão os testemunhos de uma inquirição que se fez por um decreto do Parlamento, em que os ingleses que fugiram da Irlanda declaram debaixo de juramento em quanto importam os danos que haviam padecido naquelas guerras. E foi avaliado em cinco milhões (...).

Gazeta do Mês de Julho de 1642

O duque de Medina Sidónia está na Andaluzia e foi a sua vinda muito festejada por todos aqueles povos.

O general da armada da Irlanda, Dom Malaquias Odiscoil, anda com cinquenta naus no mar da Província de Mononia, que é a que está mais fronteira da Inglaterra.

(...)

O Grão-Turco tem no porto de Argel mais de setenta velas entre naus e galés.

(...)

Morreu madame condessa de São Pol e deixou para obras pias cinquenta mil escudos.

Ouve uma conspiração contra o eminentíssimo senhor cardeal Richelieu. Porém, o marechal de Xomberg a descobriu e muitos dos conjurados estão já presos.

Querendo sua eminência [o cardeal Richelieu] curar suas enfermidades, lhe mandou o Cristianíssimo esta carta: “Primo, ide-vos a qualquer lugar que os médicos vos ordenarem para vossa saúde e em tudo tende cuidado do meu estado e também dos meus filhos e de toda a minha casa. Eu vos amo mais que a qualquer outra pessoa no mundo”.

(...)

O duque Francisco de Saxónia saiu de Viena com 300 mil cruzados para levantar gente na Província da Silésia contra Torseson,

general sueco.

O eleitor de Brandenburg celebrou neutralidade por dois anos com a Rainha da Suécia.

(...)

Os suecos mataram a Sehurten, capitão de cavalaria do exército imperial.

Gazeta Primeira do Mês de Outubro de 1642

O príncipe Thomas e seu irmão o cardeal estão reconciliados com El-Rei Cristianíssimo. O Cardeal casa-se com sua sobrinha e o filho do Príncipe Thomas com a filha do duque de Longavilla, ambos próximos parentes, filhos de duas irmãs, e porque a mãe de mademoiselle era mais velha que a princesa de Carinhan, sesas este casamento e se lhe dá em dote a herança do conde de Suason. E para todos estarem de acordo, se casou mademoiselle de Bourbon, filha do príncipe de Condé, com o duque de Longavilla, que estava viúvo da irmã do conde de Suason.

*As cerimónias dos desposórios do Príncipe Maurício
com a Princesa de Saboia, conforme o extraordinário
de 27 de Agosto de 1642.*

Os artigos acordados entre El-Rei e os príncipes Maurício Cardeal e Thomas de Sabóia foram notificados por El-Rei no primeiro de Julho passado e logo pelos ditos príncipes.

(...)

A 14 de Agosto, havendo sido eleita para estas cerimónias madame a duquesa de Sabóia, vestida de grande luto pela morte da Rainha-Mãe, e levando-lhe a marquesa Villa o rabo, entrou nos paços do duque de Sabóia, os quais todos estavam cheios de senhores e damas de Turim. A câmara do aparato estava toda entapeçada de panos de ouro e seda, onde haviam levantado um trono sobre quatro degraus (...).

O marquês Cirie, que tinha a cargo do príncipe cardeal de Sabóia, que estava numa câmara vizinha, tendo aviso pelos capitães dos guardas, entrou dentro das grades, fazendo muitas cortesias. Subiu dois degraus do trono e sobre o terceiro se pôs de joelhos para saudar a madame e levantando-se lhe pediu a princesa sua filha

em nome do príncipe Maurício de Sabóia, sobre o que madame lhe pediu a procuração que para isso tinha, e ele lha apresentou com os joelhos no chão, e tomando-a madame a mandou ler em voz alta ao conde de Santo Thomas, secretário de Estado, e depois disse (...) que ela dava o seu consentimento e só faltava saber o da princesa, a quem o duque de Longavilla foi logo buscar a um grande gabinete dourado junto da câmara onde estas cerimónias se faziam e trazendo-a ao trono ela se mostrou com tanta graça e formosura que se duvidou se era natural (...). Estava vestida com uma tela de prata (...) e todo o corpo e mangas com grande quantidade de pedraria. Tinha sobre a cabeça uma coroa aberta de grandíssimo preço (...). A graça do seu meneio (...) foi grandemente acrescentada pela do seu discurso, no qual manifestou tanto respeito às perguntas de madame sua mãe que não houve quem não admirasse na idade de 15 anos sua grande modéstia e (...) a felicidade do príncipe Maurício. E (...) bem se julga (...) que havia dado o sim, porque (...) em consequência todo o ajuntamento passou à Igreja de São João, que estava ricamente armada, na qual se cantou o *Te Deum Laudamus*.

Gazeta do Mês de Março de 1643

De Paris, aos 6 de Fevereiro de 1643

A morte do cardeal duque [Richelieu] não fez inovar coisa alguma no Governo, que hoje tem o cardeal Mazarino, Xaveni e Noier, os quais guardam em tudo as ordens que o dito cardeal deixou. Sua Majestade soltou alguns presos da Bastilha e perdoou alguns desterrados.

Para as coisas de Portugal, está Sua Majestade Cristianíssima e ministros com a mesma vontade.

Gazeta do Mês de Junho de 1643

De Monçon, aos 29 de Maio de 1643

Monsenhor o duque de Orleans, tendo aos 16 deste mês acompanhado a El-Rei e Rainha de São Germão a esta cidade, e aos 18 assistido a Suas Majestades no Parlamento, no qual El-Rei declarou a Rainha regente em França, para ter o cuidado de sua educação e administração absolutamente livre e inteira de seu Reino, pendente sua menoridade, estabeleceu a monsieur o duque de Orleans, seu

tio, lugar de tenente-general em todas as províncias do dito Reino, debaixo da autoridade da Rainha, e debaixo da mesma autoridade, chefe e cabeça dos seus conselhos, e na sua ausência, a seu primo, o príncipe de Condè, conde primeiro do sangue, ficando em poder da Rainha o fazer eleição das pessoas de méritos e experiência, tantas quantas lhe parecerem ser necessárias, para deliberar nos ditos conselhos e dar-lhe seus votos e pareceres acerca dos negócios que se propuserem, sem que ela seja obrigada a seguir a maioria, se não lhe parecer bem (...).

Gazeta do Mês de Novembro de 1646

Por carta de Münster se soube como na Suécia se tem feito uma companhia de mercadores, de que é presidente o chanceler do Reino, para fazerem duas frotas todos os anos para Portugal, uma em Junho e outra em Setembro.

Muitas vezes, por causa da propaganda da Restauração, os castelhanos não ficavam bem vistos nas notícias do estrangeiro publicadas na *Gazeta* (são derrotados, ou revelam-se perversos, ou em ruína financeira...):

Gazeta do Mês de Julho de 1642

O marquês de Bresé, com ambas as armadas, a do Levante e a do Poente, que constavam de 66 navios e 24 galés, saiu ao encontro da Armada Real de Castela, que ia meter socorro nas praças cercadas da Catalunha. Pelejaram duas vezes em dois dias. Retirou-se a armada de Castela para as ilhas de Maiorca e afirma-se que com perda de cinco baixéis (um dos quais era o galeão São Domingos e três naus de fogo com três mil infantes mortos. As armadas de França perderam uma nau, de que era capitão o comendador de Congè.

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

Pessoa digna de crédito que veio de Madrid afirma que El-Rei Dom Filipe havia gasto dentro de dez meses nas guerras de Portugal e suas dependências três milhões e trezentos mil cruzados.

Alguns acontecimentos são notícia porque dão conta da identificação dos portugueses católicos com o sofrimento que padeciam outros

católicos às mãos dos protestantes. Os católicos são, normalmente, apresentados como corajosos e impassíveis defensores da sua fé até ao final, pois na realidade seiscentista (como na actual) havia vários *nós* e vários *eles* (o *nós católicos*, *eles protestantes*; o *nós cristãos*, *eles infiéis*; o *nós portugueses*, *eles castelhanos*, etc.), devido à sobreposição e indefinição de identidades num mundo diferenciado e em constante devir:

Gazeta do Mês de Abril de 1642

Em Londres padeceram cinco católicos romanos, quatro deles sacerdotes, a saber dois clérigos e dois frades beneditinos.

Gazeta do Mês de Maio de 1643

(...)

Relação da ditosa morte do padre Thomas Hollanda, sacerdote da Companhia de Jesus, inglês de nação e natural da província de Lancaster no Reino de Inglaterra. Escreveu-a um inglês católico que se achou presente.

Foi preso o padre Thomas Hollanda na cidade de Londres (...). Esteve preso seis semanas. Chegou o tempo de uma das quatro audiências gerais do ano. Foi levado a juízo entre ladrões e malfeitores (...). Com valor gozoso apareceu diante dos juizes. Fizeram-lhe várias perguntas, entre elas se era sacerdote. Respondeu que quem de tal o acusara que o provasse (...). Porém, os acusadores (...) juraram somente que o haviam visto estudar em Castela para sacerdote, mas que não sabiam se o era (...). Contudo, os juizes por estas suspeitas somente fulminaram sentença de morte contra o valoroso soldado de Cristo (...). A forma da sentença foi a seguinte:

(...) Mandamos que morrais por traidor (...). Tornareis (...) à cadeia de Newgate e dela saireis a arrastar por traidor, ao rabo de cavalos, pelas ruas (...) até ao lugar de Tiborne e aí sereis enforcado e meio vivo vos lançarão abaixo e logo vos abrirão as entranhas e arrancarão o coração e o mostrarão ao povo. E as entranhas com ele serão lançadas ao fogo e o corpo esquartejado e os quartos pendurados pelas portas de Londres.

Pronunciada a sentença levantou o servo de Deus os olhos e as mãos ao céu e deu graças à divina Mejestade pela mercê que lhe fazia de dar a vida pela confissão da sua fé romana e apostólica. E

logo com semblante de vencedor disse para os juízes (...) “vos perdoo de tão injusta sentença (...) e também perdoo às testemunhas” (...). Na segunda-feira 12 (...) chegou a Justiça (...) e o deitaram num carrinho baixo da altura de um palmo do chão, sobre alguma palha, e depois de o amarrarem bem o foram arrastando (...) pelas ruas (...) até ao lugar onde padecem os malfeitores (...). Logo pediu licença (...) para mostrar em público a sem razão com que o matavam (...) e para se despedir daquele povo. (...) Começemos (disse ele) pelo sinal da cruz, que os calvinistas estranhamente aborrecem (...). Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, três pessoas e um só Deus verdadeiro. Há neste auditório alguém que se escandalize com este sinal? Aqui parou um pouco e quando viu que ninguém lhe respondia, prosseguiu (...) e provou com textos e pontos de direito, concludentemente, como fora condenado sem (...) prova (...). Pois agora quero eu declarar quem sou (...). Eu sou sacerdote, posto que indigno, da Companhia de Jesus, (...) que é a coluna da fé romana e apostólica, em que somente há salvação (...). Aqui desfez alguns dos fundamentos da falsa seita de Calvino (...). Logo o defensor da fé romana se pôs de joelhos e em alta voz fez a Deus a última recomendação da sua alma e pediu-lhe perdão para os seus inimigos (...). Logo os algozes deram um açoite aos cavalos, que partindo, ficou o servo de Deus pendurado no ar, com as mãos postas no Céu, sem fazer no rosto esgar algum, antes vestiu um semblante ainda mais sereno e alegre. Meio vivo o deitaram abaixo e o despiram nú e o abriram pelos peitos e lhe arrancaram o coração, que vinha palpitando e como triunfando. O algoz o mostrou ao povo (...) dizendo vedes aqui o coração de um traidor (...) e o deitaram no meio de uma fogueira (...) com as entranhas (...) e depois fizeram o corpo em quartos, que dependuraram pelas portas principais da cidade (...).

A notícia seguinte ainda guarda resquícios da confecção epistolar das *cartas de novas gerais*, constituindo mais um exemplo, tal como a anterior, de como a *Gazeta* procurava apresentar aos católicos modelos de vida:

Livros LabCom

Gazeta do Mês de Março de 1643

Mais de Londres a 12 de Janeiro de 1643

Pediste-me por várias vezes a relação do martírio do padre Hugo Greenm por outro nome Fernando Brooke, ou Deerman, o qual sendo da idade de 57 anos, deu a vida pela fê na cidade de Dorchester, numa sexta-feira, a 19 de Agosto de 1642 (...).

A 17 de Agosto de 1642, que foi uma quarta-feira, se lhe deu a sentença de morte e ouvindo-a o padre com muita paciência e consolação disse *Sit Nomen Iesu Benedictum in Secula*. E antes de se deitar no caniço de palha em que neste Reino é costume levar os padecentes, pôs-se de joelhos e beijou-o. Chegando ao lugar da execução, fazendo-o parar num monte, que distava algum tanto da forca, enquanto enforcavam três mulheres que no mesmo dia foram a padecer, duas das quais na noite precedente lhe tinham mandado dizer que queriam morrer na sua fê. O servo de Deus fez quanto pode para as poder ver e com elas falar, mas não pôde alcançar para isso licença e assim elas lhe mandaram pedir que quando houvessem confessado sua má vida ao pé da forca e fizessem sinal ele as absolvesse, o qual com grande alegria da sua parte, e muito maior benefício delas (...) porque ambas virando-se para o sacerdote, e estendendo seus braços, disseram em voz alta “Senhor, ficai com Deus” e assim morreram com esperança grande na Sua Salvação. (...) Deus, na sua misericórdia, houve por bem dar-lhe semelhante consolação por um padre da Companhia de Jesus, do qual, com grande reverência (...), com os olhos voltados para o céu recebeu a absolvição. Depois disto, o dito padre foi levado pelo xerife (...). Virando depois para o povo, e benzendo-se, fez uma longa prática, sendo por várias vezes interrompido, e nela declarou que a Igreja Católica Romana era a verdadeira e que fora dela ninguém se salvava. E que na Igreja verdadeira hão-de haver sacerdotes para sacrificar, e que ele mesmo era um deles (...). Então rogou por Sua Majestade e que seu Reino fosse estabelecido em paz, o que dizia não havia de ser enquanto entre eles não houvesse alguma união na fê. Depois disto, baixando a carapua sobre o rosto, com as mãos juntas diante do peito em quieta oração esperou (...) pelo seu ditoso trânsito (...). O que feito, foi notado por muitos benzer-se três vezes com a mão direita, estando já dependurado, mas logo mandaram ao algoz que o tirasse da forca (...) e este se deteve tanto

antes de esquartejá-lo que o padre tornou a si com perfeito sentido e sentando-se (...) tomou ao algoz pela mão para mostrar (...) que lhe perdoava. Mas o povo puxou por um pedaço de baraço que lhe ficou ao pescoço e o deitou ao chão. O carnicheiro então lhe abriu a barriga pelo meio e a parte que ficava de cima a lançou sobre o peito, que sentindo ainda o padecente pôs a sua mão esquerda sobre as tripas e com a direita fez o sinal da cruz dizendo três vezes Jesus, Jesus, Jesus, misericórdia (...). E (...) o carnicheiro lhe tirou um pedaço de bofe em lugar do coração, revolvendo-lhe as entranhas de uma parte e outra para ver se achava o coração entre elas (...). Nunca o ditoso padre deixou de chamar por Jesus (...) e movia a compaixão vê-lo levantar os olhos para o céu ainda vivo. Então o xerife (...) mandou que se lhe cortasse a cabeça (...) e assim deu a alma ao Seu Criador. Então lhe acharam o coração e o puseram na ponta de uma lança e o mostrarão ao povo (...). O povo (...) ficou ali jogando com a cabeça (...) metendo-lhe paus pelos olhos, orelhas, nariz e boca e depois a enterraram (...), que se não atreveram pô-la nas portas da cidade, porque depois da derradeira cabeça de católico, que pela fé padeceu, (...) e que nelas a haviam posta logo se seguiu nesta terra muito grande peste, de maneira que ainda temem, mas não se emendam.

Algumas notícias sobre o padecimento de católicos às mãos de protestantes são mais secas:

Gazeta do Mês de Abril de 1642

Em Londres padeceram cinco católicos romanos quatro deles sacerdotes, a saber dois clérigos e dois frades bentos.

Eco da perplexidade com que em Portugal se contemplava a revolta do Parlamento contra o Rei absoluto inglês, a *Gazeta* não perdia oportunidade para denegrir a acção governativa dos parlamentares ingleses:

Gazeta o Mês de Agosto de 1645

De Londres se escreve uma coisa monstruosa, que não pôde entrar na gazeta passada, e é que o Parlamento, com o pretexto de aliviar aquela cidade de pobres e acudir às queixas de muitas mulheres, cujos maridos morreram na guerra, ficando-lhes muitos meninos,

ordenou secretamente, ou ao menos permitiu aos mercadores que comerciam nas terras que os ingleses têm na América, tomassem pela força quantos meninos achassem pelas ruas, de três anos e dali para cima, para irem povoar as ditas terras. E o que é pior é que os tais mercadores costumam vender lá por escravos por alguns anos os que destas partes levam. Nesta conformidade, por força e por afagos foram tomados muitos meninos por homens e mulheres que nesta caça andavam por prémio de dois tostões, que os mercadores lhes davam por cada um. E sem embargo dos clamores das mães e parentes de alguns deles, os meteram nos navios, onde se diz que morreram num só dia mais de cinquenta, por se verem fora do elemento em que nasceram, ou por outro qualquer incómodo. Durou esta perseguição uma semana, ao fim da qual (estando os navios já de verga ao alto) acudiu a justiça com muito estrondo e ministros para proibir a tomada de meninos, mas os navios, sem embargo de tudo isto, deram à vela. E ficando os meninos por restituir, ficaram também os delinquentes por castigar, mas tudo muito quieto.

O espanto pela transformação acelerada que o mundo enfrentava no século XVII estendia-se aos assuntos religiosos:

Gazeta do Mês de Julho e Agosto de 1646

De Londres, aos 29 de Junho

(...)

Os independentes, que são uma nova casta de hereges nesta cidade e Reino, os quais querem que na Inglaterra toda não seja religião permitida, fazem o que podem para impedir as pazes [entre o Parlamento e o Rei].

Não passou despercebida à *Gazeta*, que traduzia avidamente os jornais franceses, uma conspiração contra Richelieu:

Gazeta do Mês de Julho de 1642

Houve uma conjura contra o eminentíssimo senhor cardeal Richelieu. Porém, o marechal de Xomberg descobriu-a e muitos dos conjurados estão já presos.

As notícias vinham tão longe quanto Jerusalém, onde se fazia sentir

a influência do Rei de França em favor dos peregrinos cristãos, graças à aliança franco-turca anti-imperial:

Gazeta do Mês de Março de 1643

De Jerusalém, a 7 de Janeiro de 1643

O padre de Arco, franciscano, natural da Itália, guardião do convento de São Salvador, que os desta ordem têm nesta cidade, veio de Constantinopla, para onde partiu há ano e meio a dar conta das grandes afrontas e perseguições que o baxá desta dita cidade lhes fazia e para serem restituídos à posse do presépio de Nosso Senhor, do sepúlcro da Virgem de Nazaré e dos demais lugares santos, de que os haviam lançado fora sem lhes ficar mais do que o Santo Sepulcro. O grão-vizir lhe deu inteira satisfação a tudo, por meio e intercessão do nome de Sua Majestade Cristianíssima (sob cuja protecção estão os ditos lugares), pelas demonstrações e diligências que neste negócio fez o senhor de Hayas, seu embaixador, o que para todos eles foi de muita grande alegria, principalmente porque à sua chegada a essa cidade, que foi a 8 de Setembro, morreu nela o dito baxá, seu perseguidor. E assim se animaram a começar a renovar a igreja e o convento, que no dito lugar de Nazaré tinham, com esperança de que nesta ocasião os cristãos lhes não faltarão com a sua ajuda e favor, conforme o aviso que enviaram ao padre Magnà, do grande convento de São Francisco de Paris, comissário-geral em França para os negócios da Terra Santa.

Mesmo as peças sobre o estrangeiro ocasionalmente envolvem Portugal e os portugueses. A notícia seguinte (passe a deselegante e arcaica mistura de assuntos), relacionada com a actividade diplomática portuguesa, relembra as expectativas e esperanças portuguesas no que tocava à restituição dos territórios e praças perdidos para a Holanda durante o período filipino:

Gazeta do Mês de Junho de 1645

Na Holanda se trata com a companhia do Brasil, que está muito acabada, acerca da restituição de Angola e demais lugares e praças de Portugal, cujos plenipotenciários em Münster, doutores Francisco de Andrade Leitão e Luís Pereira de Castro, estão recebidos

para a dieta. Queira Deus efectuar uma paz e concórdia universal entre os príncipes cristãos para unidos se oporem contra o inimigo comum [turcos].

Tendo em conta o que foi dito, ao observarem-se as notícias anteriores pode entender-se que, na *Gazeta*, a noticiabilidade de um acontecimento dependia menos do país onde este ocorria e mais dos outros critérios, de alguma forma intemporais e transnacionais, que notabilizam os acontecimentos e problemáticas e lhes dão valor noticioso, ou seja, os critérios de noticiabilidade.

4.1.2.4 A administração do Reino e a política

As notícias sobre a reorganização da administração do Reino provocada pela Restauração e sobre as missões reais são comuns no primeiro período, em que a *Gazeta* cumpre também a função de uma espécie de jornal oficial, como o veio a ser a *Gazeta de Lisboa*:

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

Despachou El-Rei Nosso Senhor ao conde da Vidigueira por embaixador de França, para assistir na corte de Paris.

Dom Antão de Almada (que foi por embaixador extraordinário a Inglaterra) fica por assistente para tratar dos negócios do Reino.

Veio Frei Diniz de Lencastre, a quem El-Rei havia mandado às partes do Norte.

(...)

Estão nomeados mestres de campo Cristóvão de Melo, filho do Monteiro-mor do Reino, e Dom Sancho Manuel.

Publicou-se o subsídio eclesiástico.

(...)

Está eleito capitão de cavalaria Dom Nuno de Mascaranhas, filho de Dom António Mascaranhas.

(...)

Elegeu El-Rei Nosso Senhor a Tristão de Mendonça por general e não se sabe ainda para onde vai. É seu almirante o capitão Francisco Duarte.

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

D. Fernando Teles de Faro está despachado por capitão-mor da vila de Campo Maior.

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

António de Saldanha vai por general da esquadra que está para dar à vela com o primeiro tempo.

(...)

Manuel de Sousa Pacheco está despachado por governador da ilha Terceira.

(...)

Despachou El-Rei Nosso Senhor ao marquês de Montalvão por vedor da Fazenda, com superintendência nas armadas, e tomou posse a 13 do mês.

(...)

Manuel da Silva Mascarenhas está despachado por capitão-mor da vila de Mourão.

Gazeta do Mês de Abril de 1642

Vai António Teles da Silva despachado por Vice-Rei do Brasil.

Gazeta do Mês de Julho de 1642

António Teles da Silva foi a governar o estado do Brasil.

As visitas reais, no contexto da reorganização do país, também podiam ser matéria noticiável:

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

Foi Sua Majestade visitar os armazéns e a Armada Real.

Gazeta do Mês de Janeiro de 1642

Foi El-Rei a Barcarena a ver a fábrica de armas.

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

Foi El-Rei Nosso Senhor à banda d'além ver os galeões.

Gazeta do Mês de Março de 1642

A 13 foi El-Rei Nosso Senhor ver a torre de São Giam.

Por vezes, as nomeações de cariz administrativo também tinham o seu quê de recompensa:

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

El-Rei Nosso Senhor fez mercê ao marquês de Ferreira do cargo de mordomo-mor da Rainha Nossa Senhora, que vagou por morte do conde de Odemira.

Mesmo no segundo período de publicação, a *Gazeta* inseria várias notícias de nomeações administrativas e recompensas sociais, num tempo em que o Rei se imiscuia directamente na governação eclesiástica, nomeando bispos:

Gazeta dos Meses de Setembro e Outubro de 1646

De Lisboa, aos 5 de Outubro

No mês passado fez Sua Majestade mercê ao conde da Vidigueira do título de marquês de Noiza e havendo respeito a ele se haver portado com tão bom sucesso na embaixada de França, o tornou Sua Majestade a nomear com embaixada extraordinária às majestades Cristianíssimas com negócios de suma importância, conforme se entende.

Também Sua Majestade confirmou a Dom Diogo de Lima o título de Visconde de Vilanova de Cerveira por renúncia ao mesmo do visconde seu pai.

Nomeou assim mais Sua Majestade por arcebispo de Lisboa a Dom Manuel da Cunha, bispo de Elvas, e seu capelão-mor, que estava nomeado arcebispo de Évora.

As questões económicas, nomeadamente quando punham em relevo a boa administração do Reino por Dom João IV, também podiam ser objecto de notícia:

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

Mandou El-Rei Nosso Senhor que se devolvesse (...) o terceiro quartel dos juros, tenças e ordenados que se pediu por empréstimo no ano de 1641, porque se tem achado que o dinheiro da décima e da vintena basta para a guerra.

(...)

No último dia do mês publicou-se a provisão do dinheiro receptado e em cada comarca do Reino faz-se uma casa da moeda.

Certos crimes que afectavam a economia do Reino também foram noticiados:

Gazeta do Mês de Julho de 1642

Entre as pedreiras de Alcântara se acharam dois homens falsificando o cunho da moeda (...).

4.1.2.5 A dimensão religiosa da vida seiscentista

A vida social surge recortada na *Gazeta* em várias das suas dimensões. Há, nesse periódico, notícias sobre festividades, maioritariamente religiosas, sobre a vida na Corte, crimes e castigos, questões económicas, etc.

Na vida social portuguesa seiscentista assumia especial destaque a dimensão religiosa, através da qual por vezes se aproveita para fazer, mais uma vez, a apologia da Casa de Bragança e da Restauração. Na notícia recolhida para exemplo, o pregador diz que D. João IV é reconhecido como Rei nos mais distantes lugares:

Gazeta do Mês de Março de 1645

No primeiro domingo da Quaresma, na Igreja de Santo Antão o Novo, disse o padre pregador aos ouvintes que dessem graças a Deus pelas boas novas que tivemos da Índia Oriental, por um correio que veio a Itália por via da Pérsia, o qual não somente dizia que El-Rei Nosso Senhor estava já naquelas partes aclamado por Rei, com grande aplauso até dos príncipes mouros, mas também que andavam muito prósperas as armas portuguesas.

Noutras notícias, é essencialmente a participação nas festividades religiosas, enquanto experiência vulgar do quotidiano português seiscentista, que é referenciada:

Gazeta do Mês de Março de 1642

Pelo Jubileu do Entrudo foi El-Rei Nosso Senhor, com toda a Casa Real, à igreja de São Roque. Assistiu à festa, de que era mordomo

o marquês de Montalvão. Acompanhou o Santíssimo Sacramento. Levou uma vara do palio e as outras levaram o marquês de Gouveia, o visconde de Vila Nova de Cerveira, o conde do Redondo, o conde de Óbidos e o conde da Vidigueira.

(...)

Foi El-Rei Nosso Senhor e a Rainha Nossa Senhora, com o Sereníssimo Príncipe Dom Teodósio e todo o acompanhamento real, ver a procissão dos Passos de uma janela do tribunal do Santo Ofício.

(...)

Dia de São José fez anos El-Rei Nosso Senhor. Houve muita gala e grande festa na Capela Real pela manhã e à tarde recebeu o sacramento do Crisma o Sereníssimo Príncipe Dom Teodósio. Veio abaixo ao lado de El-Rei Nosso Senhor, acompanhado com toda a régia casa e depois de fazerem ambos oração se sentarão no sitial (...). Assistiu a tudo (...), com as damas luzidamente vestidas, a Rainha Nossa Senhora e foi este um dos alegres dias que houve na Capela Real.

O apelo à religiosidade, que se inscrevia, fortemente, na cultura dos portugueses de seiscentos, embora pontual, insinua-se na generalidade dos números da *Gazeta*. A experiência religiosa, e a credulidade que a acompanhava, faziam, de facto, parte integrante da vida quotidiana de muitos dos portugueses do século XVII. Para eles, o mundo só faria sentido se interpretado à luz da religião, algo que por vezes os redactores da *Gazeta* usam para propagandear a Restauração e a nova Casa reinante – a de Bragança. É eloquente a notícia desenvolvida, ou mini-reportagem, da celebração do primeiro aniversário da Restauração, na qual o Reinado de D. João IV é apresentado não apenas como Rei legítimo aos olhos de Deus e do povo mas também como Rei necessário devido à crise que o país atravessava sob a governação de Dom Filipe III:

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

Domingo, o primeiro dia do venturoso mês em que Deus Nosso Senhor pôs seus olhos de misericórdia no miserável estado de Portugal e foi servido de o restituir a seu legítimo sucessor, o Sereníssimo Rei Dom João o IV (depois de uma agradável pompa de luminárias com que esta mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa celebrou, no sábado à noite, a véspera da feliz Restauração

deste Reino), saiu da Igreja da Sé, às três horas da tarde, uma procissão de graças. Foi nela o Ilustríssimo Senhor Dom Rodrigo da Cunha, arcebispo metropolitano, com uma relíquia do Santo Lenho, e diante aquele sagrado crucifixo que (para dar ânimo aos zelosos da Pátria) despregou um braço à porta do glorioso padre S. António, com todo o clero, as religiões, confrarias e bandeiras que costumam ir na procissão do Corpo de Deus da cidade. El-Rei Nosso Senhor saiu do paço a cavalo, com a nobreza do Reino e todo o acompanhamento real. Ocupava já a procissão algumas ruas e era tão grande o concurso de gente que se não sabe até hoje igual neta cidade, e haver em toda ela uma pequena inquietação, e não obstante que todos os soldados da guarda e as justiças iam diante, desembaraçando o caminho, não foi possível a El-Rei Nosso Senhor apear-se à porta principal, onde lhe haviam posto a tarima, e atalhando por uma travessa, deixou a maior parte do vistoso acompanhamento e pela rua que se vê de São João da Praça para a Sé foi apear-se aos degraus da parte esquerda do adro. Entrou na Igreja, fez oração e veio pela porta principal, detrás da procissão, que havia muito tempo que estava ordenada, esperando por sua Real pessoa. Não viu o sol nos quantos milhares de anos que rodeia a máquina do mundo mais gala, aparato igual, maior grandeza, nem tantas demonstrações de alegria em todos os triunfos que a fama soleniza. Moveu-se aquela galharda tropa. Começaram a cantar os músicos da Capela Real e sem dúvida que não haveria coração que não suspendessem com a melodia do seu quanto se os vivas que o povo dava a El-Rei Nosso Senhor não embaraçassem os ouvidos, reduzindo tudo a uma suavíssima confusão. Houve muitos homens velhos que admirados do íntimo afecto com que o povo aclamava Sua Majestade, consideraram que na entrada de El-Rei Filipe, o Segundo, e de seu filho, El-Rei Filipe, o Terceiro (posto que neste Reino lhes fizeram grandes festas), não houvera nunca em nenhum acto público pessoa alguma que lhes desse um *Viva*, circunstância digna de grande reparo. El-Rei Nosso Senhor, em agradecimento deste peregrino aplauso (para que o povo o visse devagar), parou no meio das escadas e deteve-se um largo tempo falando com o conde de Cantanhede. Veio finalmente a procissão andando por onde vai a do Corpo de Deus (...) e recolheu-se ao (...) Carmo, onde El-Rei Nosso

Senhor fez oração (...) e depois de registar (...) o grande número de gente (...) saiu e posto a cavalo veio outra vez ao paço. Neste dia estiveram as ruas adornadas (...). No Chiado havia um paço de figuras de vera (...) o qual representava a paz que o Cristianíssimo Rei de França fez com o Sereníssimo Rei Dom João IV Nosso Senhor, cujas armas o Céu faça prosperar em cujo favor se arme o braço divino para que alcance tantas vitórias que igualem as do grande defensor da Pátria, o Santo Conde Dom Nuno Álvares Pereira (...).

A notícia anterior também é interessante pelos pormenores que descreve, pelo recurso abundante à adjectivação e pela linguagem figurativa, marcas de alguns enunciados jornalísticos seiscentistas.

Mas a vida religiosa, um dos centros da vida social da época, não se restringia à propaganda da Restauração:

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

O padre Inácio Mascaranhas, por faltar o pregador na festa de São Francisco Xavier, pregou de repente e fez um sermão que agradou com notável encarecimento, e pelos ouvintes de maior voto foi celebrado, e atribuído a favor do Santo.

Por vezes, a vida interna da Igreja também era relatada:

Gazeta do Mês de Março e Abril de 1644

Mais de Roma, aos 22 de Fevereiro de 1644

Aos 14 de Dezembro passado nomeou o Papa cardeal do Consistório ao padre João Delugo da Companhia de Jesus, o qual na dita cidade ensinou Teologia vinte anos. O cardeal francês Barberin avisou seu general por um escrito que um seu gentilhomen trouxe (...) o que foi com tanto segredo que nenhum dos padres o imaginou. O padre estava à mesa no Colégio Romano quando o (...) coche do cardeal Bauberin o foi buscar em hábito da Companhia e o trouxe ao Colégio de Ypre. Foi aqui censurado e pronunciados por anátemas os que o defenderem. A Rainha de França foi aqui admirada por haver mandado à Sorbonne registar esta censura, mostrando por este acto a grande devoção que tem à Santa Sé Apostólica.

A morte do Papa Urbano VIII e a ascensão de Inocêncio X ao Papado foi minuciosa e amplamente coberta, em jeito de reportagem, devido ao interesse que despertava num país católico como era Portugal. É possível imaginar a cerimónia através das descrições do redactor:

Gazeta do Mês de Janeiro de 1645

Descrição das cerimónias que se fizeram dentro e fora do Conclave antes e depois da eleição do nosso Santo Padre o Papa Inocêncio X,

Havendo os senhores cardeais acabado a novena das pompas fúnebres de Urbano VIII, que teve a cadeira de São Pedro vinte anos, onze meses e vinte e três dias, o cardeal Lanty, deão do Sagrado Colégio, cantou a missa do Espírito Santo, na Igreja de São Pedro, e no coro dos senhores cônegos, o senhor Jacques Accarisio fez uma elegante oração De *Eligendo Pontifice*, depois da qual tomando o senhor Dominico Belly, mestre de cerimónias, a Cruz Papal, os músicos da capela, indo adiante, cantaram o hino *Veni Creator Spiritus*, seguindo os senhores cardeais a procissão, na ordem seguinte, a saber: [segue-se uma lista de cardeais].

(...)

Cerimónias feitas dentro do Conclave

Entrando os senhores cardeais no Conclave, foram direitos à capela de Xisto IV, onde o eminentíssimo cardeal deão disse algumas orações, depois das quais cada um se sentou em seu lugar, e havendo-os licenciado o mestre-de-cerimónias à saída, e cerrado a porta, e não deixando dentro além dos ditos cardeais (...) foram lidas em alta voz as bulas tocantes à eleição do novo Pontífice e as do Conclave, e os senhores cardeais, cada um por si, juraram observá-las e guardá-las, após o que cada qual se retirou para a sua cela.

(...)

Descrição de fora do Conclave

Primeiramente, nos lugares em torno (...) havia muito bons guardas postos pelo (...) guardião do Conclave (...), os quais assistiram ali de dia e de noite até à eleição do novo Papa. (...) O Conclave estava murado de ladrilho e todas as portas e janelas tapadas até ao meio (...). Em diversas partes, havia sete tornos, ou rodas, para passar a comida (...). E estando as viandas dentro, um porteiro

(...), vestido de azul, fechava o torno, e o prelado assistente tornava a ver se ficava bem fechada, e a fechadura se selava com papel pela banda de fora e pela de dentro fazia o mesmo o mestre-de-cerimónias.

Cerimónias que se fizeram estando fechado o Conclave

Pela manhã, celebrou a missa rezada do Espírito Santo o eminentíssimo cardeal deão, e deu o Santíssimo Sacramento a todos os senhores cardeais, e se fez uma breve exortação a todo o Sagrado Colégio, para a eleição do novo Papa. (...) Finalmente, depois de haver estado vaga a cadeira de São Pedro um mês e dezassete dias, à quinta-feira 15 de Setembro de 1644 (...), o eminentíssimo senhor cardeal Pamphilio, depois de haver dito missa na capela Paulina como de costume tinha todas as manhãs, entrando na capela de Xisto IV com os outros cardeais, e estando todos sentados nos seus lugares, começou-se a missa *Pro Electione Romani Pontificis* (...), depois da qual começou o escrutínio pelo eminentíssimo cardeal Pamphilio, onde teve quinze votos, e chegaram a trinta e três no espaço de seis horas, e havendo-se aberto a dita capela, entrou dentro o senhor sacristão e os cinco mestres-de-cerimónias, com o secretário, queimando os votos, como se fazia todas as manhãs, os eminentíssimos cardeais Deão e Caponi (...), em nome do Sagrado Colégio, fizeram instância ao eminentíssimo cardeal Pamphilio de que quisesse aceitar o Pontificado (...) e Sua Eminência o aceitou e se nomeou Inocência Décimo, de que fez acto o mestre de cerimónias. E Sua Santidade posto no meio dos cardeais (...), eles o levaram ao altar da dita capela (...) onde lhe despiram os hábitos de cardeal e vestiram o hábito papal e o sentaram na cadeira pontifical (...), onde o eminentíssimo cardeal Deão começou a adorar, pondo-se de joelhos, beijando-lhe o pé e a mão direita. Sua Santidade o mandou levantar e lhe deu o *Osculum Pacis* em ambas as faces, estando em seu hábito com sotaina, roxa, roxete e cruz, e consecutivamente todos os outros cardeais o adorarão, reconhecendo-o por Papa. E logo o eminentíssimo cardeal Barberino e o senhor Dominico Belly, mestres-de-cerimónia, tomaram a cruz, cantando entretanto os músicos da capela *Ecce Sacerdos Magnus*. E indo Sua Eminência diante, foram à lage da bênção (...), anunciando ao povo (...) que pela graça de Deus a eleição do novo Pontífice Romano estava feita.

Em alta voz, Sua Eminência o anunciou ao povo nas seguintes palavras: *Annuncio vobis gaudium magnum: habemus Papa, Eminentissimum Dominum Ioannem Baptistam Pamphilium, qui sibi nomen imposuit Innocencium X.*

O papado, porém, tendia a ser noticiado como qualquer outro estado, sendo algumas das informações possivelmente obtidas por carta, como o comprova a despropositada expressão “esqueci-me de vos dizer”, inserida no texto noticioso:

Gazeta do Mês de Março e Abril de 1644

De Roma, aos 6 de Fevereiro de 1644

Ainda que por aqui se tem por coisa certa que o tratado entre o Papa e os príncipes ligados é de todo concluído e que não falta mais do que confirmar-se, nem por isso se deixam de exercitar de uma parte e outra as mesmas hostilidades que até agora.

(...)

Mais de Roma, aos 22 de Fevereiro de 1644

(...)

Esqueci-me de vos dizer que o bailio de Valence Frances, cavaleiro e governador de Malta, irmão do arcebispo de Rennes e general das armas do Papa recebeu também agora o chapéu de cardeal, depois de haver fiel e generosamente servido a Sua Santidade nestas últimas guerras contra a liga de Itália.

A intervenção (pelo menos espiritual) da Santa Sé nos assuntos europeus era, aliás, constante. O apoio papal à causa autonomista e religiosa irlandesa, por exemplo, foi várias vezes notícia:

Gazeta do Mês de Maio de 1642

Sua Santidade escreveu aos príncipes católicos exortando-os a que socorressem as províncias da Irlanda e mandou ao Senhor Felix O’Neil (que foi o general no levantamento) um estandarte, no qual há uma divisa que declara que a guerra dos irlandeses é em defesa da fé católica romana e da cátedra de São Pedro e lhe mandou mais um presente de muito preço com indulgência plenária para todos os que ajudassem e favorecessem este Reino, assegurando que nunca lhe faltaria o favor da Igreja.

É interessante notar na notícia anterior, como noutras publicadas na *Gazeta*, a importância do valor (preço) dos presentes no contexto das relações pessoais, sociais e diplomáticas seiscentistas.

Num outro registo, por vezes as manifestações religiosas, em vez de fomentarem a concórdia, promoviam a discórdia, algo que tinha mais sabor noticioso – inclusivamente temperado por um certo olhar irónico sobre a comédia da vida – quando se tratava de evidenciar a desunião reinante nas terras governadas pelo Rei castelhano:

Gazeta dos Meses de Maio e Junho de 1644

De Nápoles, aos 2 de Junho de 1644

Houve uma grande desavença entre o cardeal Filomarini, nosso arcebispo, e o duque de Medina de las Torres, vice-rei, sobre uma procissão que o dito vice-rei mandou fazer sem convidar o arcebispo. Era a procissão em honra da Virgem Nossa Senhora, a qual El-Rei de Castela tomou por protectora dos seus estados, imitando o Rei de França. No tempo em que a procissão se fazia, mandou pôr o arcebispo interdito na igreja da Anunciação onde se havia de recolher a procissão, mandando, com efeito, fechar as portas, de sorte que chegando o vice-rei com a solenidade não pôde entrar na igreja e assim se desfez a procissão. Agravado disto, o vice-rei mandou logo sair do Reino ao arcebispo dentro de três dias. Porém, os principais oficiais de Cápua fizeram por os reconciliar, mas mesmo depois da concórdia feita mandou o vice-rei desterrar o sacristão e prender muitos titulares da Casa Filomarini, porque disseram que não se podia fazer a dita procissão sem o beneplácito do arcebispo.

A *Gazeta* não deixava de noticiar os ecos das dissensões religiosas que afectavam o Velho Continente, que em Portugal seriam encaradas com espanto e prontamente denegridas:

Gazeta do Mês de Maio de 1642

[De Londres]

Por se tomar assento nas dissensões que há entre os puritanos e protestantes se ordenou que, por votos, se averiguasse qual das seitas se havia de seguir. A dos protestantes teve 126 votos e a dos puritanos menos cinco e o conselho se confundiu de tal maneira

que não se resolveu.

Publicou-se um édito que nenhum bispo, ainda que fosse protestante, tivesse voto no Parlamento, e agora ficavam presos e vieram já juízo parte deles e ainda não se sabe a sentença.

Gazeta do Mês de Julho de 1645

A variedade na religião é também grande nos tempos presentes naquele Reino [Reino Unido], onde, principalmente em Londres, tem aumentado uma seita que chamam dos independentes, porque não querem ter dependência de ninguém em matéria de fé ou religião, senão crer, ou não crer, o que a cada qual melhor lhe parecer. E os desta nova opinião têm tirado todos os artigos da fé católica incluídos no credo, por este (...) ter sido composto pelos santíssimos apóstolos, que foram homens, e ser coisa de tradições, nem humanas nem divinas, querem eles crer, sendo contra a doutrina de São Paulo que diz para guardarmos e mantermos as tradições (...). Também tiraram os dez mandamentos da Lei de Deus, dando por razão, ou para melhor dizer por sem razão, que os mais dos ditos preceitos estavam já postos em leis reais ou parlamentares públicas e políticas no Reino de Inglaterra, onde castigam os matadores, adúlteros e ladrões, etc. E assim parece escusada a lei divina, onde a humana a acode. Sem considerarem estes miseráveis que os tais preceitos são mais dignos de ser guardados por serem divinos que por serem humanos e que uma coisa pode ser mandada por várias leis, civil, canónica, natural, divina e por lei universal e particular, ou municipal. Nem tão pouco consideram que Cristo Senhor Nosso declarou serem estes mandamentos necessários para a salvação das almas. *Se vis a vitam ingredi serva mandata*. Notável cegueira!

Os de outra seita tiraram, dos sete sacramentos, cinco, e assim querem que não haja mais que dois, que são baptismo e matrimónio. Porém, na forma do baptismo acrescentam algumas palavras ridículas e supersticiosas, porque depois de dizerem a verdadeira forma, que é *Eu te baptizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, acrescentam em nome do sangue, do fogo e do nosso conselho*. Antes que os improbos ministros desta seita baptizem as miseráveis crianças, tomam juramento aos pais como aquela é seu filho ou filha de legítimo matrimónio e de ambos

e não basta que os pais jurem que assim o cuidam senão que hão-de jurar como coisa totalmente certa e se não o fazem assim ficam as crianças por baptizar. Fundam estes ignorantes ministros seu infando abuso numa heresia de Calvino, que afirmou que os bastardos todos estavam reprovados eternamente, sendo certíssimo, na verdade, que muitos santos e santas que hoje estão na glória não nasceram de legítimo matrimónio.

A religiosidade passa intersticialmente pela *Gazeta*, apesar desta ter um discurso visivelmente *mais laico do que religioso*. Em várias matérias são invocados os nomes de Deus, da Virgem e dos santos:

Gazeta do Mês de Junho de 1645

Na Holanda se trata com a companhia do Brasil, que está muito acabada, acerca da restituição de Angola e demais lugares e praças de Portugal, cujos plenipotenciários em Münster, doutores Francisco de Andrade Leitão e Luís Pereira de Castro, estão recebidos para a dieta. Queira Deus efectuar uma paz e concórdia universal entre os príncipes cristãos para unidos se oporem contra o inimigo comum [turcos].

As questões da religiosidade não se resumiam ao qu se passava em Portugal. A missionação, por exemplo, era vista como uma empresa de toda a Cristandade católica e como tal era noticiada na *Gazeta*, que relevava os sacrifícios (masoquistas) dos missionários e, ao mesmo tempo, contribuía para formar a imagem que se tinha dos nativos das terras ocupadas, e que eram vistos como “bárbaros” e hereges:

Gazeta do Mês de Março e Abril de 1644

De Rennes, em França, aos 25 de Fevereiro de 1644

Tivemos novas do Canadá, ou Nova França, na América Setentrional, por cartas de 2 de Dezembro passado, que aqueles bárbaros Hiroquois não haviam ainda comido mais que o dedo polegar da mão esquerda do padre Iogues da Companhia de Jesus, que têm preso pela fê de um ano a esta parte, mas que lhe tinham tirado todas as unhas das mãos, e se decidiam de o comer num banquete público, onde se havia de juntar, convidada para isso, toda a parentela. Porém, foi liberado por um irlandês, tendo a

mesma heresia piedade do que faziam padecer a este padre, o qual foi trazido a esta província da Bretanha, de onde brevemente se vai a La Rochelle para novamente passar dali ao Canadá, onde espera achar da segunda vez o perfeito martírio que não achou da primeira.

Importantes também eram as conversões religiosas que se obtinham para o Cristianismo, valor que desde a conquista de Ceuta estava entrincheirado no sentir lusitano:

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

Dois fidalgos mouros, dos mais valorosos e dos que mais renome alcançaram pelas armas nos campos de África, vieram uma noite bater às portas de Mazagão, ao mesmo tempo em que àquelas partes chegou a nova da feliz aclamação de El-Rei Nosso Senhor, e depois que tiveram salvo-conduto entraram e pediram água do baptismo e perguntando-lhe o sacerdote como se queriam chamar, um respondeu que João e outro que Pedro.

Numa Europa em que o protestantismo se expandia, para uma *Gazeta* de um país católico era importante noticiar as conversões e reconversões de protestantes ao catolicismo:

Gazeta do Mês de Julho de 1643

De Ruão, aos 2 de Junho de 1643

Os dias passados, o padre Carlos David, guardião do convento dos Franciscanos observantes desta cidade, tornou publicamente a dar o hábito a Jacques Malortin, de 91 anos, 52 anos depois de lho ter tirado por se ter ido fazer, em Sedan, ministro da religião pretendente reformada, havendo mostrado desde o dia da sua abjuração tanto arrependimento que nenhum dos circunstantes pode refrear as lágrimas.

4.1.2.6 A vida nas cortes

Um outro centro da vida social da época era a Corte. As notícias sobre a Corte funcionam, em alguns casos, como uma espécie de crónica social:

Gazeta do Mês de Janeiro de 1642

Véspera de Reis, presenteou António Pessoa Campo ao Príncipe (...) um cavalo feito por ele com tal artifício que não somente no aspecto engana a quem o vê, mas também nas acções: rincha, endireita as orelhas, obedece ao freio (...) e faz tudo quanto a natureza ensinou a um ginete (...).

Dia de Reis, às 4 horas da tarde, saíram os Reis de armas com suas cotas bordadas, e os maceiros com trombetas, atabales e muitas outras festas, e foram percorrendo por todas as praças e pelas ruas mais frequentadas da cidade, publicando as pazes que El-Rei Nosso Senhor fez com a Rainha da Suécia.

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

Foi a Rainha Nossa Senhora, com todo o acompanhamento real, ao mosteiro da Madre de Deus.

Gazeta do Mês de Julho de 1642

Veio El-rei nosso Senhor da sua quinta de Alcântara com toda a Casa Real.

A presença de Suas Majestades nos actos sociais era importante para que a vida na Corte tivesse significado:

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

A oito fez anos o Sereníssimo Príncipe Dom Teodósio. Vestiram-se os fidalgos todos de gala e estavam previstas festas de cavalaria, mas El-Rei Nosso Senhor não pode assistir a elas e assim não tiveram efeito.

Os Autos de Fé também faziam parte da vida no Portugal seiscentista, incluindo da Corte, e assim foram noticiados na *Gazeta*:

Gazeta do Mês de Abril de 1642

Ao domingo de Lázaro se celebrou nesta corte um auto de fé. (...) Saíram a padecer três mulheres e três homens, um dos quais ia morrer vivo por pertinaz, e às 10 horas da noite se reduziu, cansando os religiosos que lhe assistiam e a muitas pessoas. Grande parte deste dia estiveram El-Rei Nosso Senhor e a Rainha Nossa Senhora numa das janelas do Paço, que ficava sobre o teatro.

Algumas das notícias sobre a vida da Corte estão directamente relacionadas com episódios da Restauração, como a notícia da tomada da fortaleza da ilha Terceira pelos apoiantes de Dom João IV, que também merece atenção por referir a fonte da notícia e ao mesmo tempo por promover uma reportagem sobre o acontecimento a ser publicada autonomamente:

Gazeta do Mês de Abril de 1642

A nova da ilha Terceira (...) veio aos 8 do mês de Abril no navio Sol Dourado. Foi de grande alegria para todo este povo. Repicaram-se os sinos. Cantou-se na Capela Real *Te Deum Laudamus*. Assistiram nas suas tribunas El-Rei Nosso Senhor e a Rainha Nossa Senhora. Veio em procissão o Senhor Arcebispo de Lisboa desde a Sé até à Igreja de Santo António, onde se disse uma missa votiva. Comeu El-Rei Nosso Senhor em público e fez mercê de mandar dar um prato ao capitão-mor Francisco de Ornelas da Câmara e outro ao capitão Jorge de Mesquita (que trouxeram as novas), dizendo-lhes a ambos palavras muito honrosas. À noite houve luminárias. E daí a dois dias saiu da Igreja da Sé uma procissão geral com o pendão da cidade e o Senado da Câmara e foi ao convento de São Domingos dar graças por tão feliz acontecimento. E de tudo o que se passou desde o dia em que saiu deste porto o capitão-mor Francisco Ornelas da Câmara até ao que se entregou a fortaleza se faz uma relação verdadeira, a qual se imprime na oficina de Domingos Lopes Rosa.

Uma das formas de legitimar e afirmar a nova Casa Real consistia em mostrar a devoção e o afecto dos súbditos. Na *Gazeta* são feitas, por exemplo, várias menções a presentes oferecidos a Sua Alteza Real o Príncipe Dom Teodósio:

Livros LabCom

Gazeta do Mês de Janeiro de 1642

O general Dom Gastão Coutinho mandou de presente ao Príncipe, que Deus guarde, quatro cavalos, uma águia-real e uma folha de espada antiga e de muito preço.

A apologia do novo Rei também se observa nas notícias sobre a generosidade real:

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

Fez El-Rei Nosso Senhor mercê de mandar ao general da armada da Holanda uma cadeia de ouro e dez anéis de diamantes. Ao almirante, outra cadeia e outro anel de igual valor e do mesmo feitio. E a cada um dos capitães, que eram dezoito, sua cadeia de ouro.

A vida na Corte, porém, não se limitava à vida de Suas Majestades:

Gazeta do Mês de Julho de 1642

Entrou nesta corte a duquesa de Aveiro e está hospedada numa quinta além de Xabregas.

Também o que acontecia nas cortes estrangeiras, mormente na francesa, era, por vezes, noticiado, em jeito de crónica social, embora as questões políticas também pudessem ser destacadas.

Gazeta do Mês de Julho de 1642

Querendo Sua Eminência [o cardeal Richelieu] curar-se de suas enfermidades, lhe mandou o Cristianíssimo esta carta:

Primo, ide-vos a qualquer lugar que os médicos vos ordenarem para vossa saúde. E em tudo tende cuidado de meu estado e também dos meus filhos e de toda a minha casa. Eu vos amo mais do que a qualquer outra pessoa no mundo.

Gazeta do Mês de Junho de 1643

De Perona aos 19 de Maio de 1643

Aos 17 deste mês chegou a esta cidade madame duquesa de Orleans, onde teve a honra de receber a duquesa de Chaulnes, tendo ido esperá-la ao meio do caminho de Cambray, acompanhada

de muitas senhoras de condição e de muita cavalaria. Daqui partiu no dia seguinte para Chaulnes, onde a dita duquesa a recebeu também e tratou com toda a magnificência que lhe foi possível e depois a acompanhou mais até fora do governo da Picardia.

Gazeta do Mês de Julho de 1643

De Paris, aos 20 de Junho de 1643

Aos 29 do passado, chegou (...) a esta cidade Madame, onde foi recebida com todas as honras devidas ao seu nascimento, ao seu mérito e à sua qualidade de esposa de monsenhor, o duque de Orleães, lugar-tenente general de El-Rei, debaixo da regência da Rainha, em todas as províncias deste Reino, e cabeça dos seus conselhos. Acompanharam-na mademoiselle sua filha, a duquesa de Lorena, e a duquesa de Guiza, e foi-se apegar ao Louvre, onde Suas Majestades a receberam com grandes carícias e mostras de afeição, e dali se foi alojar à casa Real de Luxemburgo, que no presente é tão frequentada por príncipes, princesas e outros grandes senhores e senhoras desta Corte que vão ver, cumprindo sua obrigação, como tem estado deserta há doze anos.

(...)

Chegou a esta corte, depois dos 14 deste mês, a duquesa de Xeuroza, depois de dez anos de ausência dela.

Certas notícias da vida social nas cortes – inclusive na corte papal – documentam quanto o casamento era um meio de promoção social

Gazeta do Mês de Junho de 1645

A sobrinha do papa casou com o príncipe Ludovico Nepote, que foi do papa Gregório XV, a quem Sua Santidade fez capitão general da Igreja.

Surgiam na *Gazeta* notícias até da vida na corte otomana, certamente traduzidas das gazetas francesas, já que a França e o Império Otomano tinham estabelecido uma aliança estratégica com vista a condicionar o Sacro-Império e o Papado:

Gazeta do Mês de Julho de 1643

Na Turquia, começam a ficar sem o temor que tinham de que vindo a faltar a raça otomana lhes fosse ocasião de algumas alterações, porque além do primeiro filho do grão-senhor de que haveis ouvido falar, lhe nasceu o segundo, a 25 de Fevereiro passado. Pelo seu nascimento, fizeram-se grandes alegrias e festas em todos os lugares daquele vasto império. Aos 5 do mesmo mês, o senhor Soranzo, baille de Veneza, tinha feito a sua entrada pública em Constantinopla, ao qual o embaixador de França tinha mandado receber e conduzir até à casa do dito baille pelo senhor de Lempercur, seu secretário, acompanhado de trinta cavaleiros. Aos 19, teve audiência com o grão senhor, ao quel presenteou com alguns vestidos de brocatel, entre os quais havia um de tela de ouro de grande preço. Sua Alteza o presenteou com um vestido de brocatel e ouro. No mesmo dia, o emehor, ou grande escudeiro, foi feito paxá de Alepo e o de Alepo foi feito paxá de Damas. O embaixador da Pérsia fez também aos 10 a sua audiência de despedida e foi presenteado com trinta vestidos. Antes de o deixar partir, o vizir fez-lhe um grande festim, tendo-lhe no final feito presente, da parte do grão senhor, de trinta bolsas, cada uma com quinhentas patacas, para ajuda dos gastos da sua viagem, as quais foram acompanhadas de alguns vestidos e outras galanterias do país (...).

Havia notícias sociais que obrigavam a detalhadas explicações sobre assuntos de família, muito importantes, na época, para os nobres:

Gazeta Primeira do Mês de Outubro de 1642

O Príncipe Thomas e seu irmão, o cardeal, estão reconciliados com El-Rei Cristianíssimo. O cardeal se casa com sua sobrinha e o filho do príncipe Thomas com a filha do duque de Longavilla. Ambos próximos parentes, filhos de duas irmãs, e porque a mãe de mademoiselle era mais velha do que a princesa de Carinhan, se realizou este casamento e se lhe dá em dote a herança do conde de Suason, e para todos estarem de acordo, se casou mademoiselle de Bourbón, filha do príncipe de Condè, com o duque de Longavilla, que estava viúvo da irmã do conde de Suason.

Algumas notícias sociais da *Gazeta* foram elaboradas por testemunhas presenciais dos eventos, que actuavam como *repórteres-cidadãos* e que abasteciam de notícias, por correspondência, os jornais, num esquema que se manteve até ao século XIX (inclusivamente na cobertura de guerra) e que, na actualidade, graças às novas tecnologias da informação, está a ser retomado e promovido:

Gazeta Primeira do Mês de Outubro de 1642

As Cerimónias dos Desposórios do Príncipe Maurício com a Princesa de Sabóia, conforme o extraordinário de 27 de Agosto de 1642

Os artigos acordados entre El-Rei e os príncipes Maurício, cardeal, e Thomas de Sabóia, foram notificados por El-Rei no primeiro dia de Julho e logo pelos ditos príncipes (...) do qual, tratado o estado dos negócios presentes, não permite que eu ainda vos dê em público contas, mas vereis dois efeitos seus, que ambos chegaram no mesmo dia, a saber os desposórios do dito príncipe (...) e a tomada de Crescentim.

A 14 de Agosto, havendo sido eleita para estas cerimónias a (...) duquesa de Sabóia, vestida de grande luto, pela morte da rainha mãe, e levando-lhe a marquesa Villa o rabo, entrou nos paços do duque de Sabóia, os quais estavam todos cheios de senhores e damas de Turim. A câmara do aparato estava toda entapeçada de panos de ouro e seda, onde se havia levantado um trono sobre quatro degraus, cercado de balaústres dourados (...). Madame de Sabóia estava posta sobre o trono, a dois passos de Sua Alteza (...). O marquês Cirie, que tinha cargo do príncipe cardeal de Sabóia (...), entrou dentro das grades, fazendo muitas cortesias, subiu dois degraus do trono e sobre o terceiro se pôs de joelhos para saudar a madame e levantando-se lhe pediu a princesa sua filha, em nome do príncipe Maurício de Sabóia. Sobre o que madame lhe pediu a procuração que para isso tinha e ele lha apresentou, com os joelhos no chão, e tomando-a madame, a mandou ler em voz alta ao (...) secretário de Estado e depois disse que ela dava seu consentimento e só faltava saber o da princesa, a quem o duque de Longavilla foi logo buscar (...) e trazendo-a ao trono, ela se mostrou com tanta graça e formosura que se duvidou se era natural pela grande pompa e aparato de suas galas. Estava vestida

com uma tela de prata (...) e todo o corpo e mangas cobertas com grande quantidade de pedrarias. Tinha sobre a cabeça uma coroa aberta de grandíssimo preço (...). A graça do seu meneio e de seu gesto foi grandemente acrescentada pela do seu discurso, no qual manifestou tanto respeito às perguntas da sua mãe que não houve quem não admirasse na idade de 15 anos sua grande modéstia e nesta eleição a prudência e a felicidade do príncipe Maurício. E ainda que não pude alcançar sua verdadeira resolução nesta matéria, bem se julga pelo que se seguiu que havia dado o sim, porque os juramentos se fizeram de parte a parte, em consequência dos quais todo o ajuntamento passou à Igreja de São João, que estava ricamente armada, na qual se cantou o *Te Deum Laudamus*.

A notícia anterior é relevante não só pela minúcia *visual* das descrições, ornamentação estilística própria da época e configuradora do Barroco literário, mas também pelas marcas pessoais do observador correspondente que produziu o relato e o encaminhou ou directamente para os editores da Gazeta portuguesa ou para um jornal francês do qual teria sido traduzida directamente, sem qualquer tipo de tratamento.

Algumas das notícias sociais incluem elogios aos visados, mas em certas ocasiões a lisonja é exuberante e talvez mesmo de mau-gosto, de tão descarada que é:

Gazeta dos Meses de Março e Abril de 1644

O príncipe de Condè, na volta que fez de Borgonha, deu à luz um excelentíssimo livro, que compôs em honra do Santíssimo Sacramento, contra algumas proposições de um doutor que reprovava a devoção a tão nobre e tão augusto mistério. E não há muito que o duque de Enguien, seu filho, deu à luz outro excelentíssimo da eloquência, de sorte que com muita razão podemos hoje dizer que a virtude e a doutrina e o valor têm posto seu trono na família de Borbon. O príncipe de Conty, seu segundo filho, fez também prodígios em filosofia com os padres da Companhia do Colégio de Clermon, como até aqui triunfou nos outros exercícios e humanidades e da eloquência.

De qualquer modo, com lisonja ou sem ela, sendo muitas as notícias que surgiam na *Gazeta* que eram traduzidas directamente dos jornais

franceses, a corte de Paris era amplamente coberta, tendo por resultado não apenas um aumento da influência francesa em Portugal mas também a propaganda da Monarquia luisina. Na notícia seguinte, para além dessa evidência, deve ser notado o carácter insinuantemente elogioso do comportamento devoto e recatado das mulheres, ainda que Rainhas capazes de gerir os negócios de um reino tão importante quanto o de França:

Gazeta dos Meses de Maio e Junho de 1644

Aos 14 de Maio se fez nesta cidade o aniversário de El-Rei Cristianíssimo Luís XIII, de feliz memória, com grande solenidade. As ocupações da Rainha Cristianíssima são (depois de assistir aos negócios do Reino e expedição das coisas) visitar igrejas e gastar o resto do tempo no mosteiro das freiras do Vale da Graça, que são religiosas de instituto [regra] apertadíssimo, com as quais janta muitas vezes, assiste com elas no coro e mais exercícios da religião e na verdade a obras tão pias se atribui comumente a grande união e concórdia que há em toda a França.

Registe-se, finalmente, que nem todas as notícias “do social” eram alegres. Os nobres também fugiam da guerra e refugiavam-se noutros países:

Gazeta dos Meses de Julho e Agosto de 1644

Mais de Paris aos 8 de Agosto

A esta Corte vieram novas de como a Bresè, porto da província da Bretanha, havia chegado a Rainha de Inglaterra com 150 damas, as quais, fugindo do furor dos parlamentares, vieram tão maltratadas da viagem e tão faltas do necessário que a Rainha Cristianíssima lhe mandou logo os seus médicos, com muitos senhores e fidalgos, para a receber e prover de tudo o necessário, espectáculo que moveu a compaixão de toda a França e moverá a de todo o mundo.

4.1.2.7 Crimes e castigos

Os órgãos de comunicação contribuem para delimitar a noção social de transgressão social ao determinarem simbolicamente o que é norma e

o que é desvio. Essa delimitação simbólica, contudo, deve ser feita à luz dos valores culturais de cada época. Esses valores emergirão, estamos convencidos, da reacção natural e salutar de uma comunidade contra aquilo e aqueles que a agredem e, em última instância, ameaçam a sua sobrevivência. Crimes e respectivos castigos encontram, assim, eco na *Gazeta*, sendo que em várias ocasiões se aproveita para fazer, propagandisticamente, a apologia da justiça real, ao mesmo tempo que, mostrando o Rei ou os seus representantes a administrar justiça, se *legitima simbolicamente* a sua acção e o seu poder:

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

O conde de Castanheira que estava preso numa torre de Setúbal pediu a El-Rei Nosso Senhor que lhe mudasse a prisão por quanto estava indisposto, e El-Rei Nosso Senhor, usando de sua natural benignidade, o mandou trazer para o castelo de Lisboa.

(...)

Estando o galeão Santa Margarida para dar à vela disse o piloto que não se atrevia a sair sem lhe darem mais gente do mar. Inquietaram-se os soldados e foi necessário acudir o general António Teles de Meneses e alguns senhores que o acompanharam na jornada de Cádiz e depois de tudo quieto, prenderam três soldados, que foram os cabeças, e a todos três os enforcaram.

Luís de Abreu, que estava preso por cúmplice na conjura que se fez contra a Pessoa Real, provou sua inocência e saiu livre.

Gazeta do Mês de Janeiro de 1642

Na segunda sexta-feira foi El-Rei Nosso Senhor à Relação. Propuseram-lhe o caso do meirinho da Armada e do escrivão que furtaram uma quantidade de barris de pólvora. Saiu o Meirinho condenado à morte e o escrivão, por constar que não teve culpa, saiu solto e livre.

A 13 enforcaram o meirinho e puseram-lhe a cabeça no terreiro de São Paulo.

Gazeta do Mês de Maio de 1642

A 23, que foi sexta-feira, veio El-Rei nosso Senhor de Alcântara e assistiu no tribunal da Relação, onde condenaram à morte três homens por falsos testemunhos no crime de lesa-majestade.

No Portugal Restaurado, a vida dos membros da Casa Reinante de Bragança estaria em risco permanente. A tortura era uma prática comum para obter confissões (verdadeiras?). A *Gazeta* noticia-o e, ao fazê-lo, alerta a população para a protecção aos governantes, ao mesmo tempo que contribui para a tranquilidade social ao evidenciar, no caso que serve de exemplo, que o Príncipe Real está bem protegido:

Gazeta do Mês de Julho de 1645

Foi preso um homem em traje de peregrino, por parecer pessoa suspeita, o qual, depois de revistado, lhe acharam vestido um colete de anta, duas pistolas, um punhal e um grande cutelo, pelo que foi posto em tormento e confessou que a causa que ali o trouxera era matar o Príncipe e que o mesmo intentavam fazer quatro companheiros seus, dos quais não sabia paradeiro.

A justiça portuguesa seiscentista era significativamente mais expedita do que agora:

Gazeta do Mês de Julho de 1642

Entre as pedreiras de Alcântara se acharam dois homens falsificando o cunho da moeda (...). Ambos foram condenados na pena da lei. Um deles padeceu no mesmo dia em que El-Rei nosso Senhor veio de Alcântara. O outro, para ver se podia embaraçar a execução, ou pelo menos adiá-la, confessou que havia cometido o crime de heresia. Foi remetido ao Tribunal do Santo Ofício e daí a doze dias tornou à cadeia pública, de onde saiu a padecer a mesma morte que o primeiro.

Por vezes, as notícias sobre crimes impressionam:

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

Junto à praça dos Canos, no entreforro de umas casas, que estavam vazias, achou-se um saco, dentro do qual estava uma mulher feita em quartos. Tirou-se devassa, mas não há notícia até agora do delinquente. Presume-se que seu marido a matou.

Também os duelos não deixaram de ser reportados pela *Gazeta*:

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

O conde de Bocoí mandou prender um soldado francês da companhia de monsieur Baron. Tiveram ambos um encontro sobre a presão, de que o monsieur Baron saiu com alguma desconfiança e no dia seguinte ela manhã foi a casa do conde de Bocoí e depois de almoçar com ele lhe disse que se pusesse a cavalo que haviam ambos de ir a desafio. Aceitou o conde e logo se foram ambos, cada um com o seu padrinho, a Campolide e tanto que chegaram se desceram todos quatro dos cavalos e tiraram as capas, roupas e gibões e assim os desafiados, como os padrinhos, se investiram com igual valor e no primeiro encontro se feriram todos e o monsieur Baron caiu logo morto, com o que acabou a pendência. O conde de Bocoí veio ferido gravemente e teme-se que morra.

As notícias sobre crimes, de resto, não se limitavam ao que sucedia em Portugal. Crimes particularmente impressionantes cometidos no estrangeiro, como o de mães que matam os filhos, também foram objecto pontual de notícia (neste caso, com a agravante de denunciar a situação miserável com que vivia o povo de um país que se queria por aliado: a França):

Gazeta do Mês de Junho de 1643

De La Rochelle aos ditos 29 de Maio de 1643

A 16 do corrente matou nesta cidade de La Rochelle uma mãe a quatro filhos, entre os quais uma filha já mulher de 14 anos, e os degolou a todos na cama. A mulher foi levada presa para Paris.
(...)

Logo os 17 do mesmo mês, duas léguas fora de La Rochelle, outra mulher matou a três filhos e se enforcou (...), o que dizem que fez com necessidade, atentada pelo demónio, porque está hoje a França com tanta falta de pão, por causa das guerras, que se padecem muitas necessidades.

Crimes capazes de denegrir a imagem de Castela também foram pontualmente noticiados:

Gazeta do Mês de Julho de 1643

Escrevem-nos de Madrid (...). O marquês de Leganes está ainda preso, acusado de ter tomado o dinheiro destinado ao exército que estava no ano passado em Aragão, onde houve grandes motins (...).

4.1.2.8 Os retornados de 1640

Após 60 anos de Monarquia Dual, com o conseqüente estabelecimento de laços e cumplicidades entre os povos ibéricos, a Restauração foi um acontecimento dramático para a vida de muita gente. Muitos portugueses e espanhóis foram apanhados do lado “errado” da fronteira pelo surpreendente acontecimento. Os espanhóis em Portugal, por exemplo, segundo noticia a *Gazeta*, foram obrigados a regressar a Castela ou a naturalizarem-se, no caso de já viverem há muito tempo em Portugal:

Gazeta do Mês de Abril de 1642

Publicou-se um édito que todos os castelhanos saíssem deste Reino e os que estão nele moradores há muito tempo, querendo ficar, se naturalizem.

Contrastando com a magnanimidade de D. João IV, que permitiu aos espanhóis residentes em Portugal há muito tempo permanecer no país, na condição de se naturalizarem, e que obrigava também aos espanhóis a saírem do Reino mas sem penalizações, a *Gazeta* insere várias notícias que atestariam alegados maus-tratos infligidos pelos espanhóis aos portugueses que estavam em Castela por alturas da Restauração e que desejavam regressar ao seu país:

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

O marquês de Ayamonte (a quem el-Rei Filipe mandou prender na mesma torre em que esteve Dom Rodrigo Caldeirón), está com muitos guardas em grandíssimo aperto. Alguns homens que vieram de Madrid duvidam disto, mas todos os que vêm de Castro Marim e de Mértola asseguram que lá é coisa pública e que se sabe por via de Ayamonte.

Gazeta do Mês de Junho de 1642

Três fidalgos portugueses, a saber D. Francisco Mascarenhas, D. João de Meneses e Álvaro de Carvalho estão presos em Madrid, por quererem vir para Portugal.

Gazeta do Mês de Setembro de 1643

Dão por novas (...):

Que desde que vieram de Aragão e três meses antes que fossem, o que vem a ser alguns dez meses, não pagam [em Castela] a nenhum português, e agora (..) se fez uma junta (...) só a fim de tirarem o socorro aos portugueses e se assentou nela (...) que aos condes os deixassem com 24 reais cada dia e a todos os demais lhe tirassem a uns a terça parte e a outros a metade e que os mancebos e soldados fossem servir que lhes dariam soldo. A Diogo Soares tiraram todo o socorro.

Que um junta eclesiástica fez consulta a El-Rei em que pedia que mandasse para Portugal todos os [portugueses] que tinham residências nas suas igrejas (...). O que resultou dela não se sabe. (...)

Os fidalgos portugueses que estão mortos naquela corte [de Madrid] depois da aclamação de El-Rei D. João IV de Portugal são os seguintes: os condes de Miranda, Basto, São João, Tarouca e sua mulher; D. Álvaro de Ataíde; o senhor de Ragalados, um filho seu, Martim Afonso de Ataíde. Estavam já sentenciados para soltarem Álvaro de Carvalho, D. Francisco Mascarenhas e D. João Telo.

O regresso nem sempre fácil dos portugueses espalhados pelo império de Dom Filipe III e pelas possessões espanholas e portuguesas do exterior, por vezes recorrendo a ardis e com sacrifício, também era positivamente noticiado, o que ademais insuflava ânimo nas hostes portuguesas e enquadrava os regressados como patriotas e súbditos do legítimo Rei de Portugal, D. João IV:

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

Veio uma nau de Inglaterra com cento e tantos soldados portugueses, uns que de Ceilão foram prisioneiros à Holanda e outros que saíram dos presídios da Flandres. Vêm mais alguns monsieurs

servir a El-Rei Nosso Senhor nestas guerras, cujos nomes são estes: [segue-se relação de nomes].

Gazeta do Mês de Janeiro de 1642

Vieram algumas pessoas de Madrid e de Sevilha.

(...)

Uma nau de Génova que saiu de La Rochelle com 62 soldados portugueses da Flandres, da Catalunha e de outras praças de Espanha, dos quais era cabo o capitão Manuel Homem, veio aportar a Lagos, botou a gente em terra, e fez-se na volta de Lisboa, e à vista do cabo de São Vicente, encontrou cinco fragatas de Dunquerque, as quais lhe deram tal caça que não teve outro remédio mais que valer-se da fortaleza de Sagres e desta maneira escapou, se bem que com grandíssimo dano. Os soldados vieram todos por terra e entraram na cidade a 8 do mês.

(...)

Foram de Madrid alguns portugueses a Sevilha e compraram partidas de fazenda para darem a entender que iam ali em negócio e de noite meteram-se numa nau inglesa e se foram a Inglaterra para de lá virem a esta cidade. E em todas as terras da Andaluzia estão os portugueses tão vexados e perseguidos do pouco, que a uns matam e a outros mandam desterrados para Larache e para a Mamora.

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

A 22 veio notícia de que estavam em Tavira alguns portugueses, que vieram da Andaluzia por Ayamonte, e um deles é Dom João de Sousa.

(...)

Chegou à vista das penhas da Arrábida uma fragata de Dunquerque, onde andavam prisioneiros alguns portugueses, e um deles lançou-se ao mar, e sem que o alcançasse nenhuma bala de muitas que lhe atiraram, foi nadando até que o recolheu uma tartaranha, que o botou em terra.

(...)

Veio da Catalunha, por via de Madrid, um capitão português, que se achava no cerco de Terragona, e tardou no caminho perto de três meses devido às grandes dificuldades que há na passagem.

Gazeta do Mês de Junho de 1642

Entrou uma nau de Inglaterra em que vieram uns fidalgos portugueses que estavam em Madrid antes da aclamação de El-Rei nosso Senhor, os quais são D. Manuel de Castro, Álvaro de Sousa, D. Francisco de Azevedo de Ataíde e Jerónimo da Silva, cavaleiro do hábito de Santiago. Foram à Flandres despachados por El-Rei de Castela com grandes mercês. E como bons vassallos de El-Rei nosso Senhor, deixaram tudo e se vieram a seu serviço, trazendo também em sua companhia ao alferes D. Pedro de Garcia de Avis, Fulgêncio de Matos Galvão e Manuel Martins Roxo, com alguns soldados, que todos se haviam retirado de Flandres, deixando seus postos, e se passaram a Inglaterra, e desde ali a este Reino, onde foram recebidos por Sua Majestade com muitas honras e se espera que lhes faça grandes mercês.

Gazeta do Mês de Setembro de 1643

De Paris, aos ditos 25 de Julho de 1643

(...)

Chegaram a esta corte o conde de Miranda, Estêvão de Brito Freire e o capitão Manuel Ribeiro, escrivão dos armazéns dos mantimentos no Reino de Portugal, com outro capitão e quarenta ou cinquenta portugueses, os quais saíram de Madrid a 22 de Junho.

Gazeta do Mês de Janeiro de 1645

Fugiu de Madrid, com sua mulher, Dom João de Meneses, e já está no Reino de França, de onde passará a Portugal muito brevemente.

As fugas de territórios sob a alçada castelhana eram severamente reprimidas. Os portugueses que se batiam nos exércitos de D. Filipe III eram suspeitos e vigiados cautelosamente:

Gazeta do Mês de Abril de 1642

Nas províncias da Flandres apertam os castelhanos de tal modo com os soldados portugueses que depois de os tripularem a todos, os alojam em presídios fechados e se colhem algum fugitivo o desfazem em quartos. E já nenhum se atreve a fugir.

Por vezes, mesmo os portugueses casados com espanholas fugiam,

não se sabe se da mulher se do inimigo:

Gazeta do Mês de Abril de 1642

Seis portugueses que estavam prisioneiros em Badajoz vieram fugidos à vila de Campo Maior. Veio também um natural de Estremoz que havia muitos anos que lá estava casado.

Ocasionalmente, o regresso ao país dava direito a recompensas em reconhecimento dos esforços despendidos. A notícia que serve de exemplo é ainda relevante por começar com o regresso de um capitão português (*lead*) e só depois registar, em *flashback*, a narração da fuga do mesmo:

Gazeta do Mês de Março de 1642

Na segunda-feira da Quaresma, pela manhã, veio de La Rochelle o capitão Salvador de Melo da Silva, cavaleiro da Ordem de Cristo, natural da ilha dos Açores, o qual da Vila da Fraga, onde era capitão por El-Rei Filipe, uma noite em que entrou de guarda, fugiu para o castelo de Aitona com a sua companhia formada, oficiais, armas, tambores e bandeiras, apesar de a cavalaria castelhana ir em sua perseguição. E sempre marchando em boa ordem, passou a Catalunha e França até chegar a La Rochelle, onde agregou à sua companhia muitos outros portugueses (...) e com eles em cinco naus veio para este Reino. Desembarcou e foi ao paço, de onde saiu com muitas honras e uma comenda, que lhe deu El-Rei Nosso Senhor, de Santa Maria de Frechas, na comarca de Viseu.

Diga-se, no entanto, que se muitos portugueses procuravam escapar de Espanha, alguns soldados estrangeiros que lutavam em Portugal não desejavam permanecer no país. Um grupo encetou mesmo a fuga para Espanha, por causas não reveladas. Mas aí não encontraram abrigo, o que lhes veio a causar graves consequências. Neste particular, como noutros, a *Gazeta* é verdadeira e a notícia funciona como uma espécie de advertência para o que poderia suceder a quem pensasse na deserção:

Gazeta do Mês de Janeiro de 1642

Por carta escrita de Elvas, a 13, se sabe que fugiram para Castela

dezassete soldados estrangeiros, oito de infantaria e nove de cavalaria. E porque de lá fugiram outra vez e no campo fizeram alguns insultos, veio uma tropa de cavalaria castelhana em sua perseguição e depois de os renderem os levaram prisioneiros a Badajoz, onde enforcaram os oito soldados de infantaria e mandaram os de cavalaria para as galés.

Estranhamente, pelo menos um presumível espanhol procurou passar para Portugal, embora a *Gazeta* não esclareça as razões da fuga nem se o visado era efectivamente espanhol:

Gazeta do Mês de Abril de 1642

À cidade de Elvas veio fugido o tambor-mor de Badajoz.

Era a Igreja que muitas vezes fazia a ponte entre Castela e Portugal, o que permitia a troca de prisioneiros:

Gazeta do Mês de Julho de 1642

Vieram dois clérigos de Badajoz com alguns portugueses prisioneiros a trocá-los por outros tantos castelhanos.

4.1.2.9 Necrologia e doenças

A necrologia do país e do estrangeiro, ontem como hoje, também era importante nas páginas da *Gazeta*:

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

Morreu o conde de Odemira.

(...)

Morreu o padre Diogo de Arede, aquele raro pregador da Companhia. Causou geral sentimento a sua morte pelo muito que perderam os púlpitos de Portugal.

Gazeta do Mês de Janeiro de 1642

Morreu no convento de São Francisco de Xabregas o padre frei Lourenço de Portel, sujeito raro em virtude e letras como publica a sua fama e os livros com que autorizou no mundo o nome português.

Gazeta do Mês de Julho de 1642

Morreu madame condessa de São Pol e deixou para obras pias 50 mil escudos.

Por vezes, em certas notícias referem-se doenças que provocaram mortes de personalidades famosas ou povo comum:

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

Neste mesmo dia, entre as 7 e as 8 horas da manhã, morreu o capela-mor de febres malignas e não durou mais do que sete dias.

Gazeta do Mês de Janeiro de 1645

Na Hungria há uma grande peste, principalmente nas cidades de Presburg e Edemburg, onde todos os dias morrem mais de sessenta pessoas.

Gazeta do Mês de Novembro de 1646

Em Nápoles morreu aos 5 de Agosto, com 77 anos, o marquês de Torrecuso, general da armada castelhana. Aos 6 do mesmo mês morreu também Dom Luís Rodrigo, general da cavalaria castelhana, ambos pelo muito que padeceram no sítio de Orbitello, onde foram as doenças tão malignas que morreram muitos oficiais e soldados nos hospitais de Génova, de Roma e de Nápoles.

*Gazeta dos Meses de Maio e Junho de 1644**Da Polónia, aos 30 de Maio de 1644*

A Rainha da Polónia, irmã do imperador, morreu a 24 de Março, depois de parir uma filha morta.

Determinadas personalidades marcantes mereceram não apenas notícia da respectiva morte mas também elogios fúnebres (obviamente opinativos), como ocorre ao falecer o cardeal Richelieu, cujo elogio (provavelmente transcrito *ipsis verbis* de uma gazeta francesa), mesclado de notícia sobre o comportamento do Rei de França, é compartilhado, diga-se, com a Pessoa Real, apresentada como alguém que todos os súbditos devem servir, para bem da comunidade, com diligência, satisfação e alegria – sendo, portanto, exemplo para os portugueses:

*Gazeta do Mês de Dezembro de 1642**De Paris, a 6 de Dezembro de 1642*

Foi Deus servido de levar para si, a 4 deste mês, ao cardeal duque de Richelieu no seu paço cardeal. Faleceu aos 58 anos de sua idade. Primeiro-ministro que era do Estado de nosso invencível monarca, cargo que exerceu pelo espaço de vinte anos, tão dinamicamente, que falta grandeza de palavras para se poder declarar, mas com melhor evidência no-lo fazem conhecer os efeitos dos eus maravilhosos conselhos, continuamente acordados com Sua Majestade, por meio dos quais tem feito surtir generosamente todos os heróicos desenhos de um tão bom Rei, cuja fortuna e valor particular, em vigor de coração e prudência, que lhes eram comuns, triunfaram sempre dos seus inimigos e sustentaram os aliados desta Coroa com tal potência que se vê no presente por todo o mundo. Entre os trabalhos deste espírito incansável, havendo arruinado a saúde do seu corpo, debilitado por suas vigias e fadigas, deixou a todos os que amam a glória deste Estado, tanto sentimento por sua morte como satisfação por muitos acrescentamentos que a França conseguiu durante a sua administração. Sua Majestade (que na segunda-feira havia vindo de Saint Germain a esta cidade visitá-lo, como ele muitas vezes, durante a sua doença, havia feito), depois de haver manifestado tanta brandura como bondade, com tanta abundância de lágrimas pela perda de tal vassalo, animando também por este meio cada um a bem servi-lo, conservou a todos os aderentes do cardeal em seus cargos, que são os principais do Estado, mostrando por esta via e por outros testemunhos que tem dado que suas acções haviam respondido ao caso e estima que deles havia feito Sua Majestade e Sua Eminência e que ele tinha satisfação inteira de todos os seus ministros. E por quanto o cardeal Mazarino por largo tempo se havia criado na prática e conhecimento dos negócios de toda a Europa, havendo dado provas numerosas de sua rara inteligência e grande fidelidade para com Sua Majestade e esta monarquia, ele o chamou a seu conselho.

No curso de seis dias que durou sua enfermidade, a qual foi uma paralisia, mandava muitas vezes a El-Rei avisos dos negócios mais importantes ao serviço de Sua Majestade pelo cardeal Mazarino, pelo chanceler de França e pelos (...) secretários de Estado e seu espírito e perfeito juízo o acompanhou sempre de tal sorte que

uma hora antes de morrer havia enviado os mesmos mensageiros a El-Rei com o mesmo vigor de espírito como o que pudera ter feito no ponto da sua mais inteira saúde. Sua afeição ao serviço e pessoa de El-Rei, além do que se havia manifestado em todas as suas acções passadas, se mostrou particularmente na presente ocasião, na qual deixou a Sua Majestade 500 mil escudos de ouro, seu grandioso pendão de cardeal e seus mais ricos móveis e peças. Pendente todo o curso desta última enfermidade, como também havia feito em todas as precedentes, deu mostras de uma grande e profunda devoção, com resignação à vontade divina. Muniu-se com os Santos Sacramentos, os quais recebeu das mãos do cura da sua freguesia, que não quis que lhos desse o bispo. E como durante toda a vida ele havia sido um perfeito exemplo de piedade para todos os seus, também na sua morte deu todas as mostras de seu fervor para com Deus, de sorte que seus discursos e suas caridades são uma suficiente prova e os negócios de estado nada incompatíveis com os da caridade. Assim Deus lhe fez este favor ao partir deste mundo, que jamais se viu pessoa alguma haver rendido a alma com mais resolução, e paz de espírito, porque a mesma gravidade e serenidade que em vida resplandecia do seu rosto, a conservou também depois da morte, a qual, sabida de El-Rei, mandou ao mesmo tempo um gentil-homem à duquesa de Aguilhon, aos marechais de Brezè, de la Melerè e de Guiché. para os assegurar da continuação do seu favor para com eles e todos os seus e que se eles haviam perdido um bom parente, nele lhe ficava um bom senhor, que nunca os desampararia.

Publicada, certamente, numa gazeta francesa, da qual terá sido traduzida, a notícia anterior também terá funcionado como uma peça de apaziguamento social dos franceses, em particular dos adeptos de Richelieu, à morte de uma personalidade tão importante quanto controversa. Diga-se, porém, que o Rei não durou muito mais tempo do que o seu primeiro-ministro:

Gazeta do Mês de Junho de 1643 de Novas Fora do Reino

Aos 18 o corpo de El-Rei foi levado de São Germão para São Diniz, sem cerimónia alguma, conforme o que tinha sido ordenado. Deixou seu coração à Igreja de São Luís, casa professa

da Companhia de Jesus, que pouco há que foi edificada e onde o cardeal Richelieu, de eterna memória, disse em presença de Suas Majestades Cristianíssimas a primeira missa, a 9 de Maio, que foi dia da Ascensão de Nosso Senhor, ano de 1641, a qual fica na rua de Santo António, que tanto amou o Rei defunto a dita Companhia, que quando tomou as mãos de monsenhor o duque de Orleans e da Rainha, sobre lhes encomendar a união e concórdia, lhes disse também que estimassem muito a Companhia de Jesus, porque nenhuma coisa depois de Deus ele tanto amara, nem o estado secular de França lhe devia tanto a ele, como o da religião católica à Companhia.

Por vezes, surgem na *Gazeta* notícias das mortes em batalha. A notícia que se segue tem ainda o interesse particular de ilustrar a ascensão social da burguesia, que gozava crescentemente do estatuto de “pessoas de qualidade”, conforme a própria designação da *Gazeta*:

Gazeta do Mês de Outubro de 1643

De Paris a 29 de Agosto de 1643

Entre os acidentes do cerco de Thionville, não é para se deixar em esquecimento a morte do senhor Marigaut, um dos guardas do duque de Enguien e filho de um mercador da rua de Santo António, desta cidade, o qual morreu sem se sentir morrer, porque estando dormindo na sua barraca, lhe levou um projectil de bombarda a cabeça, três dias antes da entrega desta praça.

4.1.2.10 Livros

Notícia pontual foi o aparecimento de novos livros, no país e no estrangeiro:

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

Acabou-se de imprimir o livro intitulado *Summa Vniversae Philosophie*, composto pelo padre Baltazar Teles, da Companhia de Jesus, obra muito desejada e que inclui, com grande erudição, tudo o que há na filosofia.

Gazeta do Mês de Junho de 1642

No mês de Abril passado, saiu um livro impresso em Londres por mandato do Parlamento, intitulado *Demonstração dos Acontecimentos Admiráveis que Sucederam na Irlanda*, composto pelo doutor Henrique Jones, no qual estão os testemunhos de uma inquirição (...) em que declaram (...) os ingleses que fugiram da Irlanda o dano que haviam sofrido naquelas guerras.

Gazeta dos Meses de Março e Abril de 1644

O príncipe de Condè, na volta que fez de Borgonha, deu à luz um excelentíssimo livro, que compôs em honra do Santíssimo Sacramento, contra algumas proposições de um doutor que reprovava a devoção a tão nobre e tão augusto mistério. E não há muito que o duque de Enguieu, seu filho, deu à luz outro excelentíssimo da eloquência (...).

Alguns dos novos livros são objecto de exacerbada crítica e insulto:

Gazeta do Mês de Julho de 1645

Saiu agora no Reino de Inglaterra um livro impresso muito perverso e pernicioso, cujo título é *Sana Ratio*, sendo mais que insana, pois o intento do maldito herege seu autor é persuadir que em nenhuma coisa se deve crer senão na que se alcança por razão natural e não adverte este desaventurado que os mistérios da nossa fé e religião católica são sobrenaturais e que muitos deles excedem a capacidade dos melhores entendimentos criados neste mundo (se bem que nenhum deles é contra a razão natural) e por isso São Paulo diz que todo o entendimento criado se deve cativar em obséquio de Nosso Senhor: *In captivitate redigentes omnia intellectum in obsequium Xpi*.

Outros livros contribuíam para alimentar os interesses estratégicos do Portugal Restaurado:

Gazeta dos Meses de Maio e Junho de 1644

Nesta Corte saiu agora um livro intitulado: *França interessada com Portugal*, composto pelo Secretário da Embaixada do Conde Almirante, o qual foi muito bem recebido.

4.1.2.11 Economia e finanças

Várias notícias da *Gazeta* dizem respeito à economia e finanças do Reino. Num país comercial e colonial que procurava reconquistar a sua posição entre as potências da época, os movimentos de navios, um dos principais meios de transporte de então e o único que permitia viagens intercontinentais, eram notícia relevante, sendo que por várias delas também se pode perceber o estado da economia portuguesa à época da Restauração:

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

Abriu-se o comércio com [o Principado de] Moscovia e já veio uma nau com mercadorias e ficarão muitas para vir.

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

Entraram três naus de França, que saíram do porto de Saint Malo, e trouxeram mercadorias, armas e gente de guerra que vem servir a El-Rei nosso Senhor.

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

A 18 entrou neste porto uma nau francesa que vem de Génova com mercadorias.

(...)

As naus que vieram com o embaixador da Suécia carregaram sal em Setúbal e com muitas outras mercadorias se tornam outra vez, levando à Rainha da Suécia dois presentes que lhe manda El-Rei Nosso Senhor e outro que lhe manda a Rainha Nossa Senhora e ambos grandiosíssimos.

(...)

A nau São Domingos, que se esperava de Livorno, entrou neste porto a 25, em companhia de outra de Veneza.

O movimento comercial suscitado pela navegação era importante para o Reino e D. João IV assim o demonstrava:

Gazeta do Mês de Abril de 1642

A 9 se fez à vela o galeão São Bento, que vai para a Índia Oriental, e El-Rei Nosso Senhor o foi ver e assistiu no mar até que saiu de foz em fora.

Outras notícias davam conta do confisco do ouro, maneira de combater a fuga ilegítima de capitais e de relançar a economia de guerra:

Gazeta do Mês de Abril de 1642

Levantou-se o ouro, para que os estrangeiros não o tirassem do Reino e publicou-se que toda a pessoa que o tivesse o levasse à Casa da Moeda para se fundir de novo, de modo que uma moeda de quatro cruzados valha três mil reis, meia moeda 1500 e um quarto 750.

Num contexto bélico, a contrafacção de moeda era severamente reprimida, devido às consequências económicas que poderia gerar, incluindo falta de confiança no dinheiro:

Gazeta do Mês de Julho de 1642

Entre as pedreiras de Alcântara se acharam dois homens falsificando o cunho da moeda (...). Ambos foram condenados na pena da lei.

Na *Gazeta* por vezes também eram publicadas notícias sobre a economia europeia, embora, ocasionalmente, com intuítos não meramente informativos, mas também propagandísticos, como acontece com a descrição das crises castelhanas:

Gazeta do Mês de Setembro de 1643

Fizeram [os castelhanos] a uma moeda de prata a que chamam Carinhão, de um e dois e quatro reais de quartos, mas deitaram-lhe tanta liga que se quebraram todos, pelo que as recolheram.

Do mesmo modo, ocasionalmente surgiam notícias sobre movimentos de navios e o comércio ultramarino no estrangeiro. A notícia seleccionada como exemplo dá conta, também, da crescente importância da Holanda no comércio marítimo intercontinental:

Gazeta do Mês de Janeiro de 1645

De Amesterdão

(...)

Chegaram a este porto dois navios da Guiné e trazem ricas mercadorias, 1600 marcos de ouro e muitos dentes de marfim. E esperam-se muitos outros da mesma terra.

4.1.2.12 O insólito

Para os homens e mulheres do século XVII, o mundo era, além de ameaçador, bastante misterioso, cheio de prodígios. Assim, para além dos relatos fantasistas e propagandísticos do muro que, na Beira, ao cair, matou um incréu no suposto milagre do crucifixo da Sé de Lisboa, cujo Cristo teria baixado um braço para dar a sua concordância com a Restauração (Novembro de 1641), e do menino mudo que, em Miranda, teria gritado “Viva El-Rei D. João o IV!” (Fevereiro de 1642), surgem notícias de supostos milagres, que traduzem a profunda crença religiosa e supersticiosa seiscentista:

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

Neste mesmo dia foram uns homens do mar à Igreja de Nossa Senhora da Estrela dar graças dum milagre que a Senhora fez (...). Estando a naveta Nossa Senhora da Estrela na Baía de Todos os Santos, saíram uns marinheiros no batel a fazer aguada, e no caminho os investiu um monstruoso peixe, a quem alguns chamam Espadarte, e outros peixes-espada. Deu três botes no batel e com o bico passou de parte a parte, de modo que vendo os marinheiros que a perdição era infalível, chamaram pela Virgem Nossa Senhora da Estrela. E escassamente soou nos ares o seu santíssimo nome, quando o peixe suspendeu a fúria e se deixou estar manso e sossegado, de maneira que se atreveram os marinheiros a pegar nele com as mãos, e ele se deixou atar com muitas cordas, até que com grande facilidade o trouxeram vivo a terra, onde depois de o matarem, lhe arrancaram o bico (que estava atravessado no batel de um bordo a outro e era muito comprido, à maneira de uma serra) e o trouxeram consigo para o oferecerem à Senhora em memória deste milagroso acontecimento. Hoje está dependurado na sua Igreja, dentro da capela-mor do Santíssimo Sacramento.

Vários são, também, os relatos de acontecimentos insólitos:

Gazeta do Mês de Janeiro de 1642

No castelo de Vila Segura (de que é capitão e alcaide-mor Gaspar Moutinho), aos 30 de Dezembro passado, às 10 horas da noite, nas pontas dos chuços das sentinelas, apareceu um lume acesso à

maneira de uma estrela, a cor baça do mesmo modo da cera bela, e algumas vezes resplandecia como fogo. Foi este prodígio admirado e visto por todos e o capitão do castelo (fora algumas outras pessoas) tomou na mão um dos chuços para apagar o lume, mas não foi possível, e houve lume que se tirou do dardo, e se pôs no chapéu, e na mão direita que estava de posta, e a outro soldado se lhe pôs no terço da espada que tinha nua na mão. Estes mesmos lumes foram vistos duas noites antes. Consta tudo isto por um instrumento de testemunhas, que veio ao Ilustríssimo senhor Dom Rodrigo da Cunha, Arcebispo Metropolitano.

De realçar que a notícia anterior é interessante não apenas por causa do tema em si, mas também pela narração diacrónica, ou cronológica, estrutura básica de muitos relatos da época. Outra notícia dava conta do nascimento de um vitelo siamês:

Gazeta do Mês de Abril de 1642

Na província de Trás-os-Montes nasceu uma vitela de duas cabeças. Viveu pouco tempo e depois de morta lhe encheram a pele e a mandou o reitor da Universidade de Coimbra ao senhor Arcebispo de Lisboa, em cuja casa está hoje, e a vão ver muitos curiosos por maravilhas.

Os reflexos de um mundo visto como prodigioso e misterioso, de resto, não se resumiam a Portugal. A notícia seguinte é interessante porque descreve doze supostos prodígios:

Gazeta do Mês de Abril de 1643

De Amesterdão, aos 9 de Março de 1643

Na cidade de Stuttgart, na Alemanha, no fim do ano passado e princípio deste, foram vistos doze prodígios, a saber: o primeiro, que choveu duas vezes sangue na dita cidade; 2. Que a terra estremeceu ali extraordinariamente; 3. Que todas as portas do seu castelo se abriram por si mesmas; 4. Que o sino do castelo tocou por si mesmo; 5. Que no mesmo lugar foi ouvido um ruído e um estrondo tão espantoso que temendo o duque e sua corte que se queria de todo arruinar quiseram mudar-se para Kirkenheim; 6. Que dentro da câmara do duque foi ouvido um uivo espantoso

sem se saber a causa dele; 7. Que querendo o duque fazer viagem, jamais os cavalos puderam passar avante nem tornar atrás e que apareceram no ar dois homens, um com uma foice e o outro com um alfange nas mãos, o primeiro como quem andava ceifando e o segundo jogando com o dito trançado à direita e à esquerda; 9. Que o céu se abriu e apareceu por muito tempo aceso em fogo; 10. Que um cão negro (cujá vista foi sempre funesta aos duques desta casa) apareceu e desapareceu logo; 11. Que foi ouvido um grande trovão estando o ar muito claro e sereno (...); 12. Que uma candeia se acendeu por si mesma na capela dos paços do mesmo duque. Os acontecimentos farão ver a verdade, ou para melhor dizer, vaidade destes agouros.

De forma similar, a *Gazeta* relata o que poderá ter sido o avistamento de um suposto OVNI, em Amesterdão:

Gazeta do Mês de Janeiro de 1645

No princípio de Novembro apareceu sobre esta cidade um arco celeste todo negro, o qual lançava de si um fedor como de fogo, que se sentia dali a três léguas.

Certos fenómenos insólitos eram interpretados como fruto da intervenção divina. Na notícia abaixo, uma hipotética alucinação colectiva foi interpretada como o sinal de um eventual castigo de Deus que ameaçaria os hereges”, portanto “os outros”, algo que o próprio redactor encomenda à misericórdia divina:

Gazeta do Mês de Junho de 1643 de Novas Fora do Reino

De La Rochelle, aos ditos 29 de Maio de 1643

(...)

No mesmo dia 16 sucedeu que estando os hereges na sua igreja, fazendo suas rezas, e pedindo a Deus que desse graça ao novo Rei de França para lhes conceder quanto seu pai lhes havia concedido no dia em que tomou esta cidade, os quais seriam mais de quatro mil almas, homens e mulheres, viram subitamente descer de uma brecha um homem com duas espadas de fogo nas mãos. Fosse o que fosse, todos fugiram do lugar, sem ficar pessoa dentro (...), e temem os hereges que os extinga Deus totalmente no Reino de

França, como confiamos em sua misericórdia.

A notícia de um alegado milagre, em Goa, também não passou despercebida à *Gazeta*, que insinuantemente aconselha os crentes católicos à devoção por Nossa Senhora:

Gazeta do Mês de Agosto de 1645

Por carta de Goa, de 24 de Setembro de 1644, escrita pelo padre Gregório de Magalhães, da Companhia de Jesus, refere-se a um caso milagroso, e que foi, no colégio de Tannã, em Baçaim, da dita Companhia, no dito ano, mandou um religioso, mestre de latim, a um estudante seu discípulo, na sexta-feira, que ao outro dia, sábado, viesse muito cedo ajudar à missa de Nossa Senhora. Deitou-se o estudante com este cuidado e levantou-se tão cedo que era meia-noite, imaginando ele que seriam quatro da manhã. Saiu de casa e foi-se a caminho do colégio. Encontrou no caminho um mancebo desencaminhado, o qual se persuadiu que o estudante o ia espreitar, pelo que mandou a dois que o acompanhavam que o matassem. Arremeteram a ele e deram-lhe muitas cutiladas e o deixaram por morto estirado no chão. Levantou-se o devoto da Senhora e prosseguindo seu caminho para o dito colégio, esperou às portas dele a hora apontada, quando pela segunda vez o tornou a encontrar o sobredito soldado, e tendo por certa a sua falsa suspeita, arremeteu a ele com a espada na mão, deliberado a matá-lo, e assim lhe deu muitas cutiladas e estocadas até que com os golpes e pancadas lhe caiu a espada da mão e com temor da justiça se foi sem ela. O estudante de ambos os assaltos se achou sem lesão ou ferida alguma, por assim o permitir a soberana virgem, mas o vestido todo retalhado. Abriu-se a porta, referiu tudo o que se passara a seu mestre e a outros padres e dando por sinais que a espada do agressor se encontraria naquele lugar, se achou ser tudo verdade e por memória do caso e maravilha, se pendurou a espada na capela da Senhora, que quis livrar ao seu devoto de tão evidente perigo.

4.1.2.13 As intempéries e catástrofes

Embora pouco frequentes, há várias referências à meteorologia na *Gazeta*, em especial quando as condições do tempo provocavam vítimas, como acontece na seguinte notícia:

Gazeta do Mês de Janeiro de 1642

Quase todo este mês ventou, choveu e nevou, e fez muito dano a tempestade. Caíram no bairro de São Paulo umas casas onde morreram duas pessoas. Arruinou-se o recolhimento de São Cristóvão e as órfãs mudaram-se para uma casa junto à Igreja de São Vicente. Cresceu a água da chuva de maneira que na rua dos canos se afogou um homem, e morto veio pelo cano Real sair ao terreiro do Paço. Junto ao baluarte da carreira dos cavalos caiu um raio.

As notícias sobre as intempéries nem sequer se limitavam ao espaço português:

Gazeta do Mês de Abril de 1643

De Marselha, a 9 de Março de 1643

As grandes chuvas que em Itália houve desde o princípio de Novembro até ao fim de Dezembro passado engrossaram de maneira os rios da Lombardia e particularmente o Pó, que saindo do leito inundou a maior parte das cidades, vilas e terras vizinhas. Neste dilúvio afogaram-se tantas pessoas, ruíram tantas casas e perderam-se outros bens, que se não dera crédito (...) e grande número de lugares foram arruinados e se afogaram sete para oito mil pessoas, a maior parte das quais, querendo salvar-se com seus móveis, mulheres e filhos nos carros e nas carretas, a violência das águas os submergiu a todos e os fez perecer miseravelmente (...).

As intempéries podiam atingir os famosos em alturas imprevistas:

Gazeta do Mês de Janeiro de 1645

Em Roma, caiu um raio nos paços de Mudicis e entrou na casa onde estava deitado na cama o mesmo cardeal Mudicis escrevendo, mas não fez mais dano do que queimar alguma armação e a

almofada da cama, deixando tal fedor que quase todos os criados caíram de pasmo.

Os incêndios e outras catástrofes também eram noticiados:

Gazeta do Mês de Janeiro de 1645

Chegou à mesma corte um correio de Castela e deu por novas (...) que o fogo se pegou nos paços do duque do Infantado, nos quais, além da maior parte do edifício, consumiu mais de sessenta mil cruzados de móveis.

Também se diz que ardera uma grande parte do Retiro, na mesma altura em que o marquês de Terrecusso foi cercar a cidade de Elvas.

Os naufrágios também eram noticiados (especialmente se afectavam inimigos):

Gazeta do Mês de Março de 1642

Padeceram uma horrível tempestade vinte galés do Rei de Castela, que foram a Colibre levar socorro de Perpilhão. Três deram à costa nas Tinas, na Provença. Uma entrou no Mónaco e foi rendida pelos franceses. Outra deu em Liorne e cinco em Saiona. As demais receiam-se perdas. E não falta quem afirme que o príncipe de Oria (que era o general) fora prisioneiro a Paris e que assiste hoje na Bastilha, que é a prisão dos príncipes em França.

4.1.2.14 Outras questões sobre os conteúdos da *Gazeta*

Pontualmente, o redactor da *Gazeta* servia-se da mesma para contrariar os boatos e as versões dos acontecimentos pouco condizentes com os interesses restauracionistas, o que é particularmente visível numa peça publicada no número de Janeiro de 1645, onde se responde a um boato hipoteticamente espalhado pelos fiéis a D. Filipe III ou mesmo pela propaganda espanhola e onde se acaba por amaldiçoar o inimigo, num tom pouco sintonizado com aquele que predomina na *Gazeta*:

Gazeta do Mês de Agosto de 1645

Não é para deixar de advertir sobre o que o vulgo (...) diz, encaixando-se-lhe logo na cabeça qualquer nova que ouve sem probabilidade alguma, como a saída que dizem fez o inimigo de Badajoz, porque já afirmavam que tinham cercado Ouguela e Campo Maior como se ele não soubesse o presídio em que estas como as demais praças fronteiras estão. O certo é que os inimigos, à maneira de comediantes (...), não fizeram mais que uma mostra, saindo por uma porta e entrando por outra. Pelo contrário, ao mesmo tempo, mandando o senhor de Castelo Melhor buscar uma língua a Castela, entraram por ela dentro oito soldados de cavalaria e encontrando trinta castelhanos que vinham com seu comissário tomar armas a Badajoz, os renderam com muita facilidade, e os trouxeram com toda a bagagem a mãos lavadas. E destes e de outros (...) semelhantes encontros pudéramos cada dia (a Deus graças) fazer muitas e muito notáveis relações, pois os portugueses prezam-se tanto dos rasgos da pena como dos da espada. E assim por mais que os nossos contrários finjam e escrevam, manifesta a verdade, todos os seus triunfos se hão-de converter em tumbas, todos seus troféus em fúnebres aparatos e todo o seu riso em amargo pranto. Aquele que quiser reduzir seus pensamentos à gloriosa meta das vitórias e dos triunfos, tenha o olhar no céu, que de lá de cima vêm guiadas todas as nossas acções, com segurança tal que não podem deixar de ter felicíssimo fim.

Um aspecto importante na *Gazeta* está relacionado com o que é omitido. Ignoram-se, nomeadamente, as grandes batalhas da guerra da Restauração e as convulsões internas provocadas pela Restauração e em particular os portugueses fiéis ao Soberano a quem tinham empenhado a sua lealdade – Dom Filipe III, excepto pontualmente:

Gazeta do Mês de Janeiro de 1642

Mandou El-Rei de Castela a Sevilha um fidalgo português levantar um terço de portugueses para Nápoles.

Gazeta do Mês de Setembro de 1643

Dão por novas [de Madrid] (...) que ao filho do conde de Tarouca deram o título de marquês de Penalva; a D. Francisco de Melo de

duque de Estremoz; ao conde de Castro d'Aire o de marquês de Colares. O conde de Linhares largou sua casa nas mãos de El-Rei, o qual o fez conde de Gijon e general das galés (...) e seu filho conde de Linhares e gentil-homem da câmara. Ao conde de Torres Vedras fizeram mordomo da Rainha e do Conselho de Guerra, e a D. Lopo da Cunha [fizeram membro] do Conselho de Guerra e da Fazenda e o faziam do Conselho da Cantábria, que se desfez. Luís da Silva ia servir na Flandres e outros fidalgos iam para Nápoles e para a Armada Real. D. Pedro da Cunha serve como capitão de cavalaria na Catalunha.

Saliente-se que, segundo a *Gazeta*, os nobres portugueses que tinham mantido a sua lealdade para com Dom Filipe III eram penalizados pela sua alegada traição, num claro aviso sobre as intenções da Coroa:

Gazeta do Mês de Março de 1642

Mandou El-Rei Nosso Senhor confiscar os bens do marquês de Castelo Rodrigo por lhe constar que assistia na Alemanha em desserviço desta Coroa. E os do conde de Linhares se confiscaram também por um decreto do Conselho da Fazenda.

Outro aspecto relevante tem a ver com a incerteza que os redactores demonstravam acerca das informações que, por vezes, davam. Isso é transparente em múltiplas notícias. Naquela que a seguir se insere, quem a redigiu cai no elogio fácil, mas, ingenuamente, proclama sua ignorância:

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

Veio Frei Dinis de Lencastre, a quem El-Rei Nosso Senhor havia mandado às partes do Norte. Não se sabe a que foi, mas presume-se que efectuou tudo com a felicidade que se esperava de um sujeito em que concorrem tão soberana qualidade e partes tão superiores.

Finalmente, emerge da leitura da *Gazeta* a noção que os redactores da mesma já intuía a importância da promoção publicitária das publicações, como acontece em Novembro de 1642, número em que, no final, se comenta a edição autónoma de relações sobre determinados aconteci-

mentos: “O sucesso do nosso Embaixador em Roma. A grande batalha de Lérida. A vitória que o príncipe Thomas teve dos castelhanos e Itália (...) e outros sucessos saem nas suas relações particulares” (Novembro de 1642). Estas relações eram uma espécie de grandes reportagens vendidas separadamente, à semelhança das edições especiais e de certos suplementos dos jornais contemporâneos.

4.1.2.15 O enquadramento do mundo

A *Gazeta* afirma-se, conforme fomos vendo anteriormente, como um jornal, providenciando, assim, uma narrativa pública, periódica, “contínua”, sobre a marcha do mundo. Ao fazê-lo, ao seleccionar o que é digno de figurar nas suas páginas, ao expressar determinadas posições e sentimentos, ao usar determinados vocábulos, expressões e figuras de estilo, ao alimentar mitos e estereótipos, a *Gazeta* mostra o mundo de uma maneira e não de outra. Em suma, a *Gazeta* emoldura o mundo segundo um determinado enquadramento. Para alguns leitores, esse enquadramento reforçou (e reforça) as suas convicções. Esses seriam, certamente, aqueles que adoptariam a *Gazeta* como “seu” jornal. Outros leitores possivelmente rejeitaram (e rejeitam) a mundividência sugerida por esse periódico, cuja vocação eminentemente jornalística não deixa, apesar de tudo, apagar o seu comprometimento com as posições das elites dirigentes do país.

Tendo os temas das notícias em consideração, que imagem do mundo deu a *Gazeta* aos seus leitores e que imagem nos dá, a nós, do mundo seiscentista visto a partir de Portugal?

Em algumas coisas, a *Gazeta* dá uma imagem do mundo certamente semelhante àquela que encontramos em jornais contemporâneos. Havia guerra no mundo, ontem como hoje; havia estratos socialmente mais “relevantes” do que outros e as vidas de algumas “pessoas de condição”, nomeadamente das famílias reais, eram acompanhadas a par e passo, sendo de destacar os eventos sociais, muitos deles religiosos, que preenchiam parte da vida dessas pessoas (e por vezes também do povo comum); havia crimes e castigos; nascimentos, celebrações, mas também doenças e morte; política; tempestades; publicação de livros... Em suma, o mundo seiscentista não espanta demasiado os homens de agora, como certamente não espantaria alguém de tempos mais recuados. Há uma certa constância nas sociedades humanas.

No entanto, comparando as narrativas da *Gazeta* com as do jornalismo contemporâneo sente-se um certo tom arcaico nas primeiras, pois a forma como os portugueses de seiscentos vivenciavam e compreendiam o mundo era distinta da forma como os portugueses contemporâneos vivenciam e olham para esse mesmo mundo, continuamente transformado por acção do homem e da natureza. A religiosidade, a separação de águas entre protestantes e católicos, ainda que todos europeus, o valor da fidelidade ao Rei, a estratificação social extremamente marcada e aparentemente aceite como “natural”, os acontecimentos hoje desaparecidos do horizonte, como os autos de fé são alguns dos sinais que, presentes no discurso da *Gazeta*, a afastam das tonalidades discursivas de um jornal contemporâneo, pois o discurso de um jornal é, também ele, fruto do contexto e da conjuntura.

A sensação de arcaísmo agudiza-se pela forma como era manejada a língua portuguesa (atenuada nesta análise para facilitar a leitura dos exemplos) e também, por exemplo, do relato de pormenores e das justificações que são dadas para os factos. Por exemplo, sobre as celebrações do Domingo de Lázaro, o redactor explica que as festas terminaram às dez horas da noite porque os religiosos e demais pessoas estavam cansados.

Outra tonalidade arcaica do discurso transparece da mistura de assuntos nas notícias que se sucedem umas às outras, incomum nas notícias contemporâneas. A notícia das celebrações do Domingo de Lázaro, por exemplo, é seguida pela notícia da chegada de boas-novas dos Açores. Essas boas-novas, no entanto, não são explicadas, remetendo-se o assunto para a *Gazeta de Março* (outro arcaísmo).

Na tabela seguinte, recolhem-se alguns dos exemplos que poderiam ser dados sobre a forma como a *Gazeta* enquadrava o mundo, embora necessariamente devam ser complementados com os exemplos referidos ao longo de todo o presente capítulo.

O estado do mundo	Excerto textual ilustrativo
Um mundo em guerra	O general Martim Afonso de Melo (...) juntou (...) 3000 e tantos homens e a 27 de Outubro saiu da cidade de Elvas. no dia seguinte, pela manhã, chegou a Valverde. (...) Acudiram todos à defesa. Preveniram-se os nossos para o assalto, investiram e ganharam logo a primeira e segunda trincheiras, e arrimando escadas entraram na vila, na qual não havia rua que não tivesse a entrada defendida por uma peça de artilharia. Porém, os nossos romperam [as defesas inimigas] e destruíram tudo. Os inimigos retiraram-se para uma Igreja, ao pé da qual havia um reduto onde se defenderam valorosamente. E estando já os nossos ao pé da terceira trincheira, e o lugar quase rendido, houve da nossa parte quem gritou que retirassem, e cuidando todos que era ordem do general obedeceram, e cessou a destruição, que foi tão grande que não ficou em qualquer lugar casa alguma que os soldados não saqueassem e o que não puderam trazer ou o despedaçaram ou lhe puseram fogo. Tornaram enfim para Elvas alegres com a vitória e deixaram na vila mortos mais de 400 castelhanos, entre os quais morreu o comissário da cavalaria. Trouxeram 55 prisioneiros, tomaram três bandeiras e muitos despojos. Da nossa parte morreram pouco mais de trinta homens. (Novembro de 1641)
Um mundo de eventos sociais	Ao Domingo de Lázaro se celebrou nesta Corte o Auto de Fé. Junto ao quarto em que assiste a Rainha nossa Senhora se fabricou o teatro. Saíram a padecer três mulheres e três homens, um dos quais ia a morrer vivo por pertinaz. E às 10 horas da noite se acabou, depois de ter cansado os religiosos que lhe assistiam e a muitas pessoas. Grande parte deste dia estiveram El-Rei nosso Senhor e a Rainha nossa Senhora numa das janelas do Paço, que ficava sobre o teatro. A nova da Ilha Terceira, de que se fala (...) na gazeta do mês de Março, veio aos oito do mês de Abril no navio Sol Dourado. Foi de grande alegria para todo este povo. Repicaram-se os sinos. Cantou-se na capela real <i>Te Deum Laudamus</i> . Assistiram nas suas tribunas El-Rei nosso Senhor e a Rainha nossa Senhora. Veio em procissão o Senhor Arcebispo de Lisboa desde a Sé até à Igreja de Santo António, onde se disse uma missa votiva. Comeu El-Rei nosso Senhor em público, e fez mercê de mandar um prato ao capitão-mor Francisco de Ornelas da Câmara, e outro ao capitão Jorge de Mesquita (que trouxeram a nova) dizendo-lhes a ambos palavras muito honrosas. À noite houve luminárias. E daí a dois dias saiu da Igreja da Sé uma procissão geral com o pendão da cidade e o Senado da Câmara e foi ao convento de São Domingos a dar graças por tão feliz acontecimento. (Abril de 1642)
Um mundo de preocupações	Véspera de Reis presenteou António Pessoa Campo ao Príncipe, que Deus guarde, um cavalo feito por ele com tal artifício que não somente no aspecto engana a quem o vê mas também nas acções: rincha, endireita as orelhas, obedece ao freio, escarua, dá com as mãos nas cilhas, põe a anca no chã, dá coices, dá corcouos, faz chaças e curuetas, salta, golpeia, toma a andadura, trota, corre, passeia, volta a uma e a outra mão e faz tudo quanto a natureza ensinou a um ginete. A cor é endrina, a sela estardiota de veludo verde bordada de ouro com pedras preciosas. (Janeiro de 1642)

Um mundo de prodígios e milagres (muitos deles conotados com a propaganda)	Num lugar da Beira se afirma que um homem, ouvindo dizer numa conversa de amigos que na feliz aclamação de El-Rei nosso Senhor fizera o crucifixo da Sé o milagre, que a todos é notório, disse se podia acaso a imagem do Senhor despregar o braço, e assim que acabou de dizer estas palavras caiu uma parede junto da qual estavam todos os da conversa e só a ele matou. (Novembro de 1641)
Um mundo de prodígios e milagres, mas também um mundo de descobertas	Neste mesmo dia foram uns homens do mar à Igreja de Nossa Senhora da Estrela a dar graças de um milagre que a Senhora fez, o qual foi o seguinte: Estando a naveta Nossa Senhora da Estrela na Baía de Todos os Santos, saíram uns marinheiros no batel afazer aguada, e no caminho investiu um monstruoso peixe, a quem alguns chamam espadarte e outros peixe-espada. Deu três botes no batel e com o bico passou de parte a parte, de modo que vendo os marinheiros que a perdição era infalível chamaram pela Virgem Nossa Senhora da Estrela e mal soou nos ares o seu Santíssimo nome o peixe suspendeu a fúria e se deixou estar manso e sossegado, de maneira a que se atreveram os marinheiros a pegar nele com as mãos, e ele se deixou atar com muitas cordas, até que com grande facilidade o trouxeram vivo a terra, onde depois de o matarem lhe arrancaram o bico (o qual estava atravessado no batel de um bordo ao outro e era muito comprido e à maneira de serra) e o trouxeram consigo para oferecerem à Senhora em memória deste milagroso acontecimento. Hoje está dependurado na Sua Igreja, na capela-mor do Santíssimo Sacramento. (Fevereiro de 1642)
Um mundo de belas letras e novos conhecimentos	Acabou-se de imprimir o livro intitulado <i>Summa Universae Philosophie</i> , composto pelo padre Baltazar Teles, da Companhia de Jesus. Obra muito desejada e que inclui com grande erudição tudo o que há na Filosofia. (Dezembro de 1641)
Um mundo de intempéries, catástrofes e acidentes	Quase todo este mês ventou, choveu e nevou, e fez muito dano a tempestade. Caíram no bairro de São Paulo umas casas, onde morreram duas pessoas. Arruinou-se o recolhimento de São Cristóvão e as órfãs se mudaram para uma casa junto à Igreja de São Vicente. Cresceu a água da chuva, de maneira que na Rua dos Canos se afogou um homem e morto veio pelo cano Real sair ao Terreiro do Paço. Junto ao baluarte da carreira dos cavalos caiu um raio. (Janeiro de 1642)
Um mundo de crimes	Junto à Praça dos Canos, no entreforro de umas casas que estavam vazias, achou-se um saco, dentro do qual estava uma mulher feita em quartos. Tirou-se devassa, mas não há notícia até agora do delinquente. Presume-se que seu marido a matou. (Fevereiro de 1642)
Um mundo de normalidades	Morreu o padre Diogo de Hereda, aquele raro pregador da Companhia. Causou geral sentimento a sua morte pelo muito que perderam os púlpitos de Portugal. (Dezembro de 1641)

Registe-se que para um discurso poder ser entendido como verdadeiro, tem de haver correspondência entre o facto e a representação discursiva desse facto. Ora, o mundo que, no global, transparece do discurso da *Gazeta* é bastante indiciador da situação real, podendo, assim, ser considerado um discurso verdadeiro, no sentido que evidencia e indicia os contrastes do mundo seiscentista. A guerra, por exemplo, contrasta com as festas sociais, com os eventos religiosos (dos mais importantes eventos sociais na sociedade seiscentista) e até com episódios peculiares ilustrativos do bem-estar algo despreocupado da nova Família Real portuguesa, como aconteceu com a oferta de um cavalo mecânico ao Príncipe das Beiras, D. Teodósio.

Com as notícias sobre a administração do Reino e sobre os esforços diplomáticos e militares portugueses, a *Gazeta* pretendeu, certamente, dar uma boa imagem da organização civil, militar e diplomática que a Casa de Bragança, enquanto casa reinante, deu ao país. Em particular, visou, certamente, acentuar as vantagens da independência de Portugal face a Espanha, quando comparadas com a Monarquia Dual.

O principal acontecimento em desenvolvimento para os portugueses da época, a Guerra da Restauração, emerge do discurso da *Gazeta*, em particular no primeiro período – e mais interessante – do jornal, como a guerra que, de facto, foi: uma guerra de pequenas escaramuças na raia fronteiriça, roubos e destruição de povoações, bastante longe da imagem de guerra heróica que um relato epopeico certamente daria. De facto, a *Gazeta* noticia episódios da actuação das tropas beligerantes, incluindo os actos cruéis por elas perpetrados (de ambos os lados). Aliás, num tom de verdade, a *Gazeta* evidencia a insuficiente vigilância das fronteiras nacionais, pois se, no primeiro período do jornal, há notícia de incursões de portugueses em Castela, também as há de castelhanos em Portugal.

Pela leitura da *Gazeta* observa-se uma guerra da Restauração em que se vão juntando conjunturalmente homens para combater o inimigo e não uma guerra de exércitos profissionais. A estratégia militar não é alvo de grandes considerações e muito menos de análises, sendo, em alguns casos, referidas tácticas usadas em combates específicos, nomeadamente emboscadas e operações de reconhecimento. Também é referida a táctica da devastação, própria de uma época em que não existiam grandes preocupações pelos civis, em especial quando os redactores da *Gazeta* falam da destruição e saque de povoações. Uma ou outra vez surgem algumas descrições de batalhas de média dimensão, mas como durante as guerras

da Restauração houve poucas, esse facto não surpreende. Pelo contrário, até é bastante indiciático da situação real. As descrições de batalhas na *Gazeta*, aliás, pouco têm de epopeia e também não realçam a tática ou a estratégia militar, antes procuram salientar o valor e a argúcia dos portugueses. De qualquer modo, deve dizer-se que os relatos da guerra da Restauração são, geralmente, muito vivos, de uma forma que não desdenharia aos jornalistas contemporâneos e mesmo aos escritores de ficção histórica.

Do discurso sobre a guerra, que tende a acentuar a distinção e separação entre o “nós” e o “eles”, emerge, por outro lado, a noção de vinculação territorial à “nação”, marca identitária dos que têm nascimento comum e ideia telúrica.

Diga-se, em acréscimo, que os relatos do conflito bélico e, por vezes, mesmo os relatos sociais, surpreendem o leitor do século XXI pelo retrato de uma sociedade cruel em que a vida humana tinha pouco valor. Nas celebrações do Domingo de Lázaro, por exemplo, um prisioneiro foi sentenciado à morte.

Também importante no discurso sobre a guerra é a atribuição simbólica de funções à nobreza, já que normalmente são os nobres comandantes – muitos deles oriundos da pequena nobreza – que são referidos nominalmente, embora haja várias excepções. A protecção do Reino emana, assim, do discurso da *Gazeta* como uma condição para a legitimidade da nobreza como grupo detentor de direitos especiais num contexto social de forte compartimentação. Inclusivamente, a *Gazeta* refere os nobres portugueses como capazes de feitos militares inigualáveis sobre os estrangeiros. Aliás, a legitimidade da nobreza é reforçada pelas referências a “pessoas de condição” pontualmente espalhadas pela *Gazeta*, o que promove a separação simbólica entre quem tem “condição”, ou seja, um estatuto social elevado, e quem não a tem.

Outro factor a ter em conta no enquadramento do mundo promovido pelo discurso da *Gazeta* é a inclusão de notícias domésticas, do ultramar e do estrangeiro. Essa “mistura” reformularia continuamente, para o leitor de seiscentos, os quadros de referência do mundo e o próprio sentido de pertença a comunidades. O estrangeiro, em particular os espaços onde se jogava a diplomacia portuguesa e o destino de Portugal independente, passa, com a *Gazeta*, a fazer parte da topografia referencial e contínua dos portugueses.

Transparece ainda do discurso da *Gazeta* uma espécie de nacionalismo ao mesmo tempo próprio e cosmopolita, continental e ultramarino, fechado em si mesmo e de vocação atlantista e mesmo mundialista, *glocal*, numa síntese que perduraria até à transferência da soberania de Macau, último resquício do Império Português, para a China, no final do século XX. De facto, a *Gazeta* terá contribuído, à sua maneira, para a propagação de uma ideologia não apenas justificativa da Restauração, mas também nacionalista, de um novo nacionalismo, diga-se, já que era um nacionalismo cosmopolita, específico e ultramarino, conforme, aliás, já era sugerido nas próprias *Relações* de Manuel Severim de Faria, que traziam abundantes notícias sobre o ultramar português.

4.1.3 A propaganda da Restauração da Independência e da Casa de Bragança

Conforme se relevou anteriormente, vários autores clamam que a *Gazeta* se constituiu como uma espécie de órgão oficioso do novo regime e da Casa de Bragança, em busca da legitimação que lhe faltava para justificar a aclamação de D. João IV como Rei de Portugal. Em boa verdade, reduzir a *Gazeta* a esse papel é quase pejorativo, tanta e tão variada é a informação oferecida aos leitores pelo periódico, mas também é inegável que em várias notícias se faz a propaganda da Restauração, directa (por exemplo, pelos elogios a D. João IV) ou indirectamente (por exemplo, através do rebaixamento de Castela, do seu Rei e dos seus aliados e pela colocação em evidência da sua alegada perfídia), conforme se pode vislumbrar pela análise do quadro seguinte, que evidencia, ademais, que os governantes seiscentistas de Portugal já tinham uma percepção clara do *poder da informação*.

Táctica propagandística	Excerto textual ilustrativo
Mostrar claramente que há dois lados, o nosso e o deles (inimigos)	Dos <i>nossos</i> ninguém perigou. (Novembro de 1641, itálico nosso) os <i>inimigos</i> , à maneira de comediantes num palco, não fizeram mais do que uma mostra (Agosto de 1645) por mais que <i>nossos contrários</i> finjam e escrevam (Agosto de 1645)

Ridicularizar o inimigo	O certo é que os inimigos, à maneira de comediantes num palco, não fizeram mais que uma mostra, saindo por uma porta e entrando por outra. Que destes e de outros semelhantes combates pudéssemos cada dia (...) fazer muitas (...) relações [de notícias]! (Agosto de 1645)
Denegrir os castelhanos pelo seu comportamento	Tendo Sua Santidade notícia que andaram em Roma tantos vagabundo que por certo respeitos causavam grande cuidado, sendo a maior parte (...) alguns castelhanos, mandou publicar que todos os que fossem destas nações saíssem no tempo de três meses de Roma e da sua jurisdição. (Outubro de 1642)
Denegrir os castelhanos pelo seu comportamento, impróprio de cavalheiros (até tratam mal as damas...)	No dia seguinte veio de Frascati o príncipe Casimiro para visitar a marechala de Guebriant, francesa, a qual, na volta da Polónia, onde foi de Paris acompanhar a Rainha da Polónia, quis por devoção vir a esta cidade [de Roma]. Os castelhanos lhe negaram o passaporte que pedia. Pouca cortesia foi tratar-se de tal modo uma senhora tão autorizada e virtuosa, mormente não se negando passaporte nenhum em França aos castelhanos que querem ir para a sua terra. (Setembro e Outubro de 1646)
Denegrir o comportamento dos castelhanos, cujos nobres são capazes de crimes que denotam falta de lealdade e quebra de confiança, com consequências terríveis para Castela	O marquês de Leganes está ainda preso, acusado de ter tomado o dinheiro destinado ao exército que estava no ano passado em Aragão, onde houve grandes motins (...). (Julho de 1643)
Evidenciar a perfídia do inimigo para com os portugueses que, apanhados desprevenidos pela Restauração, tinham ficado em Espanha	As vexações que em Castela fazem aos portugueses vão em aumento, principalmente na Andaluzia, onde prenderam muitos, entre os quais o capitão Jordão de Barros de Sousa padece calamidades. (Fevereiro 1642) Em Madrid apertam com os portugueses e estão presos alguns por se quererem vir para Portugal. (Novembro 1641)
Realçar o valor dos portugueses, reconhecido até pelos inimigos, e revelar a alegada situação calamitosa em Espanha (embora com uma referência à inflação em Portugal – uma crítica sub-reptícia por quem sentia a escalada de preços ou um simples “excesso de verdade” na <i>Gazeta</i>?)	No assalto de Alconchel, achou-se na algibeira de um castelhano uma carta que de Segóvia escreveu um amigo a outro, que vive em Albuquerque, e diz nela que se admira da ousadia com que os portugueses entram pelas fronteiras de Castela fazendo presas de grande estimação e fortificando-se cada vez mais (...), que por lá se diz que em Portugal valem todas as coisas excessivo preço e que o mesmo acontece em Castela, principalmente a prata, que corre a cem por cento (...) e discorre largamente sobre o aperto de Castela, realçando que tudo são lástimas, prantos, queixas, desgraças, roubos de fazenda [dinheiro], que ninguém tem a sua segura, e que agora se manda que todos os homens ricos comprem em prata dobre censos sobre as rendas reais. (Junho de 1642)

Evidenciar a perfídia do inimigo (nem os sacerdotes castelhanos são bons...)	Entre os galegos que vieram da Beira prisioneiros, veio um soldado castelhano, o qual diz que trouxera da sua terra umas poucas de patacas que seu pai lhe havia dado para o caminho, e que quando chegara à fronteira, estando já para sair em campanha, fora ter com o cura do lugar e lhe deu as patacas, dizendo-lhe que as guardasse e que se ele morresse na guerra, ficariam para ele, com a condição que dissesse vinte missas pela sua alma, e que se escapasse, lhas tornaria outra vez a dar. Veio ao campo, travou-se a batalha, venceram os nossos e trouxeram tantos castelhanos prisioneiros que foi necessário ao soldado untar a cara com sangue e meter-se entre os mortos, para não vir cativo como os demais. Desta maneira ficou no campo, até que o mesmo cura, a quem ele tinha feito depositário do dinheiro, veio a retirar os mortos, e logo que o soldado o viu, pegou-lhe na capa e muito mansamente lhe disse que estava vivo e que se fizera de morto para não o aprisionarem. Neste ponto olhou o cura para os nossos, que estavam perto, e defronte dele, e começou a dizer em altos gritos: “Senhores portugueses, aqui está um castelhano vivo entre estes mortos, acudam vossas mercês e levem-no, que eu não trago comissão para retirar vivos e não quero enganar a ninguém, que sou cristão e temo a Deus”. Vieram os nossos e trouxeram-no preso, e o cura se foi para o lugar com os mortos e com as patacas. (Janeiro de 1642)
Mostrar a dissimulação dos castelhanos, mesmo nas negociações de paz e ainda que à custa de vidas humanas	Foram os mediadores ver o conde de Peñaranda, plenipotenciário de Castela, e lhe disseram que convinha que Sua Excelência respondesse às propostas que França tinha dado. Respondeu o embaixador que estava muito sentido, porque uns livros que tinha mandado vir de Itália não tinham chegado. Replicou-lhe o mediador de Veneza dizendo: “Senhor, esses livros que Vossa Excelência espera têm alguma conveniência para a paz?” Respondeu o conde que a paz tinha muito que cuidar e que ele cuidaria disso mais devagar. Com esta resposta, despediram-se os mediadores e cuidam os bem entendidos que morrem agora os castelhanos para se fazerem pazes e que disso grande argumento foi haver-se de tal modo o embaixador católico fingindo por soberba natural de sua nação não querer o que desejam notavelmente (Novembro de 1646).
Mostrar a crise castelhana	Num mês baixaram e subiram três vezes a moeda, com cuja baixa (...) perdera Castela 32 milhões e o estado em que hoje ficava era na prata a doze reais (...) cada pataca, os dobrões a 42 reais de prata (...). Fizeram umas moedas de prata a que chamam carinhão de um, dois e quatro reais de quartos e deitaram-lhe tanta liga que se quebraram todas, pelo que se recolheram. Para o exército da Flandres se fez assento, no princípio da campanha, de cinco milhões e trezentos mil cruzados, mas recambiaram as letras, por não quererem aceitá-las. (Setembro de 1643).

Evidenciar as desgraças castelhanas	Que dos navios da armada de Castela que se queimaram em Cádiz, o de Santo Domingo, e no molhe, o de São Francisco Capuchinho, e a capitânea Lansgrave, que eram navios cada um de mais de mil toneladas. (Setembro de 1643)
Realçar as derrotas de Castela	Tomaram os holandeses a capitania de Dunquerque e os franceses dois navios que o castelhano mandava com dinheiro para socorro de algumas praças. (Junho de 1645)
Mostrar a crise castelhana e personalizá-la na figura do Rei de Castela	Pessoa digna de crédito que veio de Madrid afirma que El-Rei Dom Filipe havia gasto dentro de dez meses nas guerras de Portugal e suas dependências três milhões e trezentos mil cruzados. (Dezembro de 1641)
Mostrar a crise castelhana através das notícias de revoltas de outras nações contra D. Filipe IV	a maior parte das Índias [castelhanas] tinham negado a obediência ao Castelhano e (...) só um vice-rei havia por ele, havendo (...) grandes revoluções. (Março e Abril de 1644)
Mostrar a crise castelhana através das notícias de revoltas de outras nações contra D. Filipe IV, paralelamente ao que sucedia em Portugal	Aos 11 do corrente houve uma grande altercação popular na cidade de Cosenza na Calábria, na qual mataram um homem muito principal, cujo corpo foi arrastado pelas ruas (...), e prenderam alguns 40 mais, que favoreciam os espanhóis (...). O povo de Mileto tem também queimado (...) casas e a maior parte dos vassalos deste Reino tem posto cerco a seus senhores por quererem suportar o governo dos espanhóis. (Setembro de 1647)
Mostrar a crise castelhana, evidenciando a deterioração do clima interno do país	(...) as novas sabidas em Saragoça causaram tanta perturbação e dissensão entre os moradores que obrigou El-Rei de Castela a mandar lá a D. Pedro de Vila Nova, novamente provido no cargo de secretário de Aragão, a fim de apaziguar o povo com as esperanças da chegada de Sua Majestade Católica e obrigá-los a fazerem novas levas para engrossar o exército e opor-se ao nosso. (Setembro de 1643)
Mostrar a crise castelhana	É tal a falta de dinheiro em Castela, e a miséria tanta, que houve dia em que não se deu estado às damas. (Setembro de 1643)
Mostrar que o Rei de Castela apenas dá a guerra aos seus súbditos	As cidades de Aira e São Omer não quiseram este ano semear as suas terras, dizendo que (...) o Rei de França lhes daria pão, pois o de Castela não dava mais que guerra (Janeiro de 1645).
Mostrar que os castelhanos nem os aliados respeitam	Duas galés do Grão-Duque da Toscana (...) tornaram aqui esta semana, porém muito descontentes dos ministros de Espanha, que os trataram em sua passagem pelos portos da Sardenha como se eles fossem seus inimigos. (Setembro de 1647)

Rebaixar a administração castelhana, em especial quando estão em causa soldados e nobres portugueses que combatiam nas fileiras de D. Filipe III contra franceses e holandeses (e que manifestam o desejo de regressar por falta de soldo)	Que desde que vieram de Aragão, e três meses antes que fossem, o que vem a ser (...) dez meses, não pagam a nenhum português, e agora antes da vinda do dito conde de Miranda e de Estêvão de Brito Freire se fez uma junta, na qual entraram o duque de Villa Hermosa (...) só a fim de tirarem o socorro aos portugueses e se assentou nela (quando estes dois fidalgos queriam partir) que aos condes dessem a uns a terça parte, a outros a metade, e que os mancebos e soldados fossem servir que lhes dariam soldo. A Diogo Soares tiraram todo o socorro.
Mostrar a prosperidade portuguesa, cujos embaixadores se podem comparar no fausto aos do Sacro-Império (aliados de Castela) e que podem contar com a amizade francesa	(...) foi o bispo, acompanhado (...) do embaixador da França, em cujo palácio fica hóspede, enquanto na praça Naona se prepara o seu palácio, que custa cada ano de aluguer 1400 escudos e nele se hospedavam sempre os embaixadores da Alemanha. Fez o bispo uma grandiosa casa e está ordenado que vá para a quinta do papa Júlio e que dali faça entrada pública, para a qual se estavam acabando (fora muitos coches e galas), três librés, uma para o campo, outra para entrar em Roma e outra para entrar no sacro palácio.
Mostrar que a popularidade de D. João IV se estende ao estrangeiro	Pôs-se um retrato de El-Rei Nosso Senhor numa sala do palácio do embaixador de França, despovoando-se Roma para o ver, e todos os pintores faziam infinitas cópias, que se compravam para adornar as casas em Roma e mandar a outras partes. (Novembro de 1646) Mas nem por isso deixou o povo [de Roma] de se alvoraçar. Homens e mulhães andavam como doidos pelas ruas gritando <i>VIVA' L RE D. GIOVANNE L'Quarto</i> . (Fevereiro de 1642)
Mostrar que a popularidade de D. João IV se estende ao estrangeiro e é suficiente até para deter actos de pirataria	No segundo dia do mês entrou neste porto uma nau francesa, a qual (...) encontrou (...) uma nau de mouros que andava a corso e o pirata, depois de render o capitão, perguntou-lhe para onde fazia viagem, ao que ele respondeu que (...) era para a corte de El-Rei Dom João o Quarto de Portugal. Em consequência, mandou que nenhum soldado lhe fizesse agravo, logo lhe deu liberdade e sem lhe tomar de todas as mercadorias (...) mais do que um cunhete de passas e outro de figos, lhe disse que seguisse viagem, advertindo-lhe que em troca daquela fineza que usava com ele, não queria outro agradecimento senão que quando chegasse a Lisboa dissesse a El-Rei de Portugal que um capitão africano (...) o largara (...) somente porque lhe dissera que navegava para a corte do Sereníssimo Rei Dom João o Quarto de Portugal. (Abril de 1642)

Exagerar os feitos militares portugueses, rebaixando os do inimigo, contrapor o grande número de inimigos ao pequeno número de portugueses valentes e exagerar os danos infligidos, omitindo ou diminuindo os próprios	Envergonhados os castelhanos da ousadia com que os nossos entraram pelas suas terras quando foram à vila de Talavera, saíram ao campo e vieram marchando para Portugal até que chegaram à vista de Campo Maior. Rodearam a vila como se quisessem entrar, ou pelo menos fazer alguma presa. Porém, saíram-lhe quarenta cavaleiros, da gente do lugar, e pelejaram valorosamente com eles, mas como o partido era desigual mataram dos quarenta dezassete, e os 23 que ficaram foram continuando a batalha com bizarro coração até que os socorreu o terço dos holandeses, que a não ser isto sem dúvida perderiam ali todos a vida, porque os inimigos eram muitos mais, mas logo se retiraram, deixando no campo alguns mortos e feridos. (Dezembro de 1641)
Diminuir o inimigo	(...) os portugueses se socorrem tanto (...) da pena como (...) da espada, e assim por mais que nossos contrários [inimigos] finjam e escrevam, manifesta a verdade todos os seus triunfos se hão-de converter em tumbas, todos seus troféus em fúnebres aparatos e todo o seu riso em amargo pranto. (Janeiro 1645)
Mostrar o favor de Deus e insuflar ânimo para o futuro	mas aquele que quiser reduzir os seus pensamentos à gloriosa meta das vitórias e dos triunfos, tenha a mira no céu, que de lá de cima são guiadas todas as nossas acções, com segurança tal que não podem deixar de ter felicíssimo fim. (Janeiro 1645) É coisa notável e muito para considerar que depois do encontro que os embaixadores de Portugal e Castela tiveram, das muitas balas que de parte a parte foram atiradas, naquele lugar, onde foi a pendência, se vêem hoje clarissimamente, numa esquina, assinaladas cinco, em modo que representam as cinco chagas, armas do Reino de Portugal, que parece as estampou ali o Céu, por algum mistério oculto ao juízo dos homens. (Dezembro de 1642)
Realçar os êxitos imaginados ou reais da diplomacia portuguesa Restauracionista	Por carta de Londres de 28 de Maio de 1642 se sabe que no último consistório o Papa Urbano VIII fez uma prática sobre a feliz aclamação de El-Rei D. João IV e resolveu que o bispo de Lamego fosse recebido como embaixador. (Abril de 1642)
Mostrar como o soberano legítimo D. João IV é reconhecido e aclamado até nos pontos mais distantes	No primeiro domingo da Quaresma, na Igreja de Santo Antão o Novo, disse o padre pregador aos ouvintes que dessem graças a Deus pelas boas novas que tivemos da Índia oriental, por um correio que veio a Itália por via da Pérsia, o qual não somente dizia que El-Rei nosso Senhor estava já naquelas partes aclamado Rei, com grande aplauso até dos príncipes mouros, mas também que andavam prósperas as armas portuguesas. (Março de 1642)
Conotar positivamente a aclamação de D. João IV	<i>feliz</i> aclamação (Abril de 1642)
Mostrar D. João IV como bom administrador	Mandou El-Rei nosso Senhor que se devolvesse (...) o terceiro quarto dos juros, tenças e ordenados, que se pediu por empréstimo no ano de 1641, porque se tem achado que o dinheiro da décima e da vintena basta para a guerra. (Fevereiro de 1642)

Realçar os êxitos imaginados ou reais da diplomacia portuguesa restauracionista	Regressou Francisco de Sousa Coutinho, que tinha ido por embaixador de El-Rei nosso Senhor ao Reino da Suécia. Foi recebido com grandíssimo aplauso e deixou as pazes confirmadas. E trouxe três naus de guerra de mais de trinta peças de bronze, cada uma com um fidalgo, que vêm a este Reino da parte da Rainha da Suécia para assistir nesta corte. E já falou a El-Rei nosso Senhor. Trouxe muita artilharia de bronze, grandíssimo número de corpos de armas, mosquetes e 30 cravina, uma embarcação carregada de pólvora e alguns cavalos. Deu-lhe a Rainha uma cadeia de ouro que pesa 330000, uma jóia de diamantes com o seu retrato e a todos os que foram na sua companhia mandou dar uma cadeia de ouro, e escreveu a El-Rei nosso Senhor dando-lhe os parabéns pela Restauração do seu Reino e assegurando-lhe que <i>com tudo o que pode, e com a própria vida, se empregará sempre em seu serviço</i> [itálico nosso], e ultimamente lhe dá a sua palavra de que não fará nunca pazes com o Imperador, e que sendo caso que as faça será primeira condição que ele dará liberdade ao Senhor Dom Duarte (Novembro de 1641). Regressou Francisco de Sousa Coutinho, que tinha ido por embaixador de El-Rei nosso Senhor ao Reino da Suécia. Foi recebido com grandíssimo aplauso e deixou as pazes confirmadas. E trouxe três naus de guerra de mais de trinta peças de bronze, cada uma com um fidalgo, que vêm a este Reino da parte da Rainha da Suécia para assistir nesta corte. E já falou a El-Rei nosso Senhor. Trouxe muita artilharia de bronze, grandíssimo número de corpos de armas, mosquetes e 30 cravina, uma embarcação carregada de pólvora e alguns cavalos. Deu-lhe a Rainha uma cadeia de ouro que pesa 330000, uma jóia de diamantes com o seu retrato e a todos os que foram na sua companhia mandou dar uma cadeia de ouro, e escreveu a El-Rei nosso Senhor dando-lhe os parabéns pela Restauração do seu Reino e assegurando-lhe que com tudo o que pode, e <i>com a própria vida, se empregará sempre em seu serviço</i> [itálico nosso], e ultimamente lhe dá a sua palavra de que não fará nunca pazes com o Imperador, e que sendo caso que as faça será primeira condição que ele dará liberdade ao Senhor Dom Duarte (Novembro de 1641). Logo alcançada a licença, com alvoroço e festa universal, entraram [os diplomatas portugueses] na Corte de Londres, acompanhados de quarenta e tantos coches, em que vinham todos os cavaleiros da Jarreteira e todos os senhores titulares. (Dezembro de 1641). De Génova e de Veneza se diz que foi lá bem recebida a deliberação da nobreza de Portugal e que se resolve que não se dará socorro contra El-Rei Dom Filipe mas que será admitido o embaixador de El-Rei Dom João o Quarto. (Novembro de 1641)

	(...) porque se juntaram os cardeais em consistório, e que se guardasse uma bula antiga de um papa, que por algumas ocasiões semelhantes de seu tempo, ordenou que a Santa Sé Apostólica admitisse e reconhecesse por Rei e Senhor aquele que estivesse de posse de seu Reino, gozando os frutos dele por um ano. (Outubro de 1642) Avisam de Roma que o Padre Santo assentou e decretou em pleno consistório que a pessoa que estiver aclamada e levantada do povo por Rei do Reino e estiver um ano de posse, dando obediência a Sua Santidade o Papa de Roma, será recebida e admitida e confirmada por Rei e filho da Santa e Católica Igreja Romana sem nenhuma contradição. (Outubro de 1642)
Conotar preparativos de defesa da Santa Sé com a atitude do embaixador castelhano junto do Papado e com o ataque preparado por este, em Agosto de 1642, aos representantes de Portugal	Depois do acontecimento que aos 23 do dito mês de Agosto houve aqui [em Roma] entre o embaixador de Portugal e o de Castela, foram postos guardas em muitos lugares e se dobraram os que estavam nas portas dela com grandes penas de não deixar entrar pessoa alguma suspeita em favorecer a parte de Castela. (...) Sua Santidade mandou (...) ver os muros, com ordem de os fazer reparar com toda a diligência, e mandou derrubar todas as casas que estivessem pegadas a eles, assim de fora como de dentro. Fez justamente meter no castelo de Sant'Angelo dois mil barris de pólvora e grande número de outras munições de guerra (...). Porque o pouco respeito que o embaixador de Castela mostrou no cometimento do de Portugal deu a entender que não esperava mais do que a ocasião (como muitas vezes entre os seus se havia planeado) de empreender a descoberto alguma acção contra Sua Santidade. (Outubro de 1642)
Mostrar como D. João IV é reconhecido como Senhor dos seus súbditos portugueses (forma de tratamento usual da época)	El-Rei <i>nosso Senhor</i> (a expressão é repetida em quase todas as circunstâncias em que se faz referência a D. João IV)
Mostrar D. João IV como justo e capaz de administrar justiça	Segunda-feira foi El-Rei nosso Senhor à Relação. Propuseram-lhe o caso do meirinho da Armada e do escrivão, que furtaram uma [grande] quantidade de barris de pólvora. Saiu o meirinho condenado à morte e o escrivão, por se constar que não teve culpa, saiu solto e livre. (Janeiro de 1642)
Mostrar D. João IV como piedoso	O conde de Castanheira, que estava preso numa torre de Setúbal, pediu a El-Rei nosso Senhor que lhe mudasse a prisão porque estava indisposto e El-Rei nosso Senhor usando de sua <i>natural benignidade</i> o mandou trazer para o castelo de Lisboa. (Novembro de 1641, itálico nosso) [E mais tarde:] O conde de Castanheira, o conde de Vale de Rei e Gonçalo Pires de Carvalho estão já em suas casas. (Dezembro de 1641)

Mostrar D. João IV como generoso	Fez El-Rei Nosso Senhor mercê a um bisneto do Bandarra de uma capela com que se pode sustentar suficientemente. (Dezembro de 1641)
Mostrar D. João IV como generoso para com os amigos de Portugal	Fez El-Rei Nosso Senhor mercê de mandar ao general da Armada da Holanda uma cadeia de ouro e um anel de diamantes. Ao almirante, outra cadeia e outro anel de igual valor e do mesmo feitio. E a cada um dos capitães (que eram dezoito) sua cadeia de ouro. (Dezembro de 1641)
Mostrar D. João IV repetindo, com poder para tal, actos de outros monarcas portugueses, nomeadamente do fundador da nacionalidade	Fez El-Rei Nosso Senhor mercê aos frades Bernardos da comenda de Alcobaça, assim como lha deu El-Rei D. Afonso Henriques. (Janeiro de 1642).
Num mundo de profunda credulidade e religiosidade, mostrar fantasiosamente o favor divino à causa da Restauração	Num lugar da Beira se afirma que um homem, ouvindo dizer numa conversa de amigos que na feliz aclamação de El-Rei nosso Senhor fizera o crucifixo da Sé o milagre, que a todos é notório, disse se podia acaso a imagem do Senhor despregar o braço, e assim que acabou de dizer estas palavras caiu uma parede junto da qual estavam todos os da conversa e só a ele matou. (Novembro de 1641) Na comarca de Miranda falou um menino mudo e disse: “Viva El-Rei Dom João IV” [aspas nossas]. Isto se sabe de certo e agora se está fazendo um instrumento de testemunhas por ordem da Sé de Miranda. (Fevereiro de 1642)
Conotação da Restauração com o nacionalismo, traçando paralelos entre a Restauração e a resolução da crise dinástica de 1383-1385, realçando a figura mitificada do herói nacional das guerras contra Castela, D. Nuno Álvares Pereira	No Chiado havia um paço de figuras de cera (...) o qual representa a paz que o Cristianíssimo Rei de França fez com o Sereníssimo Rei D. João IV, nosso Senhor, cujas armas o Céu faça prosperar e em cujo favor se arme o braço divino, para que alcance tantas vitórias que iguale as do grande defensor da pátria o Santo Conde D. Nuno Álvares Pereira. (Dezembro de 1641).
Mostrar a determinação dos portugueses na defesa do seu país (até as mulheres combatiam)	Na Aldeia da Ponte, junto à vila de Alfaiates, perto da cidade da Guarda, deram os castelhanos de Ciudad Rodrigo, mas a gente do lugar tomou as armas. Acudiram à defesa até as mulheres. Pelejou-se com tanto valor que rechaçaram o inimigo, com alguns mortos e muitos prisioneiros. (Março de 1642)

A *Gazeta* “da Restauração” mostra, efectivamente, que as elites portuguesas do século XVII tinham uma percepção bastante apurada das técnicas da persuasão propagandísticas, tal como o materializaram os redactores deste periódico, que procuraram por vários meios legitimar o novo regime, congregar a nação em torno do novo Rei e animá-la a resistir, ao mesmo tempo que procuravam denegrir e rebaixar Castela, enquadrando-a como nação inimiga, apesar da união que durante 80 anos tinha irmanado os povos ibéricos. Outra táctica, aliás, não seria de esperar numa época em que os retóricos da Antiguidade Clássica eram ensinados e estudados. Assim, na *Gazeta* usam-se recursos propagandísticos como:

- 1) A distinção entre o *nós* e o *eles*, *nós* e o *inimigo*;
- 2) O apregoar do *isolamento* do inimigo (*eles* contra o *mundo*);
- 3) O *engrandecimento* dos próprios feitos e a *diminuição*, *supressão* ou mesmo *deturpação* dos feitos “deles” (as *meias-verdades*), provocando uma perspectiva forçadamente dissonante da realidade;
- 4) A *imposição de enquadramentos ideológicos*, defensores da causa independentista e da legitimidade do novo Rei, às mensagens noticiosas, associando repetidamente ideias negativas aos castelhanos e aos respectivos aliados imperiais e ideias positivas aos independentistas rebeldes portugueses, aos independentistas rebeldes catalães (cuja luta era enquadrada como sendo similar à portuguesa – uma luta pela liberdade de uma nação), à Holanda e ao país que Portugal mais queria ver como aliado: a França.
- 5) A *repetição* dos enquadramentos nas mensagens ao longo do tempo (*eles* são “maus” e “opressores”, comparados *connosco*, “oprimidos que se libertaram”);
- 6) A *personalização* do inimigo, em particular na figura de El-Rei D. Filipe IV e do conde-duque de Olivares, ou ainda na figura do Imperador, para que os ódios pudessem ser direccionados; e também a personalização de Portugal na figura de D. João IV, para que os amores pudessem ser direccionados;

7) O *enquadramento histórico*, visível, por exemplo, na evocação das vitórias de D. Nuno Álvares Pereira face a Castela durante a crise de 1383/1385, que permite sustentar na história o discurso independentista e a legitimação e validação, interna e externa, da dupla ruptura de Portugal face a Espanha e da Casa de Bragança face a D. Filipe III. Nessa “legitimidade histórica” se sustentaria também, em parte, a aclamação de um novo Rei, um Rei “natural”, D. João IV.

Propagandisticamente, os êxitos militares portugueses são sempre relevados e os insucessos omitidos. Acontece o mesmo no domínio da diplomacia. O regresso dos portugueses em Espanha ao seu país, muitos deles fugidos dos castelhanos, também incentivava os ânimos nacionais e servia de exemplo. As notícias sobre os insucessos das Armas Castelhanas e dos seus aliados no estrangeiro fortaleciam os ânimos dos independentistas nacionais e desalentavam os partidários portugueses de D. Filipe IV (que também os havia, mesmo que encapotados).

Shoemaker e Reese (1996: 114) dizem que as histórias jornalísticas, para serem atraentes, tendem a integrar os mitos mais proeminentes numa determinada cultura. As histórias narradas nas *gazetas* aqui estudadas são, também, narrativas míticas sobre Portugal, pois insinua-se nelas o mito da Independência de Portugal, ou seja, a pretensão de que o país deveria ser independente de Espanha e ter um “Rei natural”. Nesse sentido, a evocação de personagens e acontecimentos da história de Portugal, como o herói de Aljubarrota e dos Atoleiros D. Nuno Álvares Pereira, ajuda a enquadrar o discurso. Explorando alegadas similitudes entre a situação vivida por Portugal no final do século XIV e a Restauração da Independência em 1640, usa-se a história para evidenciar a legitimidade deste último acontecimento. Observa-se, por outro lado, uma intervenção afirmativa da voz dos redactores na enunciação, sempre em torno dos objectivos propagandísticos já equacionados: “No Chiado havia um paço de figuras de cera (...) o qual representa a paz que o Cristianíssimo Rei de França fez com o Sereníssimo Rei D. João IV, nosso Senhor, cujas armas o Céu faça prosperar e em cujo favor se arme o braço divino, para que alcance tantas vitórias que iguale as do grande defensor da pátria o Santo Conde D. Nuno Álvares Pereira” (*Gazeta do Mês de Dezembro de 1641*). É óbvia, nessa passagem, a equiparação de índole nacionalista entre a ameaça à independência do final do século XIV e a situação vivida por Portugal na década de quarenta do século XVII.

Por outro lado, as referências às cerimónias com que obsequiavam os diplomatas portugueses além fronteiras sugeriam a importância do Portugal Restaurado no contexto internacional e reforçavam a legitimidade do novo poder: “Logo alcançada a licença, com alvoroço e festa universal, entraram na Corte de Londres, acompanhados de quarenta e tantos coches, em que vinham todos os cavaleiros da Jarreteira e todos os senhores titulares.” (*Gazeta do Mês de Dezembro de 1641*).

Numa época de profunda religiosidade cristã, era igualmente inevitável que a propaganda da Monarquia Restaurada associasse os actos dos conspiradores e a ascensão ao trono do novo Rei a sinais de Deus. O mundo, quicá para a maioria dos portugueses de Seiscentos, só fazia sentido como um espaço de intervenção constante de Deus e Deus teria agido no primeiro de Dezembro de 1640 em favor de Portugal. Consequentemente, para se construir a ideia de que a dinastia brigantina era legítima e que D. João IV era o “rei natural” dos portugueses, substituindo o Rei tirano (D. Filipe III), que teria quebrado o contrato “constitucional” com os seus súbditos, a *Gazeta* associa a acção dos conspiradores e do novo Rei a sinais de que Deus os favorecia, inclusivamente castigando os incrédulos. Logo no primeiro número, por exemplo, a *Gazeta* relata o episódio de desprendimento de um braço de uma figura de Cristo num crucifixo da Sé, como se fosse um sinal de que Deus estava com os conspiradores. Segundo o primeiro periódico luso, um descrente nesse suposto milagre foi castigado por Deus ao exprimir a sua dúvida durante uma conversa: caiu uma parede que só a ele matou. Dentro da mesma tática, surge a utilização, intencional ou crédula não se sabe, da seguinte notícia fantasiosa: “Na Comarca de Miranda falou um menino mudo e disse: Viva El-rei D. João IV” (*Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642*). É de dizer, no entanto, que a utilização de notícias de acontecimentos insólitos para, explorando a credulidade e religiosidade populares, reforçar a legitimidade de D. João IV, podendo ter sido, ou não, intencional, pode não ter dado resultado, já que contradizia a experiência do mundo dos próprios receptores.

Os actos em que D. João IV surge a decidir, ou a oferecer clemência, também servem a causa legitimista do novo Soberano, em especial quando são associados aos actos de outros Monarcas portugueses, nomeadamente do fundador da nacionalidade, como acontece na seguinte notícia: “Fez El-Rei Nosso Senhor mercê aos frades Bernardos da comenda de Alcobaça, assim como lha deu El-Rei D. Afonso Henriques.” (*Gazeta*

do Mês de Janeiro de 1642).

A *Gazeta* também cobria acontecimentos particulares, como, no caso seguinte, o sermão de um padre que anima o povo e lhe incute respeito pela legitimidade de D. João IV com boas novas de terras distantes: “No primeiro domingo da Quaresma, na Igreja de Santo Antão o Novo, disse o padre pregador aos ouvintes que dessem graças a Deus pelas boas novas que tivemos da Índia oriental, por um correio que veio a Itália por via da Pérsia, o qual não somente dizia que El-Rei nosso Senhor estava já naquelas partes aclamado Rei, com grande aplauso até dos príncipes mouros, mas também que andavam prósperas as armas portuguesas.” (Março de 1642) A notícia anterior, ademais, demonstra a importância que o púlpito teve para a propaganda da causa da Restauração.

Ainda são relevantes para a propaganda a exaltação regular do novo Rei e da nova Casa Real, conforme se observa na tabela atrás inserida, em especial no primeiro período da publicação. No entanto, essa exaltação por vezes era mais complexa, salientando-se a tripla legitimidade de Dom João IV ao Trono Português:

- 1) Legitimidade dinástica, como sucessor de Dona Catarina de Bragança e de Dom Henrique, sucessão essa que fora interrompida pela força (a intervenção de Dom Filipe I de Portugal, II de Espanha, no país, em 1580);
- 2) Legitimidade de ser Rei “natural”, aclamado pelos três estados da Nação Portuguesa na sua totalidade: nobreza, clero e povo;
- 3) Legitimidade de facto, já que era Rei de facto há dois anos, assim reconhecido por outros Reis e pelos seus súbditos e igualmente obedecido por estes.

Essa tríplice legitimidade é referida, por exemplo, no protesto que o bispo de Lamego, embaixador enviado por D. João IV à Santa Sé, fez ao Papa, quando saiu de Roma sem ter sido recebido pelo Santo Padre. Esse protesto foi anunciado na primeira página e publicado na íntegra (sinal de que o bispo mantinha correspondência regular com a *Gazeta* ou, pelo menos, com alguém da Corte, que dela dava conhecimento aos redactores do periódico):

*Gazeta do Mês de Abril de 1643**De Leão, aos 10 de Março*

Esta semana, passou por esta cidade, a caminho da Corte, o senhor de la Iarrie-Montígni, gentil-homem do embaixador da França em Roma (...). Trouxe por novas que (...) quanto ao bispo de Lamego (...) não haveria o Papa de o receber por embaixador porque os castelhanos publicavam que estava irregular, por haver tomado armas no encontro do embaixador de Castela com ele, que é coisa galantíssima, mas que sem dúvida receberia o primeiro embaixador que tornasse de Portugal (...). Quando o ilustríssimo de Lamego, embaixador de Portugal, saiu da corte de Roma, fez um protesto a Sua Santidade nestes termos

Santíssimo Padre e Bendito Senhor:

Dom Miguel de Portugal, bispo de Lamego, representa a Vossa Santidade com este memorial, por não ter licença para o fazer ajoelhado aos pés sagrados de Vossa Santidade, como logo que os três Estados do Reino de Portugal aclamaram por Rei ao Sereníssimo Rei Dom João IV, Duque de Bragança, como sucessor universal da Sereníssima Senhora Dona Catarina, Sua Avó, usando da faculdade, que de direito lhes competia, para resolver, julgar e determinar a devida sucessão por morte do Sereníssimo Rei Dom Henrique, que falecera sem descendência. Foi ele o orador designado por aquela Majestade para, em seu nome, vir render obediência a Vossa Santidade e impetrar sua bênção apostólica. E sendo entrado nesta Cúria a 20 de Novembro de 1641, e procurando dar cumprimento à sua missão, beijando os pés sagrados de Vossa Santidade, foi ordenado fizesse informar primeiro a congregação que Vossa Santidade para tal efeito deputasse. E dando execução a esta ordem, por palavra e pró escrito, não só se não tomou resolução no substancial da aceitação desta obediência mas nem ainda se lhe permitiu chegar à presença de Vossa Santidade. Do que sendo informado a Majestade do dito Rei da desautoridade e pouca segurança com que ele orador assistia nesta Corte, houve por bem resolver que se até outro tal dia 20 do presente mês de Novembro, no qual se cumpre um ano inteiro de sua entrada nesta Cúria, Vossa Santidade não fosse servido de o admitir como embaixador ou assinalar o dia para o fazer, se houvesse por respondido e saísse de Roma, por quanto da parte de

Sua Majestade se tinha (...) feito notório ao mundo tudo quanto inteiramente cumpria com a obrigação de Rei Católico e obediente filho da Igreja Romana e Sé Apostólica, acudindo logo que foi restituído aos Reinos que de direito, e justiça clara, lhe pertenciam, e com violência lhe haviam sido usurpados, dos quais plenamente em todas as partes e membros daquela Coroa estava de posse há dois anos, jurado e obedecido, sem dúvida nem contradição, e dá a devida obediência a Vossa Santidade em Seu nome e de Seus Reinos, reconhecendo-o e venerando-o como pai universal do povo Cristão, cabeça da Igreja Católica e Sucessor do Apóstolo São Pedro, sem pedir a Vossa Santidade declaração ou confirmação do título de Rei, da qual não necessitava, nem ajuda para se defender e sustentar, nem outra coisa mais do que a bênção apostólica de Vossa Santidade. Sendo também notório que os gloriosos Sumos Pontífices predecessores de Vossa Santidade admitiram sempre as embaixadas e receberam sem contradição a obediência de príncipes possuidores de Reinos, e ainda dos intrusos, sem que jamais excluíssem nem os dos hereges e infiéis. E havendo um ano que só a este negócio assistia ele, orador, nesta Cúria, fazendo tantas instâncias e tão apertadas diligências para ser ouvido e admitido, provando com evidentes razões, exemplos e documentos a precisa obrigação que havia para ser recebida esta embaixada, não só se lhe não deferiu, mas nem ele, orador, foi ouvido, como pretendente ordinário, negando-se-lhe a entrada a Vossa Santidade ainda privadamente, para se lhe representar o escândalo e graves inconvenientes que podia resultar de assim ser tratado, dando-se com isto ocasião a se poder presumir que obravam mais com Vossa Santidade as contradições de El-Rei de Castela, que justiça e obrigação da Suprema Igreja, que não havia de atender a outra dependência mais do que à mesma justiça, sem se inclinar a probabilidades temporais em matéria meramente espiritual, qual é um acto de Rei cristão render obediência ao vigário de Cristo. Assim que havendo Sua Majestade cumprido tudo o que devia, ficava por conta dos que aconselham Vossa Santidade o haverem de dar diante do divino tribunal dos danos que se seguissem da resolução tão pouco esperada e que não podendo a reputação real tolerar mais tempo a falta de estima e pouco respeito com que é tratado publicamente, era forçoso reconhecer o desengano de que

neste Pontificado não havia que esperar melhoria do agravo que se lhe tinha feito, preservando para outro a emenda e satisfação dele, pelo que com a devida reverência e humildade, prostrado de novo aos sagrados pés de Vossa Santidade, pede ele, orador, (...) se sirva Vossa Santidade de considerar com piedade paternal as demonstrações que por parte de Sua Majestade se têm feito, as desconsolações e desordens que presentemente se padecem naquele Reino, no espiritual, e os perigos e danos que podem resultar ao diante para que inclinado à sua natural piedade e justiça queira aceitar a obediência do dito Rei e Reino e lançar-lhes sua bênção apostólica.

A notícia anterior é reveladora da revolta, mas também, possivelmente, da angústia que, em Lisboa, provocavam os fracassos das iniciativas diplomáticas portuguesas junto da Santa Sé por causa da oposição espanhola. Ao chamar a atenção para o fracasso da diplomacia portuguesa, a referida notícia, verdadeira, poderá ter provocado o desânimo nas hostes portuguesas, mas também poderá tê-las incentivado a persistirem na sua acção e no apoio à causa brigantina, cujo embaixador real e, por seu intermédio, Dom João IV, tinham sido desconsiderados, afrontados e vexados pelo Papa.

Num outro registo, nas batalhas os portugueses são quase invariavelmente aclamados como valentes e astuciosos, capazes de superarem as desvantagens numéricas graças a esses atributos:

Gazeta do Mês de Março de 1642

Aos campos de Moira vieram 300 cavaleiros e alguns mosqueteiros castelhanos e levaram quanto gado havia naquele distrito, que foram 40 mil cabeças e muitas cavalgaduras que para várias partes iam carregadas de fato. Saiu em sua perseguição o capitão Dom Henrique Henriques com a sua companhia (que era de 60 cavaleiros) e com 40 mosqueteiros. Três léguas os seguiu, embaraçando-os com uma e outra carga, até que das vilas de Santo Aleixo e de Safara vieram em seu socorro 90 mosqueteiros, os quais o sargento-mor agregou aos 40 e de todos fez um batalhão, com que foi marchando meia-légua até chegar à ladeira dos vales de Aroche. Aqui deram os castelhanos três cargas sem lhe fazerem mais dano que matarem-lhe um cavalo e logo os nossos deram

neles e não somente tomaram toda a presa mas também tiraram a vida a 40 homens e renderam a 14 e se retiraram vitoriosos com muitos despojos, em que havia 15 cavalos, espingardas, pistolas, carabinas, selas e vestidos. Depois de passado o conflito, vieram quatro cavaleiros castelhanos àquele mesmo posto buscar o corpo de um tenente que morrera na batalha, mas os nossos os colheram e ataram três e trouxeram o outro prisioneiro, o qual afirmou que os castelhanos, que se retiraram feridos, morreram quase todos. Houve tão horrível destroço assim de gente como de cavaleiros no exército inimigo que, diz pessoa digna de crédito, com a grande quantidade de sangue correrá vermelha a ribeira de Chaaça.

Noutras ocasiões, conforme era costume na guerra de então, os portugueses conseguem presas valiosas ou sequestros de guerra susceptíveis de vir a render um bom resgate, perdendo sempre, segundo as notícias, menos homens do que o inimigo (as *Relações* de Manuel Severim de Faria, por exemplo, eram mais sinceras neste balanço entre mortos e feridos portugueses e inimigos – cf. Sousa, coord., 2006). Eis dois exemplos de notícias de saque e sequestros, ambas obedientes a um modelo de narração diacrónica:

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

O conde de Alba de Liste e o marquês de Alcanises, aos 10 de Outubro, entrarão pela vila de Ifanes e Malhadas com dois mil homens com ânimo de tomarem as munições e a artilharia que desta corte se mandava para a cidade de Miranda. Porém, os nossos prenderam-lhe junto à vila de Duas Igrejas (por onde o comboio havia de passar) o espião que lhes havia dado o alvitre e ensinado o caminho e com a sua prisão mudaram de intento e se foram. Logo chegou o comboio ao lugar de Duas Igrejas onde, com grande pressa, se recolheu (...). Fizeram os inimigos na retirada algum dano. Porém, Rui de Figueiredo de Alarcão, fronteiro-mor de Trás-os-Montes, e Pêro de Melo, capião-mor e superintendente das armas na cidade de Miranda, juntaram três mil soldados de infantaria e com cavaleiros e com dois mil soldados de infantaria mais que lhes mandou Francisco Sampaio, fronteiro-mor da Torre de Moncorvo, de que era cabo Domingos de Andrade Correia, foram a Brandilanes, a cinco léguas de Miranda, onde o inimigo estava

feito forte, e depois de duas horas de batalha, ganharam a trincheira e mataram 70 homens. Os demais retiraram-se para uma igreja, onde resistiram até que os nossos puseram fogo a um barril de pólvora, para que eles cuidassem que os queriam matar e se entregassem, o que fizeram, mas ficaram mortos quatrocentos, entre os quais morreu Dom Inigo de Balandria, governador da cavalaria. Saquearam os nossos o lugar e vitoriosos com mais de 300 armas de fogo, muito fato, grande número de gado e outros muitos despojos. Da nossa parte morreram sete ou oito homens.

Gazeta do Mês de Agosto de 1645

Na nossa fronteira do Alentejo entrou Fernão Martins de Ayala, tenente do capitão Manuel da Gama, filho de Fernão Gomes da Gama, quinze ou dezasseis léguas por Castela dentro, com somente nove homens, e entre Trusilho e Mérida encontrou ao conde de inguen natural de Bruxelas, cavaleiro do Tosão, mancebo de alguns 24 para 25 anos, o qual vinha à ligeira com três criados, em mulas de aluguer, a caminho de Badajoz, a servir o cargo de general de cavalaria, porque ao barão de Molinguen havia El-Rei Católico feito mestre de campo general, e fez ao dito conde prisioneiro, trazendo-o a Elvas, de onde passou para o castelo de Belém.

Indirectamente, uma notícia conotou-se com a causa restauracionista. Trata-se da queda em desgraça do conde duque de Olivares, valido de El-Rei D. Filipe III (IV de Espanha), grande responsável pela estratégia de miscigenação forçada dos assuntos de Portugal e de Espanha que acabou por ter por consequência, entre outras, a conspiração que levou Portugal à independência e a Casa de Bragança ao trono. Os nobres portugueses envolvidos na conjura da Restauração não terão deixado de se regozijar com a notícia:

Gazeta do Mês de Março de 1643

De Narbonne aos ditos 4 de Março de 1643

A desgraça do conde duque de Olivares nos foi confirmada com estas particularidades. Mandou El-Rei de Castela aos 17 de Janeiro ao conde duque um bilhete escrito por sua mão pelo qual lhe mandava que para satisfação de sua consciência e a de

seus povos, convinha deixar a gestão dos seus negócios. Desde aquele dia até aos 22 do mesmo mês se ocupou em dar expedição a muitos negócios em favor dos seus amigos e em queimar muitas outras cartas e papéis cuja memória queria sepultar com a de seu cargo. Aos 23 retirou a Lechez, que é um convento de religiosos, a cinco léguas de Madrid, novamente edificado pró sua mulher. Mas sendo entrado nele, teve ordem de El-Rei de não tornar a sair sem sua licença. Diversamente se fala das causas desta desgraça, porém entende-se que as principais foram o seu próprio governo e os desastrosos acontecimentos das coisas de Espanha, desde a sua incapacidade na tomada de Perpilhão à ruína do Exército de Aragão. Também se diz que o Rei da Hungria⁶, por meio do seu embaixador em Madrid, e a duquesa de Mântua, antes governadora de Portugal, foram grande ajuda para o fazer mal visto perante o seu senhor, porque tendo a dita duquesa, por meio da Rainha de Castela, ordem para desculpar-se com El-Rei seu marido dos defeitos que lhe atribuíam, aos quais imputavam o levantamento (digamos assim) do Reino de Portugal, ela os lançou todos ao conde duque, e fez ao dito Rei de Castela a tomar mais conhecimento dos seus negócios do que antes tinha e assim pôs no lugar do dito conde duque a D. Fernando de Bórgia, gentil-homem da sua câmara, se bem que não lhe tenha concedido tanta jurisdição [sobre os negócios do Reino, em comparação com a que teve o conde duque de Olivares].

Deve ainda sublinhar-se que a *Gazeta* não servia exclusivamente para a propaganda *tout-court*, pois também funcionava como agente de contra-informação, arrogando-se, por exemplo, o direito de desmentir alegados boatos que se teriam instalado entre o “vulgo”, enquadrado equivocadamente como uma massa amorfa e não por pessoas capazes de pensar: “(...) o vulgo (...), encaixando-se-lhe (...) na cabeça qualquer nova que ouve (...), como a da saída que, dizem, fez o inimigo de Badajoz, (...) já (...) afirmava que [o inimigo] tinha cercado Ouguela e (...) Campo Maior, como se ele não soubesse muito bem o presídio com que estas como as demais praças fronteiras estão.” (Agosto de 1645) De facto, o excerto anterior documenta que já no século XVII se tinha propagado

⁶ Conforme já se viu numa das notícias anteriores, Rei da Hungria é a designação adoptada para o sacro-imperador pelos seus inimigos, nomeadamente os franceses.

entre as elites a ideia errónea de que as pessoas comuns são uma espécie de massa que consome a informação todas da mesma maneira e sem quaisquer mecanismos de defesa contra a persuasão.

Apesar de tudo, a situação política era complexa e nem todos os portugueses apoiaram a ascensão da Casa de Bragança à soberania sobre o País e a aclamação de D. João IV. Para uma parte dos portugueses, nomeadamente para vários aristocratas e nobres, D. Filipe III continuava a ser o legítimo Rei de Portugal e D. João IV um mero usurpador. No entanto, o redactor da *Gazeta* enquadra sempre a situação com falsa clareza: há *nós* e há *eles*. Nós, os portugueses, eles, os castelhanos. As dissensões só pontualmente são referidas e sem se chamar a atenção para elas.

4.1.4 A noticiabilidade

De que fala a *Gazeta*? Também aqui não se encontram muitas variações em relação ao que certamente encontraríamos em jornais contemporâneos, pois as qualidades que dão valor noticioso aos factos (os valores-notícia ou critérios de noticiabilidade), como já dissemos, são historicamente estáveis. Grosso modo, foi notícia aquilo que ainda hoje é notícia. Tal como referiu Stephens (1988), privilegia-se (e privilegiou-se) o extraordinário, o insólito, a actualidade, a referência a pessoas de elite, a transgressão, as guerras, a tragédia e a morte. Ontem, como hoje, são estes critérios que decidem o que foi e o que será notícia. Apesar de o jornalismo ter passado por várias fases históricas, os assuntos abordados, mantiveram-se estáveis, sofrendo poucas alterações.

Vejamos:

4.1.4.1 Extraordinário e Insólito

Os homens e as mulheres do século XVII viviam num mundo que lhes era, ainda, algo desconhecido. Daí que fosse aceitável e comum a profusão de notícias fantasiosas, extraordinárias, supostos milagres, relatos imaginativos ou narrações incríveis, não com intenção de veicular mentiras, mas porque as pessoas (redactores e leitores) acreditavam naquilo que era descrito, quer devido à sua profunda religiosidade, quer

por causa da sua extrema credulidade. Estas notícias procuravam, ainda, de alguma forma, creditar a aclamação do Rei e creditar o seu governo. Na *Gazeta* temos exemplos dessas mesmas notícias:

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

Na Comarca de Miranda falou um menino mudo: e disse: VIVA EL REI DOM JOÃO IV. Isto se sabe de certo; e agora se está fazendo um instrumento de testemunhas por ordem da Sé de Miranda.

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

Num lugar da Beira se afirma que houve um homem, que ouvindo dizer numa conversação de amigos que na feliz aclamação de El-Rei nosso Senhor fizera o crucifixo da Sé o milagre, que a todos é notório: disse que podia a caso a imagem do Senhor despregar o braço; e assim como acabou de dizer estas palavras caiu uma parede junto da qual estavam todos os da conversação, e só a ele matou.

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

Em a cidade de Stugard em Alemanha, no fim do ano passado, e princípio deste, foram vistos doze prodígios; a saber: o primeiro que choveu duas vezes sangue na dita cidade, e seus contornos. 2. que a terra se estremeceu ali extraordinariamente. 3. que todas as portas de seu Castelo se abriram por si mesmas. 4. que o sino do Castelo tanguem por si mesmo. 5. que no mesmo lugar foi ouvido um ruído, e um estrondo tão espantoso, que temendo o Duque e sua corte, que se queria de todo arruinar, quizeram mudar-se a Kirkenheim. o 6 que dentro da Câmara do Duque foi ouvido um uivo espantosíssimo, sem saber a causa dele. 7. que querendo o Duque fazer viagem, já mais os cavalos puderam passar avante, nem tornar atrás: e que apareceram no ar dois homens, um com uma foice, e outro com um alfange nas mãos: o primeiro, como quem andava cegando, e o segundo jogando com o dito trançado, à direita, e à esquerda. 9. que o Céu se abriu, e apareceu por muito tempo aceso em fogo. 10. que um cão negro (cuja vista foi sempre funesta aos Duques desta casa) apareceu, e desapareceu logo. 11. que foi ouvido um trovão grandíssimo, estando antes o ar muito claro e sereno, de que todos ficaram com grande admiração. 12.

que uma cadela se acendeu por si mesma e a capela dos paços do mesmo Duque. Os sucessos farão ver a verdade, ou para melhor dizer, vaidade destes agouros.

Gazeta do Mês de Junho de 1643

No mesmo dia dezasseis sucedeu, que estando os Hereges na sua Igreja, fazendo suas rezas, e pedindo a Deus desse graça ao novo Rei de França, para lhe suceder quanto seu pai lhes havia concedido no dia, que tomou esta cidade, os quais seriam passante de quatro mil almas, assim homens, como mulheres, viram subitamente descer de uma brecha um homem com duas espadas de fogo nas mãos: fosse o que fosse todos desamparam o lugar, sem ficar pessoa dentro: sobre o que há muitas coisas, e temem os Hereges os extinga Deus totalmente do Reino de França, como confiamos em sua misericórdia.

4.1.4.2 Actualidade

Para os homens e mulheres do século XVII, a actualidade não era vivida como o é nos dias que correm. As notícias, nomeadamente as da *Gazeta*, eram veiculadas com uma frequência mais ou menos mensal, mas não era por isso que perdiam a sua actualidade. Contar no início do mês de Março, o que aconteceu durante o mês de Fevereiro era manter a actualidade necessária para se poder considerar o critério “actual” como pertinente na escolha do que seria, ou não, notícia.

Gazeta do Mês de Maio de 1642

A onze do mês se benzeram as duas fragatas que se fabricaram na ribeira das naus. Disse missa o Bispo Capelão mor e deu, por nome, à maior, São João Baptista e, à mais pequena, são Teodósio, em graça do nome de Sua Majestade e do Príncipe nosso Senhor.

Gazeta do Mês de Junho de 1642

Chegou a este Porto uma nau da Rochela, em que vieram alguns portugueses de Itália e da Catalunha.

Gazeta do Mês de Janeiro de 1642

Dia de Reis às quatro horas da tarde, saíram os Reis de armas com suas cotas bordadas e os maqueiros com trombetas, atabales e muitas outras festas foram discorrendo por todas as praças e pelas ruas mais frequentadas da Cidade, publicando as pazes, que El-Rei nosso Senhor fez com a Rainha da Suécia.

4.1.4.3 Referência a pessoas de elite

Quanto mais importante era uma pessoa, mais interessava escrever sobre o que lhe acontecia. Mortes, nascimentos, conquistas, derrotas, proezas ou até acontecimentos mais banais do quotidiano de determinadas personalidades, enchiam as páginas da *Gazeta*, não só a nível nacional, como também internacional.

Gazeta do Mês de Novembro de 1642

O General Major Enkensert chegou a Viena. O Coronel Wank Sueco, Governador de Olmutz, tem tomado numa das suas saídas quantidade de gado, e de pão, que logo fez recolher na sua praça: tomou mais, e saqueou a Tobischaw. É certo, que o Coronel Schlarg Sueco, matou 500. Croatas ao Conde de Bruè, e fez prisioneiro ao Coronel Heister com outros muitos.

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

Chel da Rainha, que era Maese de Campo em Tatragona, está agora na Corte de Madrid esperando que o despachem. No seu lugar ficou o Conde de Aguiar Marques da Inojosa.

Gazeta do Mês de Setembro de 1643

Aos seis deste mês o senhor de Bonnella Ballion foi provido no cargo de secretário das ordens DelRey.

4.1.4.4 Transgressão

Notícias sobre transgressões à ordem, no século XVII, e respectivas punições eram, também, frequentes, na *Gazeta*. Esta referência ao que era norma e desvio servia, essencialmente, para fazer um elogio à justiça

exercida pelo Rei.

Gazeta do Mês de Junho de 1643

Em dezasseis do corrente matou nesta cidade da Rochela uma mãe a quatro filhos, em que entrou uma filha já mulher de catorze anos, e os degolou a todos na cama: a qual mulher foi levada presa a Paris.

Gazeta do Mês de Outubro de 1642

Trouxeram também preso um sacerdote, que meteram na torre. Acharam em diversas partes grande quantidade de munições, e tomaram 5 carroças carregadas delas, que vinham de Cobham junto a Grauesent. Mais outras 5, também carregadas da casa do Arcebispo de Lambeth, 7 mais da casa do Senhor João Haydon, um valido de El-Rei. Além disto trazem tanta gente de diferentes partes, que senão pode dela dar razão.

Gazeta do Mês de Julho de 1642

A uma aldeia, que está entre Alcoutim, e Castro Marinho, vieram cinco barcos longos de Castelhanos, e saquearam uma ermida de Santo António, sem deixarem os sinos, nem as portas; e depois de queimarem algumas choças, que naquele distrito havia, se recolheram levando o mesmo santo com grande festa, e algazarra, como que o levavam cativo. Chegou isto à notícia de Dom Francisco de Castelo Branco; que estava em Castro Marinho, e mandou logo meter uns mosqueteiros em barcos, os quais saíram do rio, e tomaram três barcos longos de Aiamonte, e dois de são Lucas de Guadiana, com gente que ia neles.

Gazeta do Mês de Julho de 1642

Entre as pedreiras de Alcântara se acharam dois homens falsificando o cunho da moeda receada: ambos foram condenados na pena da lei: um deles padeceu no mesmo dia, em que El-Rei nosso senhor veio de Alcântara: o outro, por ver se podia embaraçar a execução, ou pelo menos dilatá-la, confessou que havia cometido o crime de heresia: foi remetido ao tribunal do Santo Ofício: e daí a doze dias tornou para a cadeia pública, de onde saiu a padecer a mesma morte, que o primeiro.

4.1.4.5 Guerras

Numa época em que a paz não era uma constante e que os conflitos bélicos aconteciam a toda a hora, a todo o momento e em todo o lugar, as notícias mais veiculadas eram, sem dúvida, as notícias sobre guerras ou conflitos. A *Gazeta*, usando informações obtidas não só na capital portuguesa, mas também com base em notícias de jornais estrangeiros, conseguia informar os seus leitores acerca do que se ia passando em Portugal e no resto da Europa, com especial destaque para os países mais próximos geograficamente (Espanha, França, Itália, ...). Por vezes, como se vê no primeiro exemplo, as descrições do conflito são extensas e altamente pormenorizadas.

Gazeta do Mês de Junho de 1642

Na vila de Penamacor se foi o General Fernão Telles de Menezes para Almeida por ter aviso de que o inimigo pretendia fazer algumas entradas por aquelas partes, e a 28. de Maio saíram da Aldeia do Bispo (uma vila de Castela, que dista de Almeida meia légua) algumas tropas de infantaria, e de cavalos, e foram correr o campo junto a um lugar nosso, que se chama Vale de Mula, donde fizeram presa no gado que andava pastando muito longe dos muros. Tocou-se logo o rebate: e o Tenente General da cavalaria João de Saldanha de Sousa, saiu com algumas tropas, e se foi a Vale de Mula, a tempo que os Castelhanos estavam já da banda de além de um rio, que haviam passado, e no alto de um monte, que está perto de aldeia do Bispo. Passou ele também o rio, e passaram em seu socorro com 60 de cavalo os capitães Rui Tavares de Brito, Cristóvão de Sá de Mendonça, e Cristóvão da Fonseca Cardoso. Chegou ao posto, de donde se viu a cavalaria do inimigo, que andava escaramuçando junto às suas trincheiras, favorecida da sua infantaria. Haviam-se adiantado alguns dos nossos, aos quais investiram os Castelhanos, e se começou uma travada escaramuça; durou largo espaço de tempo: pelejaram valorosamente Monsenhor de Mongrol Alferes do Coronel Sebastião da Mahè, António da Fonseca Ajudante de cavalaria, Francisco Valente da Costa Capitão de infantaria, e Nicolau de Paiva de Albuquerque Alferes do Tenente General, a quem naquele dia feriram o cavalo. Mandou o Tenente General pedir licença ao General Fernão Teles de Menezes

para investir a Vila de Aldeia do Bispo, e não lha concedeu: assim porque havia grande risco na empresa, em razão da pouca gente, com que se achava o Tenente General, como também porque queria ir ele mesmo. E a 29 de Maio saiu de Almeida à uma hora depois da meia noite: levava a vanguarda da cavalaria o Tenente General, ia com ele o Capitão de Guarda Dom Lourenço de Sousa, que assim nesta como em todas as mais ocasiões o acompanhou sempre, dando grandes mostras de valor, e de zelo do serviço de S. Majestade, também foram em sua companhia os Capitães Rui Taveira de Brito, António de Carvalho de Vasconcelos, e Diogo Ribeiro Homem, sujeitos, dignos de grande estimação por seu valor. Seguia-se logo o Capitão Puplinier, a quem o Tenente General entregou uma tropa de cavalos, donde havia sete, ou oito Franceses todos oficiais, ia na retaguarda da cavalaria o Capitão Cristóvão da Fonseca Cardoso com a sua companhia. O Mestre de Campo D. Sancho Manuel levava a vanguarda da infantaria, ao qual acompanhavam por ordem com os seus roços os Capitães Nuno da Cunha de Ataíde, Duarte de Miranda Henriques, Alonso de Touar, António de Andrade de Gamboa, Francisco Valente da Costa, Manuel Teixeira Homem. Marchava logo o General Fernão Teles de Menezes, a quem dava guarda o Capitão Cristóvão de Sá de Mendonça com a sua companhia de cavalos, ia na retaguarda o Sargento-mor Lourenço da Costa Mimoso. Desta maneira chegaram à visita de aldeia do Bispo pela madrugada, e já o Tenente General havia ocupado os postos altos do contorno da vila; e num padraço, que ficava sobre ela fez alto o Capitão Vitorio Zagallo com 50 mosqueteiros: e porque o inimigo estava fortificado junto à Igreja, foi o Tenente General a ocupar um outeiro, que lhe ficava defronte. Iam neste tempo os Capitães Puplinier, e Cristóvão da Fonseca tinham cercado a vila pela outra parte, e tomado um alto ao longo de uma ribeira, de modo que ninguém dela podia sair, que lhe não desse nas mãos. Repartiu logo o Mestre de Campo a infantaria pelos postos convenientes: começou-se a peleja dando-se grandes cargas de mosquetaria de uma, e outra parte, até que os nossos dispararam duas peças de Artilharia, que com grande conduziram àquele posto, e com elas fizeram tanto dano aos inimigos, que lhes quebraram o ânimo. Veio de socorro à vila (duas horas depois de chegarem os nossos) um companhia de

cavalo: porém saíram-lhe duas tropas da nossa cavalaria, puseram-nos em fuga, e os foram seguindo até Vilar de Servo, que está a meia légua daquela vila, e aqui se travou a escaramuça, e nela morreram alguns castelhanos, e veio um prisioneiro. Entretanto o General mandou que investissem as trincheiras os Capitães Nuno da Cunha de Ataíde (a quem encarregou a vanguarda, pelo muito que fiava de seu valor) Duarte de Miranda Henriques, Alonso de Tovar, Francisco Valente da Costa, Manuel Teixeira Homem, António de Andrade de Gâmbôa, cada um com sua manga, e num mesmo tempo entraram todos com igual deliberação e ao entrar num reduto deram com uma bala pela testa ao Capitão Alonso de Tovar, e lhe tiraram a vida, sendo geralmente sentido, por ter de muito valor, e esperanças: foram os nossos [palavras rasuradas no original] ganharam, e saquearam o lugar, e pegaram fogo á maior parte dele. Logo foi o Tenente General dali a meia légua a um lugar, que chamam Castelo com uma companhia de cavalos, e outra de mosqueteiros, e lhe pôs também o fogo: com o que se retiraram os nossos vitoriosos, deixando mortos grande número de Castelhanos, e trazendo 90 prisioneiros.

Gazeta do Mês de Dezembro de 1642

De Langres aos ditos 27 de Setembro,

Aos 22 deste mês, chegaram aqui os dois canhões, e morteiro, e mais apetrechos, que o Conde de Grancy tomou na batalha de Ray, e o dito Conde veio também a se curar da ferida que recebeu. Esta batalha foi mais sangrenta do que se imaginava, porque fora do campo de batalha se acharam depois mais de trezentos corpos mortos, e entre eles o General da Cavalaria de Franche-Contè: os dois Sargentos-mores dos regimentos de Infantaria de São Maurício, e de Govan: e outros muitos oficiais, a fôra os que se não podem achar, os trombetas vem a pedir. O Barão de Cey, achando-se ferido de dois tiros de pistola, se tornou a Gray, acompanhado somente do Conde de Salnova. Os Marqueses de Trave, e de Govan Mestre de campo, foram também gravemente feridos.

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

Nas fronteiras de Trás-os-Montes entraram algumas tropas de cavalaria Castelhana, e muitas de mosqueteiros: iam marchando

sem que lhes escapasse caminhante, ou pastor, que não rendesse gado, em que não fizesse presa, nem lugar, que não saqueassem. Inquietaram-se todas as terras circunvizinhas, até que chegou o clamor às nossas praças de armas, e de improviso se juntaram companhias de várias partes, e foram buscar os inimigos, e deram neles junto ao lugar da Bemposta. Houve uma pendência muito renhida de parte a parte; mas os Castelhanos, depois de lhes custar a batalha grande copia de vidas, deixaram a presa, e se retiraram com muita descomposição.

4.1.4.6 Tragédia

Mortes, assassinatos, acidentes, tragédias e catástrofes naturais são sempre assunto de interesse. Isto porque, as más notícias “vendem” mais do que as boas notícias. Na *Gazeta* encontram-se alguns exemplos deste tipo de relatos, com particular destaque para as mortes e para as catástrofes naturais.

Gazeta do Mês de Janeiro de 1645

Na Hungria há grande peste, principalmente nas cidades de Presburg, e Edimburgo, onde todos os dias morrem mais de sessenta pessoas.

Gazeta do Mês de Janeiro de 1642

Em Sevilha foi o inverno tão rigoroso; e tantas as avenidas, que se alagou a Cidade toda, e subiu a água a parte, donde já mais chegou. Afogou-se alguma gente, e morreu muita de fome.

4.1.4.7 Morte

O critério da morte está directamente relacionado com o da tragédia. As mortes, fossem de pessoas de elite ou fossem consequência de guerras, batalhas ou conflitos, eram notícia de interesse e aparecem com bastante frequência na *Gazeta*.

Gazeta do Mês de Maio de 1644

A Rainha da Polónia irmã do Imperador morreu a vinte e quatro de Março, depois de parir uma filha morta.

Gazeta do Mês de Julho e Agosto de 1644

Faleceu o Papa a 29 de Julho, 21 de seu Pontificado. E em Roma há grande confusão sobre a eleição do novo Papa. A Rainha Cristianíssima tem mandado pela posta dois Duques e muitos Correios a várias partes. Na cidade têm entrado muitos franceses e muitos castelhanos. Ordene Deus o que melhor estiver para a sua Igreja, e para a paz da Cristandade.

Gazeta do mês de Dezembro de 1641

De Cádiz saíram três naus com dois milhões e seiscentos mil cruzados, metade para Flandres, e outra metade para Londres, e entraram pelo canal de Inglaterra com vento próspero; mas tanto que chegaram ao cabo de Cronalhi se levantou uma tormenta, e tão rigorosa, que uma delas se foi a pique, e era a que levava a maior parte do dinheiro. Não se salvaram mais que dezassete pessoas.

4.1.3.8 Proximidade

Galtung e Ruge (1965) fazem, ainda, referência a outros critérios que são determinantes na escolha daquilo que será, ou não, notícia. Para além daqueles já aqui referidos, os autores mencionam outros que também encontramos na *Gazeta*. Um deles é a proximidade. Seja qual for a natureza da proximidade (geográfica, afectiva, cultural, etc.), um acontecimento terá mais probabilidade de se tornar notícia quanto mais próximo ocorrer.

Gazeta do Mês de Janeiro de 1642

Vieram algumas pessoas de Madrid, e de Sevilha.

Gazeta do mês de Fevereiro de 1642

Chel de la Reyna, que era Maese de Campo em Tatragona, está agora na Corte de Madrid esperando que o despachem; e no seu ligar ficou o Conde de Aguilar Marquez de la Inojosa.

4.1.3.9 Intensidade ou magnitude de um acontecimento

Galtung e Ruge (1965) referem, igualmente, que a intensidade ou magnitude de um acontecimento são determinantes para elevá-lo a notícia, sendo, que, quanto mais intenso for esse mesmo acontecimento, quantas mais pessoas envolver ou afectar, mais probabilidade terá de ser notícia. Na época da *Gazeta*, notícias sobre as guerras ou notícias reais eram aquelas que se consideravam mais relevantes e eram aquelas mais “apetecíveis” para o leitor.

Gazeta do Mês de Maio de 1642

A catorze deste mês se botou ao mar a fragata São João Baptista, obra já do Marquês de Montalvão: houve grande concurso de gente na ribeira das naus: veio El-Rei nosso Senhor da sua quinta de Alcântara na gôndola Real com o sereníssimo Príncipe Dom Teodósio, e assistiram ambos até que a fragata adornada de ramos, flores, bandeiras, e galhardetes acabou a carreira, rompendo as águas com airoso ímpeto, e grandíssima alegria de todos.

Gazeta do mês de Junho de 1642

A 13. deste mês entrou o Mestre de Campo D. Sancho Manuel por Castela, deixando os Capitães Manuel Teixeira Homem, e João Fialho com as suas companhias numa emboscada para que assaltassem a cavalaria do inimigo, em caso que viesse por aquele sítio, e ao romper da Alva sucedeu que a cavalaria Castelhana, que andava correndo a raia, tomou um ajudante nosso, matou um soldado, e levou 4 prisioneiros. Porém os da emboscada ouvindo disparar dois mosquetes, saíram ao campo cortando o caminho até que chegaram à vista dos inimigos, e lhes deram uma carga, com que mataram o Alferes, que governava aquela tropa, e dois cavaleiros mais, pondo em fuga a todos os outros: entretanto entrou de noite o Mestre de Campo pela parte de Cidade Rodrigo, e prendeu doze cavaleiros Castelhanos, e dois clérigos, um beneficiado, e outro tesoureiro da Sé de Cidade Rodrigo: depois disto arrasou a Almeida, que é uma aduana pegado a Cidade Rodrigo, e tomou aí muita quantidade de gado: e se despejou um lugar, que se chama Barquilha, e dois mais, que estavam junto da nossa raia. Veio o inimigo com infantaria, e gente de cavalo para

tomar a presa aos nossos, porém acudiu o General Fernão Teles de Menezes, e os Castelhanos logo se retiraram: e porque ficava no meio uma ribeira, e não havia da nossa parte cavalaria, não foi o General em seu alcance.

4.1.3.10 Referência a nações de elite

Tal como colocaram Galtung e Ruge (1965), da mesma forma que a referência a pessoas de elite pode levar a que determinado acontecimento venha a ser uma notícia, a referência a nações consideradas de elite também leva a tal. No século XVII, Espanha, França, Inglaterra, Holanda, Flandres, Itália, entre outros, eram considerados países superiores e as notícias da *Gazeta* versavam, frequentemente, sobre eles. Ao mesmo tempo, noticiando os acontecimentos mais marcantes destas nações, criava-se um sentimento de unidade entre os que pertenciam a estes espaços.

Gazeta do Mês de Março de 1643

De Roma aos 9 de Janeiro de 1643

Escrevemos de Ferrara, que o Cardeal Ginetti, que ali está por Legado, tem feito reparar os muros, e mandado a todos os moradores, que estejam providos de mantimentos para seis meses por quatro teve aviso, que esta praça era muito requisitada do Duque de Modena, que continua em fazer muito grandes levadas.

Gazeta do Mês de Março de 1643

De Londres a 10 de Janeiro de 1643

O Marquês de Hartford, que governa por sua dita Majestade as tropas, em Principado de Gales, está em Worxester: e se não sabe ainda, que rota seguirá. O Conde de Castelo novo se tem avançado com as suas até Nottingham, não obstante o impedimento, que lhe quiseram fazer as tropas do Parlamento, com as quais muitas vezes pelejou em seu caminho.

Gazeta do Mês de Março de 1643

De Paris a 6 de Fevereiro de 1643

A Morte do Cardeal Duque não fez inovar coisa alguma no governo,

que hoje tem o Cardeal Mazarino, Xaveni , e Noier, os quais guardam em todo as ordens, que o dito Cardeal deixou. Sua Majestade soltou alguns presos da Bastilha, e perdoou alguns desterrados.

4.1.3.11 Desenvolvimento de assuntos anteriores

Galtung e Ruge (1965) constataram, ainda, que, se um acontecimento está, de alguma forma, relacionado com outro que já foi notícia, ou seja, se vai de encontro ao que já foi (ou ainda é) notícia, então, muito provavelmente, será, também notícia.

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

Em Inglaterra vão por diante as alterações, e estão as coisas embaraçadas, de modo, e as novidades na Religião são tantas, que as liturgias dos protestantes estão quase acabadas de todo, e o livro comum das preces nalgumas partes anda emendado, e noutras de nenhuma maneira o aceitarão.

Gazeta do mês de Fevereiro de 1642

As vexações, que em Castela fazem aos Portugueses vão em aumento, principalmente em Andaluzia, donde prenderam muitos, entre os quais o Capitão Jordão de Bairos de Sousa padece grandes calamidades.

4.1.3.12 Novidade

Um outro teórico da noticiabilidade, Nélson Traquina, (2002) definiu conjuntos de valores notícia que estão presentes nas diferentes etapas da produção jornalística. Para o autor, estes valores estão presentes, não só na selecção dos acontecimentos, mas também na elaboração de uma notícia. São os chamados valores-notícia de selecção (morte; notoriedade; proximidade; relevância ou importância; novidade; factor tempo – actualidade, cabide noticioso; notabilidade; surpresa; conflito ou controvérsia; infracção e escândalo); valores-notícia de selecção contextual (disponibilidade; equilíbrio do noticiário; potencial de cobertura em imagem; concorrência; dia noticioso); e valores-notícia de

construção (amplificação - hiperbolização do acontecimento e das suas consequências; relevância - capacidade de mostrar como o acontecimento é importante; potencial de personalização; potencial de dramatização; consonância - ou potencialidade de enquadrar um acontecimento em enquadramentos anteriores). Ora, assumindo-se a *Gazeta* “da Restauração” como uma “produção jornalística” nela vão, também, encontrar-se alguns destes valores.

Estando a maioria dos critérios já explicados e devidamente comprovados com exemplos da obra, procurar-se-á, de seguida, apresentar exemplos que provem a presença dos valores-notícia ainda não referidos.

Em primeiro lugar, debruçemo-nos sobre a novidade. As pessoas sempre tiveram particular interesse pelo que é novo, pela novidade, e, muitas vezes, essa(s) novidade(s) é (e era) veiculada nas notícias. A *Gazeta* tinha, na sua época, esse papel, tão importante, de contar as “novas” de dentro e fora do Reino. Veja-se:

Gazeta do Mês de Julho de 1642

Quando uns soldados nas trincheiras da vila de Penamacor descobriram uma mina, e sem saber de que metal era se mandou a esta Corte a amostrar: fez-se o ensaio, e achou-se que era de cobre, com muito boa conta.

Gazeta do Mês de Abril de 1642

Publicou-se um édito que todos os Castelhanos se saíssem deste Reino, e que os que estão nele moradores de muito tempo, querendo ficar, se naturalizem.

4.1.3.13 Notabilidade

Segundo Traquina (2002), a notabilidade está relacionada com a visibilidade que um facto pode ter. Pode dar-se pela quantidade (quanto maior for o número de pessoas, por exemplo, que um acontecimento envolve, maior também é a hipótese de ele ser noticiado), pelo facto de ser estranho, de mostrar uma inversão da realidade dita “normal”, etc.

A *Gazeta* apresenta vários exemplos de notícias que provam a inclusão deste critério nos que fazem parte da selecção noticiosa da publicação:

Gazeta do Mês de Março de 1642

António de Queirós Mascarenhas Capitão mor de Valadares, aos 14. do mês saiu à campanha com 400. homens divididos em três troços; marchou por Galiza. Fez uma entrada nos lugares de Guegoas, Vilar, e Benzianes: donde matou 20. Galegos dos que lhe fizeram resistência; saqueou estes três lugares, e retirando-se vitoriosos, com uma presa de muito porte lhe saíram do Conselho de Intrímio, e da Vila de Lobeira 300. Castelhanos, e o acometeram pela retaguarda: mas ele lhe deu uma, e outra carga, e os fez retirar com muito dano. E os despojos que trouxe foram infinitos mosquetes, pistolas, espingardas, espadas, piques, dardos, com grandíssima copia de fato, e mais de duas mil ovelhas, e com vacas. Da nossa parte nem houve mortes, nem feridas, e somente o Capitão mor saiu ferido numa mão.

Gazeta do Mês de Junho de 1642

Que um clérigo Irlandês convertera 50. Ingleses, e que depois de eles fazerem protestação da Fé, e jurarem que reconheciam por cabeça da Igreja ao Sumo Pontífice, e queriam na real presença, na Eucaristia se lhes deu passaporte para se irem livremente, e que um soldado que se achou presente os seguiu, e matou a todos dizendo, que era lástima deixá-los ir a parte, donde os pervertessem, e que os queria mandar a todos para o Céu.

4.1.3.14 Equilíbrio do noticiário

Não se pode dizer que as notícias, na *Gazeta*, primassem pelo equilíbrio temático. A grande maioria dos assuntos e, atendendo à época, de uma forma compreensível, prendia-se com a guerra ou batalhas. No entanto, nos diferentes meses e anos de publicação, nenhum exemplar discorreu, exclusivamente, sobre questões bélicas. Havia sempre algo mais sobre que falar, mais novidades para contar.

Gazeta do Mês de Abril de 1642

No segundo dia do mês entrou neste porto uma nau francesa: a qual vinda de Vila Nova de Portimão carregada de figo, e passa a esta corte, com intento de fazer daqui viagem para Nantes, en-

controu na altura do cabo de Espichel uma nau de Moiros, que andava a curso, e o pirata, depois de render ao capitão, lhe perguntou para donde fazia a viagem: ao que ele respondeu que a sua direita descarga era para a corte del Rei D. João o quarto de Portugal. Em continente mandou que nenhum soldado lhe fizesse agravo, logo lhe deu liberdade, e sem lhe tomar de todas as mercadorias; de que vinha carregado, mais, que um cunhete de passas, e outro de figos, lhe disse que seguisse sua viagem, advertindo-lhe que daquela fineza, de que usava com ele, não queria outro agradecimento, mais, senão que como chegasse a Lisboa dissesse a el Rei de Portugal que um capitão Africano, depois de o ter cativo, e depois de haver feito presa na sua mão, o largara sem permitir que ninguém lhe fizesse dano, somente porque lhe dissera que navegava para a corte do Sereníssimo rei D. João o quarto de Portugal. O Domingo de Lázaro se celebrou nesta corte o acto de Fé. Junto ao quarto em que assiste a Rainha nossa Senhora se fabricou o teatro. Saíram a padecer três mulheres, e três homens, um dos quais ia a morrer vivo por pertinaz, e às dez horas da noite se reduziu, depois de ter caçado aos Religiosos que lhe assistiam, e a muitas outras pessoas. Grande parte deste dia estiveram el Rei nosso Senhor, e a Rainha nossa Senhora numa das janelas do paço, que ficava sobre o teatro.

Gazeta do Mês de Junho de 1642

A 13 deste mês entrou o Mestre de Campo D. Sancho Manuel por Castela, deixando os capitães Manuel Teixeira Homem, e João Fialho com as suas companhias numa emboscada para que assaltassem a cavalaria do inimigo, em caso que viesse por aquele sítio, e ao romper da Alva sucedeu que a cavalaria Castelhana, que andava correndo a raia, tomou um ajudante nosso, matou um soldado, e levou 4. prisioneiros. Porém os da emboscada ouvindo disparar dois mosquetes, saíram ao campo cortando o caminho até que chegaram à vista dos inimigos, e lhes deram uma carga, com que mataram ao Alferes, que governava aquela tropa, e dois cavaleiros mais, pondo em fugida a todos os outros: entretanto entrou de noite o Mestre de Campo pela parte de Cidade Rodrigo, e prendeu doze cavaleiros Castelhanos, e dois clérigos, um beneficiado, e outro tesoureiro da Sé de Cidade Rodrigo: depois disto arrasou a

Almeida, que é uma aduana pegado a Cidade Rodrigo, e tomou aí muita quantidade de gado: e se despejou um lugar, que se chama Barquilha, e dois mais, que estavam juntos da nossa raia. Veio o inimigo com a infantaria, e gente de cavalo para tomar a presa aos nossos, porém, acudiu o General Fernão Teles de Menezes, e os Castelhanos logo se retiraram: e porque ficava no meio uma ribeira, e não havia da nossa parte cavalaria, não foi o General em seu alcance.

Veio por via do Algarve um Moiro Comissário do Rei de Marrocos, enviado a fim de que se lhe permita o mandar seus Embaixadores a el Rei nosso Senhor, e a 22. deste mês entrou nesta corte.

4.1.3.15 Amplificação

Os valores-notícia de construção referem-se ao contexto da produção noticiosa, a uma fase em que as notícias já estão escolhidas e já fazem parte de uma edição. Ou seja, estes valores dizem mais respeito à forma de narrar do que ao conteúdo. De entre os vários critérios de construção, destacam-se, na *Gazeta*, o da amplificação e o da relevância.

Em primeiro lugar, analise-se o critério da amplificação. Quanto mais impacto o jornalista conseguir criar com a notícia que procura veicular, quanto maior for a amplificação do acontecimento sobre que se vai falar, mais interesse o leitor vai ter em ler sobre tal. Esta amplitude pode conseguir-se com títulos expressivos e apelativos (algo que não existe na *Gazeta*, uma vez que as notícias não têm títulos) ou com uma forma de narrar pormenorizada e rica em imagens, facto que já se nota e que se pode exemplificar da seguinte forma:

Gazeta do Mês de Abril de 1642

Os Castelhanos que assistem da guarnição nas vilas, que estão fronteira da Província da Beira, entraram nos nossos campos, e deram no lugar de Forcalhos, de onde se retiraram com grandíssimo número de Gado, depois de haverem feito algumas hostilidades. Logo se juntaram os nossos, e foram inquietar os lugares de Castela por aquela parte, que responde a Albergaria, e trouxeram de lá muito maior quantidade de gado, que a que eles nos haviam

tomado. Sentiu-se o dano de parte a parte, e assentaram que cada um restituísse tudo aquilo, em que se havia feito presa, e no mesmo ponto, em, que se tratava de enfeitar este concerto, vieram os Castelhanos da Vila de S. Martim, e entraram na aldeia de Fuinhos, donde fizeram algum dano, e levaram umas poucas de ovelhas, que andavam pastando nos montes. Escandalizado o General Fernão Teles de Menezes de ver que os inimigos (violando as leis da guerra) quando actualmente tratavam de restituição de presas, vinham aos nossos campos a roubar se deliberou a fazer uma entre presa: e juntou alguma cavalaria com quinhentos soldados pagos, e oitocentos de ordenança, e aos quatorze deste mês, por melhor dissimular o seu intento, foi marchando para a vila de Alfaiates; donde esteve um dia, e uma noite, e logo saiu à campanha, e deu no lugar de Elges, cujo castelo é capaz de alojar grande cópia de infantaria. Investiu com tanto valor, que no primeiro encontro fez retirar o inimigo, e rendeu o castelo, ainda que com grande trabalho por estar situado no alto de umas penhas, e ser a subida como todo o encarecimento dificultosa. Deste castelo pende a segurança de todos os mais, que há na serra de Gata. Depois de entrado, procurou o General guarnece-lo de infantaria, e para isto se conseguir com facilidade desceu à Vila de Veluerde, e mandou dizer aos moradores dela que lhes daria bom quartel se quisessem estar por el Rei D. João de Portugal. Eles vieram logo nisto, e reduzindo-se à obediência del Rei nosso Senhor, se netregaram com promessa de dar cada mês o trigo, o azeite, e o vinho, que fosse necessário para socorrer a nossa gente, que havia de ficar presídio naquela praça. Celebrou-se o conserto, e guarneceu-se o castelo com 300. Mosqueteiros, de que é governador o Mestre de Campo Dom Sancho Manuel. Achou-se também nesta ocasião um mestre de Campo Francês; e Afonso Furtado de Mendonça Alcaide mor, e capitão-mor da Covilhã, o qual foi na vanguarda com oito companhias, e deu grandes mostras de valor. Ficaram mortos oito Castelhanos, e alguns feridos.

Gazeta do Mês de Maio de 1642

A catorze deste mês se botou ao mar a fragata São João Baptista, obra já do Marquês de Montalvão: houve grande concurso de gente na ribeira das naus: veio el Rei nosso Senhor da sua quinta

de Alcântara na gôndola real com o Sereníssimo Príncipe Dom Teodósio, e assistiram ambos até que a fragata adornada de ramos, flores, bandeiras, e galhardetes acabou a carreira, rompendo as águas com airoso ímpeto, e grandíssima alegria de todos.

4.1.3.16 Relevância

Tal como o critério anterior (amplificação), a relevância depende do jornalista. É ele quem deve procurar mostrar que tal acontecimento é importante e porquê. É o jornalismo que tem de mostrar, na forma como narra, por exemplo, que determinado assunto, vai ter impacto suficiente para despertar o interesse do leitor.

Gazeta do Mês de Novembro de 1642

Depois do sucesso, que aos 23 do dito mês de Agosto houve aqui entre o Embaixador de Portugal, e o de Castela, foram postas guardas em muitos lugares da cidade, e se dobraram as que estavam nas portas dela, com grandes penas de não deixar entrar pessoa alguma suspeita em favorecer a parte de Castela. E se prenderam esta semana 7. Borgonheses, que vinham de Nápoles, e quiseram entrar por força, fazendo resistência às guardas, que estão à porta de s. João de Latrão, e depois de se lhes fazerem algumas perguntas, os tornaram a lançar fora pela do Pópulo, desterrados para sempre de todo o estado Eclesiástico.

Gazeta do Mês de Dezembro de 1642

Mais de Roma ao primeiro de Novembro de 1642

É coisa notável, e muito para considerar, que depois do encontro, que os Embaixadores de Portugal, e Castela tiveram, das muitas balas, que de parte a parte foram tiradas, naquele lugar, onde foi a pendência, se vêem hoje claramente numa esquina assinaladas cinco, em modo que representam as cinco chagas, armas do Reino de Portugal, que parece as estampou ali o Céu, por algum mistério oculto ao juízo dos homens.

4.1.5 Os “outros” na *Gazeta*

Como são representadas as pessoas na *Gazeta* “da Restauração”? Certamente, de uma forma que corresponde à mundividência da época, resultante da mundividência moldada pelo ambiente cultural do Portugal seiscentista.

4.1.5.1 A legitimação discursiva do domínio social

Uma leitura geral das notícias permite observar que a rígida estrutura social de Seiscentos está plasmada no periódico. Os grupos sociais dominantes, nomeadamente as casas reinantes, a grande nobreza e os clérigos, são os mais referenciados – conforme, aliás, se denota na análise quantitativa – e, quando deles se fala, muitas vezes fala-se deles *exercendo o poder* com legitimidade para serem *obedecidos e seguidos*. Inclusivamente, enquanto os grandes fidalgos e clérigos tendem a ser referidos pelos nomes, categoria e/ou cargo, as restantes figuras da sociedade seiscentista normalmente surgem colectivizados, em substantivos como “soldados”, “mulheres”, etc. A ideia que transparece das páginas da *Gazeta* é a de que os seus redactores olhavam, predominantemente, para a estrutura social seiscentista como um *dado adquirido e congelado*. O jornal traduzia essa visão, simultaneamente *cultural*, já que é indiciática do estado de coisas seiscentista; e *ideológica*, já que é uma visão que serve os interesses dos grupos sociais dominantes na sua permanente negociação simbólica com o resto da sociedade pela legitimidade do poder exercido.

Representação de relações de poder e domínio	Excerto textual ilustrativo
(Exemplo 1) A legitimidade do poder Real	O conde de Castanheira, que estava preso numa torre de Setúbal, pediu a El-Rei nosso Senhor que lhe mudasse a prisão por quanto estava indisposto e El-Rei nosso Senhor, usando da sua natural benignidade, o mandou trazer para o castelo de Lisboa. (Novembro de 1641)
(Exemplo 2) A legitimidade do poder nobiliárquico enquanto poder militar	Estando o galeão Sta. Margarida para dar à vela, disse o piloto que não se atrevia a sair sem lhe darem mais gente do mar. Inquietaram-se os soldados e foi necessário acudir o general Teles de Menezes e alguns senhores (...). E depois de tudo quieto, prenderam três soldados, que foram os cabeças, e a todos três os enforcaram. (Novembro de 1641)

(Exemplo 3) A legitimidade do poder Real	Despachou El-Rei nosso Senhor ao conde da Vidigueira por embaixador de França, para assistir na corte de Paris. (Novembro de 1641)
(Exemplo 4) É a nobreza que aclama o Rei	De Génova e de Veneza se diz que foi lá bem recebida a deliberação da nobreza de Portugal (...). (Novembro de 1641)
(Exemplo 5) D. João IV é Rei legítimo e beneficia do favor divino	Domingo, o primeiro dia do venturoso mês em que Deus nosso Senhor pôs seus olhos de misericórdia no miserável estado de Portugal e foi servido de o restituir a seu legítimo sucessor, o sereníssimo Rei D. João o IV (depois que (...) esta mui nobre e sempre leal Cidade de Lisboa celebrou (...) a feliz restauração deste Reino) (...). (Dezembro de 1641)
(Exemplo 6) Os nobres lideram os exércitos, mas também morrem como os demais soldados	Chegou Aires de Saldanha de socorro com o seu terço e deu uma carga com que fez com que o inimigo logo se retirasse e lhe matou muitos homens, entre os quais dizem que morreu o marquês de Mala Espina, irmão de uma dama da duquesa de Mântua, que se chama Dona Catarina de Mala Espina, e um fidalgo cavaleiro da Ordem de São João. O alferes do capitão de cavalaria João de Saldanha saiu com três feridas e os inimigos o deixaram no campo como morto e o despojaram da roupa, mas acabada a batalha, da mesma maneira em que estava, se ergueu e veio para Campo Maior. (Dezembro de 1641)
(Exemplo 7) O Rei é exemplo de religiosidade	Quinta-feira do Corpo de Deus veio El-Rei nosso Senhor de Alcântara e acompanhou a procissão da cidade, com toda a nobreza, como é costume. (Junho de 1642)

O que mostram os três primeiro exemplos? O domínio, discursivamente representado como *legítimo*, dos governantes sobre os governados. O Rei, complacente, no primeiro exemplo, altera, com poder para tal, o local de prisão de um nobre não conivente com a Restauração, que, por ser nobre, aparece nominalizado na notícia; no segundo exemplo, os chefes militares são representados como tendo o poder de exercer justiça sumária, incluindo a pena de morte (talvez uma das penas mais comuns na época) sobre soldados agitadores; no terceiro exemplo, El-Rei aparece na notícia a exercer o poder de nomear um vassalo nobre (simbolicamente, a diplomacia é apresentada como sendo posse da nobreza ou dos clérigos) para o cargo de embaixador de Portugal em França (os estados, manifestações das nações independentes e soberanas, desenvolviam relações diplomáticas entre si), discurso que é legitimador e naturalizador da autoridade Real, mas também indiciador da forma como se governava na época. Ou seja, podendo ter uma dimensão *ideológica*, o discurso da *Gazeta* deve, no entanto, ser

entendido essencialmente como revelador da estrutura social seiscentista e da mundividência da época, culturalmente determinada e enformadora da estrutura social portuguesa ao tempo da Restauração.

A forma como os sujeitos das notícias são referidos também é relevante da estratificação social seiscentista e das relações sociais de poder e domínio. O general evocado no segundo exemplo é referido pelo nome: António Teles de Menezes. A identidade dos soldados dilui-se no substantivo comum “soldados”, enquanto o piloto do galeão Santa Margarida é simplesmente referido como piloto.

Interessantemente, embora em algumas notícias, como veremos a seguir, D. João IV seja representado como um Rei de Direito Divino, já que seria Rei pela graça de Deus, na notícia seleccionada para exemplo 4 a legitimidade do Rei é-lhe dada pela nobreza. Portanto, a aclamação de D. João IV, proposto como Rei natural dos portugueses, resultaria – mesmo no que ao simbolismo diz respeito – da deliberação dos nobres portugueses.

A necessidade de justificar a aclamação de D. João IV e de legitimar o soberano como Rei natural, salvador de Portugal num contexto em que o país, como escreve o redactor da *Gazeta*, estaria num “miserável estado”, terá sido, certamente, o pretexto para a *Gazeta* ter publicado o excerto textual colhido como exemplo 5. Nele, o Rei é legitimado discursivamente ao ser simbolicamente apresentado como legítimo e como beneficiário do favor divino, sendo que este favor é, no entanto, concedido condicionalmente, pois o discurso da gazeta enfatiza indirectamente que a missão do Rei seria a de salvar o país.

No sexto exemplo é já a legitimidade da liderança militar da nobreza – em Portugal e em Espanha – que é realçada. A nobreza, nos vários países europeus, era vista como sendo o grupo social que deveria fornecer quadros às forças armadas, mesmo que com sacrifício da própria vida. Portugal não escapa a essa regra e a *Gazeta* ecoa essa visão do mundo. O mito do herói – pela nomilização – também é mobilizado nesse excerto discursivo da *Gazeta*, situação que, aliás, se repete em vários relatos de confrontos militares, em que alguns (normalmente nobres) são destacados em desfavor da massa anónima de combatentes, assinalada apenas como “soldados”, “cavaleiros” ou designação similar. As práticas religiosas católicas eram comuns à população portuguesa. O Rei D. João IV é sucessivamente representado na *Gazeta* como bom católico praticante, conforme é ilustrado no exemplo 7. Reforça-se, assim, simbolicamente, o vínculo identitário entre a Nação e o Soberano.

4.1.5.2 A definição de identidades comunitárias

Num mundo violento, como era o mundo seiscentista, em que até é chocante, para um leitor contemporâneo, a forma ligeira com que a morte violenta era encarada, e num país em guerra e dividido entre apoiantes e adversários da Restauração, haveria, certamente, a procura de referentes simbólicos que reforçassem a noção de segurança e de pertença identitária a uma comunidade. Assim sendo, a comunidade nacional aparece simbólica e permanentemente oposta à comunidade castelhana e define-se, precisamente, por essa oposição. Porém, as identidades discursivamente definidas na *Gazeta* nem sempre são nítidas. As suas fronteiras não são sempre definidas, porque, na realidade, surgem vários “nós” e vários “eles” do discurso da *Gazeta*. Os “nós” tanto podem ser os “nós, portugueses” como os “nós, católicos”, como o “nós, cristãos” ou o “nós, europeus”, por exemplo; “eles” tanto podem ser os espanhóis e outros povos, como os praticantes de outras religiões, por exemplo.

As comunidades	Excerto textual ilustrativo
(Exemplo 1) Os portugueses vitoriosos e com poucas vítimas são os nossos, os espanhóis, derrotados e com muitos mortos, são o inimigo	O conde de Alba de Liste e o marquês de Alcanises, aos 10 de Outubro, entraram [em Portugal] pela vila de Ifanes e Malhadas (...), porém ios nossos lhe prenderam junto à vila de Duas Igrejas (...) um espião (...) e fizeram os inimigos na retirada algum dano (...) mas ficaram mortos quatrocentos (...) Saquearam os nossos o lugar e vieram vitoriosos com mais de 300 armas de fogo (...) e outros (...) despojos. Da nossa parte morreram sete ou oito homens. (Novembro de 1641)
(Exemplo 2) A bravura dos portugueses é, sempre que oportuno, posta em confronto com a cobardia castelhana	Nos últimos de Maio, vindo alguns barcos de trigo de Mértola para Alcoutim pelo Rio acima, saíram outros, bem armados de castelhanos. Sucedeu que na ribeira da parte de Portugal, se achavam dois homens e um moço que caçavam e vendo a contenda, socorreram aos barcos portugueses, atirando alguns tiros aos castelhanos, que temerosos daquela defesa, ainda que tão pequena, se puseram em fuga e os nossos barcos vieram em paz ao porto. (Maio de 1642)
(Exemplo 3) A religiosidade popular, expressão identitária de um povo católico com quem os redactores da <i>Gazeta</i> se identificam por pertença	No meio da rua nova um homem particular fez uma máquina de bolantes no ar, que tomava a rua de lado a lado. Pendia dela uma Cruz muito grande branca e perfilada de ouro com muitos Serafins de cera e uma letra que dizia, In hoc signo vinces. E no meio da nuvem. Ioannes nomen Dei. Ao pé dela voavam dois Anjos de cera os quais tinham nas mãos armas de Portugal. No Chiado havia um paço de figuras de cera, fabricado por outro homem particular, o qual representava a paz (...). (Dezembro de 1641)

(Exemplo 4) Os católicos do mundo constituem uma comunidade oposta à dos “malditos” hereges	Saiu agora no Reino de Inglaterra um livro impresso muito perverso e pernicioso, cujo título é Sana Ratio, sendo mais que insana; pois o intento do maldito herege seu autor é querer persuadir que nenhuma coisa deve crer senão a que se alcança por razão natural. (Julho 1645)
(Exemplo 5) A comunidade católica é transnacional, mesmo quando os crentes pertencem a estados inimigos	Esta semana passou por aqui um frade leigo espanhol (...) o qual não come mais do que uma vez por dia e um pequeno pão somente, que ele recebe de esmola, com uma grande e pesada Cruz às costas, que diz leva a Roma por voto e dali se lhe for permitido, ao Calvário, por impetrar a Deus a paz geral da Cristandade; o povo o segue em grande concurso e lhe corta de seus hábitos. (Julho 1643)
(Exemplo 6) A identidade do Portugal Restaurado é discursivamente fortalecida pela referência a outros inimigos do império filipino	Aos dois do corrente houve uma grande alteração popular é a cidade de Cosenza é a Calábria, na qual mataram um homem muito Principal, cujo corpo foi arrastado pelas ruas da cidade e prenderam alguns quarenta mais e favoreciam a parte dos espanhóis. (Setembro de 1647)
(Exemplo 7) A identidade do Portugal Restaurado é discursivamente fortalecida pela referência a outros inimigos do império filipino	Os moradores de Alexandrin e outros lugares do Milanez, seguindo o exemplo dos demais súbditos de Espanha, estão de presente levantados contra os ministros Espanhóis. (Setembro de 1647)
(Exemplo 8) Portugal não está só na luta contra o domínio castelhano	Pelejou a armada da Holanda com a armada Real de Castela (...). Foi-se a pique um galeão dos castelhanos e ficaram alguns destroçados (...). (Novembro de 1641)
(Exemplo 9) A perplexidade perante a tolerância religiosa de outros países	A variedade na Religião é também grande nos tempos presentes naquele Reino onde e principalmente em Londres se tem aumentado uma seita que chamam de independentes, porque não querem ter dependência de ninguém em matéria de fé ou religião, senão crer, ou não crer, o que cada qual melhor lhe parecer. (Julho de 1645)
(Exemplo 10) Até dos galegos a Gazeta separa os portugueses, embora também os separe dos castelhanos	Veio nova de que estavam os galegos muito atemorizados depois que lhes desfizeram os redutos. Tomaram-lhes os nossos algumas armas (...) e cativaram-lhes alguma gente. (Novembro de 1641)

(Exemplo 11) A difícil comunhão entre líderes católicos de países desavindos	O padre João de Matos, reitor que foi da Companhia [de Jesus] em Évora, agora assistente da mesma Companhia em Roma, escreveu que o Sumo Pontífice esperava com grande alvoroço pelo bispo embaixador de Portugal, apesar das instâncias que o de Castela fazia por lhe estorvar a entrada. (Novembro de 1641)
(Exemplo 12) As relações estado a estado: o Estado-Nação (relações diplomáticas)	Veio Francisco de Sousa Coutinho, que tinha ido por embaixador de El-Rei nosso Senhor ao Reino da Suécia. (Novembro de 1641)
(Exemplo 13) As relações estado a estado: o Estado-Nação (confrontos militares)	Por via da Holanda foi a França uma carta de um português que assiste nas Índias de Castela e de França veio a esta cidade [de Lisboa], a qual diz que partiu a frota com algumas naus de guerra, mas estavam os castelhanos temerosos de que lhe saíssem ao encontro os inimigos de Espanha (...). (Dezembro de 1641)
(Exemplo 14) Depois de 60 anos juntos, portugueses e espanhóis separam-se	Em Madrid apertam com os portugueses e estão presos alguns por quererem vir para Portugal. (Dezembro de 1641)
(Exemplo 15) A “República Cristã” sob a autoridade papal	Sua Santidade escreveu aos príncipes católicos exortando-os a que socorressem as províncias da Irlanda e mandou ao senhor Felix O’Neil (...) um estandarte, no qual há uma divisa que declara que a guerra dos irlandeses é em defesa da Fé Católica Romana e da Cátedra de São Pedro (...) e lhe mandou (...) indulgência plenária para todos os que ajudassem e favorecessem este reino, assegurando que nunca lhe faltaria o favor a Igreja. (Maio de 1642)
(Exemplo 16) Os protestantes ingleses divididos	Para se tomar nota das dissensões que há entre os puritanos e protestantes se ordenou que por votos se averiguasse qual das seitas se havia de seguir. A dos protestantes teve 126 votos e a dos puritanos menos cinco e o conselho confundiu-se de tal maneira que não se resolveu. (Maio de 1642)

O primeiro exemplo escolhido mostra que a *Gazeta* procurava vincar a ideia da existência de uma comunidade nacional, portuguesa (os “nossos”) oposta à comunidade castelhana, sua inimiga (“o inimigo”). Essa é, aliás, uma das principais linhas discursivas do primeiro periódico português, em especial durante a primeira fase da sua publicação. Os “nossos” são propagandística e repetitivamente apresentados como vitoriosos, matando sempre mais “inimigos” do que as baixas que sofrem. Os aliados de Portugal, da mesma maneira, segundo a *Gazeta*, também derrotariam quase sempre os castelhanos (como no exemplo 8).

No segundo exemplo recolhido, entre muitos que poderia m ser dados, a construção identitária do Portugal Restaurado, de que o Povo é um dos

constituintes fundamentais, faz-se por oposição ao inimigo castelhano, quase sempre apresentado como pérfido ou covarde.

No exemplo 3, a expressão da religiosidade popular, que possui significado identitário, é conotada com a Restauração e com a aclamação de D. João IV. O Rei é Rei em nome de Deus e é em nome de Deus que exerce a sua autoridade Real sobre os súbditos. O Portugal Restaurado, encarnado por Sua Mejestade El-Rei D. João IV, teria, portanto, o favor de Deus contra os inimigos espanhóis. A identificação do redactor com o texto é indirecta, resultando do sentimento de pertença – e de orgulho nessa pertença – a um povo, o português. A vinculação entre redactor e texto é indiciada pela plasticidade do texto e pelo pormenor descritivo, indicadores de um cuidado redactorial motivado pelo orgulho pátrio e pelo orgulho identitário popular.

No exemplo 4, é reforçado o sentido de comunidade católica, transnacional, oposta à dos “malditos” hereges. Os portugueses, tanto quanto se denota indirectamente pelo discurso do redactor da *Gazeta*, que certo da identificação dos seus leitores com o texto não hesita em denominar o autor do livro de “maldito herege”, fariam parte da comunidade internacional de católicos, unidos numa Fé comum contrária à dos diversos hereges – ateus, protestantes ou praticantes de outras confissões religiosas.

De forma semelhante aos exemplos anteriores, o quinto reforça discursivamente a noção de comunidade católica internacional. O povo católico segue os católicos que lutam pela paz, independentemente de pertencerem a povos de estados inimigos.

Já as notícias recolhidas para sexto, sétimo e oitavo exemplos indicam aos portugueses que não estão sós na luta contra o império de D. Filipe IV (D. Filipe III de Portugal). O discurso reforça a convicção de que se desenha no mundo uma comunidade de aliados que lutam contra a pertença ao império espanhol. O Portugal Restaurado faria parte dessa comunidade.

O nono exemplo demonstra a perplexidade e estranheza com que o Portugal Católico olhava para a aparição de confissões religiosas protestantes noutros países. A oposição entre as comunidades portuguesa e britânica e ao mesmo tempo entre as comunidades católica e protestante é indirecta, mas pode inferir-se do excerto de texto escolhido para exemplo.

Já o exemplo 10 é similar aos dois primeiros. No entanto, tem como principal característica desvincular os galegos do Noroeste peninsular dos

“galegos” do Norte de Portugal, que seriam “nossos”, portanto portugueses e não galegos, apesar de ambos, na realidade, serem representantes do mesmo povo histórico, o dos galécios. No entanto, não deixa de ser interessante que os galegos, embora fiéis súbditos de Sua Majestade El-Rei Dom Filipe IV de Espanha, III de Portugal, são discursivamente apresentados como “galegos”, e não como castelhanos.

A notícia escolhida para décimo primeiro exemplo revela que, apesar de Portugal ser um país católico, tal como Castela, os embaixadores católicos nomeados por ambos os países junto da Santa Sé tendiam a obstaculizar-se mutuamente (aliás, segundo a *Gazeta*, seria o de Castela a levantar problemas ao de Portugal antes mesmo deste poder credenciar-se como embaixador junto do Papado). Ou seja, embora existisse a convicção identitária da condição católica de ambos os países, isso não bastaria para os manter unidos – Portugal não era Castela, nem Castela Portugal. A ideia do Estado-Nação sobrepunha-se ao mito da República Cristã europeia. Aliás, os exemplos 12 e 13 mostram como se começava a inculcar fortemente a ideia de Estado-Nação no concerto das nações europeias soberanas e independentes. Relações diplomáticas e confrontos militares desenvolviam-se cada vez mais estado a estado, situação de que a *Gazeta* dava conta.

O exemplo 14 dá conta dos problemas levantados a muita gente por causa da Restauração. Portugal e Espanha, após 60 anos unidos sob uma mesma Dinastia, divorciavam-se, aclamando os portugueses uma nova Casa Real, a de Bragança. Porém, portugueses em Espanha, e espanhóis em Portugal, após 60 anos de Monarquia Dual, certamente abundariam. A *Gazeta*, ao realçar os problemas dos *portugueses* que estavam na capital *espanhola*, Madrid, reforça simbólica e discursivamente a ideia de um irrevogável separação entre os dois principais povos ibéricos.

No exemplo 15, é evocada a autoridade papal sobre todos os príncipes católicos e a sua obrigatoriedade de ajudarem a católica Irlanda na sua luta contra os protestantes ingleses. Mais uma vez, é a ideia medieva da República Cristã europeia, de que Portugal, país católico, faia parte, que se insinua no discurso da *Gazeta*.

O exemplo 16 descreve divisões entre os protestantes, devidamente exploradas pelos católicos e, possivelmente, relatadas com satisfação na *Gazeta*, cujos redactores eram católicos e que, certamente, se identificavam com os católicos de outros países.

4.1.5.3 Mulheres... e crianças...

Sendo a *Gazeta* redigida por homens, sendo o mundo social seiscentista dominado pela *masculinidade*, as mulheres também são várias vezes representadas, de certa forma, como “outras”. Vejam-se alguns exemplos na tabela seguinte:

Representação das mulheres	Excerto textual ilustrativo
(Exemplo 1) As mulheres: necessidade de justificação do poder de uma rainha	E não é entre nós coisa nova terem as Rainhas de França a administração do Reino e a tutoria de seus filhos, porque as histórias antigas e modernas estão cheias de exemplos em igual caso. Assim, a Rainha Brunehaut, mãe dos reis menores Teodoberto e Thierry, foi sua tutora e regente do Reino (...) e em nossos tempos a Rainha-Mãe de El-Rei foi governadora até sua maioridade. (Junho de 1643).
(Exemplo 2) As mulheres também podem deter o poder e governar, contribuindo para a união dos seus povos, embora também devessem ser – principalmente – devotas	As ocupações da Rainha Cristianíssima são (depois de assistir aos negócios do Reino e expedição das coisas) visitar igrejas e gastar o resto do tempo no mosteiro das freiras do Vale da Graça, que são religiosas de instituto [regra] apertadíssimo, com as quais janta muitas vezes, assiste com elas no coro e mais exercícios da religião e na verdade a obras tão pias se atribui comumente a grande união e concórdia que há em toda a França. (Maio e Junho de 1644)
(Exemplo 3) As mulheres: as portuguesas também combatem (mas com tom de excepcionalidade)	Em Aldeia da Ponte, junto à Vila de Alfaiates, perto da cidade da Guarda, deram os castelhanos de Ciudad Rodrigo, e a gente do lugar tomou as armas. Acudiram à defesa <i>até as mulheres</i> . Pelejou-se com tanto valor, que rechearam os inimigos com algumas mortes e muitos prisioneiros. (Março de 1642)
(Exemplo 4) As mulheres eram mães e sofriam por causa da maternidade num tempo em que a medicina deixava a desejar	A Rainha da Polónia, irmã do imperador, morreu a 24 de Março, depois de parir uma filha morta. (Maio e Junho de 1644)
(Exemplo 5) Havia feitiçaria no mundo e as mulheres eram as suas protagonistas	Dizem que uma mulher dissera a El Rei que estava enfeitiçado e que ela o queria desenfeitar. A tal mulher está recolhida em casa do confessor. (Maio de 1643)

(Exemplo 6) As mulheres: as inglesas católicas são piedosas	Estas mulheres católicas pediram ao xerife o seu corpo [do padre Hugo Green, vítima de perseguição religiosa] (Março de 1643).
(Exemplo 7) As mulheres: as inglesas são capazes de empreender acções colectivas de protesto contra o Parlamento	No dia seguinte, veio grande quantidade de mulheres, trazendo todas por divisa trançados brancos sobre seus toucados, a pedir paz ao Parlamento, e que fosse ao preço que fosse, as quais tornaram também ontem, em número de três para quatro mil, de todos os contornos desta cidade, e entrando por força, apesar dos guardas, pela primeira porta da Câmara Baixa, pediram em altas vozes a paz ao Senhor Pym e ao Visconde Say, a quem elas chamam botafogo. Mas o primeiro estava ausente e o segundo passou pelo meio delas sem ser reconhecido. E mandou o Parlamento aos seus guardas que as fizesse retirar, e algumas foram mortas. Depois mandou também chamar as companhias de cavalaria e de infantaria, as quais feriram também muitas, e finalmente as fizeram retirar de todo. Prometeram tornar mais fortes e aparelhadas, como fizeram, e dando na casa do Sr. Pym, lhe quebraram as portas, entraram dentro, mas não o achando se tornaram a retirar sem fazer mais coisa alguma. (Outubro de 1643)
(Exemplo 8) O Parlamento britânico (dominado por protestantes) é capaz de “coisas monstruosas” contra mulheres e crianças	De Londres se escreve uma coisa monstruosa (...): o Parlamento, com o pretexto de aliviar aquela cidade de pobres e acudir às queixas de muitas mulheres, cujos maridos morreram na guerra ficando-lhes muitos meninos, ordenou secretamente, ou ao menos permitiu, aos mercadores que comerciam nas terras que os ingleses têm na América que tomassem pela força quantos meninos achassem pelas ruas de três anos e daí para cima, para irem povoar as ditas terras. E o pior é que os tais mercadores costumam vender por lá escravos por alguns anos, os que destas partes levam. Nesta conformidade, por força e por afagos, foram tomados muitos meninos por homens e mulheres, que nesta caça andavam por prémio de dois tostões, que os mercadores lhes davam por cada um. (Agosto de 1645)
(Exemplo 9) Mas as mulheres também são capazes de coisas monstruosas	Em dezasseis do corrente matou nesta cidade da Rochella uma mãe a quatro filhos, em que entrou uma filha já mulher de catorze anos e os degolou a todos na cama: a tal mulher foi levada presa a Paris (...) No mesmo dia (...) homens e mulheres viram subitamente descer de uma brecha um homem com duas espadas de fogo nas mãos: fosse o que fosse todos deixaram o lugar sem ficar pessoa dentro. (...) Outra mulher matou três filhos e se enforcou juntamente o que dizem fez com necessidade atentada do demónio porque está hoje França tão falta de pão por causa das guerras que se padecem de muitas necessidades. (Junho 1643)
(Exemplo 10) Ontem como hoje, a violência doméstica	Junto à praça dos Canos no entreforro de umas casas, que estavam vazias, se achou um saco, dentro do qual estava uma mulher feita em quartos. Tirou-se devassa, mas não há notícia até agora do delinquente. Presume-se que seu marido a matou. (Fevereiro 1642)

Os dois primeiros exemplos dão conta de que o início da regência da rainha Ana de Áustria em França carecia de uma espécie de legitimação, pois contrariava, de certa forma, a Lei Sálica. Por isso, quando surge uma notícia sobre esse episódio, é simultaneamente invocada uma lista das regências e reinados de várias rainhas francesas desde o tempo dos merovíngios: “E não é entre nós coisa nova terem as Rainhas de França a administração do Reino e a tutoria de seus filhos, porque as histórias antigas e modernas estão cheias de exemplos em igual caso. Assim, a Rainha Brunehaut, mãe dos reis menores Teodoberto e Thierry, foi sua tutora e regente do Reino (...) e em nossos tempos a Rainha-Mãe de El-Rei foi governadora até sua maioridade.” (*Gazeta do Mês de Junho de 1643*).

O terceiro exemplo inserido na tabela mostra como a participação de mulheres em batalhas era vista como uma excepcionalidade, dada a fragilidade com que seriam vistas. O papel das mulheres, no mundo seiscentista, seria, essencialmente, o de procriar (por vezes com sacrifício da própria vida, conforme o quarto exemplo), amar e cuidar da prole e da casa.

Numa época em que o conhecimento científico era residual, acreditava-se piamente na existência de feitiçaria. A atracção sexual dos homens pelas mulheres, aliás, seria vista muitas vezes como feitiçaria. As mulheres, incompreendidas pelos homens, eram as principais acusadas de bruxaria e afins, mas teriam, igualmente, poderes para quebrar feitiços. O quinto exemplo evoca, precisamente, essa visão do mundo.

No sexto exemplo, a intolerância religiosa e as perseguições dos protestantes contra os católicos são, mais uma vez, colocadas em evidência. Os redactores da *Gazeta*, clérigos católicos num país católico, não poderiam deixar de se identificar com a sorte dos clérigos católicos ingleses. As mulheres católicas inglesas são apresentadas de acordo com uma visão idealizada e positiva: trata-se de gente devota e compadecida.

A guerra civil inglesa era alvo de curiosidade, pela novidade, mas também pela incompreensão, por colocar em causa princípios de estrutura social e governação decerto tidos por adquiridos pelos portugueses de seiscentos. Os redactores da *Gazeta* alinham sempre pelo lado do monarca inglês, absolutista católico, denegrindo o Parlamento, ademais dominado por protestantes (Portugal era um país intrinsecamente católico). Os exemplos 7 e 8 da tabela anterior ilustram, precisamente, esse estado de coisas,

sendo que as mulheres e crianças são apresentadas como sendo as principais vítimas das acções do Parlamento, apesar de também serem vistas como tendo iniciativa suficiente para protagonizarem manifestações de protesto (exemplo 7). Interessantemente, no exemplo 8, o redactor enquadra logo de início a notícia: trata-se de uma “coisa monstruosa”.

É de realçar, no entanto, que a imagem idealizada da mulher sugerida predominantemente pela *Gazeta* é temperada pela revelação de que as mulheres também são capazes de cometerem crimes brutais (exemplo 9), tal e qual como a alegada fragilidade do sexo feminino é colocado em causa no terceiro exemplo, que relata combates em que participaram mulheres.

A violência de género também se encontra representada no discurso da *Gazeta*. O décimo exemplo retrata, precisamente, um homicídio supostamente cometido por um homem contra a sua esposa.

4.1.5 Questões jornalísticas

A primeira consideração que deve ser feita sobre o jornalismo português seiscentista é o de que ele se aproxima no estilo do jornalismo contemporâneo. Longe ficavam, nomeadamente, as *Relações* de Manuel Severim de Faria, que começavam e acabavam como cartas (ver Sousa *et al.*, 2006) – eram “cartas de novas gerais”. Na *Gazeta*, não só se vai directo às notícias como também estas são claras e, normalmente, concisas, embora nem sempre precisas:

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

A Armada Real de Castela anda dividida em duas esquadras, uma no cabo de São Vicente e outra na barra de Cádis, esperando a frota. É general o duque de Maqueda.

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

Morreu o conde de Odemira.

Da cidade de Elvas fugiu um soldado estrangeiro de cavalaria. Foram em seu alcance e colheram-no escondido num mato, perto do caminho de Badajoz, e trouxeram-no outra vez para o corpo de guarda e em continente o enforcaram.

Um segundo aspecto relevante que deve ser considerado relaciona-se com as respostas que se procuravam dar ao leitor no enunciado jornalístico. Responder às perguntas tradicionais do enunciado noticioso (Quem? O quê? Quando? Onde? Como? Porquê?) não é uma invenção contemporânea, mas sim uma invenção da retórica clássica, muito bem recuperada pelo jornalismo. Por isso, cientes dos princípios estabelecidos pela retórica clássica, que Peucer, inclusivamente, referiu na sua tese doutoral de 1690 (a primeira tese mundial sobre jornalismo e comunicação), também os redactores da *Gazeta* procuraram, nas notícias, explicitar as circunstâncias de sujeito (quem?), objecto (o quê?), lugar (onde?), tempo (quando?) e, por vezes, também de modo (como?) e causa (porquê?):

Gazeta do Mês de Março de 1642

Deu El-Rei Nosso Senhor uma Comenda ao Doutor Pedro de Castro de Melo pelos serviços de seu filho o capitão Jerónimo de Castro e Melo [quem e o quê?] que morreu pelejando valorosamente na entrada de Valverde [porquê?].

Gazeta do Mês de Março de 1642

Quarta-feira de Cinzas à tarde [quando?] saiu da cidade de Elvas [onde?] Gaspar Pinto Pestana, comandante de cavalaria, com 700 cavaleiros [quem?], e foi alojar-se a Campo Maior [onde?]. Logo foram duas companhias reconhecer o campo e encontraram num posto [como?], a que chamam o Cabeço da Cerva, junto ao rio de Abrilongo [onde?], um clérigo castelhano, que chamam o licenciado Gordito, com 25 cavalgaduras e alguns soldados de escolta [quem?]. Deram neles, mataram-lhes seis homens, renderam os restantes, tomaram as cavalgaduras e deram uma ao clérigo para que se fosse [o quê e como?] (...).

Gazeta do Mês de Março de 1642

De Entre-Douro e Minho [onde?], no primeiro sábado deste mês [quando], veio uma carta em que se avisa que um capitão de infantaria francês, tenente-coronel [quem?], enfadado da suspensão das armas e do grande ódio em que os soldados estavam na cidade de Braga, por causa do Inverno [porquê?], deliberou sair em campanha e entrar pelas terras dos inimigos (...) [o quê?].

As notícias seiscentistas eram, tendencialmente, factuais. Mesmo as mais longas eram construídas com base no mesmo entrelaçado de factos a que Tuchman (1978) se viria a referir como a *teia de facticidade*, sendo que o desenvolvimento da acção assentava num modelo diacrónico ou cronológico. Observe-se como a notícia anterior continua:

Gazeta do Mês de Março de 1642

Quarta-feira de Cinzas à tarde saiu da cidade de Elvas Gaspar Pinto Pestana, comandante de cavalaria, com 700 cavaleiros, e foi alojar-se a Campo Maior. [Facto 1]

Logo foram duas companhias reconhecer o campo e encontraram num posto, a que chamam o Cabeço da Cerva, junto ao rio de Abri-longo, um clérigo castelhano, que chamam o licenciado Gordito, com 25 cavalgaduras e alguns soldados de escolta. [Facto 2]

Deram neles, mataram-lhes seis homens, renderam os restantes, tomaram as cavalgaduras e deram uma ao clérigo para que se fosse. [Facto 3]

No dia seguinte, saiu de Campo Maior o comissário com a cavalaria e com 500 mosqueteiros. [Facto 4]

Correu à campanha e deixando os mosqueteiros de emboscada num posto que chamam Nossa Senhora da Botouva (que é na passagem para Badajoz) [Facto 6]

escalou os campos de Vilar del Rei, deu volta ao lugar e seus contornos [Facto 7]

E chegou-se tanto que dentro das trincheiras mataram dois cavaleiros [Facto 8]

Mas os nossos tiraram a vida a trinta castelhanos e aprisionaram 24. [Facto 9]

E não houve em todo aquele circuito herdade, moinho, quinta, seara, defesa ou olival que não alcançasse o destroço deste assalto. Depois de não ter o que destruir, retirou-se o comissário com grande número de vacas, porcos, ovelhas, cabras, cavalgaduras e muitas cargas de roupa branca. [Facto 10]

Um terceiro aspecto que merece ser equacionado na *Gazeta*, porque comunga características com algum do jornalismo político do início do século XIX (o jornalismo do jornal de um homem só), com os blogs e com os meios “jornalísticos” de autoria colectiva, potenciados pelas

novas tecnologias, é a presença da figura do *cidadão-repórter*, do correspondente que é testemunha presencial dos acontecimentos e que, por carta, dá conta do que viu aos redactores dos jornais. A rede de correspondentes amadores, à falta de jornalistas profissionais que fizessem o trabalho, foi, de resto, um dos instrumentos jornalísticos que permitiu às organizações noticiosas cobrir vastos territórios e eventos dos mais variados tipos, desde as guerras aos acontecimentos sociais. Eis exemplos de actuação do *cidadão-repórter*:

Gazeta Primeira do Mês de Outubro de 1642

As Cerimónias dos Desposórios do Príncipe Maurício com a Princesa de Sabóia, conforme o extraordinário de 27 de Agosto de 1642

Os artigos acordados entre El-Rei e os príncipes Maurício, cardeal, e Thomas de Sabóia, foram notificados por El-Rei no primeiro dia de Julho e logo pelos ditos príncipes (...) do qual, tratado o estado dos negócios presentes, não permite que eu ainda vos dê em público contas, mas vereis dois efeitos seus, que ambos chegaram no mesmo dia, a saber os desposórios do dito príncipe (...) e a tomada de Crescentim.

A 14 de Agosto, havendo sido eleita para estas cerimónias a (...) duquesa de Sabóia, vestida de grande luto, pela morte da rainha mãe, e levando-lhe a marquesa Villa o rabo, entrou nos paços do duque de Sabóia, os quais estavam todos cheios de senhores e damas de Turim. A câmara do aparato estava toda entapeçada de panos de ouro e seda, onde se havia levantado um trono sobre quatro degraus, cercado de balaústres dourados (...). Madame de Sabóia estava posta sobre o trono, a dois passos de Sua Alteza (...). O marquês Cirie, que tinha cargo do príncipe cardeal de Sabóia (...), entrou dentro das grades, fazendo muitas cortesias, subiu dois degraus do trono e sobre o terceiro se pôs de joelhos para saudar a madame e levantando-se lhe pediu a princesa sua filha, em nome do príncipe Maurício de Sabóia. Sobre o que madame lhe pediu a procuração que para isso tinha e ele lha apresentou, com os joelhos no chão, e tomando-a madame, a mandou ler em voz alta ao (...) secretário de Estado e depois disse que ela dava seu consentimento e só faltava saber o da princesa, a quem o duque de Longavilla foi logo buscar (...) e trazendo-a ao trono, ela se mostrou com tanta

graça e formosura que se duvidou se era natural pela grande pompa e aparato de suas galas. Estava vestida com uma tela de prata (...) e todo o corpo e mangas cobertas com grande quantidade de pedrarias. Tinha sobre a cabeça uma coroa aberta de grandíssimo preço (...). A graça do seu meneio e de seu gesto foi grandemente acrescentada pela do seu discurso, no qual manifestou tanto respeito às perguntas da sua mãe que não houve quem não admirasse na idade de 15 anos sua grande modéstia e nesta eleição a prudência e a felicidade do príncipe Maurício. E ainda que não pude alcançar sua verdadeira resolução nesta matéria, bem se julga pelo que se seguiu que havia dado o sim, porque os juramentos se fizeram de parte a parte, em consequência dos quais todo o ajuntamento passou à Igreja de São João, que estava ricamente armada, na qual se cantou o *Te Deum Laudamus*.

Gazeta do Mês de Setembro de 1647

De Veneza, 12 de Agosto de 1647

(...)

De Constantinopla nos escrevem que havendo sabido o grão senhor da nova da perda dos seus (...) baixéis que o nosso general (...) lhe tomou (...) fizera prender o seu grão-vizir, mas que a grande diligência da sultana, mãe de Sua Alteza, com duzentas sultanas mais, que o dito grão-vizir havia pleitado, o livrou da prisão, onde não esteve mais de sis horas, e havendo sido restabelecido no seu cargo, enviou ordens expressas ao paxá que governa a Canea que se fizesse senhor de todo aquele Reino ou lhe levasse sua cabeça com as de todos os seus oficiais. Privou também do cargo, ao mesmo tempo, a Toch Ali Baxa Aga, dos Janízaros, por não ter feito embarcar o número de soldados que ele havia ordenado, e depôs o general (...) do mar, em cuja praça meteu um mancebo de 20 anos muito animoso, o qual casou com a filha única do defunto sultão Amurares. E para continuar vivamente a guerra, fez tirar do (...) seu tesouro seis milhões para esta futura conquista, para a qual se diz que tem já cem galés (...).

Por vezes, as peças mais longas, como a mini-reportagem descritiva que se segue, eram antecedidas de um intróito destinado a atrair a atenção do leitor, conforme, também, as regras da retórica clássica, opção

Livros LabCom

que no jornalismo português se conhece, na gíria profissional, por “nariz de cera”:

Gazeta do Mês de Junho de 1643

A Rainha-Mãe e regente do Reino [França], sabendo que nenhuma coisa é mais agradável aos parisienses do que a vista do seu Rei, com a qual estão em posse de esperar tudo, e de não temer nada, quis a vontade de El-Rei se concordasse neste particular com a sua, e que verdadeiramente as más constelações deste funesto ia, que já nos tem levado dois reis, de nenhuma maneira diminuíssem as doces influências e os benignos aspectos que devem favorecer a sua entrada numa cidade que ela tanto ama e onde ela tanto é amada [intróito],

e assim no dia 15 do corrente, pelas 11 horas do dia, Suas Majestades e Monsenhor, o duque de Anjù, acompanhados dos Príncipes de sangue, duques, pares, marechais de França e outros grandes do Reino partiram de St Germain por esta ordem: primeiramente marchava um batalhão do Regimento dos Guardas, o qual era seguido de outro batalhão do Regimento dos Suíços, da companhia de Mosqueteiros do Rei, dos novecentos cavaleiros ligeiros da guarda de Sua Majestade e de toda a nobreza, no meio da qual iam os marechais de França, depois os duques e pares, todos a cavalo. Logo a carroça da Rainha, onde ia El-Rei e monsenhor, o duque de Anjù, e ao redor dela os capitães dos guardas e todos os guardas do corpo de El-Rei, atrás da qual iam os duzentos homens de armas a cavalo e dois batalhões mais das guardas Francesa e Suíça. Toda esta formosa tropa, cuja frente era do mais galhardo exército que há muito tempo foi visto, chegou nesta ordem até às portas de Paris, que dista de St. Germain cinco léguas, fora das quais saíram a receber Suas Majestades os arqueiros do grão-preboste, e com os cem suíços da Guarda do Corpo, os quais tomaram sua fileira e marcharam em ordem diante da carroça de Suas Majestades. À porta de Santo Honorato, por onde El-Rei entrou, apresentou-se o duque e Mombazon, o preboste dos mercadores, e os senadores desta cidade, que receberam Suas Majestades de joelhos e lhes deram a honra e homenagem que lhes é devida e logo se puseram entre o regimento de guardas em alas de sete à dita porta até ao Louvre, onde o Parlamento,

a Câmara dos Condes, a Corte das Ajudas, o Castelete e muitos outros corpos os vieram saudar e manifestar-lhes a glória que estas companhias tinham na sua vinda e quanto bem esperavam da demora de Suas Majestades nesta cidade capital dos seus estados [notícia propriamente dita].

Gazeta dos Meses de Julho e Agosto de 1644

De Londres, aos 26 de Julho

Perguntando-se a um sábio filósofo o que lhe parecia o mundo, respondeu este que uma boa comédia, porque na comédia, assim como no mundo, tudo é aparente e fingido, digam-no as contínuas e súbitas mudanças dele, e diga-o com exemplos mais vivos o presente Rei da Grã-Bretanha, [intróito]

o qual havendo tão pouco tempo que alcançara uma tão grande vitória contra os parlamentares, vencendo e desbaratando em batalha campal, três milhas além de Bambury e catorze da cidade de Oxford, ao cavaleiro Waller, se mudou contra ele a fortuna (digamos assim), de maneira que encontrando-se outra vez com os do mesmo partido junto à cidade de York, que cercada tinham, alcançaram dele os parlamentares uma vitória tal que se diz que fugiu Sua Majestade vencido para a Irlanda, ainda que outros afirmam que não se sabe dele, a Rainha para França, o conde de Newcastle, um dos seus generais, para Hamburgo, e não se sabe o que é feito do príncipe Roberto, sobrinho de El-Rei, e de outro general seu.

Outro exemplo que se pode dar de uma “mini-reportagem” com extenso intróito, neste caso antecedido de uma espécie de *título-entrada* é a notícia seguinte, elaborada, certamente, por alguém com conhecimentos da retórica clássica, já que o intróito está claramente dividido em *exórdio e propósito*, seguindo-se a narração (*narratio*) e a conclusão (*conclusio*)

Gazeta do Mês de Setembro de 1643

Mais de Paris o primeiro de Agosto de 1643

(...)

A pesa e redução da cidade de Thionvilla à obediência de El-Rei Cristianíssimo Luís XIV pelo Duque de Enguien, filho do príncipe

de Condé, primeiro do sangue no Reino de França, com os artigos das capitulações. [Exemplo de um título que funciona também como entrada, ou vice-versa.]

Aquele que sentado e amparado dos perigos se deleita em ler as difíceis expedições de batalhas e sítios de praças e não as quer somente começar mas continuar com um mesmo ânimo, sem se espantar com o fogo da mosquetaria e da artilharia que uma praça cercada vomita sem cessar, nem do aspecto os esquadrões e batalhões postos em ordem, leia o cerco que os nossos valorosos franceses puseram a Thionvilla, debaixo do governo de um príncipe cujos primeiros movimentos e progressos têm sido tão gloriosos que nos prometem um alegre fim. [Intróito: exórdio (1).]

Bem o havia profetizado El-Rei antes da sua morte e já não é sonho o que então disse ao príncipe de Condé, que o duque de Enguien, seu filho, chamaria nossos inimigos à razão. A sombra deste justo príncipe os vai perseguindo, a inocência das armas do nosso tenro monarca [Luís XIV], debaixo do governo da mais perfeita Rainha do Universo, os vai sujeitando, com o braço vitorioso de um príncipe, cujo golpe até agora seguiu sempre a ameaça, havendo triunfado deles em campanha e reduzido a capitular dentro de uma das suas mais fortes e importantes praças. Mas não se podia esperar menos de um exército também disciplinado, que nenhum regimento entrava de guarda que não fosse para receber a bênção do Santíssimo Sacramento na capela do campo e exercitar assim em particular, como em geral todos os actos de piedade, pela direcção de seis padres da Companhia de Jesus e outros religiosos distribuídos por seus quartéis. [Intróito: exórdio (2).]

Não me deterei agora em referir por extenso os progressos da guerra, para não escurecer com a brevidade de um relato a glória que mereceram as nossas armas nesta ocasião em que todos se portaram com tanto valor, que sobrando-me o affecto para o engrandecer com o coração, me faltam as palavras para o celebrar com a pena, porque é tão grande a importância desta praça que chegou a dizer um dos plenipotenciários de Castela (num tempo em que imaginava que nunca pudesse ser tomada) num livro castelhano intitulado *Succesos Principales de la Monarchia de España en el Año de 1639*, Escriptos por el Marqués Virgilio Malvezzi, del Consejo de Guerra de Su Majestad, impresso em

Madrid, no ano de 1640, na Imprensa Real, o seguinte: “Os franceses (diz ele) são mais para temer do que os suecos (...). *Não é fácil conhecer o desígnio da França, nem há príncipe nem república na Alemanha que não tomasse as armas para o impedir (...). O grande desejo de El-Rei Cristianíssimo é o de chegar ao Império e esta é a última coisa que fará. Seus predecessores começaram pela presa de Metz, Toul e Verdun. Este a prosseguiu pela ocupação da Alsácia e da Lorena. Se ele se pudesse fazer senhor de Thionvill, esta presa lhe daria logo todo o Luxemburgo, acabaria a conquista do condado da Borgonha, desprotegeria o Palatinado (...). Os três eleitores católicos ficariam seus súbditos. El-Rei de Espanha perderia a Flandres, logo o Imperador; o Império, as cidades livres da Alemanha sua liberdade e os príncipes alemães seu Estado*”. Mas era bem que uma praça a que não há ainda cinco anos que um dos nossos exércitos serviço de vítima viesse a dar inteira satisfação à coroa, que tanto havia ofendido. O modo foi este. [Intróito: propósito.]

[Início da narração: *narratio*.]

Estando de guarda nas trincheiras o senhor de Palvau, o marechal de campo e o senhor de Tourvill, primeiro gentil-homem da câmara do duque de Enguien, o primeiro escreveu ao governador de Thionvill, que desejava muito dar-lhe uma palavra sobre certo negócio, ao que o governador respondeu que não podia sair da praça e assim enviava-lhe dois dos seus principais oficiais, pessoas de qualidade, às quais podia ele dar todo o crédito. Durante esse tempo houve naquela parte calar de armas, pelejando-se nas demais como de antes. E chegando o dito senhor de Palvau a falar com os ditos oficiais, depois de lhes haver dado conta da muita vantagem das armas de El-Rei [de França] e da glória que o duque de Enguien, governador delas, tinha alcançado naquele cerco, lhes fez ver como a presa da cidade era infalível e sua perda inevitável se esperassem ser entrados por força das armas. (...) Responderam os oficiais que queriam dar conta de tudo ao governador (...). Dali a pouco vieram os magistrados de Thionvill (...) e trouxeram os artigos das capitulações seguintes, os quais foram todos executados. Artigos acordados por Sua Alteza (...) e o governador, presídio e moradores de Thionvill pela entrega da praça à obediência de El-Rei Cristianíssimo

[Seguem-se os 14 artigos do acordo de capitulação da cidade.]

[O acordo da] capitulação o senhor (...) ajudante de campo (...) trouxe à Rainha aos 12 do dito mês de Agosto. E aos 14, pelas 3 horas depois do meio-dia, o (...) gentil-homem da câmara do duque (...) lhe trouxe a nova da execução dela (...), que o duque lhe tornou a enviar com a nova desta presa, em câmbio da que ele lhe havia mandado sobre o nascimento do novo príncipe, seu filho, que foi aos 19 de Julho, pelas 7 da tarde.

Está a cidade de Thionvilla no antigo ducado do Luxemburgo. Sua forma é como um meio círculo [segue-se a descrição da cidade] (...) e está situada num vale. Entrou nossa gente nela aos 10 do dito mês de Agosto pelo meio-dia, tomando primeiro as guardas francesa e suíça, antes das 4 horas da manhã, posse das três brechas, dos dois bastiões e da cortina. A gente de guerra sairia em número de 1300 ou 1400 entre infantaria e cavalaria, a saber 300 para 400 cavaleiros e alguns mil peões, não contando muitos feridos, alguns moradores e onze capuchinhos que não quiseram ficar dentro por mais persuasões que lhes fez o Padre Musnier da Companhia de Jesus (...), que o enviou, logo que a capitulação foi assinada, a assegurar aos eclesiásticos, religiosos e moradores as boas vontades de El-Rei e do general do exército, com promessas de fazer reparar as ruínas e as perdas recebidas nos seus conventos, que estavam expostos à artilharia por causa da sua vizinhança com os baluartes.

Enquanto os inimigos saíam, os sãos a pé e os feridos em carretas que o duque (...) lhes havia dado, segundo a capitulação o nosso exército estava ao redor da praça (...) e (...) fazia muitas salvas (...).

Pelas duas horas depois do meio-dia, havendo-se os regimentos das guardas francesa e suíça apoderado das entradas, praças e postos da cidade, o duque (...) entrou nela acompanhado dos oficiais generais (...) e dos voluntários, marchando (...) sempre com o chapéu na mão até à entrada da igreja principal (...) e logo foi ali cantado o *Te Deum Laudamus* (...), a qual cerimónia terminou com a bênção do Santíssimo Sacramento, que estava exposto na Igreja.

O duque (...) foi logo ver o trabalho nos cercados [muralhas] (...).

[Fim da narração ou *narratio*.]

Tudo merece a piedade e religião, inseparável de nossa soberana princesa, cujos altos desígnios são generosamente favorecidos pelo vigor de espírito de monsenhor o duque de Orleães, tio de El-Rei. Tudo produzem os sábios conselhos do eminentíssimo cardeal Mazarino e tudo rende ânimo excelente do duque de Enguien, cujas virtudes e partes são tão louvadas e virtuosas que a sua memória servirá de farol e de método aos que viverem durante o curso da sua vida. *Solo Deo Honor & Gloria*.

[Conclusão: *conclusio*.]

Para além das centenas de notícias que se resumem ao que hoje em dia classificariamos como *lead de impacto*, noutras peças mais desenvolvidas da *Gazeta* também encontramos esta estrutura, que lança o resto do texto a partir da informação mais importante (e que para o caso assume a forma de sumário):

Gazeta do Mês de Abril de 1643

De Marselha, a 9 de Março de 1643

As grandes chuvas que em Itália houve desde o princípio de Novembro até ao fim de Dezembro passado engrossaram de maneira os rios da Lombardia e particularmente o Pó, que saindo do leito inundou a maior parte das cidades, vilas e terras vizinhas. Neste dilúvio afogaram-se tantas pessoas, ruíram tantas casas e perderam-se outros bens, que se não dera crédito e autoridade [*lead*].

A notícia anterior apresenta uma estrutura assente em blocos textuais, um princípio comum à reportagem contemporânea. Isto é, após o *lead de impacto* sumariante, cada um dos blocos textuais é dedicado ao que se passou em cada cidade afectada pelas cheias. Em alguns blocos, a informação é organizada segundo um eixo de diacronia, em que numa primeira parte se relata o sucedido para na segunda se descreverem as operações de socorro; outros blocos, porém, resumem-se a uma espécie de *leads de impacto*, sendo aqui de recordar que outro dos princípios organizadores do texto na reportagem contemporânea é, precisamente, o de começar cada bloco com informação relevante, para manter o leitor interessado no texto. De realçar, ainda, na notícia em causa, o recurso a descrições

Livros LabCom

pormenorizadas (algo que hoje seria possivelmente visto como um arcaísmo na organização do texto informativo), o enquadramento religioso pontual do mundo (para o português seiscentista, Deus intervém constantemente no mundo) e as frases explicativas e figurativas.

Gazeta do Mês de Abril de 1643

De Marselha, a 9 de Março de 1643

As grandes chuvas que em Itália houve desde o princípio de Novembro até ao fim de Dezembro passado engrossaram de maneira os rios da Lombardia e particularmente o Pó, que saindo do leito inundou a maior parte das cidades, vilas e terras vizinhas. Neste dilúvio afogaram-se tantas pessoas, ruíram tantas casas e perderam-se outros bens, que se não dera crédito e autoridade [*lead*].

Começou esta inundaçãõ na cidade de Mântua, por causa do grande lago em que está situada, o qual havendo extraordinariamente crescido, derrubou rãde quantidade de casas e entre outras três ricos palácios do duque de Mântua, a saber Gonzaga, São Bento e Burgo forte, com perda de mais de 1200 pessoas, que se afogaram, porque quase toda a cidade estava cheia de água por dentro e por fora, de sorte que os moradores eram constringidos a subir aos telhados de suas casas e sobre as altas árvores, onde muitos depois foram achados mortos de fome ou de medo. E teria sido muito maior o dano se não fosse a boa ordem que então deu a duquesa de Mântua, mandando sob pena da vida aos barqueiros levarem-lhes pão e vinho, que ela dava, não faltando jamais àquela miserável gente com socorro até de todo baixarem as águas. [Parte 1 do bloco 1]

E para juntar o socorro do Céu ao da terra, o bispo de Mântua fez expor o Santíssimo Sacramento pelas 40 horas e mandou fazer procissões gerais aos moradores que haviam escapado deste perigo, com as cabeças descobertas e os pés descalços, pedindo e bradando Misericórdia para abrandar a ira de Deus. [Parte 2 do bloco 1]

A cidade de Viadana, deste mesmo país, a qual é de alguns mil fogos, rica pelas suas mercadorias que repartia por todo aquele distrito, foi de todo submergida, por ter a situação muito baixa, e se perderam nelas 1500 pessoas. [Bloco 2]

A formosa cidade de Cremona não teve perdas menores do que as outras por causa desta grande enchente, porque chegou a ela pelas

três horas depois da meia-noite e tomou todos descuidados, e viram pelo espaço de quatro horas somente, que durou este dilúvio, toda a cidade alagada até à grande praça, onde a água estava pela altura de quatro pés. As casas chamadas São Cristóvão, Prado e Gonzaga foram de todo submergidas, com muitas outras de menos nome, das quais caíram mais de cem e outras ficaram arruinadas. E subiu a água até à Igreja, que chamam do Domo, que é um dos lugares mais altos da cidade, de sorte que os moradores não se podiam visitar senão com batéis e entravam neles pelas mais altas janelas das suas casas. [Parte 1 do bloco 2]

O cardeal Campora, bispo da cidade, esteve muito embaraçado neste dilúvio e mandou fazer rogos públicos, enviando uma grande quantidade de barcas, com muita pressa, a salvar pelas casas os que pudessem. Porém, não obstante tudo isto, afogaram-se mais de trezentas pessoas e houve uma grande perda. [Parte 2 do bloco 2]

A pequena cidade de Ergdella, que não tem mais de uns trezentos fogos, no mesmo território de Cremona, viu-se num instante submergida e não se puderam salvar mais que cem pessoas. [Bloco 3]

Em Castel-Vetri foi tudo inundado, excepto o campanário da Igreja Maior, na qual se salvou o governador da praça com alguns trinta moradores. [Bloco 4]

No lugar do Monte, não ficou mais do que a Igreja e todos os edificios caíram com a violência das águas [Bloco 5]

(...)

O principal género jornalístico que ocorre na *Gazeta* é a notícia. Há notícias breves e notícias longas, comentadas ou “secas”, sendo, porém, que várias das notícias longas se aproximam da reportagem, inclusive nos aspectos explicativos, descritivos e analíticos e nos “quadros vivos” da situação descrita:

Gazeta do Mês de Agosto de 1647

A tomada de Dixmuda pelo Marechal de Rantzau

Havendo-se o marechal de Rantzau separado do corpo de exército governado pelo marechal de Gassion, com o desígnio de cercar alguma praça aos inimigos e julgando que as suas tropas não eram suficientes para atacar Bassea, a cuja vista passou, e porquanto dois mil cavaleiros inimigos que lhe iam nas costas da sua marcha lhe

impediam de fazer a circunvalação necessária para a presa desta forte praça, e de grande circuito, continuou o seu caminho para a cidade de Dixmunda, a qual fica no senhorio e viscondado de Bergade Sam Winot. E para a cercar de todos os lados, ordenou ao senhor de Clanca, marechal de campo, que partisse, como ele fez, com diligência de Carteau para Amieus, a receber nela as ordens da Corte, para a investidura contra aquela praça da banda de Furnas e Nieuport. Chegando para este fim a Dunquerque aos 8 do corrente, onde juntou alguns 440 batéis (...), partiu aos 9 por Furnas, onde chegando de noite com alguns 1600 homens, mandou quatrocentos que ao outro dia de manhã fossem tomar seu posto entre Dixmunda e Nieuport, ou Portonovo, que é uma cidade pequena, mas muito boa, com um castelo assaz forte e um porto acomodado e bem frequentado a três léguas de Dunquerque. (...) Fez prontamente desembarcar os seus soldados (...) até ao reduto de KnoKe (...) o qual depois de ser defendido três horas e depois de haver sofrido somente um tiro de canhão se rendeu (...). E assim lhe enviou o senhor de Balloy, marechal de batalha (...), com a nova desta presa e receber as (...) ordens, (...) que foram marchar (...) ao longo da ribeira para estar (...) antes do amanhecer a um tiro de canhão de Dixmunda (...). Resolveu-se que invadiriam no mesmo dia os arrabaldes da praça, que consistiam numa meia-lua (...), de altura extraordinária, bem entrincheirada, e com dois fossos secos muito profundos, e três meias luas mais à esquerda entrincheiradas do mesmo modo, com seus fossos cheios de água. Mandou o marechal de Rantzau 400 homens de guarda franceses, 200 do Piemonte e 300 suíços atacar a grande meia-lua, enquanto 200 homens (...) faziam um falso ataque a outra meia-lua (...). Vindo a noite, se foi direito ao ataque (...), que foi executado com grande vigor e generosidade, porque ainda que tivesse sido necessário marchar mais de cem passos a descoberto, durante a claridade da lua (...), nem por isso os nossos, não obstante as muitas cargas de mosqueteria e pedras, com granadas, que sobre eles lançavam do alto da dita meia-lua, depois de haverem cortado e derrubado as palissadas, deixaram de subir dentro e lançar os inimigos, aos quais obrigaram a também deixar a outra meia-lua, apertando com eles tão fortemente que lançando-os além do fosso, da parte da praça alguns dos nossos passaram envoltos com eles

por uma pequena ponte feita de duas pranchas (...), com grande espanto de todo o presídio (...). Animados os nossos batalhões com o exemplo (...), havendo-os seguido para tomarem a cidade por assalto, quebrou a ponte sobre eles e obrigou a nossa gente a se entrincheirar na grande meia-lua (...). E estando os senhores de Noermotier e de Clauleu ocupados (...), foram ambos feridos (...), e querendo dissimular por algum tempo as suas feridas para não desmotivar os seus soldados que ali estavam (...) expostos ao contínuo fogo que os inimigos faziam (...), fora finalmente constrangidos, pelo excesso das suas dores, a retirarem-se (...). As outras duas meias-luas, havendo sido levadas pelos escoceses e suíços, o marechal de Rantzau os fez retirar, por entender que lhe não convinha muito a guarda delas. E ele esteve sempre a cavalo, ao pé da contra-escarpa (...). Ao seguinte dia (...) os moradores obrigaram o presídio a capitular, o qual constava de 500 soldados, que se renderam (...). A praça é muito melhor do que se imaginava, porque além de sua situação tão avantajada, está fortificada com outras meias-luas bem acabadas e entrincheiradas (...) e se achou bem guarnecida de artilharia (...). Todas as nossas tropas fizeram aqui o seu dever (...).

[Exemplo de notícia longa, pequena reportagem diacrónica.]

Gazeta do Mês de Agosto de 1647

De Leipzig, 4 de Julho de 1647

Aos 27 do passado rendeu-se a aos suecos o castelo de Hoff, os quais permitiram que os oficiais pudessem retirar-se, mas obrigaram os soldados a ali estar em suas tropas. [Exemplo de notícia factual curta]

Gazeta do Mês de Agosto de 1647

Temendo as galés de Nápoles que o duque de Richelieu, general da Armada de França, as investisse, no porto colocaram muitas cadeias de ferro e madeiros. E sabendo que se havia feito à vela na volta da Provença, saíram no mesmo dia 29 do passado e tomaram a rota de Nápoles. [Exemplo de notícia curta comentada: invoca as razões para um acontecimento.]

Alguns textos da *Gazeta* não podem ser totalmente categorizados

Livros LabCom

como notícias. Os textos seguintes, por exemplo, são mais auto-promocionais do que jornalísticos, apesar de confirmarem informações já dadas, avançarem com novas informações de última hora (mesmo quando inconclusivas) e de darem notícias da previsível publicação de *relações particulares* (espécie de grande reportagem) e de um novo número da *Gazeta*. Há também nos textos uma desnecessária mistura de assuntos:

Gazeta do Mês de Agosto de 1647

O levantamento da Sicília, que no princípio desta *Gazeta* demos conta, é certo, e novamente o de Nápoles, cujas circunstâncias são tantas que não podendo resumir-se neste lugar, me obrigam a relação particular, para onde as reservo. Também se diz que as cidades de Salerno e Cápua seguiram o mesmo exemplo. E de Roma avisam que em Orbitello houve um motim entre os soldados do seu presidio, que consta de napolitanos e espanhóis, no qual aqueles constrangeram estes a sair (ficando muitos deles mortos sobre a mesma praça), os quais retiraram a Roma e não sabemos o que se seguiu depois.

Gazeta do Mês de Setembro de 1647

Depois de feita esta gazeta, chegaram avisos das baterias que estavam dando na cidade de Nápoles e do sítio que se avia posto à de Milão, com outras novas particulares, de que se dará conta na primeira gazeta.

A desnecessária mistura de assuntos ocorria, de resto, nas mais variadas peças:

Gazeta do Mês de Janeiro de 1645

De Münster

Apertam tanto os franceses na Alemanha e na Flandres que se vão fazendo árbitros da Dieta e obrigam pelas suas vitórias aos deputados da Áustria a receberem o embaixador de Portugal e os demais deputados dos confederados de França, de maneira que já os austríacos desta cidade falam de os receberem, mas querem que seja sem constar aquilo por papel, que entrem na dieta mas sem cerimónia alguma, ao que não quer vir o Cristianíssimo, querendo absolutamente que entrem com as formas escritas e papéis ordinários.

Rodrigo Botelho, embaixador de Portugal na Coroa da Suécia, está morto.

Ocasionalmente, alguns textos da *Gazeta* não podem ser categorizados como notícias nem reportagens. É o caso, por exemplo, da transcrição, por vezes a partir de gazetas estrangeiras, de petições, acordos, tratados, inventários, listas, cartas, etc., apresentados na íntegra, como *informações em bruto*:

Gazeta do Mês de Abril de 1642

Na gazeta que veio de França estão as propostas que os irlandeses agora fazem a El-Rei de Inglaterra, as quais traduzidas ao pé da letra são as seguintes:

*ARTIGOS DO QUE OS CATÓLICOS
confederados na Irlanda pedem a El-Rei Carlos
de Inglaterra*

1. Pedimos que haja liberdade de consciência e público exercício da nossa sagrada religião, como têm os escoceses da sua, de maneira que a inovação e reforma que se fez na Escócia não venha ao nosso Reino. E assim nenhuma será estabelecida, nem confirmada, senão a religião Católica e eclesiástica hierarquia, e admitimos outra vez os religiosos, sem admitir heresia, nem feita nenhuma senão os moderados protestantes que até agora estavam em Inglaterra, Germânia e noutras certas províncias. Que não haja bispo nenhum senão católico. Que os sacerdotes gozem dos benefícios eclesiásticos e rendas como antigamente foi ordenado e que os ministros protestantes gozem somente dos bispados e benefícios que os da sua seita procurarem para seu sustento.
2. Pedimos que no governo temporal sejamos governados pelo vice-rei, conselho e oficiais católicos e naturais, sempre com a subordinação devida a Sua Majestade, de cuja mão aceitaremos tais ofícios.
3. Pedimos que as terras e condados dos católicos que foram confiscados por causa da religião, assim no tempo da Rainha Elisabete como depois, sejam exactamente restituídos, ou ao menos a valia deles.

(...)

Gazeta do Mês de Julho de 1645

Memória das tropas que o conde de Harcut, general de Sua Majestade Cristianíssima, desbaratou a 22 de Junho de 1645, começando a batalha (da qual brevemente daremos inteira relação) entre as 8 e as 9 horas da manhã, nos campos de Horanse e Belaguier:

Cavalaria desfeita 600 cavaleiros das três ordens militares
 400 cavaleiros de Nápoles
(...)

Infantaria desfeita

O regimento de D. Pedro Valenzola Castelhana
O regimento de Locenzana dos Velhos Napolitanos
(...)

Os prisioneiros principais são os seguintes

O marquês de Mortàra, marechal de campo general

D. Pedro Pereira, tenente general da cavalaria

(...)

Finalmente, capitães de cavalaria e infantaria, tenentes e outros oficiais são 460 e ao todo, conforme a lista que ao primeiro dia se fez e mandou a Paris, são

2500 prisioneiros
2000 mortos.

A seguinte transcrição de uma irónica carta tem a curiosidade de ser feita em “portunhol”:

Gazeta do Mês de Julho de 1645

Cópia da carta que se diz escreveram de Badajós a Elvas ao conde de Castelo Melhor, governador das armas portuguesas no Alentejo

Pudiera V. S, ya que se resolvio a venir a esta placa tratar de abisarnos a los besinos della para que hallase agasajo mas de gratitud en sus voluntades en los barros com que los regalo, de lo que de aspereza com la resistència de los corazones, com que aguardaban al repente.

Nuestro sentimiento es que los señores portugueses no son tan pouco para vistos que sea necesario valerse de la noche; ni los

castellanos tan descuidados que los puedan culpar de desprevenidos, que fuera culpa entregarsense al sueño quando V. S. solicitava el desvelo para visitarlos.

V.S. haga las partes de amigo y de correspondiente y no quiera com aparências de barro usar rigores de inimigo, que ya que nos ocupamos en la delicia de los que embio, seria injusticia servir de ostorbo a su libertad,

Dios guarde a V. S. y le de trégua a sus alientos, que el despertarnos tan de mañana no es para muchas bezes.

Los Bezinos

De facto, algumas cartas, integral e directamente transcritas, não podem ser consideradas como um género eminentemente jornalístico:

Gazeta Primeira do Mês de Novembro de 1642

Carta que o Rei Cristianíssimo mandou aos Senhores e Preboste dos Mercadores e Mesteres da sua boa cidade de Paris sobre a entrega da cidade e castelo de Perpilhão, na qual lhe manda que assistam ao Te Deum onde Sua Majestade se havia de achar em Pessoa.

Da parte de El-Rei

Caríssimos e muito amados:

Depois que fomos obrigados a levar nossas armas a Espanha, não só para nos opormos aos inimigos declarados do nosso Estado as também para dar à Catalunha oprimida o socorro que ela nos pedia, sempre considerámos Perpilhão como uma praça da qual dependia o sucesso destes justos desígnios, pelo que (...) a meio do Inverno (...), fomos enfim em pessoa por cerco à dita praça (...) de sorte que, havendo sofrido um cerco de cinco meses e todos os extremos que a falta de mantimentos pode causar, ela finalmente se rendeu aos 9 deste mês (...). E como o progresso e glorioso sucesso deste sítio faz verdadeiramente ver que o devemos à graça divina, (...) havemos resolvido (...) dar as graças em pessoa à Igreja de Notre Dame da nossa boa cidade de Paris (...) e para este efeito cantar nela o *Te Deum Laudamus*, com a solenidade requerida. Da qual vos quisemos assim avisar e mandar (...) que assistais lá em corpo (...).

Ao contrário das cartas, um outro género textual que ocorre na *Gazeta*, e que pode ser considerado jornalístico e informativo, é o explicativo:

Gazeta do Mês de Julho de 1645

A variedade na religião é também grande nos tempos presentes naquele Reino [Reino Unido], onde, principalmente em Londres, tem aumentado uma seita que chamam dos independentes, porque não querem ter dependência de ninguém em matéria de fé ou religião, senão crer, ou não crer, o que a cada qual melhor lhe parecer. E os desta nova opinião têm tirado todos os artigos da fé católica incluídos no credo, por este (...) ter sido composto pelos santíssimos apóstolos, que foram homens, e ser coisa de tradições, nem humanas nem divinas, querem eles crer, sendo contra a doutrina de São Paulo que diz para guardarmos e mantermos as tradições (...). Também tiraram os dez mandamentos da Lei de Deus, dando por razão, ou para melhor dizer por sem razão, que os mais dos ditos preceitos estavam já postos em leis reais ou parlamentares públicas e políticas no Reino de Inglaterra, onde castigam os matadores, adúlteros e ladrões, etc. E assim parece escusada a lei divina, onde a humana a acode. Sem considerarem estes miseráveis que os tais preceitos são mais dignos de ser guardados por serem divinos que por serem humanos e que uma coisa pode ser mandada por várias leis, civil, canónica, natural, divina e por lei universal e particular, ou municipal. Nem tão pouco consideram que Cristo Senhor Nosso declarou serem estes mandamentos necessários para a salvação das almas. *Se vis a vitam ingredi serva mundata*. Notável cegueira!

Os de outra seita tiraram, dos sete sacramentos, cinco, e assim querem que não haja mais que dois, que são baptismo e matrimónio. Porém, na forma do baptismo acrescentam algumas palavras ridículas e supersticiosas, porque depois de dizerem a verdadeira forma, que é *Eu te baptizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo*, acrescentam em nome *do sangue, do fogo e do nosso conselho*. Antes que os improbos ministros desta seita baptizem as miseráveis crianças, tomam juramento aos pais como aquela é seu filho ou filha de legítimo matrimónio e de ambos e não basta que os pais jurem que assim o cuidam senão que hão-de jurar como coisa totalmente certa e se não o fazem assim ficam as crianças

por baptizar. Fundam estes ignorantes ministros seu infando abuso numa heresia de Calvino, que afirmou que os bastardos todos estavam reprovados eternamente, sendo certíssimo, na verdade, que muitos santos e santas que hoje estão na glória não nasceram de legítimo matrimónio.

Com frequência, as notícias da *Gazeta* denotam falta de informação e de capacidade de análise de situações. Mesmo alguns meros rumores foram noticiados:

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

Em Caminha tomaram-se três barcos de galegos e matou-se alguma gente e outra se cativou.

(...)

O papa levanta gente na terra da Igreja, não se sabe para quê.

El-Rei de Inglaterra faz grandes levas em seus reinos e dizem que quer restaurar o Palatinado.

Dizem que estão quinze mil franceses sobre Fonte Rabia.

Noutras vezes, pelo contrário, os redactores da *Gazeta* procuraram conjecturar sobre os possíveis desenvolvimentos das situações a partir dos dados disponíveis:

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

A armada do bispo de Bordéus reforma-se e presume-se que vem outra vez sobre Terragona.

Apesar da prosa escurreita, tendencialmente laica, em algumas notícias os redactores imergem na narrativa e não hesitam em recorrer à linguagem figurativa:

Gazeta do Mês de Novembro de 1646

Não se pode com palavras explicar o muito que padece a Alemanha por ser há tantos anos o teatro onde se representa o jogo insolente de Marte.

Noutras notícias, a linguagem, embora menos figurativa, é “lamentadora”, apesar de ser também prognosticadora, mas os europeus seiscen-

tistas, de facto, não tiveram vida fácil devido às guerras que incendiaram o Velho Continente:

Gazeta do Mês de Outubro de 1642

Avisam que é coisa lastimosa de ver que as coisas daquele Reino [Inglaterra] estão postas em estado que não há nenhuma aparência de melhoria senão de uma sangrenta guerra de fogo e sangue, com perdião e destruição total daquele Reino e povos. El-Rei está muito severo e muito animoso e com resoluta determinação de sustentar sua autoridade Real até à morte. No que está muito seguro, e por mais que lhe digam, não quer dar ouvidos a nada, nem de alguma maneira ceder, nem desistir de sua opinião. Por todos estes Reinos se fazem levas de gente de guerra de infantaria e de cavalaria e todos estão com as armas nas mãos e cada dia se encontram os Reais e os do Parlamento com vantagem e perda de uma e de outra parte, de maneira que se vão picando guerras sangrentas.

Várias notícias apresentam, por seu turno, um recorte analítico, embora no geral a *Gazeta* seja menos analítica do que, por exemplo, as *Relações* de Manuel Severim de Faria (cf. Sousa *et al.*, 2006):

Gazeta Primeira do Mês de Outubro de Novas Fora do Reino [1642]

Os diferendos entre El-Rei da Grã-Bretanha com o Parlamento estão cada dia em pior condição, porque cada qual pretende sustentar sua razão e assim há grandes aparências de que antes de muitos dias cheguem a batalha.

Gazeta dos Meses de Novembro e Dezembro de 1642

Esta praça é de muita importância, porque além de dar um porto muito avantajado às nossas armas, abre o caminho de Casal e mantém os inimigos em perpétuo receio e incerteza do desígnio de nossas armas pela ponte que com muita facilidade lhe pode fazer sobre o Pó naquela parte que fica fronteira a Crescentim, praça também de Madame, e finalmente Verruè foi sempre em certo modo tida por fatal aos castelhanos porque uma vez não a puderam tomar com quarenta mil homens governados pelo duque de Feria, nem a tomariam nunca se não fossem as últimas revoltas

do Piemonte e agora a perderam sem tiro de artilharia.

Gazeta de Novembro de 1646

O porto de Piombino é tão importante por ser necessário passarem os navios por este estreito de mar de três léguas que está entre a ilha de Elba e o dito porto. Quem é senhor de Piombino fica senhor do mar e dos navios que vão de Génova para Nápoles ou vêm de Nápoles para Génova, porque além de dilatarem-se na navegação, arriscar-se-ão muito os navios que forem forçados a deixar a ilha de Elba (...) e ir buscar a costa de África além da ilha da Sardenha (...).

Por vezes, arcaicamente, as notícias da *Gazeta* misturavam assuntos, apesar de estes terem conexões geográficas ou outras, talvez porque resultassem da tradução de cartas de correspondentes noticiosos:

Gazeta do Mês de Março de 1643

De Paris, aos 6 de Fevereiro de 1643

A morte do cardeal duque [Richelieu] não fez inovar coisa alguma no Governo, que hoje tem o cardeal Mazarino, Xaveni e Noier, os quais guardam em tudo as ordens que o dito cardeal deixou. Sua Majestade soltou alguns presos da Bastilha e perdoou alguns desterrados.

Gazeta do Mês de Janeiro de 1645

Os irlandeses católicos que tomaram o partido das armas contra a Escócia estão nela tão reforçados que se diz terem até ao presente quinze mil homens. No Reino de Inglaterra estão os realistas senhores da campanha e prenderam agora ao major-general Brown, um dos melhores que a parte dos parlamentares de Londres tem. (...)

Fugiu de Madrid com sua mulher Dom João de Meneses e já está no Reino de França, de onde passará a Portugal muito brevemente. Para a Catalunha, têm os Reis Cristianíssimos despachado a monsieur de Ancurt, príncipe da Casa de Lorena, que partirá durante Janeiro, e já partiram todos os demais cabos e marechais, com muito boa gente, além de dois regimentos da guarda de El-Rei.

Gazeta do Mês de Julho de 1643 de Novas Fora do Reino

Na Turquia, começam a ficar sem o temor que tinham de que vindo a faltar a raça otomana lhes fosse ocasião de algumas alterações, porque além do primeiro filho do grão-senhor de que haveis ouvido falar, lhe nasceu o segundo, a 25 de Fevereiro passado. Pelo seu nascimento, fizeram-se grandes alegrias e festas em todos os lugares daquele vasto império. Aos 5 do mesmo mês, o senhor Soranzo, baille de Veneza, tinha feito a sua entrada pública em Constantinopla, ao qual o embaixador de França tinha mandado receber e conduzir até à casa do dito baille pelo senhor de Lempercur, seu secretário, acompanhado de trinta cavaleiros. Aos 19, teve audiência com o grão senhor, ao qual presenteou com alguns vestidos de brocatel, entre os quais havia um de tela de ouro de grande preço. Sua Alteza o presenteou com um vestido de brocatel e ouro. No mesmo dia, o emehor, ou grande escudeiro, foi feito paxá de Alepo e o de Alepo foi feito paxá de Damas. O embaixador da Pérsia fez também aos 10 a sua audiência de despedida e foi presenteado com trinta vestidos. Antes de o deixar partir, o vizir fez-lhe um grande festim, tendo-lhe no final feito presente, da parte do grão senhor, de trinta bolsas, cada uma com quinhentas patacas, para ajuda dos gastos da sua viagem, as quais foram acompanhadas de alguns vestidos e outras galanterias do país. Lançaram estes dias passados sete galés novas ao mar, com as quais perfazem os turcos oitenta, que armam este ano com trinta grossos baixéis, para virem ao poente, como se crê, o que levou o grão-mestre de Malta a partir, no passado mês de Abril, para visitar as fortificações da ilha de Gozo, que ele quer por em estado de defesa, mandando entretanto com diligência algumas embarcações para lhe trazerem novas seguras dos desígnios dos turcos.

*Gazeta do Mês de Julho de 1643 de Novas Fora do Reino**De Narbona, a 12 de Junho de 1643*

Escrevem-nos de Madrid do primeiro de Maio passado, que El-Rei de Castela mandou fazer grandes devoções em todo o seu Reino, pelo período de oito dias, e que havia levado em procissão a imagem que Sua Majestade Católica fez, à imitação de El-Rei defunto, tomando a Virgem por patrona e advogada de todos os

seus estados, a fim de alcançar vitória contra os seus inimigos. Essa declaração fez Sua Majestade afixar por todas as igrejas. O conde duque de Olivares está, todavia, em Luecher, não sem esperanças de tornar a seu antigo mando, visto que a condessa sua mulher é ainda válida da Rainha. O marquês de Leganes está ainda preso, acusado de ter tomado o dinheiro destinado ao exército que estava no ano passado em Aragão onde houve um grande motim, com tais dimensões que o vice-rei foi obrigado a retirar-se, dando mostras os povos de se quererem declarar por França, se brevemente não houver paz. Entretanto, o marechal da Mota vai-se pondo em campanha com um poderoso exército.

Podemos ver ainda, pela tabela seguinte, que os redactores da *Gazeta* já evidenciavam preocupações jornalísticas de tom contemporâneo, mostrando que os valores jornalísticos e as constantes norteadoras do profissionalismo jornalístico têm raízes históricas que recuam ao século XVII ou, para sermos mais precisos, recuam aos tempos clássicos em que gregos como Tucídides, Xenofonte e mesmo, até certo ponto, Heráclito começaram a escrever história animados da dupla intenção da verdade e da facticidade. Observam-se, nomeadamente:

- 1) Preocupações de credibilizar a informação pela referência às fontes, ou mesmo pela crítica dessas mesmas fontes;
- 2) Intenção de verdade, traduzida, por exemplo, pela correcção de informações incorrectas;
- 3) Citações, mecanismo de defesa do jornalista e de credibilização da informação que também empresta vivacidade ao relato;
- 4) Inclusão de notícias de última hora;
- 5) Preocupação em datar e localizar as notícias.

Questões jornalísticas	Excerto textual ilustrativo
Referência e crítica às fontes	O que se disse de França (...) foi <i>informação de pessoa mal intencionada</i> e pouco afecta às coisas deste e daquele Reino. (Julho de 1643). As mais destas novas são <i>colhidas de cartas e pessoas dignas de crédito</i>, que vieram de várias partes. E o que se diz do bispo de Lamego <i>se sabe por via da nau de Inglaterra que veio no mês passado</i>. E de Itália, <i>havia já aqui carta</i> em que se diz que ficava em Leorne, de onde se vai a Roma em pouco mais de três dias. (Dezembro de 1641)
Referência a fontes	No princípio deste mês <i>escreveu-se da Província do Alentejo</i> que no dia de São João vieram os inimigos a Olivença (...). (Julho de 1642) novas que tivemos da Índia Oriental, <i>por um correio</i> (Março de 1642) Por <i>carta</i> de Münster se soube (...). (Novembro de 1646) <i>Pessoa digna de crédito que veio de Madrid</i> afirma (...). (Dezembro de 1641) Chegaram aqui <i>dois navios holandeses</i>, os quais dão as novas que se seguem (...). (Setembro e Outubro de 1646)
Referência a fontes e datação da informação	<i>Há carta</i> nesta Corte da Ilha de São Cristóvão, situada nas Índias de Castela, feita nos últimos de Novembro, em como a maior parte das Índias tinham negado a obediência ao Castelhana, e que só um vice-rei estava por eles, havendo (...) grandes revoluções. (Março e Abril de 1644)
Notícias de última hora	No mesmo ponto em que se acabou de imprimir este papel, veio da ilha Terceira Jorge de Mesquita e trouxe aviso de que a fortaleza se havia rendido e estava já por El-Rei Nosso Senhor. Por ser nova de grande alegria para este Reino, se pôs nesta <i>Gazeta</i>, não obstante pertencer à do mês de Abril. (Março de 1642)
Referência a fontes, ao processo de obtenção de informações e à datação da notícia	A nova da Ilha Terceira, de que se fala (...) na gazeta do mês de Março, veio aos oito do mês de Abril no navio Sol Dourado. (Abril 1642) De Amesterdão, 12 de Agosto de 1647. Chegaram há pouco dez navios das Índias Orientais, mas com muito menos mercadorias do que tinham de costume. Dão por novas que na ilha de Ceilão os moradores mataram alguns 450 holandeses e fizeram mais de 200 prisioneiros, após o que lhes ganharam um pequeno forte. (Setembro de 1647)
Referência a fontes e ao processo de obtenção de informações	Chegou aqui um frade dominicano que chamam frei João Correia, filho de Lisboa, que vem de Madrid. Não dá novas frescas por haver muito que partiu daquela corte (...). (Março e Abril de 1644)

Referência ao trajecto da notícia	Soube-se cá, por via de Cádis, Sevilha e Segóvia, como os franceses tinham tomado Lérida (...). (Julho e Agosto de 1646)
Datação da notícia	Aos <i>oito do corrente</i> houve uma grande altercação popular na cidade de Cosenza, na Calábria...
Intenção de verdade e de correcção de informações incorrectas (embora possa ser reflexo de uma tentativa de correcção de rumo devido a “excesso de verdade” sobre ambiente interno de um país aliado)	O que na <i>Gazeta</i> do mês passado se disse de França que com as presentes guerras se passavam muitas necessidades <i>é falso</i> e parece que foi informação de pessoa mal intencionada e pouco afecta às coisas deste e daquele Reino. (Julho de 1643)
Intenção de verdade e de correcção ou complemento de informações incorrectas	No que se diz na <i>Gazeta</i> de Dezembro acerca de São Tomé se advirta que o governador Manuel Quaresma era já morto. (Fevereiro de 1642)
Citações directas	Neste ponto olhou o cura para os nossos, que estavam perto, e defronte dele, e começou a dizer em altos gritos: “Senhores portugueses, aqui está um castelhano vivo entre estes mortos, acudam vossas mercês e levem-no, que eu não trago comissão para retirar vivos e não quero enganar a ninguém, que sou cristão e temo a Deus”. [aspas nossas] (Janeiro de 1642)
Vivacidade e sensacionalismo do relato em jeito de reportagem	Aos <i>oito do corrente</i> houve uma grande altercação popular na cidade de Cosenza, na Calábria, durante a qual mataram um homem muito principal, cujo corpo foi arrastado pelas ruas da cidade. E prenderam alguns quarenta mais, que favoreciam os espanhóis, que levaram ao vice-rei de Nápoles. Nas cidades de Salerno e de Bari não têm sido menores os tumultos, seguindo o exemplo das demais. Na primeira, queimaram-se mais de 25 casas; na segunda, os moradores elegeram uma cabeça [um líder], que se fez grandemente temer pelas muitas execuções que faz (...) e a maior parte dos vassalos de diversos lugares deste Reino tem montado cercos aos seus senhores, por quererem suportar o governo dos espanhóis. (Setembro de 1647)

Ainda do ponto de vista jornalístico, é interessante notar que a *Gazeta* segue os assuntos que noticia. Há notícias em desenvolvimento e desenvolvimentos das notícias anteriores. O caso das notícias das guerras é o mais visível, mas outras matérias também cabem no exemplo, como as notícias sobre o destino de hipotéticos conspiradores:

Gazeta do Mês de Novembro de 1641

O conde de Castanheira, que estava preso numa torre de Setúbal, pediu a El-Rei nosso Senhor que lhe mudasse a prisão

porque estava indisposto e El-Rei nosso Senhor (...) o mandou trazer para o castelo de Lisboa.

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

O conde de Castanheira, o conde de Vale de Rei e Gonçalo Pires de Carvalho estão já em suas casas.

Por vezes, na última página corrigem-se notícias dadas, acrescenta-se informação ou anuncia-se o desenvolvimento futuro de outras, agarrando o leitor/comprador.

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

No que se diz na Gazeta de Dezembro acerca de São Tomé se advirta que o governador Manuel Quaresma era já morto.

Gazeta do Mês de Março de 1642

No mesmo ponto em que se acabou de imprimir este papel, veio da ilha Terceira Jorge de Mesquita e trouxe aviso de que a fortaleza se havia rendido e estava já por El-Rei Nosso Senhor. Por ser nova de grande alegria para este Reino, se pôs nesta gazeta, não obstante que pertence à do mês de Abril.

O esforço de correcção de informações, de resto, estendia-se às notícias no interior da *Gazeta*, independentemente do período da publicação e, portanto, do editor do periódico:

Gazeta do Mês de Agosto de 1645

Se diz que El-Rei de Inglaterra perdeu agora uma grande batalha contra os parlamentares, na qual lhe mataram muita gente e tomaram artilharia e bagagem, mas entendo como muitos dizem e algumas cartas dão a entender que esta batalha é a mesma à qual fiz menção na gazeta passada. Espera-se aviso mais certo e se dirá na gazeta futura (...).

Em algumas gazetas, após a denominação, os títulos são sucedidos por uma espécie de manchete, que sumaria a notícia mais importante e atractiva. Há também aqui um registo de contemporaneidade jornalística, já que mimetiza os títulos contemporâneos:

Gazeta do Mês de Abril de 1643

Com o protesto que fez a Sua Santidade o Bispo de Lamego, embaixador deste Reino de Portugal, quando saiu de Roma.

Mesmo algumas notícias são antecedidas de um título específico:

Gazeta do Mês de Maio de 1643

(...)

Relação da ditosa morte do padre Thomas Hollanda, sacerdote da Companhia de Jesus, inglês de nação e natural da província de Lancaster no Reino de Inglaterra. Escreveu-a um inglês católico que se achou presente.

Foi preso o padre Thomas Hollanda (...).

A *Gazeta* autopromovia-se através de marketing e publicidade “intuitivos”, como se depreende, por exemplo, dos anúncios da edição de “grandes-reportagens” sobre determinados acontecimentos em publicações ocasionais autónomas e nos anúncios ao que se previa que fosse publicado em números posteriores do jornal.

Gazeta Primeira do Mês de Novembro de 1642

O sucesso do nosso embaixador em Roma, a grande batalha de Léri-da, a vitória que o príncipe Thomas teve dos castelhanos em Itália, a vitória que o conde de Granci teve no Franco Condado, a tomada de Nice, a batalha que Monsieur de Alier teve com o duque Carlos junto a Lyon e outros sucessos mais saem em suas relações particulares.

É, finalmente, de salientar que, à semelhança dos jornais contemporâneos, também a *Gazeta* possuía “secções”, em particular durante o primeiro período de publicação, pois as notícias eram segmentadas entre as do Reino e as de fora do Reino.

4.2 Análise quantitativa do discurso

Um avião voa por causa das leis físicas e não por causa de um acordo intersubjectivo dos sujeitos. De forma similar, a análise de conteúdo, ou análise de discurso quantitativa, é um método científico que, como outros métodos científicos, permite sobrepor *determinado objecto de*

Livros LabCom

conhecimento aos diferentes sujeitos que o conhecem. É nesse sentido que aqui se toma a ideia de objectividade científica. É também nesse sentido que aqui se apresenta uma proposta de leitura objectiva do discurso da *Gazeta* “da Restauração”, baseada em dados de natureza quantitativa⁷.

A noção de objectividade científica implica que também se aceite que existe uma realidade externa ao sujeito e independente dele e que é possível descrever essa realidade através de linguagens, como as línguas e a matemática. Existe *verdade científica* quando há correspondência entre a realidade e os discursos científicos que a descrevem com base em linguagens. A ciência não é aleatória, ainda que o campo científico seja segmentado. O conhecimento científico é aquele que mais perfeito conhecimento nos dá da realidade fenoménica. A verdade científica tem um carácter de *universalidade* que outros tipos de conhecimento não possuem.

A compartimentação do campo científico é uma reposta racional e prática ao extraordinário desenvolvimento da ciência. No entanto, por vezes, torna-se necessário convocar os saberes de diferentes ciências para bem se descreverem e entenderem os fenómenos reais e compreenderem as relações que estes estabelecem. Mas a interdisciplinaridade que se pode convocar para o estudo desses fenómenos e das relações que estes estabeleçam não deve levar a que se abandone a especificidade de cada uma das ciências. Pelo contrário, uma pesquisa interdisciplinar deve permitir a cada ciência convocada olhar para um mesmo fenómeno armada com aquilo que lhe é próprio e que a distingue. Nesta análise, procurar-se-á olhar para a *Gazeta* sob o olhar do comunicólogo, enfatizando dados que, por exemplo, passariam para segundo plano em pesquisas de outra natureza. Contudo, os saberes e conhecimentos de outras ciências – para o presente caso, desde logo, os das ciências históricas – também podem concorrer para uma melhor compreensão do objecto *Gazeta*.

Este intróito é importante porque nesta pesquisa se entende que os

⁷ Os dados foram recolhidos por alunos de Ciências da Comunicação da Universidade Fernando Pessoa: Francisco Couto da Silva; Joana Cordeiro; Diogo Pedrosa; Hugo Gonçalves; Belinda Abreu; Fernando Geração; Rafaela Guedes; Bárbara Silva; Fernando Ferreira; Sérgio Ribeiro de Melo; Rolemberg Matos; Isabel Santos; Jorge Costa; Ana Catarina Melo; Ana Couto; Patrícia Mendes; José Pedro Fontes; Cristina Pereira; Rossana Mendes; Teresa Loureiro; Bruna Alves; Duarte Pernes; Cláudio Moreira; Sónia Pedro; Xavier Sá; Isabel Gonçalves; André Seixas; Ana Raquel Silva; Filipe Loureiro; Carlos Gourgel; João Gonçalves; José Cáliz; Manuel Neto; Rita Pereira; Tiago Alves; Fátima Santos; Sandra Reis; Andreia Rodrigues; Susana Pedra; Patrícia Araújo; Sara Barbosa; João Ferreira; Ana Rita Amaral; Diogo Boissel; Carolina Silva; Bibiana Freitas; Daniela Rocha; Joana Sousa; Carla Sousa; Cláudia Ferreira; Ricardo Nunes.

discursos, incluindo os discursos jornalísticos, como o da *Gazeta*, são objectos independentes dos diferentes sujeitos de conhecimento. Por outras palavras, nesta pesquisa toma-se o discurso da *Gazeta* “da Restauração” como um fenómeno susceptível de ser objectivado, isto é, como fenómeno passível de ser localizado, circunscrito, descrito e compreendido universalmente através da mediação de linguagens e de maneira a que o conhecimento sobre ele se sobreponha às perspectivas subjectivas dos diferentes observadores do mesmo.

Embora, para efeitos de análise de conteúdo, um discurso possa ser artificialmente amputado do enunciador e do contexto de enunciação, a interpretação dos dados quantitativos obtidos implica a mobilização do conhecimento existente sobre o enunciador e as condições de enunciação, pois, no âmbito de uma lógica de causalidade, quer o enunciador, quer o receptor presumido pelo enunciador, quer ainda o contexto de enunciação, devem ser entendidos como fenómenos antecedentes do fenómeno consequente que é o discurso. Em suma, embora seja tarefa de um analista do conteúdo de um discurso obter dados quantitativos objectivos que exponham a substância e a estrutura profunda de um discurso, esse analista deve ter em mente, ao discutir e interpretar esses dados, que entre as causas de um discurso estão o “eu-enunciador” e as respectivas “circunstâncias”, conforme, certamente, diria Ortega y Gasset.

Impõe-se, neste ponto, uma pergunta: Por que é que (*como* é que) os discursos da *Gazeta* “da Restauração” e as relações que estes estabelecem com outros fenómenos antecedentes ou consequentes podem ser objectivamente descritos e interpretados à luz do conhecimento comunicacional e jornalístico? Eis a resposta: Porque é possível descrever um fenómeno real desde que, para o efeito, sejam usados métodos e técnicas cientificamente validados e pertinentes para o estudo desse objecto. A análise quantitativa do discurso ou análise de conteúdo é um desses métodos.

Neste ponto, uma nova questão pode ser colocada: Por que é que se pode considerar a análise de conteúdo pertinente para se penetrar na substância do discurso da *Gazeta* “da Restauração”? A resposta passa por salientar que os métodos e técnicas de pesquisa em jornalismo estão sempre em jogo, sendo quotidianamente testados quanto à sua capacidade de proporcionar um conhecimento consistente, rigoroso e preciso, objectivo, universal, dos fenómenos jornalísticos e das relações de causalidade que estes estabelecem com o seu entorno. A análise quantitativa

do discurso, genericamente conhecida por análise de conteúdo, é um desses métodos quotidianamente testados, cuja cientificidade é validada pela sua capacidade de impor determinado objecto de conhecimento a diferentes sujeitos conhecedores. A isso acresce que a análise de conteúdo possibilita a categorização e sistematização da informação de acordo com valores quantitativos, o que fornece rigor à pesquisa.

Em concreto, a análise de conteúdo tem sido usada em múltiplas pesquisas com resultados relevantes no que respeita ao desvelar da natureza profunda, substantiva e estrutural de um discurso, incluindo em pesquisa anterior sobre outro jornal do século XVII (Sousa *et al.*, 2006 a). Assim, face ao historial de sucesso da análise de conteúdo, face aos objectivos equacionados para esta pesquisa e face às perguntas de investigação genéricas que a nortearam, expostas na introdução, entendemos que esse método empírico é susceptível de ser aplicado ao estudo da *Gazeta “da Restauração”* para se expor a substância do discurso deste primeiro periódico português.

O que visa, então, uma análise quantitativa do discurso, ou análise de conteúdo? Visa explicitar com objectividade a substância de um discurso, ou seja, procura encontrar as invariantes do discurso, as qualidades e estruturas que este possui e que são independentes dos sujeitos que o leiam. Tem por objectivo tornar explícita, com rigor e universalidade, a substância de um discurso. Expor objectivamente a substância de um discurso permite ao analista tecer, posteriormente, inferências válidas e fiáveis sobre as relações entre esse discurso, enquanto fenómeno objectivo, e os fenómenos objectivos que lhe deram origem, bem como permite perspectivar os fenómenos que objectivamente provocou.

Tal como já anteriormente se sustentou, a análise quantitativa do discurso permite, simultaneamente, “desvelar (...) a substância de um discurso entre o mar de palavras que normalmente um enunciado possui e fazer inferências entre essa substância e o contexto em que o discurso foi produzido” (Sousa, 2006: 343). Ganham, assim, consistência as palavras de Berelson (*cit. in* Krippendorff, 1990: 29), autor para quem a análise de conteúdo é “uma técnica de investigação para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”.

A análise de conteúdo permite sistematizar e quantificar dados de uma forma que a análise qualitativa não é capaz. Krippendorff (1990: 10; 13 e 28), por exemplo, argumenta, a propósito, que a análise de conteúdo

“tem uma orientação fundamentalmente empírica, exploratória, vinculada a fenómenos reais e de finalidade predictiva” e salienta, ainda, que a mesma dá aos investigadores a possibilidade de utilizarem uma plataforma a partir da qual se podem obter e referir dados sistemáticos e fazer inferências reproduzíveis e válidas a partir dos mesmos. No mesmo sentido, Marques de Melo *et al.* (1999: 4), numa citação que gostamos de repetir, explicam:

“Outra vantagem deste tipo de pesquisa é o facto de trabalhar com valores essencialmente quantificáveis, definidos por categorias estabelecidas e comprovadas em estudos similares. Desta forma, a colecta de dados é baseada na mensuração de textos e as conclusões expressas em forma numérica, o que facilita o cruzamento de informações e a elaboração de tabelas e gráficos explicativos, além de permitir com facilidade a reavaliação e comprovação de todo o projecto ou parte dele.”

Quais são, assim, os passos a dar para se fazer uma análise de conteúdo? Para Sousa (2006: 343-344), uma análise do discurso, quantitativa ou qualitativa, tem de se iniciar pela contextualização, para depois se poderem estabelecer inferências e interpretações. Sousa (2006: 343-344) estabelece, desse modo, três patamares de contextualização:

- 1) Contexto do órgão de comunicação que vai ser analisado;
- 2) Contexto do fenómeno a estudar;
- 3) Conhecimento científico anterior.

Laurence Bardin (1995: 102) também chama a atenção para o facto de uma análise de conteúdo requerer sempre uma “pré-análise”, que coincide, parcialmente, com a ideia de contextualização proposta por Sousa. Assim, para Bardin (1995: 102), uma análise de conteúdo análise compreende as seguintes fases:

- 1) Pré-análise (leituras, escolha de documentos, constituição do *corpus*, preparação do material, estabelecimento das regras de categorização e codificação...);
- 2) Exploração do material (administração das técnicas sobre o *corpus*);
- 3) Tratamento dos resultados e interpretações (operações estatísticas, validação, síntese e selecção dos resultados, inferências, interpretação,

podendo os resultados desta servir quer para nova análise, quer para produção teórica ou construção de modelos).

A operação analítica em si, segundo Sousa (2006: 345), requer que se identifiquem os pontos substantivos de um discurso, classificando-os e contabilizando-os em categorias criadas *a priori* ou no decorrer do processo de análise (*a posteriori*). Por seu turno, Wimmer e Dominick (1996: 174-191) listam, minuciosamente, os seguintes procedimentos de análise de conteúdo:

- 1) Formulação das hipóteses e/ou perguntas de investigação
- 2) Definição do universo de análise
- 3) Selecção da amostra
- 4) Selecção da unidade de análise
- 5) Definição das categorias de análise
- 6) Estabelecimento de um sistema de quantificação
- 7) Categorização ou codificação do conteúdo
- 8) Análise de dados
- 9) Interpretação de resultados

Para chegar a resultados pertinentes, a análise de conteúdo da *Gazeta* presta, assim, atenção ao contexto histórico e jornalístico de meados do século XVII, exposto nos primeiros capítulos deste trabalho, e passa pela definição de objectivos, hipóteses e perguntas de investigação que norteiem o rumo da pesquisa. De facto, a ambição de objectividade em ciência implica que os pesquisadores procurem descrever com rigor objectivo não apenas os fenómenos observados e as relações que estes estabelecem, mas também a metodologia adoptada para a resolução do problema que motivou a pesquisa. Só assim é possível a terceiros replicarem um estudo, acompanharem o percurso de uma pesquisa, reproduzirem as inferências válidas e fiáveis que tenham sido feitas e avaliarem a pertinência das interpretações dos fenómenos e das conclusões face aos dados objectivos obtidos e descritos. No caso da análise de conteúdo da *Gazeta*, essa ambição implicou, nomeadamente, uma tentativa de definição clara e consistentemente as categorias de análise em directa articulação com os objectivos, hipóteses e perguntas de investigação previamente determinados, conforme se verá a seguir.

A determinação do *corpus* não levantou dúvidas, pois não houve

lugar a amostragem, já que o universo de análise estava materialmente constituído (as gazetas “da Restauração” existentes). Para a componente quantitativa da análise, normalmente utilizou-se como unidade de análise a matéria individual, considerada como item autónomo. Foram contabilizadas todas as notícias consideradas autónomas (normalmente coincidentes com um parágrafo), mesmo quando estavam agrupadas baixo títulos como “De determinado lugar aos tantos do tal”. Não se contabilizaram como notícia as correcções a informações já dadas, os avisos de novas informações em números futuros e as referências similares publicadas, em especial, no final de alguns números da *Gazeta*.

A informação foi classificada por número de matérias, distribuídas por várias categorias definidas *a priori*. Porém, no caso particular dos actores das notícias e do protagonismo geográfico, categorizou-se a informação por número de referências, que constituíram a unidade de análise. Assim, as variáveis dependentes do presente estudo foram, simultaneamente, as matérias da *Gazeta* e as referências aos protagonistas das notícias e aos lugares. Em alguns casos específicos, tomou-se como variável o número de linhas ocupadas pela informação, já que, por vezes, o número de matérias sobre determinados assuntos não coincide com a dimensão da cobertura dos mesmos.

A definição das categorias para a análise de conteúdo foi feita tomando em consideração que essa mesma análise procuraria testar várias hipóteses e responder às perguntas de investigação que delas emergiram, expostas no quadro seguinte:

Tabela de hipóteses, perguntas de pesquisa, variáveis e categorias de análise quantitativa do discurso

Hipótese 1: Tendo em conta que a <i>Gazeta</i> tinha quase sempre 12 páginas, então não se notam diferenças significativas entre o número médio de notícias e de linhas com informação do primeiro (termina em Julho de 1642) para o segundo período de publicação desse periódico (de Outubro de 1642 a Setembro de 1647).
Pergunta de pesquisa 1: Qual o número de matérias e de linhas em cada período de publicação da <i>Gazeta</i> , em média?
Variáveis: Número de matérias, número de linhas e percentagens.
Categorias de análise do discurso:

• Matéria individual: Entendeu-se por matéria individual todo o enunciado que constitui, na <i>Gazeta</i>, uma unidade completa de sentido, sem relação <i>directa</i> com outros enunciados nem outros acontecimentos objecto de enunciação, ou seja, foi considerada como <i>uma</i> matéria toda a peça encontrada na <i>Gazeta</i> que beneficiasse de inegável estatuto de autonomia de sentido e linguística. Em suma, por matéria usualmente entendemos uma notícia individualizada sobre um determinado acontecimento, normalmente coincidente com um parágrafo graficamente individualizado (excepto, por exemplo, quando há transcrições de documentos ou de listas, etc.).
Hipótese 2: Tendo em conta que o jornalismo impresso emergente tinha um carácter eminentemente noticioso, a maioria das matérias da <i>Gazeta</i> são notícias.
Hipótese 3: A dificuldade de comunicações no início do século XVII, que impediria o aprofundamento das matérias, a tradição de outros jornais (como as <i>Relações</i> de Severim de Faria – ver Sousa <i>et al.</i>, 2006 a) e as limitações de espaço, fazem prever que a maioria das matérias publicadas na <i>Gazeta</i> são notícias curtas.
Hipótese 4: A inexistência, ou carácter meramente embrionário, da noção jornalística contemporânea de separação entre informação e opinião e a própria escassez de informações características do início do século XVII faz prever que várias matérias da <i>Gazeta</i> sejam comentadas, mesmo quando contêm informação factual.
Pergunta de pesquisa 2: Qual a proporção de notícias na <i>Gazeta</i>, em comparação com outros géneros?
Pergunta de pesquisa 3: Qual a proporção relativa de notícias curtas na <i>Gazeta</i>?
Pergunta de pesquisa 4: Qual a proporção relativa de matérias comentadas na <i>Gazeta</i>?
Variáveis: Número de matérias e percentagens.
Categorias de análise do discurso:
Considerando-se por género jornalístico uma <i>moldura</i> em que se podem classificar determinados textos (Benetti, 200/), definiram-se as seguintes categorias:
• Notícia factual – Enunciado em que se narram factos com ambição de verdade e objectividade, sem serem feitos comentários ou análises aos mesmos. Considerámos, arbitrariamente, e tendo em conta o contexto da época, como notícias factuais curtas aquelas que não possuem mais de quatro linhas e como notícias factuais longas as que possuem cinco ou mais linhas.
• Notícia comentada – Enunciado onde, para além de se narrarem factos, se comentam, interpretam ou analisam esses mesmos factos. Considerámos, arbitrariamente, e tendo em conta o contexto da época, como notícias comentadas curtas aquelas que não possuem mais de quatro linhas e como notícias comentadas longas as que possuem cinco ou mais linhas.
• Outros géneros – Todas as matérias que não cabem nas definições anteriores.

Hipótese 5: Por razões de proximidade, a maioria das matérias no primeiro período da <i>Gazeta</i> (até ao número de Julho de 1642) envolve portugueses, mas a partir do número de Outubro de 1642, por razões de contingência (a <i>Gazeta</i> passou a ser “de novas fora do Reino”), a maioria das matérias inseridas na <i>Gazeta</i> não regista envolvimento de portugueses.
Pergunta de pesquisa 5: Qual é a relevância de matérias em que se refere o envolvimento de portugueses e de matérias em que não se regista o envolvimento de portugueses em cada um dos dois períodos da <i>Gazeta</i> ?
Variáveis: Número de matérias, número de linhas e percentagens.
Categorias de análise do discurso:
Estipularam-se as categorias matérias com envolvimento de cidadãos portugueses e matérias sem envolvimento de cidadãos portugueses , cuja denominação é por si só definidora das mesmas.
Hipótese 6: Por razões de equilíbrio no noticiário, a <i>Gazeta</i> insere matérias sobre vários temas, mas dadas as peculiaridades da situação da época e os resultados do estudo de Belo e Rocha (1988), é provável que predominem na publicação matérias sobre conflitos bélicos, diplomacia, vida política e vida religiosa.
Hipótese 7: Tendo em conta que os padrões do que é notícia e os critérios de noticiabilidade se têm mantido estáveis ao longo do tempo, é provável que encontremos na <i>Gazeta</i> notícias sobre temas que ainda hoje em dia são notícia.
Pergunta de pesquisa 6: Quais os principais temas das matérias da <i>Gazeta</i> , no que respeita à situação portuguesa, espanhola e internacional?
Variáveis: Número de matérias, número de linhas e percentagens.
Categorias de análise do discurso:
• Vida política e administrativa – Matérias relacionadas com a política e a administração dos países e territórios, excluindo missões diplomáticas. Incluíram-se nesta categoria notícias de nomeações e exonerações para cargos exclusivamente políticos, celebração de Cortes, visitas de Estado (quando o tom é essencialmente político e não social), promulgação de legislação, etc. Incluíram-se nesta categoria notícias sobre a Santa Sé desde que tivessem uma feição exclusivamente política. Igualmente se incluíram festas de cariz político, como por exemplo festas relacionadas com visitas reais ou aclamações de Reis. • Crimes políticos – Incluíram-se nesta categoria notícias sobre crimes, julgamentos, condenações, prisões e execuções por motivos políticos e conspirações políticas. • Vida diplomática – Tendo em conta a importância crucial da diplomacia para o Portugal Restaurado, individualizou-se esta categoria, conforme também o tinham feito Belo e Rocha (1988), englobando-se nela notícias sobre diplomatas, nomeações diplomáticas, missões diplomáticas, tratados, recepções de embaixadores, festas em honra de diplomatas portugueses no estrangeiro e de diplomatas estrangeiros em Portugal, etc.

- **Vida social e religiosa** – Matérias relacionadas com acontecimentos sociais, englobando aqui a dimensão religiosa, profundamente impregnada na cultura da época. São exemplos de matérias englobadas nesta categoria notícias sobre nascimentos, falecimentos (excepto em combate), doenças de individualidades, duelos, festas (excluindo quando têm cariz político e diplomático), celebrações religiosas, nomeações e exonerações para cargos religiosos (excluindo os que possuíam relevante dimensão política), actividades sociais e religiosas da Família Real, etc. Julgamentos, condenações, prisões e execuções por motivos religiosos. Actividades da Inquisição. Incluiu-se também nesta categoria, *a posteriori*, uma notícia de um suicídio devido a doença. Também nesta categoria foram incluídas as notícias sobre prisão e fugas de portugueses em Espanha e no Sacro-Império, opção problemática, reconhecemos, pois também poderiam ter sido englobadas na categoria “Vida Militar e Conflitos Bélicos”. A justificação para a nossa opção reside no facto de as notícias sobre fugas e prisões ultrapassarem a dimensão bélica.
- **Vida económica** – Matérias relacionadas com a actividade económica e financeira. Assim, classificaram-se nesta categoria as matérias referentes à pesca e à agricultura, quando tratadas numa perspectiva económica, às indústrias (manufactureiras e outras), a taxas, impostos e outras contribuições, aos movimentos nos portos (partidas e chegadas de navios comerciais), etc.
- **Vida militar e conflitos bélicos** – Nesta categoria contabilizaram-se as matérias sobre guerras e batalhas, preparativos para conflitos bélicos (incluindo obras de defesa dos territórios), escaramuças menores, nomeações para cargos militares e exonerações dos mesmos, actividades militares marítimas, corso e pirataria, preparativos e intenções de corso e pirataria, defesa das frotas contra o corso e a pirataria, espionagem, recompensas a militares por acções em combate, etc.
- **Catástrofes naturais e acidentes** – Englobaram-se nesta categoria as matérias relacionadas com ocorrências naturais (tempestades marítimas, temporais, cheias, etc.) ou provocadas pelo homem (navegação deficiente, falta de conservação de navios e infra-estruturas, etc.), que se repercutiram negativamente sobre a actividade humana, provocando, ou não, vítimas.
- **Doenças e fome** – Matérias sobre doenças epidémicas e mortes delas resultantes (excluíram-se desta categoria as notícias sobre as mortes de determinados indivíduos por determinadas doenças). Matérias sobre fomes generalizadas entre as populações.
- **Crimes não políticos** – Matérias sobre assassinatos, roubos, corrupção económica e outras actividades que infringiam a Lei. Prisões, extradições e exílio de indivíduos por actividades criminosas (não políticas). Julgamentos e condenações por crimes não políticos. Execuções por crimes não políticos.
- **Acontecimentos insólitos** – Nesta categoria de análise do discurso incluíram-se as matérias sobre pretensos milagres, aberrações da natureza, ocorrências bizarras, etc.

• Matérias de índole não informativa – Nesta categoria contabilizaram-se as matérias independentes não informativas, ou seja, que nada noticiam, por exemplo, textos propagandísticos da Causa da Restauração, enaltecimentos das Pessoas Reais, etc. Não se incluíram nesta categoria matérias noticiosas que incluíssem excertos não informativos.
• Outras – Toda as matérias que não cabem nas categorias anteriores.
• Várias categorias – <i>A posteriori</i>, notou-se que era impossível classificar várias notícias, devido a abordarem vários dos temas anteriormente referidos. Assim, criou-se esta categoria, para se englobarem as notícias multitemáticas.
Hipótese 8: Tendo em conta estudos anteriores que indicam que as gazetas “da Restauração” se incluíam na estratégia editorial de propaganda do Portugal Restaurado e da Dinastia de Bragança (Dias, 2006; Belo e Rocha, 1988...), então um número significativo de matérias publicadas na <i>Gazeta</i> tem de ser positivo para o Portugal Restaurado e o novo poder, nomeadamente para a nova dinastia e negativo para Espanha e para a Monarquia espanhola e/ou para os aliados de Espanha.
Pergunta de pesquisa 7: Qual é a relevância das matérias de tom positivo para o Portugal Restaurado e o novo poder, de tom negativo para Espanha, a Monarquia espanhola e para os aliados de Espanha e de tom simultaneamente positivo para o Portugal Restaurado e negativo para Espanha, em cada um dos dois períodos da <i>Gazeta</i>?
Variáveis: Número de matérias, número de linhas, percentagens.
Categorias de análise do discurso:
• Positivo para Portugal Restaurado e o novo poder – Matérias em que o novo poder é enalticido, directa ou indirectamente, por exemplo por mostrar sabedoria e capacidade de bem governar, por manifestar complacência, por ser aceite e reconhecido internacionalmente e nos domínios ultramarinos de Portugal, etc.
• Negativo para Espanha e para a Monarquia espanhola – Matérias em que Espanha ou a Monarquia espanhola e saem denegridas e rebaixadas. São, assim, incluídas nesta categoria notícias de falta de capacidade e ineficácia de governo, matérias sobre derrotas militares espanholas e dos seus aliados do Sacro-Império (excepto contra Portugal), matérias sobre revoltas separatistas e repressões sangrentas contra as populações (por exemplo, na Catalunha), etc.
• Simultaneamente positivo para Portugal e negativo para Espanha e a Monarquia espanhola e seus aliados – Foram incluídas nesta categoria as notícias de derrotas militares espanholas às mãos dos portugueses, notícias sobre o regresso ao país de portugueses que estavam em Espanha, comparações entre o que sucedia de positivo no Portugal Restaurado e no que tinha sido negativo durante a Monarquia Dual, evocações de episódios e personagens da história de Portugal que evidenciam uma vontade independentista em relação a Espanha (em particular a figura do Santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira), etc.

• Outras situações – Matérias que não cabem nas situações anteriores. Matérias em que há balanceamento de vertentes positivas e negativas numa mesma notícia, por exemplo, a notícia de um crime (negativo para o país) mas em que rapidamente se descobrem os culpados (positivo para o país), etc.
Hipótese 9: Por razões de proximidade, a maioria da informação no primeiro período da <i>Gazeta</i> (até ao número de Julho de 1642) diz respeito a Portugal e aos portugueses, mas a partir do primeiro número de Outubro de 1642, por razões estratégicas, a maioria das notícias diz respeito a Espanha, inimigo directo, e a França, aliado desejado.
Hipótese 10: Por razões de proximidade ou de vivência de situações problemáticas, nas matérias sobre Portugal, Lisboa e as localidades da raia fronteiriça são as mais referenciadas.
Pergunta de pesquisa 8: Qual é a relevância das matérias sobre os diversos países na <i>Gazeta</i>, e em cada um dos dois períodos da publicação?
Pergunta de pesquisa 9: Quais as localidades referidas nas matérias da <i>Gazeta</i> respeitantes a Portugal?
Variáveis: Número de matérias, número de linhas e percentagens (pergunta 8); número de referências às localidades e províncias portuguesas (pergunta 9).
Categorias de análise do discurso (pergunta 8):
• Portugal e raia fronteiriça – Matérias sobre ocorrências verificadas no espaço continental português ou na raia fronteiriça com Espanha, desde que envolvendo portugueses.
• Domínios do Reino de Portugal – Matérias sobre ocorrências verificadas fora do espaço continental português, mas pertencentes, no início do século XVII, ao Reino de Portugal. Incluíram-se nesta categoria os acontecimentos verificados nas ilhas atlânticas (Açores, Madeira, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe...), nos domínios portugueses em África (Angola, Moçambique...), no Oriente (Macau, possessões na Índia, etc.) e no Brasil. Também se classificaram nesta categoria acontecimentos que, embora verificados no Reino de Portugal, dizem especificamente respeito às realidades ultramarinas, como, por exemplo, nomeações de governadores, eclesiásticos e chefes militares para os domínios portugueses fora do continente europeu.
• Outros países – Matérias sobre acontecimentos ocorridos noutros espaços geográficos, tendo-se estipulado as seguintes categorias: Espanha (excluindo Catalunha e outras possessões), Catalunha, Flandres e Províncias Unidas, França, Inglaterra/Grã-Bretanha, Sacro-Império, Irlanda, Península itálica (excluindo Estados Pontifícios e incluindo possessões de outros países, como as possessões italianas da Coroa espanhola), Estados Pontifícios, Possessões Espanholas Não Europeias, Outros Territórios e Países Europeus/Vários territórios e países europeus, Outros Territórios e Países Fora da Europa/Vários territórios e países fora da Europa.
Categorias de análise do discurso (pergunta 9)

As categorias de análise são as denominações das localidades ou espaços geográficos, que não necessitam de definição.
Hipótese 11: Conforme indiciado pela teoria do jornalismo (ver, por exemplo: Sousa, 2006), os actores sociais dominantes são os protagonistas das matérias da <i>Gazeta</i> .
Pergunta de pesquisa 10: Quais os actores sociais referidos nas notícias?
Variáveis: Número de referências e percentagens.
Categorias de análise do discurso: As categorias de análise prendem-se, genericamente, com a estrutura social típica do Antigo Regime (Soberanos; Nobreza; Clero; Povo), pelo que não se torna necessária qualquer definição. É de referir, no entanto, que se procurou autonomizar do “Povo” as referências aos burgueses e aos soldados, já que se notou essa mesma segmentação numa leitura prévia e transversal da <i>Gazeta</i> . De explicitar, igualmente, que os nobres combatentes foram classificados na categoria “Nobres” e não na categoria “Soldados”, pois uma das obrigações teóricas da antiga nobreza era, precisamente, defender o Povo, pelo que se esperava que da nobreza saíssem as chefias militares. O mesmo procedimento foi seguido para comerciantes e navegantes nobres, classificados como “Nobres”, usando-se a mesma lógica para resolver problemas de categorização similares. Os piratas, várias vezes referidos, foram classificados como “Soldados”.
Hipótese 12: Tendo em conta a estrutura social do Antigo Regime, os protagonistas das notícias são do sexo masculino e tendem a ser referidos individualmente.
Pergunta de pesquisa 11: Qual o género sexual predominante (masculino ou feminino) entre os actores sociais das notícias?
Pergunta de pesquisa 12: Na <i>Gazeta</i> , homens e mulheres tendem a ser referenciados como indivíduos ou colectivamente?
Variáveis: Número de referências e percentagens.
Categorias de análise do discurso:
• Protagonistas femininas individuais – Actores sociais do sexo feminino referidos individualmente pelo nome ou cargo. Classificaram-se nesta categoria as titulares de cargos institucionais unipessoais (como a Rainha). • Protagonistas femininas colectivas – Actores sociais do sexo feminino diluídos em substantivos colectivos (exemplos: “mulheres”, “mães”, etc.). • Protagonistas masculinos individuais – Actores sociais do sexo masculino referidos individualmente pelo nome ou cargo. Classificaram-se nesta categoria os titulares de cargos institucionais unipessoais (Rei, governador, vice-rei, etc.). • Protagonistas masculinos colectivos – Actores sociais do sexo masculino diluídos em substantivos colectivos (exemplos: “soldados”, “homens”, etc.). Referências a soldados e outros ofícios tradicionalmente masculinos foram sempre incluídos nesta categoria, mesmo quando referidos, por exemplo, por “inimigos” ou pela nacionalidade (“ingleses”, “holandeses”...).

- Protagonistas institucionais colectivos e similares – Actores sociais colectivos, como sejam a Igreja, o Governo, o Conselho de Estado, os órgãos de governo de um exército, a Cúria Romana, o Parlamento inglês, etc.
- **Outros protagonistas colectivos** – Actores sociais de ambos os sexos referidos colectivamente (exemplos: “crianças”, “velhos”, etc.). Englobaram-se, igualmente, nesta categoria as referências a seguidores de determinadas religiões (“calvinistas”, “luteranos”, “católicos”, “protestantes”...) e as referências a povos na sua totalidade (exemplos: “ingleses”, “holandeses”, etc.), mas não quando essas expressões designavam especificamente soldados, piratas ou outros ofícios tradicionalmente masculinos. Englobaram-se também nesta categoria as referências a exércitos, armadas e similares como um todo.

Os resultados obtidos na análise são expostos e discutidos a partir do Quadro 3.

Quadro 3:
Número de matérias e de linhas na *Gazeta* “da Restauração”

Período da <i>Gazeta</i>	Nº de matérias	%	Nº de linhas com informação	%
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	357 (média: 39,7 notícias/ número)	35	2774 (média: 319,3 linhas/número)	22
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	656 (média: 23,4 notícias/ número)	65	9801 (média: 350 linhas/número)	78
Total	1013	100	12575	100
Média de 7,8 linhas por notícia no primeiro período				
Média de 14,9 linhas por notícia no segundo período				

O Quadro 3 mostra, em primeiro lugar, que no primeiro período da *Gazeta* se publicaram 35% do total de notícias, enquanto no segundo período a percentagem ascende a 65%. Em linhas ocupadas com informação, a diferença percentual é ainda mais significativa: 22% contra 78%. Por seu turno, o número médio de notícias por número decresceu de uma média de 39,7 notícias por número para 23,4 notícias por número do primeiro para o segundo período de publicação da *Gazeta*. Porém, o número de linhas ocupadas por informação subiu

de uma média de 319,3 linhas por número para uma média de 350 linhas por número. Tal como outros autores tinham já notado (por exemplo, Belo e Rocha, 1988), embora não quantificando, há, de facto, um maior aproveitamento da mancha gráfica da *Gazeta* do primeiro para o segundo período da publicação, devido, entre outras razões, à transcrição integral de tratados, cartas, etc., incluídos ou não nas notícias. Assim sendo, e tal como também se expõe na tabela 2, assistiu-se a um aumento do número médio de linhas por notícia de 7,8 para 14,9 do primeiro para o segundo período de publicação da *Gazeta*. Ora, quais as razões que terão originado essas mudanças? A probabilidade mais óbvia é a de que a alteração no estilo da *Gazeta* tenha resultado da conjugação dos seguintes factos:

1) Mudaram os redactores do periódico, gerando, por influência individual no processo de redacção de notícias, modificações estilísticas no jornal;

2) Uma vez que, no segundo período de publicação, a *Gazeta* passou a incluir muitas notícias traduzidas de jornais estrangeiros, e estas são, em vários casos, mais extensas do que as notícias sobre Portugal publicadas no primeiro período do jornal, então essa situação teve repercussões no primeiro periódico português.

A primeira hipótese colocada tem, assim, de ser descartada. Realmente, apesar do número de páginas da publicação não ter oscilado muito entre 1641 e 1647, notam-se diferenças significativas entre o número médio de notícias e de linhas com informação do primeiro (termina em Julho de 1642) para o segundo período de publicação desse periódico (de Outubro de 1642 a Setembro de 1647).

O Quadro 4 documenta que a ambição primeira da *Gazeta* foi *noticiar*, pois a esmagadora maioria das matérias deste periódico são notícias e, inclusivamente, notícias que podem ser classificadas como *factuais*. A segunda hipótese colocada pode, assim, ser aceite: o jornalismo do século XVII era essencialmente noticioso e, portanto, a *Gazeta* integrou-se nesse modelo.

Quadro 4:
Géneros jornalísticos na *Gazeta* “da Restauração”

Período da <i>Gazeta</i>	Notícias factuais		Notícias comentadas		Outros géneros
	Curtas (%)	Longas (%)	Curtas (%)	Longas (%)	(%)
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	50	41	1	8	[0]
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	24	54	3	18	1
Total dos dois períodos	33	50	3	14	1

Os resultados demonstram, também, que, em consonância com os dados expostos no Quadro 3, se assiste do primeiro para o segundo período de publicação da *Gazeta* a um aumento percentual das notícias longas, sejam elas factuais (41% do total no primeiro período; 54% no segundo período) ou comentadas (8% no primeiro; 18% no segundo). Este resultado poderá relacionar-se, conforme já se disse, quer com a mudança de redactor quer com um aproveitamento maior de notícias longas publicadas em jornais estrangeiros e reproduzidas, após tradução, na *Gazeta*. Assim, a terceira hipótese não se confirma como caso geral, apesar de se confirmar no primeiro período de publicação da *Gazeta*. Apesar de todas as dificuldades de comunicações, limitações de espaço ou outros factores, 64% das notícias inseridas na *Gazeta* são “longas”, ou seja, têm cinco ou mais linhas, sendo que no segundo período de publicação a percentagem ascende a 72%. Os redactores terão, possivelmente, procurado saciar o leitor, dando-lhe informações mais detalhadas sobre acontecimentos individualizados, em prejuízo da possibilidade de se inserirem notícias sobre uma maior diversidade de ocorrências. Essa opção é bem visível, por exemplo, nos relatos de cercos e batalhas que, pontualmente, surgem na *Gazeta*. No entanto, no primeiro período de publicação, durante o qual os redactores (possivelmente, Manuel de Galhegos) tiveram a possibilidade de publicar mais notícias a partir de informações que obtinham directamente na Corte e em Lisboa, 51% das notícias publicadas na *Gazeta* são “curtas”, ou seja, têm quatro ou menos linhas.

A quarta hipótese deve ser parcialmente descartada, já que 83% das notícias vivem exclusivamente de informações factuais, havendo apenas 17% que são comentadas. Assim, pode afirmar-se que a noção jornalística tida por contemporânea da separação entre informação e opinião tem raízes históricas que recuam, pelo menos, até ao século XVII. De realçar, porém, que no segundo período de publicação da *Gazeta*, a percentagem de notícias comentadas ascende a 21%, o que pode dever-se ao aproveitamento das notícias dos jornais franceses – o modelo francês de jornalismo admitiria, como admite ainda hoje, uma maior permeabilidade entre a informação e a opinião.

Quadro 5:
Envolvimento de portugueses nas notícias da *Gazeta*

Período da <i>Gazeta</i>	Matérias com envolvimento de portugueses		Matérias sem envolvimento	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	53	54	47	46
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	10	14	90	86
Total dos dois períodos	25	23	75	77

Os resultados expostos no Quadro 5 permitem aceitar a quinta hipótese, isto é, provavelmente por razões de *proximidade* e *identidade* entre leitores e redactor, a maioria das matérias (53% e 54% das linhas ocupadas com informação) no primeiro período da *Gazeta* (até ao número de Julho de 1642) envolve portugueses, mas a partir do número de Outubro de 1642, por razões de contingência (a *Gazeta* passou a ser “de novas fora do Reino”), a maioria das matérias inseridas na *Gazeta* não regista envolvimento de portugueses (90% e 86% das linhas ocupadas com informação). Certamente, se a censura às notícias do Reino não tivesse sido implementada, a *Gazeta* traria mais notícias sobre Portugal e os portugueses. Ainda assim, no segundo período de publicação também há muitas notícias de Portugal, como, por exemplo, as seguintes, a primeira das quais uma carta nova que mistura vários

assuntos e que é, certamente, da autoria de um correspondente:

Gazeta dos Meses de Março e Abril de 1644

Do Campo do Marechal da Motha na Catalunha a 1 de Março de 1644

Aqui nos havemos estranhamente alegrado com as novas que de presente recebemos dos gloriosos progressos das armas de Sua Majestade portuguesa na Galiza e em Castela e igualmente havemos sentido a morte do Ilustríssimo senhor D. Miguel de Portugal, bispo de Lamego, cujas raras qualidades o haviam feito memorável em todos os lugares de França por onde passou. Também festejamos muito o bom encontro que teve o monteiromor de Portugal, Francisco e Melo, em Albuquerque e Pedrabuena, em cujas vitórias vão franceses particularmente interessados, por ser o primeiro embaixador da coroa de Portugal que virá a seu Reino.

Gazeta dos Meses de Setembro e Outubro de 1646

De Lisboa, aos 5 de Outubro

O mês passado fez Sua Majestade mercê ao conde da Vidigueira do título de marquês de Noíza e havendo respeito a ele se haver portado com tão bom sucesso na embaixada de França, o tornou Sua Majestade a nomear com embaixada extraordinária às majestades Cristianíssimas com negócios de suma importância, conforme se entende.

Também Sua Majestade confirmou a Dom Diogo de Lima o título de Visconde de Vilanova de Cerveira por renúncia ao mesmo do visconde seu pai.

Nomeou assim mais Sua Majestade por arcebispo de Lisboa a Dom Manuel da Cunha, bispo de Elvas, e seu capelão-mor, que estava nomeado arcebispo de Évora.

Em Elvas, aos nove deste mês, dia de São Dionísio, morreu monsieur Gabriel du Laurans, fidalgo francês da Província de Anjou, capitão de cavalaria, das estocadas que recebeu na batalha de Telená, pelejando com o seu valor ordinário. Foi enterrado na Igreja de São Domingos de Elvas, com todas as cerimónias.

Morreu também na mesma semana, poucos dias depois, o senhor

Jorge de Melo, também capitão de cavalaria, da mosquetada que na mesma batalha lhe passou ambas as pernas, fazendo como costumava com grandíssimo ânimo e prudência o ofício de capitão e de soldado.

Estas duas mortes sentiram muito os generais e demais oficiais da guerra, assim portugueses como franceses, por serem estes dois fidalgos tão mancebos e tão valorosos.

É possível afirmar, em consequência, que a proximidade *cultural e afectiva* ou mesmo *geográfica* levou, então, os redactores portugueses da *Gazeta* a darem, durante a primeira fase deste periódico, abundantes notícias sobre *Portugal* e os *territórios portugueses* ou, de forma mais geral, a darem notícias sobre *portugueses*. Mas outra variável de proximidade deve ser equacionada para explicar a selecção das notícias publicadas: a *relevância* resultante da *proximidade temporal com os acontecimentos noticiados*.

O temário das notícias da *Gazeta* com envolvimento de portugueses é diversificado, mas o equilíbrio do noticiário é reduzido, já que este é dominado pelas notícias respeitantes ao mundo militar e à guerra (39% do total; 49% das linhas com informação), em ambos os períodos de publicação do periódico. Por um lado, isso justifica-se porque os jornalistas são, antes de mais, os membros de uma comunidade e reflectem os valores dessa comunidade antes de qualquer valor jornalístico, nomeadamente quando a comunidade está ou parece estar em perigo (e nisto discordamos que se possa tratar a ideia de que uma comunidade possa estar em perigo como mero mito, ao contrário de Lule, 2001). Por outro lado, tal como esperado, dado o contexto europeu da época, a *Gazeta* dá conta de acontecimentos que afectavam ou poderiam afectar os portugueses, em particular as elites conjuradas que tinham levado o país a restaurar a Independência sob o ceptro de D. João IV e que constituiriam a maioria da audiência directa do periódico.

Quadro 6:
Temário da *Gazeta* “da Restauração”:
Notícias sobre Portugal ou com envolvimento de portugueses

Período da <i>Gazeta</i>	Vida política e administrativa		Crimes políticos		Vida diplomática		Vida social e religiosa	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	10	7	2	1	8	4	25	22
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	14	14	0	0	15	16	23	20
Total	11	10	1	1	10	10	24	21

Período da <i>Gazeta</i>	Vida económica		Vida militar e conflitos bélicos		Catástrofes naturais		Doenças e fome	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	5	3	40	55	2	1	1	[0,4]
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	3	1	36	41	0	0	1	1
Total	5	2	39	49	1	1	1	1

Período da <i>Gazeta</i>	Crimes não políticos		Acontecimentos insólitos		Matérias de índole não informativa		Outros temas/ Vários temas sem um preponderante	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	2	1	2	2	[0,5]	[0,2]	3	2
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	3	3	1	[0,4]	0	0	3	3
Total	2	2	1	1	[0,4]	[0,1]	3	3

Total de matérias com envolvimento de portugueses: 256

Total de linhas de matérias envolvendo portugueses: 2907

De realçar, também, a relativamente elevada percentagem de matérias sobre a vivência social dos portugueses (24% das matérias e 21% das linhas), englobando-se, aqui, a dimensão religiosa dessa vivência, fortemente presente no quotidiano seiscentista. Reflectindo a forma de olhar para o mundo dos homens da época, a *Gazeta* dá conta dos fenómenos reais que para eles eram importantes, incluindo-se aqui os fenómenos que contribuíam para reforçar o sentimento de identidade e pertença a uma comunidade.

As dimensões política, administrativa e diplomática da conjuntura seiscentista também são bastante exploradas na *Gazeta*: 10% das matérias e 10% das linhas com informação estão incluídas na categoria “Vida Diplomática”; 11% das matérias e 10% das linhas com informação foram categorizadas em “Vida Política e Administrativa”. Sendo um jornal nascido no seio das elites governantes de Portugal e para elas orientado, a *Gazeta* procuraria alimentar essas elites com informação relevante para a sua acção e sobrevivência.

A *Gazeta* também não se afasta dos temas das notícias que se encontrariam hoje em dia num jornal generalista. As pessoas necessitam de informações para que a sua mundivivência e a sua acção no mundo sejam bem sucedidas. Por isso, tematicamente, as notícias de ontem são as notícias de hoje. O comportamento editorial da *Gazeta* é conforme às expectativas porque os padrões de noticiabilidade, conforme argumenta Stephens (1988), se têm mantido estáveis ao longo do tempo.

O quadro 5 revela, igualmente, que, apesar de no segundo período de publicação a *Gazeta* ser oficialmente “de novas fora do Reino”, nela se continuaram a inserir matérias sobre acontecimentos (ocorridos efectivamente no estrangeiro) em que havia envolvimento de portugueses, como, a título de exemplos, as seguintes:

Gazeta do Mês de Março e Abril de 1644

Do campo do Senhor Marechal da Motha na Catalunha, ao 1 de Março de 1644

Aqui nos havemos estranhamente alegrado com as novas que de presente recebemos dos gloriosos progressos das armas de Sua Majestade portuguesa na Galiza e em Castela e igualmente sentimos a morte do Ilustríssimo Senhor Dom Miguel de Portugal, bispo de Lamego, cujas raras qualidades o haviam feito memorável em todos os lugares de França por onde passou. Também festejámos

muito o bom encontro que teve o monteiro-mor de Portugal, Francisco de Melo, em Albuquerque e Pedrabuena, em cujas vitórias estão os franceses particularmente interessados, por ser o primeiro embaixador da Coroa de Portugal que viram em seu Reino.

Gazeta do Mês de Janeiro de 1645

De Amesterdão

Chegaram novas da América de que as nossas naus tomaram a fortaleza e a ilha de São Martinho nas Índias de Castela, junto à ilha de São Cristóvão, e que 800 portugueses, com a ajuda dos índios, se haviam levantado contra os castelhanos nas ilhas de Portobello, e o mesmo se escreve de Madrid, cuja corte está toda pasmada de seu grande atrevimento (...).

Por um lado, o mundo caminhava a passos largos para a globalização, a que os portugueses estavam associados desde a epopeia dos Descobrimentos. Havendo portugueses em vários lugares do planeta, é natural que algumas notícias os contemplassem. Por outro lado, os esforços diplomáticos portugueses, necessários ao reconhecimento da Independência de Portugal e da Casa de Bragança, junto das cortes europeias e, em particular, junto da corte francesa, ao tempo talvez a corte com maior importância cultural na Europa, tiveram, também, os seus reflexos nas notícias “do exterior”. Finalmente, a existência de notícias “fora do Reino” com envolvimento de portugueses deve-se também, entre outros factos, ao carácter europeu e transfronteiriço da Guerra dos Trinta Anos; à prisão de D. Duarte, irmão de D. João IV, pelo imperador Habsburgo; ao carácter recente do rompimento da Monarquia Dual, razão pela qual, durante o período de publicação da *Gazeta*, havia portugueses em várias das possessões e frentes de batalha mantidas por D. Filipe III (D. Filipe IV de Espanha), alguns dos quais tentavam regressar, com ou sem sucesso, ao país natal; e ainda à divisão de lealdades dos súbditos portugueses entre os Reis D. João IV e D. Filipe III.

Quadro 7:
Temário da *Gazeta* “da Restauração”:
Notícias sobre Espanha ou com envolvimento de espanhóis

Período da <i>Gazeta</i>	Vida política e administrativa		Crimes políticos		Vida diplomática		Vida social e religiosa	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	4	2	1	[0,2]	6	4	25	9
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	12	8	1	1	9	3	20	21
Total	8	7	1	[0,5]	7	3	22	18

Período da <i>Gazeta</i>	Vida económica		Vida militar e conflitos bélicos		Catástrofes naturais		Doenças e fome	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	0	0	57	81	2	1	1	1
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	3	7	45	46	1	1	0	0
Total	1	5	50	55	1	1	1	[0,2]

Período da <i>Gazeta</i>	Crimes não políticos		Acontecimentos insólitos		Matérias de índole não informativa		Outros temas/ Vários temas sem um preponderante	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	1	[0,3]	0	0	1	[0,2]	1	1
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	1	[0,3]	1	[0,4]	1	5	6	6
Total	1	[0,3]	1	[0,3]	1	3	4	5

Total de matérias com envolvimento de espanhóis: 281

Total de linhas de matérias envolvendo espanhóis: 4310

Comparando o Quadro 6 com o Quadro 7, pode afirmar-se que, consequência directa da censura sobre as notícias do Reino após Outubro de 1642, a *Gazeta* inseriu mais notícias envolvendo espanhóis do que notícias envolvendo portugueses. A dimensão trágica da censura é essa: impedir as pessoas de terem informação relevante sobre a vida e a evolução das suas próprias comunidades e sobre as ameaças que elas possam enfrentar.

Por outro lado, a *Gazeta* indicia a difícil situação da Espanha seiscentista, já que 50 % das matérias e 55% das linhas com informação envolvendo espanhóis dizem respeito às guerras travadas por Espanha em várias frentes: Portugal, Catalunha, fronteira com França, Itália, Flandres/Províncias Unidas, Sacro-Império, etc. A *Gazeta* foi, em suma, um jornal sintonizado com a sua época, que tentou dar conta dos fenómenos reais que mais afectavam o mundo próximo e, neste caso, dos fenómenos que mais atingiam o inimigo, que ameaçava a Independência de Portugal e o poder da Casa de Bragança.

Espanha era também o país vizinho, o país que até 1 de Dezembro de 1640 tinha partilhado com Portugal o mesmo soberano e onde ainda reinava aquele que também tinha sido legítimo Rei de Portugal: D. Filipe III (D. Filipe IV de Espanha). Portanto, por razões de proximidade, 22% das matérias e 18% das linhas com informação envolvendo espanhóis dizem respeito às dimensões social e religiosa da mundivivência.

Por outro lado, os esforços diplomáticos espanhóis, no contexto do final da Guerra dos Trinta Anos e das guerras da independência também não passaram despercebidos aos noticiaristas portugueses que redigiram a *Gazeta*, já que 7% das matérias e 3% das linhas com informação envolvendo espanhóis podem ser categorizadas em “Vida Diplomática”. Aliás, os esforços diplomáticos espanhóis relacionavam-se directamente com os interesses das elites conjuradas que tinham conduzido Portugal à independência, daí também a necessidade de serem noticiados. Para essas elites, a Independência de Portugal e a Dinastia de Bragança poderiam ser colocadas em perigo se Espanha pudesse concentrar recursos no abafamento das revoltas catalã e portuguesa, coisa que só conseguiria se visse serem bem sucedidos os esforços diplomáticos que lhe permitiriam desenredar-se das teias que a obrigavam a enormes esforços militares e financeiros um pouco por toda a Europa e nos seus territórios coloniais e se a legitimidade da Dinastia de Bragança e da ascensão de D. João IV ao trono português fossem contestados, em especial pelo Vaticano.

Quadro 8:
Temário da *Gazeta* “da Restauração”: Situação geral

Período da <i>Gazeta</i>	Vida política e administrativa		Crimes políticos		Vida diplomática		Vida social e religiosa	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	10	7	1	1	7	6	23	22
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	13	12	1	1	8	7	20	18
Total	12	10	1	1	8	7	21	19

Período da <i>Gazeta</i>	Vida económica		Vida militar e conflito bélico		Catástrofes naturais		Doenças e fome	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	2	1	47	57	2	1	1	[0,4]
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	3	3	46	49	1	1	1	[0,3]
Total	3	3	46	51	1	1	1	[0,4]

Período da <i>Gazeta</i>	Crimes não políticos		Acontecimentos insólitos		Matérias de índole não informativa		Outros temas	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	2	1	1	1	1	[0,1]	2	2
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	1	2	1	1	1	1	4	5
Total	1	2	1	1	1	[0,5]	3	4

Total de matérias: 1013								
Total de linhas: 12575								

No mais, tal como acontece no noticiário envolvendo portugueses, também o noticiário envolvendo espanhóis é diversificado (surtem matérias sobre política, economia, administração, guerra, diplomacia, mas também sobre crimes, catástrofes naturais, doenças e fome, acontecimentos insólitos, etc.), mas pouco equilibrado, dado que 87% das notícias e 83% das linhas com informação se inscrevem em quatro categorias “Vida Militar e Conflitos Bélicos”, “Vida Social e Religiosa”, “Vida Política e Administrativa” e “Vida Diplomática”.

O temário geral da *Gazeta*, tal como se observa pela leitura do quadro 7, não se afasta do temário explicitado nos quadros 5 e 6. Por isso, e devido a razões já explicitadas, podem-se aceitar as hipóteses seis e sete, ou seja:

1) A ambição de dar conta do mundo própria do jornalismo levou a *Gazeta* a inserir notícias diversificadas sobre os vários aspectos da acção humana que poderiam ter reflexos para os seus leitores, alimentavam o seu conhecimento, satisfaziam a sua curiosidade ou simplesmente os entretinham (há notícias sobre guerra, vida em sociedade, política e administração, crimes, acontecimentos insólitos, economia, agricultura, catástrofes naturais, etc.). Assim, a *Gazeta* dá não somente a informação de que os seus leitores necessitavam (por exemplo, a notícia sobre a evolução da guerra da Independência), mas também a informação “social” (por exemplo, a notícia da oferta de um cavalo mecânico ao Príncipe D. Teodósio), a informação que apelava ao conhecimento (por exemplo, as notícias sobre economia e agricultura ou sobre a publicação de novos livros) e ainda as informações que estimulavam o sentimento de pertença à comunidade e reforçavam a identidade nacional (por exemplo, as notícias sobre as vitórias dos portugueses sobre os castelhanos).

2) O noticiário da *Gazeta*, embora diversificado, é desequilibrado, havendo preponderância de notícias de carácter bélico, conforme a conjuntura da época deixaria adivinhar e de acordo com as conclusões de estudos anteriores (por exemplo, a análise de conteúdo de Belo e Rocha, 1988). Ontem como hoje, o jornalismo tenta falar dos fenómenos reais a que cada povo, em cada época histórica, dá importância, em função da forma como olha para o mundo, que em parte é determinada pelo impulso para assegurar a sobrevivência e obter vantagens competitivas.

3) Grosso modo, ontem foi notícia o que hoje é notícia, sendo possível concluir que as qualidades fundamentais que dão valor noticioso aos fenómenos reais se têm mantido relativamente inalteradas. Isso ocorre porque haverá invariantes culturais determinadas geneticamente, como as que decorrerão dos impulsos para a sobrevivência e para a aquisição de vantagens competitivas, as que se deverão ao ímpeto para a socialização e para a identidade e coesão comunitária (em parte, determinadas pela necessidade de sobrevivência), as que radicarão no estímulo para a satisfação da curiosidade (que, em grande medida, se liga à aquisição de vantagens competitivas), as que decorrerão da imposição de uma normalidade que, punindo o desvio, assegure a manutenção da ordem e estabilize as comunidades (sendo que a comunidade é essencial à sobrevivência humana), etc. Encaixa, aqui, a explicação de Phillips (1976), segundo a qual as notícias são repetitivas porque os acontecimentos noticiados têm previamente de fazer sentido como acontecimentos dignos de serem notícia. Os acontecimentos, por inesperados que sejam, devem ser “esperados”. As notícias da *Gazeta*, que encaixam nos critérios intemporais de noticiabilidade, documentam, precisamente, a explicação de Phillips. Não nos admiramos ao ler as notícias das *Relações*, mais precisamente, não nos admiramos com aquilo que era notícia em seiscentos porque, estruturalmente, se tratam das “mesmas notícias” que leríamos hoje em dia num qualquer jornal, embora variando protagonistas, situações concretas e enquadramentos. Ontem como hoje, hoje como ontem, as notícias são previsíveis porque os “grandes” critérios de noticiabilidade são intemporais e estão profundamente inscritos na nossa cultura, ela própria moldada historicamente pelas circunstâncias reais da vida humana.

O quadro 8 indica, também, que apesar da mudança de linha editorial em 1642 e do privilégio às notícias de fora do Reino, não há oscilações percentuais relevantes na estrutura do noticiário da *Gazeta*. Haverá várias razões susceptíveis de contribuir para explicar o fenómeno:

1) A realidade determina a estrutura do noticiário. O noticiário da *Gazeta* reflecte a dura realidade de um país em guerra, no seio de um continente em guerra, onde uma nova dinastia reinante se procurava legitimar internacionalmente (já então não bastava o reconhecimento interno, era necessário o externo) e tentava, através de fortes esforços diplomáticos, encontrar aliados entre os inimigos de Espanha.

2) A *Gazeta* reproduz um modelo de jornal que, no século XVII, se repetia um pouco por toda a Europa. Portanto, estruturalmente o noticiário da *Gazeta* é semelhante em ambos os períodos porque o modelo em que esse jornal se baseou em ambos os períodos da sua publicação foi o mesmo.

3) A *Gazeta* alimentava-se, muitas vezes, de notícias dadas pelas gazetas estrangeiras (por vezes, sem indicar a fonte), que também se repetiam entre si. Estes fenómenos reforçaram a estabilidade da estrutura do noticiário do primeiro periódico português em ambos os períodos da respectiva publicação.

Quadro 9:
Ângulo das matérias

Período da <i>Gazeta</i>	Positivo para Portugal e para o novo poder		Negativo para Espanha e para a Monarquia espanhola		Simultaneamente positivo para Portugal e o novo poder e negativo para Espanha e para a Monarquia Espanhola		Outras situações	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	17	21	13	11	10	22	60	45
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	4	5	11	15	1	2	84	77
Total	8	9	12	14	4	6	75	70

É habitual considerar-se a *Gazeta* como um jornal ao serviço da propaganda da Restauração (Belo e Rocha, 1988; Veloso, 2005; Dias, 200...6). Os dados do quadro 8 mostram que essa consideração é apenas parcialmente verdade, pelo que a oitava hipótese colocada não pode ser inteiramente aceite. A ambição primeira da *Gazeta* foi *informar* e fê-lo com uma certa isenção, ou pelo menos sem se remeter a um carácter puramente propagandístico, pois em 70% das matérias, correspondentes a 75% das linhas ocupadas com informação, não se nota um forte enfiamento discursivo favorável à causa dos conjurados independentistas portugueses liderados por D. João IV e/ou desfavorável à causa de D. Filipe III. É um facto que 16% das matérias (20% das

linhas) denigrem e rebaixam Castela e os castelhanos, e que 12% das matérias (15% das linhas) enaltecem Portugal, os portugueses e/ou a Casa de Bragança, mas esses valores não permitem dizer que o objectivo primeiro da *Gazeta* foi o de fazer a propaganda da Restauração. A *Gazeta* é um jornal e o seu principal objectivo aparentemente foi o de informar sobre o mundo conectando os leitores com a realidade, como é próprio do jornalismo – do jornalismo de ontem e do de hoje. Por outras palavras, nota-se que já no século XVII se teria interiorizado qual seria a função primeira de um jornal de cariz informativo.

Observa-se, igualmente, pelos dados do Quadro 9, que na primeira fase da publicação da *Gazeta* o ímpeto propagandístico foi maior (27% das notícias, correspondentes a 43% das linhas com informação, são favoráveis a Portugal e à Causa brigantina; 23% das notícias, correspondentes a 33% das linhas com informação, são desfavoráveis a Espanha e à causa de D. Filipe III), até porque os redactores inseriam notícias do Reino, englobando, nelas, as notícias dos combates na raia fronteiriça, dos quais os portugueses, na versão propagandística do jornal, saíam sempre a ganhar. Na segunda fase do periódico, a censura às notícias do Reino, paradoxalmente, teve por efeito tornar mais comedido o esforço propagandístico protagonizado pela *Gazeta* em favor da causa da Restauração da Independência.

O Quadro 10 denuncia a preocupação dos redactores da *Gazeta* em publicarem notícias sobre acontecimentos ocorridos em vários países e não somente em Portugal. Aliás, no segundo período de publicação, devido à censura, a *Gazeta* inseriu, essencialmente, notícias “de fora do Reino”, apesar de no primeiro período de publicação 39% das matérias (correspondentes a 38% das linhas com informação) dizerem respeito a acontecimentos ocorridos em Portugal. Assim, neste particular, a nona hipótese pode ser aceite parcialmente, já que, por razões de proximidade, e devido à possibilidade de se publicarem notícias do país, no primeiro período de publicação a maioria relativa das notícias (38%) referem-se a acontecimentos ocorridos em Portugal. Por outro lado, os acontecimentos em Espanha são percentualmente mais referenciados no primeiro do que no segundo período de publicação da *Gazeta*, devido à conjuntura e ao facto de ser possível noticiar o que se passava na raia fronteiriça.

Quadro 10:
Localização geográfica dos acontecimentos relatados na *Gazeta*

Período da <i>Gazeta</i>	Portugal e raia fronteiriça		Domínio de Portugal fora de Portugal Continental		Espanha (excepto Catalunha)		Catalunha	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	39	38	4	4	19	21	2	2
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	2	2	1	1	9	8	3	6
Total	15	10	2	2	12	11	3	5

Período da <i>Gazeta</i>	França		Sacro-Império		Península itálica (excepto Vaticano), incluindo possessões de Espanha, etc.		Estados Pontifícios/Vaticano	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	9	7	4	2	4	3	2	3
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	18	17	12	11	10	11	3	3
Total	15	14	9	9	8	9	3	3

Período da <i>Gazeta</i>	Inglaterra / Grã-Bretanha/Irlanda		Flanders e Províncias Unidas		Outros países e território europeu / Vários países e território europeu		Domínios espanhóis fora do continente europeu	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	8	8	2	4	6	6	0	0
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	14	14	3	3	17	17	[0,1]	[0,1]
Total	12	13	3	3	13	14	[0,1]	[0,1]

No segundo período de publicação da *Gazeta*, as percentagens de notícias sobre acontecimentos ocorridos em Espanha, inimigo directo, e na Catalunha, revoltada contra Castela, são menores do que as percentagens de acontecimentos ocorridos em França, aliado mais desejado de Portugal. No entanto, neste pormenor também se pode admitir, parcialmente, a nona hipótese, já que as percentagens de notícias sobre acontecimentos ocorridos nesses países se destacam da situação geral. França (18% das matérias, 17% das linhas com informação), em especial, esteve no centro da informação da *Gazeta* no seu segundo período de publicação (aliás, o provável redactor da *Gazeta* João Franco Barreto teve licença para traduzir, precisamente, as gazetas francesas, facto que possivelmente afectou o perfil de conteúdos da gazeta portuguesa).

A Grã-Bretanha e a Irlanda, ao tempo unidas, tiveram algum destaque no noticiário (12% das notícias, correspondentes a 13% de linhas com informação). Por um lado, esse destaque deveu-se à incompreensão que os portugueses, sujeitos a uma monarquia absoluta, denotavam em relação ao parlamentarismo britânico e à revolta do Parlamento contra o Rei; por outro lado, o impacto da revolta irlandesa e católica contra os ocupantes protestantes ingleses também inflacionou o número de notícias da *Gazeta* sobre o que ocorria na Irlanda e na Grã-Bretanha. De facto, não é apenas a nacionalidade que confere identidade. A religião também (entre outros factores). Terá sido, assim, a partilha religiosa católica que suscitou o interesse dos *católicos* portugueses pelo sofrimento e revolta dos *católicos* irlandeses.

O Sacro-Império também teve direito a um número relevante de notícias (9% das matérias e 9% das linhas com informação), pois foi o principal palco das batalhas da Guerra dos Trinta Anos.

De destacar que o Papado normalmente foi referenciado na *Gazeta* como um Estado a par dos outros e não apenas como vértice da Igreja, pois o seu poder temporal era relevante. Somente a título de exemplo, a *Gazeta* de Outubro de 1642 noticiava, embora manifestando uma certa perplexidade com o assunto: “Em Itália, todos os potentados, e até o Santo Padre, estão com as armas nas mãos, e com notável desconfiança uns dos outros”. A *laicidade* imperou na *Gazeta*, muito mais, por exemplo, do que nas Relações ocasionais de Manuel Severim de Faria, publicadas 15 anos antes da *Gazeta* (cf. Sousa, coord., *et al.*, 2006).

Em geral, até porque, embora havendo notícias sobre o que se passava

fora da Europa, estas não eram muito abundantes (4% das matérias; 6% das linhas com informação), pode dizer-se que emana da *Gazeta* um forte sentimento de pertença dos portugueses à comunidade europeia. A identidade de Portugal construía-se no seio de uma identidade europeia. Assim, é possível afirmar-se que em Portugal havia interesse pela informação internacional europeia, até porque a Europa era palco de conflitos e de esforços diplomáticos nos quais o país era parte interessada ou mesmo parte activa.

Quadro 11:
Protagonismo geográfico nas matérias sobre
Portugal na *Gazeta* (em número de referências)

Período da <i>Gazeta</i>	Lisboa (%)	Porto (%)	Coimbra (%)	Minho (%)	Trás-os-montes (%)	Beiras (%)	Alentejo (%)
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	23	3	1	8	11	5	22
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	11	4	0	6	4	9	28
Total	20	3	1	8	10	6	24

Período da <i>Gazeta</i>	Algarve (%)	Outros (continente) (%)	Açores e Madeira (%)	Possessões africanas (%)	Brasil (%)	Possessões Orientais (%)
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	2	8	5	2	5	4
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	4	2	2	6	4	20
Total	2	7	4	3	4	7

Os dados do Quadro 11 permitem confirmar a décima hipótese, isto é, as notícias sobre Portugal na *Gazeta* centraram-se nos acontecimentos ocorridos em Lisboa, uma vez que era na Capital que a Corte e o Rei residiam e que o jornal era redigido e publicado, e nos acontecimentos ocorridos na raia fronteiriça, em especial na raia alentejana, devido aos combates que aí se travavam no contexto da guerra pela Restauração da Independência. De notar que são poucas as referências ao Porto e

a Coimbra, que, ao tempo, competiam com outras localidades (como Évora) pelo estatuto de segunda cidade do país, o que indicia que para os redactores da *Gazeta* os acontecimentos ocorridos nessas cidades eram relativamente irrelevantes.

Quadro 12:

Protagonistas sociais das matérias da *Gazeta* (em número de referências)

Período da <i>Gazeta</i>	Soberanos e similares (%)	Nobres (mesmo quando soldados ou navegadores...) (%)	Clérigos (%)	Soldados (%)	Comerciantes, empregadores e outros burgueses (%)	Povo(s) em geral (%)
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	28	37	7	23	[0,5]	5
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	20	44	12	15	1	8
Total	22	42	10	17	1	7

Quadro 13:

Protagonismo de género nas matérias da *Gazeta* (em número de referências)

Período da <i>Gazeta</i>	Protagonistas femininas individuais (%)	Protagonistas femininas colectivas (%)	Protagonistas masculinos individuais (%)	Protagonistas masculinos colectivos (%)	Protagonistas institucionais colectivos (%)	Outros protagonistas colectivos (%)
Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	4	1	56	28	6	5
Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)	6	1	55	20	9	9
Total	5	1	58	21	8	7

Os quadros 12 e 13 confirmam as hipóteses identificadas com o mesmo número, ou seja, as notícias são essencialmente sobre as elites masculinas e são normalmente os homens das elites, nobres ou eclesiásticos, os únicos que se vêem individualmente nomeados nas notícias, elas próprias bastante personalizadas (as notícias, ontem como hoje, são maioritariamente sobre pessoas e não tanto sobre *processos*, nomeadamente sobre processos de média e longa duração). Assim, pode dizer-se que a *Gazeta* convida os seus leitores a olharem para a realidade social e para a própria história essencialmente como produtos da acção

individual masculina, em particular no domínio bélico (os protagonistas, incluindo os nobres, normalmente são referidos pela sua acção militar ou respectivas consequências). Pode mesmo identificar-se no discurso da *Gazeta* uma dimensão ideológica, na medida em que ela não belisca a hierarquia social nem o sistema e se centra na vida, acção e citação de soberanos e fidalgos, apresentados, normalmente, como corajosos e intrépidos militares, o que lhes empresta uma auréola romântica; ou ainda apresentados (particularmente os soberanos e os embaixadores) como pessoas ponderadas e de consideração, bons governantes e administradores. A maioria do jornalismo generalista de ontem, tal como o de hoje, mesmo que não fosse, nem seja, monolítico, tendeu, e tende, a preservar o *statu quo*⁸.

4.3 Discussão global dos resultados

Uma vez apreciado o discurso da *Gazeta*, pode dizer-se que os leitores desta publicação puderam seguir com algum detalhe o que se passava na Europa, por vezes numa perspectiva nacional, ou talvez até mais precisamente nacionalista e de servidão aos interesses independentistas da Dinastia de Bragança e da elite aristocrática, religiosa e burguesa que a acompanhou na aventura da Restauração, mas num tom relativamente *laico* (ao contrário, por exemplo, do que aconteceu nas *Relações* de Manuel Severim de Faria – ver Sousa, coord., 2006). Paradoxalmente, os leitores pouco acesso tiveram ao que se passava em Portugal, nomeadamente após o número de Outubro de 1642. Acontecimentos importantes para os portugueses, como a batalha do Montijo, são votados ao ostracismo pela *Gazeta*, devido à censura. Ainda assim, o jornal terá granjeado um certo êxito junto das elites e ainda hoje o seu fim é algo misterioso. Inclusivamente, o redactor da *Gazeta* de Setembro de 1647 tinha intenção de prosseguir com a sua publicação, opção que, aparentemente, não pode ou não quis tomar: “Depois de feita esta *Gazeta*, chegaram avisos das baterias que estavam dando à cidade de Nápoles (...) de que se dará conta em a primeira gazeta” (Setembro de 1647).

De qualquer modo, durante os seus dois períodos de publicação, a *Gazeta* ofereceu aos leitores, directos e indirectos, notícias sobre

⁸ E isto pode ser bom ou mau consoante a ideologia de cada um, pelo que essa discussão não compete às Ciências.

uma grande variedade de assuntos: batalhas e operações militares no continente europeu; iniciativas políticas e diplomáticas portuguesas e estrangeiras; negociações de paz; cartas pontifícias; alianças, tratados e outros acordos; livros publicados; cerimónias civis e religiosas; invenções e descobertas; crimes; vida social; execução de condenados e Autos de Fé; e mesmo fenómenos insólitos. A *Gazeta* cumpriu uma função noticiosa, mas também historiográfica, constituindo um indício da forma peculiar de se verem a si mesmas e de olhar para o mundo das elites pró-independência do Portugal Restaurado. O noticiário da *Gazeta* é diversificado, ainda que desequilibrado, já que se centra nos conflitos bélicos, devido quer ao interesse estratégico dos portugueses nos mesmos, quer ao misto de atracção e temor que as guerras suscitam.

Assim, num tom algo *laico* e *seco*, as gazetas contribuíram, como acontece com os jornais actuais, para levar os seus leitores a construir referências compartilhadas, mais ou menos indiciáticas, sobre o mundo, integrando e categorizando o particular no geral; embora ao mostrarem e evidenciarem algo, inevitavelmente também ocultem algo, como acontece com todos os discursos, as *gazetas* concorreram para edificar conhecimento comum sobre o mundo, para architectar o acervo social de conhecimento de que falavam Berger e Luckmann (1966/1991). Um conhecimento não estrutural, é certo, mas um conhecimento – o conhecimento jornalístico (cf. Park, 1940; Meditsch, 1992), que, em grande medida, depende dos enquadramentos impostos aos acontecimentos. As *gazetas* tiveram, consequentemente, efeitos cognitivos, para além dos efeitos afectivos que produziram ao narrar as venturas e desventuras dos protagonistas das notícias.

Retomando, por outro lado, uma tese central de Jorge Pedro Sousa (2000; 2006; Sousa *et al.*, 2006), também é possível olhar para as notícias da *Gazeta* como resultados de processos complexos em que intervêm vários factores de natureza diversificada, em interacção constante, tendo cada um deles um determinado peso nesses processos:

1. Factores *pessoais*, revelados, por exemplo, na competência discursiva individual dos redactores da *Gazeta*, nas suas peculiaridades discursivas, na capacidade que revelaram de estar atentos à realidade para informarem sobre aquilo que presenciavam (enquanto produtores de *discursos primários* sobre os acontecimentos) ou sobre o que liam noutras publicações, etc. Por exemplo, quando o redactor da *Gazeta*

de Dezembro de 1641 pede a Deus a prosperidade do exército de Sua Majestade El-Rei D. João IV, “cujas armas o Céu faça prosperar e em cujo favor se arme o braço divino, para que alcance tantas vitórias que iguale as do grande defensor da pátria o Santo Conde D. Nuno Álvares Pereira”, verte-se no texto a capacidade pessoal que esse redactor denota em ligar factos históricos e a figura algo mítica do Santo Condestável à situação do Portugal Restaurado, reforçando, simbolicamente, a legitimidade da independência e de D. João IV. Noutro exemplo, quando o redactor da *Gazeta* de 1642 noticia que “quase todo este mês ventou, choveu e nevou, e fez muito dano a tempestade” é, em parte, a sua percepção pessoal do que deveria ser notícia que se destaca, a sua forma pessoal de observar e compreender da realidade que está em causa.

2. Factores *temporais*, que dizem respeito aos constrangimentos de cariz temporal na produção noticiosa. Por exemplo, acontecia pontualmente, por razões de tempo e espaço, os redactores da *Gazeta* não poderem publicar todas as informações de última hora que recebiam, pelo que davam conta dessa situação ao leitor, prometendo-lhe o desenvolvimento das matérias no número subsequente do periódico. É o que acontece, por exemplo, no número de Março de 1642, no qual o redactor escreve o seguinte: “No mesmo ponto em que se acabou de imprimir este papel, veio da ilha Terceira Jorge de Mesquita e trouxe aviso de que a fortaleza se havia rendido e estava já por El-Rei Nosso Senhor. Por ser nova de grande alegria para este Reino, se pôs nesta *Gazeta*, não obstante pertencer à do mês de Abril”.

3. Factores *sociais*, revelados, em particular, na interacção que os redactores da *Gazeta* estabeleciam com certas fontes de informação para construírem *discursos noticiosos secundários* sobre os acontecimentos de que tinham notícia. Dessas interacções resultou a obtenção, selecção e enquadramento de informações que estão na base de várias notícias da *Gazeta*. Por exemplo, na *Gazeta* de Março e Abril de 1644 revela-se que a notícia de que “a maior parte das Índias” tinha negado obediência a D. Filipe III e que nesses territórios havia “grandes revoluções” contra os castelhanos resultou da leitura de uma carta proveniente da Ilha de São Cristóvão que teria chegado à Corte.

4. Factores *ideológicos*, desvelados, por exemplo, e visivelmente, no

enquadramento propagandístico da causa independentista brigantina que emerge de parte das matérias, fruto da conjuntura de uma época e das ideias partilhadas pela elite independentista conjurada, que buscava a legitimação para a sua liderança de Portugal e para a Casa de Bragança. Todas as notícias que elogiam o novo Rei poderiam sustentar a afirmação anterior, mas na *Gazeta* de Dezembro de 1641 pode ler-se um excerto de texto ilustrativo: “Domingo, o primeiro dia do venturoso mês em que Deus nosso Senhor pôs os seus olhos de misericórdia no miserável estado de Portugal e foi servido de o restituir a seu legítimo sucessor, o Sereníssimo Rei D. João o IV (...)”.

5. Factores *culturais* e *históricos*, detectados, por exemplo, nas formas de escrever notícias na *Gazeta*, que obedecem, em vários casos, às regras da retórica clássica, referindo sujeito, objecto, lugar, tempo, causa e modo. Por exemplo, a notícia, já referida, que abre a *Gazeta* de Dezembro de 1641, indica que D. João IV (*sujeito*), no primeiro dia de Dezembro de 1641, um domingo (*tempo*), participou numa procissão de acção de graças (*objecto*) pela sua ascensão ao trono (*causa*), em Lisboa (*lugar*), mas devido ao número de pessoas que ocupava as ruas, teve de ir por um caminho alternativo para chegar à Igreja (*modo*). É de dizer, no entanto, que todo o enquadramento do mundo proposto pela *Gazeta* radica na forma como os portugueses de então olhavam para ele, em função do clima cultural existente no contexto histórico seiscentista. A oposição entre *nós*, portugueses, e *eles*, castelhanos, por exemplo, ilustra bem essa nossa asserção.

Assim, defende-se, neste trabalho, que os enunciados jornalísticos são um produto do enunciador e das *circunstâncias de enunciação*, incluindo, aqui, a *intenção de verdade do enunciador*, ou seja, a *intenção que o enunciador revele de fazer corresponder o enunciado ao fenómeno real a que este se refere*. Portanto, o discurso jornalístico da *Gazeta* possui, simultaneamente, as marcas da realidade e das restantes circunstâncias de enunciação e as do enunciador, sendo nesta interacção que se joga, em parte, a proposta de sentido que a *Gazeta* oferece para o mundo. Mesmo as notícias falsas ou inventadas, como a notícia do menino mudo que grita “Viva o Rei D. João IV!”, indiciam factos reais. Esse boato pode ter corrido pela Corte, cheia de homens religiosamente

crédulos; ou pode ser uma invenção do redactor, permanecendo como testemunho da mentira.

Também é possível tecer considerações acerca da produção textual na *Gazeta* em termos de processamento cognitivo dos textos por parte dos redactores, conforme a proposta de VanDijk (1990). De facto, as operações cognitivas a que esse autor se refere são idênticas às que se detectam na *Gazeta*, por exemplo:

1. O discurso da *Gazeta* é *selectivo*, pois de todas as informações hipoteticamente disponíveis apenas algumas, possivelmente as consideradas mais importantes (e as capazes de passar na censura civil e na eclesiástica), foram passadas a texto. Por exemplo, logo na *Gazeta* de Novembro de 1641 o leitor é informado, numa notícia breve e seca, em formato de *lead*, que “Prenderam um frade Beguino estrangeiro e dizem que veio a esta cidade por espião”. No entanto, o redactor não diz como o prenderam, onde o prenderam (intui-se que terá sido em “esta cidade”, ou seja, Lisboa), por que razão o consideraram espião, etc.

2. O discurso da *Gazeta* é *resumido*. Por exemplo, na *Gazeta* de Janeiro de 1642 lê-se a notícia, também breve e quase redigida como um *lead* clássico, de que “Foi El-Rei nosso Senhor a Santa Engrácia no dia da sua festa”, sem quaisquer outros pormenores. Na de Janeiro de 1642, ainda mais laconicamente, lê-se a seguinte notícia: “Vieram algumas pessoas de Madrid e de Sevilha”.

3. O discurso da *Gazeta* impõe *generalizações*. Por exemplo, na *Gazeta* de Fevereiro de 1642 lê-se a seguinte notícia: “A quinze do mês veio uma nau da Bretanha com alguns apetrechos de guerra e muitas mercadorias”. É uma notícia generalizante, já que não precisa quais os equipamentos bélicos e demais mercadorias que vieram no navio.

4. O discurso da *Gazeta* integra excertos de discursos de terceiros. Por exemplo, na *Gazeta* de Janeiro de 1642 lê-se que uma notícia sobre uma fuga de prisioneiros castelhanos da cidade de Elvas se baseia numa carta: “Por carta escrita de Elvas a treze, se sabe que fugiram para Castela dezassete soldados estrangeiros, oito de pé e nove de cavalo. E porque de lá fugiram outra vez, e no campo fizeram alguns insultos, veio uma tropa de cavalaria castelhana no seu alcance e depois de os renderem,

os levaram prisioneiros a Badajoz, onde enforcaram os oito de pé e mandaram os de cavalo para as galés”.

Pode afirmar-se, face aos factos expostos, que o enunciado jornalístico, ainda que indicie e traduza com verdade fenómenos reais (o que acontece quando há *correspondência* entre o que é dito e o facto real enunciado), é uma *construção* que resulta da interacção entre a mente do enunciador e a realidade que este quer traduzir, no seio de um ecossistema onde imperam as várias circunstâncias da enunciação e as próprias idiossincrasias do enunciador. A transformação de um acontecimento num enunciado implica, de facto, toda uma codificação linguística, presidida pela cognição, que pressupõe, à partida, que há espaços de consenso e de conhecimento partilhado numa comunidade que co-determinam o que *deve ser contado e como deve ser contado* (cf. Fowler, 1994). Isso é notório na *Gazeta*, onde se estabelecem *cumplicidades com o leitor* que ancoram, por exemplo:

1. Na inexistência de informação que seria relevante para elementos estranhos à realidade portuguesa seiscentista entenderem o que estava em causa (para perceber, por exemplo, por que razão Portugal estava em guerra com Castela);

2. Nos elementos do inconsciente colectivo propagados nas notícias (por exemplo, os mitos da coragem dos portugueses e o da cobardia dos espanhóis, sendo que os primeiros, segundo a *Gazeta*, eram sempre mais bem sucedidos do que os segundos, como acontece na seguinte notícia, de Novembro de 1641: “Veio nova que estavam os galegos muito atemorizados depois que lhes desfizeram os redutos. Tomaram-lhes os nossos algumas armas e munições e mataram-lhes e cativaram-lhes alguma gente”);

3. Nas formas de trato conhecidas do soberano (“El-Rei D. João IV, nosso Senhor”; “o Sereníssimo Rei D. João o IV”), nos juízos de senso-comum emitidos pelo redactor (por exemplo, diz o redactor sobre o primeiro aniversário da Restauração: “Domingo, o primeiro dia do venturoso mês em que Deus nosso Senhor pôs os Seus olhos de misericórdia no miserável estado de Portugal e foi servido de o restituir

a seu legítimo sucessor...”), etc.

Estabelecendo laços com a comunidade em que estavam inseridas, as *gazetas* podem, em consequência, ser vistas, similarmente ao que argumenta Maingueneau (1990), como instrumentos discursivos, simbólicos, que retroactivamente contribuem para a reconstrução e sustentação dessa comunidade. As *gazetas* voltam-se, de facto, para o objectivo de *dar a conhecer à comunidade* notícias sobre o que a afectava directa ou indirectamente mas também sobre o que, genericamente, se passava no mundo. Podendo ser consumido por qualquer pessoa de qualquer lugar, desde que entendesse o português e tivesse acesso à informação, o discurso da *Gazeta*, como a generalidade do discurso jornalístico, é um discurso aberto, susceptível de contribuir para a construção de uma comunidade aberta.

Numa perspectiva culturológica, também se pode afirmar que a *Gazeta* oferece notícias que, por muito que indiciem e traduzam linguisticamente fenómenos reais, são também histórias e narrativas. Aliás, algumas das notícias da *Gazeta* são mera *ficção*, como acontece com as notícias sobre os milagres que mostrariam o favor divino para com D. João IV e a Restauração da Independência. Não se sabe se essas notícias, dada a sua raridade na *Gazeta*, são meras invenções do redactor ou se serão apenas a tradução noticiosa de boatos que terão circulado na altura e nos quais o redactor, religiosamente crédulo, de acordo com o contexto da época, teria acreditado. Os enunciados da *Gazeta* reflectem, assim, os fenómenos reais ou julgados reais com os quais o redactor travou conhecimento e seleccionou para serem notícia, à luz de critérios de relevância informativa. Porém, as notícias da *Gazeta* reflectem, também, a forma de olhar para o mundo própria das elites independentistas do Portugal do século XVII e dão pistas para se entender o que para elas era importante e quais os seus valores. Seguindo Schudson (1988; 1995), poder-se-ia notar aqui um encaixe das notícias da *Gazeta* em estruturas pré-existentes para a interpretação e significação do mundo.

Um dos primeiros autores a enfatizar a ideia de que as notícias são histórias com história e produzidas numa determinada cultura foi Robert Darnton (1975). Para ele, as notícias são eternas, no sentido de serem sobre o que sempre foi notícia: política, desastres, pessoas famosas, etc. É o que acontece na *Gazeta*. Factos e histórias são constituídos em interacção: em jornalismo, os factos são sempre uma *história dos factos*, ainda que

com fundamento real. As histórias jornalísticas, ou seja, as notícias, baseiam-se em factos e os factos necessitam das histórias, ou seja, de notícias, para “existirem”. Mais do que isso: as notícias, ou histórias jornalísticas, são montadas a partir de factos disponíveis e relevantes. O jornalista demonstra a sua capacidade sabendo como encontrar os factos mais relevantes e interessantes e sabendo como montar a notícia, como uma história, a partir deles. Em suma, o jornalista demonstra a sua capacidade reconhecendo quando está perante uma boa história e sabendo narrá-la. Os redactores da *Gazeta* descobriram (ou contaram-lhe) essas boas histórias, normalmente relatos sobre acontecimentos reais, e tiveram a capacidade de narrá-las como boas histórias, conquistando os leitores e usando os enquadramentos do mundo próprios da época para incrementar o interesse dos receptores. Afinal, uma história bem contada é sempre uma história bem contada e para ser bem contada cada enunciador tem de ter em conta o que se conhece, nomeadamente o que já constitui *acervo público de conhecimento*, e o que é desconhecido... Observe-se, por exemplo, a seguinte notícia:

“Véspera de Reis presenteou António Pessoa Campo ao Príncipe, que Deus guarde, um cavalo feito por ele com tal artifício que não somente no aspecto engana a quem o vê mas também nas acções: rincha, endireita as orelhas, obedece ao freio, escarua, dá com as mãos nas cilhas, põe a anca no chão, dá coices, dá corcouos, faz chaças e curuetas, salta, golpeia, toma a andadura, trota, corre, passeia, volta a uma e a outra mão e faz tudo quanto a natureza ensinou a um ginete. A cor é endrina, a sela estardiota de veludo verde bordada de oiro com pedras preciosas.” (Janeiro de 1642)

A notícia da oferta do presente a Sua Alteza Real o Príncipe D. Teodósio parte de um fenómeno real, mas a narrativa é adornada com os pormenores da oferta observados pelo redactor, de molde a interessar o leitor, e é situada no tempo. O engenho do artífice é elogiado. Assim, embora traduza um *facto real*, a notícia transcende-o e transfigura-se numa *história*. Dado o seu carácter social, seria uma notícia próxima da *literatura soft*, uma *crónica social*.

Elisabeth Bird e Robert Dardenne (1988) falam, igualmente, das notícias como sendo histórias construídas no seio de uma gramática da cultura. São, assim, histórias representativas dessa cultura e ajudam

a compreender os seus valores e símbolos. Enquanto narrativas, as notícias possuem códigos simbólicos reconhecidos pela audiência, que, inclusivamente, balizam as fronteiras do aceitável e do inaceitável. Ettema e Glasser (1998) acrescentam, por seu turno, que o reportório cultural determina a notícia, pois, segundo os autores, são as linhas de força de cada história, pré-existentes numa determinada cultura, que ajudam a construir os factos. Brown (1979) vai mais longe, sugerindo que as histórias que as notícias são reflectem as preocupações sociais em cada momento, sendo essa uma das características que lhes confere êxito social. Leia-se, por exemplo, a seguinte notícia:

“Junto à Praça dos Canos, no entreforro de umas casas que estavam vazias, achou-se um saco, dentro do qual estava uma mulher feita em quartos. Tirou-se devassa, mas não há notícia até agora do delinquente. Presume-se que seu marido a matou.” (Fevereiro de 1642)

Embora baseada num crime real, também esta notícia se transfigura quase num *conto policial*, apontando mesmo para um possível culpado deste crime. Mas mais do que isso, a notícia indicia que para um leitor de então, como um de agora, matar uma mulher e esquartejá-la é *crime* e *desvio* e, nesse sentido, é *socialmente relevante* e, ao mesmo tempo, *inaceitável*. São os valores da sociedade que são denunciados na notícia, valores estes que nasceram, possivelmente, da necessidade de salvaguardar a sociedade, algo que só se consegue dando segurança às pessoas, sobre cujas interações estáveis a sociedade se constrói e reconstrói. Assim, pode dizer-se que as notícias da *Gazeta* ilustram bem as ideias dos diferentes autores atrás citados, quer como dispositivos discursivos de natureza cultural, quer como artefactos que indiciam as omnipresentes preocupações seiscentistas com o destino da dinastia brigantina e com o destino de Portugal, da sua Independência, das suas conquistas, do seu povo e da sua defesa. A essas preocupações não será alheio o facto de os redactores se moverem, provavelmente, na Corte, entre as elites, que certamente discutiam esses assuntos.

Por seu turno, Phillips (1976) mostra que o jornalismo privilegia o concreto e particular e não o estrutural. O jornalismo favorece, assim, familiaridade acerca das coisas e não conhecimentos profundos e estruturantes sobre elas. As *gazetas* são exemplos seiscentistas do que diz Phillips: reportam casos singulares que, essencialmente, trazem ao leitor

um certo tipo de familiaridade com os acontecimentos. Entre centenas de outros exemplos, na *Gazeta* de Dezembro de 1641, encaixado entre uma notícia sobre as comemorações do primeiro aniversário da Restauração da Independência e uma notícia sobre a chegada de naus provenientes de França, surge o seguinte relato:

“Saíram de Campo Maior duas companhias de cavalaria que foram atravessando os campos do Guadiana por atalhos, sempre fora do caminho Real, e meteram-se tanto pela terra dentro que chegaram à vila de Talavera [la Real], três léguas além da cidade de Badajoz. Não acharam embaraço nenhum em todo aquele distrito e foram correndo por uma e outra parte levando diante de si o gado, os pastores, os caminhantes e tudo quanto podiam conduzir. Vinham já entrando com o gado e alguns prisioneiros quando lhes saíram ao encontro mais de trezentos castelhanos de cavalaria, que acudiram de Montijo, de la Puebla, de Vilar del Rey e de outros lugares circunvizinhos. Puseram-se com igual deliberação uns e outros em som de guerra. Travou-se a escaramuça e fugiram os prisioneiros e o gado (...). No primeiro recontro mataram-nos cinco homens, cujas mortes foram muito sentidas por serem cavaleiros que em muitas ocasiões se haviam singularizado. Chegou Aires de Saldanha de socorro com o seu terço e deu uma carga que fez com que o inimigo logo se retirasse e matou-lhe muitos homens (...). O alferes do capitão de cavalaria João de Saldanha saiu com três feridas, e os inimigos o deixaram no campo por morto, e o despojaram da roupa, mas acabou a batalha, da mesma maneira que estava, se ergueu e veio para Campo Maior.”

Notícias como aquela que se leu atrás certamente *familiarizaram* os leitores da *Gazeta* sobre as escaramuças na raia fronteiriça do Alentejo, mas pouco terão contribuído para gerar conhecimento estruturante sobre a guerra e as artes militares entre os leitores, até porque nem descreve eventuais tácticas usadas por um e por outro lado. De salientar, ainda, sobre a notícia acima, que descreve cruamente que num recontro de cavalaria os portugueses perderam cinco homens, embora a notícia continue, apaziguadoramente, com a notícia de que os portugueses acabaram por matar “muitos homens” aos espanhóis. Pode dizer-se, em consequência, que apesar da alegada necessidade de propagandear a causa da Restauração, a *Gazeta* conseguiu, por vezes, noticiar com

certa *isenção*, evidenciando o cultivo da *intenção de verdade* como valor jornalístico algo intemporal. A notícia em causa também é interessante por causa das estratégias discursivas destinadas a cultivar o interesse do leitor para a história. De facto, no final, usando uma estratégia de *personalização* da história muito comum no jornalismo contemporâneo, o redactor conta o insólito caso da eventual morte simulada de um alferes português, João de Saldanha, que, apesar de roubado pelos espanhóis enquanto se fazia de morto, conseguiu, apesar de ferido, regressar à sua base de operações – Campo Maior.

Acentuando as explicações culturológicas para as notícias, Michael Schudson (1988) diz que estas podem ser vistas na perspectiva dos géneros literários, assemelhando-se a romances, tragédias, comédias e sátiras. Já se comentou acima, aliás, como determinadas notícias funcionam como *crónicas sociais* ou *contos policiais*. No entanto, há na *Gazeta* uma percentagem significativa de notícias bélicas, funcionando, portanto, como *romances de acção*, mas também *tragédias*, devido aos custos humanos e materiais que a guerra provoca. Leia-se, por exemplo, a seguinte notícia, da *Gazeta* de Março de 1642, que surpreende o leitor no final, pois o redactor, embora pareça, inicialmente, condenar uma insensatez, que poderia ter acabado mal, acaba, estranhamente, por, de certa forma, elogiar o espírito de *liberdade e livre iniciativa*, mesmo no seio das Forças Armadas (numa altura em que o saque era recompensa dos soldados), quase como se tudo não passasse, afinal, da *comédia da vida*:

“(…) um capitão de infantaria francês, tenente-coronel, enfadado da suspensão das armas e do grande ódio em que os soldados estavam na cidade de Braga, por razão do Inverno, deliberou sair a campanha e entrar pelas terras dos inimigos, ele só com a sua companhia, para o que foi com muito segredo, persuadindo aos seus soldados (os quais eram todos portugueses, que vieram da Flandres e da Catalunha). Gastou oito ou nove dias em lhes dispor os ânimos e em prevenir pólvora, balas, corda e tudo o mais que era necessário para reduzir a acto esta generosa deliberação. E um dia antes de amanhecer deu traça, com que ele e os seus soldados saíram à desfilada, e caminharam para Melgaço, e daí foram marchando pela ponte das Varjas até que entraram na Galiza, destruindo, subvertendo e assolando tudo aquilo que com os olhos descobriam. Não ficou gado

em que não fizessem presa nem encontraram pelos caminhos homem nenhum que não rendessem. (...). Porém, acudiram os inimigos (...) uns pela vanguarda, outros pela retaguarda. Ests segundos se meteram pelos matos (...) e lhes armaram uma cilada. (...) Vendo-se o francês neste tão horrível aperto, fez uma prática aos soldados, apresentando-lhes o perigo (...) e exortando-os a perder antes a vida do que a honra. Não lhe deixaram os soldados acabar o discurso (...) e conformes se resolveram a romper aquele esquadrão, que emboscado pretendia tolher-lhes o passo (...) e foram marchando em tão boa ordem que tanto que chegaram à emboscada lhe descompuseram a frente e com a primeira carga e puras feridas e mortes abriram caminho muito antes que chegasse o esquadrão que marchava em seu alcance. Pisando mortos e pondo por terra a todos os que lhes serviam de embaraço, romperam. Penetraram e saíram (...) até que se puseram a salvo (...) com tanta admiração dos inimigos que nem o outro esquadrão, que já estava perto, se atreveu a segui-los. E o maior assombro que houve nesta heróica ousadia foi que da nossa parte não morreu ninguém e somente um soldado saiu ferido com uma bala no braço esquerdo, o qual se veio curar à cidade de Braga, onde (...) estava o general D. Gastão Coutinho. E com este exemplo deliberaram (...) sair em campanha (...).”

De realçar o tom impressionante em certos pormenores do relato acima. O avanço dos portugueses, narra o redactor, foi feito sobre os mortos galegos. Também pessoal é a interpretação psicológica das razões do tenente-coronel francês para romper as hostilidades com uma incursão no território galego: estaria “enfadado” com a inacção e percebia o “ódio” que os seus soldados devotavam à permanência em Braga.

As *gazetas* devem, assim, parte do seu interesse, na óptica do leitor, à variedade temática (que evita o aborrecimento e promete que todos os leitores terão pelo menos uma notícia que lhes agrade entre na *Gazeta*), ao facto de narrarem excelentes tragédias (as calamidades por causa do tempo, as mortes, os duelos...), misturadas com curtos romances de acção (as batalhas terrestres e navais, duelos) e leves contos de sociedade (as visitas do Rei, a vida dos famosos, o presente ao príncipe, a caça...). Elas misturam drama (tragédias pessoais, sofrimento provocado pelas intempéries...), acção (combates, naufrágios, missionação...), morte, exotismo (países e povos diferentes). Desvelam episódios da vida de personagens reais da elite aristocrática seiscentista de Portugal,

em especial a acção dos independentistas conjurados. Estimulam a imaginação, fazem o leitor viajar mentalmente por outros lugares e tempos, revivendo simbolicamente aventuras e tragédias, comovendo-se ou regozijando-se com o destino de algumas pessoas. Permitem a personalização do relato, ao narrarem dramas ou actos heróicos individuais de figuras da época. Ou seja, obedecem a vários critérios de noticiabilidade, tal e qual as notícias sempre obedeceram. Contribuem para o leitor viver a aventura por interposta pessoa, conhecer lugares distantes pela pena do “jornalista”, participar indirectamente nas guerras da Independência e na Guerra dos Trinta Anos. Satisfazem a *curiosidade humana*, o interesse pela guerra, pela missionação, pelas tragédias nacionais, pela política e administração, pelos povos e culturas distantes, pelas conquistas de Portugal, pela vida na corte, pelo que se passava no país e no estrangeiro. Mas elas também satisfazem, particularmente, esse interesse desmesurado pela vida dos outros, em particular quando os outros são pessoas mais ou menos famosas, nomeadamente fidalgos e prelados, cujas referências seriam familiares no século XVII, interesse esse que ainda hoje alimenta as *Holas*, as *Caras* e outras revistas “de celebridades”. Vejam-se as seguintes notícias:

“O Conde de Castanheira, que estava preso numa torres de Setúbal, pediu a El-Rei (...) que lhe mudasse a prisão porque estava indisposto e El-Rei (...) o mandou trazer para o castelo de Lisboa.” (Novembro de 1641)

“Despachou El-Rei nosso Senhor ao Conde da Vidigueira por embaixador de França para assistir na Corte de Paris.” (Novembro, 1641)

“El-Rei nosso Senhor fez mercê ao marquês de ferreira do cargo de mordomo mor da Rainha nossa Senhora, que vagou por morte do Conde de Odemira.” (Dezembro de 1641)

“O general Martim Afonso d Melo, sabendo que o inimigo estava em Valverde preparando-se para dar em Olivença juntou do terço de D. João da Costa, de Aires de Saldanha e de todas as fronteiras do Alentejo 3000 e tantos homens e a 27 de Outubro saiu da cidade de Elvas, no dia seguinte pela manhã chegou a Valverde (...). Foi visto pelos inimigos, que acudiram todos à defesa. Prepararam-se os nossos para o assalto, investiram e ganharam logo a primeira e segunda trincheira (...). Tornaram

por fim a Elvas alegres com a vitória.” (Novembro de 1641)

As vicissitudes dos “famosos” parecem calar mais junto do público, emocionar mais as pessoas, quiçá porque os tornam mais humanos. Quando a tragédia bate à porta dessas pessoas, mostra-nos que também pode bater, com facilidade, à nossa porta. Quando os famosos se comportam como heróis, parece que nós também nos podemos tornar heróis. Consumimos essa informação, como se consumia em Seiscentos, porventura para termos coragem de enfrentar a vida, exorcizando os nossos próprios medos e fantasmas e evitando o que possa colocar em risco a nossa sobrevivência. Consumimos essa informação para pensarmos no que a nossa vida é, poderia ser ou poderia ter sido, despertando a nossa imaginação e confrontando-nos ciclicamente com a realidade do que somos e fomos.

Algumas notícias são, por outro lado, autênticas *sátiras*. Observe-se, por exemplo, a seguinte notícia, que satiriza a credulidade dos espanhóis e enaltece a capacidade de dissimulação e de empreendimento dos portugueses:

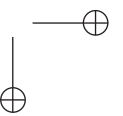
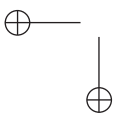
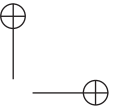
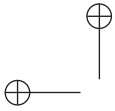
“Foram de Madrid alguns portugueses a Sevilha e compraram (...) fazenda para darem a entender que iam ali a negócios, e de noite meteram-se numa nau inglesa e foram para Inglaterra para de lá virem a esta cidade [Lisboa] (...).” (Janeiro de 1642)

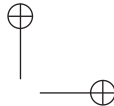
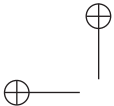
A notícia seguinte também é levemente satírica, uma vez que atribui a um frade o ofício nada fradesco de espião:

“Prenderam um frade Beguino estrangeiro e dizem que veio a esta cidade [de Lisboa] por espia.” (Novembro de 1641)

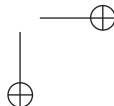
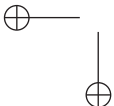
A concepção das notícias como *sátiras* ajuda a conferir-lhes interesse como reportagens e narrativas.

Finalmente, resulta um pouco estranho na Gazeta a quase inexistência de relatos das descobertas geográficas, das invenções e ideias que iam agitando o mundo, que a poderiam ter tornado, com mais propriedade, um periódico iluminista.





CAPÍTULO 5



Análise fónico-gráfica, morfo-sintáctica, lexico-semântica e estilística da *Gazeta* “da Restauração”

Mário Pinto

Proceder, a partir da hodiernidade e com base nos seus conceitos, à exegese de um conjunto de textos (as *Gazetas* da Restauração) grafados e dados à estampa num passado assaz recuado (mais concretamente, há três séculos e meio) e em circunstâncias muito específicas, porque num contexto sócio-cultural, político e económico peculiar, pode constituir um repto aliciante (e, de facto, assim acontece), mas cuja concreção implica a superação de pletora de obstáculos e dificuldades de diversa índole (e não só as decorrentes das transformações gráficas entretanto ocorridas), de que se antevê pejado o percurso.

No essencial, por estar em causa uma época, a Clássica, dotada de uma idiossincrasia muito própria, quer nos reportemos ao seu primeiro período, o designado quinhentismo (1526/1580), quer ao segundo, o seiscentista (que se espraia pelo último quartel do século XVI, todo o XVII e, ainda, a primeira metade do XVIII (1580/1750), comumente designado gongórico/barroco e cuja característica mais marcante, no que à poesia concerne, é o hermetismo expressivo, que, sendo nele hegemónico, está omnipresente. Com efeito, é na sequência de uma fase a vários títulos estuante da vida nacional e graças à acção da vasta plêiade de artistas – em que pontificam vultos como Gil Vicente, Sá de Miranda, António Ferreira e, acima de todos, Camões, e, na prosa, João de Barros (historiografia), Fernão Mendes Pinto (narrativa de viagens), Bernardim Ribeiro (novela) e Samuel Usque (prosa edificante e doutrinária) –, que com a sua produção enriqueceram de forma substantiva e não menos notória as letras pátrias, que a língua ganha uma maleabilidade e um

amadurecimento que fazem deste o período áureo da prosa nacional, tal como o precedente o fora em relação à poesia. E se, na transição ocorrida, esta regride – porque, ao descambar num exagerado rebusco da forma e dos conceitos, se artificializa e futiliza – e assume um estilo afectado, já a prosa, ao invés, fruto da plasticidade que imbui a língua consegue alcandorar-se, e em todos os seus géneros, a uma elegância assinalável. Seja qual for o ângulo sob o qual a perspectivemos: quer se trate da oratória (em que pontificam o Padre António Vieira e o Padre Manuel Bernardes), da didáctica (com Rodrigues Lobo e D. Francisco Manuel de Melo), da epistolar (António Vieira e Francisco Manuel de Melo) ou da histórica, é o esplendor da prosa barroca, incisiva, penetrante, mas sempre de uma riqueza ímpar.

Características que vêm acrescer ao carácter ciclópico do repto antes referido outras dificuldades, e não de menor monta, entre as quais se destaca a ontogénese entretanto ocorrida (e ainda em curso), que mais complexifica a concreção da tarefa. Desde logo porque, não sendo a língua um corpo inerte, antes algo em permanente devir, seja na sua estrutura seja na semântica, *ab initio* se adivinhava dela irem emanar surpresas mais ou menos impactantes, e se receavam obstáculos de envergadura, que a disquisição efectuada só parcialmente veio confirmar. De facto, o que mesmo uma primeira leitura (de superfície, mas sem ser *à vol d’oiseau*) permite inferir – quem sabe se devido ao género que lhe subjaz (o jornalístico) ou ao tom coloquial que, pontualmente, os embebe – é a inexistência de verdadeiras barreiras intransponíveis para a intelecção do narrado, além de ser digno de realce o rigor e correcção dos textos em análise. Ademais, graças a uma construção frásica em que, em perfeita simbiose, se mesclam e fundem a ordem sintáctica lógica (que visa a correcção) e a ordem sintáctica psicológica (que busca a riqueza expressiva), o resultado é um texto vivo, apelativo, motivador.

Após este sucinto preâmbulo contextualizador, passemos então à análise do conjunto dos textos em apreço, a qual terá necessariamente de ser compartimentada de molde a permitir equacionar as vertentes mais pertinentes – fónico-gráfica, morfo-sintáctica, léxico-semântica e estilística –, contempladas, sempre que possível, de diferentes prismas.

1. Fónico-gráfica

Começando pela vertente em epígrafe a análise ora empreendida, convém desde já esclarecer que, apesar de a mesma contemplar duas perspectivas (diferentes mas complementares, imbricadamente interligadas), a opção aqui seguida incide preferencialmente sobre a segunda - sem que tal possa significar, tampouco indiciar, a depreciação da componente fónica, outrossim relevante, mas que, dado estar em causa a exegese de um livro, cujo modo de veiculação da mensagem é o plasmado na forma gráfica, consideramos, neste âmbito, menos pertinente -, vertente em que nos propomos equacionar antes a questão ortográfica.

Questão que, *lato sensu* considerada, consubstancia um tema pouco pacífico, quando não um extremar de posições - precipuamente por a seu respeito pontificarem as mais díspares sensibilidades, não raro antagónicas - razão bastante para ser por muitos reputada mais do que mero problema cultural, um problema social e político. O que torna por demais melindrosa a sua abordagem.

Sendo, por definição, a ortografia a “forma correcta de escrever as palavras”, importa ter presente não ser a imutabilidade seu apanágio, sequer condição *sine qua non*, mas, antes, ter esta sofrido, ao longo dos tempos, alterações mais ou menos profundas, destarte variando o conceito do que é ou não correcto. E se à data em que estes textos foram redigidos, e vieram a lume, a grafia usada - que, impõe-se sublinhá-lo, não estava ainda definitivamente fixada - era a reputada apropriada (tanto quanto a construção frásica), não menos verdade é não constituir tarefa de fácil consecução para o leitor hodierno manter omnipresente este condicionalismo, ou seja, nem por instantes elidir que o texto a cuja consulta procede se reporta a um outro momento, existindo entre ambos (o de produção e o de leitura) um hiato de quase quatro séculos. Lapso temporal que, pela sua dilação, assaz ampla, não pode ter ocorrido sem ocasionar modificações na grafia dos vocábulos - independentemente da riqueza conteudística do texto como documento da vivência de uma época - mudanças que terão, forçosamente, repercussões: desde logo, afectarem os mais desatentos ou menos familiarizados, os quais não encararão sem o mínimo de surpresa certas pretensas anomalias.

E para aquilatarmos da dimensão das alterações entretanto ocorridas, basta atentarmos nos dois exemplos que se seguem (um **h** medial e um **r** intervocálico) e comparar com a forma como estas palavras são hoje

grafadas:

113	... que cometessem coisa tão deshumana como eles haviam cometido.
155	Um dia destes prendeu-se nesta cidade um famoso renegado, o qual se fazia chamar Barbaroxa , e andava aqui incógnito (...).

O que permite asseverar serem as alterações na grafia das palavras - abstraídas outras, mais ou menos perturbantes para quem queira fazer da leitura das gazetas um momento de fruição, concomitante da informação – as mais exasperantes. Na verdade, é tal a recorrência das discrepâncias com que amiúde somos confrontados, aquando da leitura, que esta não pode deixar de, em maior ou menor grau, ser afectada, e se algumas dessas dissemelhanças não constituem óbice insuperável para a inteligência global do lido, outras há que o dificultam sobremaneira e, em casos pontuais, inviabilizam mesmo a descodificação da mensagem que se pretendia veicular.

De todas, as que mais constrangimentos produzirão serão, sem dúvida, por um lado, as que concernem às terminações verbais, visto mudarem radicalmente o referente temporal para que aponta o enunciado: sendo, hodiernamente, a terminação *ão* marca peculiar e indissociável do futuro (algo a acontecer num momento posterior ao da enunciação), o que no texto em apreço se verifica é remeter a mesma para o passado, como os exemplos a seguir aduzidos demonstram, o que, num momento de desatenção, pode situar o texto no limiar do *non-sens*,

67	Os Castelhanos que assistem de guarnição nas vilas, que estão fronteiras da província da Beira, entraraõ nos nossos campos, e deraõ no lugar de Forcalhos, de onde se retiraraõ com grandíssimo número de gado, depois de haverem feito algumas hostilidades. Logo se juntaraõ os nossos, e foraõ inquietar os lugares de Castela por aquela parte, que responde a Albergaria e trouxeraõ de lá muito maior quantidade de gado, que a que eles nos haviaõ tomado. Sentiu-se o dano de parte a parte, e assentaraõ que cada um restituísse tudo aquilo [...] vieram os Castelhanos da Vila de S. Martim, e entraraõ na aldeia de Fuinhos, donde fizeraõ algum dano, e levaraõ umas poucas de ovelhas que andavaõ pascendo nos montes.

72	De algumas praças, que em Catalunha estão por el Rei Filipe, sairão os Castelhanos e procuraraõ descompor o sitio das tropas Francesas, que estão sobre Tarragona, mas não as puderão desalojar (...). [...] Duas galés del Rei Filipe partirão de Cartagena de levante para Génova com 500U. cruzados, padeceraõ grandes tormentas no golfo de Leão e chegarão mui destrachadas.

e, por outro lado, as que se reportam às concordâncias sujeito (plural) / predicado (singular):

159	As levas , que para a mesma defesa fez Dom Paulo Jordão vem mui devagar, pelo receio que tem (como se entende) de perder a maior parte de seus bens, que tem em Florença.
165	Tem sido as chuvas tão grandes em Catalunha, e particularmente nos bairros onde os castelhanos estavam alojados (...).
287	Escrevem-nos de Itália, que nossas forças [...] tem começado a abrir suas trincheiras (...). ... que os nossos generais a tem preferido a quantas podiam esperar em esta campanha (...). ... como defeito nos escrevem de Lérida, que os castelhanos tem cercado Monção, e que tem ordem de dar batalha com a chegada de (...).
359	Porém, não obstante todas estas prevensões, os franceses novamente se tẽ apoderado da forte cidade das Rosas (...).

Impõe-se, por isso, para *ab initio* nos situarmos e obstar a desnecessários e perigosos quiproquós, não elidir que, conquanto globalmente considerados os textos sejam paradigma de escrita tersa, casos há em que devido ao lapso temporal antes referido possam apresentar dificuldades pontuais, decorrentes, precipuamente, da grafia à época usada (e, insistentemente, convém não obnubilar tratar-se de um período em que esta ainda não está fixada, ainda não se apresenta como hoje a conhecemos).

Condicionalismo agravado pelo uso de uma escrita que, imbuída de certas liberdades, evidencia foros de indefinição, de aleatório, se traduz em formas dissemelhantes (não raro insólitas) para o mesmo vocábulo:

1. junto ou separado:

78	Fizerão os nossos tantos actos de valor na entrada de Enzinasola , (...).

79	... com a sua gente para dali marchar à EnzinaSola . [...] ... lhe trouxeram os seus soldados dois espias um de Enzina Sola , (...).
125	... do Turco, que ainda que tem com ele tréguas, todavia parece o quer cometer e entrar naquele reino (...).
126	... ainda que com ele tem suspensão de armas por 26 anos, toda via está cada qual desconfiado, por estarem ambos com as armas nas mãos.
163	O exército sueco está descansando ao redor de Leipzig, que toda via está muito apertada.
329	Querendo entrar o Núncio de Sua Santidade em Munster, mandou avisar aos embaixadores para lhe mandarem fazer cortejo de suas carroças, e gentishomens , como é costume, e assim resolveu Monsieur de Avoax Plenipotenciário de França a mandar a sua com doze gentis homens em seus cavalos (...).

2. com **z** ou com **s**:

288	... aos quais fizerão retirar até às trincheiras, e matando muitos, fiserão mais a seis prisioneiros (...).
290	... que se quisessem aceitar o combate, que ele lhes meteria nas mãos o castelo do dito Monção: (...). E partindo-se deixou ao senhor Baltasar de emboscada com 150 cavalos, para dar nos inimigos quando o quizessem seguir (...).
316	O Príncipe de Condé na volta que fez de Borgonha deu à luz um excelentíssimo livro, que compôs em honra do Santíssimo Sacramento (...). E não há muito que o duque de Enguien seu filho deu à lus outro excelentíssimo da Eloquência; (...).
376	... que as coisas dos católicos irlandeses vão cada vez de bem (...).
387	...quando segunda ves o tornou a encontrar o sobredito soldado (...).

3. com ou sem **h** inicial:

135	... e foi ver sua sogra, e sua única filha, que avia deixado no berço. [...] Entraram os embaixadores, e depois de haverem saudado a el-rei, lhe pediram que (...).
136	... e que se el-rei Frederico se havia governado de outra maneira, se avia de atribuir à falta de seu secretário, e se não devia tirar daí a consequência.

169	... que uma hora antes de morrer avia enviado os mesmos mensageiros a el-rei com o mesmo vigor de espírito, com que o pudera aver feito em o ponto da sua mais inteira saúde. Sua afeição ao serviço, e pessoa del-rei, além do que se avia manifestado (...). Pendente todo o curso desta última enfermidade, como também avia feito em todas as precedentes (...).

Caso particular, este (do verbo haver sem o **h** inicial), de que resulta a coincidência, por demais óbvia, com outras formas verbais, e, daí decorrente, a possibilidade de com elas ser confundido (na situação em apreço com os verbos ouvir e agir) dando origem aos sempre perniciosos equívocos, aqui perspicuamente patentes:

Haver		Ouvir	
340	Ouve nesta cidade de Lérida uma grande traição por alguns catalães (...).	139	Por todo este reino não se ouve mais que tocar caixas para fazer levas de gente.
346	Em a cidade de Windsor ouve uma grande sedição entre os soldados do presídio (...).		***
348	... e ouve uma audiência particular de sua Santidade.		***
347	Espera-se todavia que entre estas duas coroas aja algum bom concerto.		***
376	... e assim sòmente querem que não aja mais que 2 que são Baptismo e Matrimónio: (...).		***

Confusões que não são, no entanto, as únicas (nem tampouco as mais graves); muitas outras podem ocorrer e não menos nefastas para o sentido do veiculado, como em:

114	Em resposta das quatro preposições sobreditas, fez el-rei outras quatro (...).
135	Suas preposições eram, que el-rei da Dinamarca quisesse fazer continuar o tratado começado (...).
136	... o que foi tido por um grande absurdo: e mostrando os Danos espantar-se destas proposições , o intérprete lhes disse que (...)

100	... correram todo aquele distrito, donde mataram dezoito cegadores, e feriram outros tantos;
103	Vieram 600 castelhanos a Vilar Formoso para impedir aos nossos o cegar o trigo: (...).
104	Escandalizado o comissário [...] da impiedade com que os castelhanos mataram os segadores de Campo Maior: vingou este agravo (...).
104	Querendo uns lavradores de Almeida ir segar os seus trigos à raia (...).
100	... correram todo aquele distrito, donde mataram dezoito cegadores , e feriram outros tantos;
103	Vieram 600 castelhanos a Vilar Formoso para impedir aos nossos o cegar o trigo: (...).
104	Escandalizado o comissário [...] da impiedade com que os castelhanos mataram os segadores de Campo Maior: vingou este agravo (...).
104	Querendo uns lavradores de Almeida ir segar os seus trigos à raia (...).

ou, a concluir, pletora de outras, que, conquanto destituídas de gravidade similar, nem por isso deixam de suscitar a dúvida e afectar a descodificação e compreensão da mensagem:

104	... e as chamas espantaram os cavalos do inimigo e o fizeram retirar apreçado e descomposto.
346	O qual sucesso fora ainda maior se os suecos não foram tão apressados , (...).

161	... foi resoluto pelo senhor de Ayquabonna [...] que o Marquez de Pianazza, se fosse pela parte de Verrue [...]. Acentado isto, as tropas chegaram a vistar o Castelo (...).
165	Assí que estando aparelhados para este fim, acentarão seu campo junto a Fráguas, não podendo ir mais avante (...).
380	... que é uma cidade magnífica, e por causa de seu sitio, e assento natural muito forte, e fermosa, e uma das maiores da Europa: (...).

333	... fez a retirada o Marquez de Aumont, com duzentos cavalos somente, (...).
337	... o Marques de Ruhac (tio do Conde dos Arcos portuguez), (...).

344	Depois de tomada a famosa fortaleza [...] e províncias inteiras pelas armas vitoriosas do Duque de Enguien, o dito Duque investiu a grande cidade Eleitoral de Maguncia, a qual vendo que não podia resistir às armas francesas se resolveu a levar as chaves ao victorioso , (...).

2. Morfo-sintáctica

2.1. Verbo

Prosseguindo, agora da perspectiva acima titulada, a presente análise, o que de imediato chama a atenção, neste âmbito, é a preocupação dos autores¹ dos textos com a criteriosa utilização do verbo: reconhecendo o lugar chave por este desempenhado como núcleo da oração (e da frase), é notório o seu desvelo em lhe conferirem essa posição charneira, usando-o copiosa mas proficientemente na mais vasta panóplia de situações, de modo a tirar pleno partido dos diferentes modos, tempos, conjugações, aspectos (perfectivo, imperfectivo, pontual (incoativo, inceptivo e cessativo) e durativo (iterativo e frequentativo)) e, inclusive, de cambiantes (do verbo de pendor superlativante ao encomiástico, passando pelo depreciativo).

Se, por motivos óbvios, pontifica o indicativo (modo que apresenta o enunciado como real), ainda que sem ser hegemónico, também o conjuntivo é amplamente usado - apesar de, nele, o enunciado ser apresentado como mera possibilidade, desejo, eventualidade ou dúvida, e apesar ainda das consequências que tal atitude de incerteza, que lhe é ingénita, pode produzir no espírito do leitor -, sempre que as circunstâncias o exigem ou quando o contexto prova ser o mais indicado. Como, aliás, aqui acontece, além de em numerosas outras situações ao longo dos textos, mesmo *a contrario sensu* da opinião que postula que, por o conjuntivo ter um tom abstracto e intelectual, é pouco estimado pela linguagem corrente, a qual prefere às incertezas e hipóteses deste as realidades presentes do indicativo.

93	... com as suas companhias numa emboscada para que assaltassem a cavalaria do inimigo, em caso que viesse por aquele sitio (...).

¹ Questão nada consensual, a dos nomes dos autores, como é consabido, e a que, por não ser do âmbito desta rubrica, fazemos apenas esta alusão.

128	... com o que se retirou a seu presídio, sem que os d'el-rei lho pudessem impedir.
129	... até que eles mostrem por obras a quem estão inclinados.
132	... à qual por duas vezes mandou avisar que se rendesse ; [...] enviando aos 23. um morador do lugar, que estava prisioneiro, a que se rendessem e não os obrigassem a tomar a praça por força (...).
136	... se fizesse rebaptizar, e fizesse profissão de sua religião; [...] que por este meio pudesse acrescentar tanto o seu estado (...).
140	... para que quando entrasse a cavalaria, não pudesse romper [...]; entendendo que achasse a cavalaria del-rei, porém chegou tarde.
322	... que assistisse aos Círculos, que é uma hora depois de jantar, em que lhe assistem os Príncipes de la sangre, mais seus validos (...).
354	... um buraco por onde sua Eminência e o sobredito mestre de cerimónias pudessem passar com a cruz (...).
361	... para que disses a D. Diogo Cavaleiro, que não esperasse o último extremo (...).
377	... com condição que lhes não entrassem em suas casas para roubar: e que se tornassem lá os havião de matar, ou enforcar; (...).

Maior *décalage* de uso é a verificada em relação aos tempos, que, é consabido, indicam o momento em que se situa o enunciado expresso pelo verbo. Com efeito, radicando a essência das gazetas no relato de factos ocorridos, é tão expectável que os tempos preferencialmente usados sejam os que remetem para o passado, precipuamente o pretérito perfeito simples (tempo da fugacidade por excelência),

70-71	Com a vitória que o exército dos católicos da Irlanda alcançou do conde de Lesle na província de Vltonia se assegurou aquela cristandade de maneira, que até de Londres se avisa, que não ficou vivo em Irlanda nenhum protestante.

333-334	Os franceses, que têm o campo à sua vista, aos oito deste mês rebateram a sua grande guarda de cavalaria, com tanta confusão que chegaram até seus quartéis, onde o alarma foi tal, que todo seu exército se pôs em batalha detrás das trincheiras, fez a retirada o Marquez de Aumont, com duzentos cavalos somente, os quais fizeram testa a toda a cavalaria dos cercadores. Perderam ali os franceses um capitão [...] mas a perda dos Bravareses foi muito maior ainda que o general Meruy escreveu uma carta, que os franceses alcançaram , a qual os espantou muito: porque nela fazia uma grande relação de uma batalha, em que dizia desbaratara quatro regimentos franceses, e lhes ganhara duzentos cavalos; querendo por esta fingida vitória, <u>escurecer a memória</u> da grande revolta, que há pouco lhe deu o marechal de Turena.

quanto ser residual o emprego do futuro, que, por razões demasiado evidentes, só em circunstâncias muito peculiares (como as aqui enunciadas) terá cabimento:

124	... e cada qual com grande vigilância à mira para ver quem se descuida, que se arrisará a uma desgraça.
331	... está já Embaixador Turco, que partirá para esta Corte, tanto que o nosso se puser a caminho.
337	Está nomeado por Embaixador ordinário de Portugal o Marquês de Ruhac [...] o qual partirá brevemente.
347	Fugiu de Madrid com sua mulher D. João de Menezes, e está já no reino de França, donde passará a Portugal mui brevemente. Para Catalunha [...] Monsieur de Ancurt, Príncipe da casa Lorena, que partirá por todo mês de Janeiro, e são já partidos todos os demais (...).
385	... espera-se aviso mais certo, e se dirá na Gazeta futura.

Idêntica dicotomia se verifica, e com não menor prodigalidade, no que à preferência de uso entre o tempo simples e o composto concerne, mormente quando o primeiro se revela insuficiente para explanar com total pregnância a ideia pretendida. Caso em que os autores não hesitam em recorrer ao tempo composto, opção na qual, ao contrário dos nossos dias - em que as formas que usam o verbo haver são consideradas artificiais - , é iniludível o equilíbrio de utilização entre os auxiliares ter e haver:

64	... depois de ter caçado aos religiosos que lhe assistiam, e a muitas outras pessoas.

111	... que os Suecos tinham cercado a Brim na Morávia (...).
119	... aonde havia levantado um trono sobre quatro degraus (...).
121	O Duque da Baviera tem mandado grande socorro de dinheiro, (...).
124	Tinham os castelhanos tomado três fortalezas aos franceses (...).
136	... igual honra à que havia recebido do conde de Woldemar, que el-rei da Dinamarca lhe havia mandado com a embaixada do Inverno passado. Os moscovitas depois de haverem dado seus presentes a el-rei (...).
137	E depois que o mesmo coronel saiu a campanha, tem ganhado aos mesmos (...).
143	E porque a maior parte dos soldados do exército imperial, principalmente das novas levas, se tem acolhido a grandes tropas, se tem ordenado por todo este país, que os vão logo prender (...).
144	Tem-se má satisfação em Viena do general Piccolomini, por haver levantado o cerco da cidade de Groslogaw [...]; que não havia recebido o socorro, e as munições, que lhe eram prometidas: que os suecos havendo passado a ribeira do Oder, se havam alojado entre seu [...], e enfim, que os suecos havendo lançado 2 homens (...).
278	Alguns são acusados de haverem chamado o inimigo; outros de o haverem avisado , (...).
119	A catorze de Agosto havendo sido eleita para estas cerimónias (...).
136	... e havia sido derribado desde seus alicerces no tempo das guerras passadas.

Sendo, ainda (na situação em que a preferência vai para o auxiliar haver), inequívoca outra particularidade (quase propensão): a de, além deste e do participípio, se utilizar mais um verbo, regra geral no infinitivo:

157	Os moradores, que havam ido apresentar-se a sua Eminência, (...).
145	... havendo feito fazer detrás da brecha um fosso coberto de paliçada e abrolhos.
146	... e disseram mandasse logo tirar dali o potro, que havia mandado vir para seu castigo (...).
156	... e havendo feito prender os autores, o duque de Bovillon, que era um deles (...).
301	... havendo feito esconder ante manhã 50 soldados seus em um fosso próximo às muralhas da cidade;
303	... o cavaleiro Waller, havendo feito atirar dez ou doze balas de artilharia contra o castelo (...).

304	... e havendo-lhe ela feito saber que ainda não estava reduzida a aceitar estes testemunhos (...).

o que nos remete para o âmbito da conjugação perifrástica, no caso de o conceito a veicular o aconselhar, razão por que é tão profusamente empregada (amiúde na mesma página), e com diferentes cambiantes, que tanto podem passar pela combinatória do auxiliar (no tempo que se quer conjugar) com o verbo principal

1. no infinitivo:

68	... lhes daria bom quartel se quisessem estar por el-rei Dom João de Portugal.
70	... e numa praça pública o mandaram enforçar por conduzir um exército sem ordem do seu rei.
80	... e o capitão mor Manuel de Mello mandou formar outro da sua gente. ... e vendo que ao terço do mestre de campo lhe tocava, procurou ocupar aquele posto com a sua companhia e o conseguiu (...)
99	... e que os nossos os fizeram retirar com morte de muita gente. ... mas o monteiro-mor mandou pegar fogo a todas as casas, e a maior parte delas se abrasou.
102	Mandou tocar a recolher, formou o esquadrão e retirou-se (...).
103	... vieram-se-lhe meter nas mãos os inimigos com a presa.
135	... que el-rei da Dinamarca quisesse fazer continuar o tratado começado (...).
156	... ficando sujeitos à vontade de sua Eminência de os querer tornar mandar pelo mesmo caminho a Milão.
393	Porém os ministros de Castela começam a recear que tomem (...)

2. no gerúndio:

67	... e levaram umas poucas ovelhas que andavam pascendo nos montes. ... por melhor dissimular o seu intento, foi marchando para a vila de Alf
80	... alguma gente foi ordenando os homens que levava. [...] Foi-se chegando ao lugar, o qual esperou aquela primeira fúria (...).
87	... donde fizeram presa no gado que andava pastando mui longe dos muros. Chegou ao posto, de onde se viu a cavalaria do inimigo, que andava escaramuçando junto às suas trincheiras (...).

89	... e os foram seguindo até Vilar de Servo, que está meia légua daquela vila (...).
93	... querendo saber o seu desenho (...). ... andava correndo a raia (...).
99	... já vinha acudindo socorro da vila (...).
101	... se recolheram levando o mesmo santo com grande festa (...).
102	... vinha acudindo socorro de várias partes.
107	O Mariscal de la Mothe vai entrando pelo Reyno (...).

3. ou pela utilização simultânea de ambos na mesma frase, como aqui:

69	... que a foi esperar ao canal para a vir acompanhando (...).
75	... e depois de fazerem recolher o inimigo com grandíssimo dano foram saqueando o lugar, e se pôs fogo à maior parte dele. Estão declarados os capitães da armada real, que se vai aprestando para sair este verão (...). Vão-se alistando os nobres, e os privilegiados nos quatro terços (...)
80	... procurou ocupar aquele posto com a sua companhia e o conseguiu com beneplácito do mestre de campo. Foi-se chegando ao lugar, o qual esperou aquela primeira fúria tão bem fortificado (...).
97	... querendo sagrar uma igreja mandou desenterrar os ossos de uns bispos protestantes (...).

E, a concluir este parâmetro, uma breve referência ao aspecto, que, servindo para exprimir o desenrolar da acção designada pelo verbo, está intimamente relacionado com a noção de tempo: criteriosamente explorado (como, por norma, acontece), tanto pode assumir (e conferir) um pendor incoativo (a indiciar o progressivo desenrolar da acção):

129	Mas como agora vai entrando o Inverno , e também as guerras de Inglaterra se vão picando cada ves mais (...).

quanto durativo (prolongamento da acção pelo tempo):

68	El-rei Cristianíssimo tem junto infinita gente de guerra em Narbona: e em troços a vai já comboiando toda para Barcelona.

quanto, ainda, iterativo (a repetição frequente da acção):

338	... até cujas portas vieram alguns do regimento de Gassion a escaramuçar com os inimigos;

Aliás, só esta proficiente utilização das categorias (modos, tempos, formas nominais e adverbiais, vozes e aspectos) e das conjugações verbais, em permanente alternância e meticolosamente concatenadas, consegue imbuir o texto da ductilidade capaz de debelar o tom pesado adveniente do reiterado emprego do gerúndio (que, é consabido, ao apresentar a acção ou o estado no seu desenrolar ou na sua durabilidade propende para o arrastamento).

2.1.1. Gerúndio

Vício de construção (quase) omnipresente na escrita hodierna, a propensão para o uso abusivo do gerúndio, a raia a endorréia, em cujo limiar fica - mesmo em contextos em que outras construções (designadamente a oração relativa ou a infinitiva) o substituiriam com inquestionável vantagem para a inteligibilidade da frase - é um facto irrefutável de que, afinal, as próprias gazetas já enfermavam, mas cujas origens se desconhecem. Tal como se ignoram as determinantes que subjazem a semelhante pandemia, consubstanciada num emprego pouco vernáculo, contrário aos usos da linguagem clássica e popular (porque infeliz transposição da construção francesa) e, ademais, destituído de suporte legitimador.

Uso que, *malgré tout*, persiste, apesar do rigor das normativas gramaticais na regulamentação da sua utilização, quer do simples quer do composto, bem como do seu posicionamento na oração (se anteposto, se posposto à oração principal, situação em que indica uma acção e, em geral, equivale a uma oração coordenada introduzida pela conjunção e).

O que não pode deixar de ser causa de perplexidade, visto também não subsistirem dúvidas de que, em casos pontuais, o seu emprego traz vantagens estilísticas - em particular quando o conteúdo a veicular justifica plenamente o tom arrastado que o gerúndio imprime à frase -, ainda que tal não legitime o seu uso obsessivo, que é o coevo tal como já o era nas gazetas, e de que os próximos quadros (em que ora surge isolado, ora

em versão dupla e tripla) são pálida demonstração:

93	... foi visto de Valadares marchando com muita gente de guerra: (...). ... deixando os capitães [...] com as suas companhias numa emboscada (...)
94	... vieram ao seu serviço trazendo também em sua companhia (...)
95	... se haviam retirado de Flandres deixando os seus postos (...).
100	... dois homens falsificando o cunho da moeda (...).
102	... e pondo as pernas ao cavalo rompeu um troço do inimigo de 400 homens (...)
106	... andam com 33 velas do estado de Olanda cruzando o canal (...).
290	E partindo-se deixou ao senhor Baltazar de emboscada (...).
303	... e passando ali a ribeira, se avançou um pouco ao lado (...).
347	... a foram esperar, e descobrimo todas suas velas, deixaram passar (...)
348	... queimar [...] a almofada da cama, deixando tal fedor que (...).
93	Porém os da emboscada ouvindo disparar dois mosquetes, saíram ao campo cortando o caminho (...).
95	... entram pelas fronteiras de Castela, fazendo presas de grande estimação, e fortificando-se cada vez mais.
111	... sabendo o grande aperto em que a cidade estava, e considerando de quanta importância era, se resolveu a socorrê-la, e ajuntando para isto quantas forças pôde (...). ... entendendo que o arquiduque Leopoldo vinha marchando para o buscar (...).
126	... que agora vai ordenando e tratando uma assembleia (...).
298	Mylord Hopton indo marchando para a província de Kent, tomou a cidade (...).
323	Como algumas tropas de infantaria, e cavalaria do Duque de Orleães iam entrando por Flandres, e faziam grande destruição abrasando e assolando quanto podiam; chegaram às portas de (...).
375	Sua Majestade britânica se vai reparando e ajuntando gente, (...).
385	... que por Escócia andão campeando e fazendo notáveis perdas e danos (...)

Inferência imediata do conjunto de exemplos antes aduzidos - ínfima parte (mesmo se acrescida dos coligidos na rubrica precedente) dos usados ao longo dos textos das gazetas -, é ser recorrente a utilização desta

forma adverbial do verbo. Constatação que (hipótese não despidianda, antes plausível), terá levado os autores dos textos, a fim de evitarem incorrer no risco de lhes conferir um tom de arrastamento – não obstante, na maior parte dos casos ser criteriosamente usada quer para traduzir a ideia de continuidade, de perduração da acção (de que certas páginas constituem casos paradigmáticos) quer para realçar os perniciosos efeitos desta – a recorrerem a combinações que, ao mesmo tempo que lhes permitiam ultrapassar esse *handicap*, viabilizavam a agilização do relato dotando-o de uma vivacidade susceptível de traduzir com rigor a consentaneidade acção/retrato. Socorrendo-se, para tal, do emprego do pretérito perfeito, que, magistralmente combinado com o gerúndio, quebra o impacto dolente deste, dando origem a uma exemplar alternância rítmica (ora lenta, ora rápida), sem hegemonia de qualquer deles, de que resulta ganhar a frase em expressividade e eufonia. Como os próximos quadros demonstram sobejamente:

90	... ganharam , e saquearam o lugar, e pegaram fogo à maior parte dele. Logo foi o tenente general daí a meia légua a um lugar, que chamam Castelejo com uma companhia de cavalos, e outra de mosqueteiros, e lhe pôs também o fogo: com o que se retiraram os nossos vitoriosos, deixando mortos gran número de Castelhanos, e trazendo 90 prisioneiros.
336	... o qual havendo tão pouco tempo, ou dias, que alcançara uma tão grande vitória, dos Parlamentários, vencendo , e desbaratando em batalha campal [...] se mudou contra ele a fortuna (digamos assim) de maneira, que encontrando-se outra vez com os do mesmo partido, junto à cidade de York, que cercado tinham, alcançaram dele os Parlamentários uma vitória tal, que se diz , fugiu Sua Majestade vencido para Irlanda; ainda que outros afirmam que não se sabe dele;
337-338	O qual partiu de Perona aos vinte e dois de Maio, e levou seu campo junto a Baupame, [...] onde soube que o marechal de la Milharé havia por ali passado o Sábado precedente; aos 25, foi de São Pol a Fruges; aos 26 a Niella, e passou no mesmo dia depois do jantar à vista de Santo Omer, até cujas portas vieram alguns do regimento de Gassion a escaramuçar com os inimigos; e tomando este exército a derrota de Polincoua, se foi a Zouaf, donde enviou ao marechal de la Milharé 500. homens que lhe pediu a cargo do marechal de Gassion, e se foi a Ardres, onde tomou algumas peças de artilharia, e deu as ordens necessárias, para tomarem o forte de Bajetta. Aos 28, deixando o resto do seu exército em seu campo junto a Marc, uma légua de Calés, se foi a Calés, onde pelas oito da tarde recebeu uma carta do marechal de Gassion, em que lhe dava aviso de como o marechal de la Milharé havia tomado o dito forte de Bajetta (...).

341	... quando chegou do castelo o governador Francês, e matando aos catalães traidores, rebateu aos castelhanos, obrigando-os a se recolher a suas trincheiras.
346	O general maior Carlos Gustavo sueco desbaratou uma armada de el-rei da Dinamarca, que constava de 17 navios: dos quais tomou 10, queimou 2 e meteu os demais no fundo, fazendo prisioneiros (...). [...] El-rei da Dinamarca mandou contra ele 1500 cavalos escolhidos, com IU. dragões para lhe dar na retaguarda, mas os suecos que estavam de emboscada, se deram tão boa manha, que dando sobre eles com facilidade os desbarataram de todo matando 1500 e ferindo e cativando os demais. O qual sucesso fora ainda maior se os suecos não foram tão apressados, por quanto todo exército Dano ia já pela outra parte.
354	... mestres de cerimónias, tomaram a cruz, cantando entretanto os músicos da capela. E indo sua Eminência diante, foram à loja da bênção, fazendo derribar o muro das janelas da dita loja, e fazendo apenas um buraco por onde sua Eminência e o sobredito mestre de cerimónias pudessem passar com a cruz, mostraram ao povo, que estava esperando com grande desejo na praça (...).

2.1.2. Participípio passado

Abundantemente usado ao longo dos textos em apreço, que dele retiram inegável proficuidade, o participípio passado merece-nos, ainda assim, um breve comentário (feito, como é evidente, à luz das normativas vigentes).

Apesar de consabida a sua importância - no dizer de Celso Cunha e Lindley Cintra (1986: 491) o participípio desempenha “importantíssimo papel no sistema do verbo com permitir a formação dos tempos compostos que exprimem o aspecto conclusivo do processo verbal” -, nem isso obsta a que seja tão maltratado quanto o é na sua utilização diária. Sendo nos casos em que o verbo tem dois participípios (um regular e outro irregular, este derivado do latim por via erudita) - situação em que, ensina a norma, a forma irregular se emprega nos tempos compostos com os auxiliares ser e estar, e a forma regular é utilizada para a formação dos tempos compostos com os auxiliares ter e haver - que são perpetrados os maiores atropelos.

Mas será assim tão determinante a diferença? A resposta só pode ser peremptoriamente afirmativa. E porquê?, perguntar-se-á. Deixemos à proficiência de Rodrigues Lapa (1979: 214) a explicação:

Livros LabCom

Nos chamados participípios irregulares (morto, aceso, ganho, gasto, salvo, etc.), a forma verbal cristalizou, por assim dizer, num adjectivo. Uma vez concluída a acção, surgiu um estado que necessita de ser definido por meio de um adjectivo verbal. Por isso se diz: “O homem está morto”. [...] são verdadeiros adjectivos que caracterizam o sujeito. Já se dissermos: “Têm matado todas as perdizes” – o participípio regular dá-nos uma noção verbal, activa, do fenómeno realizado.

Observações cuja pertinência e justeza é fácil confirmar. Basta, para tal, recorrer aos exemplos aduzidos, em que o primeiro quadro, ao materializar um conjunto de construções correctas,

137	E depois que o mesmo coronel saiu a campanha, tem ganhado aos mesmos 6 castelos (...).
287	E assim chegou uma hora ante manhã às portas do dito Castelo, e havendo ganhado a primeira, atacou um petardo à segunda (...).
302	... as escadas foram plantadas, 24 passos de cortina ganhados em um quarto de hora (...)
306	O que conhecendo o presídio, que já havia ganhado a meia lua, os acompanhou (...).
402	... se soube como Orbitello se tinha também entregado aos franceses.

torna ainda mais notória, à luz desta teoria, a inadequada utilização do participípio ‘morto’ no segundo. No entanto, o Mestre vai ainda mais longe na explanação do seu pensamento, acrescentando: “Em resumo: com os participípios irregulares exprimimos sobretudo o estado; com os regulares traduzimos a acção. Os primeiros têm um carácter parado, estático; os segundos são vivos e dinâmicos.”

E se nos detivermos sobre o próximo conjunto, irrefutável se torna que nos exemplos com o participípio ‘morto’ se perde o impacto da acção, a representação do acto execrável que o assassinio materializa, e concomitantemente, se esbate a vertente hedionda que o acto em si consubstancia e o participípio matado traduziria em toda a sua crueza:

97	... e que sendo presas pelo delicto confessaram que elas o haviam morto; (...).
286	... e depois de haverem morto duzentos Turcos que se quiseram opor contra eles (...).

292	... onde os atacou com tanto vigor que depois de haver morto alguns, os outros se renderam.

2.2. Adjectivo

Não menos impactante do que a pluralidade de utilizações do verbo é a onnipresença do adjectivo, que, não obstante ser o elemento fundamental da caracterização deve, num discurso com as especificidades e o cariz deste (informativo), ser de uso parcimonioso, até porque, como Vicente Huidobro assevera, “o adjectivo quando não dá vida, mata”. Ora, o que pelo contrário aqui acontece é ser o adjectivo profusamente usado, constituindo mesmo uma das marcas peculiares dos textos destas gazetas. O que colide com as normativas vigentes. Se, por um lado, isto pode não constituir surpresa, dado o tom que impregna certas afirmações ser assumidamente valorativo, a verdade, contudo, é que o recurso sistemático à adjectivação (amiúde dupla e, pontualmente, tripla) aliado à não menos reiterada utilização dos superlativos (relativos e absolutos, sintético e analítico) acaba, por outro lado, por conferir ao global do texto um pendor marcadamente laudatório, quase o transformando num discurso panegírico (em cujo limiar fica), dificilmente compaginável com a neutralidade reclamada pelo estilo informativo.

Afirmação que os próximos quadros demonstram cabalmente, a começar pela dupla e tripla (e quádrupla) adjectivação:

70	... afirmam pessoas graves e dignas de todo o crédito (...)
106	... donde por ser terra fragosa , e inexpugnável pelo sítio, (...).
124	... a pessoa que estiver aclamada e levantada do povo por rei (...).
128	... 300 ou 400 moços levantados e armados (...).
283	... muito bem recebidos e tratados (...).
289	... um país tão estéril e tão arruinado (...).
314	... que em sua larga e perigosa navegação teve (...).
316	... que reprovava a devação de tão nobre e tão augusto mistério.
364	... que o dito governador é muito digno e merecedor de todas as honras (...).
374	... e outros fidalgos alentados e briosos , aconselharam a el-rei que (...). ... que a dos Parlamentares pela maior parte era canalha popular e visonha .

376	... acrescentam algumas palavras ridículas e supersticiosas : (...).
379	... nomeou por seu general, depois de ficar ferido e vencido Dom André (...).
380	... visto haverem sido vencidos e desbaratados , os que quiseram e não puderam socorrê-la.
381	Tem um grande e forte castelo que edificou o Imperador Carlos V (...)
124	... será recebida e admitida e confirmada por rei (...).
376	Saiu agora no reino de Inglaterra um livro impresso muito perverso e pernicioso ; (...).
381	Esta é uma praça marítima situada entre [...]. Antiga , e noutro tempo famosa e magnífica : mas é nos tempos presentes (...).

passando depois pelos diferentes graus, em que o comparativo (aqui de superioridade) é esporádico,

366	... revestidos de uma pedra mais dura que o mármore: (...).

o superlativo, na variante relativo de superioridade, igualmente parcimonioso,

344	... e outras muitas pessoas das mais notáveis desta corte (...).
346	... e prenderam agora ao general maior Browne, um dos mais afeiçoados que a parte do Parlamentários de Londres tem.
366	... começando assi a tomar posse de uma praça das mais consideráveis de Espanha: (...)
380	... e uma das maiores da Europa: com grandíssimos arrabaldes (...).
397	... e por sua fortaleza a mais segura chave deste reino (...).

por contraste com o absoluto, que tem lugar destacado, seja como composto²,

91	... mui barato [...]... muito ricos
92	... mui aparentado
112	... muito arriscado ... muito mal ferido

² Ambos na mesma linha: “val tudo mui barato, e alguns soldados estão muito ricos.”

127	... mui apertada ... mui severo ... mui seguro
128	... mui seguros
129	... estão mui arriscadas
283	... mil Irlandeses muito bem armados (...).
322	... presentes muy gaandicosos, e muy de gosto, de que a Rainha se dá por muy obrigada, fazendo muy notáveis mercês (...).
347	O preço desta acção é muito considerável: (...).
356	... muito bem fortificada (...). ... que está muito acabada (...).
377	... praças muito fortes (...).
378	... todos muito enfadados (...).

seja como simples (com a terminação ‘íssimo’)

111	... um poderosíssimo exército
315	... se tem por aqui por certíssimo
316	... um excelentíssimo livro
320	... o aplauso e concurso foi grandíssimo (...).
323	... que são religiosas do instituto apertadíssimo ;
358	... dos moradores da praça, que [...] se fizeram digníssimos de um grande castigo (...).
380	O exército sueco tem já tomado a fortíssima praça de Brim (...).
383	... movido em parte dos maus termos dos castelhanos, em os dois atrocíssimos casos (...).
388	... para entrar em Sião onde tem uma riquíssima feitoria: (...).
390	... com segurança tal que não podem deixar de ter felicíssimo fim.

o qual recorre, inclusive, a um “subterfúgio” de uso que, pela sua recorrência, raia o cliché:

67	... grandíssimo número de gado
75	... grandíssimo dano
83	... grandíssima importância.

84	... grandíssimos poderes
105	... grandíssimo valor
109	... grandíssimo poder
112	... grandíssimo poder
113	... grandíssimo disparate
120	... grandíssimo preço
124	... grandíssimo poder
126	... grandíssimo número de gente
127	... grandíssimos exércitos;
158	... grandíssimo furacão
165	... grandíssimas incomodidades
357	... grandíssimas diligências
379	... posto em grandíssimo aperto.

Propensão adjectivante que chega a levar à junção de dois graus diferentes no mesmo grupo frásico. Mas não só. A consecução do pretendido tom valorativo é também alcançada graças à inclusão de número não despreciando de adjectivos a que o sufixo ‘-oso’ confere o mesmo carácter superlativante, como nestes exemplos:

68	... e ser a subida difícultosa .
127	... mui lastimosa ... mui animoso
129	... tão lastimosa tragédia
139	... uma lastimosa tragédia.
313	... dos gloriosos progressos
315	... um poderoso socorro ... uma poderosa armada
325	... poriam condições mais proveitosas à Igreja;
362	... voluntários desejosos todos de participar
374	... o inimigo tinha mais gente [...] além de andar victorioso (...).
380	... tudo ficou em poder do valeroso e bem afortunado general (...)
381	... e semelhante à populosa cidade de Milão.

Tendência outrossim plasmada no uso de uma adjectivação inusitada, não raro a raiar o insólito - dada a inconciliabilidade adjectivo/substantivo - como aqui:

70	... houve na batalha grandes actos de valor de parte a parte, e o estrago foi tão estupendo que afirmam (...).
103	... chegou à vista dos muros e os nossos disseram estupendas injúrias aos Castelhanos (...)

por vezes com inaudito pendor redundante, como nestes exemplos,

298	... que as duas câmaras nenhuma coisa tanto desejam, como uma boa paz , a qual seja permanente (...).
301	 e desejo de procurar uma boa paz a seus estados, que todos os assistentes ficaram muito satisfeitos.
123	As coisas deste reino cada vez estão de pior condição, sem nenhuma aparência mais, que uma sangrenta guerra ;
126	... para ver se por aquela via pode pacificar as sangrentas guerras do Império (...).
127	... que não há alguma aparência de melhoria, senão de uma sangrenta guerra de fogo, e sangue (...).
127	... e perdição de uma, e de outra parte de maneira que se vão picando guerras sangrentas .
129	... por escusar-se entretanto, até ver em que pára esta sangrenta guerra , e então ver aonde se há-de inclinar (...).

e/ou propiciadora da emergência dos sempre disfóricos (e facilmente prescindíveis) clichés (aliás, já contemplados nos últimos cinco dos exemplos precedentes):

121	... estão com as mãos nas armas, e com notável desconfiança uns dos outros.
124	... meteu mais forças de gente de guerra no condado de Rossilhon, que causou notável cuidado ao castelhano, (...). ... todos os Cardeais lhe deram os parabéns, com notáveis louvores , e maiores contentamentos.
140	... para que quando entrasse a cavalaria, não pudesse romper, a qual entrou com notável fúria ;

159	É coisa notável , e muito para considerar, que depois do encontro que os embaixadores (...).
321	... durou a entrada perto de 2 horas, com notável aplauso dos Reis, (...).
359	... pelo muito que os cercados, pelejando com notável ânimo , e valor (...).
363	... em que todos se ouverão com notável valor .
376	... necessários para a salvação das almas; [...] Notável cegueira!
385	... fazendo notáveis perdas e danos, como temos dito.

Cliché que, dada a sua reiterada utilização, passe a redundância, nos remete para outra estuante questão - a da colocação do adjectivo, anteposto ou posposto ao substantivo - que pode e deve ser equacionada de outra perspectiva que não só a do estilo: a da objectividade/subjectividade, vertente prioritária do discurso a cuja disquisição procedemos.

É consabida a importância do papel desempenhado pelo adjectivo que, enquanto elemento fundamental da caracterização é essencialmente um modificador do nome e serve, ao juntar-lhe as características que o delimitam, para lhe precisar o significado. Por isso, a pretendida precisão e expressividade do enunciado fazem do adjectivo um elemento imprescindível, o que não dispensa cuidados especiais de utilização, ditados, no essencial, pelo bom-senso do utente.

Se a função de atributo é aquela em que é mais frequentemente usado, e em cujo cumprimento dispõe de uma certa mobilidade – por tanto poder figurar no grupo do sintagma nominal como no do verbal, em anteposição ou posposição relativamente ao substantivo que qualifica - a verdade é que esta liberdade de colocação não é total: há normas específicas que a regulamentam, destarte impedindo o estocástico.

Antes de mais por, na oração declarativa, o normal ser a ordem directa, visto ser esta a que corresponde à sequência progressiva do enunciado lógico, razão pela qual o adjectivo, quando em função de adjunto adnominal vem, regra geral, posposto ao substantivo que qualifica. Mas se esta é a norma, a verdade, contudo, é que o nosso idioma também não rejeita a ordem inversa, em particular nas formas afectivas de linguagem, contextos em que a melhor maneira de dar ao adjectivo a devida ênfase é antepô-lo ao substantivo. E isto porque, quando anteposto, o adjectivo, ao enfatizar o qualificativo, tende a embrandecer-se, a adquirir um matiz afectivo e a imbuir-se de um valor subjectivo, justamente o contrário do

que acontece na posposição - que, insistimos, é a norma no enunciado lógico - em que tende a conservar o valor próprio, objectivo.

E é justamente esta vertente - a de potenciadora de subjectividade - que torna a anteposição desaconselhável num discurso deste cariz, o qual deve primar pela objectividade.

Mas se esta faceta constitui já *de per si* um obstáculo intransponível, Rodrigues Lapa (1979: 142) alerta ainda para um outro inconveniente daí emanante, consubstanciado na tendência do adjetivo anteposto para formar com o substantivo uma espécie de grupo fraseológico, em que ambos os elementos acabam por perder um pouco do seu valor individual em proveito do conjunto, o que, segundo ele, retira precisão ao enunciado.

Se a isto se acrescentar o facto de as posições sentimentais assim materializadas nem sempre serem favoráveis à nitidez das ideias, daí resultando a propensão para o grupo adjetivo/substantivo vir a constituir clichés, fácil se torna inferir quão nefasta pode ser a sua utilização no texto jornalístico. Ora, visto ser a objectividade característica primordial deste discurso, cremos demasiado óbvio o imperativo de, dada a carga afectiva/subjectiva que transmite à frase, evitar a todo o transe a anteposição, a qual, como os exemplos a seguir aduzidos demonstram, constitui um factor perturbador da objectividade de enunciado.

331	... depende totalmente desta embaixada e dos ricos presentes que o Embaixador lhe manda.
334	... querendo por esta fingida vitória , escurecer a memória da grande revolta (...). [...] Aos dois deste mês fez sua Alteza edificar um poderoso reduto junto à ponte, que está sobre a velha ribeira de Ley (...).

Razão por que, em nossa opinião, a opção pela anteposição, nos exemplos atrás, não só carece de legitimidade como não se justifica: além de não aumentar a expressividade da frase - se o que se pretendia era impregnar o qualificativo de uma aura de afectividade, a pretensão saiu gorada, perdendo-se, concomitantemente, a objectividade - antes contribuiu para a sua falta de rigor.

2.3. Advérbio

Se, *lato sensu* considerado, o advérbio é, fundamentalmente, um modificador do verbo, cujo sentido determina ou intensifica (função básica que pode também desempenhar junto do adjectivo ou de outro advérbio), é na subclasse dos advérbios de modo terminados em *-mente* que as suas potencialidades emergem em toda a plenitude, que mais evidente se torna a polivalência do seu uso.

De facto, são em número assinalável os casos em que esta subclasse do advérbio se apresenta como o modo de dizer mais expressivo - pregnância que lhe advém não só da circunstância de traduzir na perfeição quer a natureza do acto, quer o modo como este decorre ou é praticado, quer ainda por introduzir outras cambiantes, designadamente de continuidade, intensidade, etc. -, o que permite assegurar ser, se utilizado com parcimónia, inquestionável o seu interesse. Ou seja: mesmo abstraídos certos usos, designados de elevação - e que, dado o seu recorte literário, seria impensável exigir de um texto com veleidades de jornalístico, por natureza essencialmente informativo - são, ainda assim, em quantidade não negligenciável as situações em que os fins visados justificam plenamente o emprego do advérbio. Em particular, o anelo de intensificação a que aludimos no item precedente, o qual é aqui conseguido pelo recurso (mais moderado) ao advérbio de modo com função outrossim superlativante:

276	... e entre eles ao filho do Marquês de Vievilla, pelejando valerosissimamente .
289	... estavam mais ocupados em sua circulação, que em o atacar poderosamente (...).
292	... havendo sempre até à sua morte trabalhado vigorosamente (...).
293	... levou cinco mil homens ao defunto duque de Weimar, tão aventurosamente , (...).
304	O que foi animosamente executado pelos senhores Peake e Johnson (...).
305	(...) que sobre eles fez com 30 mosqueteiros escolhidos, que animosamente deram sua carga e depois se retiraram.
324	(...) aos quais todos depois da visita banqueteceu magnificamente .
160	... de sorte que a cidade, que ele quer tomar somente por fome, dificultosamente lhe escapará das mãos, porque tem já muita falta de água, de pão, e de pastos (...).

282	... o qual por este meio se achará verisimelmente em estado de laçar o dos inimigos (...).
284	... e mui magnificamente lhes deu as boas vindas.
292	... o qual golpe ele recebeu tão generosamente (...)
296	O senhor de Saulcey, que generosamente defendeu este castelo (...).
300	... mostram grande contentamento por haverem tão generosamente conseguido sua liberdade.
307	(...) partirá brevemente para Aragão, onde deixou o marquês de Monterey. Que o Cardeal Trivulcio [...] devia brevemente partir para Roma.
311	...depois de haver fiel e generosamente servido a Sua Santidade (...).
313	Aqui nos havemos estranhamente alegrado com as novas que de presente recebemos (...).
314	... foi tudo por providencia divina [...] que não cessa de velar paternalmente sobre os negócios de Portugal;
346	O que tem notavelmente animado os catalães, mais que nunca resolutos a defender a sua liberdade à custa de suas vidas.
348	... por ter desobedecido e feito direitamente em muitas coisas contra as ordens de sua Majestade Cristianíssima no conclave.
362	... que a fez maravilhosamente bem.
363	... se pelejou de parte a parte mui generosamente : (...). ... que o ajudou valerosamente : (...).
374	... faltaraõ a el-rei os mais de sua cavalleria, fugindo infamemente (...). ... se abraçou com ele tesamente (...).
375	... pelejaraõ desesperadamente até morrerem todos.
384	... e se ateou tão fortemente , que cada dia morrem muitos (...).

2.4. Construção frásica

No que respeita à construção frásica, considerada na globalidade, conquanto pontifique o que sem hesitar se pode designar por prosa escoreita - com todos os constituintes correctamente colocados e as concordâncias (sujeito, predicado e complementos) rigorosamente observadas, o que se traduz numa escrita fluente, precisa, tersa (e aprazível) - tal não obsta a que, pontualmente, surjam situações passíveis de reparo, que, podendo sê-lo mais pela disforia que causam

do que pelas repercussões que têm no fluir do texto, nem por isso são de somenos, não devendo, *ipso facto*, ser elididas.

Indeleavelmente afectada por problemas do cariz dos já ventilados no início da presente reflexão - aquando da alusão à grafia (anómala, para os padrões hodiernos) de certos vocábulos, à qual, dadas as disparidades então identificadas, não podia ficar imune - a construção frásica enferma ainda de outros males, que, para não sermos exaustivos, cingiremos à utilização de uma adjectivação por demais insólita, de difícil compreensão e justificação (como poderá uma injúria ser admirável, extraordinária?), aliada à de verbos em contextos em que nada o justifica e com os quais a sua idiossincrasia não se compadece, porque incompatíveis com o seu ADN (como se pode “rogar” (pedir por favor, suplicar) ao inimigo para vir combater?), aqui exemplificadas,

103	(...) depois disto foi até Badajoz: chegou à vista dos muros; & os nossos dixeram estupendas injurias aos Castelhanos rogando-lhes que viessem a escaramuçar; & vendo que ninguém lhes sahia se recolheram, tomando o gado todo, que acharam pellos caminhos.

acrescida de outros deslizes, o mais frequente dos quais são as insistentes repetições de extractos (mais ou menos extensos), como estes,

127	... cidade na Morávia, que está muy apertada, e com pouca aparência de socorro.
128	... de maneira que a praça está muy apertada, e com pouca aparência de socorro.

ou de meras gralhas,

81	... que excedendo o bom uso militar entrou todo o esquadrão sem ficar da parte de fora quem resistisse ao socorro ao socorro , que aos inimigos podia vir.

e, por fim, a impensável utilização da passiva, cujo (desastroso) resultado estes exemplos plasmam à saciedade:

71	Colibre foi entrada pelo exército d’el-rei de França.
77	Foi entrado o lugar, e somente acharam um homem (que por velho não pode seguir os mais) (...).

361	... uma ou duas de suas plataformas abertas e brechas suficientes para ser entrados .

Outrossim disfórico - além dos bordões “notável” e “grandíssimo”, já referidos na rubrica “Adjectivo” - é o uso recorrente, seja de palavras cognatas seja de diferentes formas dos mesmos verbos, não só pelo tom pesado, arrastado, que incutem ao relato como, ademais, hipótese não negligenciável, por poderem indiciar um vocabulário limitado, o que os dois quadros que se seguem permitem confirmar:

306	De sorte que os Parlamentários perdendo toda esperança levantaram o sitio com perda de mais de mil homens (...).
316	Os dias atrás houve na praça Real, um desafio famoso, em o qual foi desafiado o duque de Guisa (...).
322	Aos dez de Maio chegou o conde Barac [...] do Príncipe Thomas, o qual diz que o I. do dito mês el-rei de Castela mandou o Marquês de Cantanhede à dita Marquesa de (...).
324	Avisam que havia divisões entre os ministros em razão do governo, e ministração de dinheiro, e que os franceses haviam entrado (...).
387	Encontrou no caminho um mancebo desencaminhado , o qual se persuadiu que o estudante o ia espreitar (...).
84	... o Parlamento de Inglaterra mandou um comissário com grandíssimos poderes a dizer aos Irlandeses que lhe mandassem as condições (...).
306	... tomar contas a todos os rendeiros deste reino, os quais por que se lhe não tomassem e lhe dessem quitação (...).
322	.. e se saía a uma varanda, que caía para um pátio, a ver entrar o Marquês na carroça, o qual mandou sair todas as carroças fora do pátio, e foi-se saindo fazendo-lhe reverências (...). Mandou-lhe pedir a Rainha Regente, que assistisse aos círculos, que é uma hora depois de jantar, em que lhe assistem os Príncipes de la sangre, mais seus validos [...] a que o Marquês assiste (...).
324	... e que algumas tropas deles passaram à vista de Cambray que iam passando para Tuinvilla (...)
329	Querendo entrar o núncio de sua Santidade em Munster, mandou avisar aos embaixadores para lhe mandarem fazer cortejo de suas carroças [...] Plenipotenciário de França a mandar a sua com doze gentis homens em seus cavalos [...] e não quizeram mandar suas carroças fingindo que não sabiam a hora da entrada;

Não menos constrangedora é a situação tipificada pelos próximos exemplos, aduzidos precipuamente para demonstrar como certos vícios são intemporais (aliás, estes são disso apodixe): é o caso da reiterada confusão entre o vocábulo ‘conserto’, incorrectamente usado – que, visto não se tratar de qualquer arranjo (na acepção de reparar, consertar), nada permite nem legitima nos contextos em apreço – e o seu homófono ‘concerto’, esse sim totalmente consentâneo com o fim visado (combinação, pacto, conciliação, harmonizar):

68	... se entregaram com promessa de dar cada mês o trigo, o azeite e o vinho, que fosse necessário para socorrer a nossa gente que havia de ficar de presidio naquela praça. Celebrou-se o conserto e guarneceu-se o castelo com 300 mosqueteiros (...).
71	O Príncipe de Parma espera concerto em seus negócios. Já se humilha e pede a bênção (...)
114	Em resposta das quatro preposições sobreditas, fez el-rei outras quatro, sem as quais não viria a nenhum concerto .
115	... e vinte mil àquela fronteira, para obrigar a el-rei vir a conserto , ou a pelejar.

De um âmbito diferente, e conquanto seja perfeitamente plausível que, à época, pudesse não existir o rigor hodierno neste domínio, é o caso das regências verbais, que, como os exemplos a seguir coligidos demonstram, pecam com demasiada frequência: no primeiro, segundo e quarto exemplos, falta a preposição ‘por’ (por + as = pelas; por + o = pelo); no terceiro, o verbo só rege ‘em’ (não admitindo a preposição ‘com’) e, no último, falta a regência ‘em’ (participar em aquela = naquela)

100	Vieram três tropas de cavalaria castelhana à vila de campo Maior: as quais sem serem vistas das nossas sentinelas correram todo aquele distrito (...).
104	... que não teve outro remédio, mais que pôr fogo aos trigos, os quais ajudados do vento arderam (...).
324	... iam passando por Tuinvilla para se encorporarem com outro exército que aí estava.
361	... para que dissesse a D. Diogo Cavaleiro, que não esperasse o último extremo para se defender, pois não tinha aparência alguma de socorro, (...).
362	... voluntários desejosos todos de participar aquela honra de serem os primeiros, que montassem sobre a brecha: (...).

Igualmente perturbantes – ainda que, com propriedade, se não possa falar de genuínos solecismos – são determinadas liberdades construtivas que, não raro, redundam em anfibologias (como na situação vertente),

102	... vinte cavaleiros, diante dos quais veio com a espada na mão, e pondo as pernas ao cavalo rompeu um troço do inimigo de 400 homens sem outro séquito mais que vinte.
291	... onde o conde se alojou, entraram dentro armados e ferindo mortalmente um dos seus oficiais, que só acudiu ao reboliço , lhe levarão a baixela de prata.

mais perniciosas, ao nível da decodificação do texto, do que certas incongruências, como esta, genuíno non-sens:

357	O dito rei se diz que está com duas estocadas, ou punhaladas, que não recebeu , em o sítio de Rosas, ou em Agramonte.

Solecismos puros são as construções materializadas pelos próximos exemplos, cuja mensagem fica ininteligível

86	Publicou-se um édito, que nenhum Bispo ainda que fosse protestante tivesse voto no Parlamento, e agora ficavam presos, e vieram já a juízo parte deles e ainda se não se sabe a sentença .

ou liminarmente subvertida por ser veiculada uma informação que, de todo em todo, é a antítese do que se pretendia transmitir:

112	A armada naval dos estados está ainda sobre a barra de Dunquerque para impedir que não saia dele a armada , que há mais de dois meses está aviada para sair (...). [...] a pedir mais navios de guerra, para se assegurar mais, e impedir ao inimigo a saída.
125	... e conforme opinião de muitos está arriscado a uma desgraça, porque Monsieur de Hallier, Marechal de França há saído a campanha com desígnio de pelejar com ele, e impedir-lhe não passe avante .
287	A ordem que del-rei de Castela tem, é que se não retirassem até não tomarem a cidade de Balaguer: (...).
315	... de sorte que se tem por aqui por certíssimo que se não concluirá nada em a dieta de Munster, sem que seus interesses não fiquem muito avantajados .
346	... impediu que os Parlamentários não pudessem sair daquela praça.

381	Tem um grande, e forte castelo, que edificou o Imperador Carlos V , fica com igual espaço (...)

Podendo ainda ocorrer outras anomalias, tais como um erro ortográfico (no primeiro exemplo) ou faltar uma (ou mais) palavra(s) (caso do segundo, que fica literalmente destituído de sentido):

69	Foi caso este que admirou e confundiu a todos os senhores do Palácio, e até agora senão sabe que era o que o Conde lhe havia dito.
89	... começou-se a peleja dando-se grandes cargas de mosquetaria de uma e outra parte, até que os nossos dispararam duas peças de artilharia, que com grande conduziram àquele posto , e com elas fizeram tanto dano aos inimigos, que lhes quebrantaram o ânimo.

3. Léxico-semântica

Impõe-se, a iniciar esta rubrica, fazê-lo com um alerta cuja crucialidade nos abstermos de sublinhar: o imperativo de ter sempre presente que o livro a cuja leitura (e/ou exegese) procedemos, *hic et nunc*, foi redigido há 370 anos, num contexto sem paralelo com o actual e dotado de um vocabulário epocal a diversos títulos *sui generis*, razão determinante das dissemelhanças com que nos vamos confrontar e, concomitantemente, sua justificação e única forma de contra elas nos precavermos. Salva-guarda que, mais do que factor facilitador da compreensão do seu conteúdo, é condição *sine qua non* para a consecução de semelhante anelo. Antes de mais, dadas as peculiaridades desse vocabulário – cujas dessintonias com o hodierno são óbvias –, que os três exemplos aleatoriamente escolhidos e a seguir aduzidos plasmam à saciedade:

101	Entrou nesta corte a Duquesa de Aveiro, e está aposentada numa quinta além de Enxobregas.
104	...os quais ajudados do vento arderam de maneira que o fumo, e as chamas es-pantaram os cavalos do inimigo e o fizeram retirar apreçado e descomposto.
390	... todos seus triunfos se hão-de converter em tumbas, todos seus troféus em fúnebres aparatos, e todo seu rijo em amargoso pranto: (...).

Lida a primeira frase, a sensação emergente só poderá ser de incompletude (e, convenhamos, de alguma perplexidade), o que decorre, no

essencial, da circunstância de, na nossa mente, o adjetivo “aposentada” estar intrínseca e indissociavelmente ligado ao conceito de reformado (alguém que deixou de trabalhar), para o qual remete, de imediato e sem reservas (e o dicionário corrobora), acepção cuja inconexão com o contexto é total. O que, não se verificando à data em que foi produzida, permitia e legitimava o seu uso.

Situação não menos potenciadora de equívocos é a consubstanciada pelo segundo exemplo, quer por o adjetivo “apreçado” (algo cujo preço foi indagado ou ajustado) não ter a mínima plausibilidade de uso neste contexto - onde, pelo contrário, o seu homófono “apressado” teria pleno cabimento - quer por, dada a sua plurivocidade, o verbo “espantar” ser utilizado numa acepção que, conquanto dicionarizada (afugentar, atemorizar), é residual em relação a outras (causar espanto, admiração, assombro) comumente usadas. Opção que, se equacionada e admitida a versão corrente, implicaria a existência de uma personificação (a atribuição de características humanas aos equídeos).

E que dizer acerca do terceiro exemplo, de todo em todo ininteligível se lido o vocábulo em negrito com o seu significado actual (duro, inflexível) e não com o que foi utilizado (riso)?

Cumprido o dever de alertar para os perigos emergentes (e exemplificados estes com perspicuidade q.b.), importa esclarecer não ser o atrás referido a tónica dominante. Pelo contrário: abstraído o uso de expressões do cariz das a seguir reproduzidas e de tantas outras liminarmente caídas em desuso

103	Este veio dar aviso ao general da cavalaria, o qual montou com grande preça (...).
397	Tendo a semana passada aviso como o senhor de [...] estava sobre o lugar (...).
134	... do Embaixador de Castela, que lançou fama , que o de Portugal havia sido o agressor.
366	... e de Badajoz sairão agora seis tropas de cavalo, deitando fama , que se hiaão alojar em (...).
355	A nau Estrela Dourada flamenga [...] deu por novas ;
361	... mas também foi preso, e deu por novas , que a armada de Castela não podia (...).

a norma é os textos das gazetas pautarem-se maioritariamente pelo

Livros LabCom

emprego de um léxico corrente, tão acessível à época quanto entendível à distância de séculos, em cuja selecção são patentes várias preocupações.

Desde logo, a de evitar repetições, sejam elas *tout court*, como aqui acontece com a do verbo botar: perante a necessidade de exprimir duas vezes seguidas (no mesmo parágrafo) a mesma ideia, o verbo é substituído, na segunda, por um sinónimo (menos chão)

106	Saiu de Inglaterra uma armada de 30 naus [...]; botou gente no cabo da Província de [...] e daí a 20 léguas deitaram gente na cidade de Galuca.

sejam mais subtis, como esta: havendo necessidade de vincar quão marcante era o momento (e o acto) - portanto, de acrescentar algo ao verbo “acabar” susceptível de traduzir esse imperativo -, recorreu-se a um subterfúgio, que mais não é do que uma gradação, pois, significando também o segundo verbo (um eufemismo) acabar, a verdade é que contempla uma dimensão mais radical, que lhe advém da acepção “extinguir-se”, isto é, acabar definitivamente, que era afinal a que se pretendia veicular:

271	... e para estarem em maior segurança, passaram em Aragão além do rio Cinca onde se acabaram, e feneceram os desígnios deste poderoso exército composto de muitas nações diferentes (...).

Outra preocupação é a de diversificar o vocabulário, procurando, para tal, adequá-lo, na medida do possível, ao contexto de uso: se em ambas as situações apresentadas nos próximos exemplos a ideia a transmitir era a de protelar algo (divergindo, porém, na determinante), no primeiro caso - referente a um falsário que apenas pretendia atrasar a execução da pena, portanto, servir-se de um expediente - foi usado o verbo mais consentâneo, “embaraçar” (na acepção de levantar dificuldades, estorvar, complicar), reservando-se para o segundo, protagonizado por um governador, o substantivo mais cuidado, “dilação” (adiamento, prorrogação):

100	... ambos foram condenados na pena da lei: um deles padeceu no mesmo dia [...] o outro por ver que se podia embaraçar a execução (...).
364	... pela qual o Governador pedia uma dilação de quinze dias para sair daquela praça: (...).

Preocupações cuja superação passa pela remoção de todo e qualquer obstáculo susceptível de perturbar o rigor do relato, este sim anelo maior e objectivo prioritário da selecção vocabular operada. Independentemente da frieza do narrado – e quanta insensibilidade existe na forma como nos é comunicado, no primeiro dos próximos exemplos, que, alguém, atingido por um projectil, perdera um braço (insensibilidade também explícita nos segundo, terceiro e quarto) –, cuja visualização é conseguida graças à efrástica descrição dos factos (segundo, quarto, quinto e sexto), recorrendo, inclusive, a comparações (explícitas ou implícitas) esclarecedoras e ilustrativas q.b. (dois últimos exemplos):

160	O conde de Brovay, que se havia retirado a esta cidade com um braço a menos, que lhe levou uma bala , é morto.
347	... além de 400 Turcos que foram mortos a mosquetazos, e feitos pedaços . Em o que foi a fundo se afogaram algumas 800 pessoas , porque a carga toda destes baixeis era de gente.
398	... estando o duque de Brezé ao mastro grande dando algumas ordens, morreu como valeroso capitão de um balaço inimigo que lhe levou a cabeça (...) .
374	... se abraçou com ele tesamente um esforçado Parlamentário, cujo atrevimento el-rei castigou com uma valente punhalada, com que matou a seu contrário , e se livrou de tão evidente perigo.
363	... também o senhor de Marina, ao qual quebraram uma perna com uma bala de um mosquete, que primeiro passou de parte a parte as calças ao dito barão de Baumes.
381	Neste assalto foi ferido com três balas o tenente general do exército Cristianíssimo; dizem que ficará aleijado de um braço, em caso que escape ; e ainda no último aviso, que daquele campo veio, tinha dentro do corpo 2 balas: quererá Deus livrá-lo, ou pelo menos sua alma do ruim lugar , que na outra vida o espera, (...).
361	... não obstante a dureza do muro, que resistia ao martelo como o próprio mármore, (...) .
374	... de um terço deste exército real, dizendo que de tal sorte se uniu entre si, que parecia um muro de bronze impenetrável, (...) .

Quanto aos níveis de linguagem utilizados nas gazetas a cuja exegese procedemos, se pontifica o corrente também não é raro depararmos com ampla variedade de outros registos – de que os vocábulos e expressões coligidos (em negrito, no quadro abaixo, bem como em alguns dos

precedentes) são, dada a sua heterogeneidade, *de per si* assaz reveladores - que vão do popular (e do seu limite, quase calão) ao cuidado, passando por expressões/máximas de uso misto:

377	... e o parlamento tem botado a perder o reino com as suas guerras civis (...).
103	... logo se retirou com seis prisioneiros, e sincoenta cavalgaduras .
81	É o castelo tão inexpugnável , que está seguro do maior atrevimento (...).
376	Antes que os improbos ministros desta seita bautisem as (...). Fundão estes ignorantes ministros seu infando abuso em hũa heregia de Calvino, que afirmou, que os bastardos todos estavam ab eterno reprovados:
86	... que cada um do povo metesse a mão na sua consciência , e que logo seria fácil conhecer a razão porque não voltava.
374	Os realistas de cavalo vendo o negócio mal parado , e não sendo eles já mais de 300 (...).
377	De Irlanda se escreve que as coisas dos católicos irlandeses vão cada vez de bem em melhor (...).

Com efeito, do plebeísmo inicial (“cavalgadura”) - hoje *démodé* (quase anacrónico), disfórico e ofensivo, dada a carga pejorativa que lhe está associada, e que, *pour cause*, só como impropério ocorreria a alguém usar (mas, na época, designação vulgar de animais de carga e/ou transporte) - ao recorte das terceira e quarta transcrições, passando pelo emprego de expressões de uso corrente nas mais variadas circunstâncias do quotidiano, há toda uma vasta panóplia de recursos lexicais, explorados com mestria.

Daí que, sem hesitar, possamos asseverar ser a léxico-semântica a mais fascinante das vertentes de abordagem, e, em simultâneo, a de maior proficuidade, conquanto talvez a mais problemática. Asserção que esteamos no facto de ser justamente quando equacionado o texto sob o ângulo da variedade semântica que surge - e se nos impõe em toda a plenitude - a força expressiva de vocábulos que modas espúrias insistem em votar ao ostracismo (ou, no mínimo, relegar para um lugar subse-civo), mas que, pela sua força intrínseca, emergem com toda a pujança e o mesmo significado decorridos séculos, como este quadro confirma, cabal demonstração de não estar a língua ancilosada:

64	... desde a Sé até a Igreja de Santo António, donde se disse uma missa votiva .
133	... que não esperava mais que a ocasião (como muitas vezes entre os seus se havia jactado) de empreender descobertamente alguma acção contra Sua Santidade.
163	... a nossa ponte está de contínuo embaraçada com as carretas que por ela vão e vêm com grande fula fula .
297	Suas Majestades Britânicas estão aqui com perfeita saúde e se diz, que a rainha de Inglaterra está pejada .

Na verdade, ter o ensejo de ler (e fruir) os textos da *Gazeta* decorridos mais de três séculos e meio sobre a data da sua redacção é a constatação de uma realidade pouco abonatória para a prática dos usuários hodiernos (e dos últimos séculos): a de que só a eles, devido à falta do uso a que votam (e votaram) certos vocábulos, é imputável o depauperamento do idioma. Única explicação plausível para o desaparecimento da infinitude de palavras que, tendo feito parte do léxico quotidiano, se perderam entretanto. Causa, afinal, da surpresa – mas gratificante, convém sublinhar – sentida ao depararmos, logo nas páginas iniciais, com adjectivo “votiva” adequadamente utilizado com o significado que ainda hoje conserva (o de algo oferecido em satisfação de um voto); ao encontrarmos, mais adiante, o verbo reflexo “jactar-se” a exprimir esse vício tão português de “bazofiar”, “gabar-se”; o substantivo “fula-fula” a traduzir, nessa época como hoje, a ideia de confusão, pressa, afobação; ou, ainda, o adjectivo “pejada” a aludir à gravidez, vocábulos que um pretenso elitismo foi postergando, relegando para um uso recôndito (do domínio do popular e de certas franjas mais ou menos marginais), do que resultou ter-se perdido aqueloutro, que em tempos recuados constituiu utilização do nível corrente.

Outro tanto se passa quer com o advérbio “entrementes” (hoje ecumenicamente substituído pelo advérbio entretanto) quer com o substantivo “viandas”. Com uma particularidade no caso do segundo: apesar da acepção aqui usada (qualquer género de alimento, mormente iguarias) ser a contemplada nos dicionários, a verdade, contudo, é que, estes – embora com a salvaguarda “(reg.)” – lhe atribuem outra (restos de comida para porcos; lavaduras) o que, quem sabe se para obstar a quiproquós, foi determinante para tornar residual a sua utilização.

158	O Cardeal António estará entrementes em Aquapendente com uma parte do exército do Papa (...).
321	... e furriéis oferecer as viandas , as quais cinco dias jantar, e ceia lhe serviram a ele, e a toda a sua família, com banquetes esplendidamente.
352	... e estando as viandas de dentro, um porteiro que nele assistia, para este efeito, fechava o torno (...).

E é justamente a subsistência desta zona comum de significação, que, tendo resistido ao desgaste dos tempos, acaba por se revelar determinante (ou crucial) para tornar perfeitamente entendíveis, na hodiernidade, vocábulos há séculos usados nas gazetas e que, conquanto postergados pela prática quotidiana da generalidade dos falantes, a língua não erradicou, apenas manteve em ‘hibernação’. É o caso (nas expressões em negrito, no próximo quadro), dos verbos meter (no sentido de levar, prestar, primeiro, e de tomar, no segundo) e jogar (na acepção de atirar), do nome multidão (no sentido de grande número) e do adjectivo-particípio armada (com o significado de adornada) que, não obstante em contextos de utilização pouco comuns, têm suporte dicionarizado a legitimá-los. Tal como o substantivo valhacouto (na acepção de abrigo, esconderijo ou “(fig.) protecção”) ou, noutros contextos, do adjectivo vadeável (susceptível de se vadear, passar a vau):

109	... saiu ao encontro a armada real de Castela, que ia meter socorro nas praças, que estão de cerco em Catalunha.
388	... fosse ele a se meter de posse do reino, e que eles destruiriam a armada: (...).
361-362	... a da plataforma de S. João esteve prestes para jogar pelas seis, sete horas da tarde: (...). ... puserão as duas mechas à mina, a qual jogando fez uma grande abertura ao baluarte [...] e cessando a poeira, começou contra aquela parte a jogar a artilharia, que a fez maravilhosamente bem.
120	Tinha sobre a cabeça uma coroa aberta de grandíssimo preço, pela multidão de seus diamantes, (...).
120	(...) todo o ajuntamento passou à igreja de S. João que estava ricamente armada , em a qual se cantou o <i>Te Deum laudamus</i> .
156	... aceitando a cidade e castelo de Sedam, que por muitas vezes havia servido aos mal affectos a esta coroa, e por este infame tratado havia de servir de asilo, e valhacouto contra seu estado.

272	... passar o dito rio Cinca, que não é muito vadeável , para ir pelejar com os inimigos (...).

Falta de uso que, em situações pontuais, pode decorrer da circunstância de o ambiente em que vivemos não o justificar. É o caso de “manga” (hoste de tropas), de utilização muito rara (porque circunscrita ao meio militar) e, por isso, para nós de difícil compreensão no contexto em que ocorre o seu emprego (adequado):

90	Entretanto o General mandou que investissem as trincheiras os capitães [...] cada um com sua manga (...).

Pragmatismo de uso que torna imediatamente perceptível - por analogia com o significado literal hodierno do seu vocábulo nuclear, “torneira” (“peça adaptada a um tubo, cano, recipiente, etc., e que é usada para reter ou deixar passar o líquido ou o gás neles contido”³) - a expressão “por torneiras que se fizeram nas paredes”, aqui utilizada:

99	E de umas casas do senhor daquele lugar, por torneiras que se fizeram nas paredes, nos mataram seis homens;

À semelhança, aliás, do que acontece com “descomponha” e “descompostura” (no sentido de “pôr fora do seu lugar, desarranjar” ou “falta de ordem; desalinho, respectivamente), como nos exemplos a seguir transcritos:

101	... naquele sitio estão os nossos (que são poucos mais de duzentos) unidos com o gentio da terra e que não há por aquelas partes poder, que os descomponha .
102	Retirou-se o castelhano com grande descompostura , e os nossos foram atrás de algumas tropas até o lugar de Gallegos (...).

Menos imediatamente descortinável, à luz dos conceitos actuais – porque produto de um estranho processo de derivação por prefixação, com o afixo a remeter para negação da acção – será, quer o emprego de “desprivado”, quer o de “despossuídas” quer, ainda, o de “desenserrar” (cuja grafia é hoje diferente), daí o uso residual destes vocábulos (porém,

³ Cf. Houaiss, VI, p. 3545.

ainda assim legitimado pelo dicionário):

115	Que a nobreza, que tem tirado, e desprivado de sua autoridade, e preminência, e dignidade, será outra vez admitida, (...).
286	A qual mortandade acrescentará muito o tesouro do grão senhor, por causa do direito, que tem das terras despossuídas , e falta de herdeiros em os bens deixados, os quais tornam para sua Alteza.
66	... quinta-feira de Endoenças ao desenserrar o Senhor assistiu com manto de cavaleiro: (...)

Difícilmente compaginável com a sua utilização actual, et pour cause, inconclusivo, é o emprego das expressões “fazer quartos” e “no verde” no contexto em que surgem, nos próximos exemplos (insusceptíveis de descodificação):

72	... os alojarão em presídios fechados e se colhem algum fugitivo o fazem quartos : e já nenhum se atreve a fugir.
78	Os castelhanos fronteiros da província de Alentejo, não saem a campanha por falta de gente, e por estarem os mais dos cavalos no verde .

Numa espécie de limbo semântico, isto é, numa zona de indefinição, ficam palavras como esta (“influência”), cuja insólita utilização, na frase transcrita, não descortinamos se se trata de uma gralha ou de algo intencional: se, à primeira vista, e atendendo ao contexto, tudo indica ser “afluência” (“acto ou efeito de afluir (= correr para; aglomerar-se); enchente, abundância) o vocábulo adequado, a verdade, contudo, é que o grafado, conquanto inusual, também tem suporte dicionarizado (preponderância, entusiasmo), que, tornando perceptível a frase, de certo modo a legitima.

158	Foi feita esta cerimónia pelo senhor Tuder deão de Notre Damme [...], em meio de uma influência incrível de povo, que os levou no ar até sua casa.

Situação análoga é a materializada pelo próximo vocábulo em negrito: se propendemos a pensar tratar-se de mera gralha – “aversão” seria, sem dubiedades, o termo lógico e correcto -, acontece que o termo utilizado também apresenta uma zona de significação enquadrável neste uso (“grande estrago, ruína; desmoronamento; assolação; *etim. lat.* ‘tombo,

o acto de virar; devastação; destruição”⁴), que o torna não totalmente descabido.

282	... as quais [tropas] marcharam com extraordinária galhardia, animadas com a presença de seu general, não obstante a dificuldade dos caminhos, a incomodidade do tempo, e a eversão , que muitos haviam tido até ao presente, pela viagem de Alemanha.

Liminarmente ininteligível, por se tratar de uma iniludível incongruência, é o próximo exemplo:

114	... e depois de seus argumentos, os Protestantes tiveram cinco votos mais que os Puritanos com que a diferença ficou empatada , e causa grande confusão entre eles.

E, a encerrar esta rubrica, que melhor prova da maleabilidade da linguagem poderíamos aduzir que a sua capacidade de legitimação de usos tão obnóxios e anómalos quanto os plasmados nos próximos exemplos (não obstante o do verbo obrar (e do seu particípio passado), porque na acepção de “realizar, fazer, produzir” (e realizado, feito, produzido, respectivamente), esteja correcto, mas que - dadas as conotações pejorativas associadas ao outro significado, que, embora com a nota “(*pop.*)”, também lhe é atribuído (defecar, defecado) - é hoje muito esporádico, quase residual)?

384	... por lhe haver pronosticado, que tanto aparato de gente, e de armada não havia de obrar cousa alguma, antes teria desgraçado fim.
91	... afirma-se que se o mestre de campo Ares de Saldanha levasse mais gente, sem dúvida nenhuma poderia haver obrado muito naquela cidade.
119	A câmara do aparato estava toda entapiçada de panos de ouro e seda (...).
320	... e foi para esta recamara às casas, que a Rainha Regente tinha mandado entapiçar , para o Marquês;

⁴ Cf. Houaiss, III, p. 1656.

4. Estilística

Sendo uma característica do texto literário a maior ou menor frequência de desvios da linguagem corrente, desvios tradicionalmente designados por figuras de retórica, a circunstância de os textos em análise não caberem, em rigor, em tal qualificação aliada à impregnação dos mesmos de multitude destes recursos, suscita a questão de saber se terá (ou não) havido intencionalidade do seu uso. E conquanto admitamos que não estivesse no espírito dos redactores das gazetas a utilização de tais recursos retórico-estilísticos – não só por nada o justificar como porque *a contrario sensu* do género (que, convém não o elidir, é o (pretensamente) jornalístico) – a verdade, porém, é serem os textos em causa ubertosos nesse âmbito, evidenciarem inquestionável prodigalidade ao nível da estilística, sendo muitos (e de assinalável rigor e simbolismo) os recursos estilísticos, pródiga e proficuamente utilizados. Não obstante alguns – mormente a anáfora e a redundância (por afectarem a concisão) – colidirem com os requisitos inalienáveis do discurso informativo.

Independentemente deste condicionalismo, o que acontece é ser inusitada a sua recorrência, que vai da aliteração à sinédoque, passando pelo eufemismo, pelo disfemismo, pela metáfora, pela perífrase, pelo polissíndeto e, conquanto não o sejam na plena acepção do conceito, pela redundância e pelo oximoro. Impõe-se, a propósito, esclarecer a razão desta salvaguarda: embora algumas das acepções do substantivo ‘traição’ sejam “perfidia”, “infidelidade conjugal”, inegável é que o sentido que atavicamente se liga ao vocábulo é o de atraiçoar, que, uma vez adjetivado como surge (insigne = distinto, ilustre), tem cariz marcadamente oximórico visto tratar-se de vocábulos que, pela sua idiossincrasia, mais do que antitéticos são antagónicos, o que torna a sua junção, mais do que incongruente, oximórica. Outro tanto se passa em relação à redundância: não o sendo na acepção mais técnica do termo, os exemplos aduzidos são-no endogenamente pela ideia que lhes subjaz.

Passando agora aos quadros anexos, expliquemos o critério que presidiu à sua composição. Dividindo-se as genericamente designadas figuras de estilo em figuras de sintaxe (as que correspondem a modificações na estrutura sintáctica da frase, através da repetição, da supressão ou da inversão dos respectivos elementos), figuras de pensamento (as que introduzem modificações no conteúdo expresso da frase) e tropos (que, alterando o sentido directo das palavras, fazem ressaltar o seu signifi-

cado simbólico) que, por seu turno, comportam uma ampla variedade de categorias, a opção foi no sentido de, ignorando as de aparecimento esporádico, registar apenas as mais frequentes e fazê-lo de modo a reflectir a sua maior ou menor utilização. Razão por que certas figuras de uso muito residual não são referidas e outras surgem uma única vez.

No que respeita à ordem de registo, afigurou-se-nos que a mais indicada seria a alfabética, interrompida apenas, entre as de sintaxe, pela aliteração, por (visto consistir na repetição insistente de um som) se situar mais no nível fónico.

1. Figuras de Sintaxe:

381	Anáfora	... fica com igual espaço entre Anveres, que lhe cae ao Nordeste, Madines, que lhe cae a Oeste, Bruxelas que lhe cae a Sueste, e Mildel, burg de Zelanda, que lhe cae ao Noroeste.
275	Pleonasmo	... que se levantaram à pressa, tanto que passaram por Witehal, gritaram todos em alta voz , Viva el-rei Carlos (...).
307	Pleonasmo	... para sua retirada, teve ordem, que partisse logo, sem mais tardança alguma .
310	Pleonasmo	... obrigou aos principais de Hangria a acudir com toda a pressa a esta cidade;
336	Pleonasmo	... os quais fugiram com tanta pressa , que se embarcaram sem o provimento necessário para a viagem.
81	Redundância	... chegando-se às trincheiras pela banda da porta meteu dentro um soldado (...)
82	Redundância	... que o não pode alcançar e tornou outra vez para o lugar (...)
84	Redundância	O General Picolomi [...] tornou outra vez em busca do inimigo (...)
111	Redundância	... e que acudissem logo sem perder tempo .
114	Redundância	... que saiße logo fora do Reino. Tornou o Parlamento outra vez a mandar deputados a (...).
115	Redundância	Primeiramente que lhe hão-de tornar a restituir (...). Que lhe ande [sic] tornar a restituir todos os bens [...] lhes serão outra vez restituídas .
116	Redundância	... será obrigado a tornar a restituir aos filhos da nobreza (...).

119	Redundância	... entrou dentro das grades fazendo muitas cortesias: (...).
121	Redundância	... se haviam de sair fora de Roma num instante (...).
124	Redundância	... que tornaram outra vez para os presídios (...).
127	Redundância	... que tornaram outra vez a passar-se ao Parlamento.
91	Polissíndeto	... e logo investiu o lugar [...] e dispararão três vezes uma peça com que nos mataram um capitão, e feriram quatro holandeses [...] e saquearão muitas casas: porem como aquela praça era de pouca importância, e a gente dela estava já recolhida no castelo, não quis o general deter-se mais, e com os despojos do saco (...).
115	Polissíndeto	Que todas as terras, domínios, e rendas eclesiásticas, que foram tomadas, e confiscadas pela Rainha Isabel, e El-rei Iacobo, lhes serão outra vez restituídas. Que a nobreza, que tem tirado, e desprivado de sua autoridade, e preminência, e dignidade, será outra vez admitida, e confirmada em os cargos, e governos, como no tempo passado.
278	Aliteração (p)	... de se acudir ao provimento de pão para esta cidade (...).
307	(p)	... que lhe permitissem esperar pela primavera para sair ao lugar, que lhe foi consignado (...).
280	(d)	... dentro de dois dias parte o senhor da capela (...).
285	(d)	... algum contraste com os moradores não deixava de dar cuidado .
316	(t)	... mas os dias atrás se tratou de tomar contas a todos os rendeiros (...)

2. Figuras de Pensamento:

366	Antítese	... que as dificuldades servem mais de levantar o ânimo do dito conde do Plessis-Prassim que de o abaixar .
383	Antítese	... se bem levou muita gente, mas toda mal ordenada e coberta de luto (...).
390	Antítese	... todos seus triunfos se hão-de converter em tumbas [...], e todo seu rijo em amargoso pranto : (...).

77	Eufemismo	... os seguiram até que dentro na ponte lhes tiraram a ambos a vida , e lhes tomaram as armas, os vestidos e os cavalos.
90	Eufemismo	... ao entrar num reduto deram com uma bala pela testa ao capitão Alonso de Tovar e lhe tiraram a vida (...).
97	Eufemismo	... um protestante, que ia com passaporte, e lhe tiraram a vida (...). ... e que os queria mandar a todos para o céu .
169	Eufemismo	... que jamais se viu pessoa alguma aver rendido a alma com mais resolução e quietação de espírito (...).
285	Eufemismo	O capitão Baxà, a cuja cota estava tirar a este rebelde a vida , por qualquer via que fosse (...)
132	Disfemismo	... e trouxe por novas que aos 24 havia parido a Duquesa de Toscana um filho:
325	Disfemismo	A Rainha da Polónia irmã do Imperador morreu a 24 de Março depois de parir uma filha morta .
348	Disfemismo	... queimar alguma armação e a almofada da cama, deixando tal fedor , que quase todos os criados caíram de pasmo.
358	Paradoxo/ Oximoro	... se fazia memória alguma dos moradores da praça, que pela insigne traição , que cometerão, se fizeram digníssimos de um grande castigo, pelo mau exemplo (...).
348	Perífrase	... de Urbano VIII, que teve a cadeira de S. Pedro vinte anos (...)
381	Perífrase	... quererá Deus livrá-lo, ou pelo menos sua alma do ruim lugar, que na outra vida o espera , (...).

3. Tropos:

158	Metáfora	... houve um grandíssimo furacão e choveram pedras de 6 e 10 arráteis cada uma:
309	Metáfora	Os castelhanos que estão em Tarragona semearam quantidade de bilhetes impressos contra as cartas (...)
315	Metáfora	O marechal de Turena se prepara também para ir roer as unhas da águia na Alemanha com um poderoso socorro.
316	Metáfora	O Príncipe de Condé na volta que fez de Borgonha deu à luz um excelentíssimo livro (...).

383	Metáfora	... catorze azémolas cobertas cada uma de um reposteiro de veludo azul semeado de flores de lis (...).
106	Sinédoque	... andam com 33 velas do estado de Holanda cruzando o canal (...).
315	Sinédoque	O duque de Enguien governará as armas de Xampanha.
346	Sinédoque	El-rei da Dinamarca mandou contra ele 1500 cavalos escolhidos , com IU. dragões para lhe dar na retaguarda (...).
322	Sinestesia	... entretendo-a com conversação e novas histórias gostosas , a que o Marquês assiste (...).

5. Comentário global

A profusão de dados relevantes recolhidos durante a compulsação das gazetas (atrás registados e concatenados) permite-nos, por nos propiciar uma visão de conjunto documentada q.b., considerar reunidas as condições para um comentário global assaz fundamentado, comentário que nos propomos efectuar de dois ângulos: o formal e o conteudístico.

Assim, no que à forma respeita (objecto de ecfrástica dissecção ao longo das páginas precedentes), inconcutível é ser a propensão para o desmesurado – proclividade dificilmente compaginável com o rigor e a sobriedade exigidos pelo discurso jornalístico – uma das marcas indeléveis dos textos disquisicionados, quer os equacionemos pelo prisma da adjectivação (autêntica torrente secundada pela adverbialização, que os verbos (superlativantes) vêm completar), quer de outros ângulos. Aliás, com esta referência fica explicada a razão por que, com o objectivo de conseguir dar uma ideia o mais fiel e próximo da realidade que se pretendia reflectir, optámos por coligir e aduzir tão substancial número de exemplos para cada uma das categorias gramaticais referidas.

De sublinhar, ainda neste âmbito, porém equacionado de outra perspectiva, a beleza de certos relatos, de que o próximo é paradigmático pelo partido que consegue tirar da polissemia do vocábulo “rosa”, quando, acerca da tomada, pelos franceses, de uma praça de nome Rosas, joga desta forma com os conceitos flor e espinhos:

359	... a qual se rendeu a 28 de Maio , própria razão de colher Rosas : mas ainda, que estas não foram sem espinhos , consolação grande he para os nossos amigos haverem-nas colhido, deixando aos castelhanos os espinhos e folhas.

Outrossim de realçar, mas ao nível da metodologia seguida, são as diversas tentativas para ensaiar um cariz mais informal, quer através das notas de tom coloquial, propiciadoras de uma certa familiaridade com o leitor,

271	Depois que o marechal da Motha fez abortar, como sabeis , o desígnio de D. João de Garay sobre a cidade de Flix (...).
359	Não sofre brevidade de uma Gazeta fazer-se menção de todas [as “façanhas memoráveis”], porem não podemos deixar de particularizar algumas pelo afecto, que devemos aos amigos (...).

quer através das permanentes remissões para outras gazetas, quebrando a estanqueidade de cada texto, antes remetendo para um *continuum* indiciador de uma relação duradoura,

378	El-Rei Filipe he chegado [...], como se disse na Gazeta passada.
379	... tem dado ao castelhano três batalhas campais, como temos referido em as Gazetas passadas: (...).
380	... desta fiz menção em as Gazetas passadas , e daquela he de saber (...).

quer, ainda, a assunção explícita de uma função didáctica:

380	... he de saber (quero satisfazer aos que não são tão versados em a lição dos livros) que he uma cidade magnífica (...).

Do ponto de vista contedudístico, importa distinguir entre, por um lado, o inconcusso interesse da globalidade dos textos, cuja veridicidade como documento da vivência de uma época (particularmente sensível no domínio da política) merece ser enaltecido, e, por outro lado, certos exageros que, por porem em causa a autenticidade dos factos relatados, não deixarão de afectar a credibilidade do global do relato. Com efeito, mesmo abstraída a pletora de *fait-divers* perfeitamente dispensáveis - e que, dada a sua irrelevância, muito ganharia o conjunto em tê-los

suprimido, até porque, de tão mirabolantes, se tornam dificilmente críveis -, são, ainda assim, demasiados os relatos cuja plausibilidade é questionável, o que mais contribui para a descridibilização do todo em que se inserem.

Mormente por estes excessos - que, por norma, ocorrem quando são narrados recontros protagonizados pelos nossos, como se a grandeza endógena dos factos empecesse o discernimento do redactor - evidenciarem (e, pior, tornarem irrefragável) uma deplorável tendenciosidade insusceptível de se compaginar com a equidade e, ademais, a isenção que deve ser indissociável de um texto jornalístico (e apanágio de um documento com veleidade de histórico). Pelo menos é esta a inferência mais imediata a retirar da análise casuística da pormenorizada descrição de campanhas militares em que as nossas tropas participam, relatos que, se vistos de forma neutra e desapaixonada como se impõe, remetem para um ridículo de inconcutível contraproducência, visto esmaecerem feitos *de per se* credores dos maiores encómios. Como estes exemplos demonstram à saciedade:

102	... e não achou mais que vinde cavaleiros , diante dos quais veio com a espada na mão, e pondo as pernas ao cavalo rompeu um troço do inimigo de 400 homens sem outro séquito mais que os vinte. Retirou-se o castelhano com grande descompostura, e os nossos foram atrás de algumas tropas até ao lugar de Gallegos, mas o general [...] mandou tocar a recolher e retirou-se deixado dos inimigos 35 mortos e trazendo 5 prisioneiros, com alguns cavalos, e outros despojos. Três dos nossos vieram feridos.
104	O comissário da cavalaria [...] deu num lugar de Castela, que se chama Figueiró de Bargas: matou mais de sessenta homens e tomou quantidade de gado , com o qual se retirava, quando os inimigos lhe saíram ao encontro, e o acometeram por tantas partes, que não teve outro remédio, mais que pôr fogo aos trigos. [...] Neste encontro morreu muita gente ao inimigo: dos nossos 3 ou 4 homens.

Excessos de que, no entanto, os redactores têm plena percepção - tal como das respectivas repercussões - , mas apenas quando são cometidos por outrem:

389-390	Não é para deixar de advertir pelo que o vulgo a destro, e asinestro publica, e diz, encaixando-se-lhe logo na cabeça qualquer nova, que ouve, sem probabilidade alguma : como em a saída presente, que dizem fez o inimigo de Badajoz (...).

e que, por isso, exprobram, aproveitando, concomitantemente, quer para lamentar serem os portugueses pouco propensos a registar e divulgar os seus feitos quer para exaltar essas proezas dos nossos, que, sem necessidade de recorrer à mistificação (porque reais), lhes ganham:

390	... e destes, e de outros muitos semelhantes encontros pudéramos cada dia (a Deus graças) fazer muitas, e mui notáveis relações, se os portugueses se preparão tanto dos rasgos da pena, como dos da espada : e assim por mais que nossos contrários finjam , e escrevam, manifesta a verdade, todos seus triunfos se hão-de converter em tumbas, todos seus troféus em fúnebres aparatos, e todo seu rijo em amargoso pranto: mas aquele que quizer reduzir seus pensamentos à gloriosa metas das victórias, e dos triunfos, tenha a mira no céu, que de lá de cima vem guiadas todas nossas acções, com segurança tal que não podem deixar de ter felicíssimo fim.

Adversários que tratam de forma assaz deselegante, acintosa:

390	O certo é que os inimigos, à maneira de comediantes num tablado não fizeram mais que uma mostra, saindo por uma porta e entrando por outra.

O que consubstancia (e corrobora) outra das inferências imediatas do presente estudo: ser irrefutável o estuante unilateralismo dos redactores das gazetas, não conseguirem estes dissimular o seu pendor sectário nas referências aos prosélitos de outras religiões que não a católica, alusões sempre de gritante incivilidade, como aqui se pode confirmar:

376	... pois o intento do maldito herege seu autor é querer persuadir que (...); e não adverte este desaventurado que os mistérios de nossa S. Fé, e religião católica são sobrenaturais (...). Nem tão pouco consideram que Cristo Senhor Nosso declarou serem estes mandamentos necessários para a salvação das almas; [...] Notável cegueira!
384	... que cada dia morrem muitos, sem que lhes possa valer o seu falso, e infame Profeta Mafoma.

Sintetizando tudo o atrás explanado, cremos poder asseverar que, sendo o seu ADN constituído por dois elementos fundamentais (a propensão para o desmesurado e a tendenciosidade), as gazetas não legam à posteridade uma pregnante foto de família. Aliás, visto ser tão despudorado o sectarismo e recorrentes as anomalias, não pode constituir surpresa que, ao proceder à disquisição dos antepassados do jornalismo coevo, Rocha Martins (1941: 17-18), situando-se num período posterior à ocupação e domínio filipinos (1641-1662) e referindo o aparecimento de “um periódico, que devia ser, ao mesmo tempo, de incitamento aos combatentes e noticioso” - “Publicou-se então a «Gazeta» em que se relatavam as novas todas que ouve nesta corte, e que vieram de várias partes no mês de Novembro de 1641”, que era “um folheto que devia sair periodicamente”, “aparecia atulhada de notícias preciosas para a história do seu tempo” e na qual “As notícias da guerra nas raias ocupavam grande espaço”, mas onde também as “diplomáticas não eram menos claras e elucidativas” - conclua, esclarecendo que, apesar de a sua publicação ter prosseguido até Julho de 1642, no mês seguinte foi proibida “**em virtude de faltar à verdade e ser mau o seu estilo**” (negrito nosso). Admitindo, contudo, “mas o autêntico motivo deve ser diferente.” Designadamente, aventa, o receio de que, indo a guerra activar-se (1941: 21-22), “o inimigo beberia indiscretas informações no periódico, pois era tão grande a febre de minudências”, que reiteradamente deixava escapar inconveniências perigosas; mas também para obstar a que, à medida que “aumentava a maior cópia do noticiário”, aumentassem as “indiscrições, se reteria a publicação da Gazeta”. Reapareceu (*id.*: 22) em Outubro de 1642, “sendo um pouco mais comedida no noticiário”, e com “novas suspensões, paragens, adiamentos” - inferência resultante das “grandes lacunas [que] se encontraram em várias colecções do periódico” -, “Chegou até Setembro de 1647.”

Esquissada, em breve sinopse, a análise casuística que, sem veleidade de exaurir a variedade de ângulos de abordagem possíveis, efectuámos dos tópicos de maior pertinência e relevância das gazetas, cujas principais virtudes (muitas) e vícios (poucos) identificámos, sem cometer erros de paralaxe consideráveis, cremos poder afirmar terem sido cumpridos os objectivos que presidiram a este estudo (e lhe subjazem) e, de início, expusemos.

Conclusão

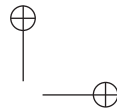
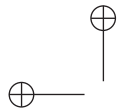
Aqui chegados, e uma vez completada a exegese das *Gazetas* “da Restauração”, afigura-se-nos plenamente judicioso reconhecer que os textos que as constituem não só encarnam o espírito da época em que se inserem como também podem dele ser reputados paradigma.

Desde o início fica patente que, ao procederem ao relato dos factos e ao explanarem as suas ideias, os autores se desvelaram na consecução de uma criteriosa triagem dos vocábulos a utilizar (de onde o estocástico está ausente) e no rigor da construção frásica, o que os torna credores dos maiores encómios. Que mais justificados seriam ainda se, em termos conteudísticos, não se houvessem manifestado tão “pródigos”, quer na enfatização dos deméritos dos adversários quer na sobrevalorização dos méritos dos nossos, aspecto em que são gratuitamente proclives à tendenciosidade laudatória que os aproxima perigosamente do tom panegírico, propensão que, no entanto, tem de ser equacionada à luz dos conceitos vigentes à época e não com a dilação de quase quatro séculos.

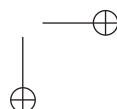
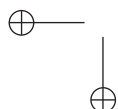
Porque, a persistirmos na obnubilação deste hiato e a insistirmos em ser o actual o paradigma comparativo a usar – ou seja, se o termo de comparação fosse o discurso jornalístico hodierno –, imperioso se tornaria reconhecer serem as gazetas seu lídimo precursor, já que nelas são outrossim detectáveis quer a anemia semântica de que as palavras são hoje vítimas quer a tetraplágia sintáctica de que pletora dos textos coevos está eivada e de que a maioria enferma.

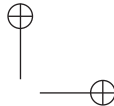
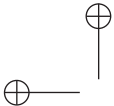
É óbvio – e em nome da cientificidade requerida por uma análise deste cariz não seria justo escamoteá-lo – existirem aspectos menos conseguidos (mormente o registo de quantidade não negligenciável de *fait divers* que desvalorizam o todo, e, inclusive algumas (escassas) discrepâncias e incongruências), que, no entanto, devem ser enquadrados no contexto epocal, um tempo em que as noções de correcto e de incorrecto não eram as hodiernas nem tão inflexíveis quanto as que nos regem.

Observados estes pressupostos e tidas em consideração estas premissas forçoso se torna inferir (e admitir) – outra ilação não é compaginável com o antes dissecionado – constituírem as *Gazetas* da Restauração um marco imprescindível, porque de incontornável pertinência, quando se almeja proceder ao estabelecimento da árvore

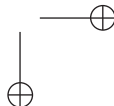
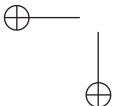


genealógica do jornalismo português, identificar os seus avoengos precursores, com vista ao seu estudo e sistematização.





CAPÍTULO 6



Redactores e impressores da *Gazeta “da Restauração”*

Gabriel Silva

1. Os autores

1.1 Manuel de Galhegos

Nascido em 1597, na cidade de Lisboa. Filho de Simão Rodrigues Galhegos e Garcia Mendes Morato. Casou com Luíza Freyre Pacheco de quem terá tido filhos. Depois de viúvo tornou-se sacerdote. Tem várias poesias publicadas em 1629 e 1630. Viveu largo tempo em Espanha, tendo convivido com o grande poeta espanhol Lope de Vega e onde produziu várias obras teatrais, entre as quais: *Entrada de Filipe em Portugal*; *Alfonso de Albuquerque*; *El honrado prudente*; *Casas a gusto por fuerza*; *La orente de Chipre*, *La reina Maria Estuarda*, mas todas hoje sem rasto. Conviveu em Madrid com vários intelectuais, portugueses e espanhóis, sendo seu mecenas Diogo Soares, secretário de estado e membro do Conselho de Portugal (Martins, 1964). Regressando a Portugal, dá-se nota de que terá sido capelão do novo rei, D. João IV e obtêm “o privilégio real de publicação do primeiro número da Gazeta concedido a Manuel de Galhegos, por alvará de 14 de Novembro de 1641” (Sousa, 2008).

Embora existam várias conjunturas sobre a co-existência de outros autores ou redactores para as ditas Gazetas que não Manuel de Galhegos, e não se eliminando a priori que um ou outro possam também ter sido seus redactores, o certo é que não faz sentido retirar a autoria principal a este. Não apenas Manuel de Galhegos tinha já sido um propagandístico da causa real de D. João IV (seja na *Relação do que tudo aconteceu...*,

seja ainda no discurso laudatório do casamento do então Duque), o certo é que por norma e sem que se conheça qualquer excepção: as licenças e alvarás eram atribuídos para impressão aos seus autores.

As gazetas “com notícias do Reino ou fora dele”, foram proibidas de publicação, por despacho manuscrito datado de 19 de Agosto de 1642 em razão “da pouca verdade de muitas, e do estilo de todas elas”. A sua publicação foi, no entanto, retomada em Outubro do mesmo ano (Silva:1870:419), mas já com outro editor.

Depois dessa data, não mais dele existem notícias com excepção da data da sua morte.

Obras:

Gigantomachia – A D. António de Menezes, impresso por Pedro Craesbeeck, 1628, poema. Segue-se *Fabula de Anaxarete*, ambos em castelhano.

Templo da memória: Poema epithalamico nas felicíssimas bodas do ex.mo sr. Duque de Bragança e Barcelos, Marquez de Villa-Viçosa, Conde de Ourem, etc., impresso por Lourenço Craesbeeck, 1635.

Relação de tudo o que se passou na felice acclamação do Mui alto e mui Poderosos Rey Dom João o IV nosso Senhor; cuja monarquia prospere Deos por largos Annos. Dedicado aos fidalgos de Portugal, impresso por Lourenço de Anvers, Lisboa, 1641. Embora anónimo, Barbosa atribui-lhe a autoria e mais tarde ao P. Nicolau da Maia.

Obras varias al real palacio del Buen-Retiro, Madrid, impresso por Maria de Quimones, 1637.

Discurso poetico, em louvor da Ulisséia de Gabriel Pereira de Castro, impresso por Lourenço Craesbeeck, Lisboa, 1636.

El inferno de amor; inédito publicado por Heitor Martins, Anadia, 1964.

1.2 Frei Francisco Brandão

Segundo Inocêncio Francisco da Silva (Silva:1859: 138), terá sido um dos redactor das Gazetas “desde Julho de 1645 em diante”.

Nasceu na vila de Alcobaça, a 11 de Novembro de 1601, filho de Gaspar Salvado e de Ana Brandão. Irmão de Frei António Brandão, igualmente monge cistercense que veio a ser arcebispo de Goa. Estudou

em Santarém, junto de um seu tio, mostrando precoces aptidões nas letras. Ao receber o hábito de monge de Cister, em Alcobaça, a 29 de Agosto de 1619, adoptou o nome de Fr. Francisco das Chagas, mas que abandona, retornando ao seu nome civil quando parte a estudar em Coimbra, onde se doutora em Teologia em 1621.

Regressa a Alcobaça onde ensinou durante seis anos.

Exerceu diversos cargos na sua ordem religiosa, sendo eleito, em 1636, Geral da sua Congregação. Sucede, em 1649, a seu tio, Fr. António de Brandão, como cronista-mor do Reino. Foi eleito como Geral da sua Congregação por duas vezes, a primeira em 1667 e a segunda em 1674 e exerceu outros cargos, como seja o de qualificador do Santo Ofício, examinador das Três Ordens militares e esmoler-mor.

Faleceu no Convento de Nossa Senhora do Desterro, em Lisboa, a 28 de Abril de 1680.

Obras:

Discurso congratulatório sobre o dia da felice restituição e aclamação da Majestade del Rei D. João o IV N. S. dedicado à mesma Majestade, impresso por Lourenço de Anvers, s.d.

Conselho e voto da Senhora D. Filipa filha do Infante D. Pedro sobre as Terçarias e guerras de Castela com uma breve noticia desta Princesa, impresso por Lourenço de Anvers, Lisboa, 1643.

Quinta parte da Monarquia Lusitana, que contem a história dos primeiros 23 anos del Rei D. Dinis, impressa por Paulo Craesbeeck, Lisboa, 1650.

Sexta parte da Monarquia Lusitana, que contem a história dos ultimos 23 anos del Rei D. Dinis, impresso por João da Costa, Lisboa, 1672.

Relação do Assassino atentando por Castela contra a Majestade delRei D. João o IV impedido miraculosamente, impresso por Paulo Craesbeeck, Lisboa, 1647.

Sermão nas exéquias que o Mosteiro de Alcobaça fez ao Infante D. Duarte no Real Convento de Santa Maria de Alcobaça em 19 de Dezembro de 1649, impresso na Oficina Craesbeeckiana, Lisboa, 1650.

Fundação do Real Convento de Alcobaça, s.d.

Discurso em comprovação do juramento de D. Afonso Henriques, s.d.

1.3 João Franco Barreto

Nascido em Lisboa, em 1600, filho de Bernardo Franco e Maria da costa Barreto. Estudou no Colégio de Santo Antão onde teve por mestre Francisco de Macedo. Apesar dos seus estudos, embarcou como militar, em 1624, em direcção à Baía na armada destinada a recuperar aquela praça brasileira da ocupação holandesa.

De regresso a Portugal, estudou Direito Canónico na Universidade de Coimbra a qual abandonou ao fim de 4 anos, em 1640, uma vez que tinha aceite tornar-se preceptor dos filhos de Francisco de Melo, mon-teiro-mór do Reino. Em 1641, tornou-se seu secretário quando aquele fidalgo foi nomeado embaixador extraordinário junto do Rei de França tendo acompanhado e deixado relato de tal missão.

Foi casado na Vila do Redondo e teve dois filhos (um rapaz que se tornou ermitão de S. Paulo e uma filha que morreu na juventude). Ficando viúvo passados alguns anos, foi ordenado presbítero e colocado na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, na Vila do Redondo. Em 1648, encontra-se como pároco da Vila do Barreiro.

O seu enorme saber e interesse nas letras cedo o levaram ao campo da poesia, tendo publicado algumas obras próprias, das quais se destaca *Cyparriso*, fábula mitológica em oitavas que mereceu diversas referências elogiosas, entre as quais se destaca a D. Francisco Manuel de Melo. Foi grande estudioso e divulgador da obra de Luís de Camões e traduziu várias obras do grego clássico. Relacionado com o grande erudito Manuel Severim de Faria, deu início, a instâncias deste, à obra *Biblioteca Portuguesa*, sumário de obras e autores nacionais que terá deixado incompleta e inédita, mas que Diogo Barbosa Machado completou sob o título de *Biblioteca Lusitana*.

A 29 de Julho de 1642 obteve o privilégio régio de D. João IV para “traduzir e imprimir as relações de França e suas gazetas”.

Diogo Barbosa Machado (Machado: 1966, 664 sgs) indica como tendo publicado as seguintes obras:

- *Cyparisso. Fabula Mythologica*, Lisboa, impressa por Pedro Crasbeeck, 1631.
- *Elegia e Soneto à morte de João Perez de Montalvão*, Madrid, 1639.
- *Relação da viagem que a França fizeram Francisco de Mello*

Monteiro mor do Reino, e o Doutor António Coelho de Carvalho hindo por Embaixadores Extraordinários delRey D. João o IV, de gloriosa memoria a ElRey de França Luiz XIII cognominado o Justo no ano de 1641. Lisboa, impresso por Lourenço de Anvers, 1642.

- *Cathalogo dos Christianissimos Reys de França e das Raynhas suas Esposas prozapia, annos da sua vida, de seu Reinado, e onde estão enterrados,* Lisboa, impresso por Domingos Lopes Rosa, 1642.

- *Index de todos os nomes próprios, que estão no poema de Luiz de Camões,* Lisboa, impresso por Antonio Crasbeeck de Mello, 1669.

- *Ortografia da língua Portuguesa,* Lisboa, impresso por João da Costa, 1671.

- *Flos Sanctorum. Historia das vidas, e obras insignes dos Santos pelo Reverendo Padre Pedro de Ribandaneira da Companhia de Jesus, e de outros Authores traduzida de Castelhana em Portuguez,* Lisboa, impresso por Antonio Crasbeeck de Mello, 1674.

Outras obras referenciadas como sendo da sua autoria:

- *História dos Cardeaes Portuguezes;*
- *Odes de Oracio em Verso Portuguez;*
- *Biblioteca Portugueza;*
- *Relação da Viagem, que a armada de Portugal fez à Bahia de todos os santos, e da restauração da cidade de S. Salvador ocupada das armas Olandezas;*
- *Discurso Apologetico sobre a visão do Indo e Ganges introduzido com excellente Prosopopeya pelo insigne, e heróico Poeta Luiz de Camoens em o Canto 4. Dos seus Lusiadas;*
- *Batrachomyomachia de homero;*
- *Geneologia dos Deuses Gentilicos,*
- *Rimas varias.*

Outras obras que lhe são atribuídas:

- *Puras verdades da musa lusitana, compostas por um curioso portuguez, oferecidas a Santo Antonio,* Lisboa, impresso por Lourenço de Anvers, 1641.

- *Rimas de Luiz de Camões Principe dos Poetas Portugueses: Primeira, Segunda, e terceira parte, nesta nova impressam emendadas e acrescentadas pelo licenciado Joan Franco Barreto,* Lisboa, impresso por António Crasbeeck de Mello, 1666-1669.

2. Impressores da Gazeta

2.1 Lourenço de Anvers (1599-1679)

Responsável pela impressão da Gazeta entre Novembro de 1641 a Janeiro de 1642 e Outubro de 1642 a Julho de 1643

Com oficina estabelecida na cidade de Lisboa, era Lourenço de Anvers, como o nome indica, de origem flamenga, natural da cidade de Antuérpia. Terá sido aprendiz de Pedro Craesbeeck, igualmente flamengo. Teria tido um filho, de seu nome Lourenço de Anvers Pacheco, igualmente impressor de profissão, embora Diogo Barbosa Machado o indique não como filho, mas sim neto (Machado: 1966, 23). É um dos impressores mais activos por alturas da Restauração, com dezenas de obras publicadas, apologistas dos interesses portugueses face a Castela e de D. João IV.

“Tem-se como muito provável ter falecido em Lisboa, pelo ano de 1677 ou muito próximo dele” (Morais: 1941, 21).

2.2 Domingos Lopez Rosa (?-1653)

Impressor das Gazetas no período de Fevereiro de 1642 a Julho de 1642 e de Novembro de 1643 a Agosto de 1648.

Residente em Lisboa, obteve privilégio por dez anos, em 1639, para impressão de um *Manual de Orações* e, em 1641, para o *Flos Sanctorum* de Fr. Diogo do Rosário (Slandes, 1881: 68), sendo também de destacar a impressão de várias obras do Padre António Vieira.

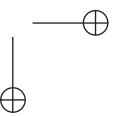
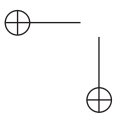
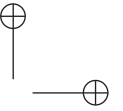
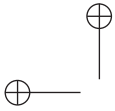
Impressor que, seja por encomenda, seja por iniciativa própria, tomou parte activa no esforço propagandístico português com dezenas de títulos publicados dentro da temática das guerras da Restauração e de luta pela legitimação do novo regime.

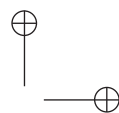
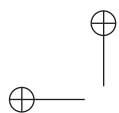
2.3 António Alvarez (1620-1659)

Impressor da *Gazeta*, de Setembro de 1643 a Outubro de 1643.

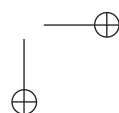
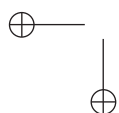
Filho de um outro impressor de origem castelhana e com igual nome, é chamado ao serviço do rei D. João IV, pois que Lourenço de Craesbeeck se mudara de Lisboa para Coimbra, em 1639.

Utiliza em várias obras a expressão «impressor Del Rei N. Senhor».





BIBLIOGRAFIA



Bibliografia

ALCADE, C. (1981). Como Leer un Periodico. Barcelona: ATE.

ALSINA, M. R. (1993). La Construcción de la Noticia. 2ª edición. Barcelona: Paidós.

ALVES, J. A. S. (2005). o Poder da Comunicação. A História dos Media dos Primórdios da Imprensa aos Dias da Internet. Lisboa: Casa das Letras.

ALVES, L. A. M. (1983) Subsídios para a História da Imprensa em Portugal. Porto: Centro de Estudos Humanísticos (monografia fotocopiada).

ANSELMO, J. (1923). Bibliografia das Bibliografias Portuguesas. Lisboa: Biblioteca Nacional.

ARAÚJO, N. (1941). Das Relações e da Gazeta de 1641 ao Jornalismo do Século XX. Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas, n. 4 (Comemorativo do Tricentenário da Gazeta), Outubro/Novembro/Dezembro de 1941: 119-124.

AROUCA, J. F. (2003). Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no Século XVII. Lisboa: Biblioteca Nacional.

AUTOR ANÓNIMO [Atribuído a HERCULANO, Alexandre] (1838, 31 de Março). Gazetas. Origem das Gazetas em Portugal. Panorama, n.º 48.

BACKTIN, M. M. (1981). *The Dialogic Imagination*. Austin: University of Texas Press.

BACKTIN, M. M. (1996). The problem of speech genres, in EMERSON, C. e HOLQUIST, M. (Eds.). *M. M. Backtins: Speech Genres and Other Late Essays*. 6th edition. Austin: University of Texas Press [edição original de 1952-1953].

BAHIA, J. (1990). *Jornal, História e Técnica: História da Imprensa Brasileira*, vol. 1, 4ª edição, São Paulo: Ática.

BAKHTINE, M. (1977). *Le Marxisme et La Philosophie du Langage*. Paris: Éditions de Minuit [edição original de 1929].

BARDIN, L. (1995). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BARNHURST, K. G. (1994). *Seeing the Newspaper*. New York: St. Martin's Press.

BARRERA, C. (Coord.) (2004). *Historia del Periodismo Universal*. Barcelona: Ariel.

BELO, A. (2001). *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso (1715-1760)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

BELO, F. e ROCHA, M. (1988). *Anatomia do primeiro periódico português*. *Claro-Escuro: Revista de Estudos Barrocos*, n.º 1, Novembro de 1988.

BELTRÃO, L. (1992). *Iniciação à Filosofia do Jornalismo*. São Paulo: Editora da USP e Com-Arte [edição original de 1960].

BENETTI, M. (2007). A ironia como estratégia discursiva da revista *Veja*. Comunicação apresentada ao GT “Estudos de Jornalismo” do XVI Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), Curitiba, Brasil.

BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. (1991). *A Construção Social da Realidade*. 9ª edição. Petrópolis: Vozes [Edição original de 1966].

BERNARDES, J. A. C.; CASTRO, A. P.; FERRAZ, M. L. A.; MELO, G. C. e RIBEIRO, M. A. (Dir.). (1995). Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa. Vol. II. Lisboa: Verbo.

BESSA, A. (1904). O Jornalismo. Esboço Histórico da Sua Origem e Desenvolvimento Até aos Nossos Dias. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares de Castro.

BESSA, A. (Director) (1898). A Exposição da Imprensa. Número único publicado em comemoração do primeiro certame jornalístico que se realiza em Portugal por ocasião das festas do IV centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia. Lisboa: Imprensa de Libano da Silva.

BIBLIOTECANACIONAL DE LISBOA (1941). Catálogo da Exposição Comemorativa do Tricentenário do Primeiro Periódico Português. Imprensa Periódica Portuguesa na Metrópole e no Império. Séculos XVII – XIX). Lisboa: Biblioteca Nacional.

BIGOTTE CHORÃO, João (1999). Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XXI. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.

BIRD, E. e DARDENNE, R. (1988). Myth, chronicle, and story: Exploring the narrative qualities of news, in CAREY, J. W. (Ed.). Media, Myths and Narratives. Newbury Park: Sage.

BORDERIA ORTIZ, E.; LAGUNA PLATERO, A. e MARTÍNEZ GALLEGU, F. A. (1996). Historia de la Comunicación Social. Voces, Registros y Conciencias. Madrid: Síntesis.

BORGA, C. (1981). Mais de 150 anos depois da prensa de Gutenberg aparecem na Europa os primeiros jornais. História, n.ºs 26-27, Dez. 1980/Jan. 1981.

BOURDIEU, P. (1984). Questions de Sociologie. Paris: Éditions du Minuit.

BOYCE, G.; CURRAN, J. E WINDGATE, P. (Eds.) (1978). Newspaper History from the 17th Century to the Present Day, London: Constable.

BRAJOS GARRIDO, A. (1999). De los antecedentes a la conquista de la libertad de expresión, in GÓMEZ MOMPART, J. L. e MARÍN OTTO, E. (Eds.). Historia del Periodismo Universal. Madrid: Síntesis.

BRIGGS, A. e BURKE, P. (2004). Uma História Social da Mídia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BRITO, B. G. (1942). História Trágico-Marítima. Barcelos: Editora do Minho [Edições originais de 1735/1736, respectivamente 1º e 2º volumes].

BROWN, R. M. (1979). The gatekeeper reassessed: A return to Lewin. Journalism Quarterly, vol. 56, 1979.

BRYANT, J. e ZILLMANN, D. (Compiladores) (1996). Los Efectos de los Medios de Comunicación. Barcelona: Paidós.

CÁDIMA, F. R. (1996). História e Crítica da Comunicação, Lisboa: Século XXI.

CANGA LAREQUI, J. (1994). El Diseño Periodístico en Prensa Diaria. Barcelona: Bosch.

CAREY, J. (1975). Communication and culture. Communication Research, 2.

CAREY, J. (2000). Some personal notes on US journalism education. Journalism, vol. 1, n.º 1.

CARVALHO, F. A. M. et al. (1891). Dicionário Bibliográfico Militar. Lisboa: Imprensa Nacional.

CHARAUDEAU, P. (2006). Discurso das Mídias. São Paulo: Contexto.

CIDADE, H. (1940). A Literatura Autonomista Sob os Filipes. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

COELHO, J. P (Dir.) (1984). Dicionário de Liteatura. Vol. II. Porto: Figueirinhas.

COMAN, M. (2003). Pour Une Anthropologie des Medias. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

CONBOY, M. (2004). Journalism: A Critical History. London: Sage.

COSTA, Fernando Dores (2004). A Guerra da Restauração 1641-1668. Lisboa: Livros Horizonte.

- COSTELLA, A. (1984). Comunicação - Do Grito ao Satélite. 3ª edição. São Paulo: Editora Mantiqueira.
- CROWLEY, D. e HEYER, P. (2003). Communication in History. Technology, Culture, Society. Boston: Pearson.
- CRUZ, A. (1990). Imprensa periódica, in Dicionário Enciclopédico da História de Portugal. Lisboa: Selecções do Reader's Digest e Publicações Alfa Lda.
- CRUZ, J. C. (2002). Introdução ao Estudo da Comunicação: Imprensa, Cinema, Rádio, Redes Multimédia. Lisboa: ISCSP/Universidade Técnica de Lisboa.
- CUNHA, A. (1898, Setembro). La Presse Périodique en Portugal. Bref Mémoire Présenté au Cinquième Congrès International de la Presse, à Lisbonne. Comunicação ao V Congresso Internacional da Imprensa, Lisboa. Lisboa: Diário de Notícias.
- CUNHA, A. (1914). O Diário de Notícias. A Sua Fundação e os Seus Fundadores. Alguns Factos para a História do Jornalismo Português. Lisboa: Tipografia Universal.
- CUNHA, A. (1929/1930). O Tricentenário da Publicação do Primeiro Periódico Português. As Relações de Manuel Severim de Faria e as Gazetas da Restauração. Comunicação Que o Sócio Correspondente sr. Alfredo da Cunha fez na Sessão da 2ª Classe em 10 de Abril de 1930. Separata do Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, nova série, vols. I e II: 358-371. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CUNHA, A. (1932). O Jornalismo. As Relações de Manuel Severim de Faria e as Gazetas da Restauração. Os Mercúrios. Quem Foi o Primeiro Periodista Português, in SAMPAIO, Albino Forjaz de. História da Literatura Portuguesa Ilustrada. Vol. III. Lisboa: Bertrand.
- CUNHA, A. (1939). Olisipo, Berço do Periodismo Português. O Tricentenário da “Gazeta” Cognominada “da Restauração”. Separata da revista Olisipo, nºs. 7 e 8.
- CUNHA, A. (1941 a). Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821). Separata das Memórias da Academia das Ciências

de Lisboa, classe Letras, 4. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

CUNHA, A. (1941 b). Relances Sobre os Três Séculos do Jornalismo Português. Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas, n.º 4 (Comemorativo do Tricentenário da Gazeta), Outubro/Novembro/Dezembro de 1941.

CUNHA, A. (1942). Periódicos e Relações, Periodistas e Noticiários. Separata do Boletim da Academia de Ciências de Lisboa, Vol. 13, Dezembro de 1941 [publicado em 1942].

CUNHA, C. e LINDLEY CINTRA, L. (1986). Nova Gramática do Português Contemporâneo. Lisboa, Ed. Sá da Costa.

CURRAN, J. (1978). The press as an agency of social control: An historical perspective, in BOYCE, G. et al. (Eds.) Newspaper History: From the 17th Century to the Present Day. London: Constable.

D'ALGE, C. (1983). O primeiro jornal português. Comunidades de Língua Portuguesa, n.º 1.

DARNTON, R. (1975). Writing news and telling stories. Deadalus, n.º 104.

DELPORTE, C. (1995). Histoire du Journalisme et des Journalistes en France. Paris: PUF.

DIAS, E. G. (2003, Dezembro). Frei Francisco Brandão [1601-1680]: Da poligrafia da história ao contributo para o arranque do periodismo em Portugal no século XVII. Revista Militar, vol. LV, n.º 12.

DIAS, E. G. (2006). As Gazetas da Restauração : [1641-1648]. Uma Revisão das Estratégias Diplomático-Militares Portuguesas [Edição Transcrita]. Lisboa: Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros.

DIAS, J. A. (1996). Craesbeeck. Uma Dinastia de Impressores em Portugal. Lisboa: APLA.

DIAS, M. F. V.; JANARDO, M. J. e SILVA, R. J. P. (1982). O jornalismo em Portugal. País de marinheiros... e de jornais. Revista de História, n.º 45.

EMERY, M. e EMERY, E. (1996). *The Press and America. An Interpretive History of the Mass Media*, 8th edition. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

ERICSON, R.; BARANEK, P. e CHAN, J. (1987). *Visualizing Deviance: A Study of News Organizations*. Toronto: University of Toronto Press.

ETTEMA, J. e GLASSER, T. (1998). *Custodians of Conscience: Investigative Journalism and Public Virtue*. New York: Columbia University Press.

FAIRCLOUGH, N. (1995). *Discourse and Social Change*. 3rd. edition. London: Polity Press.

FAIRCLOUGH, N. (1995). *Media Discourse*. London: Edward Arnold.

FANG, I. (1997). *A History of Mass Communication. Six Information Revolutions*. Boston: Focal Press.

FERNÁNDEZ PARRATT, S. (2001). *A Reportaxe de Prensa en Galicia*, Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela.

FIGANIÈRE, J. C. (1850). *Bibliografia Histórica Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Panorama.

FISHMAN, M. (1980). *The Manufacture of News*. Austin: University of Texas.

FISKE, J. (1993). *Introdução ao Estudo da Comunicação*. Porto: Asa.

FONSECA, M. (1927). *Elementos Bibliográficos para o Estudo das Guerras Chamadas da Restauração*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

FONSECA, M. A. (1896). *Subsídios Para um Dicionário de Pseudónimos Iniciais e Obras Anónimas de Escritores Portugueses. Contribuição Para o Estudo da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Ciências.

FOUCAULT, M. (1997). *A Ordem do Discurso*. Lisboa: Relógio d'Água [edição original de 1970].

FOUCAULT, M. (1999). Vigiar e Punir. 20ª edição. Petrópolis: Vozes [edição original de 1975].

FOWLER, R. (1994). Language in the News. 3rd edition. London: Routledge.

GALTUNG, J. e RUGE, M. (1965). The structure of foreign news. Journal of International Peace Research, vol. 1.

GAMSON, W. (1989). News as framing. American Behavioural Scientist, n.º 33.

GAMSON, W. e MODIGLIANI, A. (1989). Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach. American Journal of Sociology, vol. 95, n.º 1.

GAMSON, W.; CROTEAU, D.; HOYNES, W. e SASSON, T. (1992). Media images and the social construction of reality. Annual Review of Sociology, vol. 18.

GANS, H. (1979). Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time. New York: Pantheon Books.

GIDDENS, A. (1994). Modernidade e Identidade Social. Oeiras: Celta.

GIDDENS, A.; BECK, U. e LASH, S. (1995). Modernização Reflexiva. São Paulo: UNESP.

GITLIN, T. (1980). The Whole World is Watching. Berkeley: University of California Press.

GODINHO, V. M. (1963). Os Descobrimentos e a Economia Mundial. Lisboa: Arcádia.

GOFFMAN, E. (1975). Frame Analysis. An Essay on the Organization of Experience. Boston: Northeastern University Press.

GÓMEZ MOMPART, J. L. e MARÍN OTTO, E. (Eds.) (1999). Historia del Periodismo Universal. Madrid: Síntesis.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, volume XII. Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda.

GRIMBERG, C (1967). História Universal. Vols. 10, 11, 12 e 13. Lisboa: Publicações Europa-América.

JEANNENEY, J.-N. (1994). Uma História da Comunicação Social. Lisboa: Terramar, 1994.

KRIPPENDORFF, K. (1990). Metodología de Análisis de Contenido. Teoría y Práctica. Barcelona: Paidós.

LABOURDETTE, Jean-François (2001). História de Portugal. Lisboa: Dom Quixote.

LANCIANI, G. (1979). Os Relatos de Naufrágios na Literatura Portuguesa dos Séculos XVI e XVII, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa da Secretaria de Estado da Cultura.

LÁZARO CARRETER, F. et alii. (1977). “El lenguaje periodístico, entre el literario, el administrativo y el vulgar”, in Lenguaje en periodismo escrito. Madrid, Fundación Juan March.

LEAL, J. S. M. e FIGANIÉRE, J. C. (1889). Catálogo das Importantes Livrarias dos Conselheiros José da Silva Mendes Leal e Jorge César de Figanière. Lisboa: Tipografia Universal.

LISBOA, J. L. ; MIRANDA, T. C. P. R. e OLIVAL, F. (2005 e 2006). Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. 1 (1729-1731) e Vol. 2 (1732-1734). Lisboa : Edições Colibri, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora e Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.

LIVOIS, R. (1965). Histoire de la Presse Française. Paris: Le Temps de la Presse.

LÓPEZ GARCÍA, X. (Coord.) (2000). El Caton Compostelano. Estudios. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.

LULE, J. (2001). Daily News, Eternal Stories. The Mythological Role of Journalism. New York: The Guildford Press.

MACHADO, Diogo Barbosa (1966). Biblioteca Lusitana. Coimbra: Atlântida [Fac-simile da edição de 1752].

MAINGUENEAU, D. (1990). Le tour ethnolinguistique de l'analyse du discours. *Langages*, n.º 105.

MANSO, J. (1941, Dezembro). O Jornalismo. Separata do Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, vol. XIII.

MARQUES DE MELO, J. (2003). História Social da Imprensa. Porto Alegre: EDIPUCRS [1ª edição publicada em 1974, sob o título Sociologia da Imprensa Brasileira, pela editora Vozes.].

MARQUES DE MELO, J.; FADUL, A.; ANDRADE, A. e GOBBI, M. C. (1999). O Mercosul na imprensa do Mercosul. (Projecto de pesquisa). Texto policopiado.

MARTINS, H. (1964). Manuel de Galhegos. Um Poeta Entre a Monarquia Dual e a Restauração. Anadia: Tipografia Cisial.

MARTINS, R. (1942). Pequena História da Imprensa Portuguesa. Cadernos Inquérito, Série G – Crítica e História Literária, vol. XV. Lisboa: Editorial Inquérito.

MATTOSO, J. (Org.) (1993). História de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores.

MEDITSCH, E. (1992). O Conhecimento do Jornalismo. Florianópolis: Editora da UFSC.

MORAIS, C. A. (1941). Lourenço de Anvers: Primeiro Impressor da “Gazeta” Cognominada da “Restauração”. Subsídio para a História da Tipografia em Portugal, na passagem do Tricentenário da Sua Publicação 1641-1941. Separata do n.º 158 da revista Indústria Portuguesa. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa/Grémio Nacional dos Industriais de Tipografia e Fotogravura.

MOREIRINHAS PINHEIRO, J. E. (1971). Notícias Históricas de Lisboa na Época da Restauração. Extractos da Gazeta e do Mercúrio Português. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

MUÑOZ-TORRES, J. R. (2002). Por Qué Interesan las Noticias. Barcelona: Herder.

MURIALDI, P. (1996). Storia del Giornalismo Italiano, Bolonia: Il Mulino.

NAVARRO, Francesc (2005). História Universal. Vols. 14 e 15 (As Mudanças da Idade Moderna). Lisboa: Promoway Portugal/Público.

NEVES, J. A. (1983). A Imprensa de Língua Portuguesa no Mundo. Comunidades de Língua Portuguesa.

NEVES, J. A. (1989). História Breve da Imprensa de Língua Portuguesa no Mundo. Lisboa: Direcção Geral da Comunicação Social.

NORONHA, T. (1857). Ensaio Sobre a História da Imprensa. Lisboa: Tipografia Franco-Portuguesa de Lallemant.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. (2006). Breve História de Portugal. 6ª edição. Lisboa: Presença.

PARK, R. (1940). News as a form of knowledge: A chapter in the sociology of knowledge. The American Journal of Sociology, vol. 45, n.º 5.

PASSOS, C. (1928). Navegação portuguesa dos séculos XVI e XVII. Naufrágio Inéditos. Novos subsídios para a história trágico-marítima de Portugal, Biblos, IV.

PENA RODRIGUEZ, A. (1994). Historia del periodismo portugués, in PIZARROSO QUINTERO, A. (Coord.). Historia de la Prensa. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces.

PEREIRA, A. X. S. (1895). Dicionário Jornalístico Português. Manuscrito inédito conservado na Academia das Ciências de Lisboa, Mss. série azul, n.º 445.

PEREIRA, A. X. S. (1895). O Jornalismo Português. Resenha Cronológica de Todos os Periódicos Portugueses Impressos e Publicados no Reino e no Estrangeiro Desde o Meados do Século XVI Até à Morte do Saudoso Rei Senhor D. Luís I, Bem Como os Jornais em Língua Estrangeira Publicados em Portugal Durante o Mesmo Tempo. Extraída do Dicionário Jornalístico Português. Lisboa: Tipografia Soares.

PEREIRA, A. X. S. (1897). Os Jornais Portugueses. Sua Filiação e Metamorfoses. Notícia Suplementar Alfabética de Todos os Periódicos Mencionados na Resenha Cronológica do Jornalismo Português Recentemente Publicada Pelo Mesmo Autor e Agora Correcta e Aumentada. Lisboa: Imprensa de Libano da Silva.

PERES, D. (Org.) (1934). História de Portugal. Barcelos: Portucalense Editora.

PEUCER, T. (2000). Os relatos jornalísticos. Comunicação e Sociedade, n.º 33, pp. 199-214, 2000. (Tradução de *De relationibus novellis*, Leipzig: Tese de Doutorado em Periodística – Universidade de Leipzig, 1690.)

PHILLIPS, E. B. (1976). What is news? Novelty without change? *Journal of Communication*, vol. 26, n.º 4.

PINTO DE MATOS, R. (1878). Manual Bibliográfico Português de Livros Raros, Clássicos e Curiosos. Porto: Livraria Portuense.

PINTO, M. e SZYMANIAK, W. (2005). Títulos das Notícias Recursos Retórico-Estilísticos: Intencionalidade ou Acaso? Coimbra, Minerva.

PINTO, M. (2005). Ainda bem que Mo Sugeriu: ‘Jornalês’, que Diabo de Linguagem É Essa?. Porto, Ed. UFP.

PINTO, M. (2006). Como Evitar o Atamancado do ‘Jornalês’ – Contributos para uma Boa Prática da Escrita Jornalística. Porto, Papiro Editora.

PINTO, R. J. (1997). The Evolution of the Structure of Political Journalism in Four “Quality” Newspapers (1970-1995). Tese de doutoramento não publicada, apresentada à Universidade do Sussex.

PIZARROSO QUINTERO, A. (Coord.) (1994). Historia de la Prensa. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces.

PONTE, M. C. M. (2002). Quando as Crianças São Notícia. Contributo Para o Estudo da Noticiabilidade na Imprensa de Informação Geral (1970-2000). Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, área de Jornalismo, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

REMÉDIOS, M. (1914). História da Literatura Portuguesa. 4ª edição. Coimbra: Atlântida.

RIZZINI, C. (1968). O Jornalismo Antes da Tipografia. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

ROCHA, M. (1941). Pequena História da Imprensa Portuguesa. Lisboa, Editorial Inquérito, Lda.

ROCK, P. (1973). Deviant Behaviour. London: Constable.

RODRIGUES LAPA, M. (1979). Estilística da Língua Portuguesa. Coimbra, Coimbra Edit.

RODRIGUES, A. D. (s/d). A Comunicação Social. Noção, História, Linguagem. 2ª edição. Lisboa: Vega.

ROSADO, Nuno (1966). A Imprensa. Coleção Educativa, n.º 11. Lisboa: Ministério da Educação Nacional/Direcção-Geral do Ensino Primário.

ROTHENBUHLER, E. W. e COMAN, M. (2005). Media Anthropology. London: Sage.

RUIZ ACOSTA, M. J. (1998). Historia General de la Comunicación: Escritura y Prensa. Alcalá de Guadaira: MAD.

SALVADORI, M. L. (Coord.) (2005) História Universal. Vols. 8, 9, 10 e 11. Lisboa: Planeta DeAgostini para Grupo Cofina, 2005.

SAMPAIO, A. F. (Org.) (1942). História da Literatura Portuguesa Ilustrada. Vol. III. Lisboa: Bertrand.

SÃO BOAVENTURA, Frei F. (1827). Memória do que se pode acrescentar ao que corre impresso na Biblioteca Lusitana sobre a vida e escritos do Cronista-Mor Frei Francisco Brandão”, in História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa, tomo X, parte I. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências.

SARAIVA, A. J. e LOPES, Ó (1985). História da Literatura Portuguesa. 13ª edição corrigida e actualizada. Porto: Porto Editora.

SCHUDSON, M. (1988). Porque as notícias são como são. Comunicação e Linguagens, n.º 8.

SCHUDSON, M. (1996). The Power of News, Cambridge: Harvard University Press, 1995.

SCHUDSON, M. (2000). The sociology of news production revisited, in CURRAN, J. e GUREVITSCH, M. (Eds.) Mass Media and Society.

London: Edward Arnold, 2000.

SCHULZE SCHENEIDER, I (1994). La prensa en Alemania, in PIZARROSO QUINTERO, A. Historia de la Prensa, Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces.

SERRÃO, J. (1992). Dicionário de História de Portugal. Porto: Livraria Figueirinhas.

SERRÃO, J. V. (1962). História Breve da Historiografia Portuguesa. Lisboa: Verbo.

SERRÃO, J. V. (1973/1974). Historiografia Portuguesa. Volumes II e III. Lisboa: Verbo.

SERRÃO, J. V. (1980). A imprensa periódica, in História de Portugal: A restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750), vol. V. Lisboa: Verbo.

SILVA, I. F. (1859). Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Inocência Francisco da Silva Aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Tomos 2, 3 e 6. Lisboa: Imprensa Nacional.

SILVA, I. F. S.; ARANHA, B. e BRITO, J. J. G. (1987). Dicionário Bibliográfico Português. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda [reedição fac-similada].

SLOAN, W. D. (1991). Perspectives on Mass Communication History, Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.

SMITH, A. (1979). The Newspaper. An International History, London: Thames and Hudson.

SOUSA, J. M. M. e VELOSO, L. M. M. (1987). História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios Para Uma Bibliografia. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

SOUSA, J. P. (2000). As Notícias e os Seus Efeitos. Coimbra: Minerva.

SOUSA, J. P. (2005 b). Introdução à Análise do Discurso Jornalístico Impresso. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

Livros LabCom

SOUSA, J. P. (2005). Elementos de Jornalismo Impresso. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

SOUSA, J. P. (2006 b). A relação da muito notável perda do Galeão São João e a génese do jornalismo lusófono. Comunicação apresentada ao XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília, Brasil.

SOUSA, J. P. (2006 c, Novembro). As relações de naufrágios do século XVI e a génese do jornalismo lusófono. Comunicação apresentada ao IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Porto Alegre, Brasil.

SOUSA, J. P. (2006). Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media. 2ª edição revista e ampliada. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

SOUSA, J. P. (Coord.) et al. (2006). A Génese do Jornalismo Lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

SPITULNIK, D. (1993). Anthropology and mass media. Annual Review of Anthropology, vol. 22.

STARR, P. (2004). The Creation of the Media. Political Origins of Modern Communications. New York: Basic Books.

STEPHENS, M. (1988). A History of News. New York: Penguin Books. [Consultada a versão brasileira de 1993: História das Comunicações. Do Tantã ao Satélite. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.]

STEVENS, J. e DICKEN-GARCIA, H. (1980). Communication History. Beverly Hills: Sage.

TAMBOSI, O. (2007). Jornalismo e teorias da verdade. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, vol. 30, n.º 1.

TANCREDO DE MORAIS, A. N. (1941). Comemoração do Tricentenário do 1º periódico Português “Gazeta” de 1641. Separata da Revista Militar. Lisboa: Tipografia Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

TENGARRINHA, J. (1989). História da Imprensa Periódica Portuguesa, 2ª edição revista e ampliada, Lisboa: Caminho. [Edição original de 1965.]

TENGARRINHA, J. (2006). Imprensa e Opinião Pública em Portugal. Coimbra: Minerva.

TRAQUINA, N. (2002). Jornalismo, Lisboa: Quimera.

TUCHMAN, G. (1976). Telling stories. Journal of Communication, vol. 26, n.º 4.

TUCHMAN, G. (1978). Making News. A Study in the Construction of Reality. New York: MacMillan.

TÚLIO, S (1866). Introdução bibliológica, in AA.VV. I Brinde Aos Senhores Assinantes do Diário de Notícias. Lisboa: Tipografia Universal, pp. I-XXII.

TÚÑEZ, M. (1999). Producir Noticias. Cómo Se Fabrica la Realidad Periodística. Santiago de Compostela: Tórculo Edicións.

VALLADARES, R. (2006). A Independência de Portugal. Guerra e Restauração 1640-1680. Lisboa: A Esfera dos Livros.

VAN DIJK, T. A. (1990). La Noticia Como Discurso. Barcelona: Paidós.

VELOSO, L. M. (2005). A Gazeta da Restauração e o nascimento da imprensa periódica portuguesa, in RUAS, João (Coord.). Tesouros da Biblioteca Pública de Évora. Lisboa: INAPA.

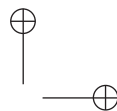
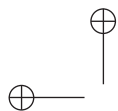
VÉRON, Eliseo (1999). A Análise do Contrato de Leitura: Um Novo Método para os Estudos de Posicionamento de Suportes Impressos. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.

WIMMER, R. D. e DOMINICK, J. R (1996). La Investigación Científica de los Medios de Comunicación. Una Introducción a Sus Métodos. Barcelona: Bosch.

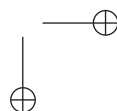
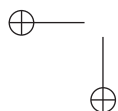
WOLF, M. (1987). Teorias da Comunicação. Lisboa: Presença.

WOLFSFELD, G. (1991). Media, protest and political violence: A transactional analysis. Journalism Monographs, 127.

Livros LabCom



Apêndices



Apêndice 1

Cronologia 1641-1647

» Cronologia portuguesa

1641

- Cortes de Lisboa.
- Concessão de liberdade de comércio aos holandeses nos portos portugueses.
- O Padre António Vieira chega do Brasil acompanhado do filho do governador, garantindo a D. João IV o apoio da colónia.
- D. Francisco Manuel de Melo chega de Londres e apoia D. João IV. O novo Soberano de Portugal encarrega-o de ir à Holanda recrutar 44 navios de guerra com auxiliares holandeses.
- Conjura contra D. João IV resulta na execução do Duque de Caminha e do Conde de Armamar, entre outros.
- Desvalorização da moeda. Criação do imposto da décima.
- Celebração de tratados de paz e aliança com a França, as Províncias Unidas (tréguas por dez anos) e a Suécia. Os tratados de paz não impedem, porém, que a Holanda conquiste aos portugueses Sergipe e Maranhão, no Brasil; a ilha atlântico-africana de São Tomé; Luanda, em Angola; e Malaca, no Extremo Oriente (o que dá à Holanda o controlo do comércio com a Índia).
- Ataques espanhóis a Olivença e Elvas. Batalha de Elvas.
- Em Novembro, começa a publicação da *Gazeta* “da Restauração”.

1642

- Cortes de Lisboa.
- Nova desvalorização da moeda.
- Criação do Conselho Ultramarino.
- Abolidos os monopólios reais nas Índias e na Guiné, com excepção da canela.
- Os holandeses conquistam Acém aos portugueses.
- Tratado de aliança e comércio entre Portugal e a Inglaterra.
- Lei sobre a imprensa.

1643

- Nova desvalorização da moeda.
- Instituição das secretarias de Estado e do cargo de secretário de Estado.
- Execução do secretário de Estado, Francisco de Lucena.
- Revalidação das *Ordenações Filipinas*.
- Salvador Correia de Sá nomeado almirante das frotas do Brasil.
- Criação do Tribunal da Junta dos Três Estados.
- Criação da Casa das Rainhas de Portugal.

1644

- D. António Luís Meneses de Cantanhede, primeiro Marquês de Marialva, é nomeado capitão-general do exército no Alentejo.
- Batalha do Montijo (Espanha) termina com a derrota do exército espanhol às mãos dos portugueses ou, para alguns historiadores, com um “empate” inconclusivo.
- Cerco de Elvas.
- Portugueses e nativos insurgem-se contra os holandeses no Brasil, nos territórios ocupados pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.
- D. Francisco Manuel de Melo é preso sob a acusação de conivência num assassinato.

1645

- Cortes de Lisboa.
- Insurreição contra os holandeses em Pernambuco, Brasil. Batalha de Tabocas ganha pelos insurrectos portugueses, negros e nativos.

1646

- Cortes de Lisboa.
- Nossa Senhora da Conceição é proclamada padroeira de Portugal.
- Desvalorização da moeda.
- O exército espanhol ocupa Olivença, que ainda hoje é território espanhol.
- Portugueses perdem batalhas em Vila Viçosa e Telená, mas sem consequências de maior.
- O Padre António Vieira parte para Paris e Haia.
- Nova conjura para matar D. João IV, instigada por Filipe IV.

1647

- Frustrada tentativa de regicídio contra D. João IV.
- Criação da Aula de Fortificações e Arquitectura Militar, na Ribeira das Naus.
- Concessão de privilégios especiais a mercadores ingleses em Portugal.

» Cronologia internacional**1641**

- O Parlamento inglês aprova uma lei segundo a qual a sua convocação deixa de estar dependente do Rei.
- Prisão e execução do principal conselheiro e ministro do Rei Carlos I de Inglaterra, Lorde Strafford.
- Massacre de 30 mil ingleses protestantes na Irlanda provoca o boato de que o Rei Carlos I e a sua mulher, católica, eram cúmplices no massacre. Aumentou o ódio aos católicos, cuja causa era crescentemente identificada com a causa do Rei, enquanto a causa dos protestantes, maioritários em Inglaterra, era crescentemente identificada com a causa do Parlamento.
- França invade e ocupa a Alsácia.
- Tratado entre a Suécia e o estado de Brandemburgo, embrião da futura Prússia.

1642

- A 4 de Janeiro, Carlos I de Inglaterra dirige-se ao Parlamento para prender cinco deputados, que se refugiam no edifício do Conselho Municipal, entre os quais John Pym, que viria a ser o líder inicial da revolta parlamentar. No dia seguinte, o Conselho Municipal recusa-se a entregar os parlamentares ao Rei. A 10 de Janeiro o Rei e a Corte abandonam Londres e dirigem-se a Oxford, onde Carlos I funda um Parlamento (o Parlamento Misto) e organiza um exército. O Parlamento auto-declara a sua indissolução e também recruta um exército. No Verão, começa a guerra civil. O exército parlamentar impede o exército real de avançar sobre Londres.
- O exército sueco, liderado por Lennart Tortensson, coligado com o exército contra-imperial dos príncipes e eleitores protestantes dos esta-

dos alemães do Sacro-Império, vence o exército do Imperador Fernando III, coligado com tropas espanholas.

- Morte do cardeal Richelieu, em França. Sucede-lhe o cardeal Mazarino como principal governante do país.

1643

- O líder do Parlamento inglês, John Pym, assina um tratado de assistência com os escoceses.
- O exército parlamentar inglês vence várias pequenas batalhas contra o exército real, mas este toma Bristol, ficando na posse da maioria de Inglaterra. O exército parlamentar é confinado ao Sudeste de Inglaterra, mas o Parlamento controla a capital.
- Morte do Rei de França, Luís XIII. Sucede-lhe o seu filho Luís IV, mas a Rainha Ana de Áustria assume a regência, tendo o cardeal Mazarino por primeiro-ministro.
- O general francês Condé vence os espanhóis, comandados por D. Francisco de Melo, na batalha de Rocroi, no nordeste de França. Os franceses ocupam a Flandres e Henan.
- O exército do Imperador Fernando III, maioritariamente formado por austríacos e bávaros, vence um exército francês em Tuttlingen (na actual Alemanha).
- Guerra entre a Dinamarca e a Suécia. Os suecos, comandados por Lennart Torstensson, invadem a Jutlândia.
- Morte de Luís XIII, em França. Sucede-lhe o seu filho de 5 anos, Luís XIV.
- As colónias inglesas na América do Norte, embrião dos Estados Unidos, formam a Confederação da Nova Inglaterra para defesa.

1644

- Os escoceses invadem o norte de Inglaterra, em benefício do exército parlamentar.
- O general Fairfax, líder do exército parlamentar, vence um exército real composto essencialmente por realistas irlandeses em Nantwich e toma York.
- Batalha de Marston Moor termina com a derrota do exército real inglês. Do lado das forças parlamentares distingue-se Oliver Cromwell,

um puritano que comanda a cavalaria.

- Carlos I de Inglaterra vence a batalha da Cornualha contra o exército parlamentar.
- Os exércitos franceses de Condé e de Turenne batem um exército bávaro em Freiburg im Breisgau, em Junho. O exército francês, liderado pelo Visconde de Turenne, invade a Renânia.
- Na china, a dinastia Ch'ing substitui a dinastia Ming.
- Cristina é coroada Rainha da Suécia ao atingir a maioridade (18 anos).

1645

- O Marquês de Montrose tenta sublevar os clãs escoceses em favor de Carlos I, mas as suas forças são derrotadas por um exército parlamentar chefiado por David Leslie.
- O arcebispo Laud, um dos principais conselheiros de Carlos I, preso desde 1641 na Torre de Londres, é executado.
- Batalha de Naseby termina com a derrota do exército real inglês às mãos dos exércitos parlamentares.
- A Suécia, com um exército comandado por Lennart Torstensson, invade a Saxónia, forçando o eleitor desse estado a celebrar um tratado.
- Forças suecas batem o exército imperial de Fernando III na Boémia e tomam a Morávia.
- Tratado de paz entre a Dinamarca e a Suécia.
- Os turcos otomanos declaram guerra à República de Veneza.
- Derrota do general francês Turenne na batalha de Marienthal.
- O general francês Condé vence a batalha de Nördlingen contra o exército imperial e tropas espanholas.
- O czar russo Miguel Romanov morre, sendo sucedido pelo seu filho Alexis, de 16 anos.

1646

- Termina a guerra civil em Inglaterra com a rendição de Oxford. Carlos I escapa de uma perseguição parlamentar em Newcastle e refugia-se na Escócia. Fracassam as negociações entre o Rei, que poderia ter sido reconduzido na chefia do Estado, e o Parlamento, pois o Soberano recusa aceitar o Presbiterianismo como religião nacional de Inglaterra e o controlo parlamentar do exército por um período de 20 anos.

- O general francês Condé conquista Dunquerque aos espanhóis.
- Os exércitos coligados da Suécia e da França invadem a Baviera, batendo o exército imperial de Fernando III. Forças suecas entram em Praga.

1647

- Os escoceses entregam Carlos I ao Parlamento contra o perdão de uma dívida de 400 mil libras. O Rei foge, mas é recapturado. Os escoceses, secretamente, encetam negociações com o Soberano oferecendo-lhe apoio se ele abolisse o episcopado (governo da Igreja pelos bispos).
- Invasão da Baviera. Os suecos e franceses obrigam o eleitor Maximiliano I da Baviera a celebrar o Tratado de paz de Ulm, que este último rapidamente quebra, no Outono, reentrando na guerra ao lado do Imperador (seria batido novamente em Maio de 1648).
- O *stadtholder* das Províncias Unidas, Frederico Henrique de Nassau e de Orange, morre. O seu jovem filho Guilherme II, casado com a princesa Mary, filha de Carlos I, sucede-lhe, mas não tem capacidade de controlar o governo das Províncias Unidas.

Apêndice 2

Gazeta “da Restauração”: Inventário de existências

Chave: BN: Biblioteca Nacional; BPE: Biblioteca Pública de Évora; BPMP: Biblioteca Pública Municipal do Porto; BGUC: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; CSCML: Colecção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Novembro 1641 [primeira <i>Gazeta</i> com existência documentada]	BN: Res. 522//V. 1-37; Microfilme: F.5489; Res. 109 V. BPE: Res. 443 Nota: Foram feitos numerosos fac-similes deste primeiro número da <i>Gazeta</i> , sendo comum encontrar nas bibliotecas o que foi editado para celebrar os 300 anos do primeiro periódico português, em 1941. O título completo do primeiro número era <i>Gazeta Em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641</i> , ao contrário dos números seguintes, bastante mais parcimoniosos, que apenas indicavam <i>Gazeta</i> do mês tal, incluindo, mais tarde, a designação “ <i>De Novas Fora do Reino</i> ” e, no período em que foram bimensais, indicações sobre a ordem de publicação dentro de um mesmo mês (primeira ou segunda).
Dezembro 1641	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.); Res. 109 V.; Res. 247 V. BPMP: x’-2-15 (exemplar em mau estado de conservação) BPE: Res. 443 CSCML: L.A. XVII 0572 27
Janeiro 1642	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.); Res. 109 V.; Res. 247 V. BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 443 BPMP: x’-2-15 CSCML: L.A. XVII 0572 28
Fevereiro 1642	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 109 V.; Res. 247 V. [No microfilme deste reservado, com cota F. 3523, faltam folhas da <i>Gazeta</i>] BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 443 BPMP: x’-2-15 CSCML: L.A. XVII 0572 29

Março 1642	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 109 V.; Res. 247 V. BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 443 BPMP: x'-2-15 CSCML: L.A. XVII 0574 7
Abril 1642	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.); Res. 109 V.; Res. 247 V. BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 443 BPMP: x'-2-15 CSCML: L.A. XVII 0574 8
Maio 1642	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 109 V.; Res. 247 V. BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 443 BPMP: x'-2-15 CSCML: L.A. XVII 0574 9
Junho 1642	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.); Res. 109 V. BGUC: VT-16-6-60 BPMP: B-5-75 (5) [em miscelânea]; x'-2-15 BPE: Res. 443 CSCML: L.A. XVII 0573 3
Julho 1642	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 109 V. BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 443 BPMP: x'-2-15 CSCML: L.A. XVII 0573 7
Outubro (1ª) 1642 [primeira com a designação “ <i>de Novas Fora do Reino</i> ”]	BN: Res. 522//V. 1-37 BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 443 BPMP: x'-2-15 CSCML: L.A. XVII 0573 25
Outubro (2ª) 1642	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 109 V. BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 443 BPMP: x'-2-15 CSCML: L.A. XVII 0574 30
Novembro (1ª) 1642	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.) BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 443 BPMP: x'-2-15 CSCML: L.A. XVII 0573 39

Novembro (2 ^a) 1642	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.) BGUC: VT-16-6-60 CSCML: L.A. XVII 0573 46
Dezembro (1 ^a e 2 ^a) 1642	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.) BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 443
Março 1643 [excepcional- mente não traz a designação “ <i>de Novas Fora do Reino</i> ”]	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.) BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 443
Abril 1643	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.); Res. 109 V. BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 443 BPMP: x’-2-15
Maio 1643	BN: Res. 522//V. 1-37 BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 443
Junho 1643	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.) BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 443 BPMP: x’-2-15
Julho 1643	BN: Res. 522//V. 1-37 BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 443
Setembro 1643	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 109 V. BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 444
Outubro 1643	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.); Res. 109 V. BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 444
Novembro 1643	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.) BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 459 BPMP: x’-2-15
Dezembro 1643	BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 448 BN: Res. 522//V. 1-37

Janeiro 1644	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.) BPE: Res. 448 BPMP: x'-2-15
Fevereiro 1644	BN: Res. 522//V. 1-37 BPE: Res. 448
Março e Abril 1644	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.); Res. 109 V. BPE: Res. 463
Maio e Junho 1644	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 109 V.
Julho e Agosto 1644	BN: Res. 522//V. 1-37 BPE: Res. 459
Janeiro 1645	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.); Res. 109 V. BPE: Res. 461; Res. 457 BPMP: x'-2-15
Junho 1645	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.) BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 451; Res. 459
Julho 1645	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.) BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 459
Agosto 1645	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 109 V. BPE: Res. 463
Julho e Agosto 1646	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.) BPE: Res. 463
Setembro e Outubro 1646	BN: Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.) BPE: Res. 463
Novembro 1646	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.) BGUC: VT-16-6-60 BPE: Res. 463
Agosto 1647	BN: Res. 522//V. 1-37; Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.) BPE: Res. 466
Setembro 1647 [última documentada]	BN: Res. 4371 P. (ou Res. 4371//1-29 P.) BPE: Res. 466 BPMP: x'-2-15

Apêndice 3

Gazeta “da Restauração”: Índice de assuntos de alguns números

Mônica Delicato

Gazeta em que se relatam as novas todas, que houve nesta Corte, e que vieram de várias partes no mês de Novembro de 1641

N.º de ordem da notícia	Tema
1	Batalha naval entre holandeses e castelhanos. A armada holandesa envolvida na batalha, recolhida no porto, prepara-se para atacar os portos da Andaluzia.
2	Transferência do Conde de Castanheira da prisão de Setúbal para o Castelo de Lisboa.
3	Referência ao milagre do crucifixo da Sé e a morte de um homem após dizer que o braço do crucifixo poderia despregar.
4	Rebelião do galeão de Santa Margarida pedindo mais marinheiros e consequente resultado.
5	Certificação da prova de inocência de Luís de Abreu por conjura contra a pessoa Real.
6	Descrição da batalha entre os portugueses de Miranda e os mandados pelo Conde de Alba de Liste e o Marquês de Alcanises.
7	Nomeação do Conde da Vidigueira para embaixador de França.
8	Nomeação de Dom Antão de Almada como assistente dos negócios do reino.
9	Chegada de Frei Dinis de Alencastre das partes do Norte a mando do rei.
10	Descrição da batalha de Valverde e tática adoptada pelo General Martim Affonso de Mello.
11	Notícia dos sentimentos em que estavam os galegos após o combate com os portugueses.
12	Relato do encontro de 11 homens de Castro Lobeiro com hostes castelhanas.
13	Combate em Caminha.
14	Nomeação de Dom Rodrigo da Cunha Priorado do Crato.
15	Prisão de frade Beguino por espionagem.
16	Nomeação por mestres de campo de Cristóvão de Mello e Dom Sacho Manoel.

17	Publicação do subsídio eclesiástico.
18	Abertura do comércio de Moscobia.
19	Notícias sobre franceses na Fonte Rabia.
20	Chegada de caravela das Índias.
21	Nomeação de Dom Nuno Mascarenhas como capitão de cavalos.
22	Chegada do navio da esquadra de Rui de Brito que estava presumivelmente perdido.
23	Tristão de Mendonça é nomeado General tendo como seu almirante Capitão Francisco Duarte.
24	O Padre João de Matos noticia que o Sumo Pontífice aguarda a chegada do bispo embaixador de Portugal apesar de todos os entraves levantados por Castela.
25	Regresso de Francisco de Sousa Coitinho do reino da Suécia. Relato do sucesso da viagem.
26	Relato do duelo entre o Conde de Bocoí com Monsiur Baron.
Notícias de Fora do Reino	
27	Carta de um português sobre partida de naus de guerra da Holanda e o temor dos castelhanos em encontrar inimigos espanhóis. Notícia da armada holandesa saída de Pernambuco com uma esquadra portuguesa nos mares do Brasil, na volta da Bermuda.
28	Posicionamento da armada de Castela, sendo General o Duque Maqueda
29	Portugueses presos em Madrid.
30	O Bispo de Lamego fica em Marselha para dali passar à Roma.
31	Príncipe do Conde está sobre Perpignan.
32	Saques de Monsiur de la Mota em Aragão.
33	Recepção da nobreza de Portugal em Génova e Veneza. Dom João IV é admitido embaixador do Rei Dom Felipe.
34	Reforma da armada do Bispo de Bordéus.
35	O Papa levanta gente da igreja.
36	Acções do Rei de Inglaterra e intenção de restaurar o Palatinado.
37	Notícia de franceses em Fonte Rabia
38	Carta de Castro Marinho com notícia de destroços da Armada de Castela pela Armada de Holanda.

Gazeta do mês de Dezembro de 1641

N.º de ordem da notícia	Tema
1	Descrição da solenidade da restituição ao Estado de Portugal do seu legítimo rei (Dom João IV), com a participação do povo e das individualidades do reino, ocorrida na cidade de Lisboa.
2	Descrição de incursão da cavalaria portuguesa em território espanhol, pelos lados da cidade de Badajoz, e da batalha ocorrida com a cavalaria castelhana que veio ao seu encontro.
3	Chegada de naus francesas a Samalo que trouxeram apoio de guerra ao rei de Espanha.
4	Impressão do livro <i>Summa Universe Philosophie</i> , de Padre Baltazar Teles.
5	Notícia vinda de São Miguel que uma esquadra portuguesa se apoderou de uma nau castelhana que levava apoio de guerra para a fortaleza.
6	Chegada de prisioneiros castelhanos e galegos.
7	Batismo de dois fidalgos mouros em Mazagão.
8	Visita de Sua Majestade aos armazéns e armada real.
9	Despacho de D. Fernando Telles de Faro a Capitão Mor da vila de Campo Mayor.
10	Morre o Conde de Odemira.
11	Fuga de soldado estrangeiro, sua captura e seu enforcamento.
12	Saques de tropas de cavalaria castelhana e de mosqueteiros nas fronteiras de Trás-os-Montes. Ajuntamento de companhias portuguesas e busca dos inimigos em Bemposta, com batalha e retirada dos castelhanos.
13	Envio de cadea de ouro e anel de diamante do Rei de Portugal ao general da armada de Holanda e ao seu almirante e cadeas de ouro aos capitães.
14	Descrição do resultado da luta travada entre castelhanos que vão a Campo Maior e se encontram com 40 cavaleiros da terra que, posteriormente, foram socorridos por holandeses.
15	Morre Padre Diogo de Areda, pregador da companhia.
16	Sermão do Padre Inácio Mascarenhas na festa de São Francisco Xavier.

17	Os portugueses de Castro Laboreiro, sabendo da realização de uma feira na Galiza, fizeram emboscada aos galegos e depois de capturar e matar alguns trouxeram o gado de lá.
18	Saída de navio do Brasil do porto de Caminha, que apanhado por tempestade, encalhou perto da fortaleza da Guarda. Descrição do ataque dos galegos ao navio encalhado e resposta dos portugueses de Caminha.
19	Descrição da saída de Dom Rodrigo de Castro, capitão de cavalos, ao encontro dos castelhanos com prisioneiros portugueses para os lados de Estremoz.
20	Nau de Inglaterra trazia soldados portugueses prisioneiros em Ceilão e Flandres, assim como apoiantes do Rei de Portugal nestas guerras. Identificação dos apoiantes do Rei.
21	Notícia da chegada a suas casas do Conde de Castanheira, Conde de ValdeReys e Gonçalo Pires de Carvalho.
22	Notícia da Baía que os holandeses tinham enviado uma esquadra a Angola e declaração do general da armada de Holanda sobre tal acto.
23	Preparação pelo Governador de Angola, Manuel Quaresma Carneiro, da defesa da cidade. Batalha de nau francesa e outra portuguesa contra nau castelhana.
24	Notícia da ida a Campo de Marvão do Duque de Medina Sidonia com sua cavalaria com a intenção de desafio ou mostrar posse ao General Martim Afonso de Melo que foi ao seu encontro ido da cidade de Elvas.
25	Nomeação do Marquês de Ferreira para o cargo de mordomo da Rainha de Portugal, feita pelo Rei de Portugal.
Notícias de Fora do Reino	
26	Armada francesa, enviada ao reino, refugia-se em portos da Bretanha por causa de um temporal mas que daí partirá novamente por Janeiro e reforçada com mais dez navios.
27	Marquês Manuel Silvestre de Guzmán Ayamonte está preso, e com muitos guardas, por ordem do Rei Filipe.
28	Marquês Armand de Maillé de Brézé está na Catalunha com um exército e que tem sitiada Tarragona.
29	Notícia e dúvidas levantadas pela morte do Infante Cardeal sobre a governação de Airien, praça no país de Artóis, ganha pelo Rei de França ao Rei Filipe de Espanha.
30	Notícia do naufrágio de uma das três naus que saíram de Cádiz com dinheiro para Londres e Flandres.

31	Notícia de que o Conde de Torlon, servindo a Coroa de Castela na fronteira de Ayamonte, castiga soldados por fugirem do alojamento e que o Bispo de Lamego foi recebido em Roma com grande aplauso.
32	Notícia do envio pela Rainha da Suécia e da batalha travada contra Octávio Piccolomini e o exército do Imperador da Alemanha.
33	Notícia e relato, tendo como fonte os soldados que vieram da Índia e da Flandres, da descrição dos acontecimentos por que passaram os Embaixadores de Inglaterra, desde que saíram de Portugal até chegarem a Londres assim como da recepção de que foram alvos e dos objectivos conseguidos.
34	Notícia da entrada do Rei de Inglaterra na Escócia acabando com a rebelião e nomeando Conde a Lailei.
35	Notícia da ida ao Reino da Irlanda de Comissários do Rei Carlos de Inglaterra com o sentido de fazer saber que o Rei Carlos era o verdadeiro Príncipe e Senhor da Igreja assim como a resposta dada pelos Irlandeses Católicos e seus aliados.
36	Notícia da guerra entre católicos e protestantes, impressa em Dublin, foi lida publicamente no Parlamento de Londres.
37	Notícias e descrição das alterações, instabilidades e perseguições que ocorrem em Londres sobre a religião, nomeadamente sobre os Católicos Romanos.
38	Notícia da esperança de que o cerco a Airien fosse alvo de socorro pelo exército do Rei de França.
39	Notícia da tomada de um navio vindo de Roterdão pelos habitantes de Dunquerque.
40	Notícia da renúncia e substituição do Duque de Maqueda por D. Francisco de Mecia como Capitão da armada de Castela.
41	Notícia de que o Duque de Fernandina se retirou do cargo de General das Galés de Espanha.
42	Notícia de que o Rei Filipe de Espanha mandou transferir gente da fronteira para o porto de Andaluzia e explicação da razão para tal ordem.
43	Notícia dos gastos do Rei Filipe de Espanha nas guerras com Portugal e suas dependências.
44	Notícia de informações vindas de Itália sobre as decisões de Sua Santidade relativamente a envio de pessoas para a guerra e da posição do Príncipe de Parma como Capitão General.
45	Notícia sobre o resultado do encontro entre a armada da Holanda e de Castela.

Gazeta do mês de Janeiro de 1642

N.º de ordem da notícia	Tema
1	Defesa portuguesa de invasão castelhana em Elvas e Badajós e recuperação de animais roubados.
2	António Pessoa Campo presenteia o príncipe com um cavalo, na véspera do Dia de Reis.
3	Desfile da Armada no Dia de Reis e publicidade de paz entre o Rei e a Rainha da Suécia durante o evento.
4	O Rei e a Relação julgam caso de furto de barris de pólvora envolvendo Mineirinho da Armada e um escrivão, condenando o primeiro e libertando o segundo por isenção de culpa.
5	Mineirinho da Armada é enforcado e sua cabeça posta no terreiro de São Paulo.
6	O General Dom Gastão Coutinho envia de presente ao Príncipe quatro cavalos, uma águia real e uma espada antiga e valiosa.
7	O Rei vai a Barcarena visitar fábrica de armas.
8	Por via de um navio aportado no Fayal e em Viana sabe-se que portugueses de Ilha Terceira tentaram entrar na fortaleza, sem sucesso.
9	O Rei vai a Santa Engrácia no dia de sua festa.
10	Notícia de carta escrita em Elvas confirmando a fuga de 17 soldados estrangeiros para Castela, oito a pé e nove à cavalo, rendidos por uma tropa da cavalaria castelhana e levados à Badajós. Foram enforcados os que estavam a pé e os que estavam à cavalo foram mandados para as galés.
11	Notícia do que ocorreu a um galego, prisioneiro na Beira, na batalha entre castelhanos e portugueses.
12	Notícia de navegação capitaneada por Manuel Homem, de Génova, que saiu de Rochela com 62 soldados portugueses de Flandres, da Catalunha e de outras praças de Espanha e aportou em Lagos, deixando os soldados em terra e partindo para o Cabo de São Vicente, onde encontrou cinco fragatas de Dunquerque e escapou da perseguição valendo-se da fortaleza de Sagres, mas com danos porque os soldados vieram por terra e entraram em Lisboa, no dia 8 do mês.
13	Notícia de galegos de Vila da Barca que se deslocaram em três barcas para Vila Nova e incendiaram trincheira e reduto, após conhecimento da ida de D. Gastão Coitinho e alguns capitães à Braga. Prevenidos pelos portugueses para saírem de lá, assim o fizeram com pressa e afogaram-se alguns.

14	Notícia de duas embarcações inglesas que saíram de Priamua rumo ao Estreito mas que aportaram na cidade devido uma tempestade.
15	Notícia da chegada de pessoas de Madrid e Sevilha à cidade.
16	O Rei fez mercê aos frades Bernardos, da Comenda de Alcobaça, assim como o Rei Dom Afonso Henriques.
17	Morre no convento de São Francisco o Padre Frei Lourenço de Portel, autor de diversos livros com que autorizou no mundo o nome Português.
18	Notícia de que no castelo de Vila de Segura, capitaneado pelo Alcaide mor Gaspar Moisinho, foram vistos lumes nas sentinelas impossíveis de serem apagados, queimando quem tentasse. Testemunhas que viram os lumes duas noites antes foram ter com Dom Rodrigo da Cunha, Arcebispo Metropolitano.
19	Notícia dos estragos que mau tempo com vento, chuva e neve, causou durante o mês. Relata que no bairro de São Paulo desabaram duas casas, matando duas pessoas. Arruinou-se o recolhimento de São Cristóvão e as órfãs foram alojadas numa casa junto à igreja de São Vicente. Na rua dos canos um homem afogou-se com as águas da chuva e apareceu um homem morto no cano Real do Terreiro do Paço. Um raio caiu junto ao baluarte da carreira dos cavalos.
Notícias de Fora do Reino	
20	Notícia que os portos em Castela estão fechados e que na Ciudad de Rodrigo estão presos mais de 200 portugueses.
21	Notícia de portugueses de Madrid que foram à Sevilha comprar tecidos para dar a entender que estavam a negócios e de noite foram para a Inglaterra. Em toda a Andaluzia, os portugueses ficam envergonhados e são perseguidos pelo povo que a uns matam e a outros mandam para Larache e Mamora.
22	Notícia de fidalgo português que foi à Sevilha, a mando do Rei de Castela, para levantar um terço de portugueses para Nápoles.
23	Notícia que Monsieur Philippe de La Motha-Houndancourt está em Tarragona com 18 mil infantes franceses, 7 mil catalães e 4.500 cavalos, e que, devido ao inverno, alojou-se na Vila de Reus, Monblanca, Valhes, Constantin, Vila Seca, Câbrilles e Vila Franca de Panaderes.
24	Notícia de que o napolitano Príncipe de Botera fez grandes diligências para ir à Itália. Relato da invasão na Praça de Espanha com o tenente da cavalaria, Dom Álvaro de Quinhones, da tropa do General Duque de São Jorge, filho do Marquês de Torreclusa, com 4.500 cavalos, três mil militares e 500 de contínuos.

25	Registo da falta de mantimentos e de gente em Tortosa, Perpignan e Salfes.
26	Notícia do protesto do cabo francês Monsieur de S. Tonè, que pede socorro para a guerra que se espera no Verão e que não lhe atendem.
27	Notícia de que em vários locais da França (Rochella, Burdeaux, Tolosa e Narbona) se fazem levas de gente para Leucate, a mando de Monsieur de Argéson, que os envia ao Príncipe de Condé para, na Primavera, sitiar Perpignan e Salses.
28	Notícia de que, devido ao intenso Inverno, Sevilha ficou alagada, afogaram-se algumas pessoas e outras morreram de fome.
29	Notícia de que o tenente general da Catalunha, Marechal de Bersè, foi com 1500 cavalos e quatro mil infantes em socorro a Monsieur de La Motha, em Tarragona.
30	Notícia que, a mando do Rei de França, o arcebispo de Bourdeaux prepara a armada, que está em Marsele e Tolon, para ir em socorro a Tarragona.
31	Notícia da guerra na Irlanda e do assassinato de mais de seis mil ingleses pelos católicos romanos, e da armada que foi em socorro aos protestantes, a mando do Parlamento. Relata ainda que o Rei Carlos mandou dizer aos irlandeses que os que os obedecessem seriam perdoados e aos outros os declararia traidores e seriam destruídos a fogo e sangue.
32	Notícia de que o Marquês de Bresé está na Rochella com a maior armada que a cidade já recebeu e que sairá com o primeiro tempo.
33	Notícia de que o Arqueduke Leopoldo está para tomar posse, em Flandes, e das controvérsias políticas nas províncias. Relato de que alguns querem se unir aos estados da Holanda, outros a República, outros entregar-se ao Rei de França e outros, em menor número, à parcialidade do Rei Filipe. A controvérsia é que os holandeses têm a maior parte das suas praças em Barbante e o Rei de França tem tomado duas praças fronteiras em Luxemburgo e Anau, conquistando o País de Artois a Arràs, a Hesdin, a Bampama e Arien. A notícia retrata que enquanto as armas de Espanha andavam prósperas, as províncias estavam com alguma confiança, porém, como têm dois inimigos de Espanha, o Rei Filipe está acossado por tantas partes que há receio de que haverão ruínas e grandes alterações com a entrada do Arqueduke. A notícia ainda relata que o Rei de França envia comissários às províncias os quais, em seu nome, lhe propuseram que deitassem fora os espanhóis e se governassem como República livre, que lhes daria auxílio e protecção. Finaliza que até o momento não responderam à proposta do Rei.

34	Carta escrita em Bruxelas, a 16 de Dezembro, revela que a praça de Airien está cercada pelo exército do Rei Filipe, mas que o socorro do Rei chega, deixando os castelhanos receosos de alguma ruína e que, sem dúvidas, levantaram o cerco.
35	Notícia de que o Príncipe de Condè impediu que os castelhanos dessem socorro em Tarragona.
36	Notícia da fuga de soldados de Aragão e Tortosa (praças de armas da guerra de Catalunha do Rei Filipe) por falta de socorro.
37	Notícia da derrota de uma frota de Espanha que saiu de Abana e que no Canal de Bahama enfrentou um temporal, chegando somente três navios, dos quais um entrou em Cádiz e dois se perderam.

Gazeta do mês de Fevereiro de 1642

N.º de ordem da notícia	Tema
1	Relato de que, no primeiro sábado do mês, saíram da Ponte da Barca algumas tropas da infantaria portuguesa e marcharam em romaria para Vila de Gerés, no Reino de Galiza. Não houve resistência dos galegos, que fugiram do lugar. Os portugueses foram orar na igreja de Nossa Senhora dos Remédios, sem roubar nada ou fazer dano ao lugar e ficaram muito felizes em poder fazer a romaria.
2	Notícia de que no dia 6, Monsieur de Mahè, coronel de quatro regimentos de cavalaria, Senhor da Turcha, Cavalheiro da Medalha e oficiais a cavalo foram passear pela cidade e dar voltas ao Terreiro do Paço.
3	Notícia do aniversário do Príncipe Dom Theodosio no dia 8, onde os fidalgos vestiram-se em traje de gala e era previsto festas de cavalo, mas que, devido a impossibilidade do Rei em assistir, não foram realizadas comemorações.
4	Notícia de que marinheiros foram à igreja de Nossa Senhora da Estrela dar graças a um milagre. O relato do milagre é transcrito. Dizem que, estando na embarcação de Nossa Senhora da Estrela, na Bahia de Todos os Santos, alguns marinheiros saíram num batel que foi atacado por um peixe espada, que com o seu bico cortou o batel. Desesperados, rogaram protecção de Nossa Senhora da Estrela e neste instante o peixe acalmou e se deixou capturar pelos marinheiros. Trouxeram o peixe vivo à terra, mataram-no e arrancaram-lhe o bico, levando o peixe para o altar da igreja em oferecimento, pelo milagre concedido.

5	Notícia de que tropas da cavalaria portuguesa saíram para a Guarda e outras terras da Beira.
6	Notícia de que em várias áreas fronteiriças de Portugal e Espanha, os castelhanos fizeram fumaça a fim de que o vento o deitasse para Portugal e fizesse fugir o gado para o território espanhol. No entanto, o vento mudou de direcção e o gado deles é que fugiu para as terras portuguesas.
7	Notícia da nomeação de António de Saldanha a General da Esquadra, que dará à vela no primeiro tempo.
8	Notícia da prisão de um espião no Crato, que veio de Castela, e que foi mandado para Elvas.
9	Notícia da nomeação de Manoel de Sousa Pacheco a Governador da Ilha Terceira.
10	Castelhanos de Badajós foram ao Campo Maior e receberam dos portugueses uma carga de mosquete debaixo da artilharia, matando mais de 40 homens e prendendo oito.
11	Notícia da tomada de posse, no dia 13, por Vedor da Fazenda e superintendência das armadas, do Marquês de Montalvão, nomeado pelo Rei.
12	Notícia de que no dia 13, entre as 7 e 8 horas, faleceu o Capelão Mor em virtude de febres que já sofria há sete dias.
13	Notícia de que a cavalaria do Alentejo, com novo Comissário que substituiu o que foi assassinado em Valverde, foi reformada e saiu para Badajoz. Relata ainda que os castelhanos não ousaram enfrentar os portugueses e que se retiraram após verem tudo assolado.
14	Notícia de que uma mulher foi encontrada esquartejada dentro de um saco, no forro de uma casa junto a Praça dos Canos. Não há notícia de quem foi e presume-se que foi o marido.
15	Notícia que a Vila de Cascais vai-se fortificando e que D. António Luiz de Menezes, governador das armas da Vila, assiste com cuidado a toda a fábrica.
16	Notícia que a Vila de Cascais vai-se fortificando e que D. António Luiz de Menezes, governador das armas da Vila, assiste com cuidado a toda a fábrica.
17	Notícia de que António Pessoa Campo providencia a fabricação de uma carreta para o tiro de Dio (?), que por ser grande e pesado estava descavalgado, como verificaram os engenheiros.

18	Por carta escrita entre o Douro e o Minho, no dia 7 deste mês, avisa-se que o Marquês de Val Paraíso entrou com quatro mil infantes pela Ponta das Varjar, marchando por Lamas de Mouro, Mosteiro e Coito das Travas e que fez dano porque não havia força bastante para resistir a tanta gente. O relato ainda diz que quando chegou o aviso na praça de armas, se preveniram em Braga o General Dom Gastão Coutinho e o Coronel Francez, saindo ao encontro com a gente do presidio. De Melgasso vieram três companhias. O Marquês de Val Paraíso, vendo a multidão contra ele, não quis esperar e se retirou para Lamas de Mouro, alojando-se em um reduto que os portugueses haviam ganhado.
19	Notícia da chegada de uma nau da Grã-Bretanha, com apetrechos de guerra e mercadorias, no dia 15.
20	Notícia de que um menino mudo falou “Viva o Rei Dom João IV”, na Comarca de Miranda. Testemunhas estão sendo reunidas por ordem da Sé de Miranda.
21	Notícia da entrada, no dia 18, de uma nau francesa, vinda de Génova, abastecida com mercadorias.
22	Notícia de que o Rei mandou que se tornasse às partes o terceiro quartel dos juros, tenças e ordenados, pedido por empréstimo no ano de 1641 por entender que o dinheiro da décima e da vintena basta para a guerra.
23	Notícia de que duas fragatas ao estilo de Dunquerque estão a ser construídas na ribeira das naus, para andarem na armada.
24	Notícia de algumas tropas da cavalaria castelhana que entraram nas terras do Alentejo e levaram grande quantidade de porcos e de gado. Relata ainda que os portugueses saíram e correram os campos de Guadiana, trazendo mais de sete mil ovelhas.
25	Notícia de que as naus que vieram com o Embaixador da Suécia foram carregadas em Setúbal com sal e mercadorias. Relata também que levou dois grandes presentes à Rainha, oferecidos pelo Rei e pela Rainha de Portugal.
26	No dia 22 veio notícia de que estavam alguns portugueses em Tavira, que de Andaluzia vieram por Ayamonte e um deles é Dom João de Sousa.
27	Notícia de que o Rei foi à banda ver os galeões.
28	Notícia de que Manoel da Silva Mascarenhas é nomeado Capitão mor da Vila de Mourão.

29	Notícia de uma fragata de Dunquerque que chegou nas penhas da Arrábida, na qual haviam alguns prisioneiros, entre eles portugueses. O relato ainda diz que um deles se lançou ao mar, escapando dos tiros e que foi nadando até que uma tartaruga o botou em terra.
30	Notícia de que veio de Catalunha, via Madrid, um capitão português que se achou no cerco de Tarragona, ficando por lá três meses pelas dificuldades que há na passagem.
31	Notícia de nau de São Domingo, que se esperava de Liorne, e que entrou no porto no dia 25, em companhia com outra de Veneza.
32	Notícia de que a Rainha foi ao Mosteiro da Madre de Deus com todo o acompanhamento Real.
33	No último dia do mês se publicou a provisão do dinheiro e em cada Comarca do reino se fez uma casa de moeda.
Notícias de Fora do Reino	
34	Notícia de que de Rochele avisa-se que cada província se oferece para contribuir com quatro mil homens pagos para todas as guerras. Relata que o Rei dá pelos dois anos a metade dos direitos e rendas reais. Afirma-se que estão alistados nas praças de França cerca de duzentos mil infantes.
35	Notícia de distribuição: 50 mil para Catalunha, 20 mil para Fuenterrabia, 50 mil para Flandres, 10 mil para Bolonha, 20 mil de socorro para Suécia, 10 mil a Portugal, 14 mil para as praças de Itália. E os mais para a armada, que vai para Levante.
36	Notícia de que em Cádis se prepara socorro para a fortaleza da Ilha Terceira e entram alguns navios da frota da nova Espanha.
37	Notícia de que a armada do Rei que vem para esta cidade não espera mais. Monsieur Capitão de mar e guerra, que esteve da outra vez nesta corte, escreveu à pessoa, em cuja casa o alojaram, que esperasse por ele e que voltaria outra vez a ser seu hóspede.
38	Notícia de que em Inglaterra vão por diante alterações e estão as coisas embaraçadas. As novidades na religião são tantas que as liturgias dos protestantes estão quase acabadas, e o livro comum das preces estão emendadas em algumas partes e em outras de nenhuma maneira o aceitam.
39	Notícia de que o Arquiduque Leopoldo entrou em Flandres e foi com 20 mil infantes unir-se com os espanhóis, os quais com este socorro tomaram a praça de Aires, mas o exército de França (ainda que com este encontro se retirou com danos), logo se reformou e veio sobre eles, e os têm sitiados e em grandíssimo aperto.

40	Notícia de que aumentam as vexações dos portugueses em Castela, principalmente em Andaluzia, onde muitos foram presos, entre eles o capitão Jordão de Barros de Sousa.
41	Notícia de que o exército da Rainha da Suécia está a prevenir-se para sair a campanha.
42	Notícia de que em Madrid, tropas da cavalaria foram para Vinerós, por ordem do Marquês de Laganez.
43	Notícia de que Dom João de Garai, que governa as armas em algumas praças de Estremadura, quer pedir ao Rei de Castela para deixar o cargo, por falta de socorros.
44	Notícia que acode alguma infantaria à praça de armas de Merida, mas segue para Catalunha. Há muitos cavalos, mas na maioria desmontados.
45	Notícia de que Chel de La Reina, que era de Mestre de Campo, em Tarragona, está na corte de Madrid esperando que o despachem. Em seu lugar ficou o Conde de Aguiar Marquês de Inojosa.
46	Notícia de que a praça de Baupama (que era do Rei Filipe) se entregou ao partido do Rei de França os espanhóis, que ali estavam de guarnição, e lhe pediram acesso até a primeira praça do Rei Filipe, e ele lhes concedeu. E foi uma das capitulações do partido, com que lhe entregaram a praça: com salvo-conduto firmado pela mão real e com um trombeta francês se puseram a caminho. Chegaram a pedir alojamento a São Thomé (que é a primeira praça do Rei Filipe, em Baupama), porém, o governador não os pode acolher em razão de que havia dentro mais gente que a terra podia sustentar e, além disso, estava receoso de que o exército de França o sitiase. Assim foi necessário buscar alojamento a outra praça e chegaram em Arràs. O governador Monsieur de Samprul disse-lhes que o salvo-conduto e o acesso à primeira praça do Rei Filipe se cumpria e, apesar da admoestação que lhes fez o trombeta, requerendo-lhe que deixasse passar as tropas, que foram rendidas a bom quartel, que o seu Rei lhes havia concedido, deu nelas e não ficou homem a quem não tirasse a vida. Foi esta desordem tão estranha do Rei que ainda que este Monsieur, por seu valor, fosse digno de todos os favores, lhe mandou cortar a cabeça. A sua morte causou lástima até nos próprios inimigos porque o seu brio foi tão grande como o do Mariscal de Biron. E o mesmo Rei, depois de o sentenciar, escreveu a Monsieur Gastão uma carta significando-lhe o íntimo desgosto, que foi necessário, por razão do estado, tirar a vida de um tão valoroso capitão.
47	Notícia de que Monsieur de La Mota continua com o cerco de Tarragona e dizem que por parte alguma é possível lhe darem socorro.

48	Notícia de que em várias partes da Itália se fazem prevenções de guerra. Génova se fortifica. O Sumo Pontífice tem levantado 30 mil homens e o Príncipe de Parma está com um poderoso exército, mas a empresa não se sabe.
49	Notícia de que a fortaleza de Mônaco, a qual era da protecção do Rei de Espanha, guarnecida com infantaria espanhola, e fundada no alto de umas penhas entre Nisa de Proença e Génova, de que era senhor o Príncipe Grimaldi, está hoje pelo Rei Cristianíssimo.
50	Relato sobre o que se passou na viagem do Bispo de Lamego à Roma. Desembarcou em Rochele, ficando por lá nove dias. Seguiu para Paris e foi hóspede do Monteiro mor, Embaixador de Portugal em França. Partiu para São Germão para ver o Cristianíssimo e retornou a Paris. Foi a Picardia pedir licença à Majestade para passar adiante. Voltou a Paris, de onde foi a Lion de França, entrou em Avinhão e após três dias foi a Ahis. Passou a Tolon, em cujo porto estava disponível para ele uma nau com muita gente de guerra, por ordem do Cristianíssimo. Saiu e aportou nas ilhas de S. Honorata, Borma e Antigo. Chegou a Ciuita Vechia com mau tempo e perdido. Neste lugar, como era esperado pelo Governador, por ordem do Sumo Pontífice, foi solicitado que fosse à terra, o que ele não quis. João Baptista Leão, um criado do Rei, que foi mandado à Roma e há sete anos assistia naquelas partes, foi ver o Bispo e ele o mandou à Roma a prevenir o que era necessário para o caminho. Negociou João Baptista Leão, retornou de Roma e com ele vieram 450 corsos de cavalo, por ordem de Sua Santidade, e haviam oito dias que andavam 150 esbirros (?), assegurando a campanha de bandoleiros. Veio também o secretário da embaixada de França, com alguns monsieurs. Pos-se o Embaixador ao caminho onde encontrou infinitas carroças de portugueses, franceses, italianos, que concorriam a vê-lo. A uma légua de Roma lhe saiu ao encontro o Embaixador de França e o Cardeal Nipote Francisco Barbarino, o qual disse para que não entrasse de dia para que o desgosto dos espanhóis e a alegria do povo não causasse inquietação e assim ele o fez. As duas horas da madrugada entrou pela porta dos cavalos ligeiros e dali mandou que a sua gente fosse andando em duas esquadras até a Fontana de Tevere, onde estava o Embaixador de França, e foram uns pela Vila Longara e outros pela ponte de S. Ângelo, mas nem por isso o povo deixou de alvoroçar, que homens e mulheres andavam pela rua gritando: “Viva D. Giovanne IV”. Atrás de todos, com Pantaleão Rodrigues Pacheco, agente do Rei em Roma, e Rodrigo Rodrigues de Lemos, secretário da Embaixada, foi o Bispo acompanhado do Cardeal Biche e do Embaixador de França, em cujo palácio se hospeda. Fica no palácio enquanto na praça de Naona é preparado o seu palácio, que custa cada ano de aluguer 1.400 escudos e neve pousavam sempre os Embaixadores da Alemanha.

51	Notícia de que um retrato do Rei foi colocado numa sala do palácio do Embaixador de França e foi visto por muita gente de Roma. Os pintores faziam infinitas cópias, que se compravam para adornar as casas em Roma e para mandar para outras partes.
52	Notícia de que o Bispo fez uma grande casa e está ordenado que se vá para a quinta do Papa Júlio, e que dali faça entrada pública, para a qual se estavam fazendo três librés (?): uma para o campo, outra para entrar em Roma e outra para entrar no Sacro Palácio.
53	Saiu um manifesto italiano do direito do Rei.
54	Criou o Sumo Pontífice 12 cardeais e publica-se a lista dos nomeados.
55	Nas dignidades, que vagaram por estes novos Cardeais, é publicada uma lista de seus substitutos.
56	No que se diz na Gazeta de Dezembro acerca de São Tomé, se advirta que o Governador Manoel Quaresma era já morto.

Gazeta do mês de Março de 1642

N.º de ordem da notícia	Tema
1	Relato de que pelo jubileu do Entrudo o Rei foi com toda a casa Real à Igreja de São Roque. Assistiu a festa, de quem era mordomo o Marquês de Montalvão. Acompanhou o santíssimo sacramento, levou uma vara do palio e outras levaram o Marquês de Gouveia, o Visconde de Vila Nova de Cerveira, o Conde do Redondo, o Conde de Óbidos e o Conde da Vidigueira.
2	Relato de que no primeiro sábado do mês, carta dentre Douro e Minho avisa que um capitão da infantaria francesa, tenente coronel, enfadado com a suspensão das armas e do grande ódio dos soldados em Braga, por causa do inverno, deliberou sair à campanha e entrar em terras inimigas. Este a persuadir os soldados e em prevenir munição durante oito ou nove dias. Saiu com a sua companhia, composta por portugueses de Flandres e da Catalunha. Passaram por Melgasso, Varjas e na Galiza entraram, destruíram tudo e renderam homens. Os inimigos fizeram um cerco na vanguarda e na retaguarda numa tática de emboscada. O capitão reuniu os soldados e exortou-os que antes perdessem a vida, que a honra, e todos, unânimes, enfrentaram os inimigos e saíram heróicos, sem baixa e com um soldado ferido que foi curar-se em Braga, onde estava o General D. Gastão Coutinho. O coronel francês se foi para as fronteiras do Minho.

3	Relato de que no primeiro domingo da Quaresma, na igreja de S. Antão, o padre disse aos ouvintes que dessem graça às boas novas trazidas por um correio que veio de Itália, por via da Pérsia, e que dizia que o Rei já estava na Índia Oriental, aclamado por Rei até pelos príncipes mouros e que as armas portuguesas estão prósperas por lá.
4	Por carta escrita em Elvas a 5 do mês, sabe-se que nas vésperas do Entrudo, vieram aos campos de Portugal três terços da infantaria castelhana e onze ou doze tropas de cavalos, os quais fizeram alto no posto do Conselho, a uma légua de Elvas. Sem resistência, avançaram para Martires. Os portugueses acodiram todos os muros e trincheiras e um capitão da infantaria foi entreter o inimigo enquanto o esquadrão era formado. Travou-se uma batalha com espadas, com mortos e feridos, inclusive o capitão português. Foram capturados dois castelhanos, seis cavalos. Houve quem viu dos muros de Elvas muitos carros de La Mancha e como a maior parte do exército português estava dividido em outras fronteiras e por ali não tinham mais do que 400 cavalos, acodiu o General Martin Afonso de Mello e os mestres de campo, com mais gente. Estiveram os castelhanos e portugueses na campanha até as 15 horas. Neste meio de tempo, o licenciado João Pais de Paredes e dois amigos seus enfrentaram em Bragada quatro castelhanos a cavalo. Dois fugiram e dois foram rendidos para Elvas. Os castelhanos se retiraram e levaram grande número de gado que pastava no campo.
5	Notícia de que o Rei ofereceu uma comenda ao Doutor Pedro de Castro de Mello pelos serviços de seu filho, o Capitão Jerónimo de Castro de Mello, que morreu na defesa de Valverde, e fez mercê a vários fidalgos.
6	Relato de que aos campos de Moira vieram 300 cavalos e alguns mosqueteiros castelhanos, levando 40 cabeças de gado e cavalgaduras com fátos. O Capitão D. Henrique Henriques, com sua companhia de 60 cavalos e 40 mosqueteiros, seguiu umas léguas e vieram em seu socorro 90 mosqueteiros de Vilas de S. Aleixo e Safara. O batalhão seguiu para Aroche e levaram três cargas dos castelhanos, sem danos. Os portugueses deram neles e recuperaram as presas, tiraram a vida de 40 homens e renderam 14, ficando também com os cavalos, espingardas, pistolas, carabinas, selas e vestidos. Após o conflito, quatro cavaleiros castelhanos foram buscar o corpo de um tenente morto na batalha. Três deles foram mortos e o que ficou prisioneiro afirmou que os que se retiraram feridos morreram quase todos. Os destroços de gente e animais dos inimigos foi grande, e pessoa digna de crédito diz que o sangue correu pela ribeira de Chaça.

7	Relato de que na quarta-feira de cinzas saiu de Elvas Gaspar Pinto Pestana, comissário da cavalaria com 700 cavalos e alojou-se em Campo Maior. Duas companhias foram reconhecer o campo e encontram um clérigo castelhano, Licenciado Gordito, com 25 cavalgaduras e alguns soldados de escolta deram neles, matando seis homens, rendendo os demais, dando uma cavalgadura para o clérigo seguir. No dia seguinte, o comissário de Campo Maior saiu com a cavalaria e 500 mosqueteiros e em Villar del Rey matou dois cavalos e 30 pessoas nas trincheiras, rendendo 24. O comissário retirou-se levando grande número de vacas, porcos, ovelhas, cabras, cavalgaduras e cargas de roupas brancas.
8	Notícia de que em Aldeia da Ponte, junto à Vila de Alfaites, perto da Guarda, castelhanos da Ciudad Rodrigo e tomou as armas das pessoas. Acudiram em defesa até as mulheres e rechaçaram os inimigos com algumas mortes e muitos prisioneiros. Juntaram gente de Almeida, Sabugal, Pinhel e de outros lugares.
9	Notícia de que no dia 13 o Rei foi ver a torre de S. Giam.
10	Notícia de que Miguel Pereira Borralho é nomeado Capitão mor da Fortaleza de Oitavim, em Setúbal.
11	Relato de que na segunda sexta-feira da Quaresma veio pela manhã de Rochele o capitão Salvador de Mello da Silva, cavaleiro da Ordem de Cristo, natural da Ilha dos Açores, o qual da Vila de Fraga (onde era capitão de Rei Filipe) entrou de guarda e fugiu para o Castelo de Aitona, com a companhia formada por oficiais, armas, tambores, bandeiras, apesar da cavalaria castelhana ir a seu alcance. Passou por Catalunha e França, até chegar à Rochele, onde agregou sua companhia a outros portugueses que ali estavam, e com eles saiu em cinco naus para o reino. Desembarcou e foi ao paço e o Rei lhe deu uma comenda, na Comarca de Viseu.
12	Notícia de que ainda na segunda sexta-feira da Quaresma foram ver a procissão dos passos de uma janela do Tribunal, o Rei, a Rainha, o Príncipe D. Theodósio e acompanhamento real.
13	Notícia de que no dia 18, o General António de Saldanha saiu em socorro, com a esquadra, para a Ilha Terceira.
14	Notícia da solenidade de aniversário do Rei no dia de São José. A cerimónia iniciou-se na capela real e a tarde o Príncipe D. Theodósio recebeu o sacramento de Crisma do Arcebispo Metropolitano D. Rodrigo da Cunha. Compareceram o Visconde de Vila Nova de Cerveira, Conde Regedor e o Padre Confessor da Rainha. Foi um dia de alegria na Capela Real.

15	Notícia de que o Conde da Vidigueira, que vai por Embaixador de França, está para sair no primeiro tempo.
16	Notícia de que o Monteiro mór do reino foi para as fronteiras do Alentejo, por general da cavalaria.
17	Notícia de que Rui de Moura Telles vai por Governador de Mazagão.
18	Notícia de que o Rei manda confiscar os bens do Marquês de Castelo Rodrigo por lhe constar que estava na Alemanha e não a serviço da Coroa. O Conselho da Fazenda decreta confisco aos bens do Conde de Linhares.
19	Relato de que dizia-se na cidade de Elvas que o inimigo preparava o exército para ir em uma das praças do Alentejo. O General Martim Afonso de Mello manda avisar Manoel da Silva Mascarenhas, capitão mor da Vila de Mourão, advertindo-o que era necessário colher um castelhano para saber dele informações sobre a quantidade de gente e o lugar onde haveria o assalto. No dia 13, o capitão mor enviou nove cavaleiros a Vila de Cheles, que, não achando soldado castelhano, entraram nas trincheiras e mataram três castelhanos. Ao sair, os cavaleiros se depararam com uma tropa de 30 mosqueteiros e se defenderam, matando um deles e salvando-se sem dano.
20	Relato de que o Capitão D. Henrique Henriques e infantaria do Terço do Mestre de Campo D. Francisco de Sousa, depois de ter muito gado tomado pelos inimigos que também fizeram algumas irreverências diante da Igreja de N. Senhora da Coroadá, sai em campanha e teve com eles encontros em vários locais até Negrita, onde recuperou o gado, nove portugueses prisioneiros e muitas armas. Foram mortas 39 pessoas e outras fugiram, saindo D. Henriques e infantaria para a Vila de Santo Aleixo.
21	Relato de que no dia 14, António Queirós Mascarenhas, capitão mor de Valadares, sai em campanha com 400 homens divididos em três grupos, marchando para a Galiza. Entraram em Guegoas, Vilar e Benzianes, de onde mataram 20 galegos dos que não fizeram resistência, saqueando os locais. Foram confrontados por 300 castelhanos saídos do Conselho de Intrímio e Vila de Lobeira. Mas o capitão mor deu-lhe duas cargas e os fez retirar com muito dano. Trouxe da batalha armas, roupas, 2000 ovelhas e 100 vacas. De sua infantaria não houve mortes e somente o capitão ficou ferido em sua mão.
Notícias de Fora do Reino	
22	Notícia de que o Marechal de La Meilleraye, grão mestre da artilharia, cerca Perpignan com mais de 10 mil infantes e seis mil cavalos.

23	Notícia de que o Rei está em Narbona, de onde dizem que assistirá este Verão para dar calor às guerras do principado de Catalunha.
24	Notícia de que Terragona está sitiada e por nenhuma parte é possível adentrá-la, a não ser por força de armas.
25	Relato de que devido a uma tempestade, perderam-se vinte galés do Rei de Castela, que foram a Colibre levar socorro a Perpignan. Três deram às costas na Tinas de Provença, uma entrou em Mônaco e foi rendida pelos franceses, outra deu em Liorne, cinco em Saiona e as mais receia que estão perdidas. Não falta quem afirme que o Príncipe de Ória (que era general) foi preso em Paris e que assiste hoje em Bastilha, que é a prisão dos Príncipes em França.
26	Notícia de que Carlos Duque de Lorena está outra vez rebelado e fez-se da parcialidade do Imperador, mas o Rei lhe confiscou tudo o que ele possuía em seus reinos.
27	Notícia de que juntam-se a armada de França do mar Oceano com a do mar Mediterrâneo e galés formando mais de 100 embarcações.
28	Notícia de que Monsieur de Enguien, Monsieur de Espernon e Monsieur de Bresè juntam os exércitos e saem ao encontro de infantas que iam de Argilers e Colibre em socorro a Perpignan. Começa a batalha que durou mais de seis horas até que os castelhanos se retiraram com perda de 1100 homens e morreram alguns oficiais e alta patente dos franceses.
29	Notícia de que o Rei nomeou Coronel da Infantaria o Duque de Anguina, filho do Príncipe do Condè, cunhado do Marquês de Bresè.
30	Notícia do casamento do Duque de Longa Villa, Príncipe de La Sagre (viúvo de uma irmã do Príncipe Conde de Soíson) com Madame de Bourbon, prima do Rei e filha do Príncipe de Condè.
31	Notícia de que o Embaixador da Catalunha, que assistiu nesta corte, está preso em Barcelona.

32	Relato de que Monsieur de La Motta, sendo avisado que os castelhanos que se alojavam em Aragão queriam invadir a Lérida, ou atalhar o passo de Valaguer; e que também os de Tarragona saíam a correr em campanha com 1200 cavalos e cinco mil infantes, a divertirem aos franceses, e que marchavam para Valsse foi a Mont Blanc e, após oito dias, sabendo que os castelhanos estavam fortificados em Valmor e que Monsieur de Xabot (por ordem de Monsieur Terrail Marechal de Camp, governador de três regimentos de infantaria e dois de cavalos) deu neles e os fez retirar com perda de 10 capitões de dragões e muitos soldados veteranos, mandou diante a Monsieur de Condrai, com os regimentos de Boxis Baritaus e Bussy, colocou-se a caminho com todo o exército. Chegando a Villa Longa, onde os castelhanos descansavam, deram num corpo de 500 infantes e 200 cavaleiros, entre eles o Marquês de Inojosa. Outra batalha se travou até que os franceses destruíram a infantaria castelhana. Somente o General e alguns oficiais escaparam. Veio prisioneiro Dom Diogo de Mers, Governador do Regimento do Conde Duque, com quatro oficiais. Os demais morreram. Trouxeram os franceses despojos em que vinham 10 peças de artilharia. Após isso os castelhanos se reuniram perto do rio para vingarem-se. Monsieur de la Motta fez que se retirava e assim que passaram 600 infantes voltou-se para eles e matou 400, fazendo dos demais prisioneiros. Desta batalha morreram 900 castelhanos e vieram prisioneiros 400, entre os quais 50 oficiais. No exército dos franceses morreram 100 homens, alguns monsieurs. Saíram feridos Marechal de Camp, os monsieurs Tertail, Landricour, Bais, Iacci, tenente Tunnis, cavaleiro Sauveuse e Capitão de Caravinas. (O documento suprimiu dois nomes em seu original).
33	Notícia da morte do Duque de Pernon, o mais velho dos Príncipes de França, e que com ele privou Luís X e três assessores seus.
34	Relato de que o Conde de Guebrian, capitão general do Rei em Alemanha, passando o Reno no dia 14 de Janeiro, com sete mil homens e cinco peças de campanha por uma ponte de barcas, que se fez em Vusel, acompanhado do Conde de Eberstein foi até Ordinguen, onde foi avisado que Lamboy, general do imperador, estava fortificado em Kenpen com nove mil homens esperando ao general Hazfeld, para formar um exército de 18.000 homens. Travou-se uma batalha morrendo dentro das trincheiras 2.500 homens e no seguimento, mais de 1000. Ficou o Conde da Guebriã senhor da fortificação e da campanha e depois de outros encontros renderam-se os seus coronéis muitas tropas. Tomaram os franceses nesta vitória 120 bandeiras.
35	Notícia de que chegou de Ilha Terceira Jorge Mesquita e trouxe consigo aviso que a fortaleza se havia rendido e estava já pelo Rei. Por ser de grande alegria para o reino a notícia foi inserida na gazeta.

Gazeta do mês de Abril de 1642

N.º de ordem da notícia	Tema
1	Notícia do Conde de La Torre que foi ver as fronteiras do Alentejo a mando do Rei.
2	Notícia de que no dia 2 entrou no porto uma nau que vinha de Vila Nova de Portimão, carregada com figos e passas para a corte, com destino à Nantes. No Cabo de Espichel foram interceptados por piratas que não tomaram a carga e deixaram que seguisse viagem e que em agradecimento queria que D. João IV soubesse que um capitão africano não permitiu que fizessem dano porque eram mercadorias para o Rei.
3	Notícia de que o Tambor mor de Badajós fugiu para Elvas.
4	Notícia de que o Mestre de campo Dom Francisco de Sousa sai com algumas tropas a correr campanha, entra no distrito de Castella e se retira com presas de gado.
5	Notícia de que os portugueses que vieram de Cádiz trouxeram informações de que em Andaluzia aumentavam-se os tributos e que Rei Filipe tomou quase toda a prata, que veio registrada na fronte de Nova Espanha e que estava a prender gente para guerras na Catalunha.
6	Notícia de celebração de ato de fé por Domingo Lázaro. Teatro é construído junto ao pé do quarto da Rainha. Morte de três mulheres e três homens. O Rei e a Rainha estiveram na janela do paço, sobre o teatro, grande parte deste dia.
7	Relato de que a nova de Ilha Terceira, referida na Gazeta de Março, chegou no navio do Sol Dourado, dia 8. Houve festa e procissão da Sé à Igreja de Santo António, com missa celebrada pelo Arcebispo de Lisboa. O Rei comeu em público e mandou um prato ao cabo mor Francisco de Ornellas, da Câmara, e ao capitão Jorge de Mesquita, que trouxeram a nova. Após dois dias houve nova procissão e imprimiu-se uma relação na oficina de Domingos LopeRosa.
8	Notícia da saída de alguns oficiais da cavalaria para a fronteira.
9	Notícia da partida do Conde de Vidigueira para a França, como Embaixador.
10	Notícia de que no dia 9 saiu o Rei assistiu a saída do Galeão de S. Bento para a Índia Oriental.
11	Publicou-se um edital para que os castelhanos deixassem o reino e para os que estavam a morar há muito tempo que se naturalisassem.

12	Notícia de que Feliz de Holanda veio de Inglaterra, despachado pelos embaixadores, trouxe aviso ao Rei sobre o estado da embaixada e retornou com a resposta.
13	Notícia de que saíram algumas embarcações com artilharia e de que gente de guerra foi buscar o galeão construído no Porto. A ancoraram em Cascais devido ao mau tempo e depois tornaram a sair.
14	Notícia de que o Rei fez mercê de algumas comendas a vários fidalgos.
15	Notícia de que levantou-se o ouro para que os estrangeiros não o tirassem do reino. Publicou-se que toda pessoa que tivesse ouro o levasse à casa da moeda para ser fundido, de modo que uma moeda de 4 Cruzados valhia 3.000 Reis. Meia moeda, 1.500 e $\frac{1}{4}$, 750.
16	Tentente Miguel Nunes da Maia saiu de Campo Maior com 30 cavalos e o Capitão Vergas Holandes com 40 com destino a Badajós. De lá prenderam 13 pessoas, 18 cavalgaduras e um Furriel de cavalaria que ia de Vila de Rei a Badajós com cartas para o General D. João de Garai a pedir gente, armas e mantimento que aquela vila necessitava.
17	Notícia de que António Telles da Silva é despachado como vice-rei do Brasil.
18	Notícia de seis portugueses e um natural de Estremós que chegaram a Vila de Campo Maior fugidos do cárcere de Badajós.
19	Notícia do nascimento de uma vitela com duas cabeças, em Trás-os-Montes. O animal sobreviveu pouco tempo. Depois de morto foi-lhe enchido a pele e o Reitor da Universidade de Coimbra o enviou ao Arcebispo de Lisboa, onde ficou e desperta a curiosidade de muitos.
20	Caravela da Ilha Terceira traz aviso da chegada do General António de Saldanha.
21	Notícia de que o Rei permanece na tribuna da Capela Real durante toda a Semana Santa. Na quinta-feira de Endoenças ouviu o ofício e mandou soltar a mãe do Secretário (?) Soares e todos os demais da casa.
22	Notícia de que entre o Douro e o Minho se avisa que os galegos estão passando pouco a pouco para Portugal porque morrem lá de (?) e não podem aturar os tributos.
23	(? – Fotocópia ilegível)
24	Notícia de que no Dia de Nossa Senhora dos Prazeres foi o Rei e toda a Casa Real à sua quinta de Alcântara, onde está ainda.
Notícias de Fora do Reino	
25	Notícia de que o Rei tem oficiais de guerra em Narbona e em troços vai para Barcelona.

26	Notícia de que prepara-se uma dieta universal em Maguncia, que assiste plenipotenciários Príncipes de Europa.
27	Notícia do Rei Carlos de Inglaterra, que, desgostoso do Parlamento, saiu com o Príncipe e está na cidade de Yorque, a 20 e tantas léguas de Londres. O Parlamento pediu-lhe o Príncipe e ele não deferiu a petição.
28	Notícia de que a Rainha Henriqueta Maria vai aos banhos de Espanha, junto ao Bispado de Liegi, para curar-se de melancolia por ter algumas moléstias. Veio de Dunes para Holanda uma esquadra de galeões holandeses para a vir acompanhando, esperando-a no Canal e trouxe a Infanta sua filha, que casa com o Príncipe de Orange. Há festas nas províncias e assistem as bodas quatro rainhas: Rainha de Inglaterra e Rainha Mãe, que estava retirada em Colónia, Rainha da Bohemia, irmão do Rei Carlos e Rainha Mãe da Rainha de Suécia.
29	Notícia de que o Conde de Holand, um dos principais senhores de Inglaterra, foi de Londres à Yorque para ver o Rei Carlos. Falou com ele em público e teve com ele uma prática muito larga, o Rei deixou o local antes que ele acabasse de falar, recolhendo-se colérico dizia que o Conde mentia em tudo quanto lhe havia dito.
30	Batalha em Irlanda entre ingleses protestantes e católicos romanos causa muitos danos. Relato de que o Conde de Lesle, General dos Protestantes, entrou na província de Ultonia com 18 mil homens, entre os quais vinham ingleses e escoceses. Saíram a caminho 8 mil holandeses católicos romanos e encontraram-se em campo aberto com tamanha fúria que resultou em 4 mil holandeses mortos e quase todos os protestantes, ficando prisioneiro o Conde de Lesle, depois de se proclamar vitória dos católicos romanos. No Parlamento de Irlanda, os ministros supremos lhe perguntaram com que ordem havia colocado o exército em Ultonia, ao que o Conde respondeu que com ordem do Parlamento de Inglaterra. Foi enforcado em praça pública por conduzir um exército sem a ordem de seu rei.
31	Notícia da morte de cinco católicos romanos, em Londres, quatro deles sacerdotes. A saber dois clérigos e dois frades Bentos.
32	Notícia de que veio de Inglaterra aos mares de Irlanda o General dos galeões do Estado com uma esquadra de 30 baxeis e o seu Almirante o Conde de Nortumberland. Dizem que não traz outro pensamento do que senhorear os portos para que os príncipes católicos não socorram aos irlandeses.
33	Notícia de que com a vitória do exército dos católicos de Irlanda, a cristandade de Ultonia assegurou – e até de Londres se avisa – que não ficou vivo em Irlanda nenhum protestante.

34	Notícia de que Colibre foi entrada pelo exército do Rei de França.
35	Carta do Abade Carleno (embaixador que foi do Duque de Cleves), escrita em Londres no dia 28 de Março de 1642, revela que no Sacro Palácio, aos 13 de Fevereiro, o Santíssimo Padre Urbano disse ao conclave apostólico a feliz aclamação do Rei, que decidiu que o Senhor Bispo de Lamego Embaixador de Portugal fosse recebido como Embaixador. Acabado este acto, por ordem de Sua Santidade, foi monsenhor o Cardeal Barbarino, com grande acompanhamento, visitar o Bispo Embaixador e a preveni-lo para a entrada que se esperava ser grandiosa, da maior alegria e aceitação popular que houve na Curia Romana.
36	Notícia de que o Príncipe de Parma espera concertar seus negócios. Se humilha, pede bênção apostólica e absolvição da excomunhão, declarando o que toca à venda dos bens que possui em Roma.
37	Notícia da Festa da Purificação, realizada na Igreja de Monserrato de Roma. Preveniram os beneficiados castelhanos ao Embaixador de Castella para que assistisse com tanta gente, que não tivesse lugar o de França, dando conta também ao Embaixador de França. O embaixador de França juntou 400 homens portugueses, catalães e franceses com pistolas. Chegou a notícia do Sumo Pontífice e mandou aos embaixadores que não saíssem aquele dia de casa.
38	Notícia de que, em quase todas as praças, estão suspensas as armas por desânimo do Príncipe Thomas e o Cardeal de Saboya, devido aos infortúnios das guerras passadas. O Rei mandou retirar tropas do Piemonte e as aplicou às guerras de Catalunha.
39	Notícia que saíram alguns castelhanos de algumas praças, que em Catalunha estão pelo Rei Filipe. Procuraram descompor o sítio das tropas francesas, que estão sobre Tarragona, mas não as puderam desalojar. Morreu grande número de gente em muitas batalhas.
40	Notícia de que nas províncias de Flandres os castelhanos pressionam os soldados portugueses e, depois de os tripularem, os alojaram em presídios e se fogem são esquartejados. Nenhum se atreve a fugir.
41	Notícia de que, por estarem destroçadas e com falta de gente, as gales de Espanha não saíram até agora, mas estão se prevenindo em Cádiz para irem socorrer Tarragona.
42	Ofício do Rei obrigada que cada um de Andaluzia sustente uns tantos homens para a guerra de Catalunha e sobre isso há controvérsias e temem-se reacções.
43	Notícia de que no dia 28 chegou um navio francês que trouxe novas que a armada Real de França seguia para Tarragona.

44	Notícia de que duas gales do Rei Filipe partiram de Cartagena para Génova com 500 mil cruzados. Padeceram grandes tormentas no Golfo de Leão e chegaram destroçadas.
(Artigos do que os católicos confederados em Irlanda pedem ao Rei Carlos de Inglaterra)	
45	Pede-se que haja liberdade de consciência e público exercício da religião católica e eclesiástica hierarquia, como os Escoceses têm, de maneira que a inovação e reforma não venha ao reino. Admitem-se religiosos sem heresia além de moderados protestantes de Inglaterra, Alemanha e outras províncias. Que não haja Bispo algum senão católico, que os sacerdotes gozem de benefícios eclesiásticos e rendas como antigamente foi ordenado, e que os ministros protestantes gozem somente dos bispados e benefícios que os da sua seita procurem para sua sustentação.
46	Pede-se que durante o governo temporário, sejam governados pelo vice-rei, conselho e oficiais católicos e naturais, com subordinação de Sua Majestade.
47	Pede-se que as terras e condados dos católicos que foram confiscados por causa da religião, no tempo da Rainha Elizabeth, como depois, que sejam restituídos ou ao menos a valia deles.
48	Pedem que não mandem nem ingleses nem escoceses a povoar o reino, se não forem católicos ou moderados protestantes e que somente as colônias que estão por autoridade pública estabelecidas se permitirão e sofrerão, sem prejuízo para a nação irlandesa.
49	Pede-se que o comércio com a Inglaterra e províncias se continue.
50	Pede-se que o artigo, por segurança, se confirme por Sua Majestade e pelo Parlamento em Irlanda. Que o Parlamento proceda juridicamente conforme o modo e costumes, e protestado os Conselhos de Irlanda, que o Rei Carlos é o Príncipe e governador puramente temporário em Irlanda, Inglaterra e Escócia. Oferecem estar sempre de acordo para fazer o mesmo protesto, com juramento conforme a consciência pessoal e a religião católica, prometendo defender a autoridade real de Sua Majestade sobre o Parlamento, condenando todas as opiniões em contrário. Pede-se o fim das guerras.

Gazeta do mês de Maio de 1642

N.º de ordem da notícia	Tema
1	Notícia da chegada de algumas naus de França com soldados portugueses, que militavam pelo Rei Dom Filipe nas praças de Catalunha.
2	Notícia do General Martin Afonso de Mello que mandou tropas sobre a Codiceira Villa de Castela, recolhendo os inimigos, saqueando e colocando fogo na maior parte do lugar.
3	Notícia de que estão declarados os Capitães da Armada Real, que sairão no Verão em galeões do Estado.
4	Notícia que no dia 11, benzeram-se as duas fragatas fabricadas na ribeira, com missa do Bispo Capelão Mor, batizando a maior como São João Batista e a menor como São Theodósio, em graça do nome de Sua Majestade e do Príncipe.
5	Notícia de que alistam-se os nobres e os privilegiados nos quatro terços do Príncipe D. Theodósio. Na Vila de Caminha saíram uns pescadores de barco pelo rio Minho, encontrando dois bargantins com infantaria do inimigo. Retornaram e contaram a Rodrigo Pereira de Soto Mayor Alcaide Mor e Capitão Mor de Caminha e de Valadares, que mandou ao Sargento Mor Francisco Pais e outros capitães que fossem até o local para escoltar os pescadores. Investiram contra o inimigo, deram cargas e tomaram dois barcos com alguns galegos. Retiraram-se, deixando o inimigo em terra postos em arma e receosos de algum assalto.
6	Notícia que no dia 14 foi ao mar a fragata São João Batista, obra do Marquês de Montalvão, onde houve muita gente a assistir inclusive o Rei e o Príncipe Theodósio, que chegaram da sua quinta de Alcântara em uma gôndola.
7	Notícia que fez o Rei mercê a um bisneto do Bandarra de uma capela com que se pode sustentar.
8	Relato de que Dom Nuno Mascarenhas, mestre de campo e capitão mor de Castelo de Vide, e Fernão da Silva, capitão de cavalos, que assistem na Cidade de Portalegre, juntaram alguma gente e marcharam para saquear Santiago, uma aldeia de Castella. Os moradores, como estavam de aviso, fugiram levando o que podiam e escondendo o que não podiam (...) por entre o trigo. A tropa encontrou um senhor de idade que não conseguiu fugir e que pediu que não fosse morto, dizendo onde estavam escondidas as fazendas. Foi recolhido tudo e depois o local foi incendiado.

9	Relato de que na noite de 3 de Maio, duas companhias de cavalo a cargo de Gaspar Pinto Pestana, comissário geral da cavalaria do Alentejo, correram campanha e rodearam a ponte de Badajoz. Avistaram dois batedores de cavalos, que foram alcançados mas que fugiram em grande velocidade para Badajoz, sendo mortos na ponte e tendo os seus pertences retirados. Depois foram ao Forte de São Cristóvão, desmantelando-o e queimando uma casa com soldados e guarnição. Foram ao posto de Sespede, junto à ponte do rio Caia, onde as rondas de Castela se alojavam e encontraram fatos e 20 cavalos, abrasando tudo e retirando-se em seguida.
10	Notícia de que os castelhanos fronteiros da província do Alentejo não saem em campanha por falta de gente e cavalos.
11	Relato pormenorizado de actos de valor na entrada de Enzinasola. O Mestre de Campo Dom Francisco de Sousa se preveniu para entrar em Castela ao mesmo tempo em que Manuel de Mello, Alcaide Mor e capitão mor de Serpa, filho de Luis de Mello, porteiro mor e capitão da guarda Real Portuguesa, foi avisado que o governador das armas tratava de mandar gente a campanha e que Manuel de Mello estava de cama, sangrando, e que apesar das considerações dos médicos, levantou-se e em Abril foi a Santa Luzia a ver-se com o Mestre de Campo Dom Francisco de Sousa dizendo que estava deliberado a sair com a sua gente. No dia seguinte, Manuel de Mello foi a Moura para marchar para Enzinasola. O qual, no dia Primeiro de Maio, saiu de Serpa com 45 cavalos, 600 mosqueteiros e foi se juntar em Moura com o Mestre de Campo. Estavam os esquadrões a marchar quando veio aviso de Manuel da Silva Mascarenhas, capitão mor de Mourão de que como haviam saído muitas tropas de cavalos e infantaria castelhana de Vila Nova, imaginava-se que a intenção era dar em Safara, Santo Aleixo ou Moura. Batedores que tinham ido coroar o campo trouxeram uma espiã inimiga para que dissesse o que se passava e logo o capitão mor Manuel de Mello marchou para Safara. No domingo a noite, dia 4 deste mês, trouxeram os seus soldados dois espiões, um de Enzinasola e outro de Aroche, sabendo deles que o campo estava seguro. Mandou aviso ao Mestre de Campo e na segunda-feira, ao meio dia, juntaram-se no posto do sapatão. Saíram de noite mas detiveram-se assentando o campo logo que amanheceu. Formaram-se batalhões e travaram batalha sangrenta durante sete dias, tendo os castelhanos em batido em retirada, com muitas mortes e prisões.
12	Notícia de que no dia 23, sexta-feira, o Rei chegou de Alcântara e assistiu no Tribunal da Relação a condenação de morte de três homens que deram testemunhos falsos no crime de Maïestates.

13	Notícia que nos últimos dias de Maio vieram alguns barcos de trigo de Mértola para Alcoutim, pelo rio, encontrando com castelhanos armados. Na ribeira do lado de Portugal estavam dois homens e um moço que casavam e vendo a contenda socorreram aos barcos portugueses, atirando nos castelhanos, que fugiram. Pôde assim vir em paz ao porto os barcos portugueses.
Notícias de Fora do Reino	
14	Notícia de que o General Picolomi, depois de percorrer grande rota e correr fama que tinha morrido em uma batalha, tornou buscar o inimigo e o fez retirar com muito dano até a baixa Saxónia.
15	Notícia de que o exército do Cristianíssimo deu na gente de Lamboi, que escapou da batalha de Chenpe e acabou de a destruir.
16	Por carta escrita no dia 6 de Abril, em Narbona, se avisa da vitória que Monsieur de La Mota de Ancour alcançou do exército do Rei de Castela, junto à vila Franca de Panaderes, no principado da Catalunha.
17	Notícia de que o Rei nomeou a Marechal o Conde de Gebrian, general do exército que venceu a Lamboi, e Monsieur de La Mota de Ancour.
18	Notícia de que o Marquês de Torreclusa ia de socorro à Colibre, mas não pode chegar a tempo porque iam pessoas maltratadas da viagem, por isso perdeu-se a praça.
19	De Dover veio carta de 14 de Abril, na qual se avisa que o Rei Carlos queria ir a Irlanda.
20	Pela Gazeta de Holanda entende-se que o Parlamento de Inglaterra mandou um comissário a dizer aos holandeses que lhe mandassem as condições que pediam ao Rei, e que as despachariam e as firmassem aos seus governadores. Os irlandeses enviaram 13 artigos, com novas condições e a principal, de que o Conde de Corche restituísse aos fidalgos todas as terras que lhes havia usurpado. Estas condições levaram ao Parlamento Montgaret Delvin, Dunlyps, Lymbre, Onel e outros titulares.
21	Notícia de que a cidade de Dublin (principal de Irlanda e que até o momento não seguiu à parcialidade dos católicos) diz à Gazeta de Londres que os irlandeses a têm cercado com 50 mil homens e que devido às más condições comem até os cavalos, e os católicos, que há nela a vista dos protestantes, que a governam, pregam Deus em público e pelo sucesso dos irlandeses.

22	Notícia de que Sua Santidade escreveu aos príncipes católicos para que socorressem as províncias de Irlanda e mandou Félix Onel (que foi general no levantamento) um estandarte na qual há uma divisa que declara que a guerra dos irlandeses é em defesa da fé católica romana e da Cátedra de São Pedro. Também mandou um presente com indulgência para todos os que ajudassem e favorecessem o reino, assegurando que nunca lhe faltaria o favor da Igreja.
23	De Holanda e de outras partes se avisa que o Rei de Dinamarca emprestou 50 galeões para socorrer o Rei de Inglaterra ou para efeitos políticos.
24	Notícia de que para se tomar assento nas decisões que há entre puritanos e protestantes ordenou-se que por votos se averiguasse quais das seitas se havia de seguir. A dos protestantes tiveram 126 votos e a dos puritanos menos 5, e o Conselho se confundiu de maneira que não se resolveu.
25	Publicou-se um edital que nenhum bispo, mesmo que fosse protestante, tivesse voto no Parlamento e agora ficavam presos. Vieram a juízo parte deles e não se sabe ainda a sentença.
26	Notícia de que o Parlamento mandou embaixadores ao Rei, aos quais disseram que aquele povo estava triste porque Sua Majestade não voltava a Londres. O Rei respondeu que cada povo colocasse a mão na consciência e que logo seria fácil conhecer a razão porque não voltava.

Gazeta do mês de Junho de 1642

N.º de ordem da notícia	Tema
1	Notícia da chegada de uma nau de Rochele ao porto de Lisboa, em que vieram portugueses de Itália e da Catalunha.
2	Notícia de que o Monteiro Mor General da Cavalaria das fronteiras do Alentejo saiu de Elvas no dia 2, com 11 companhias de cavalos, e foi para Olivença, onde chegou por volta das 16 horas. Correu campanha durante a noite e ocupou os campos da vila de Alconchel, ficando de emboscada para pegar o gado que os pastores levavam para pastar pela manhã. Levou o gado para Olivença, sem muita resistência, e os moradores fugiram para o castelo disparando e matando um capitão, ferindo quatro holandeses. Os portugueses saquearam as casas, levando 8 mil cabeças entre ovelhas, porcos e vacas e cavalgaduras (estimado em 25 mil Cruzados), deixando muitos inimigos mortos e feridos. Do que foi apreendido se tirou o quinto de Sua Majestade e o restante foi dividido entre os soldados, ficando alguns muito ricos.

3	Relato de batalha entre portugueses e castelhanos. Na Vila de Penamacor saiu para Almeida o general Fernão Telles de Menezes, que recebeu aviso de que o inimigo pretendia entrar naquela região. No dia 28 de Maio saíram de Aldeia do Bispo (vila de Castela, a meia légua de Almeida) tropas da infantaria e de cavalos e correram campo junto ao Val de La Mula, fazendo presa ao gado que pastava além dos muros. O Tenente General da cavalaria, João Saldanha de Sousa saiu com tropas e foi a Val de La Mula. Os castelhanos estavam num monte perto de Aldeia do Bispo, do outro lado do rio. João Saldanha passou o rio e foram em seu socorro 60 cavaleiros e os capitães Rui Tavares de Brito, Cristóvão de Sá de Mendonça e Cristóvão da Fonseca Cardoso. Chegaram ao posto onde veio a cavalaria castelhana e travou-se batalha. Morreram Monsieur de Mongrol, Alferes do Coronel Sebastião de Mahè, António da Fonseca, ajudante de cavalaria, Francisco Valente da Costa, capitão de infantaria e Nicolau de Paiva de Albuquerque, alferes do tenente general. O Tenente General pediu licença ao Tenente General Fernão Telles de Menezes para invadir a vila de Aldeia do Bispo, mas teve recusa porque havia grande risco por terem pouca gente e porque ele mesmo queria ir até lá. No dia 29 saiu de Almeida à 1 hora da manhã levando a cavalaria e com ele o Capitão da Guarda Dom Lourenço de Sousa. Foram em sua companhia os Capitães Rui Taveira de Brito, António de Carvalho de Vasconcelos e Diogo Ribeiro Homem. Seguiu-se o Capitão Puplinier, a quem o Tenente General entregou uma tropa de cavalos, com sete ou oito oficiais franceses, indo na retaguarda da cavalaria o Capitão Cristóvão da Fonseca Cardoso e sua companhia. O Mestre de Campo D. Sancho Manoel levava a vanguarda da infantaria, acompanhado pelos Capitães Nuno da Cunha de Ataíde, Duarte de Miranda Henriques, Alonso de Tovar, António de Andrade de Gamboa, Francisco Valente da Costa, Manuel Teixeira Homem. Marchava o Genereal Fernão Telles de Menezes a quem dava guarda o Capitão Cristóvão de Sá de Mendonça com sua companhia de cavalos, indo na retaguarda o Sargento Mor Lourenço da Costa Mimoso. Chegaram à vista da Aldeia do Bispo pela madrugada, cercaram a vila e travou-se batalha com o inimigo. Morreu com um tiro na testa o Capitão Alonso de Tovar e foram mortos muitos castelhanos, sendo 90 feitos prisioneiros. Os portugueses venceram a batalha, saquearam o local e colocaram fogo na maior parte.
4	Notícia de que no mesmo dia em que o Monteiro Mor deu na vila de Alconchel, saiu de Campo Maior o Mestre de Campo Aires de Saldanha com alguma gente do seu terço, e foi marchando até Badajoz. As pessoas fugiram com medo. Foi feito muitos danos ao local e morto um fidalgo.

5	Notícia que, na Véspera do Espírito Santo, alguns castelhanos foram a Elvas e, com bandeira branca, disseram ao Capitão português que trazia 20 portugueses de Badajoz, com passaporte. O capitão os recebeu e consta que vieram duas mulheres portuguesas conhecidas, que estavam em Badajoz para assistir um dos cabos. Retiraram-se os castelhanos e os portugueses voltaram à Elvas.
6	Notícia de que chegou por via do Algarve um comissário mouro do Rei de Marrocos, enviado a fim de que lhe permitissem mandar seus embaixadores ao Rei. Entrou na corte no dia 22.
7	Notícia de que no dia de Santo António publicou-se as pazes entre Sua Majestade e o Rei de Inglaterra e Irlanda, Carlos I.
8	Notícia de que na quinta-feira de Corpus Christi o Rei chegou de Alcântara e acompanhou a procissão da cidade.
9	Notícia de que Francisco Luís de Vasconcelos está despachado por Governador e Capitão General da Ilha de São Miguel, e seu irmão Joane Mendes de Vasconcelos, por conselheiro de guerra.
10	Notícia de que castelhano interceptado por portugueses revela estratégia de inimigo. O Marquês de Valparaíso, que está nas fronteiras do Reino de Galiza, foi visto de Valadares marchando com muitos soldados. O Capitão Mor António de Queirós Mascarenhas, querendo saber a estratégia do Marquês fez uma emboscada e capturou um criado de D. Fradique de Valadares, Mestre de Campo Galego, que revelou que o Marquês se dirigia para Alharis, onde faz praça de armas e que levava três carros de moeda para socorro das tropas. Neste mesmo dia, o Capitão Mór fez uma preza debaixo das sentinelas do inimigo.
11	Notícia de que no dia 13 entrou em Castela o Mestre de Campo D. Sancho Manoel, deixando os Capitães Manoel Teixeira Homem e João Fialho com suas companhias numa emboscada para que assaltassem a cavalaria do inimigo e ao romper de Alva, a cavalaria castelhana rendeu um ajudante português, matou um soldado e levou quatro prisioneiros. Os portugueses que estavam de emboscada deram carga no inimigo, matando o Alferes que governava a tropa e mais dois cavaleiros. De noite, o Mestre de Campo entrou na Ciudad de Rodrigo, prendendo 12 cavaleiros castelhanos e dois clérigos, um beneficiado e outro tesoureiro da Sé, e depois disso arrasou Almeida, tomando grande quantidade de gado, levado para Barquilha. Veio o inimigo com infantaria e cavalaria para reaver o gado, mas o General Fernão Telles de Menezes acudiu e os castelhanos se retiraram.

Novas de Fora do Reino	
12	O Conde de Vidigueira, embaixador ordinário de Sua Majestade, escreveu de Rochele que estava a caminho para Perpignan, onde o Rei assistia com grande exército.
13	Notícia de que entrou uma nau de Inglaterra com fidalgos portugueses que estavam em Madrid antes da aclamação do Rei, os quais são Dom Manuel de Castro, Álvaro de Sousa, D. Francisco de Azevedo de Ataíde e Jerónimo da Silva, cavaleiro do hábito de Santiago. Foram a Flandres despachados pelo Rei de Castela com grandes mercês. Vieram a serviço trazendo em sua companhia o Alferes D. Pedro Garcia de Avis, Fulgêncio de Matos Galvão e Manuel Roxo com alguns soldados. Retiraram-se de Flandres e foram para Inglaterra e desde lá a este reino foram recebidos pela Sua Majestade com muitas honras.
14	Notícia de que os fidalgos portugueses D. Francisco Mascarenhas, D. João de Menezes e Álvaro de Carvalho estão presos em Madrid por quererem vir a Portugal.
15	Notícia de que veio de Goa à Ilha Terceira uma naveta e outra de Onor à Ilha de São Miguel. Dão algumas novas da Índia as quais dizem que em todas aquelas praças ficava aclamado o Rei.
16	Notícia de que Dom Álvaro de Bivero, Mestre de Campo Castelhandu, e Governador de Fortaleza S. Felipe Monte do Brasil da Ilha Terceira, foi para Castela em uma nau inglesa – que saiu deste porto a buscar o Conde de Vila Franca, em companhia do General António de Saldanha – e com ele foram castelhanos rendidos e muitos ficaram em terra a servir o Rei.
17	Notícia de que o Rei de Castela foi para o Reino de Aragão, obrigado da guerra que lhe faz o Cristianíssimo.
18	Relato de que no assalto de Alconchel se achou uma algibeira de um castelhano prisioneiro uma carta, que de Segovia escreveu um amigo a outro, que vive em Albuquerque e diz nela que se admira a ousadia com que os portugueses entram pelas fronteiras de Castela, fazendo presas de grande estimação e fortificando-se cada vez mais. Diz também que o filho bastardo do Conde Duque está aposentado no Bom Retiro, com grande aparato, que o Duque de Medina Sidonia está em Montanches e o Marquês de Aiamonte, em S. Torcas, que por lá se diz que em Portugal valem todas as coisas por excessivo preço e que o mesmo é em Castela, principalmente a prata que corre a 100%. Que Perpignan se socorreu. Que em Barcelona e Lerida fez o exército de castelo algum dano e discorre largamente sobre o aperto de Castela que tudo são lástimas, prantos, queixas, desgraças, roubos de fazenda, que ninguém tem a sua segura, e que agora se manda que todos os ricos comprem em prata e que dobre os censos sobre as rendas Reais.

19	Notícia de que Feliz Onel, General dos Irlandeses católicos, está com 50 mil homens sobre a cidade de Dublin.
20	Notícia de um livro que saiu no mês de Abril, impresso em Londres a mando do Parlamento, “Demonstração dos acontecimentos admiráveis, que sucederam em Irlanda”, do Doutor Henrique Joanes, no qual estão testemunhos de uma inquirição, que se fez por decreto do Parlamento, em que declaravam debaixo de juramento os ingleses que fugiram de Irlanda e que morreram naquelas guerras, com dano de 5 milhões. No livro é referido que das 500 partes dos ingleses (cujas fazendas se destruíram) não jurou mais que uma porque de 30 e dois condados, de que constam as cinco províncias, e meia de Irlanda, somente de 16 foram alguns ingleses jurar a inquirição. Há no livro muitas coisas das quais as maiores são as seguintes.
21	Notícia de que em Ultonia haviam os irlandeses promulgado uma lei que todo o homem que falasse inglês fosse condenado em 20 Reales.
22	Notícia de que Frei Roque de Avis, Frade de S. Domingos, que esteve nesta cidade o ano de 18 e agora é bispo de Keldar, quando tomou posse de seu bispado, querendo sagrar uma igreja mandou desenterrar os ossos de uns bispos protestantes e de outras feitas que estavam enterradas.
23	Notícia de que Edmundo Orelly, fidalgo irlandês, matou em sua própria casa um bispo de Quilmor Protestante, a sua mulher e dois filhos e que logo mandou chamar o Bispo Católico Eugénio Macsuyne e o colocou de posse do paço e de toda a fazenda do bispo morto.
24	Notícia de que os católicos irlandeses queimam todos os livros dos ingleses tocantes à religião.
25	Notícia de que duas mulheres irlandesas católicas encontraram no campo um protestante, que seguia com passaporte e lhe tiraram a vida e que, presas por delito, confessaram o crime cometido em consequência de que em Dublin ingleses protestantes tiraram a vida ao seu senhor.
26	Notícia que um clérigo irlandês converteu 50 ingleses e que depois que fizeram protesta da Fé, jurando reconhecer por cabeça da igreja o Sumo Pontífice, receberam passaporte e puderam seguir livremente mas foram mortos por um soldado que os seguia, dizendo que era uma lástima os deixarem ir e os queria mandar para o céu.
27	Notícia que irlandeses têm no mar 50 naus de guerra com muita infantaria.
28	Notícia que no Convento de Nossa Sra. de Montefarnan juntaram-se os prelados, irlandeses e que fizeram conselho de como tratariam os protestantes que deitavam fora do reino. Resolveu-se que lhes fizessem boa passagem mas não com muita larguesa. E outras coisas como tudo o que o Parlamento de Inglaterra mandou imprimir para divulgar pelo mundo.

Gazeta do mês de Julho de 1642

N.º de ordem da notícia	Tema
1	Notícia de que no início deste mês se escreveu da Província do Alentejo que no dia de São João vieram os inimigos a Olivença e que os portugueses os fizeram retirar com morte de muita gente.
2	Notícia de que António Telles da Silva foi governar o estado do Brasil.
3	Notícia que veio o Rei da sua quinta de Alcântara com toda a casa real.
4	Notícia que na Província do Alentejo saiu o Monteiro Mor General da cavalaria a correr campanha em Chelas, que é de 300 vizinhos. Investiu as trincheiras, acudiu o inimigo à defesa e houve danos para ambas as partes. Em uma das casas do senhor daquele lugar mataram seis portugueses com torneiras. O Monteiro Mor mandou atear fogo em todas as casas. Vieram em socorro da vila de Alcochel os portugueses e tomaram outro caminho.
5	Notícia de que foram achados dois falsificadores de moedas nas pedreiras de Alcântara. Foram condenados pelo tribunal do Santo Ofício, um deles padecendo no mesmo dia em que o Rei veio de Alcântara e o outro na cadeia pública, doze dias após receber a sentença de prisão.
6	Notícia de que quiseram mandar para a corte o galeão Bom Jesus de Portugal, que foi construído no Porto, com a infantaria que foi para sua guarnição. Devido a falta de maré e de vento, o galeão teve que regressar ao Porto. Dias depois saiu em uma oportuna ocasião, chegando a corte no dia 17.
7	Notícia de três tropas da cavalaria castelhana, que foram a vila de Campo Maior sem ser vistos pelos sentinelas portugueses, e correram todo o distrito, matando 18 segadores e ferindo outros tantos que morreram e dizem que nenhum escapará. Os inimigos foram vistos pelos frades do Convento de São Francisco. Saiu Aires de Saldanha com a maior parte de seu terço e algumas tropas de cavalo, alcançando o inimigo e o fez retirar, matando oito homens e ferindo muitos. Recolheu-se e trouxe alguns cavalos.
8	Notícia de que veio de Cádiz um barco com alguns portugueses com moléstias por razão que os castelhanos apertam com os que fogem.
9	Notícia de que chegou ao porto de Lisboa um pataxo do Pará (terra do Maranhão de onde não houve até agora assalto algum), com alguns portugueses que vêm pedir armas e pólvora e dizem que naquele sítio estão os portugueses, cerca de 200, unidos com o gentio da terra e que não há por aquelas partes poder que os descomponham.

10	Notícia de que numa aldeia que está entre Alcotin e Castro Marinho vieram cinco barcos castelhanos e saquearam uma ermida de Santo Antônio, sem deixarem os sinos, nem as portas, queimando algumas choças, levando a imagem do Santo com grande festa. A notícia chegou a Dom Francisco de Castelo Branco, que estava em Castro Marinho, e mandou alguns mosqueteiros em barcos os quais saíram ao rio e tomaram três barcos de Aiamonte e dois de São Lucas de Guadiana, com a gente que havia nele.
11	Notícia de que entrou na corte a Duquesa de Aveiro e está aposentada numa quinta além de Enxobregas.
12	Notícia de troca de prisioneiros. Vieram dois clérigos de Badajoz com alguns portugueses prisioneiros para trocá-los por outros castelhanos.
13	Notícia de que foi para as fronteiras do Alentejo o Mestre de Campo Dom João da Costa.
14	Notícia de que o General Fernão Teles de Menezes marchou com 1.500 infantes, 50 cavalos e duas peças de campanha a um lugar de Castela, que se chama Fuentes. Um francês que descobriu que ali tinha emboscada do inimigo, indicou outro caminho para que chegassem seguros até Fuentes. Em Fuentes houve batalha. Foram mortos 35 homens, cinco foram presos e ainda trouxeram cavalos e outros despojos. Três portugueses ficaram feridos.
15	Notícia de que Antônio Machado da França, Tenente do Capitão de Cavalos, Dom Rodrigo de Castro entrou com algumas tropas em Telenia e viu que estava despovoada, seguindo para Badajoz. Numa defesa achou trabalhadores, que estavam a fazer lenha com alguns soldados de escolta e deu de improviso neles. Matou mais de 40, trazendo 10 prisioneiros e alguns despojos.
16	Notícia de que vieram 600 castelhanos a Vilar Formoso para impedir os portugueses de cegar o trigo. Deu sobre eles o Mestre de Campo Dom Sancho Manuel e os fez retirar, matando mais de 20 homens e trazendo 10 prisioneiros.
17	Relato de que andavam 20 cavaleiros portugueses de ronda nos campos de Olivença sendo colhidos por uma emboscada da cavalaria de Badajoz e somente um deles escapou de ser prisioneiro, que veio dar aviso ao General da Cavalaria o qual montou com pressa e seguido de 300 cavalos foi fazer uma emboscada entre Badajoz e Valverde, onde iriam passar. Deu-lhes e livrou os portugueses prisioneiros, matando a maior parte dos inimigos, tomando-lhes as armas e os cavalos, seguindo para Badajoz. Chegou à vista dos muros e os portugueses disseram injúrias aos castelhanos rogando que viessem a escaramuça e como ninguém saiu, tomaram o gado todo que acharam pelo caminho.

18	Notícia de que soldados cavaram as trincheiras da vila de Penamacor e descobriram uma mina e sem saber que metal era enviaram amostras à Corte, que após fazer o ensaio achou-se que era de cobre de boa qualidade.
19	Notícia de que o comissário da cavalaria do Alentejo, Gaspar Pinto Pestana, foi a Figueiro de Bargas (região de Castela) e matou mais de 60 homens, tomando grande quantidade de gado quando deparou com o inimigo. Travaram batalha e colocaram fogo ao trigo e que por estar a ventar fez tanto fumo que espantaram os cavalos dos inimigos, os fazendo retirar. O incêndio lavrou muitas léguas por Castela e era visto de algumas partes do Alentejo. Neste encontro morreram muitos inimigos e três ou quatro portugueses.
20	Notícia de que, querendo uns lavradores de Almeida ir cegar os seus trigos à raia, os castelhanos armaram uma emboscada para capturar os portugueses. Os portugueses souberam disso e investiram contra os castelhanos, matando muitos e trazendo 60 prisioneiros.
21	Escandalizado com a impiedade com que foram mortos os segadores de Campo Maior pelos castelhanos, o Comissário da cavalaria Gaspar Pinto Pestana vingou o agravo em todas as ocasiões, soltando a rédea a fúria em dano dos contrários, enviando ao Governador das Armas de Badajoz uma carta para troca de prisioneiros, reforçando a impiedade que ocorreu em Campo Maior, avisando que se não parassem com aquilo iria refrescar os “guertos de guadarrama”.
Novas de Fora do Reino	
22	Notícia de que o Duque de Medina Sidonia está em Andaluzia e sua chegada foi festejada pelo povo.
23	Notícia de que o General da Armada de Irlanda, Dom Malachias Odiscoil, anda com 50 naus no mar da Província de Mononia, a mais próxima da fronteira de Inglaterra.
24	Notícia de que um exército da Escócia, por ordem do Parlamento Real, cercou a fortaleza de Carig Aris. Acudiu a infantaria que estava de guarnição, com grande valor. Houve danos de parte a parte e levantou-se o cerco.
25	Notícia de que saiu de Inglaterra uma armada de 30 naus, 15 do Estado e 15 particulares. Colocou gente no cabo da Província de Conacia, que não tinha muitos irlandeses, desembarcaram os ingleses, defenderam-se os da província e devido as más condições do local, a armada retornou com danos e se fizeram à vela, deitando mais pessoas em Galuca, há 20 léguas de onde saíram, mas houve tanta batalha que morreram dois mil irlandeses e mais de três mil ingleses.

26	Notícia de que o grão Turco tem no porto de Argel mais de 70 velas entre naus e gales.
27	Notícia de que no molhe de Dunquerque estão algumas fragatas para irem unir-se com a armada de Castela, porém o General Men hier Tromp e o vice-almirante Men hier Vuiten Vuitens andam com 33 velas do Estado de Holanda cruzando o canal para lhe impedirem a saída.
28	Notícia de que o Conde de Vidigueira, embaixador do Rei Dom João IV de Portugal no Reino de França, chegou a Narbona e mandou aviso de sua chegada ao Cristianíssimo, que estava em Perpignan, há pouco mais de 10 mil léguas dali. Sua Majestade Cristianíssima o mandou visitar pelo seu capitão de guarda, com ordem para que se passasse a Bisiers e que esperasse ali até que ele viesse da corte de Paris, em breve. Chegando a Bisiers, o Conde foi visitado por muitos Monsieus e embaixadores, e assistido do Cardeal Masserino e Nuncio de França.
29	Notícia de que o Marechal de La Mothe vai entrando pelo Reino de Aragão e tem já tomado a cidade de Monson.
30	Notícia de que as dificuldades em Tarragona faz com que os soldados não ganhem mais, por dia, do que 20 pedaços de pão e quatro de cavalo.
31	Notícia de que em Cartagena estão 12 gales de Castela e em Vinerós seis fragatas de Dunquerquer e não ousam sair por amor da armada do Cristianíssimo.
32	Notícia de que o Marquês de Leganez e o de Oropreza estão na praça de Vinerós.
33	Notícia de que Jorge de Sousa da Costa (gentil homem do Conde de Vidigueira, embaixador do Rei no Reino de França) no dia 4 de Junho de 1642, por ordem do Conde foi a São German, acompanhado do capitão da Vila Real, e ofereceu um presente à Rainha Cristianíssima, que fez-lhes grandes honras e deu a cada um deles uma cadea de ouro com a sua medalha.
34	Notícia da morte da Condessa de São Pol, deixando para obras pias 50 mil escudos.
35	Notícia de que houve uma conjuração contra o Cardeal Rocheleu, porém o Marechal de Xomberd a descobriu e muitos já estão presos.
36	Notícia de que, querendo Sua Eminência curar de suas enfermidades, mandou uma carta ao Cristianíssimo uma carta (que segue) que fosse onde fosse por ordem médica, que cuidasse de seus filhos e de sua casa pois os amava muito.

37	Notícia de que o General Stal-hans (um dos principais militantes da Rainha de Suécia) passou o rio Oder com um exército de oito esquadrões da cavalaria e dois mil mosqueteiros, indo para Fristerel, que o guarneceu. Passou de volta pelo rio e pelas cidades de Bunzel e Lemberg sem fazer dano.
38	Notícia de que em Bressão, cabeça da província de Silesia, está alojado um exército imperial com 10 mil cavalos e quatro mil infantes a espera de uns regimentos novos que virão da Província de Misnia. Todo este poder se junta para impedir os progressos que, da outra parte do rio Oder, faz o exército da Rainha de Suécia, que está sobre as cidades de Gura e Henestad.
39	Notícia do Duque Francisco de Saxonia Lavenburg, que saiu de Viena com 300 mil cruzados para levantar gente de Silesia contra Torseson, general sueco.
40	Notícia de que o eleitor de Brandenburg celebrou neutralidade por dois anos com a Rainha da Suécia.
41	Notícia de que o General Stal-hans tomou a cidade de Gubra.
42	Notícia de que os suecos mataram Schurten, capitão de cavalos do exército imperial.
43	Notícia de que a cidade de Luchão se rendeu a partido de armas e bagagem.
44	Notícia de que tomou um exército da Rainha de Suécia a cidade de Grosgolão. No dia da entrada pegou fogo grande quantidade de pólvora que estava dentro de uma igreja e queimou mais coisas do distrito.
45	Notícia de que o Marechal de Guebrian, que estava em Lechenic, levantou o cerco pondo fogo na casas e em grande parte do castelo e logo foi fazer forte junto ao rio Erst, onde tem comodidade para viveres e para a artilharia. Veio a Colónia o General Asfeld com 18 mil imperiais e assentou o exército junto a Preul, sobre o rio Rhin e houve grande batalha.
46	Notícia de que o Marquês de Bresé com ambas as armadas de levante, com 66 navios e 24 gales, saiu ao encontro da armada Real de Castela, que ia socorrer as praças cercadas na Catalunha. Pelejarão duas vezes em dois dias. Retirou-se a armada de Castela para as ilhas de Maiorca e perderam cinco baxeis (um dos quais era o galeão S. Domingos) e três naus de fogo com três mil infantes mortos. As armadas de França perderam uma nau, de que era capitão o Comendador de Conge.

Gazeta do mês de Novembro de Novas de Fora do Reino

N.º de ordem da notícia	Tema
Avisos de Dublin cabeça de Irlanda – 10 de Setembro de 1642	
1	Dos três navios que guardavam estas costas, por ordem do Parlamento de Inglaterra, dois retornaram a Inglaterra e desta forma os mercadores irlandeses puderam comerciar com os estrangeiros. Os católicos se juntaram em Kilkenny e os protestantes neste lugar onde os soldados morrem de miséria. Os protestantes estão por resolver alguns concertos se os católicos quiserem, porém entende-se que não o faraó sem muita satisfação do Rei da Grã-Bretanha, que há poucos dias mandaram um protesto que haviam de defender contra o Parlamento de Inglaterra porque a presa que fizeram da cidade de Kinsale lhes tem dado grande ânimo.
De Wittemberg – 10 de Setembro de 1642	
2	Cavaleiros suecos tomaram Imperiais junto a Torgau a 13 de Agosto e se alojaram próximo ao Rio Elba e emboscaram barqueiros e apossaram-se da barca. Apareceram cavaleiros suecos ao redor de Leuca onde se juntaram a outras tropas e para passar a ribeira. O general major Konigsmarc acode com seu exército os suecos, que estão em Esford para fazerem diversão no país de Saxã e Franconia.
De Bennefeld – 11 de Setembro de 1642	
5	No dia 21 o Duque Carlos chegou de improviso a cidade de Dombach e mandou avisar que se rendesse, mas um sargento que lá governava estava resoluto em se defender e no dia 22 atacou com sua artilharia. O coronel Morsheuser despachou com soldados e formou uma muralha na cidade impedindo os inimigos de dar o assalto. O Duque Carlos retirou-se por falta de munição e aos 24 foi marchando pelo vale de Markirche.
De Roma – 11 de Setembro de 1642	
4	No dia 16 chegou a esta cidade correio de Florença e trouxe a notícia que no dia 24 a Duquesa de Toscana teve um filho e que Sua Santidade foi avisada. O senhor Vincêncio de Medicis, agente do grão-duque para manifestar sua alegria lançou dinheiro ao povo pela janela.
5	Depois do sucesso entre o embaixador de Portugal e o de Castella, no dia 23, foram postas guardas em muitos locais da cidade, impedindo quem quisesse favorecer a parte de Castella.

6	Sua Santidade mandou derrubar todas as casas que estavam apegadas ao muro, colocando barris de pólvora e munições de guerra porque o embaixador de Castella poderia empreender alguma ação contra Sua Santidade.
7	O embaixador de Castella, Marquês de los Veles, saiu de Roma no dia 28 de Agora para Aquila, em Abruza, acompanhado por cardeais, duque de Hungria e muitos soldados.
8	Sua Santidade havia suspenso a marcha de seu exército contra o Duque de Parma, esperando que Sua Alteza desse obediência de vida à Santa Sé, mas vendo que não, resolveu marchar contra ele o seu exército.
Mais avisos de Roma – 17 de Setembro de 1642	
9	O embaixador de Castella foi visitar novos cardeais, com licença do Papa. O cardeal Antonio fez de tudo para impedir as desordens que podiam resultar do conflito. Os cardeais haviam tirado uma devassa após o dia 23, entre o embaixador de Castella e o de Portugal, dando culpa ao primeiro, enviando a Madrid uma relação de tudo, que contraria o embaixador de Castella, que lançou fama que o de Portugal havia sido o agressor.
De Brieg – 12 de Setembro de 1642	
10	Depois que o Arqueduke Leopoldo reforçou seu exército com cavalaria dos Húngaros e Croatas, mostra-se resoluto em investir o exército sueco que ainda está alojado ao redor de Crassen, Guben e Francfort, sobre o Oder. O capitão Schonek Imperial teve sua cabeça cortada em Dom de Breslaw por render com pouca resistência aos suecos a cidade de Striga, que os imperiais têm cercado ao longe.
De Hoxter – 12 de Setembro de 1642	
11	O General Mayor Konigsmar Sueco tomou a cidade de Duderstad, com cavalaria, infantaria e guarnições que tirou de Mansfeld, Erford, Minden, Osnabrug e Neuburg. E tem dado comissões para se fazerem outras levar.
De Stokolm – 13 de Setembro de 1642	
12	Há mais de dois meses que a Rainha de Suécia visita o reino, foi ver as minas de cobre e as de prata que estão em Salberg. No dia 9 de Agosto chegaram dois embaixadores do Eleitor de Brandeburg e no dia 12 tiveram audiência dos cinco administradores do reino. No mesmo dia chegou também o Marichal Gustavo Horn, há 16 anos fora, que foi recebido por senadores, cavaleiros e oficiais de guerra. O Marichal foi ver sua sogra e a única filha que havia deixado no berço.
De Praga – 13 de Setembro de 1642	

13	O General Major Enkensert chega de Viena. O Coronel Wanck, sueco, governador de Olmutz, tem tomado em suas saídas gado, pão e saqueou Tobischaw. É certo que o Coronel Schlarg Sueco matou 500 croatas e fez prisioneiro o Coronel Heister com muitos outros.
De Amburgo – 14 de Setembro de 1642	
14	Vieram o Rei de Dinamarca e os embaixadores do Grão Duque de Moscovia e o Rei os esperou em seu trono. Os moscovitas propuseram ao rei que continuasse o tratado firmado há 55 anos e renovasse a aliança, pedindo hierarquia na comunicação entre o Rei de Dinamarca e o Duque de Moscúvia, nomeado sempre este último como primeiro. Pediram também o casamento entre o Conde de Woldemar, filho do Rei, e a filha de seu Grão Duque. Depois trocaram presentes e os moscovitas seguiram para Riga em dois navios.
De Tolosa – 16 de Setembro de 1642	
15	Na cidade de Soreza, a Diocese de Lavor consagra uma igreja e mosteiro da Ordem de São Bento, da qual o Cardeal Duque é protetor. O local estava em ruínas desde as guerras passadas e o padre Bertolameu Robon Abbade o reedificou em três anos. Ali ficaram os bentos reformados e a missão para instrução dos católicos, que há 70 anos estavam privados do exercício da sua sagrada religião.
De Amsterdão – 16 de Setembro de 1642	
16	Vendo os dunquerqueuses que não tinham meios algum para sair com seus baixéis e sabendo que as duas fragatas foram tomadas, começaram a desanimar e a maior parte de seus marinheiros fugiram.
De Barcelona – 17 de Setembro de 1642	
17	No dia 10, a Armada Naval de França, depois de celebrar a tomada de Perpignan, partiu de noite para Levante. No outro dia, a Armada Naval dos Castelhanos veio a cidade com mostras de querer sitiá-la por mar enquanto o exército avançava por terra. Porém no dia 13 tornou a fazer vela na volta de Rosas. Religiosos e seculares se colocaram de guarda e houve manifestação de afeto ao serviço de Sua Majestade Cristianíssima. Os exércitos inimigos de Aragão e Terragona, sabendo que Marichal de la Motha ia caminhando para eles, retiraram-se para Terragona.
De Wexford – 17 de Setembro de 1642	
18	O Coronel Eugenius, ou Neil, tem trazido muitas armas, munições. Tem saído em campanha e ganhado castelos, homens de milícia e suas fragatas trouxeram a este porto seis navios carregados de mantimentos que tomaram dos inimigos. O Conde de Clanricard está declarado para defender a religião católica e a autoridade do Rei de Inglaterra.

De Nottingham – 18 de Setembro de 1642	
19	As tropas do Parlamento de Inglaterra saem de Coventry para Northampton. Seu primeiro tento é romper os livros da liturgia inglesa e quebrar os vitrais das igrejas. No dia 15 o Rei da Grã-Bretanha fez resenha das tropas que aqui tem e achou infantes e cavalos aos quais o Barão de Strange deve também juntar com a vinda das tropas de Sua Majestade.
De Londres – 18 de Setembro de 1642	
20	No dia 1º deste mês a Câmara ordenou que não houvessem mais bispos em Inglaterra. Os protestantes lançaram estátuas à fogueira o que deu entender aos escoceses que o Parlamento queria que as igrejas de Inglaterra fosse como as da Escócia. Outros têm para si que se formarão catecismo e liturgia para todas as terras obedientes a S.M. Britânica. O Marquês de Hartford fortificou-se de homens e artilharia no Castelo de Sherburua, de maneira que o Conde de Bedford, que por ordem do Parlamento o ia prender, não pode fazer coisa alguma. O Conde de Essex não começou a marchar porque está em falta com armas e as que havia mandar buscar em Holanda estão detidas.
Mais avisos de Londres	
21	Tem-se novas de que Sua Majestade tem levantado o seu estandarte em Nottingham para fazer levar gente. Formou um campo com homens e cavalos, agregando-se o Príncipe Ruberto e o Príncipe Maurício, os quais deixaram as tropas que trouxeram de Flandres em Castelo Novo, para acompanhar o comboi.
22	O general Essex tem muitos infantes e tropas, que por ordem do Parlamento estão repartidas por diferentes castelos e cidades. Tem-se uma lastimosa tragédia mas com a vinda dos deputados de Escócia há esperança que, por sua intersecção, se concluirá com S.M. o que se deseja. O general prendeu João Sakuil com suas armas e homens.
23	O Parlamento tirou e trocou muitos cargos como governadores, oficiais de guerra, como fez no Castelo de Doures, em Rochester, nos Redutos de Grauezent e outras praças.
24	Trouxeram preso um sacerdote e o colocaram numa torre. Acharam em diversas partes munições e tomaram carroças nas estradas, além de trazerem gente de diferentes partes.
25	A torre da cidade se guarda com muito cuidado de dia e de noite com os próprios moradores da cidade.
26	Em Porsimyem tem Broún Bosckel e debaixo do castelo há trigo. Parece que o Governador Goringh estava esperando a vinda do Conde Essex pois tinha levado muito gado dos lugares.

27	A Coventrie vieram cavaleiros para por em ordem a comissão do Rei em Array, mas os moradores fecharam as ruas com barris, mesas, bancos, impedindo a cavalaria de entrar e dispararam artilharia matando muitos deles. Depois de duas horas Broeck veio em socorro mas chegou tarde.
28	Pouco tempo depois formou-se um batalhão de vários exércitos em socorro do Rei, próximo a cidade de WarWick, onde Broeck residia. O Conde de Castelo Novo disse que estava ali com especial comissão de S.M. para receber a cidade de WarWick, com o castelo e munições, renunciando as ordens do Parlamento, mas Broeck respondeu que não renunciaria e que estava a guardar o Castelo para o Rei e para o Parlamento, retirando-se como valente soldado sem perda alguma.
Carta que o Rei Cristianíssimo mandou aos senhores de Paris sobre a entrega da Cidade e Castelo de Perpignan.	
29	O Rei narra o socorro e a vitória na praça de Perpignan, a cidade rendeu-se no dia 9, refere-se à uma doença que os afastou de lá, de uma grande armada naval deixada na Costa de Espanha, dois exércitos na Catalunha e Rossilhon e da intenção em dar graças à Igreja de Nostradama no próximo dia 17, em Paris.

Gazeta Segunda do mês de Novembro de Novas Fora do Reino

N.º de ordem da notícia	Tema
Avisos de Viena – 26 Setembro 1642	
1	O coronel Wanke Sueco, governador de Olmuts, vendo que os croatas o tinham cercado, se serviu de um estratagema para os desfazer, enviando mosqueteiros em carretas, cobertos de feno, para os atacar, o que conseguiram com êxito.
Praga – 26 de Setembro de 1642	
2	O general Piccolomini levantou o cerco da cidade de Groslogaw, conservando o seu exército para outras ocasiões, visto que os suecos estavam com maior reforço que ele.
Mansfeld – 27 de Setembro de 1642	
3	O Lugartenente coronel Sconher, do exército do general Major Konigsmarc, reuniu várias tropas junto a Arnsteine, mas foi vencido pelo exército do Barão de Soya.

Langres – 27 de Setembro de 1642	
4	No dia 22 do mês corrente chegaram canhões, morteiros e mais apetrechos que o conde de Grancy tomou na batalha de Ray, que fez muitos mortos entre generais, sargentos e outros oficiais.
Naumburg – 27 de Setembro de 1642	
5	O general Major Konigsmarc fez um assalto sobre a cidade até dia 19, mas ao fazer uma trégua foi surpreendido pelo exército do coronel Goltaker, onde morreram vários suecos. Retirou-se e dirigiu-se a Salfed.
Leipzic – 27 de Setembro de 1642	
6	O general Major Konigsmarc está nos arredores de Salfed e de Pevenek, de onde observa a marcha do coronel Spork, alojado em Baliado de Lichtenberg. O Coronel de Four foi com sua tropa reunir-se com o Barão de Soya, que está em Aschersleben.
Nottingham – 28 de Setembro de 1642	
7	O rei da Grã-Bretanha e suas tropas partem neste dia para Derby. No dia 21, enviou Sua Majestade Britânica um mensageiro as Câmaras do Parlamento de Inglaterra para manifestar seu sentimento e proposições de paz e que fossem refutadas, para evitar mais derramamento de sangue. O Conde de Essex, general do exército do Parlamento, foi a Bernet apaziguar os soldados que estavam sem receber e haviam amotinado. Em Northampton o motim era ainda maior.
8	Chegam mosquetes e guarnições a Scarborough para o rei da Grã-Bretanha. Chegam também mais reforços para a cavalaria de Castelnovo, pois S. Majestade espera sair em campanha.
9	Há novas de que o Marques de Hartfort, vendo-se ameaçado pelo Conde de Bedford da Cavalaria do Parlamento, invadiu as tropas do conde e saiu de Sherbona, com baixas de soldados e prisioneiros, retornando ao seu castelo. O conde retirou-se a Dorchester. Os soldados capturados como prisioneiros disseram a uma só voz que o Marquês os tinha enganado e que não sabiam se defendia a causa do rei da Grã-Bretanha. Sendo informados, foram largados para enganar os vizinhos e no outro dia a maior parte dos moradores foram entregar-se ao Marquês, que se mostra resoluto em ir cometer os Condes de Bedford e Pembrok.
Londres – 29 de Setembro de 1642	
10	O coronel Goring vendo-se apertado por mar e por terra, na cidade de Porstmuth, rendeu-se ao Parlamento de Inglaterra, que prendeu muitas pessoas por levantar gente para o rei da Grã-Bretanha. Dois navios de sua Majestade estão postos diante da cidade para a defender contra o Parlamento.

11	O Conde de Cuberland tem mandado cavalos para a Majestade, que fez o Príncipe Palatino general de sua cavalaria.
12	A nobreza do reino começou a fazer presas em muitas partes do serviço de S. Majestade. No momento não se pode entrar coisa alguma em razão do Vulgacho, que se opõe contra ela, e desta maneira retarda seus progressos, principalmente na Universidade de Oxford, onde o Parlamento tem enviado peças de artilharia e dragões. A plebe saqueou a casa da Condessa de Riviera, dama de honra da Rainha de Inglaterra, e de católicos, em troca do que o príncipe Roberto fez ao derrubar as do Conde de Stamford, do senhor de Hasleriga e outros aliados do Parlamento.
Amsterdão – 6 de Outubro de 1642	
13	O general Tromp está na barra de Dunquerque e por lançar balas no porto da cidade, os castelhanos, que estão em São Donato, mandaram dizer que para cada tiro que fizessem a Dunquerque, haveriam eles de fazer dois a Eclusa, o que começaram a fazer. O governador da cidade de Dunquerque mandou para este efeito um comissário ao S. Donato com dinheiro para compra de pólvora e outras munições de guerra.
Londres – 9 de Outubro de 1642	
14	O Conde de Essex, general do exército do Parlamento, saiu em campanha contra o rei da Grã-Bretanha com muitas tropas, enviou outras para a Província de Gales, para advertir de seguir S.M. Britânica. Mas estas tropas fazem tantos roubos por onde passam, não têm disciplina nem comando, que levantou-se uma terceira facção, na província de Chester, onde as comunidades já têm infantes e cavalos para se oporem às tropas do rei da Grã-Bretanha e as do Parlamento, para continuarem seus roubos. As duas câmaras fizeram uma declaração oferecendo perdão geral a facção de S.M.Britânica, que deixando-a, quisessem seguir o Parlamento, com exceção dos que já eram considerados traidores. O Parlamento também tem anulado as ordens do rei da Grã-Bretanha e confisca os bens dos católicos para os impedir de seguir as ordens de S.Majestade. O rei da Grã-Bretanha, acompanhado somente de alguma cavalaria para a sua guarda, foi de ShreWsbury a Wetchester, onde chegou no dia 4 deste mês e voltará no dia 13. Ele está reforçado de regimentos bem providos. O Conde de Hartford, deixando a Sherbona bem fortificada, partiu com um regimento pra Miniard, onde passou a ribeira de Severna, que divide por um lado o principado de Gales do resto de Inglaterra, e se diz que está presente com o rei da Grã-Bretanha. No dia 6, o cavaleiro Biron estando em Wercester com as tropas, que havia levado de Oxford, o Conde de Essex mandou ao coronel de Sandes com seu regimento de cavalaria e outra de escoceses, para o lançar da cidade. S.M. Britânica tendo aviso, mandou socorro ao cavaleiro Biron e deram sobre os inimigos. O Conde de Essex mandou pedir socorro ao Parlamento, temendo que seus soldados o deixassem, o que estava ocorrendo.

Artigos acordados entre Madama e os príncipes de Saboya	
15	1. Estabelece a união fraternal entre ambas as partes. 2. Madama fica por tutora do Duque Carlos Emanuel, e regente de seus Estados. 3. O príncipe Cardeal terá o título, autoridade e mando de Lugartenente general de S. Majestade no condado de Nice. Em Limone e Vernante terá governo de armas. Nos castelos, fortalezas e portos terá autoridade, até que chegue a idade de 14 anos. 4. O príncipe Thomas terá título, autoridade e mando de Lugartenente general de S. Majestade no condado de Yvrèe, Briella, Canevets, Bielloes, Varceloes, Trinoes e Ibo, até que chegue a idade de 14 anos. 5. Madama elegerá para o seu Conselho pessoas capazes e intendentes no Governo do Estado, no qual os príncipes poderão intervir. 6. Em todas as escrituras meter cláusula com parecer do Conselho ou de outros Magistrados, estando presente os príncipes primeiramente na presença dos príncipes Maurício Cardeal e Francisco Thomas, cunhados e altezas que estiverem presentes dentro do Estado. 7. Que nas escrituras tocantes aos interesses dos do sangue, de sua sucessão, casamentos e onde se ordenar mover guerra, estabelecer paz, fazer ligas, tréguas, confederações, fazer tratados, criar magistrados, fazer leis e éditos perpétuos, impor tributos, alienar os bens patrimoniais antes que suas escrituras se expidão, se os príncipes estiverem presentes serão assinados por eles com sua própria mão, imediatamente depois das firmas de Sua Alteza Real e do Grão Châncarel. No caso da ausência dos príncipes serão avisados os seus procuradores e, se o negócio puder sofrer dilação, será dado tempo ao seu procurador para os avisar e procurar sua resposta. 8. Os príncipes dão juramento de fidelidade a Sua Alteza Real, aos seus sucessores, como davam ao Duque Carlos Emanuel seu pai e ao Duque Victor Amadeo, irmão em memória. 9. Será renovado o juramento de fidelidade pelos magistrados, vassallos, súditos e outros que, de costume, dá a Sua Alteza Real depois do falecimento sem filhos homens legítimos será metido no dito ato o nome do Sereníssimo Príncipe Cardeal e assim sucessivamente em favor dos homens, observando a prerrogativa do Grão. 10. Madama Real elegerá governadores das praças, ministros e oficiais de justiça e fazenda, e quanto aos de guerra serão todos de qualidade correspondente ao cargo, que lhes for dado, após juramento. 11. Nos negócios que dependem das ordens da Anunciação e das religiões de S. Maria e de S. Lázaro, serão observados seus estatutos e ordenações. 12. Os ministros, oficiais e governadores que foram nomeados pela Alteza Real do Duque Victor Amadeo serão confirmados ou tirados por Madama real e os príncipes, como mais requerer aos serviços de Sua Alteza, de modo que os príncipes fiquem satisfeitos.

	13. As graças e perdões dos crimes se farão na forma ordinária. 14. As guardas ordinárias de Sua Alteza Real serão compostas da mesma sorte de soldados que se observava no tempo do Duque Victor Amaedeo. Madama Real terá sua guarda da nação e as duas companhias de couraças dos príncipes serão de soldados súditos e da mesma nação, e não se servirão de guardas mais que em suas antecâmaras e quando saírem em público. 15. Os vassallos e súditos que seguiram as últimas alterações nos exércitos ou conselhos não serão molestados em seus bens ou pessoa daqui em diante, mas serão restituídos à posse de seus bens na graça de Sua Alteza Real e Príncipes. 16. Os bens que foram represados e tomados aos legítimos possuidores lhe serão devolvidos no estado em que se achavam. 17. Quanto à restituição, confirmação ou demissão dos primeiros grãos ficarão a resolução que Madama Real tomar, de modo que os príncipes fiquem contentes como antes. 18. As declarações são assinadas pela Madama (Christina) e Príncipes (Maurício Cardeal de Saboya e Francisco Thomas) em três originais, em Turin, aos 14 de Junho de 1642.
Relação das Festas pela tomada de Perpignan e inventário de artilharia que se acharam dentro do castelo e da cidade	
16	Com a presa de Perpignan não só importe aos seus vizinhos como os que estavam receosos do jugo castelhano, assim a glória de sua entrega e redução ao serviço do Rei Cristianíssimo, deve ser comum a todos. Avinhão foi a primeira cidade que manifestou o seu contentamento, oferecendo parte de sua nobreza ao cargo do Duque de Euguena, opositor dos castelhanos, apresentando-se em Béziers, onde se reuniam todos.
17	As cidades que sempre foram francesas na afeição fizeram grandes mostras de alegria pela presa da primeira cidade de Espanha. Os moradores fizeram uma grande fogueira diante de suas portas. As comemorações em S. Desiderio começaram no dia 12 de Setembro e houve muitos fogos artificiais, fogueiras e fachadas com flores de lys.
18	No dia 13 se fez outro fogo de artifício e soaram quatro trombetas e outros tambores, com farta mesa de iguarias e vinhos do país, expostas para todos que iam e vinham.
19	No dia 14, a paróquia de S. Pedro e a rua da Espicaria, entre outras paróquias, continuaram com as festas em comemoração a presa de Perpignan.
Inventário da artilharia	
20	Relação de armas e apetrechos de guerra.

Gazeta Primeira e Segunda do Mês de Dezembro de Novas de Fora do Reino

N.º de ordem da notícia	Tema
Nápoles 26 de Outubro de 1642	
1	Dias destes prendeu-se o famoso renegado Barbaroxa que andava incógnito, fazendo passar a Barberia quantos escravos podia salvar.
Roma – 28 de Outubro de 1642	
2	O Duque de Parma, tendo aviso que o prefeito de Roma havia enviado suas tropas para os quartéis, depois de haver feito liga com a República de Veneza e alguns príncipes de Itália, saiu em campanha com cavalos e infantes passando além de Bologna, entrou na Romania onde fez pilhagens com desígnio de ir a Castro. Mas o prefeito, que estava em Ferrara, sendo disto avisado, seguiu com sua tropa, pelo que o Duque, vendo-se cercado, passou com muito trabalho o monte Apenino para entrar no Estado do Grão Duque de Toscana, o qual tendo disto aviso, lhe mandou o príncipe Mathias, seu irmão, com tropas de infantaria e de cavalaria, para refrear as desordens de suas tropas e obrigá-las a pagar por onde quer que passassem.
Genes – 30 de Outubro de 1642	
3	O Príncipe Maurício, antes Cardeal de Saboya, entregou as praças que tinha à Madama, que foi visitar Cosni, retornando a Nice com a princesa. Cidades de Terton e Seravale fazem festas pela entrega de Perpignan ao rei Cristianíssimo, o mesmo ocorrendo em Milão e Nápoles, pela vitória de Nordlinguem.
Paris – 25 de Outubro de 1642	
4	O Duque de Longavilla tomou dos castelhanos a cidade de Nice dè la Pailla, no dia 2. No dia 3 saiu com soldados para chegar em Espanha, deixando por governador Bruël, capitão do regimento de Normandia.
5	Descobrimos-se por uma graça singular de Deus o tratado feito em Madrid a 13 de Março passado, com o Conde Duque de Olivares pelo Rei de Castela, e havendo S.M. Cristianíssima feito prender os autores, o Duque de Bovillon, que era um deles, pediu com humildade ao Rei que o perdoasse, aceitando a cidade e o castelo de Sedam, o que conseguiu. S.M. elegeu o Cardeal Mazarino para tomar posse de Sedam. No dia 29 saiu toda a guarnição do Duque de Bovillon e entrou a do Cardeal Mazarino, indo a duquesa de Bovillon e seus filhos, ter com seu marido na casa do Conde de Roussi. De Madrid nos avisam que o Rei de Castela tem mandado que todos os fidalgos e mais pessoas que escusam de ir à guerra, enviem uma certa quantidade de dinheiro, conforme a qualidade de cada um.

Roma – 1º Novembro de 1642	
6	Tem-se acordado uma suspensão de armas por dez dias entre as tropas do Papa e as do Duque de Parma, o qual se retirou a Aquapendente, a Proceno e Pontecentino, pertencentes ao Duque Sforza. Os deputados devem reunir-se em Siena por ver se podem vir a alguns concertos por meio do Rei, dos Duques de Florença e Modena, e das Repúblicas de Veneza e Luca. O cardeal Antonio estará em Aquapendente com parte do exército do Papa e o resto das tropas em praças vizinhas, que o governador de Valença foi constrangido a enviar a maior parte para suas casas, ficando somente com os que lhe parecerão mais aptos para a guerra. Algumas companhias do Conde do Avinhão chegaram há pouco a esta cidade, de onde foram mandadas para a Ilha de S. Bartolomeu e outras praças do Estado de Urbino e ao campo do Papa. O mestre de campo Fáfanelli entrou em Aquapendente com sua infantaria. O senhor Cornélio Maluesi, que tem regimento de cavalos e o Marquês Mario Frangipani, que aqui são vindos há pouco a alguns negócios particulares, estão se preparando para retornar ao mesmo campo. O príncipe Borges Próximo, parente do Duque de Parma, pediu ao Papa que em lugar das tropas, que é obrigado a dar, como os demais varões romanos, pela defesa do Estado Eclesiástico desse uma soma de dinheiro, o que lhe foi permitido.
7	As levas de defesa a Dom Paulo Jordão vem muito devagar e este receia em perder a maior parte de seus bens em Florença.
8	Temos aqui a todos espantado os oferecimentos que o vice-rei de Nápoles fez ao Papa, porque havendo-se em Nápoles resolvido enviar logo o socorro, que aquele reino é obrigado dar ao Estado Eclesiástico. O vice-rei não só impediu sua execução como mandou diversos correios a Florença, Veneza, Modena e Luca. Ao mesmo tempo em que se teve aviso de como ele junto de Nápoles, para a parte desta cidade, tinha infantes, cavalos e artilharia, de onde se entendeu que o vice-rei era da liga que há pouco tempo alguns príncipes de Itália fizeram contra o Papa.
9	No dia 26 passado, o Cardeal Cesarino consagrou o senhor Savelli Arcebispo de Salerno e lhe assitiram os senhores Gonzaga, de Moreta e Sfondrato. Os Cardeais Albornoze e Montalto estão ainda em Frascati, esperando a ordem de Castela do que haverão de fazer durante estes movimentos.
10	É coisa notável e muito para considerar que, depois do encontro entre os embaixadores de Portugal e de Castela e das muitas balas que trocaram, naquele lugar se vem hoje clarissimamente em uma esquina assinaladas cinco, em modo que representam as cinco chagas, armas do Reino de Portugal, que parecem terem sido estampadas pelo céu, por algum mistério oculto ao juízo dos homens.

Lespsic – 5 de Novembro de 1642	
11	O General Torstenson perdeu homens no assalto que fez dar a esta cidade, entre os quais sentiu muito seu sobrinho, que os estudantes e alguns moradores que sustentaram o assalto, de nenhuma maneira quizeram dar quartel. Os imperiais atribuem o desbarato de sua ala esquerda e de todo o seu exército aos mosqueteiros suecos, que haviam sido postos de emboscada para invadir esta ala esquerda por um lado, de que se trata na Relação desta batalha.
12	O Conde de Brovay, que se retirou desta cidade sem um braço, por casa de uma bala, está morto. O General Picolomini, que com muita pena escapou da batalha, não se deteve aqui, escreveu para o rei da Hungria, ao Duque de Baviera e ao Eleitor de Saxão e partiu para Bohemia. Os suecos acharam em sua chancelaria as cartas de Hoy de Hungria, pelas quais defendia o combate mas a vantagem, que ele imaginava ter aos inimigos, o enganou. A cavalaria sueca foi seguindo a imperial até o rio Molda, por espaço de dez lagoas.
Zuitchkau – 8 de Novembro de 1642	
13	General Torstenson, após a batalha de Breitnfels, voltou adiante de Leipsic para que os soldados descanssem, bloqueando-a até que a tome pela fome.
Turim – 8 de Novembro de 1642	
14	Havendo as tropas do Rei e de Madama Real tomado a cidade de Tortona e cercado o castelo, os castelhanos tiraram os presídios que haviam ao redor a fim de reunir um corpo de exército em Alexandrim, capaz de cortar o exército francês. O Duque de Longavilla, por aviso do príncipe Thomas e outras cabeças, resolveu divertir-se em Piemonte a fim de atalhar intento aos inimigos. Madama Real orientou o Marquês de Pianazza que seria bom reunir o maior poder que pudesse e deu o mesmo aviso ao Senhor de Maleissi Governador de Casal, ambos marechais de campo, para sair uma partida de guarnições a favor deste designio. As tropas do Marquês de Pianazza partiram no dia 17 com grande exército para Verruè e na madrugada do dia seguinte deu assalto. Esperou pelo resto da tropa do Senhor de Nestier Marechal de batalha e demais aliados. O Governador do Castelo de Verruè e o Senhor João Gautier Capitão saíram no dia 24 pelo rio Pó até Brema.
15	Esta praça é de muita importância porque além de oferecer um porto avantajado para as armas, abre caminho a Casal.
Hildeshein – 12 de Novembro de 1642	
16	O General major Konisgmars sueco chega aos bispados de Halberstad com regimentos para sitiá-la cidade do mesmo nome. O Marechal de Guebriant está alojado sobre o rio Leina e tem seu principal quartel em Cronavv. A cidade de Brunsvvic permite livre entrada o que a de Hanover é refutado.

Nauborg – 19 de Novembro de 1642	
17	O exército sueco está ao redor de Leipsic e o quartel principal em Stetevilla. As tropas imperiais que escaparam da última refrega estão entre Egger e Praga, onde devem reunir as do General Mayor Enkenfort. Aqui se espera o General Hazfeld com seu exército porque os imperiais reuniram tropas para ordenar um novo campo.
Ratisbona – 14 de Novembro de 1642	
18	É grande o medo deste país do alto Palatinado, onde as pessoas põem em cubro seus móveis em praças fortes pois a ponte está repleta de carretas. É feita vigilância nas fortificações pelo Magistrado. O Arquiduque Leopoldo seguiu para Praguam e o General Picolomini para RaKonis, praças de Bohemia. O Coronel Gal do mesmo campo é chegado com seus Dragões ao contorno de Ellebogueu e o Coronel Goltaker junto a Egger.
Frankfurt – 16 de Novembro de 1642	
19	Os exércitos dos generais Hasfeld e Uvalh estavam alojados nos arredores desta cidade no dia 13, tendo seu principal quartel em Rhoden. Foram lhes oferecido pães para levar a Aschaffembourg, onde os exércitos passaram ontem aquele rio até o alto Palatinado.
Exford – 17 de Novembro de 1642	
20	O exército sueco está descansando ao redor de Leipsic. O General Mayor Konigmarc tem cercada a cidade de Halberstad. O General Guebriant está no Bispado de Hildeshein. Os exércitos de Hazfeld e Uvalh em Franconia. O que escapou do exército imperial está reduzido a quase nada.
Munster – 21 de Novembro de 1642	
21	Dão por novas certas que os Hessienses havendo-se apartado do exército do Marechal de Guebriant tornam para aquém de Uveler e parte dele tem chegado ao Bispado de Osnabrug e nos afirmam também que darão volta ao Rhim e que o Marechal os seguirá para se apoderar de todo o país que fica entre aquela ribeira, o Mosella e o Musa, onde não há tropas que lhe possam resistir.
Dresda – 21 de Novembro de 1642	
22	No dia 19 do corrente mês, o Doutor Guldenuein, síndico da cidade de Leipsic, chegou a este lugar conduzido por uma trombeta dos suecos para informar ao nosso Eleitor do Estado daquela cidade. Dá por novas que o General Torstenson, depois da batalha de Breintfels, voltou à fronteira da cidade no dia 3 com reforço de homens e que havendo dado mostras de somente bloquear de longe, o Magistrado havia oferecido aos deputados seiscentos mil cruzados e todos os meses outra notável soma de dinheiro, para entretenimento ou pagas do presidio de Erford, se lhe quisesse

	permitir neutralidade, pendente o qual contrato os suecos tiveram licença para comprar aos moradores tudo o que quizeram. Mas que havendo o general rejeitado estes oferecimentos e logo convertido o seu bloqueio, é um local muito apertado. As trincheiras e plataformas começaram a ser erguidas no dia 17 com tanta força que após 24 horas haviam cerca de 500 balas de artilharia e 40 bombas de fogo. Os moradores, com medo, haviam pedido uma suspensão de cinco dias para tratar de sua entrega e, no interim, poder avisar o Eleitor de Saxan, mas que o General Torstenson negou a suspensão e trégua, assim, de ambas as partes se espera, com impaciência, o fim do sítio. Os cercadores estão tão seguros da presa desta praça que disseram que depois dela irão a Bohemia e Morávia, para entrar em Áustria e dar uma vista em Viena.
Lubek – 21 de Novembro de 1642	
23	O general Mayor Konigmarc sueco está alojado no Bispado de Halberstad e as tropas imperiais que chegaram dentro da cidade. O que restou das levas do Coronel Pents Imperial, desbaratado na refregade Breitenfels foi desfeito pelos mesmos suecos, escapando somente doze. O General Torstenson deu salvas guardas aos mercadores de Hamburgo e de Dantzic, para as mercadorias que tinham na cidade de Lepsic. A Rainha de Suécia já chegou de Sto Kolm. O Residente de Inglaterra, na corte do rei de Dinamarca não alcança coisa alguma no tocante a moderação, pelos baixéis ingleses, do tributo que se paga em Glukstad. Mas o coronel Cocheton, enviado por S. M a Koppenhagem tem alcançado o rei de Dinamarca uma grossa soma de dinheiro e munições, que o governador fez conduzir a Inglaterra em dois navios de guerra.
Lérída – 21 de Novembro de 1642	
24	As chuvas causam estragos na Catalunha e nos bairros onde os castelhanos estavam alojados. Morreram muitas pessoas afogadas. Os soldados montaram seu campo junto a Fraguas mas tiveram privação de alimento, o que resultou numa perda de dois por cento do exército. A infantaria passará o inverno em Aragão e a cavalaria em Navarra. O Rei de Castela partiu de Saragozza para Madrid. O Marechal de La Mota, tendo notícia da retirada dos inimigos, se pôs a caminho e chegando ao lugar onde tinha o seu campo, achou ali grande número de enfermos, mosquetes e piques.
25	As cheias chegaram a vários locais. Depois da retirada dos inimigos, fez alojar nesta cidade uma parte de sua infantaria e outra em Balaguiet, alargando os quartéis de sua cavalaria para melhor conforto. Estava para ir a Barcelona, jurar os privilégios do país com título de vice-rei desta província, mas adiou sua viagem para dia 18, para esperar a eleição e reação dos novos conselhos de deputados que se faz todos os anos no dia de S. André, a fim de que o seu juramento tenha logo seu vigor. As companhias da gente de armas e francesas dos cavalos ligeiros, com o regimento de Manti, retornaram a França por falta de inimigos.

Do campo dos Suecos – Leipsic – 22 de Novembro de 1642	
26	Do dia 17 ao dia 20 do corrente mês começamos a bater a grande torre do castelo, deixando-a inútil. A presente se ordena outra bateria no fosso, até o qual levaram as nossas trincheiras. Derrubou também a nossa artilharia e todos os moinhos dos contrários e quebrou todos os canos das fontes e estamos de maneira cortados que se os sitiados não tivessem cessado com sua artilharia nos podiam molestar muito do castelo, de onde entendemos que estejam sem munições, ou perto disso. É aqui vindo um dos Magistrados da cidade, entendemos que a tratar de sua entrega.
Praga – 22 de Novembro de 1642	
27	O Arqueduke Leopoldo está neste lugar com o General Picolomini e ainda sobressaltados de seu fracasso. Fazendo-se no dia 15 junto a Rakoniz resenha geral das tropas que escaparam da última batalha não achando mais do 5 mil cavaleiros mal equipados, sem bagagens e ainda 2 mil junto ao lugar, porém não querem tornar às suas bandeiras antes de lhe pagarem. Os mais deles se têm espalhado por toda Bohemia, onde fazem roubos como os inimigos.
28	Esta semana os ditos Arquidukes Leopoldo e Picolomini fizeram mostra aos moradores desta cidade, chegando muitos homens aptos a tomar armas, oficiais, com os quais se podia ordenar um exército ao Arquiduke, que não metesse aqui presidio, oferecendo eles todos a guardar a cidade. Mas o Arquiduke sabendo que vai gente bisonha e sem alguma experiência de guerra, lhe meteu 300 dragões e o regimento de suas guardas. Mandou prender o Coronel Mordon e outros oficiais acusados de frouxidão na última batalha. O Capitão Smoraky Sueco, que está de presidio na cidade de Sitau, em Luface, saiu por Bohemia com seus infantes e dragões onde tomou e saqueou entre outras praças a vila de Jungenbuzel. O Barão de Ual Kenstein, tendo disto aviso, o seguiu com cavalos, infantes e tanta diligência que havendo-lhe cortado o caminho, obrigou a um combate no qual o capitão perdeu soldados e feriu muitos, entre eles o General Mayor.
Nuremberg – 23 de Novembro de 1642	
29	Os generais Hasfeld e Ual estão em Rottembourg e Hal, de onde esperam ver a determinação do Marechal de Guebriant e do General Torstenson. O General Mayor Mercy está alojado com suas tropas junto de Nordlinguen. O Duque de Baviera tem reunido sua milícia para defesa de seu país.
Basla – 28 de Novembro de 1642	
30	O General Mayor de Erlach, depois que tirou algumas tropas da fortaleza de Hohentuiel, marchou para a cidade de Duthlinguen, a qual invadiu assim de pé, como de cavalo e ela se defendeu com cavalos, infantes imperiais que ali estão de presidio.

Turim – 28 de Novembro de 1642	
31	Depois de 50 dias de cerco, o castelo de Tortona no Ducado de Milhão foi conquistado pelo exército do rei Cristianíssimo e vencido os castelhanos, que o defenderam com muito valor. Entraram logo no castelo as companhias de guarda e nossa cavalaria se foi para Sanacavalle, da qual empresa o tempo vos dará a grande consequência e o primeiro correio a Relação.
Paris – 6 de Dezembro de 1642	
32	Faleceu no dia 4 o Cardeal Duque de Richelieu, aos 58 anos de idade. Foi primeiro-ministro, cargo que exerceu por 20 anos e deixou a todos muito tristes. Sua Majestade e Sua Iminência conservaram todos os aderentes do Cardeal e chamou para o conselho o Cardeal Mezarino.
33	No dia 6, que durou sua enfermidade, mandava muitas vezes ao Rei avisos de negócios pelo Cardeal Mazarino, pelo Chanceler de França e pelos Senhores de Xavinhi e de Norjex, secretários de Estado. Uma hora antes de morrer ainda deixou a S.M. quinhentos mil escudos de ouro, seu palácio e seus mais ricos móveis, munindo-se com os Santos Sacramentos, os quais recebeu da mão do Cura da sua freguesia.

Gazeta do Mês de Março de 1643

N.º de ordem da notícia	Tema
Hiersalem – 7 de Janeiro de 1643	
1	O Padre de Arco Franciscano, natural da Itália, guardião do Convento de S. Salvador, que os desta ordem tem nesta cidade, chegou de Constantinopla para onde partiu há um ano e meio, a dar conta das grandes perseguições e afrontas que o baxan desta dita cidade lhe fazia, e para serem restituídos a posse do presépio de Nosso Senhor, do Sepulcro da Virgem de Nazareth e de outros lugares santos, de que os haviam lançado fora, sem lhes ficar mais que o Santo Sepulcro. O Grão Vizir lhe deu inteira satisfação a tudo por meio e intersecção de S.M. Cristianíssima pelas demonstrações e diligências que neste negócio fez o senhor de Hayas, seu embaixador. No dia 8 de Setembro morreu nesta cidade o dito baxan, seu perseguidor. Assim começaram a renovar a igreja e o convento com ajuda dos cristãos e do convento de S. Francisco, de Paris.

Desdra – 8 de Janeiro de 1643	
2	Fala-se hoje nos contratos entre a coroa de Suécia e o Ragortzky Príncipe de Transilvânia, o qual quer dar reforço de homens aos suecos e metade do presídio de Olmutz será de transilvânios. A razão que o príncipe moveu para esta união são as inovações que os imperiais fizeram na Hungria, em prejuízo seu.
Dantzic – 8 de Janeiro de 1643	
3	No dia 12 do corrente há de se fazer em Uarsaw uma junta dos Estados da Polônia na qual há de se tomar deliberação de seis pontos. Primeiro: a ordem, que no tocante a segurança das fronteiras de Moscovia. Segundo: os meios com que se haverão de opor ao grande Senhor, principalmente depois que tem tratado com os moscovitas, feito aliança com os tártaros e mandado marchar poderosas forças para as fronteiras de Polônia. Terceiro: como se há de impedir à edificação dos fortes que os suecos querem fazer nas fronteiras de Livonia. Quarto: do casamento que um dos príncipes membros da coroa da Polônia quer contratar com a Rainha de Suécia, em prejuízo desta coroa. Quinto: tratar de impedir e fazer com que não corra a má moeda estrangeira. Sexto: advertir os meios que deverão ser pagas as contribuições voluntárias que os Estados desta coroa prometeram ao rei de Polônia, para socorrer os seus negócios.
Roma – 9 de Janeiro de 1643	
4	Escrevem-nos de Ferrara que o Cardeal Ginetti, que ali está por legado, tem feito reparar muros e mandado a todos os moradores que estejam providos de mantimentos para seis meses e que esta praça era muito requisitada do Duque de Modena, que continua a fazer grandes levas.
5	O rei de Castela envia a esta corte, por seu embaixador ordinário, ao conde de Onhate e Siruela. Nos avisam de Madrid que tem dado o governo de Aragão e o título de Grande de Espanha ao Cardeal Trivulcio e ao príncipe, seu filho. O de Valença ao Cardeal Spinola e que o Marquês de Leganez tornava brevemente ao Milanez, com homens das tropas que governava a Catalunha.
6	Ao último do passado, o Regente Cassanate, embaixador extraordinário do rei de Castela, está nesta corte e foi numa carroça beijar os pés de Sua Santidade.
7	O Duque Frederico Savelli, embaixador do Rei da Hungria, tendo por um próprio aviso da rota que o exército imperial teve junto a Leipsic, tendo audiência do Papa, lhe pediu socorro em nome de seu Senhor, mas dizem que S. Santidade lhe respondeu que suas tropas estavam destinadas para se oporem às que a Casa de Áustria havia dado de socorro aos seus inimigos.

8	É chegado um correio de Madrid que nos afirma que o Marques de Los Velez tem recebido as patentes de vice-rei de Nápoles e que o Rei de Castela, a instância dos povos de Aragão, vai estar em Valência.
9	Também contam por certo que o Marquês da Vigliera, vice-rei do México, havia feito levantar os moradores do México contra o Rei de Castela.
10	Sua Santidade está espantada da eleição que o Rei de Castela havia feito ao Marquês de Los Velez para vice-rei de Nápoles, e do pouco caso que a corte de Madrid fizera das queixas que Sua Santidade e seu Nuncio lhe tinham feito contra o dito Marquês, pela qual parece aprovar o precedido, pois logo em continente lhe dava um cargo tão grande.
11	De Nápoles nos avisam que o vice-rei tem mandado um correio a Madrid para saber a vontade do Rei de Castela no tocante ao dito Marquês de Los Velez, ao qual ele não quer entregar a praça, dando a entender a toda a nobreza daquele reino que o Marquês é muito violento para a governar, o que a obrigou mandar um aviso a S.M. Católica para lhe pedir que revogue o cargo de vice-rei que lhe tem dado, pois o povo está muito descontente.
12	No dia 18 passado, o Marquês de Fontenè Marevil, Embaixador de França, partiu daqui com o Bispo de Lamego, Embaixador de Portugal, acompanhados de cavaleiros. Fizeram escolta a mando do Papa duas companhias de couraças até as fronteiras da Toscana, onde os estavam esperando os cavaleiros do Grão Duque, recebendo-os com muita festa.
Oxford – 9 de Janeiro de 1643	
13	O Rei da Grã-Bretanha está aqui com seu exército e tem assentado campo nos arredores, o qual se diz ser um dos mais consideráveis e capas de sustentar por longo tempo. O país vizinho traz suas mercadorias a esta cidade tão livremente como o fazia no tempo de paz.
14	A última empresa de algumas tropas deste exército foi para a cidade de Vinchester, onde S.M. Britânica mandou soldados ao Barão de Grandisson, os quais estando senhores das praças, foram investidos por tropas do Parlamento e saindo-lhes o Barão, as desbaratou de todo. Porém eles reuniram-se novamente e invadiram Vinchester, constringendo o dito Barão a se render porque além de roubarem a casa do cavaleiro Ricardo Tirchborn e outras, mataram moradores que reconheceram ser da parte de S.M. Britânica e todos os demais, que disseram ser da parte de S.Majestade e do Parlamento, foram roubados e conduzidos a Portsmouth, mas escaparam no caminho.
15	O Conde de Essex está em Windsor a enviar tropas a fim de trazer inquietos os reais, dar socorro aos de seu partido conforme as ordens do Parlamento, se bem que nunca sai em pessoa.

16	Dizem que os soldados do Parlamento estão quase amotinados por falta de pagamento, com esperança em Londres, da qual estão receosos, consideradas e vistas as parcialidades e as oposições que o Parlamento nela acha para os seus desígnios. O Barão de Farfex escreveu uma carta ao Parlamento, publicamente lida numa junta, na qual dizia que o Conde de Castelo Novo, do partido real, estava senhor da campanha, havendo passado sem nenhuma resistência até o Castelo de Pomfrett. Que o Conde de Daby, do mesmo partido, estava ainda da parte do Sul do Principado de Gales, bem armado e provido de tudo, totalmente devoluto à S.M. Britânica. Que Milord Herbert, filho do Conde de Worchester, se havia feito senhor da cidade de Hereford, na província do mesmo nome, lançando dela ao Conde de Stanford, o qual se retirou a Bristau e desfez suas tropas. Que a província de Glaster tinha se declarado por sua Majestade. Que o Coronel Gering, a mando dos reis de Inglaterra, era chegado a Castelo Branco com oficiais e munições de guerra. Que o cavaleiro Hopton estava no país de Ouest com exército considerável por S.M. Britânica, onde o xerife de Dêvon foi preso pelas tropas do Parlamento e libertado por este cavaleiro. Que toda a nobreza da província de Sussex estava em armas pela Majestade. O que o Parlamento replicou que além da perda que as tropas reais haviam tido em Winchester, onde foram presos oficiais, e os do Parlamento haviam ganhado cavalos. O Conde de Castelo Novo, do partido real, havia sido forçado a se retirar do país do Norte com grande perda e que o Capitão de Hotam havia tomado. Assentaram que Londres mandasse, juntamente com duas câmaras, pedir a S. Majestade tornasse para ela, e que para o tocante dos bispos, deãos e cônegos se fizessem um Synodo da nação, no qual terminassem as diferenças da Igreja de Inglaterra, que o Parlamento procedesse contra os delinquentes e que os juizes do reino se mudassem.
Londres – 10 de Janeiro de 1643.	
17	O principal negócio que se tratou na semana passada na Câmara Alta foram as proposições de paz, para mandar ao Rei de Inglaterra, as quais foram enviadas a Câmara Baixa para as rever, examinar e depois de alguns debates, de parte a parte ouve, se resolveram em fazer as seguintes: Primeira, que S. Majestade fosse servido do consentir nos estatutos acordados pelas duas Câmaras do Parlamento, principalmente no que foram feitos contra as inovações da Igreja Inglesa, contra os ministros escandalosos, contra os bispos, deãos e cabidos, a fim de reunir a Clerezia para estabelecer o governo de Sua Igreja. Segunda, que a dita Majestade fosse servido de fazer um edito para um mais firme assento dos direitos e privilégios do Parlamento e liberdade de seus vassalos. Terceiro, que os delinquentes fossem entregues às duas Câmaras para nelas serem punidos, conforme as Leis do Reino e principalmente o Milord Digby e o Comissário Wilmot. Quarta, que sua

	Majestade fizesse uma declaração para justificação do Milord Kimbolton e dos cinco membros da Câmara Baixa, acusados. Quinta, que de todos os Ministros do Estado, Juizes e outros oficiais que foram depostos de seus cargos, depois das últimas declarações, fossem restabelecidos. Sexta, que todos os juizes que aqui se chamam de paz, que foram lançados em diversas províncias, fossem restituídos a seus officios. Sétima, que Sua Majestade ordenasse que a grande despesa feita no reino, por causa da guerra, se fizesse às custas dos delinquentes. Oitava, que Sua Majestade desse uma amizade geral para todos os atos de hostilidade que estão feitos e outrossim consistisse, que o perdão geral se fizesse com as exceções acordadas pelas duas Câmaras. Nona, que Sua Majestade consistisse numa suspensão de armas por 14 dias, a fim de tratar mais livremente sobre estas proposições e enviar sua resposta, pendente o tal tempo. A estas se juntaram mais outra, a saber, que em todas as terras e outros bens pertencentes aos bispos, deãos e cabidos deste reino foram vendidos. Porém a nada disto deferiu Sua Majestade.
18	O Marquês de Hartford, que governa as tropas no principado de Gales, está em Worsester e não sabe qual rota seguir. O Conde de Castelo Novo tem avançado com as suas tropas até Nottingham, não obstante o impedimento que quizeram fazer as do Parlamento, com as quais muitas vezes pelejou em seu caminho.
19	Alguns ingleses chegaram a Waimuth de Malacove com rica carga e renderam-se voluntariamente ao cavaleiro Niculás Slaning, que ali é governador por Sua Majestade.
20	O cavaleiro Guilherme de Waler tem cercado a cidade de Xexester, onde o Conde de Brêford se defende com as tropas escocesas, cavalos e infantes que ali governa por Sua Majestade.
Mais de Londres – 12 de Janeiro de 1643.	
21	Pediste-me por várias vezes a relação do martírio do Padre Hugo Green, por outro nome Fernando Brooke, ou Deerman, o qual tem 57 anos de idade, deu a vida pela fê na cidade de Dorcestria, dia 19 de Agosto de 1642, brevemente a seguinte.
22	No dia 17 de Agosto de 1642, uma quarta-feira, se lhe deu a sentença de morte e ouvindo-a o dito padre, com muita paciência disse: “Sit nomem Jesu benedictum in secula”. Antes que se deitasse o caniço de palha, que neste reino é costume levar os padecentes, pôs-se de joelhos e beijo-o, chegando ao lugar da execução foi tirado do caniço, fazendo-o parar em um monte, um pouco distante da forca, enquanto enforcavam três mulheres, que no mesmo dia foram a padecer, duas das quais a noite precedente lhe mandaram dizer que queriam morrer em Sua Fé. O servo de Deus fez quanto pode para as ver e falar mas não teve licença para isso e assim lhe mandaram pedir que quando houvessem confessado sua má

22	vida ao pé da forca e fizesse o sinal, ele as absolvesse, o qual com grande alegria de sua parte e muito maior benefício delas, porque ambas virando-se para o sacerdote e estendendo seus braços disseram em alta voz: Senhor, ficai com Deus. E assim morreram com esperança de sua salvação. Nem foi sua caridade fé remuneração nesta vida porque Deus, com sua misericórdia houve por bem lhes dar semelhante consolação, por um Padre da Companhia de Jesus, do qual, com grande reverência, tirando a carapuça, com os olhos levantados para o céu, recebeu absolvição. Depois disto o padre foi levado pelo xerife ao pé da escada, onde ajoelhando-se em oração continuou por mais meia hora. Distribuiu os seus pertences, Crucifixo e Agnus Dei, livro e lenço as senhoras que estavam presentes. Virando-se para o povo benzeu-se e declarou que só a Igreja Católica Romana era verdadeira, e que na verdadeira haverão de ter os sacerdotes para sacrificar e que ele mesmo era um deles e por isso morreria. Rogou a Sua Majestade que estabelecesse a paz e concórdia, o que dizia que não haveria de ser enquanto entre eles não houvesse alguma união na Fé. Depois disso, baixando a carapuça sobre o rosto, com as mãos juntas ao peito em quieta oração esperou até conseguir virar a escada, tamanho tumulto, benzendo-se três vezes com a mão direita, estando já dependurado, mas logo mandaram que o algoz o tirasse da forca porque era muito covarde e pouco experimentado em seu ofício. Antes de ser esquartejado, o padre tornou em si com perfeito sentido e assentando-se direito tomou ao algoz peça mão para mostrar (como se cuida) quem lhe perdoava, mas o povo puxou-o por um pedaço de braço que lhe ficou ao pescoço e o deitou ao chão, indo um carnicheiro abrir-lhe a barriga a procura do coração. Nunca o padre deixou de chamar o nome de Jesus. Agonizando, uma senhora pediu que lhe cortassem a cabeça para que acabasse o seu sofrimento. Seu coração foi colocado na ponta de uma lança e jogado na fogueira, mas uma senhora o tirara e levava.
23	Estas mulheres católicas pediram ao xerife o seu corpo, o qual lhes foi concedido, mas estorvando o povo procuraram que seus quartos fossem mortalhados por via de uma honrada protestante (a qual padeceu muitas afrontas da bárbara multidão pelo fazer) e os enterrou perto da forca. O povo desde a manhã até as quatro da tarde ficou jogando com a cabeça e com os pés, colocando pão pelos olhos, orelhas, nariz e boca e depois enterraram junto dos quartos, que não se atreveram a pô-los nas portas da cidade, porque depois da derradeira cabeça de católico, que pela Fé padeceu, havia anos e nelas haviam posta, logo se seguiu nesta terra uma peste grande, de maneira que ainda temem, mas não se emendam.
São German – 9 de Janeiro de 1643	
24	Na semana passada o Duque de Richelieu, filho do Marquês de Pont Courlê, prestou homenagem ao rei pelo cargo de General das Gales, que Sua Majestade lhe fez mercê.

25	Esta semana o Marquês de Bresè fez homenagem ao rei pelo cargo de Grão Mestre Chefe e Superintendente General dos Mares, Navegação e Comércio de França, juntamente com o Governador de Brovage, Ilhas de Rei, Oleron, Rochella e país de Aulnis.
Paris – 6 de Fevereiro de 1643	
26	A morte do Cardeal Duque não fez inovar nada no governo, que tem hoje o Cardeal Mezarino Xavueni e Noier, os quais guardam tudo em ordem, que o dito Cardeal deixou.
27	Para as coisas de Portugal está sua Majestade Cristianíssima e Ministros com a mesma vontade.
28	Em Catalunha põe Sua Majestade Cristianíssima infantes e cavalos para seguir aquela guerra, a cargo do Marechal de La Mota, a quem fez mercê do Ducado de Cardona e vice-rei do Principado. Na Picardia, Alemanha e Itália há grandes exércitos. O Estado de Milão está arruinado e as praças ocupadas pelo Duque de Longavilla e o Príncipe Thomas. Faz-se neste reino grande armada de mar, a cargo do Marquês de Bresè, que é já Duque, Par e Almirante de França, por morte do Cardeal. Tudo arde em guerra e será bom que Portugal se aproveite desta ocasião.
29	Os castelhanos tem cercado a cidade de Tortona, que o Rei Cristianíssimo tomou o ano passado de Milanez.
30	Em Londres há grandes dissensões e se as proposições das duas Câmaras, alta e baixa, não forem aceites de S.M. Britânica, temem-se de parte a parte uma grande ruína. Acuda Deus, com Sua misericórdia, aquele Reino.

Gazeta do Mês de Abril de 1643 de Novas Fora do Reino. Com o protesto que fez a Sua Santidade o Bispo de Lamego, Embaixador deste Reino de Portugal, quando saiu de Roma.

N.º de ordem da notícia	Tema
De Barcelona – 4 de Março de 1643	
1	Depois do primeiro assalto dos castelhanos à cidade de Flix, na Catalunha, os inimigos foram rebatidos com muito valor pelo Conde Xabor, muitos ficaram feridos e morreram. Depois da batalha, o senhor de Feracieras Marechal de campo lhes deu junto a cidade de Mora, desbaratando cavalos, tornando a cercar a cidade no dia 6 de Fevereiro. O dito senhor mandou novamente aquelas partes, por ordem do Marechal da Motha, infantes, cavalos e homens. Com o cerco, os inimigos saíram às pressas, deixando munições, bombas, granadas, morteiros e outros apetrechos, queimando duas barcasas que tinham armado com artilharia, de onde os nossos esperam tirá-la.

Desdra – 8 de Janeiro de 1643	
2	Foi também o senhor de la Roqua S. Xaramã, que governa o regimento de cavalaria do Duque de S. Simão, por ordem do Marechal da Motha, alojar-se em Tarragona para impedir a correria dos inimigos e no dia 14 teve aviso de que todo o seu gado havia sido lançado fora. Os negócios de guerra na Catalunha vão sempre de bem em melhor e nas demais partes é certo que não vão mal encaminhados.
Narbona – 4 de Março de 1643	
3	A desgraça do Conde Duque de Olivares nos foi confirmada em particularidades. O Rei de Castela mandou no dia 17 de Janeiro um bilhete ao Conde Duque, pelo qual lhe mandava que para satisfação de sua consciência e a de seus povos, convinha deixar os seus negócios. Desde aquele dia até dia 22 do mesmo mês, se ocupou em dar expedição a muitos negócios em favor dos seus amigos e em queimar muitas outras cartas e papéis, cuja memória queria sepultar com a de seu cargo. Aos 23 se retirou a Lechez, um convento de religiosas, a cinco léguas de Madrid, novamente edificado por sua mulher. Tendo ali entrado, recebeu ordem do Rei de Castela que não saísse sem sua licença. Diversamente se fala das causas desta desgraça, porém entende-se que as principais foram seu próprio governo e os desastrosos sucessos das coisas de Espanha, desde sua privança, principalmente na presa de Perpignan e ruína do exército de Aragão. Também se diz que o Rei de Hungria, por meio de seu Embaixador em Madrid, e a Duquesa de Mantua, antes governadora de Portugal, foram grande ajuda para o fazer mal quisto com seu senhor. Porque tendo a Duquesa, por meio da Rainha de Castela, ordem para escusar-se com o Rei seu marido dos defeitos, que lhe atribuíram aos quais imputavam o levantamento do Reino de Portugal, ela os lançou todos ao Conde Duque, e fez ao dito Rei de Castela a se resolver tomar mais conhecimento de seus negócios, e assim pôs em lugar do Conde Duque a Dom Fernando Borgia, homem de sua Câmara, se bem que não lhe tem concedido tanta jurisdição.
Haya – 5 de Março de 1643	
4	A Rainha de Inglaterra partiu daqui para Schevelinguem no dia 23 do mês passado, em companhia da Rainha de Bohemia, do príncipe e princesa de Orange e de dos os senhores e damas desta Corte. No dia 24 o General Tromp foi a Briel para fazer sair os baixéis da Rainha de Inglaterra mas achou na boca do Muza dois navios do Parlamento de Londres, com bandeiras vermelhas, que impediam os baixéis de saírem, os quais haviam sido embargados por ordem de alguns deputados dos Estados, do que havendo a Rainha de Inglaterra feito queixa ao Príncipe de Orange, veio logo aqui a Junta dos Estados, onde se resolveu que os ditos baixéis saíssem. No dia 26 a Rainha meteu-se

	numa barca que a levou a Capitaina. Mas depois de ter navegado por duas horas com seis navios de guerra e sete de mercância, apareceram novamente os dois navios do Parlamento, que atiraram três peças às quais o General Tromp respondeu com outras tantas e lhes mandou dizer que se não cessassem de atirar, ele lhes faria ver a ordem que levava. Responderam que eles não queriam coisa nenhuma com ele mas com os baixéis da Rainha de Inglaterra, que foram carregados de armas e munições. O general mandou advertir o príncipe de Orange, entretanto continuou sua viagem, perseguido dos navios do Parlamento. Os sucessos foram conhecidos detalhadamente através de uma carta escrita no dia 13 de Março, por uma dama de companhia da Rainha de Inglaterra, de Barlington, a seu marido, que estava com o Rei de Inglaterra em Oxford.
5	Entre o que diversamente notamos nesta viagem é que Deus foi o que conduziu esta Rainha como pela mão e com uma providência singular, principalmente entendendo que Sua Majestade saíra de Holanda mais cedo, cairia verossimilmente na mão de seus inimigos, que esperavam em Castelo Novo, onde era sua derrota e em caso chegasse aquele porto não sabíamos, como depois soubemos, da ausência do Conde de Castelo Novo, então por um encontro inopinado, ocupado em casa de seus inimigos, nem que os cinco baixéis parlamentários nos esperavam ali, com tal impaciência, que vendo o vento trocado, e por este meio retardada a vinda da Rainha, eles partiram ao seu encontro e lhes fizeram o trato que haviam ouvido. Porém, com a Graça de Deus, estamos salvos e suas Majestades britânicas em estado para disputar com muita vantagem hoje seu direito pelas armas.
Marcelha – 9 de Março de 1643	
6	As grandes chuvas que começaram em Itália no princípio de Novembro estendendo-se até Dezembro passado, engrossaram os rios de Lombardia, particularmente o Pó, inundando cidades vizinhas, onde se afogaram muitas pessoas e destruíram casas. A inundaçāo começou na cidade de Mantua, por causa do grande Lago, derrubando três palácios de Gonzaga, São Bento e Burgo, registrando muitas mortes. Muitos subiam nos telhados de suas casas e no cume de árvores, morrendo de medo ou de fome. A Duquesa de Mantua mandou barqueiros para socorrer estas pessoas, levando pão e vinho. O Bispo de Mantua fez expor o Santíssimo Sacramento por 40 horas e mandou fazer procissões gerais aos moradores, pedindo misericórdia para abrandar a ira de Deus. A cidade de Viadana foi submergida, morrendo cerca de 1.500 pessoas. As cidades de Cremona, Ergadella, Castel-Vetri e lugar de Monte também sofreram com a enchente. Parma, Roccabranca e Ferrara ficaram livre de danos mas também registrou enchentes. Outros locais foram atingidos pelas águas, como Colorno, Bessè, Torresello, Plesentin, Gaurzi, Mezana, Turim, Gieradada, Bérgamo, Morengo, Bariano, Caravazzo, Muzzanega, Bettole, Sola e Lodi nas quais milhares de pessoas morreram.

Amsterdam – 9 de Março de 1643	
7	Na cidade de Sturgard, na Alemanha, no fim do ano passado e início deste foram vistos doze prodígios. Primeiro que choveu duas vezes sangue na dita cidade; segundo que a terra estremeceu; terceiro que todas as portas do castelo se abriram por si mesmas; quarto que o sino do Castelo tangeu por si mesmo; quinto que no dito lugar ouviu-se um estrondo fazendo com que o Duque e sua Corte se mudassem para Kirkenhein; sexto que dentro da Câmara do Duque ouviu-se um uivo espantoso, sem se saber a causa dele; sétimo que querendo o Duque fazer viagem, jamais os cavalos puderam passar avante e nem retornar porque apareceram dois homens, um com uma foice e outro com um alfange nas mãos, o primeiro como quem andava cegando e o segundo jogando com o dito traçado à direita e à esquerda; nono (nota da autora MD: não há referência ao oitavo), que o Céu se abriu e apareceu por muito tempo aceso em fogo; décimo que um cão negro (cuja vista foi sempre funesta aos Duques desta casa) apareceu e desapareceu logo; décimo primeiro que foi ouvido um trovão estando antes o ar muito claro e sereno e décimo segundo, que uma candeia se acendeu por si mesma na capela dos paços do mesmo Duque. Os sucessos farão ver a verdade, ou melhor dizer, vaidade destes agouros.
Lião – 10 de Março de 1643	
8	Esta semana passou por esta cidade, a caminho da Corte, Jarrie-Montigni, Embaixador de França em Roma, o qual partiu de Roma no dia 27 do mês passado. Trouxe por novas que havendo recebido, em Bommarzo, duas cartas do Cardeal Barberino, pelas quais lhe assegurava que retornando a Roma receberia grande contentamento, havendo também tido ordem da Corte e cartas do Núncio de Sua Santidade para o mesmo, ele havia voltado depois de uma estadia em Bemmarzo por sete semanas, onde o Padre Mazarino Dominic o veio buscar para o mesmo fim. De sorte que chegou a Roma no dia 7 do mês passado, enviando primeiro um homem a pedir que ninguém o viesse receber, mas nem por isso o Cardenal Barberino deixou de enviar uma carroça na qual ia o Padre Mazarino e outras pessoas, sendo a sua chegada recebida com muitos cumprimentos dos franceses, afeiçoados à nação, com grande sentimento da facção castelhana, que esperava diferente efeito de sua ausência. Quanto ao Bispo de Lamego dizem que não o havia o Papa de o receber por Embaixador, porquanto os castelhanos publicavam que estava irregular por haver tomado armas no encontro do Embaixador de Castela, com ele, que é coisa galantíssima mas que, sem dúvida, receberia o primeiro Embaixador que tornasse a Portugal, e que entretanto daria uma ordem particular para os negócios beneficiários do Reino. O dito Embaixador de França teve logo audiência de uma hora e meia com o Cardenal Barberino e se espera que brevemente a terá favorável de Sua Santidade. Quando o ilustríssimo de Lamego Embaixador de Portugal saiu da Corte de Roma fez um protesto à Sua Santidade Intitulada

	“Santíssimo Padre e Benditíssimo Senhor”, a carta faz alusão aos objectivos de sua estadia em Roma, a fim de conseguir a bênção apostólica ao Rei de Portugal Dom João IV, Duque de Bragança, como sucessor universal da Sereníssima Senhora Dona Catarina, sua avó, na sucessão pela morte de seu pai Dom Henrique. Que não pode ser recebido pelo Papa, nem reconhecido como Embaixador de Portugal em missão.

Gazeta do Mês de Maio de 1643 de Novas de Fora do Reino. Na qual se relata aditos a morte do Padre Thomas Hollanda da Companhia de Jesus. E se contam vários tributos e presentes que se fizeram ao Grão Turco.

N.º de ordem da notícia	Tema
Narbona – 20 de Março de 1643	
1	Escrevem de Barcelona que, depois do sucesso de Mirabel, o Governador de Monção ganhou aos castelhanos um quartel de cavalaria, com posto de homens os quais ficaram mortos ou prisioneiros, e o mesmo Capitão com seus filhos.
S. Diniz 21 de Março de 1643	
2	No dia 8 deste mês, entre as seis e sete horas da tarde, chegou a esta cidade o corpo da Rainha Mãe, o qual foi recebido pelos religiosos da celebre Abadia, eclesiásticos e moradores, e segundo as ordens do Rei, enviadas através do Bispo de Meaux, foi depositado nesta Igreja onde se espera as honras do officio solene.
S. Germão em Laya – 21 de Março de 1643	
3	Na semana passada, o Reverendo P. Dinet, da Companhia de Jesus, insigne por sua piedade e doutrina foi escolhido confessor do Rei, por quanto o R. Padre Sitmond alcançou de Sua Majestade licença para se retirar por sua muita idade.
Vienna – 22 de Março de 1643	
4	O Arqueduke Leopoldo, deixando o governo de seu exército, partiu na semana passada para Passau e é fama que sua intenção é deixar o mundo e entregar o resto de sua vida ao serviço de Deus. O Rei de Hungria, depois de deliberar a eleição de outro general, em lugar do Conde Piccolomini, que vai a Espanha, acabou finalmente conseguindo que o Conde Galas aceitasse o cargo.

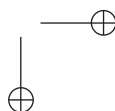
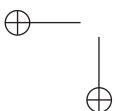
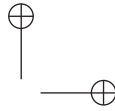
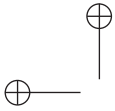
5	Tem-se aviso que o Grão Senhor quer passar a Andrínopoli, onde tem mandado fazer preparações de guerra e junto com a boa inteligência que o presente tem com o Príncipe RogotzKi, não pode deixar de nos dar muito em que cuidar e o receio obrigará verdadeiramente o Rei de Hungria a colocar suas tropas em campo mais tarde do que havia determinado.
Hamburgo – 24 de Março de 1643	
6	O rei da Dinamarca, como medianeiro da paz geral, tem assinalado no dia 25 de Maio próximo para publicar a junta que para esse fim se há de se fazer em Muster e Osnabruk, visto consentirem nela todos os interessados, o que obrigou todos os embaixadores e residentes, que nesta Corte assiste, a escrever a seus frens (?).
7	Os estados das províncias unidas têm aceitado os passaportes que o Rei de Castela lhes mandou dar, para enviarem seus deputados a esta junta com toda segurança.
Genova – 25 de Março de 1643	
8	Tem-se por novas que o galeão capitaina de Nápoles se queimou no porto de Minorca, com perda de toda sua artilharia, munições, gente e quanto tinha.
Marselha – 26 de Março de 1643	
9	O Grão Turco arma 60 gales, as quais se dizem estão destinadas contra a Cristandade, mas Deus lhe assistirá por sua misericórdia, com seu favor, contra inimigo tão poderoso.
Veneza – 28 de Março de 1643	
10	Os que aqui vem do cerco de Tortona dizem que no dia 13 deste mês 400 franceses, dos que assistem naquele castelo, fizeram uma saída sobre um quartel de milícia castelhana, depois de lhe haverem morto muita gente, lhe tomaram todos os víveres e os levaram ao castelo. Aos 15 seguintes fizeram outra sobre a cidade, no qual mataram muitos inimigos.
11	De Milão nos escrevem aos mesmos 15 que os franceses estavam sobre Alexandrim e Monpavona, perto de Monte Castelo, com intenção de passar o rio Tanaro, e que o governador daquele estado enviara por aquela parte ao mestre de campo Brito, com o terço de infantaria de D. Vicente Gonzaga, cavalos e peças de artilharia, e o Marquês de Caracena, com o resto da cavalaria pela parte de Valença e Brema, para lhes impedir a passagem.
Oxford – 1 de Abril de 1643	

12	Sua Majestade Britânica recebe muita correspondência sobre a chegada da Rainha de Inglaterra, de Burlington a York, com armas e munições que trouxe de Holanda. O Conde de Northampton e o Coronel Hasting do partido real, trabalharam para ganhar a cidade de Lichfield, onde o Milord Brook foi morto. Para este efeito se tem chegado a ela e em sua marcha mataram parlamentares e fizeram outros prisioneiros. O Conde de Nothumberland, deputado da Câmara Alta, e quatro mais da Baixa chegam de Londres para tratar com Sua Majestade Britânica no tocante a uma suspensão de armas, na qual se diz que Sua Majestade não querará vir, sem dar liberdade ao comércio, que pelas duas Câmaras é reprovada, com temor que os do partido real, de que há grande número em Londres e noutras partes, tirem com este pé de cantiga, pendente o dito tratado, seus bens e móveis mais preciosos.
13	São chegados de Bistol a Bahia real 16 navios guarnecidos de gente, munições de guerra e mantimentos, os quais se foram oferecer aos serviços de Sua Majestade Britânica. O exército do Conde de Castelo Novo tem engrossado de maneira que o fazem chegar de presente mais de 18 mil homens.
Londres – 2 de Abril de 1643	
14	A Câmara Baixa deliberou na semana passada que podia mandar sair os capuchinhos da Rainha de Inglaterra fora do reino e concluiu afirmativamente. E assim fez advertir aos padres que se preparassem para sua partida, o que deu sujeito ao agente do Rei Cristianíssimo para ir a Câmara e fazer seu protesto contra o sobredito intento. E mostrando os da Câmara Alta agravados deste processo, disseram que a Câmara Baixa lhe quebrava seus privilégios, por haver dado aquela sentença sem seu conselho e parecer. Uma e outra coisa fez deter até agora os padres capuchinhos.
S. Germão – 10 de Abril de 1643	
15	No dia 2 deste mês, o monsieur Delphim, seguindo o exemplo de seus progenitores, fez aqui cerimônia da Ceia, lavando os pés aos pobres.
Veneza – 2 de Abril de 1643	

16	O interesse que a Cristandade tem dos negócios dos turcos, principalmente em tempos que se fala de paz, que por ninguém pode ser mais perturbada que por eles, serviram de desculpa a curiosidade que temos de vos dar contando o que se passa naqueles estados. De Constantinopla nos escrevem que no dia 8 de Setembro chegou aquela cidade o tributo do rei, ou Príncipe de Moldavia, cargas de moedas, de presentes ao Vizir e Mufti, como os demais oficiais daquela porta. No dia 9 chegou o tributo do rei de Valachia com cargas de moedas e outras de presentes para os mesmos oficiais. No dia 13 o Vizir mandou o residente do Rei de Hungria e lhe perguntou porque não ia o embaixador do seu senhor, o que o residente respondeu que ele tinha escrito ao seu senhor e que estava há duas horas a espera, pelo que o Vizir mandou-o voltar porque não tinha mais o que fazer naquela porta. De maneira que o Rei de Hungria haverá de resolver mandar as pastras e um embaixador ou mandar retirar seu residente. No dia 15 foram consignados para o tesouro de Sua Alteza tributos do Príncipe de Transilvânia, que seu embaixador, por adoecer no caminho, havia mandado. No dia 23 foi celebrado o Beyran, a Páscoa dos Turcos, no qual o dia o Grão Senhor, acompanhado de seus vizires e de sua Côrte foi fazer suas orações no templo de S. Sophia e todos os navios do porto lhe fizeram salva de artilharia. Alguns dias antes, o primeiro Vizir lhe mandou, como é de costume, três cavalos de estado, um dos quais carregado com esmeraldas, rubis e outras pedras preciosas, com as armas e a fronte de ouro, cheias de muita pedraria, os estribos de ouro maciço, cheios de ouro, com uma manta bordada com esmeraldas. Sua Alteza, em reconhecimento, mandou-lhe algumas peles de martas e seis ou sete bolsas de sequins. No dia 28 chegaram aquela porta o Embaixador do Príncipe da Transilvânia e tendo audiência do grão senhor lhe levou presentes. O Embaixador da Pérsia foi admitido somente depois de arrasar com a fortaleza de Tertina, na qual é uma praça na fronteira da Turquia e Pérsia, pela parte do Mar Cáspio, edificada pelos persas, haverá quatro para cinco anos, em prejuízo do tratado de paz, feito entre eles e os Turcos. O Embaixador da Pérsia trouxe ao Grão Senhor vestidos tecidos com ouro, alcatifas, frutas, telas para turbantes, apertadores de seda, arcos, flechas, porcelanas, camelos e cavalos. Sua Alteza lhe deu um vestido de brocatel, assim como a 30 de sua companhia.
Paris – 12 de Abril de 1643	

17	De Madrid avisam que o Duque de Fernandina está solto e lhe entregaram as armadas marítimas. O Conde Duque ainda retirado, na graça do Rei, tem seu escritório no mesmo sitio que antes e despacha o protonotário, e a Condessa, no Palácio. Uma mulher disse ao Rei que ele estava enfeitiçado e prontificou-se a desenfeitiçá-lo, estando recolhida na casa de seu confessor. É fama que o rei quer sair em campanha e que, para este efeito, se faz muita gente. É chamado o Picolomini de Alemanha para as guerras de Castela, mas há pouco dinheiro naquele reino. O Rei tomou toda sua prata e pediu aos grandes, senhores e eclesiásticos a sua e dizem que até as lâmpadas das Igrejas, com título de empréstimo, até a vinda dos galeões e mandou bater tudo em moeda. Os mercadores se queixam que não podem negociar pelo muito que vale o dinheiro. Vão para a Índia este ano 12 galeões. Estão eleitos Monsieur de Xavigni secretário e do Conselho do Rei, e o Cardeal Mazarino para Alemanha, mas estão devagar porque partirão em Julho.
Marselha – 17 de Maio de 1643	
18	É chegado a esta terra um cativo de Arel a dizer que de lá saíram 70 velas, das quais tinham se recolhido 15 com 22 presas, entre elas um navio flamengo que levava patacas e azeite, outra com botas de vinho, mais uma não inglesa riquíssima, outra do Reino do Algarve com pipas de azeite, mais um pataxo do Rei de Portugal, o qual saiu de Mazagão no dia 3 de Fevereiro, no dia 7 estava perto do Cabo de São Vicente, após um dia sem leme; um navio de Turcos que querendo salvar-se deles saiu para procurar um porto, enfrentou intempéries e confrontos em Gibraltar, tendo os portugueses também desatracado contra os espanhóis e emparelhado com os turcos. Quiserem depois continuar viagem pelo estreito quando, de Tetuam, saiu uma nau de 22 peças de artilharia com turcos, e como o acharam tão destroçado e sem munições para se defender o levaram a Argel, onde os portugueses que iam no pataxo estão vivos. Deus os livre do cativo e leve em paz à sua pátria e casas.
Relação da Dítosa morte do Padre Thomas Hollanda	
19	O padre Thomas Holanda foi preso em Londres por seis semanas, acusado de ser sacerdote. Os acusadores acabaram confessando que só o tinham visto estudar em Castela para sacerdote, mas que não sabiam se o era de fato. Os juizes deram sentença de morte ao padre, sem réplicas, tréplicas, embargos ou defesa.
20	Julgado como traidor, por constar que é sacerdote, o que vai contra as leis do Reino, recebe sentença de morte. A sentença determina que o sacerdote voltará a cadeia de Neugate e dela sairá a arrastar por traidor, ao rabo de cavalos, pelas ruas públicas até Tiborne, onde será enforcado e meio vivo lhe abrirão as entranhas e arrancarão o coração, mostrando ao povo. As entranhas e o coração serão lançados ao fogo e o corpo esquartejado e os quartos pendurados pelas portas de Londres.

21	Pronunciada a sentença, o servo de Deus levantou os olhos e as mãos aos céus e deu graças à divina Majestade pelo favor que lhe fazia em dar a vida pela sua fé romana e apostólica, perdoando os juizes pela injusta sentença dada somente como suspeitas e leves indícios contra as leis do reino, e também às testemunhas que juraram contra ele, pedindo que Deus no dia do Juízo não os clamassem pelo seu sangue. Daqui levaram-no a cadeia no dia 10 de Setembro de 1642. Recebeu visitas de religiosos e outras pessoas. No dia 12 disse missa na prisão, comungou os devotos e às 8 horas foi levado a Tiborne, conforme determinado. No local, teve permissão de enfrentar o povo, onde foi ouvido sem manifestações contrárias. Fez o sinal da cruz e perguntou a todos se havia feito algum mal ao reino e as leis de Deus. Sem respostas, disse que morreria inocente, sem prova jurídica de crime. Em seguida, declara quem é, o seu estado e profissão.
22	O sacerdote afirma ser da Companhia de Jesus, religião que é coluna da fé romana e apostólica, em que somente há salvação. Declara ser o Padre Thomas Hollanda, natural da Província de Lencaster, conhecido pelos católicos romanos e que estudou em diversos lugares de Espanha, Alemanha, França, Flandes e outras províncias, tendo encontrado na Igreja Católica, Apostólica e Romana a verdadeira.
23	Um ministro da ceita de Calvino interrompeu o discurso do Padre, bradando-o e perguntando para que tantas razões. Virou o apostólico varão as costas ao ímpio pregador, contemplou o Oriente e depois voltou a agradecer a Deus por ser mais um mártir.
24	O padre tirou do bolso as poucas moedas que tinha e entregou ao algoz. Foi enforcado.
25	Meio vivo, terminaram de cumprir a sentença conforme foi determinado.
26	A cruel execução foi sentida pelos hereges e lançou ódio aos juizes e glória eterna ao cavaleiro de Cristo. O autor relata que foram com ele três sacerdotes e católicos, em Londres a 12 de Dezembro de 1642.
27	O autor afirma que a Relação será confirmada depois por pessoas deste reino que estavam presentes.





Livro produzido no âmbito do projecto “A génese do jornalismo: Periódicos noticiosos do século XVII em Portugal e na Europa”, referência PTDC/CCI-JOR/110038/2009, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE) do Quadro Comunitário de Apoio III, participado pelo fundo europeu FEDER.



Centro de Investigação Media e Jornalismo

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

